



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARYLU ALVES DE OLIVEIRA

DA TERRA AO CÉU:
CULTURAS POLÍTICAS E DISPUTAS ENTRE O TRABALHISMO OFICIAL E O
TRABALHISMO CRISTÃO NO PIAUÍ (1945-1964)

FORTALEZA

2016

MARYLU ALVES DE OLIVEIRA

DA TERRA AO CÉU:
CULTURAS POLÍTICAS E DISPUTAS ENTRE O TRABALHISMO OFICIAL E O
TRABALHISMO CRISTÃO NO PIAUÍ (1945-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: Cultura e Poder.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo.

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- O1t OLIVEIRA, Marylu Alves de.
DA TERRA AO CEU: : Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964) / Marylu Alves de OLIVEIRA. – 2016.
532 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo.
1. Culturas Políticas. 2. Trabalhismo Oficial. 3. Trabalhismo Cristão. 4. Piauí. I. Título.

CDD 900

MARYLU ALVES DE OLIVEIRA

DA TERRA AO CÉU:
CULTURAS POLÍTICAS E DISPUTAS ENTRE O TRABALHISMO OFICIAL E O
TRABALHISMO CRISTÃO NO PIAUÍ (1945-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: Cultura e Poder.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Jorge Ferreira
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Prof.^a Dr.^a Berenice Abreu de Castro Neves
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Tyrone Apolle Pontes Cândido
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof.^a Dr.^a Adelaide Maria Gonçalves Pereira
Universidade Federal do Ceará – UFC

À minha avó, Antônia (*in memoriam*). Parte mais doce do meu passado. Trabalhadora rural pobre, analfabeta, profundamente católica e descrente da política partidária. Poderia ter sido um dos sujeitos investigados neste estudo, mas durante o percurso da pesquisa, no auge de seus 91 anos, deixou-nos.

Observadora do meu cotidiano escolar e acadêmico, sempre quis saber quando acabaria meus estudos formais, visto que todas as outras pessoas que ela conhecia haviam terminado, menos eu. Ríamos disso.

A você, minha avó, meu amor, dedico essas letras que tanto a “encabularam”.

Ao meu pequeno Pedro. Parte esperançosa do meu futuro.

A você, meu filho, dedico uma outra parte de mim que se traduz em palavras que só mais tarde compreenderá. Que seu mundo seja leve e que abrace o bom, o belo e o justo.

Ao Tágory, por me acompanhar nesse delicioso caos que é a vida, ontem e hoje.

A você, todo amor.

AGRADECIMENTOS

Esse é o momento em que percorremos a trajetória de construção de nosso estudo e, de forma clara, percebemos que por mais solitária que seja a tarefa da escrita, o resultado final somente se torna possível porque é edificado na junção de apoios e afetos.

Aos amigos que me acompanham na vida e na academia: Hellen Lopes, Nilsângela Cardoso, Elson Rabelo, Luciana Lima, Mairton Celestino, Emília Nery, José Maria, Francisco Nascimento, Jési Firmino, Ada Raquel, Jaison Castro, Iael Sousa, Ileana Soares, Nelma Lopes e Warrington Veras (*in memoriam*). Agradeço ao acaso por nossos caminhos terem se cruzado no que Hannah Arendt chama de “milagre” da existência.

Àqueles que dedicaram seu tempo para se debruçar sobre meus escritos: Elson Rabelo, Raquel Costa e Marysol Oliveira. Minha eterna gratidão às suas sugestões e críticas.

Pelo incondicional apoio em todos os momentos, agradeço à minha orientadora, Ana Amélia Melo. Doce, atenta, disposta e leve, conseguia transformar duas, três, às vezes quatro horas de orientação em agradáveis conversas sobre a proposta da tese, sobre como escrever, como gestar o pensamento, como tornar o texto apazível. Foi suporte emocional e intelectual que me guiou nesses anos. Humana em demasia, tornou-se, para mim, mais um exemplo da forma como devo tratar aqueles com quem me relaciono no espaço acadêmico. Sou-lhe imensamente grata pela orientação e convivência.

Aos professores do Departamento de Pós-Graduação em História da UFC, em especial a Antonio Gilberto Ramos Nogueira, Frederico de Castro Neves, Ivone Cordeiro Barbosa, João Ernani Furtado Filho, Kênia Sousa Rios, Meize Lucas e Ana Rita Fonteles, professores das disciplinas que contribuíram de forma consistente não apenas para a feitura da tese, mas, sobretudo, para minha formação intelectual.

Um agradecimento particular aos professores que participaram da banca de qualificação, Frederico de Castro Neves e Francisco Alcides do Nascimento. Suas contribuições, críticas e sugestões possibilitaram novos olhares e outros rumos para este estudo.

Aos amigos que conquistei na turma de 2012 do doutorado: Cesinha, Raquel, Ítalo, Karol, Joaquim, Rafael, Antonio e Jofre.

Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio Brito; da Biblioteca Pública Estadual do Piauí, Cromwell de Carvalho; da Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Veloso; do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Agradeço-lhes pela disposição em

ajudar com o aporte documental deste estudo. Aos padres Tony Batista e Raimundo José Ayremorais, pelo acesso ao acervo pessoal de ambos, meu muito obrigada.

Meu agradecimento especial aos companheiros de pesquisa João Carlos Borges e Dalva Fontenele pela indicação de fontes e envio de documentos.

Aos queridos professores da Universidade Federal do Piauí, minha eterna gratidão: Francisco Alcides do Nascimento, Pedro Vilarinho Castelo Branco, Teresinha Queiroz, Edwar de Alencar Castelo Branco, Elizângela Barbosa, Verônica Carvalho, Paulo Ângelo Meneses.

Aos colegas do Curso de História do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, em especial a Gleison Monteiro, Francisco Nascimento, Nilsângela Cardoso, Mairton Celestino e Agostinho Coe, por terem aprovado meu afastamento, possibilitando a dedicação exclusiva à minha pesquisa.

Aos queridos alunos do Curso de História, em especial aos bolsistas-pesquisadores do grupo de estudo em Teoria da História: Kelly Márcia, Elierson, Eveline, Larice Íris, Luan, José Paulo, pelo incentivo e carinho, obrigada.

A Ceicinha, pela revisão do texto e pela gentileza cotidiana, meu agradecimento.

À Fapepi /Capes pela concessão da bolsa de estudos por dois anos.

Aos meus pais, Raimunda e Arimatea, agradeço o amor incondicional, e peço desculpas pelas ausências em momentos especiais para a família, em razão da escrita deste trabalho. Certamente, sem o imenso esforço que vocês fizeram para que eu saísse do interior e fosse estudar na capital, hoje não estaria defendendo este trabalho. Vocês são exemplo de afeição maior.

Ao meu companheiro, Tágory. Agradeço por ser esteio, amparo, força, amor, e principalmente por compartilhar comigo a vida do Pedro.

Ao meu filho Pedro, que já nasceu me ensinando que tudo tem seu tempo. E que esse era o tempo certo para ele vir. Que também era o tempo certo para terminar um ciclo. Obrigada, filho, por chegar no tempo certo.

“Prepare seu coração pras coisas que eu vou
contar

Eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão

Eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar.

Aprendi a dizer não, ver a morte sem chorar

E a morte, o destino, tudo, a morte e o destino,

tudo

Estava fora do lugar, eu vivo pra consertar.”

(Disparada – Geraldo Vandré).

RESUMO

Este estudo tem como objetivo central analisar as tentativas de implantação de projetos *trabalhistas* no Piauí, em meio às especificidades da *cultura política partidária e popular* local, entre as décadas de 1940 e 1960. Utilizaram-se para alcançar tal intento os jornais de circulação local de forma geral ligados aos partidos políticos, também livros de memória, Inquéritos Policiais Militares (IPMs) instaurados durante o golpe civil-militar de 1964 e obras literárias. Esse emaranhado de fontes foi necessário, uma vez que se precisava investigar densamente, seguindo a perspectiva da Antropologia Histórica, o *Contexto Cultural* no qual emergiram aqueles projetos *trabalhistas* e como se constituíam aquelas *culturas políticas*. Ao se debruçar sobre esse arcabouço, uma problemática surgiu: *como esses trabalhistas ganharam visibilidade em âmbito local?* Após um acidente, durante a campanha eleitoral de 1958, em que um dos candidatos ao governo do Estado faleceu, as sensibilidades populares compensaram eleitoralmente o candidato substituto, o *petebista* Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Surgido das hostes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aquele político tentou implantar um projeto *trabalhista oficial*, atuando conforme plano nacional do partido, fomentando o desenvolvimento social, o assistencialismo, e apoiando a Reforma Agrária. A outra proposta surgiu do seio de uma das instituições mais respeitadas em solo piauiense, a Igreja Católica, em razão da chegada ao Estado do arcebispo Dom Avelar Brandão Vilela. A esse projeto, por sua vez, denominamos de *trabalhismo cristão*. Tais propostas, que visavam produzir melhorias nas condições de vida dos trabalhadores pobres, sofreram resistências da *cultura política partidária* local, em especial no que se refere à Reforma Agrária. Apenas uma delas, o *trabalhismo cristão*, conseguiu estabelecer um pacto com os trabalhadores locais por um breve período, em virtude da força da religião enquanto importante componente cultural daquela sociedade, ou melhor, como elemento da *cultura política popular*. Portanto, compreender o fracasso das tentativas de implantação de um *trabalhismo oficial e cristão* acabou se tornando uma forma de compreender também como funcionavam as *culturas políticas partidária e popular* no estado do Piauí.

Palavras-chave: Culturas Políticas. Trabalhismo oficial. Trabalhismo Cristão. Piauí.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the attempts of setting up labour's projects in the state of Piauí, in the midst of the peculiarities of popular and partisans political cultures of that place, between the 1940's and 1960's. For reaching this goal, we had as sources the newspapers of local circulation, usually linked to local political parties, published memories, military police inquiries instituted after the coup d'État of 1964, and also literary works. This range of sources was necessary once we needed to thickly investigate, under the perspective of Historical Anthropology, the cultural background in which those labour practices emerged and how were established that political cultures. The problematization that came up was: how the labourism was able to make itself visible in the local context? After a fatal accident, during the political campaign of 1958, in which one of the candidates of the state government passed away, the popular sensitivities endorsed, in a compensatory way, the substitute candidate, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. A member of the Partido Trabalhista Brasileiro (Brazilian Labour Party), Chagas tried to institute an official labour project, following the national program of the party, fostering the social development, the welfarism, and supporting the agrarian reform. The other project arose from Catholic church, one of the most respected institutions in piauiense state, since the arrival of the archbishop Dom Avelar Brandão to that state. This project was named christian labourism. These projects, that aimed the improvement of life condition of poor workers, suffered resilience from the local political parties, mainly in respect to the issue of agrarian reform. Only one of the mentioned projects, the christian labourism, was able to establish the pact, for a short period, with the local workers, in virtue of the strength of the religion as an important cultural element of that society and, ultimately, as element of popular political culture. Therefore, the understanding on the failure of the attempts of setting up both institute, an official and christian labourism, turned out to be a way to reveal also how the process of instauration of popular and partisans political cultures in the state of Piauí took place.

Keywords: Political cultures. Official labourism. Christian labourism. Piauí.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Demerval Lobão: o grande líder.....	49
Figura 2 - Campanha de Marcos Parente.....	51
Figura 3 - Os dois mártires do Piauí.....	56
Figura 4 - Desastre cobriu de luto o Piauí.....	62
Figura 5 - Capa do <i>Jornal do Comércio</i>	75
Figura 6 - Capa do jornal <i>Folha da Manhã</i>	90
Figura 7 - Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 1.....	102
Figura 8 - Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 2.....	102
Figura 9 - Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 3.....	103
Figura 10 - Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 4.....	103
Figura 11 - Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 5.....	104
Figura 12 - Assassinato do vigilante Miguel Pedro.....	124
Figura 13 - Fotografia do velório de Miguel Pedro.....	126
Figura 14 - Fotografia de Luiz Enfermeiro.....	130
Figura 15 - Fotografia de Tiago José da Silva.....	194
Figura 16 - Parlamentares Piauienses 1962.....	195
Figura 17 - Trabalhadores.....	208
Figura 18 - Camponês e Criança.....	209
Figura 19 - Associação Profissional dos Camponeses e Lavradores de Parnaíba.....	214
Figura 20 - Esperidião Fernandes.....	220
Figura 21 - Chagas Rodrigues.....	229
Figura 22 - Propaganda Eleitoral Chagas Rodrigues.....	235
Figura 23 - Artigo Rabiscado.....	246
Figura 24 - Ponte dos Trabalhadores.....	279
Figura 25 - Prédio do Departamento de Estradas de Rodagem.....	280
Figura 26 - Chagas Rodrigues e Estudantes.....	311
Figura 27 - Ligas Camponesas.....	324
Figura 28 - Revoltante.....	338
Figura 29 - A Porca Fantasma.....	340
Quadro 1 - PTB no Legislativo Estadual.....	349
Quadro 2 - PTB piauiense no Legislativo Federal.....	349

Figura 30 - Propaganda da Lec.....	376
Figura 31 - O Comunismo.....	379
Figura 32 - Fotografia de Dom Avelar Brandão Vilela.....	385
Figura 33 - Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.....	389
Figura 34 - Sala de Aula do Centro Social Nossa Senhora de Fátima.....	390
Figura 35 - Inauguração 1.....	413
Figura 36 - Inauguração 2.....	413
Figura 37 - Dom Avelar na Multidão.....	418
Figura 38 - I Congresso Eucarístico.....	420
Figura 39 - Operário Católico.....	432
Figura 40 - Concentração.....	454

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
	PARTE I – NO CONTEXTO DAS CULTURAS POLÍTICAS.....	44
2	ENTRE MORTOS E FERIDOS, SALVARAM-SE TODOS!.....	45
2.1	Os dois “mártires” do Piauí.....	46
2.2	Nas manchetes dos jornais.....	50
2.3	Vitória aos vivos, compensação aos mortos.....	76
3	NA FURNA DA ONÇA: A ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO PÓS-1945 E A TRAJETÓRIA DO PTB NO PIAUÍ.....	108
3.1	UDN e PSD: política partidária na furna da onça.....	108
3.2	PTB no Piauí: um breve itinerário (1946-1958).....	137
3.3	O pacto dos camundongos: PTB-UDN em 1958.....	167
4	ENTRE O LABOR E A POBREZA: OS TRABALHADORES DO CAMPO E DA CIDADE NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 NO PIAUÍ.....	171
4.1	O mendigo da Federação ou a gata borralheira da República.....	174
4.2	Os trabalhadores pobres do Piauí: entre a fome e a organização.....	180
4.3	Da fé ao trabalho: a relação do trabalhador pobre com a religião católica no Piauí.....	224
	PARTE II - DA TERRA AO CÉU: AS DISPUTAS PELO TRABALHISMO NO PIAUÍ NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960.....	226
5	QUE O SOL BRILHE PARA TODOS: UM GOVERNO TRABALHISTA NO PIAUÍ.....	227
5.1	“ <i>The right man in the right place</i> ”: pequeno esboço biográfico-político de Chagas Rodrigues.....	229
5.2	O trabalhismo oficial no Piauí.....	253
5.2.1	<i>O trabalhismo tem por finalidade pugnar pelo bem-estar das massas</i>	256
5.2.2	<i>O desenvolvimentismo como parte do projeto trabalhista piauiense</i>	271
5.2.3	<i>Justiça Social</i>	281
5.3	Trabalhismo, a quem te destinas? Trabalhadores, operários, sindicatos, estudantes, pobres e camponeses.....	302
6	“DEMAGOGIA AO MÔLHO PARDO”: OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA AO TRABALHISMO OFICIAL.....	315

6.1	Que ladrem os cães ao cavalheiro que passa ao largo: a cultura política partidária local enfrenta o trabalhismo oficial.....	315
6.2	As ideias eram do Rio de Janeiro, não eram daqui! A derrota na eleição de 1962.....	341
6.3	Já votou? – Já sim! Não valho mais nada!.....	352
7	PERDÃO PARA O CASTIGO DE ADÃO: O TRABALHISMO CRISTÃO NO PIAUÍ.....	371
7.1	A relação entre a Igreja Católica e a política no Piauí entre as décadas de 1940 e 1950.....	373
7.2	Dom Avelar, o popstar da Igreja.....	385
7.3	Massas trabalhadoras de Cristo e da Igreja.....	398
7.4	Igreja e Estado: quando dois projetos trabalhistas se encontram.....	411
7.5	Trabalhismo agrário cristão: a reforma agrária e a Igreja Católica no Piauí....	423
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	458
	REFERÊNCIAS.....	466
	ANEXOS.....	522

1 INTRODUÇÃO

“Uma das coisas que quase todo mundo conhece, mas não sabe muito bem como demonstrar é que a política de um país reflete o modelo de sua cultura.”¹

A alma piauiense no dia de hoje reanima-se. Levanta seu pensamento para Deus, implorando a graça de conceder ao dr. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, a ventura de desenvolver um programa de govêrno que seja plasmado na realidade que interessa à nossa gente e ao nosso Estado.

[...] Estivemos no sertão em contato com o homem simples e bom daquelas paragens. Ouvimos as suas mágoas, as suas queixas, os seus desenganos. Indo ao seu encontro, prometemos-lhes, pela voz dos caravaneiros da causa comum, a ajuda que nossas fôrças permitem para melhorar as condições de vida da abandonada população rural. Fomos ao litoral. Entendemo-nos com as classes trabalhadoras daquela estreita faixa marítima para dizer-lhe dos propósitos que guiavam a nossa andança por todo o território do Piauí sofredor. E, quando aproximávamos da hora que iria decidir os destinos da coletividade, fomos feridos pelo pêso cruel da fatalidade inexorável. A morte, impiedosa e brutal, em circunstâncias trágicas, levou cinco dos mais arrojados batalhadores. José Raimundo [...] Rubens Perlingeiro [...], José de Ribamar Pacheco [...] DEMERVAL LOBÃO VERAS [...] e MARCOS DOS SANTOS PARENTE [...]. E os companheiros que ficaram conseguiram a caminhada, certo, abatidos pela dor que golpeou a sua sensibilidade de aliados, unidos pela fé inquebrantável de princípios e pelos mesmos sentimentos de solidariedade humana. Conquistaram o triunfo nas urnas. Foi uma vitória completa. [...]

A posse do Sr. Chagas Rodrigues, curul governamental, é o resultado de um sacrifício, - repetimos - do qual ele participou, sem tergiversação. [...]

O Piauí exige renúncia e abnegação dos seus filhos. Quer progredir. Demos oportunidade ao novo governo para que êle desempenhe a sua missão à altura das aspirações da alma popular. Reanimemo-nos. Sursum corda!^{2,3}

Os piauienses no ano de 1958 escolheram o seu primeiro e único governador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Eleito com menos de um mês de campanha, teve seu nome lançado ao cargo de chefe do Executivo estadual em decorrência da morte do candidato anterior em acidente automobilístico. O perfil jovial, dinâmico, intelectual, de trato fino e elegante, do candidato Chagas Rodrigues - ex-deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) e ingressante em 1954 nas fileiras *petebistas* - foi galgando posições de destaque no cenário nacional partidário e de forma meteórica chegou ao Executivo estadual, com apenas 36 anos de idade.

Observa-se que o trecho transcrito do jornal *Folha da Manhã*, noticioso *udenista* apoiador do governador recém-empossado, descreve a trajetória do processo eleitoral de 1958

¹ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a, p. 135.

² Todas as citações estão com a grafia da época.

³ SURSUM Corda. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 31 jan. 1959.

até a vitória do candidato *petebista*. O jornalista, além de narrar o acidente que vitimara o pleiteante anterior do PTB, Demerval Lobão⁴, tentava reforçar o comprometimento do governador eleito com as propostas feitas durante a campanha por seu antecessor, assim como também solicitava que se mantivesse à altura da “alma piauiense”. Em algum momento, essa “alma piauiense” declinou seu querer por Chagas Rodrigues como seu representante, e quatro anos depois não sentiu tanta empolgação pela figura do *trabalhista*. Por qual razão?

Durante a trajetória como pesquisadora da história política do Piauí, constantemente defrontava-se com a figura daquele jovem governador *petebista*. Relutava em tomar como objeto de estudo um exercício governamental, em razão do caráter tradicional da proposta, permeada pela ideia da produção de uma história política clássica, ou seja, uma história oficial. Entretanto, observando o delinear da produção da história política dos últimos tempos, compreendeu-se que “Os objectos tradicionais da história política não perderiam a sua pertinência; tratar-se-ia apenas de os abordar por outras vias e, em primeiro lugar desconfiar da letra dos textos. Ao contrário do método positivista, que busca as certezas, a atenção concentrar-se-ia antes sobre as ambiguidades.”⁵ Como previsto nessa observação de Yves-Marie Bercé, o contato com esse sujeito histórico acabou se tornando mais complexo do que o esperado, em especial na sua relação com os elementos populares e as velhas práticas políticas tradicionais. Explica-se. Herdeiro de um rico comerciante e casado com a filha de abastada família do Piauí, Chagas Rodrigues rapidamente fez carreira na política, segundo rumores da imprensa, com a utilização do poder econômico, iniciando-se político nas fileiras *udenistas* para, anos depois, construir sua imagem como um dos maiores nomes do *trabalhismo* no Estado, adentrando o rol dos cassados pelo AI-5 em 1968. Sua relação próxima com Leonel Brizola, as propostas avançadas de reforma agrária e o discurso alinhado, em grande medida, com a esquerda radical do PTB, muitas vezes não se conjugavam à sua história familiar, à sua fala eloquente de formação clássica jurídica, tampouco aos ternos de corte irretocável e à aparência de galã de cinema hollywoodiano, que tanto agradavam a elite local. Mas foi esse homem quem lançou no Estado, como nenhum governador o fizera antes, um projeto de governo voltado para os trabalhadores, seguindo o conteúdo ideário-político do seu partido. A conduta e condição de existência daquele governador produzia inquietação, pois sintomaticamente se tinha que situá-lo tanto como construtor de um projeto de futuro para os trabalhadores quanto como integrante da elite

⁴ O perfil do político Demerval Lobão será apresentado no segundo capítulo.

⁵ BERCÉ, Yves-Marie. Rumores dos séculos modernos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 173-181, p. 174.

piauiense de formação intelectual-jurídica, ativista dos velhos esquemas político-partidários e, por fim, apoiador de novas ideias. Essa condição instigava a investigar tal trajeto. Partindo-se dessa percepção, resolveu-se, inicialmente, refletir sobre aquele governo *trabalhista*.

No decorrer da pesquisa percebeu-se ainda que, ao final de seu mandato, com pouco apoio dentro do próprio partido, isolado politicamente, sem visibilidade entre os trabalhadores, a quem teria dedicado seu mandato, amargou a derrota de seu sucessor e a ruína de sua candidatura ao Senado, ficando apenas com a vaga de deputado federal, não galgando, com essa vitória, a glória da maior votação entre os pleiteantes.⁶ Diante disso, surgiam problemas cruciais para a pesquisa, tais como: por que os trabalhadores rejeitaram o pacto *trabalhista* lançado por aquele governante? Por que, quatro anos após adentrar os salões do Palácio de Karnak⁷, Chagas Rodrigues não era mais o escolhido da “alma” piauiense? O *trabalhismo oficial* havia falhado no Piauí? Observou-se que, durante boa parte daquela administração, Chagas Rodrigues sofreu forte rejeição por parte da oposição política partidária, e a aversão crescia na medida em que as ações destinadas à parcela mais pobre da população do Estado iam ganhando visibilidade. Para além das acusações de demagogo, o governador, que se afirmava católico, sofreu ainda a pecha de comunista, algo que veementemente negou durante toda a vida. Tais “denúncias” lembravam as mesmas manifestações contrárias ao presidente João Goulart, que anos mais tarde ajudariam a compor o cenário de sua deposição em 1964. No que se refere ao piauiense, começou-se a perceber a possibilidade de uma abordagem histórica distinta de um enfoque tradicional, por fornecerem elementos que não apenas ajudariam a compreender a atuação do governador do PTB no Piauí, mas também a realizar uma análise do *contexto cultural*, da *cultura política partidária* e da *cultura política popular*.⁸

Nesse momento em que a política partidária piauiense fazia tal deslocamento, e como o debate se estendia a todos os setores sociais, pôde-se observar que outro representante importante da sociedade local se articulava em busca de soluções para o cotidiano dos trabalhadores, conseguindo a atenção e a adesão de um número importante de sujeitos com sua atuação diferenciada da empregada pela política tradicional. Foi nesse momento que adentrou em nossa pesquisa a figura de Dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo metropolitano de Teresina desde 1951. O prelado chegou ao Piauí com a missão de promover a fé cristã, contudo voltou-se para outras demandas sociais, disputando espaço de atuação com a própria

⁶ Na legislação eleitoral da época o candidato poderia se lançar em mais de uma candidatura. Chagas Rodrigues candidatou-se aos cargos de senador e deputado federal.

⁷ Sede do governo do Piauí.

⁸ Os conceitos serão analisados na parte metodológica do trabalho, ainda nesta introdução.

figura do governador Chagas Rodrigues. Dentre as ações daquele arcebispo, a que mais chamou atenção dos políticos e da sociedade de uma forma geral, foi o incentivo à participação de membros do clero e leigos na organização dos sindicatos rurais no Estado. Destarte, a Igreja Católica e o governo do Estado no Piauí, entre 1950 e 1960, voltaram suas atenções e ações para o espaço do trabalho e o cotidiano dos trabalhadores.

A preocupação com os trabalhadores, demonstrada naquele momento pelo governador do Estado com seu projeto *trabalhista oficial*, e pela Igreja Católica com o que se passou a denominar de projeto *trabalhista cristão*, era patente. Segundo o intelectual piauiense Wilson Brandão, o *trabalismo* havia se tornado moda não só no Brasil, mas também no Piauí,⁹ estado onde atuou para além das fileiras partidárias. Em alguns momentos estes projetos *trabalhistas*, oficial e religioso, caminharam juntos, até desvelar-se uma disputa sobre quem lideraria os trabalhadores, em especial os da zona rural.

Sobre o *trabalismo oficial*¹⁰ proposto pelo PTB, observou-se que estava em consonância com um movimento político não apenas nacional, mas que deixava marcas importantes na *cultura política* latino-americana.¹¹ Uma geração de políticos no hemisfério sul compreendeu que precisava chegar até a população, em especial aos segmentos trabalhadores, no que veio a se tornar uma nova maneira de praticar política. Nesse sentido, se houve um aspecto comum entre as várias formas de conduzir o exercício da política na América Latina, certamente foi a aproximação com as massas trabalhadoras. No Brasil, essa posição política recebeu o nome de *trabalismo*, e encontrou no PTB o responsável por capitaneá-la. Os partidários da sigla sabiam dessa característica e a elegiam como um dos

⁹ BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e legendas da política piauiense**. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

¹⁰ Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado apontou, o próprio PTB utilizava expressões como *trabalismo oficial e autêntico*, de maneira a definir a sua atuação. Entretanto, o uso do termo *trabalismo* não foi uma característica única daquela sigla, no recorte mencionado (DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011). Segundo Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo, no plano político partidário o *trabalismo* teria sido apropriado por diversas siglas, como, por exemplo, o Partido Social Trabalhista (PST); o Partido Trabalhista Nacional (PTN); o Partido Republicano Trabalhista (PRT); o Partido Orientador Trabalhista (POT); o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), além do PTB (GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalismo**. São Paulo: Ática, 1989). Para os militantes *petebistas* essas siglas seriam portadores de um *trabalismo* não autêntico, configurando-se o PTB, nesse sentido, como o “real” aglutinador das propostas voltadas aos trabalhadores. Maria Victoria Benevides também se deteve nesse aspecto, quando apontou para uma preocupação *petebista* com a emergência, nas décadas de 1950 e 1960, de um *trabalismo independente* (que não estava ligado ao PTB) e a necessidade de permanecerem nas fileiras do PTB os “*verdadeiros trabalhistas*” (BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o Trabalismo: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989). Isso conduz a acreditar, tendo em vista a multiplicação de siglas que adotavam o *trabalismo* em seu nome, que existia, pelo menos no nível discursivo, uma necessidade de propagar uma cultura *trabalhista* no campo político. Nesse sentido, o termo *trabalismo* poderia compreender algo para além do aparato teórico do PTB, como uma ideia que circulava no social, destacando-se como um movimento importante da política nacional, entre as décadas de 1940 e 1960.

¹¹ MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (Comp.). **Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

elementos fundantes de atuação do partido, como sugere o trecho da carta encaminhada ao presidente João Goulart, em 1960, pela bancada federal do partido:

Presidente,

Os membros da bancada do Partido Trabalhista na Câmara Federal analisando com objetividade a situação política nacional, e, particularmente o processo sucessório, chegamos a conclusão que nesse instante transmitimos ao eminente companheiro, seguros de estarmos “interpretando” preocupações de trabalhistas de todo o país.

Frisamos de logo a observação fundamental, que sabemos coincide com seu pensamento, de que o processo eleitoral se vincula, cada vez mais, às grandes massas, o que obriga a soluções de autêntica correspondência aos interesses do povo e destrói por inteiro o velho sistema de conchavos de cúpula. É em torno de reivindicações concretas dos trabalhadores e da luta pelo desenvolvimento econômico, em que a nação hoje se empenha, que se pode aglutinar as massas brasileiras, transformando assim, inquietações e amarguras na admirável fôrça que redime e constrói.¹²

Aquele era um novo momento do breve período republicano (1945-1964), no qual os partidos políticos se organizavam e se apresentavam como forças importantes de organização social. Nesse sentido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla que mais cresceu entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil, tomou para si a função de representar as massas trabalhadoras, denominando-se como o *autêntico* e *oficial* símbolo trabalhista nacional. Ao se definir o *trabalhismo petebista* no Piauí como parte fundamental deste estudo, observou-se que a concepção central contida nessa noção reside na ideia de pacto, negociação, adesão, especialmente entre os herdeiros de Vargas, presentes no Partido Trabalhista Brasileiro, e a população.¹³ Tal acordo, que contava com o ajuntamento entre os populares e a ação política partidária, era algo profundamente novo, não apenas para a *cultura política partidária e popular* piauiense, mas também para a *cultura política brasileira*, iniciado em âmbito nacional em 1945, e somente em 1958 ganhando visibilidade expressiva no Piauí.

Por outro lado, o que se denomina de *trabalhismo cristão* estava quase totalmente centrado em uma corrente da Igreja Católica ligada aos movimentos mais progressistas como a Ação Católica, os Movimentos de Juventude (Juventude Agrária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica - respectivamente JAC, JEC, JOC e JUC) e o Movimento de Educação de Base (MEB), mas sobretudo naqueles cristãos empenhados na formação dos sindicatos rurais. Desde a década de 1950, parte da Igreja Católica no Brasil procurou se aproximar das camadas populares, e, em meados de 1960, esse processo se intensificou em razão da campanha de sindicalização rural,

¹² DEPUTADOS Federais do PTB. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 1, 21/22 jan. 1960.

¹³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

conduzida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No Piauí, esse *trabalhismo* atuou além dos grupos já mencionados a partir de uma forma mais tradicional de movimento da Igreja Católica, os Círculos Operários. Em muitas paróquias, os circunistas tornaram-se responsáveis pela arregimentação dos trabalhadores, mas foi a ala mais progressista quem ditou os caminhos para a articulação cristã no meio rural. O *trabalhismo cristão* no Piauí foi construído sob as propostas reformistas da Igreja, mas sobretudo foi capturado a partir dos discursos e perspectivas existentes no período sobre os trabalhadores nacionais. O seio da Igreja no Piauí sentiu-se compelido a atuar frente aos direcionamentos do Estado, que, em associação com o Partido Comunista, procuravam liderar os trabalhadores rurais.

Os projetos *trabalhistas*, oficial e cristão, emergiram no Piauí no momento em que se travava em nível nacional um importante debate sobre o papel dos trabalhadores.¹⁴ Naquele período, observou-se um crescimento expressivo do número de trabalhadores sindicalizados, assim como a emergência significativa de organizações no campo, como as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais¹⁵. Na grande maioria dos estados brasileiros foram apontadas, tanto pelo discurso oficial como por instituições religiosas ou civis e pelos próprios trabalhadores, soluções para o cotidiano dos que necessitavam do trabalho para sobreviver. Cada região assinalava a sua especificidade, abrangendo desde uma melhor organização do trabalho urbano e fabril (articulada pelo crescimento das greves e organizações sindicais) até um forte repensar da estrutura agrária e a questão do trabalho no campo. Essa última questão mostrou-se mais contundente na região Nordeste, tornando-se, na década de 1960, a partir da proposta das Reformas Base, o grande mote do debate nacional.

Diante do exposto, entende-se que o debate em questão, longe de versar sobre o “fim do *trabalho*” enquanto necessidade social, projetava nacionalmente a ideia de uma sociedade de trabalhadores, assim como pensava Hannah Arendt¹⁶, requerendo, para isso, a

¹⁴Ver: LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011; MONTENEGRO, Antonio Torres. Agitação política e direito trabalhista nos idos de 1964. In: _____; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Org.). **História, Cultura e Trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Editora da UFPE, 2011. p. 31-51; PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos e mediação: a atuação da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Estado na questão agrária, no sul do Pará. In: CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovani (Org.). **A História e suas Práticas de Escrita: relatos de pesquisa**. Recife: Editora da UFPE, 2013. p. 97-135; STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

¹⁵Sobre o aumento dos sindicatos rurais e da atuação da Igreja Católica no campo, ver: STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade)

¹⁶Especificamente sobre a noção de *trabalho*, percebeu-se que se tratava de palavra em voga durante as décadas de 1950 e 1960, como sugere a filósofa política Hannah Arendt em *A condição humana*. Esse livro contribuiu para a reflexão sobre dois aspectos importantes para a composição deste estudo. O primeiro tratava da própria

articulação de políticas públicas e ações sociais que vislumbrassem a condição de vida desses trabalhadores. Por isso a grande importância do *trabalhismo* para o entendimento do período.

Para além dos enfrentamentos entre si, os *projetos trabalhistas* que pretendiam se instalar no Piauí ainda tiveram que enfrentar a *cultura política partidária*, sobre a qual ressaltam-se dois aspectos importantes para a compreensão deste estudo. Primeiramente pode-se apontar a dimensão rarefeita do contato entre políticos e população/eleitores, uma vez que a constituição da *cultura política partidária* piauiense se atrelava à *cultura política nacional dos partidos políticos* que emergiu na República pós-1945. De forma específica, assim como ocorreu na grande maioria das siglas em âmbito nacional, os partidos políticos piauienses formaram-se, organizaram-se e, por fim, escolheram seus representantes sem qualquer arranjo popular,¹⁷ tornando aquele espaço de atuação política avesso à participação direta do povo, a

natureza daquele ensaio filosófico, no qual a noção de *trabalho* era fulcro para o entendimento da condição humana. Para a autora, “o trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie” (p. 10). O segundo, tão importante para a construção desta produção quanto a própria definição arquitetada pela autora, evidencia-se quando se reflete sobre a emergência daquela obra em um momento histórico específico: no final da década de 1950. Percebeu-se que em meio às disputas pela influência do poder político entre países comunistas (ou de socialismo real) e capitalistas, a temática do *trabalho*, naquele momento, ainda era matéria central para pensar o ser humano. Contudo, diferentemente do que propunha a teoria marxiana da segunda metade do século XIX, que refletia sobre o *trabalho* como meio para a transformação social, política e econômica, emergindo da luta dos trabalhadores após o advento da industrialização, Hannah Arendt refletiu sobre o *trabalho* a partir da manifestação de vários discursos, que tentavam antever qual seria o futuro do *trabalhador* mediado pelos novos avanços tecnológicos. A questão que norteava esses discursos impunha-se sobre o poder das máquinas na longevidade do esforço do homem na lógica trabalhista. Para a autora, esses discursos convergiam na direção do seguinte pensamento: “[...] o advento da automação, [...] dentro de algumas décadas, provavelmente esvaziará as fábricas e liberará a humanidade do seu fardo mais antigo e natural, o fardo do trabalho e a sujeição à necessidade” (p. 5). No entanto, a autora não concordava com essa previsão. Hannah Arendt argumentava que essa suposta substituição dos homens pelas máquinas era apenas aparente, uma vez que a era moderna teria trazido, em sua concepção, uma glorificação do trabalho, que “resultou na transformação factual de toda a sociedade em uma sociedade trabalhadora” (p. 5). No momento em que Hannah Arendt publica sua obra definindo o que era o *trabalho* na perspectiva de uma filosofia política, logo após a Segunda Guerra Mundial, e ainda associando a sua importância à condição humana e às previsões da condição do trabalhador para o futuro mediado pela tecnologia, no Brasil também se travava uma discussão respeitável sobre a natureza do trabalho (rural e urbano), a caracterização do trabalhador e o conjunto de práticas estatais, ou civis, necessárias para a manutenção/melhoria da condição de vida dos trabalhadores brasileiros. Estava ocorrendo um desdobramento discursivo/imagético/simbólico, pelos mais variados estados, tanto nas instâncias oficiais, quanto nos mais diversos campos de saber e no conjunto dos trabalhadores nacionais sobre o *trabalho*, e foi nessa ocasião que o *trabalhismo* teve seu maior momento de expansão no palco brasileiro, aprimorando, como apontado anteriormente, as estratégias de aproximação com as massas (ARENDR, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010).

¹⁷Percebeu-se que, ao longo do século XX, os grupos políticos nacionais, exercendo *as práticas políticas partidárias*, tomavam suas decisões muito longe da participação popular. Graciliano Ramos, em sua obra *São Bernardo*, analisa tal situação em diálogo entre alguns personagens: “- O senhor acredita nisso? Perguntou João Nogueira. - Em quê? - Eleições, deputados, senadores. Retraí-me, indeciso, porque não tenho idéias seguras a respeito dessas coisas. - A gente se acostuma com o que vê. E eu, desde que me entendo, vejo eleitores e urnas. Às vezes suprimem os eleitores e urnas: bastam livros. Mas é bom um cidadão pensar que tem influência no governo, embora tenha nenhuma. Lá na fazenda o trabalhador mais desgraçado está convencido de que, se deixar a peroba, o serviço emperra. Eu cultivo a ilusão. E todos se interessam.”. Paulo Honório, personagem central do romance de Graciliano Ramos, no último trecho da citação aponta dois aspectos importantes para avaliar a forma como pensavam a política partidária os que a praticavam ainda em meados da década de 1960 no Brasil, em especial em estados mais agrários como o Piauí. Para o personagem,

quem restou exercer o único papel que lhe foi outorgado desde o princípio da República, o de votar¹⁸.

Entretanto, táticas foram sendo criadas ao longo dos anos republicanos por parte dos populares, resultando na emergência de outras formas de participação na política piauiense, como, por exemplo, o ato de barganhar voto com um ou vários candidatos, demonstrando que a população também encontrava maneiras de lidar com o espaço que lhe foi reservado. Essa aproximação superficialmente direta se dava de forma mais específica no momento da eleição, quando os políticos procuravam os eleitores estabelecendo uma conexão por intermédio do apelo afetivo-emocional (o candidato era algum conhecido da família, de algum poderoso da cidade, era o grande latifundiário ou havia um apelo moral para aquela candidatura), o que, de forma geral, ressaltava o vínculo pessoal do candidato com o eleitor. Para além desse aspecto afetivo-emocional, havia a questão material, que se configurava na doação de dinheiro ou bem material durante a cooptação do voto. Por fim, também prevalecia a relação de mandonismo¹⁹, pautada pela condição de lealdade-submissão, em especial daqueles que já obtiveram favores das figuras políticas ou que, como muitos, no caso do Piauí, viviam nas terras dos políticos ou líderes locais.

Havia no Piauí uma dinâmica interna para a escolha dos candidatos, o encaminhamento das eleições, e, sobretudo, para a governança, que, na grande maioria das vezes, não dependia de consulta popular. Pelo contrário, o exercício do poder político era alheio às pretensões populares, estabelecendo-se, nesse sentido, uma dissociação entre a *cultura política partidária* e a *cultura política popular*. Com essa compartimentação não se

em muitos momentos não se precisava de eleitores, tampouco de urnas, apenas dos livros, que eram as Atas de registro da votação. Prática comum na Primeira República, na qual se verificam alguns indícios, como será visto no decorrer da tese, de desconfianças entre os políticos de que algumas eleições foram manipuladas logo após o fim do Estado Novo, quando candidatos teriam sido eleitos pelo Piauí sem sequer conhecerem o Estado. O segundo aspecto destacado é a ideia de que, com a emergência do regime republicano, em teoria o cidadão seria o elemento central no processo sucessório, algo que, segundo o personagem, assemelhava-se a uma “ilusão”, pois o que interessava no âmbito político era resolvido entre os partidários e os partidos. De certa forma, na *cultura política partidária* piauiense muitos desses aspectos podem ser considerados, como se verá mais adiante. Ver: RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 95. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 77.

¹⁸Sobre o papel do voto como o único instrumento possível de atuação do eleitor, ver: CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁹Segundo José Murilo de Carvalho, o *Mandonismo* “Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas. A tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos. A história do mandonismo confunde-se com a história da formação da cidadania.” (CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 ago. 2014).

está fazendo um corte severo entre as duas formas de apreensão do exercício da política, pois em alguns momentos se misturavam e se congregavam, como se pode perceber, em especial durante o processo eleitoral. Entretanto, existiam condutas próprias dos membros dos partidos políticos não acessadas pelas camadas populares, assim como o resultado de nenhuma eleição era definido *a priori* pelos partidos, pois o voto ainda estava sob a alçada do eleitor.

O segundo ponto que se pode destacar está relacionado a um aspecto que circundava no *Contexto Cultural* local desde antes do *Estado Novo* e que imperava na *cultura política partidária*: a utilização da violência como forma de esteio político.²⁰ Ameaças, perseguições, prisões, incêndios criminosos e assassinatos caracterizavam, muitas vezes, as disputas locais entre os partidos. O exercício da chefia política era considerado reduto de poucos e, de forma geral, os que dominavam esses meios tinham sob sua guarda a posse da terra, assim como também eram detentores de um poder simbólico, que fazia com que boa parcela dos populares/eleitores os tratassem com deferência.

Nesse cenário, revelava-se outro quadro interessante, que cabe ressaltar, no que tange ao trabalho. Os líderes apoiadores dos vencedores nos pleitos eleitorais tinham a possibilidade de dialogar e barganhar benefícios para os seus “apadrinhados”, tanto com os governos estaduais quanto com os federais. Em uma terra quase sem indústrias e com predomínio do latifúndio, os empregos públicos eram utilizados como negociata, suscitando - muitas vezes, e até hoje - calorosas e acirradas disputas eleitorais nas pequenas e grandes cidades, uma vez que os vitoriosos geralmente teriam seus assentos reservados nas fileiras empregatícias das prefeituras e governo e os perdedores, por seu turno, sairiam das vagas existentes, ou amargariam mais alguns anos sem o trabalho público por indicação.

Longe dos benefícios da política partidária com as nomeações de cargos públicos, a maior força de trabalho no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960 era eminentemente rural. Muitos dos que trabalhavam no campo eram agregados, ou seja, moravam de favor nas terras de outrem e produziam como imposto pelos proprietários.²¹ Outros eram pequenos agricultores, que possuíam lotes de terra e viviam, ou melhor, sobreviviam do que produziam. Tanto agregados como pequenos agricultores eram fortemente influenciados pela religião católica²² e a maioria estava imersa no analfabetismo²³. Nesse aspecto, considera-se relevante

²⁰Ver: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo**: modernização e violência policial (1937-1945). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

²¹Ver: NOGUEIRA, Merlong Solano. **Pequenos produtores rurais**: movimentos e interações com a Reforma Agrária: Brasil e Piauí (1970-1990). 1997. 192 p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, SP, 1997.

²²Segundo Ana Cristina Costa Lima, entre a década de 1940 e os anos 2000 o percentual das pessoas que se consideravam católicas no Piauí era altíssimo. Em 1940, 99,6%, e nos anos 2000, 89,8% da população se

assinalar que o número de analfabetos era de tal forma expressivo, segundo José Camilo da Silveira Filho, que na década de 1960, em meio a uma população de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil habitantes), apenas 230.264 (duzentos e trinta mil e duzentos e sessenta e quatro) eram aptos para o voto, porque 81% da população não sabia ler, nem escrever.²⁴

Entre as violentas disputas políticas eleitorais, o fisiologismo e as ações e reações populares ao quadro político, entra em cena, no Piauí, um governo com propostas diferentes das que existiam até então. Mesmo que apenas no plano do discurso, os trabalhadores, naquela gestão, ganharam destaque no *contexto cultural*, sendo alvo de disputas por outros setores sociais, como a Igreja Católica. O objetivo central deste estudo é compreender *as culturas políticas piauienses* e as disputas sobre o *trabalhismo* no Estado durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, o *contexto cultural* daquele espaço, no qual emergiram vários discursos sobre o trabalho, e as práticas políticas e sociais que pretendiam orientar a ação dos trabalhadores. Nesse sentido, o estudo versa, *na primeira parte*, sobre a *cultura política partidária* no Piauí, sua apartação de uma *cultura política popular* e seus significados simbólicos, valorativos e organizacionais; *na segunda parte*, analisa-se a emergência dos *trabalhismos* no *contexto cultural* local, fazendo com que despontasse a circulação de ideias e uma disputa pela organização dos trabalhadores. Para se compreender tais aspectos, debruça-se sobre a política partidária, sempre que possível sob a ação dos próprios trabalhadores, e, por fim, sobre a atuação da Igreja Católica e a importância dos valores cristãos no Piauí.

Para se compreender uma multiplicidade de expectativas, planos e projeções, partindo de grupos tão variados e complexos, faz-se necessário o uso de noções que estejam vinculadas ao debate histórico e que possam fornecer pistas para analisar as sensibilidades de uma época. Contudo, precisa-se apontar que, antes de qualquer construção teórica, a apropriação de algumas dessas noções ocorreu de acordo com as peculiaridades da experiência histórica. Os conceitos foram apropriados e confrontados com as vivências, pois

considerava pertencente à religião católica (LIMA, Ana Cristina da Costa. **Práticas de devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na Vila Operária, Teresina – PI**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, 2009).

²³Segundo Vanessa Farias, no censo de 1940, os piauienses que sabiam ler e escrever correspondiam a um total de 128.413 pessoas, sendo 75.468 homens e 52.945 mulheres. O número de analfabetos no Estado somava 544.982: 256.076 homens e 288.906 mulheres não sabiam ler nem escrever. E o número de pessoas de cinco anos e mais de instrução não declarada totalizou 1.193 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: população e habitação; censos econômicos: agrícola, industrial, comercial e dos serviços. Rio de Janeiro, 1952 apud FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. *As transformações na educação piauiense na Era Vargas*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. **Anais...** Natal, RN, 2013. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364667310_ARQUIVO_EDUCA_CAONOPIAUI-ANPUH2.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2014).

²⁴SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Eleições de 1962**: estudo e tentativa de interpretação. Teresina: [s.n.], 1963.

não se pretendia que o mundo se adequasse a eles, mas que ajudassem a problematizar o universo da pesquisa, que é muito mais sensível do que palpável.²⁵

Inicialmente, para se percorrer tal caminho, houve que se compreender que o exercício da política faz parte da trama que compõe o quadro cultural de um povo, razão pela qual se adotou a concepção de *Cultura Política*²⁶, noção que favorece o entendimento do cenário no qual as disputas pelo *trabalismo* estavam prestes a despontar no Piauí. No que tange à *Cultura Política*, pode ser compreendida conforme aponta Serge Berstein²⁷, como um conjunto coeso no qual todos os aspectos que o compõem estão conectados entre si, possibilitando a constituição de uma identidade.²⁸ A *Cultura Política*, compreendida dessa forma, revela as ações dos homens em um momento da história, levando em consideração seus valores, crenças, memórias específicas e normas, em função de leituras partilhadas no passado, assim como das aspirações alimentadas para o futuro. Esse conjunto de referentes pode ser compartilhado em um partido, difundido socialmente no seio de uma família ou em uma tradição que pode lhe conferir identidade própria.²⁹ Nesse sentido, as *Culturas Políticas*, no plural, vão coexistindo e se modificando em cada sociedade. No percurso desta pesquisa, priorizar-se-á a compartimentação da *Cultura Política* piauiense, a divisão entre o que seria uma *cultura política partidária* e uma *cultura política popular*. Tal divisão se faz necessária pelo apartamento institucional e ao mesmo tempo simbólico do exercício das práticas culturais relativas ao universo político-partidário e o mundo das representações sociais partilhadas sobre a participação popular na política. Segundo Serge Berstein, no interior de uma nação existe pluralidade de *culturas políticas*, mas com zonas de aproximação entre as mesmas, pois em um dado momento elas tendem a se encontrar. Isso é visível no caso desta pesquisa, quando se destacam alguns desses momentos em que a *cultura política popular*, por exemplo, rejeita ou aprova algum político, ou mesmo quando a *cultura política partidária* demanda uma aproximação durante o processo eleitoral.

²⁵E. P. Thompson reflete que "as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou [...] na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura [...] pode ser descrita como consciência afetiva e moral" (THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 189).

²⁶BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-366.

²⁷Ibid., p. 363.

²⁸Ibid., p. 350-351.

²⁹SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 409-419, p. 414.

Ainda sobre a relevância da definição de *Cultura Política*, Angela de Castro Gomes sugere aspectos na sua composição importantes para o estudo do Piauí, como a visibilidade que se confere aos sujeitos na história, todos “sujeitos de sua própria história”³⁰. Nesse sentido, aprofunda-se o estudo em nomes e trajetórias pessoais com o propósito de, a partir delas, fazer emergir o que da *política cultural* está imerso no particular e pessoal.

Para Rodrigo Patto Sá Motta a noção de *Cultura Política* permite uma abordagem culturalista dos fenômenos de disputa de poder. Em sua concepção, essa noção pode ser observada de forma mais generalizante, tal como *cultura política*, ou de forma mais específica, em que se entende o termo no plural, como *culturas políticas*, ambas complementares. Neste trabalho, observa-se a *cultura política partidária* no Piauí enquanto cultura que se solidifica entre os partidos políticos no pós-1945 com características regionais, mas que está contida na *cultura política partidária* nacional, por isso a atuação política, ao mesmo tempo em que se conjuga aos valores dos grupos partidários em âmbito nacional, tem como fundamento de existência as singularidades culturais locais. Para Motta, a noção de *cultura política* pode ser compreendida como um conjunto de práticas, valores e representações que compõem o cotidiano de grupos específicos, expressando a sua identidade coletiva, descortinando o mundo ao qual pertencem.³¹

Observa-se que a política pode/deve ser traduzida como elemento cultural, e, ao se refletir dessa maneira, entra-se em um campo profícuo de análise, que parte, sobretudo, para a compreensão da dimensão política como substrato/parcela da teia que sustenta um *contexto cultural*³². Segundo Geertz, comparada a “sistemas entrelaçados de signos interpenetráveis (o

³⁰GOMES, Angela de Castro. História, Historiografia e Cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel et al. (Org.). **Cultura política: ensaios de história cultural, cultura política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Maud, 2005. p. 21-41, p. 24. Ver também: GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência e Cultura etc. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

³¹MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-38, p. 21.

³²Uma questão levantada por Geertz no que se refere à atuação do antropólogo tornou-se essencial para a produção deste texto: o antropólogo lança seu olhar sobre as particularidades para compreender o que delas remete àquilo que se tem de universal. Nesse sentido, *o trabalho*, sendo um elemento universal ao homem, pode ser apreendido em seu caráter valorativo/simbólico/social mediante as particularidades dos grupos que o praticam. Para ter acesso a esse conjunto de valores/símbolos, o pesquisador tem, sobretudo, que se reportar às interpretações dos que dele compartilham. Portanto, caberia ao pesquisador a análise dessas interpretações, transpondo as suas para a escrita. Geertz revela, ainda, que aquilo que se constrói enquanto pesquisadores não são os objetos sobre os quais se debruça, mas interpretações sobre eles. Essas interpretações buscam os significados com base no acervo intelectual que se possui, tentando, quase sempre, lançar um olhar sobre o que se reconhece ou desconhece no objeto de estudo. Em decorrência de tal compreensão, o autor aponta que se deve encarar a cultura enquanto *Contexto*, pois “[...] ela é um contexto, algo dentro do qual eles [os acontecimentos sociais, os comportamentos e as instituições ou os processos] podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade” (p. 10). O contexto é a trama social, temporalizada, na qual os acontecimentos ganham sentido e significado, por tudo isso a expressão *Contexto cultural* é o ponto chave de

que eu chamaria de símbolo, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos e as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.³³ Nesse sentido, enquanto *contexto*, não se poderia desvincular qualquer análise sobre as disputas pelos trabalhadores no Piauí de elementos fundantes como partidos políticos, religião, propostas *trabalhistas* e cotidiano dos trabalhadores. É o contexto que fundamenta a análise sobre o que foram os *trabalhismos*, tanto oficial quanto religioso, e os graus de dificuldades variados que apresentaram as tentativas de sua introdução no Piauí, porque visavam se inserir/interferir na *cultura política partidária e popular*.

Para o historiador, entretanto, essa compreensão do social lança a problemática de como deve se reportar a esse *contexto*. Primeiramente vale-se de alguns episódios de caráter excepcional a serem analisados como parte manifesta e latente do social, com base no entendimento de que a partir da exceção pode-se observar o funcionamento do que efetivamente seria compreendido na sociedade como a “norma”. Ao se observar atentamente esses episódios, como no caso singular do segundo capítulo, busca-se compreender as dimensões que compõem a tessitura do real. Portanto, observá-los possibilita que se alcance a compreensão da adesão/partilha de valores, crenças e símbolos entre os membros de determinada sociedade.

O historiador, ao lançar seus olhos sobre o passado, tenta produzir sentido para outro momento, no qual vigora um corpo de ideias muitas vezes diferentes das com as quais lida nos dias atuais. Apesar de todos os obstáculos³⁴, mas com o intuito de tentar sentir esse outro momento da forma mais aproximada possível de como se manifestou para aqueles que o vivenciaram, especialmente no que se refere à questão do *trabalhismo* e das disputas políticas

percepção sobre os acontecimentos no Piauí, na escrita desta tese. Ver: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a.

³³GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a, p. 10.

³⁴Certamente problemas apareceram durante a construção desta tese, pois há uma significativa diferença entre a atuação do antropólogo, que pesquisa *in loco*, e a do historiador, que pesquisa por meio dos fragmentos do passado. Considera-se que as problemáticas que se teve que enfrentar, como a não compreensão de muitos acontecimentos, são desafios que podem ocorrer tanto ao antropólogo quanto ao historiador, com a diferença de que, para este, o lapso do tempo embaça ainda mais a visão. Destarte, ambos enfrentam/experienciam um estar/não-estar presente no processo de pesquisa. O antropólogo, por mais que tente, e que esteja diariamente no convívio de uma comunidade, nunca penetrará em outra cultura, será sempre outro, um estranho, o estrangeiro, como lembra Geertz. Para esse autor, o antropólogo não submerge em outra Cultura, apenas se coloca no seu caminho para ser envolvido e enredado por ela. Esse distanciamento, em maior grau, é sentido por aquele que faz História (GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos**: dois países, quatro décadas, um antropólogo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012b).

partidárias, pensou-se a construção deste estudo a partir de uma *Antropologia Histórica*³⁵, cuja concretização alicerçou-se sobre a utilização de alguns estudos importantes como modelo. Uma das obras que de forma singular marcou esse percurso foi *O imaginário trabalhista*³⁶, de Jorge Ferreira, possibilitando que se repensassem as novas sensibilidades em torno do fazer historiográfico, em especial a própria história política. O autor aponta, em uma escrita antropológica, que a política no período de 1945 a 1964 correspondia às “tradições, crenças e valores que circulavam na sociedade brasileira da época”³⁷, facilitando a percepção de que, nos dizeres de Geertz, “a política de um país reflete o modelo de sua cultura”³⁸, ou mesmo de que a política é componente importante da cultura de um povo. Foi essa dimensão antropológica, sobretudo, que ajudou a observar as décadas de 1950 e 1960 a partir das palavras utilizadas pelos próprios atores sociais, como o próprio termo *trabalhismo*, expressão corriqueira nos jornais que, de maneira especial, estava relacionada aos políticos do PTB, ou quase exclusivamente às ações daquele partido. Contudo, o termo, como qualquer expressão, tinha a sua polissemia, e poderia ser lançado a outras instâncias que tentavam se aproximar dos trabalhadores, como, por exemplo, a Juventude Trabalhista ou a Liga das Mulheres Trabalhistas, e até mesmo estar relacionado a setores da Igreja Católica como a Juventude Operária Católica (JOC). Perceber o *trabalhismo* como termo endógeno também levou à reflexão sobre o termo *populismo*³⁹, uma vez que se tratava de expressão pouco encontrada nos periódicos da época e cuja menção, quando ocorria, resultava na caracterização positiva daquele a quem se direcionava. Nas fontes pesquisadas, o termo ganhou conotação negativa a partir de 1962, geralmente destinando-se a adjetivar políticos tidos como “demagogos”⁴⁰.

Nesse sentido, e a pretexto da própria Antropologia Histórica proposta como metodologia para este estudo, concebeu-se o *trabalhismo* e não o populismo também como categoria analítica. Isso porque, enquanto categoria, o *populismo* primava pela concepção de que a espacialidade do núcleo urbano industrializado serviria como lócus de atração para a

³⁵GEERTZ, op. cit., 2012a. Sobre a Antropologia Histórica, ver: DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução: Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986b; DARNTON, Robert. Uma Entrevista com Robert Darnton. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 232-243, 1989; DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o Século XVIII**. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; DARNTON, Robert. **Poesia e Polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³⁶FERREIRA, Jorge. **Imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

³⁷Ibid., p. 11.

³⁸GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a, p. 135.

³⁹Para saber mais sobre essa discussão ver o livro: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁰Ver: GOVERNOS populistas. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 6, 4 maio 1962.

imigração de um grande número de trabalhadores do campo. Nesse espaço citadino o grupo campestre formaria uma massa suscetível a líderes carismáticos, portanto, sem condições de exercer plenamente sua auto-organização. Partindo-se dessa ideia e tentando associá-la à região estudada, observou-se que mesmo no espaço urbano piauiense as áreas de desenvolvimento eram parcamente industrializadas, sendo que a maioria dos trabalhadores ainda estava no campo buscando modos de sobrevivência. Portanto, poucas vezes da política partidária chegavam a ter essa expressiva ressonância carismática, como aponta a noção de *populismo*, em especial porque se deve levar em consideração, *primeiro*, a relação dos trabalhadores com os líderes e chefes locais, que acabavam fragmentando o poder de uma única liderança política; nesse sentido, as relações eram estabelecidas a partir da importância do líder local, geralmente detentor da posse da terra ou irrompido da esfera religiosa. *Segundo*, deve-se ressaltar um fator essencial sobre essa condição de participação popular, o analfabetismo, que, de uma forma ou de outra, acabava por promover um maior descaso/exclusão das questões políticas partidárias, visto que o voto era proibido aos que não possuíam letramento.⁴¹ Percebeu-se que, muitas vezes, a atração em massa sobre os assuntos partidários se efetivava quando fomentada por outras questões, como ocorreu com a morte do candidato ao governo pelo PTB, Demerval Lobão, e ao Senado pela UDN, Marcos Parente, que promoveu uma comoção social um mês antes do pleito eleitoral, aspectos muito mais ligados à cultura do que puramente à manipulação de lideranças.

Por sua vez, os estudos sobre o *trabalhismo*, nascidos da pena de muitos historiadores que possuem também formação e influência da área da Ciência Política e da Sociologia, faziam muito mais sentido à proposta deste estudo, porque enfatizavam a importância do papel dos partidos políticos e de sua relação com os trabalhadores, surgindo, nesse contexto, vários e referenciais estudos sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Construiu-se, assim, um olhar privilegiado e novidadeiro sobre a esfera política oficial.⁴² O

⁴¹Os analfabetos só adquiriram o direito ao voto em 1985 (DULCI, Otavio Soares. As elites políticas. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 225-235, p. 228).

⁴²Ver: GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989; ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992; FERREIRA, Jorge. **Imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

*trabalhismo*⁴³, para esse núcleo intelectual, referia-se de forma singular a um projeto político, sobretudo partidário, que pretendia atuar significativamente na vida dos trabalhadores nacionais, e que, em certa medida, foi posto em prática por sujeitos cuja atuação se caracterizava por tentarem estabelecer conexões com as camadas mais pobres da sociedade.

Para uma definição mais precisa da categoria analítica, recorreu-se às obras de intelectuais que se debruçaram sobre o *trabalhismo* no Brasil, nas quais se encontraram fluxos distintos de percepção sobre a significação do termo.⁴⁴ Apesar da relação com tantos outros conceitos e *ismos*, o que existe de fato em comum, na grande maioria dos estudos sobre o *trabalhismo*, é uma tentativa de apreendê-lo na documentação do período de 1945 a 1964, em especial associando-o ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Talvez o ponto central na problemática da imprecisão seja justamente esse, pois, segundo alguns estudiosos, não se pode negar o arcabouço intelectual que cercou os *petebistas* no período de 1945 a 1964, uma vez que havia uma preocupação em construir uma estrutura doutrinária sólida no seio do PTB, no entanto, os próprios dirigentes trabalhistas não concordavam quanto ao seu conteúdo.⁴⁵ Tendo como foco central de percepção o *trabalhismo* no Brasil, os autores se voltaram para as análises das formulações intelectuais-políticas do período final do *Estado Novo*; para as propostas Vargasistas (1951-1954); para os discursos intelectuais de teóricos *petebistas*; para as práticas do PTB e sua relação com o poder estatal e os movimentos sociais e sindicais.⁴⁶

Diante da multiplicidade de autores e propostas, percebeu-se que o *trabalhismo* foi alçado à categoria analítica na História, assumindo a carga de complexidade de qualquer noção que se constrói a partir de camadas de tempos. Existem divergências quanto ao manancial teórico que o define, quanto à sua composição, e até mesmo quanto à forma de atuação dos *trabalhistas*. Em comum, os estudos que foram produzidos tentam compreender a dinâmica política, elegendo como elemento propulsor a relação entre a classe trabalhadora,

⁴³Enquanto esquerda nacional, Daniel Aarão Reis concebe o termo também como nacional-estatismo. Ver: REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 173- 182.

⁴⁴A dificuldade de definir a noção no aspecto social foi também expressa pelos próprios autores: “[...] até hoje a definição do que seja trabalhismo entre nós é bastante polêmica. Ela tem sido associada indistintamente a sindicalismo, a Vargas, a nacionalismo, a socialismo, a autoritarismo, a populismo e até mesmo a comunismo e a democracia social” (GOMES, Angela de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989).

⁴⁵Ibid.

⁴⁶DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989; REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 173-182; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203; BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

mesmo que apareça apenas em nível eleitoral, e o projeto *trabalhista* do PTB e de certos líderes políticos. Alguns desses autores perceberam que os mecanismos de poder institucional e oficial, por mais repressivos que pareçam, tendem a se estabelecer como via de mão dupla; nesse sentido, o conceito foi, sobretudo, uma escolha de um grupo acadêmico que visava ampliar o entendimento sobre as relações políticas e sociais do período.

Essa assertiva, contudo, não exclui do termo as suas peculiaridades, como por exemplo as várias significações atribuídas à noção de *trabalhismo*, em geral derivadas das múltiplas concepções teóricas; o fato de essa noção ser analisada no seio de um único partido, o PTB; e, sobretudo, a característica de uma produção intelectual que evidencia uma análise sobre os discursos e ações oficiais. Mesmo diante de tantos aspectos, afirma-se que se considera a noção de *trabalhismo* como a categoria analítica ideal para objeto deste estudo, e é isso que se apontará nas próximas páginas deste trabalho.

O *trabalhismo* tornou-se ainda mais importante nesta pesquisa não apenas pela emergência do PTB ao governo piauiense, mas pelo intenso debate produzido sobre o trabalho, que gerou uma disputa pela organização dos trabalhadores no Estado, tentando garantir formas de sua fixação no campo.⁴⁷ Um dos aspectos sobre o qual se debruçou é o de que essa noção gestou mais de uma concepção de ser e estar para os trabalhadores, resultando na percepção de que o *trabalhismo* não era um projeto único, mesmo tendo o projeto *trabalhista* do PTB vigorado de forma mais efetiva no Brasil. Diante dessa premissa, por que não se pode afirmar que existiam propostas trabalhistas oriundas de pontos variados, para além da sombra do PTB? Seria esse o caso da Igreja Católica com relação aos trabalhadores no período? A obra de Angela de Castro Gomes delinea uma importante percepção sobre esse aspecto. Em *A invenção do Trabalhismo*⁴⁸, a autora refletiu que nos anos iniciais da República os próprios operários e trabalhadores articularam ideias com relação ao trabalho, tomadas e ressignificadas posteriormente no final do *Estado Novo*, em especial pelo ministro do trabalho Marcondes Filho, que terminaram por servir como base para a criação do PTB e

⁴⁷Leila Menezes Stein apontou que durante as décadas de 1950 e 1960, a Igreja Católica atuou como força importante para articular os sindicatos rurais no Brasil, destacando-se na configuração de um *trabalhismo agrário*, que define como “[...] aqueles movimentos e tendências políticas que, caudatários da herança getulista, de algum modo empenharam-se na afirmação institucional de canais de negociação para os conflitos de trabalho agrícola, em suas formas de relações de ‘moradores e colonos’ e ‘assalariamentos temporários’, assim como para os conflitos sociais decorrentes da marginalização social e política dos pequenos produtores agrícolas de então. Tal trabalhismo tinha seu contraponto numa ‘questão social agrária’. Essa questão, que sem dúvida prolonga-se por toda a vida republicana, seria potencializada nas décadas de 1950 e 1960 pelas condições particulares da industrialização brasileira, assim como pelas pressões sociais por sobre o sistema de dominação e de poder”. Ver: STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política**: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade), p. 45.

⁴⁸GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

para um ideário político, denominado de *trabalhismo*. Concebe-se que tais ideias sobre o *trabalho* não eram totalmente inexistentes no Piauí, contudo a *cultura política partidária* dificultava a maior visibilidade daquele projeto, o que fez com que fossem içadas de forma mais efetiva pelo governador *petebista* Chagas Rodrigues. No momento em que aquele governo pretendeu instalar um projeto *trabalhista oficial* no Estado, o ideário *trabalhista petebista* ganhou imensa visibilidade social. A partir daí a Igreja Católica soube capturar aquele discurso social e o associou a um reformismo que crescia no seio da própria instituição, adotando, por seu turno, uma espécie de *trabalhismo cristão* para tentar organizar os trabalhadores, em especial os que se encontravam no campo.

Devido ao até então exposto, assevera-se que a noção mais adequada para a compreensão dos discursos e ações havidas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960, com algumas adaptações, é a de *trabalhismo*, pelas questões que se passa a pontuar. Inicialmente o *trabalhismo*, como categoria de análise, foi uma forma de se adentrar as questões que permeavam os debates sociais. Muito mais do que unicamente um projeto, o *trabalhismo* foi um movimento, uma escolha de estar no mundo, planejando-o e nele se inserindo por meio da força do trabalho e do cotidiano dos trabalhadores, apresentando-lhes novos direcionamentos para questões que perpassavam séculos sem solução, como a reforma agrária no Piauí. Nesse sentido, como forma de atuação no social, encontrou-se dissolvido nos debates de várias instituições e categorias, como partidos políticos e Igreja Católica, gerando planos de atuação diversificados quando tentavam lançar formas de organizações dos trabalhadores e condições para sua existência. Assim, a noção do *trabalhismo* como *movimento*, algo que pode ser concebido de modo mais abrangente e complexo, extrapolando inclusive os limites de um partido político, embora com maior expressão e capacidade de articulação dentro daquela sigla, torna-se central para refletir o universo documental desta pesquisa.

Nesse ponto, afastou-se de alguns debates existentes, pois saiu-se da análise do *trabalhismo* unicamente na esfera do PTB e da política do Estado e buscou-se identificar outras propostas trabalhistas significativas para a época, como a da Igreja Católica. Deve-se dizer que o *trabalhismo* primou, de forma bem ampla e geral, como movimento de atuação social e política para aqueles que trabalhavam, voltando-se para a situação presente e futura, constituindo-se sobretudo como um plano para a vida - em toda a sua dimensão - dos trabalhadores. Assumindo a característica de projeto em disputa, o *trabalhismo* desdobrou-se em duas formulações, uma discursiva e outra prática, que juntas serviram como forma de entendimento do momento histórico específico de 1945-1964.

Na continuidade, outro aspecto que resultou na utilização do termo *trabalhismo* foi a emergência, no Piauí, de um projeto ligado ao PTB que teve grande ressonância social. Nesse ponto, aproximou-se da grande maioria dos estudos citados ao longo deste texto, no qual se examina a esfera de construção do projeto *trabalhista* contida nas propostas de governo entre os anos de 1958-1962, durante a administração do *petebista* Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. É, portanto, a partir de um projeto oficial que o *trabalhismo* também será analisado. Contudo, não se acredita que o elemento “oficial” retire a importância de se entender a complexidade política e social piauiense daquele momento, pois, tomando-se como base as palavras de Angela de Castro Gomes, entende-se que:

Dizer, portanto, que a “palavra” está com o Estado não é assumir a construção de um discurso à revelia da classe trabalhadora. O esforço deste trabalho é justamente romper com a ideia de um Estado todo-poderoso que atua sobre uma tábula rasa, pela compreensão da natureza dos laços que possibilitam o pacto entre Estado e trabalhadores, pacto através do qual ambos os termos se definem e passam a atuar.⁴⁹

Com a ajuda das obras mencionadas e das chaves conceituais, reviraram-se as fendas, brechas e pequenos indícios sobre o período, procurando os elementos que alimentaram o cotidiano e que se desdobram no que se chama de *política*⁵⁰.

Utilizaram-se várias fontes ao longo da produção deste estudo, prevalecendo sistematicamente os jornais, e por uma razão especial. O ilustre folclorista Luís da Câmara Cascudo, quando esteve em Teresina para as comemorações do centenário da cidade no ano de 1952, traçou um quadro bem amplo dos elementos culturais que encontrou, e um dos

⁴⁹GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 27.

⁵⁰Para o cientista político Norberto Bobbio, o termo política, “derivado do adjetivo originado de *polis (politikós)*, que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, [...] se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro grande tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. [...] O termo política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado [...]”. Ver: BOBBIO, Norberto. *Política*. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 954-960, p. 954. Para a filósofa política Hannah Arendt, a política “Baseia-se na pluralidade dos homens” (p. 21) e “trata da convivência entre os diferentes” (p. 21). E a autora continua: “Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativa a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo” (p. 46). Baseado em Hannah Arendt, pensa-se a *Política* enquanto elemento que foi construído para organizar a pluralidade humana, contribuindo, dessa forma, para a coexistência entre os homens. Ver: ARENDT, Hannah. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compiladas por Ursula Ludz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a, p. 21; *Ibid.*, p. 21; *Ibid.*, p. 46. Ver também: ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2012b, p. 144-145.

aspectos que mais chamou a atenção daquele intelectual foi a quantidade de jornais existentes na capital piauiense. Ao narrar um dos eventos das festividades do centenário, disse: “Teresina tem jornais. Eles registrarão tudo”⁵¹. Impressionado com o volume de noticiosos que circulava na capital piauiense, Luís da Câmara Cascudo chegou a se perguntar: “Quantos leitores?”, questionando se realmente havia destinatários reais que comportassem tamanha prática escriturística. Sobre os jornais piauienses, o folclorista traça o seguinte panorama:

Teresina tem dez jornais. Nenhum diário. O Diário oficial é trisemanário. Já li O Dia (Raimundo Leão Monteiro), A CIDADE (João Mendes Olympio de Mello), JORNAL DO PIAUÍ (José Gaioso Pires de Almendra Freitas), O PIAUÍ (Helvécio Coelho Rodrigues), PIRRALHO (Alberoni Borges de Lemos), A LUTA (Arimateia Tito Filho), JORNAL DO COMÉRCIO (Bento Clarindo Bastos), O DOMINICAL (Pe. Hermínio Davis), DIÁRIO OFICIAL (Lino Correia Lima), REPÓRTER (Antonio Prado de Moura). Teresina tem ao redor de sessenta mil habitantes. Quantos leitores? Para que 10 jornais sacudam semanalmente, duas e três edições, é preciso uma obstinação admirável, uma renúncia maravilhosa no direito das compensações, um espírito teimoso e lindo de sacrifício, de denodo e de alegria criadora. Não conheço no Brasil melhor teste de operosidade nem mais expressivo índice de solidarismo jornalístico que a existência precária, lutada, viva e alta da imprensa de Teresina. Todos os fatores estão mobilizados para diminuí-la, anulá-la, retardá-la, asfixiando-a, na simplicidade do ambiente, na falência dos meios financeiros, na pobreza [sic] de mercado, na sabida limitação repercutora das vozes destinadas a morrer num raio diminuto de ação. Entretanto dez jornais vivem, como a velha guarda imperial de Waterloo, em quadrado, resistindo a morte, vencendo-a mesmo ou morrendo devagar, com El-rei D. Sebastião na tarde de Alkácer-Kibir.⁵²

O historiador Jorge Ferreira, que utiliza a fonte impressa em suas pesquisas sobre a história política do Brasil republicano, aponta um aspecto interessante sobre o grande número de jornais que circulavam no Rio de Janeiro: “Com uma população de pouco mais de quatro milhões de habitantes, em 1950, e o grande número de analfabetos, é admirável a quantidade de jornais publicados na capital federal.”⁵³ A observação de Ferreira é interessante, porque no Piauí o número de analfabetos era ainda maior, e mesmo assim os jornais também serviam como base para a propagação dos discursos políticos. Aparentemente esses jornais eram utilizados muito mais como campo de batalha entre os partidos do que como suporte de informação e notícias.

Segundo Jean-François Sirinelli, “uma cultura política irriga um grupo humano por meio de canais de expressão que podem variar ao mesmo tempo com as épocas e com os

⁵¹CASCUDO, Luis da Câmara. Nas terras do Piauí. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 6 dez. 1952.

⁵²CASCUDO, Luis da Câmara. Nas terras do Piauí. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 6 dez. 1952.

⁵³FERREIRA, Jorge (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais** (1946-1964). Rio de Janeiro: 7Letras, 2011, p. 10.

grupos respectivos”.⁵⁴ Nesse sentido, ao se tentar refletir sobre a *cultura política partidária* no Piauí, observou-se que a investidura dos partidos na produção sistemática de jornais impressos diante de uma população enormemente iletrada pode ajudar na compreensão da forma de exercício da política praticada no Estado. Para quem os “jornalistas” escreviam? Para os leitores-eleitores dos partidos certamente, mas, de forma especial, para os próprios políticos locais. O intelectual Wilson Brandão aponta o caráter das discussões travadas naqueles jornais, afirmando que “o nível dos artigos eram *[sic]* extremamente explosivos, atacando não somente os fatos de natureza política, como também a moral dos adversários”⁵⁵. O jornalista Paulo Chaves, em livro de memórias sobre a trajetória do seu pai, o também jornalista José Vieira Chaves, que durante muitos anos foi redator e depois tornou-se proprietário do *Jornal do Piauí*, noticioso que circulou no Piauí nas décadas de 1950 e 1960, diz que: “E foi através dele[s] [jornais impressos no Piauí] [...] que se travaram as mais ferozes lutas ideológicas, se confirmaram preferências e posições políticas entre os caciques eleitorais, e se consolidaram as facções e agrupamentos de poder.”⁵⁶ Para exemplificar a forma como os jornais eram utilizados no Piauí, reproduz-se na sequência uma tira cômica, postada no jornal *O Dia*, com relação aos escritos daquele momento:

À *[sic]* propósito é conhecida a história daquele Diretor de Jornal, que quando desejava um artigo atacando a pessoa de um de seus inimigos, chamava o repórter e dizia:

- Escreva qualquer coisa sobre o fulano de tal.
- De bem ou de mal, doutor? – perguntava o jornalista.
- De mal, senhor.
- Mas doutor, o homem não tem “rabo de palha”.
- Coloque um “rabo de palha” nêle e toque fôgo meu filho. Toque fôgo, meu filho, não se esqueça.⁵⁷

Apesar de seu caráter político, os jornais e os jornalistas argumentavam (e acreditavam) que apenas eram periódicos informativos, como aponta o colunista do jornal *Folha da Manhã*, professor e desembargador Simplício de Sousa Mendes, que escrevia para o jornal cujo fundador era deputado federal pela UDN: “A ‘Folha da Manhã’ não é órgão de partido, e, apesar de pertencer a um político e representante udenista, - é um jornal de informações e, embora moderada – de opinião pública.”⁵⁸ Entretanto, em sua grande maioria, os jornais traziam em seus editoriais as questões políticas como aporte central, a exemplo de

⁵⁴SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François.

Para uma nova história cultural. Lisboa: Estampa, 1998. p. 409-419, p. 415.

⁵⁵BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e lendas da política piauiense.** Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p. 19.

⁵⁶CHAVES, Paulo. **O homem e o jornalista:** José Jornal Vieira do Piauí Chaves. Teresina, 2013, p. 28.

⁵⁷IRRESPONSÁVEIS. **O Dia**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

⁵⁸MENDES, Simplício. Ainda no setor interno. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 29 abr. 1961.

eleições, perseguições, demissões, escândalos de corrupção, entre outras. Havia uma divisão editorial entre as colunas semanais e os artigos, que muitas vezes não eram assinados por jornalistas. Faz-se questão, no percurso da escrita do texto, de evidenciar as matérias que eram assinadas. Quando isso não for possível, aponta-se a sigla política à qual o jornal estava ligado.

Portanto, os jornais entre as décadas de 1950 e 1960 podem ser considerados o palco privilegiado das contendas políticas, servindo para mandar avisos aos oponentes, lançando boatos, desmentindo outros rumores, travando os embates político-eleitorais. Ainda, segundo analisa o jornalista Paulo Chaves, “A Imprensa na consolidação do poder nos 50 era o ringue ideológico dos grupos políticos, cerzida, de golpes baixos, de socos certos, de cruzados bem-aplicados, de lonas irremediáveis, inconsoláveis, aniquiladoras, imperdoáveis, e por tantas vezes de peças bem-escritas e de alta grandeza literária.”⁵⁹ De grandeza literária realmente eram muitos dos escritos, pois vários textos publicados naquela época se rendiam à pena dos intelectuais.

Por tudo isso que se apontou, os noticiosos foram eleitos como produtores da memória social⁶⁰ daquele momento, e, dessa forma, vêm sendo utilizados por muitos historiadores como documento.⁶¹ Nesse sentido, é necessário apresentar elementos sobre a sua natureza. Tania Regina de Luca aponta que um dos primeiros subsídios que se deve levar em conta ao se utilizar a imprensa como fonte é a sua *materialidade*, portanto, alguns aspectos devem ser ressaltados, tais como a aparência, o conteúdo, as relações com o mercado, a publicidade e o público.⁶² Com relação à questão da aparência, os jornais mais consultados (*Folha da Manhã*, *Jornal do Piauí*, *O Dia*, *Jornal do Comércio* e *O Dominical*) tinham o mesmo formato. No geral, eram impressos em folhas largas, contavam com poucas imagens e alguns clichês, em especial de propagandas, e o número de páginas variava entre quatro e seis. A parte da formatação era o que deixava muito a desejar, aspecto identificado nos cinco periódicos. Algumas matérias tinham início na primeira página, muitas vezes a sua continuação acontecia na página quatro, com retorno às páginas dois ou três para finalização.

⁵⁹CHAVES, Paulo. **O homem e o jornalista**: José Jornal Vieira do Piauí Chaves. Teresina, 2013, p. 29.

⁶⁰RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e a cultura da memória. In: MATTOS, Geísa; JAGUARIBE, Elisabete; QUEZADO, Ana (Org.). **Nordeste, Memórias e Narrativas da Mídia**. Fortaleza: Edição Iris/Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 32-45.

⁶¹BURKE, Peter. O Jornalismo na História. In: MATTOS, Geísa; JAGUARIBE, Elisabete; QUEZADO, Ana (Org.). **Nordeste, Memórias e Narrativas da Mídia**. Fortaleza: Edição Iris/Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 16-30.

⁶²LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-154.

O leitor percorria todo o jornal para ler uma única notícia. Diante dessas idas e vindas, alguns trechos das matérias ficavam muitas vezes sem publicação.

De modo geral, as vendas e as propagandas veiculadas nesses periódicos eram importantes para a sua manutenção, mas o suporte financeiro dos proprietários era fundamental para a sustentação do órgão, bem como para a propaganda dos seus partidos. Deve-se ressaltar que, durante o período pesquisado, o *Jornal do Comércio* foi financiado pelo próprio governo do Estado, por fazer as vezes de *Diário Oficial*. Apesar dos atropelos, como a constante falta de energia, fazendo com que a circulação dos jornais variasse, a grande maioria mantinha certa constância, tendo todos os jornais pesquisados circulado regularmente no período de 1958 a 1962.

O conteúdo dos jornais piauienses era eminentemente político-partidário - com exceção do veiculado em *O Dominical*, que tinha como cunho central as publicações político-religiosas -, dando-se, por seu turno, grande destaque a essas questões na primeira página, especialmente quando figurava alguma disputa ou querela política do dia ou da semana. Os noticiosos visavam, além do leitor comum, em busca das notícias, informações e orações (no caso do jornal religioso), também os eleitores, no que se tornavam palanques políticos, divulgando as legendas partidárias e buscando mais simpatizantes para as suas agremiações. Portanto, uma das funções principais desses noticiosos era a propaganda partidária e o ataque aos adversários.

Diante do exposto, e para uma melhor análise dos jornais piauienses, privilegiaram-se quatro noticiosos do Piauí que circularam entre as décadas de 1950 e 1960, todos ligados às siglas partidárias: *Folha da Manhã* (1958-1962), *Jornal do Comércio* (1958-1962), *O Dia* (1958-1964) e *Jornal do Piauí* (1958-1962). O jornal *Folha da Manhã* era de propriedade de Marcos Parente, deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN).⁶³ O *Jornal do Comércio* encontrava-se sob a propriedade do funcionário público Bento Clarindo Bastos e, entre o período 1958-1962, era considerado o jornal oficial do governo do PTB. Durante algum tempo o noticioso também foi utilizado pela administração estadual como *Diário Oficial*. A situação do jornal *O Dia* é singular; de propriedade do senhor Leão Monteiro, apoiador do PSD nas eleições de 1958, com o passar dos anos vai cedendo espaço ao partido governista PTB, e, às vésperas do pleito eleitoral de 1962, é arrendado para o PTB pelo curto período de três meses, o que provocou a saída em massa de vários colaboradores. Por fim, o *Jornal do Piauí* era o órgão do Partido Social Democrático (PSD), fundado em

⁶³Como se verá mais adiante, Marcos Parente acaba falecendo no ano de 1958, mas o jornal continua sob a tutela da UDN no Piauí.

1951 para apoiar o *Coronel Pedro Freitas*, sendo idealizado pelo empresário Antônio de Almendra Freitas, irmão do governador.⁶⁴

Um quinto jornal foi utilizado para a investigação da atuação religiosa, pois era ligado à Igreja Católica, *O Dominical* (1948-1971), do qual se possui todos os exemplares digitalizados, contudo, pela amplitude de publicação, priorizou-se o período entre 1958 e 1963. Outros jornais piauienses ainda foram utilizados, como *A cidade* (1951-1953); *A cidade de Teresina* (1959-1962 e 1963), *Diário Oficial* (1945), *Estado do Piauí* (1959-1960), *Folha do Nordeste* (1962-1963), *Folha Rural* (1960-1962), *O Corporativista* (1962-1963), *Libertação* (1946), *O Piauí* (1946-1947 e 1950-1952) e *Resistência* (1949-1950). A escassez de fontes impressas no Arquivo Público do Piauí sobre a década de 1940 fez com que se lançasse em busca dos jornais nacionais, pesquisados no site da Biblioteca Nacional⁶⁵, dentre os quais os mais consultados foram: *Diário Carioca* (1945-1946 e 1958); *Jornal do Brasil* (1945-1947 e 1961); *Diário de Notícias* (1945-1947); *Correio da Manhã* (1945-1947); *Voz Operária* (1949); *A Manhã* (1945); *Tribuna popular* (1945); *Terra Livre* (1954-1963); e *Tribuna da Imprensa* (1946).

Se por um lado é farto o material que remete à política partidária, são escassas no Piauí as fontes que representam as falas dos trabalhadores. Nesse sentido, buscaram-se três formas de apreensão das informações desse segmento. Na primeira, analisou-se o que Jorge Ferreira denominou de “manifestações comportamentais”⁶⁶ dos populares a partir da imprensa. Nos registros dos jornais, buscou-se capturar as ações e re-ações dos populares/trabalhadores, as manifestações nos pleitos e sua adesão ou recusa aos projetos trabalhistas que se apresentavam e à *cultura política partidária*. A segunda forma é a literatura, pois, no período, surgiram importantes escritores piauienses que tinham como compromisso escrever uma ficção-engajada, a exemplo de Fontes Ibiapina e Assis Brasil. E, por último, analisaram-se dois processos instalados após o golpe civil-militar de 1964 que apontam para a mobilização camponesa e a organização dos trabalhadores por meio dos depoimentos coletados.

Como o PTB recebe destaque especial neste estudo, buscou-se um arcabouço documental maior para efetuar a pesquisa sobre o partido trabalhista. Ainda no campo das fontes relacionadas à mídia impressa encontraram-se alguns números da revista *Caravana*, publicação do PTB piauiense durante o período da administração do governador Chagas

⁶⁴CHAVES, Paulo. **O homem e o jornalista**: José Jornal Vieira do Piauí Chaves. Teresina, 2013, p. 29.

⁶⁵Link de acesso aos periódicos da Biblioteca Nacional: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>>.

⁶⁶FERREIRA, Jorge. **Imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a, p. 14.

Rodrigues e que na década de 1960 se autointitulava “órgão de divulgação do desenvolvimento nacional”. O periódico era publicado no Rio de Janeiro e trazido ao Piauí, sempre lançado às vésperas de eventos, como eleições e aniversários de administração do governador *petebista*, entre outros. A publicação é uma fonte importante sobre a propagação das ideias do partido no Estado. Contudo, só se conseguiram localizar seis de seus números, situados entre os anos 1958 e 1965.⁶⁷

Um número expressivo de documentos sobre o PTB piauiense foi encontrado no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, inclusive as Atas de fundação até o processo de reformulação partidária que ocorreu no ano de 1954.⁶⁸ Contou-se, ainda, com o suporte de documentos oficiais, como as mensagens governamentais de Chagas Rodrigues, o caderno dos projetos de leis aprovados naquele momento, conseguido na Assembleia Legislativa do Piauí⁶⁹, e o acervo pessoal de livros do ex-governador, com uma variedade de obras adquiridas entre as décadas de 1940 a 1960. Esse acervo foi doado pelos familiares à Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Veloso, em Parnaíba.

Entrelaçaram-se as análises dos jornais e revistas com um número expressivo de livros de memórias, escritos por figuras que compuseram o cenário político e social do Piauí. Percorreram-se sebos e bibliotecas privadas e públicas do Piauí e do Brasil, com o intuito de capturar essas construções memorialistas, para observar o esforço de ordenação discursiva das atuações na política piauiense. Na maioria das vezes, esses relatos se apresentavam como forte necessidade de narrar os acontecimentos políticos pela visão daquele que militava em determinado partido, ou mesmo como tentativa de justificar ações e atuações na política e na sociedade buscando coerência na vida pública daquele indivíduo, e dando certamente a palavra “final” sobre a sua posição no seio das disputas entre as siglas partidárias locais. Assim são os livros de Leônidas de Castro Mello, ex-interventor do *Estado Novo* e fundador do Partido Social Democrático no Piauí⁷⁰, bem como a obra do candidato ao governo e filho do ex-governador *Coronel* Pedro Freitas, o *pessedista* José de Almendra Gayoso.⁷¹ Dos *petebistas*, encontrou-se a rara publicação do ex-deputado estadual e médico psiquiatra

⁶⁷REVISTA CARAVANA, ano XII, set. 1958; REVISTA CARAVANA, ano XII, n. 166, dez. 1958/jan. 1959; REVISTA CARAVANA, ano XIII, ago. 1960; REVISTA CARAVANA, ano XVIII, mar. 1960; REVISTA CARAVANA, ano XIV, abr. 1961; REVISTA CARAVANA, jul. 1965.

⁶⁸A lista dos documentos pesquisados naquela instituição está em destaque nas fontes no final do trabalho.

⁶⁹PIAUI. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1960.** Teresina, 1960a; _____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1961.** Teresina, 1961; _____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1962.** Teresina, 1962a.

⁷⁰MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho.** Teresina: Comepi, 1976.

⁷¹FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos.** Teresina: [s.n.], 1999.

Clidenor de Freitas,⁷² e a recente obra do ex-vereador e preso político Jesualdo Cavalcanti Barros.⁷³ Da UDN, encontraram-se as memórias do parnaibano e amigo pessoal da família Rodrigues, José Nelson de Carvalho Pires⁷⁴, e do ex-governador Rocha Furtado.⁷⁵ Um trabalho de memória importante é o de autoria de Afonso Ligório Pires de Carvalho, intitulado *Nos tempos de Leônidas Mello*, que traz, além das memórias do autor associadas ao político Leônidas Mello, também um valioso número de depoimentos de personalidades piauienses sobre aquela figura pública e o período pós-1945.⁷⁶ Também se obteve o relato do ex-deputado estadual *pessedista* Constantino Pereira de Sousa, que foi apoiado por Chagas Rodrigues como seu sucessor no pleito de 1962, perdendo a eleição.⁷⁷ E no que se refere à atuação da Igreja Católica, uma série de documentos pessoais e fotos foram doados pelos padres Tony Batista e Raimundo José Ayremorais.⁷⁸

Para finalizar, fala-se sobre a composição do texto. O trabalho está dividido em duas partes. Na Parte I, intitulada *No contexto das Culturas Políticas*, trilha-se um percurso sobre a *Cultura Política Partidária* piauiense e o cotidiano dos trabalhadores pobres, adentrando de forma singular o *Contexto Cultural* que resultou no processo sucessório do ano de 1958 e que levou Chagas Rodrigues ao governo do Estado. Essa parte reúne os capítulos segundo, terceiro e quatro. O primeiro deles, que tem como título *Entre mortos e feridos, salvaram-se todos!*, utiliza a política como pretexto para compreender o *contexto cultural* piauiense. Partindo-se, como propõe Robert Darnton⁷⁹, de um acontecimento singular, o acidente automobilístico que vitimou os candidatos da coligação PTB-UDN - o candidato ao governo *petebista* Demerval Lobão e o candidato ao Senado pela União Democrática Nacional Marcos Parente -, observa-se que a sensibilidade popular se canalizou, mediante as mortes, como uma forma de compensação política aos vivos. Não houve nenhum projeto trabalhista, tampouco programa de governo definido pelos candidatos suplentes, mas, sobretudo, a campanha foi fundamentada pela ideia da morte redentora dos candidatos *mártires*. Em um *contexto cultural* de efervescente crença na imortalidade da alma, houve, no

⁷²FREITAS, Clidenor. **Ideologia e Circunstâncias**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1988.

⁷³BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

⁷⁴PIRES, José Nelson de Carvalho. **Por que Parnaíba, cidade universitária?** Parnaíba: Sieart, 2009.

⁷⁵FURTADO, José da Rocha. **Memórias e depoimentos**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.

⁷⁶CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007.

⁷⁷SOUSA, Constantino Pereira de. **Lembranças e histórias de uma vida**. Teresina: Gráfica do Povo, 2001.

⁷⁸Possui-se um acervo de 70 imagens do período em que D. Avelar era Arcebispo de Teresina, concedidos durante a pesquisa de mestrado pelo padre Tony Batista. O padre Antônio José Ayremorais possui uma biblioteca particular no bairro Tabuleta, zona sul de Teresina, e foi também durante a pesquisa de mestrado que se conseguiu uma valiosa documentação que trata da atuação da Igreja Católica junto aos trabalhadores.

⁷⁹DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução: Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986b.

entendimento aqui defendido, um direcionamento final do pleito, entre os populares, para as candidaturas lançadas há menos de 20 dias, fazendo com que Chagas Rodrigues fosse eleito no lugar de Demerval Lobão, e Joaquim Parente, um vendedor de tintas estabelecido no Rio de Janeiro, galgasse a posição de senador no lugar do seu irmão, Marco Parente.

Em nenhum momento aponta-se que os políticos ou o Estado controlavam as sensibilidades populares, mas certamente a morte - e todos os valores e crenças que a envolviam - foi adequada às necessidades da campanha, utilizada, nesse sentido, com fins eleitoreiros. Em que medida tal episódio se torna significativo para o entendimento da *cultura política partidária* e da *cultura política popular* local? Aprendeu-se com Geertz que “o objetivo é tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-a exatamente em especificações complexas”⁸⁰. Deve-se, pois, apontar, nas singularidades desses elementos, aquilo que une, as ideias que são compartilhadas. De forma mais específica, pergunta-se: o que de especial houve naquela eleição de 1958 que uniu os eleitores para dar a vitória a um candidato *trabalhista* no Piauí? O que fez com que criassem uma espécie de atração sobre, por exemplo, determinadas figuras políticas? Todas essas problemáticas acabaram por ser dissolvidas quando uma lupa foi colocada sobre o processo sucessório. Algumas obras piauienses foram analisadas, pois assinalam o acidente de 4 de setembro como um elemento importante, contudo, nenhuma delas se deteve, de forma mais efetiva, no caráter simbólico⁸¹ desse acontecimento relacionado ao processo eleitoral. Diferentemente do que esses estudos apontam, a morte, nesta análise, será fator determinante para a aceitação dos candidatos ao governo do Piauí no ano de 1958 pelos eleitores piauienses.

No segundo capítulo, ainda da Parte I, percorre-se a *Cultura Política Partidária* entre 1945 e 1958, e mesmo que se entenda que “a análise cultural é intrinsecamente incompleta, e o que é pior, quanto mais profunda, menos completa”⁸², procura-se observar densamente a articulação dos partidos políticos, em especial UDN, PSD, PTB e PCB, no *contexto cultural* local. A disposição em abordar culturalmente a organização dos partidos políticos no pós-*Estado Novo* despontou na medida em que se conseguiu visualizar que determinados instrumentos foram utilizados como forma de sustentação da *cultura política partidária*, como a violência física e simbólica. *Na furna da onça: organização dos partidos*

⁸⁰GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a, p. 19.

⁸¹DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**.

Tradução: Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986b.

⁸²Ibid., p. 21.

políticos no pós-1945 e a trajetória do PTB no Piauí é o título que dá nome ao capítulo, em que se busca promover uma discussão sobre a violência⁸³ como parte da *cultura política partidária* piauiense e sobre como a política partidária possuía em sua constituição canais próprios para a sua formação, muito longe das camadas populares. Compreende-se que na medida em que o poder dos beneficiários do *Estado Novo* foi sendo fragmentado em razão de outras forças políticas, a violência, que já era corriqueira no cotidiano político, tomou proporções maiores no Estado, polarizando-se nas disputas entre PSD e UDN. Ressalta-se ainda a imagem pouco receptiva de Getúlio Vargas no seio das massas eleitorais, sendo associado muito mais ao Estado ditatorial do que às reformas trabalhistas.

O segundo momento desse capítulo percorre a singular trajetória do PTB no Estado e a sua tentativa, muitas vezes em vão, de se constituir como reduto dos trabalhadores piauienses. Em sua origem, em 1946, o partido, longe de ser uma trincheira para o proletariado local, adotou as mesmas práticas dos outros partidos em evidência no Estado, contribuindo para uma melhor visibilidade do funcionamento da *cultura política partidária* local. No ano de 1954, apeados da liderança, os fundadores do PTB no Estado foram obrigados a ceder espaço aos novos companheiros que vinham da UDN, que, por seu turno, contavam com o apoio do vice-presidente João Goulart. Sem identidade definida, mas em franco crescimento, em decorrência das adesões, esse partido começava a tentar promover articulações para galgar novos espaços na política local, o que ocorreu de forma repentina em 1958.

O terceiro e último capítulo da primeira parte apresenta os trabalhadores piauienses a quem aquele governo eleito no ano de 1958 buscou se destinar. Em território de seca e enchente, de pobreza e analfabetismo, os trabalhadores labutavam pela alimentação cotidiana nos grandes latifúndios do Estado. Intitulado *Entre o labor e a pobreza: os trabalhadores do campo e da cidade nas décadas de 1950 e 1960 no Piauí*, esse capítulo se propõe, utilizando em muitos momentos como fonte a literatura, a apontar as representações construídas sobre os trabalhadores pobres da cidade e do campo. Nesse momento, observa-se a luta pela sobrevivência e a capacidade de organização local, que vai ser o foco central da disputa entre Estado e Igreja.

Findada a primeira parte do texto, e depois de um percurso significativo sobre o *contexto cultural* piauiense, a *cultura política partidária* e a *cultura política popular*, adentra-

⁸³Uma autora que ajudou a pensar a relação entre violência e política foi Hannah Arendt ao afirmar que “ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência sempre desempenhou nos negócios humanos” (ARENDR, Hannah. **Sobre a violência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 23).

se em um segundo momento, no qual se tenta elucidar de que modo o *trabalhismo oficial* emergiu como tentativa de substituir a forma de fazer política existente no Piauí, pelo menos em sua roupagem mais externa, e como o *trabalhismo cristão* despontou tentando disputar a liderança dos trabalhadores. Essa Parte II ostenta como título *Da terra ao céu: as disputas pelo trabalhismo no Piauí nas décadas de 1950 e 1960*, e é também composta por três capítulos – quinto, sexto e sétimo.

No primeiro capítulo da Parte II, intitulado *Que o sol brilhe para todos: um governo trabalhista no Piauí*, busca-se compreender as propostas *trabalhistas* lançadas pelo PTB por meio de dois eixos: a relação do *trabalhismo* nacional com a perspectiva piauiense, e a intensificação da propagação de um ideário *trabalhista* a partir da eleição do primeiro governador *petebista* no Piauí, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. Na primeira parte desse capítulo traça-se um esboço biográfico-político do governador *petebista*, investigando-se a sua formação educacional, familiar e política, observando-se as disputas discursivas sobre a representação daquele sujeito. Observa-se que, em meio à *Cultura Política Partidária* existente no Piauí, um projeto *trabalhista* emergiu a partir de um partido político, o PTB. *O trabalhismo oficial* que tentou se estabelecer visava o desenvolvimento e a justiça social, mas sobretudo prometeu atuar no meio rural.

O segundo capítulo, intitulado “*Demagogia ao mólho pardo*”⁸⁴: *oposição e resistência ao trabalhismo oficial*, pretende averiguar a recusa pelos políticos, trabalhadores e populares do projeto *trabalhista oficial*. Em um primeiro momento percorrem-se as manifestações e discursos da oposição política ao governo de Chagas Rodrigues. Percebe-se que a negação de um projeto trabalhista se pautava pela preservação da cultura política partidária que estava fincada em raízes elitistas e fundiárias. O isolamento político e as acusações de envolvimento com o comunismo acabaram desestabilizando a administração *petebista*, submetendo-a, nos últimos dias de governo Rodrigues, a uma enorme pressão, inclusive dos próprios companheiros de partido. Na parte final desse capítulo, observa-se a *cultura política popular* e sua relação com o projeto político idealizado no Piauí, quando da chegada ao Executivo estadual de Chagas Rodrigues. Identificam-se as barreiras colocadas para o avanço daquele projeto. A indiferença, a submissão, a luta pela própria sobrevivência e a religião muitas vezes tinham maior significação para os populares do que as ações da política partidária, confirmando as palavras de Jorge Ferreira de que “O próprio projeto

⁸⁴ Termo referente às práticas de Chagas Rodrigues, retirado do artigo CONSIDERAÇÕES sobre a política do governador. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 25 set. 1960.

trabalhista, para ser compreendido e aceito, não pode ignorar o patrimônio simbólico presente na cultura política popular.”⁸⁵

No Piauí, vê-se que o *trabalhismo* de forma específica, para além de um projeto político partidário, tornou-se um projeto social, e, nesse sentido, nem sempre os projetos *trabalhistas* coincidiam. Portanto, no terceiro e último capítulo da Parte II, intitulado *Perdão para o castigo de Adão: o trabalhismo católico no Piauí*, deixa-se o campo da política partidária e investiga-se outra arena política importante, a religiosa. Adentra-se o espaço da Igreja Católica e nas formulações de um ideário *trabalhista cristão*. D. Avelar Brandão Vilela torna-se uma figura festejada e influente não apenas na capital, onde atuava como arcebispo metropolitano, mas em todo o Estado, principalmente depois de sua projeção internacional ao presidir a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.⁸⁶ D. Avelar Brandão Vilela promoveu uma série de mudanças na forma de condução dos cristãos católicos piauienses, naquele momento. Suas ações destinavam-se às causas sociais, destacando-se, sobretudo, a sua atuação na formação de sindicatos no campo, que lhe rendeu a pecha de comunista, figurando como *persona non grata* entre os militares que passaram a comandar o Piauí após o golpe de 1964. A rejeição por parte do Exército não ocorreu apenas à figura do prelado, mas também boa parte dos seus auxiliares clérigos, como o padre Francisco Carvalho e alguns leigos, acabaram se tornando elementos de visibilidade política por causa daquele projeto de ação católica.

A proposta inicial desta tese era priorizar unicamente as disputas no plano político partidário, mas foi impossível concretizar tal empreitada mediante a força da documentação. Na tentativa de se conhecer um período da forma mais próxima possível daqueles que nele viveram⁸⁷, ou melhor, conhecer o espírito da época, não se poderia negar a existência de determinados elementos como componentes entrelaçados da trama cultural.

Procurou-se estabelecer essa conexão com o passado por intermédio da escrita, entendendo-se que a construção de uma narrativa densa sobre ele requer que se saiba contar de forma aprazível essa história.⁸⁸ Por isso, escolheu-se escrever de forma simples e direta,

⁸⁵ FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 103.

⁸⁶ ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto**: trajetória e representação do Arcebispo do Piauí. 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2008.

⁸⁷ GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926**: vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁸⁸ Deve-se destacar o impacto da leitura da obra da professora cearense Berenice Abreu sobre esse ponto, que ao tratar da trajetória de jangadeiros que buscavam seus direitos durante o *Estado Novo*, mostrou que a arte de narrar é essencial na produção histórica. Ver: ABREU, Berenice. **Jangadeiros**: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

como se se estivesse a contar a viagem temporal empreendida, rica em detalhes e casos. Se o leitor conseguir sentir, durante a leitura do texto, a densidade de uma outra temporalidade pelo menos uma vez, em grande medida já se dará por satisfeita esta investigação histórico-antropológica. Boa leitura!

PARTE I
NO CONTEXTO DAS CULTURAS POLÍTICAS

2 ENTRE MORTOS E FERIDOS, SALVARAM-SE TODOS!

“Há na vida de quase todos nós o hábito de considerar bons, sem defeitos, inatacáveis, os que desapareceram da face da terra, ainda que portadores, em vida, de qualidades negativas capazes de enodoar a própria identidade. Morreu, exclamamos:

- Coitado. Tão bom que era! Foi direto para o céu. Pura hipocrisia, a que poucos se furtam.”⁸⁹.

“Está morto: podemos elogiá-lo a vontade.”⁹⁰.

Neste capítulo busca-se investigar de forma intensa e minuciosa um episódio⁹¹ da história política piauiense que vitimou dois candidatos da coligação PTB-UDN às vésperas do pleito eleitoral: o acidente de 4 de setembro de 1958.

Explorar esse acontecimento ajudou a compreender o *contexto cultural* piauiense, no qual figurava determinada constituição da política partidária, com destaque para três siglas, UDN, PSD e PTB, sendo que duas delas, UDN e PSD, eram consideradas forças de maior representatividade até aquele momento, e a terceira agremiação, o PTB, ainda estava galgando crescimento na política local.

Rastreando-se outros processos sucessórios, observou-se que entre os anos de 1945 e 1958, as eleições no Piauí se tornavam momentos excepcionais, e talvez únicos, em que era promovida de fato uma aproximação entre os candidatos e o eleitorado, que logo após a eleição se transformava em distanciamento entre as duas esferas culturais: a *cultura política partidária* e a *cultura política popular*, como será visto no decorrer dos próximos capítulos.

A morte dos candidatos naquele momento intensificou ainda mais essa aproximação durante o pleito de 1958, que acabou sendo envolvido pela exacerbação das sensibilidades e pela crença na existência de vida pós-morte, resultando, portanto, em forte adesão popular às novas candidaturas.

⁸⁹Jornalista piauiense filiado ao PSD (SANTOS, José Lopes dos. **Política e outros temas**. Teresina: Gráfica Mendes, 1991).

⁹⁰ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II.

⁹¹Por meio desse episódio, procura-se fazer uma leitura atenta dos elementos que compõem a cultura política piauiense, tomando-se como referência: DARNTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na Rua Saint-Severin. In: DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução: Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986a. p. 103-140; GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a; FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: _____ (Org.). **Imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. p. 163-210.

2.1 Os dois “mártires” do Piauí

Diante do quadro tétrico da morte, tôdas as censuras emudecem, ensarilham-se armas do combate, estabelece-se uma ligeira trégua na luta travada entre os homens de partido, quedam-se as acusações.

As refregas, os entreveros, os conflitos de idéias cessam, porque um sentimento mais alto se levanta, o de respeito à memória dos que se sacrificaram por um ideal sublime, por uma causa que julgaram nobre e gloriosa.

As paixões partidárias, as ambições de poder político não tem voz e nem éco, se detêm ante a grandeza do silêncio mais profundo que envolve o túmulo.

A saudade caleja os corações dominados pelo luto e pela dôr cruel, atingidos profundamente pelo golpe fatal da morte traiçoeira.

[...] A melancolia invadiu a alma da cidade consternada, dando-lhe um aspecto sombrio, refratando o sofrimento dos que choraram, num pranto amargurado e triste, em hora dolorosa, a perda de vidas tão preciosas.⁹²

A escrita enternecida nessa citação se refere à tragédia que se passa a contar. Era manhã do dia 4 de setembro de 1958, quando notícias vindas pelo rádio davam conta de um desastre. Nas proximidades do povoado Morrinhos, distante apenas 14 quilômetros de Teresina, capital do Estado, um acidente automobilístico acabara de tirar a vida de 11 pessoas, deixando ainda dez feridos em estado grave. Uma nuvem de poeira, produzida pela terra que se desprendia da estrada, impediu a visibilidade do motorista do caminhão Ford, que, em ultrapassagem arriscada, e dirigindo em alta velocidade para os padrões da época (estima-se que a 70 km/h), lançou-se frontalmente contra o automóvel Mercury de cor vermelha, modelo 1948, que levava cinco passageiros. Notícia trágica para aquela manhã quente de setembro, ganhando contornos mais ressonantes pelos nomes ilustres que figuravam entre os mortos.⁹³

No caminhão Ford encontravam-se alguns trabalhadores, operários da construção civil que recebiam a denominação de *cassacos*. Contratados pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), seguiam para Teresina para receber o pagamento pelo trabalho executado na construção de estradas. Manoel Paulino de Aguiar, Valdemar da Silva, José Marques Cardoso, João Francisco da Silva, Francisco Fernandes da Silva e José Mendes da Silva perderam a vida no choque fatal. No Mercury, por sua vez, dirigindo-se para as cidades de Água Branca e São Pedro do Piauí com o intuito de fazer campanha política, estavam o jornalista e advogado Ribamar Pachêco, o motorista José Raimundo Martins Gomes, o médico carioca Rubens Perlingeiro, do Departamento Nacional da Criança, e, por fim, os candidatos ao governo do Estado pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o advogado Demerval

⁹²QUATRO de setembro. **O Dia**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

⁹³A TRÁGICA morte de Demerval Lobão, Marcos Parente e outras vítimas no desastre do dia 04. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

Lobão⁹⁴, e ao Senado Federal pela União Democrática Nacional, o engenheiro e deputado federal Marcos Parente.⁹⁵ O episódio ficou conhecido como o *Desastre da Cruz do Cassaco*.⁹⁶

Nos dias que se seguiram à tragédia, como não poderia deixar de ocorrer, os jornais da capital piauiense estampavam notícias sobre o acidente. O trecho fortemente consternado do início desta narrativa foi retirado do jornal *O Dia*, noticioso que em 1958 apoiava o candidato situacionista ao governo, José Gayoso Freitas⁹⁷, popularmente conhecido como Dedé Freitas, do Partido Social Democrático, portanto opositor dos candidatos que morreram. Ainda assim, descreveu o acontecimento com uma comoção que recobria, ao mesmo tempo, o articulista da matéria e a população de Teresina. A reportagem de capa, de forma melancólica, centrava-se na figura do candidato ao governo pela coligação PTB-UDN, Demerval Lobão, vulto político notório no Estado, ex-deputado federal, que, em edições anteriores, havia sido alvo de constantes ataques daquele jornal. Mesmo apoiando o candidato *pessedista*, era dever do jornal, naquele momento e diante da morte, segundo os editores, prestar as devidas homenagens ao falecido, como sugere a continuação da matéria:

Demerval Lobão Veras morreu tragicamente no cumprimento de um dever cívico, na missão que lhe impôs um idealismo democrático.

Isto ninguém, nem mesmo os que foram os seus mais ferrenhos adversários políticos, poderiam negar.

Nós, dessa trincheira de liberdade e de lutas democráticas, tantas vezes o combatemos dentro do mais elevado senso de dignidade profissional, tecendo-lhe, com equilíbrio e altivez moral, críticas oportunas, sinceras, saneadoras, sensatas e construtivas, num clima criado pela democracia.

[...] Combatíamos o político e não o homem.

Como líder de partido, que era, tinha o direito de pensar livremente, à liberdade de ação, de opinião e consciência política.

Ontem vivo e, agora, do outro lado da vida, arrancado abruptamente do convívio humano, golpeado duramente pela fatalidade, que lhe interrompeu a luta, detendo a marcha e o ritmo de suas atividades políticas, cortando,

⁹⁴Demerval Lobão Veras nasceu em Campo Maior, Piauí. Era advogado e presidiu a seção estadual da OAB (1940-1950). Ocupou diversas chefias de órgãos federais - inspetor do Ensino Secundário, delegado regional do Recenseamento de 1940, diretor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPTEC). Foi juiz do Tribunal de Contas (1946), diretor da Fazenda no governo udenista de Rocha Furtado (1948-1950) e deputado federal pela UDN de 1950-1954. Em 1958 estava nas fileiras do PTB. Ver: MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996. Sobre a trajetória de vida desse político, ver ainda as reportagens dos noticiosos *Jornal do Comércio* e *Folha da Manhã* de setembro de 1958.

⁹⁵Marcos Parente nasceu em Bom Jesus, Piauí. Era engenheiro, professor, deputado federal (1956-1957) pela UDN, proprietário do jornal *Folha da Manhã* e dono da construtora Jaraguá, localizada no Rio de Janeiro. Ver: MEDEIROS, op. cit. e jornal *Folha da Manhã*, de 5 de setembro de 1958.

⁹⁶Ver: BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e lendas da política piauiense**. Teresina: Gráfica do Povo, 2006; TAVARES, Zózimo. **100 fatos do Piauí no século 20**. Teresina: Halley, 2000. Ver também Jornais *Folha da Manhã*, *Jornal do Piauí*, *Jornal do Comércio* e *O Dia*, de setembro de 1958.

⁹⁷José Gayoso Freitas, mais conhecido como Dedé Freitas, nasceu em 1919, e era formado em Administração de Empresas. Filho do Coronel Pedro Freitas, ex-governador do Estado pelo PSD no período de 1951 a 1955, foi jornalista, professor, deputado estadual, Secretário de Educação e Cultura. Ver: FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: [s.n.], 1999.

com um desfecho sinistro, o prosseguimento de sua peregrinação eleitoral, nunca cometemos a injustiça de negar-lhes as qualidades profissionais e intelectuais de que era possuidor.⁹⁸

Semanas antes do acontecimento fatal, uma representação menos serena frequentava as páginas daquele noticioso. As críticas à coligação *Udeno-trabalhista*, como era intitulada pelo *O Dia* a aliança política entre PTB-UDN para o governo do Estado no ano de 1958 no Piauí, lançava sobre a figura de Demerval Lobão terminologias e comparações pouco edificantes, como ocorreu no momento do anúncio do seu nome como candidato da oposição, em janeiro daquele ano. Comparando-o ao imperador romano Nero e ao cruel político Tigelo, o jornalista referia-se a Demerval Lobão como um homem desregrado política e moralmente, como sugere o trecho:

“QUO VADIS” retrata, em suas páginas, a figura degenerada de Nero, alucinado, pervertido e inconsequente [...].

Demerval Lobão é o retrato fiel de um algoz de todo um povo, o Tigelino do gregorismo piauiense.

Aí estão as provas de seus desmandos e suas arbitrariedades na história negra do governo medíocre e desastrado de Rocha Furtado⁹⁹.

A sua passagem pela Secretaria de Finanças foi de conseqüências as mais desastrosas para a vida política e financeira do Estado.

Primou pela perseguição impiedosa e sistemática de funcionários e pelo abuso de poder. [...]

Demerval Lobão fez da Secretária, que lhe foi entregue em má hora, num dia aziago, o artifício psicológico da coação moral, o instrumento da odiosidade doentia, voltada contra os que não rezavam na sua cartilha, contra os que corajosa e heroicamente enfrentavam a sua fúria leonina.¹⁰⁰

As duas reportagens retiradas do jornal *O Dia* parecem tratar de pessoas distintas, pela forma como o periódico mudou seu discurso de um momento para outro. Contudo, um fato importante marcou a mudança no tom das matérias: a morte de Demerval Lobão. É possível observar alguns aspectos relevantes nas matérias mencionadas. *Primeiro*: é registrado na reportagem intitulada “Quatro de setembro” um “consenso” em pausar o debate entre “os homens de partido”, em razão da morte dos candidatos, pois aos mortos devia-se respeito. Contudo, o articulista também compreendeu a importância da emoção que o desaparecimento imediato dos políticos havia provocado na “alma da cidade”, elemento que deveria ser poupado pelas “paixões partidárias” e “ambições políticas”. Essa preocupação já era um prenúncio do que ocorreria nos dias seguintes ao acidente, a utilização da morte dos

⁹⁸ QUATRO de setembro. *O Dia*, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

⁹⁹ Governador do Piauí, pela UDN (1947-1951). Demerval Lobão foi diretor da Fazenda durante esse governo, no período de 1948 a 1950.

¹⁰⁰ CLAUDIUS. Eis o homem! *O Dia*, Teresina, p. 1, 26 jan. 1958.

candidatos pela coligação PTB-UDN como estratégia política.

Segundo: é perceptível naquela mesma reportagem que houve uma valorização das qualidades do indivíduo que perdera a vida, elemento discursivo muito distinto do que foi apresentado em publicações anteriores, como no caso da reportagem “Claudius. Eis o homem!” Isso demonstra a transformação positiva que a morte produz naqueles que a contemplaram, não cabendo mais aos que seguem o curso da vida apontar as características negativas daqueles que se foram.

Terceiro: a argumentação de que antes da morte as posições do jornal não eram contra o “homem”, mas contra o “político”, leva a crer na necessidade do jornal de balizar suas posições frente a um novo acontecimento produtor de comoção social. Percebe-se que a coerência nas homenagens prestadas pelos editores a Demerval Lobão após sua morte exigiu do articulista que enfatizasse que as referências ao candidato *udeno-trabalhista* nos escritos anteriores foram produzidas para ressaltar o que denominou de “político”. Na reportagem que antecede o acidente, Demerval Lobão (Figura 1) foi caracterizado como perseguidor, autoritário e indivíduo de conduta moral questionável. Nove meses antes de sua morte, o jornal não diferenciou se aquelas características depreciativas que lançava a Lobão eram relativas ao “homem”, ou fariam parte unicamente do que o jornalista intitulou “político”.

Figura 1 – Demerval Lobão: o grande líder



Fonte: Demerval..., 1958, p. 1¹⁰¹

¹⁰¹ DEMERVAL Lobão: o grande líder. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

Ante os elementos apresentados, percebe-se que se materializou uma nítida mudança na representação¹⁰² do candidato, por parte daqueles que o atacavam constantemente, em decorrência de sua morte. A escrita desses jornalistas piauienses não deve ser entendida como ação isolada, mas pode ser analisada como indicativa da percepção, naquele *contexto cultural*, sobre a “morte” e seus desdobramentos simbólicos. Portanto, o objetivo deste tópico é observar a importância da morte dos candidatos para o quadro político local na eleição para o governo do Estado em 1958, e, a partir dessa reflexão, compreender de que forma esse acontecimento contribuiu para a emergência de um governo *trabalhista* no Piauí.

A grande maioria das obras que tratam sobre o PTB¹⁰³, entre 1945-1964, apontam o seu crescimento nacional, contudo, para se compreender o aumento do número de deputados estaduais, federais e governadores no seio daquela sigla partidária se faz necessário, a partir de pesquisas pontuais, considerar alguns aspectos particulares que envolveram esse processo de crescimento. No caso do Piauí, percebeu-se que antes de ser uma questão superficial, ou um elemento a ser tratado de forma tangencial, a morte dos candidatos teria sido um dos fatores determinantes para a vitória da coligação PTB-UDN, que possibilitou, a partir de 1958, a emergência de um *trabalhismo no governo*, ou seja, *de uma proposta trabalhista oficial*.

2.2 Nas manchetes dos jornais

Os jornais locais nas vésperas das eleições, mas não somente nesse momento, tornavam-se palanques de propaganda partidária. Os editoriais políticos eram, de forma geral, capa dos jornais, deixando evidente a posição daquele noticioso diante dos acontecimentos

¹⁰² A noção de representação será usada em vários momentos na tese de acordo com o que propõe Chartier, como uma forma de dar a ver o mundo. Cada grupo ou segmento social tem uma forma de representar um objeto ou um sujeito. Partindo-se dessa concepção, observa-se que logo após o anúncio da candidatura de Demerval Lobão para o governo no pleito de 1958 ficam patentes as disputas de representação sobre aquele sujeito. Os jornais opositoristas à sua candidatura o apresentavam recoberto de aspectos negativos e seus apoiadores apontavam todas as qualidades positivas para que exercesse o cargo de governador, delineando-se dessa forma as disputas de representação (CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1990, p. 17).

¹⁰³ Algumas obras são fundantes para o estudo do Partido Trabalhista Brasileiro. Em ordem alfabética, ver: ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. **Sindicatos, carisma e poder**: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996; BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o Trabalhismo**: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989; BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). 2. ed. São Paulo: LTr, 2011; FERREIRA, Jorge. **Imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a; GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

políticos na esfera nacional e local. Apesar de muitos desses periódicos se qualificarem como “independentes” e “fiéis aos fatos”, apresentavam nitidamente as vozes dos seus candidatos e até mesmo faziam sua campanha, como se pode perceber na Figura 2, publicada no jornal *Folha da Manhã*, de propriedade do deputado federal *udenista* Marcos Parente, candidato ao Senado Federal no ano de 1958. Nesse sentido, havia uma função muito bem definida para a produção dos jornais na prática política partidária piauiense, a de fazer propaganda.

Figura 2 – Campanha de Marcos Parente



Fonte: Campanha..., 1958, p. 3¹⁰⁴

Essa utilização dos jornais não era estratégia política apenas no Piauí¹⁰⁵, o que reforça a importância dos noticiosos como registro significativo das ideias de grupos políticos

¹⁰⁴ CAMPANHA de Marcos Parente. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 3, 10 ago. 1958.

¹⁰⁵ A utilização dos jornais como palco das discussões, querelas e apoios políticos não é novidade no Piauí e nem era uma ação executada apenas durante a segunda metade do século XX. Reginaldo Araújo e Ana Amélia de Melo já observavam tais práticas nos jornais cearenses do século XIX. Ver: ARAÚJO, Reginaldo Alves de; MELO, Ana Amélia M. C. de. Uma ilustração à moda sertaneja: imprensa e linguagem política no sertão do Ceará (1824-1856). In: MELO, Ana Amélia M. C. de; OLIVEIRA, Irenísia Torres de (Org.). **Aproximações cultura e política**. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora, 2013. p. 203-226. Alguns artigos e livros apontam a relação entre imprensa e partidos, ou figuras políticas, ver: FERREIRA, Jorge. Carlos Lacerda governador da Guanabara: a crítica das esquerdas (1963-1964). In: _____ (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 154-173;

em várias partes do Brasil.¹⁰⁶ Como a *Tragédia da Cruz do Cassaco* envolveu figuras que estavam concorrendo ao pleito que se aproximava, as reportagens sobre o acidente tornaram-se, antes das eleições, o foco central da atenção daqueles noticiosos. Contudo, antes de discorrer sobre as narrativas do acidente nos jornais, é preciso apresentar brevemente o quadro político piauiense.

Unidos para o pleito de 1958, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) denominaram-se de *Oposições Coligadas*, e se contrapunham ao candidato governista do Partido Social Democrático, José Gayoso Freitas, também chamado de Dedé Freitas¹⁰⁷, o terceiro da mesma família a se candidatar ao governo do Estado. O primeiro membro do grupo político-familiar que exerceu a administração estatal, no período de 1951 a 1954, foi o pai de Dedé Freitas, o *Coronel*¹⁰⁸ Pedro Freitas¹⁰⁹. O segundo foi seu tio, Gayoso e Almendra¹¹⁰, governador do Estado naquele momento (1955-1959). O partido governista estava coligado ao Partido Social Progressista (PSP), Partido Republicano

MENDONÇA, Marina Gusmão. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da *Última hora*. **Revista Histórica**, n. 31, 2008.

¹⁰⁶ Tal compreensão pode ser percebida também na literatura. Na obra *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, no contexto da primeira República, a passagem para a política partidária do personagem Paulo Honório possibilita observar a sua relação com a imprensa, mas também a percepção do personagem-narrador sobre os jornais. No livro de Graciliano Ramos, o noticioso *A Gazeta* tem suas posições políticas alteradas em decorrência de benefícios políticos que lhe são concedidos. Tal percepção é observada por Paulo Honório da seguinte maneira: “A *Gazeta*, que sempre louvara furiosamente o governo, fugira para a oposição, por causa de um emprego de deputado estadual, e achava a administração pública desorganizada, entregue a homens incompetentes.” (RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 95. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p.70).

¹⁰⁷ Esboço biográfico na página 4 (FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: [s.n.], 1999).

¹⁰⁸ Pedro Freitas recebera popularmente esse título, assim como seu pai, também chamado de *Coronel*. Sobre a circulação social do termo no Piauí à época, Manuel Domingos Neto diz: “o termo *coronel* foi amplamente usado, no campo e na cidade, como forma de tratamento e prestígio. O homem importante que não tivesse mandato, não fosse militar, padre ou doutor e nem fosse chamado de desembargador ou comendador, era respeitosamente tratado de *coronel*” (DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 35). Enquanto categoria analítica a noção teve grande ressonância nos meios acadêmicos após a obra de Victor Nunes Leal, na qual o coronelismo é percebido como “[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o Poder Público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras [...]” (LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 44). Há uma discussão muito intensa no âmbito da Ciência Política nacional sobre o conceito de *Coronelismo* e a sua utilização para o entendimento geral do sistema político no Brasil. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 ago. 2014.

¹⁰⁹ Pedro Freitas nasceu em Livramento, atual município de José de Freitas, Piauí. Rico comerciante, não possuía formação acadêmica, mas tinha habilidade para os negócios. Foi governador do Estado pelo PSD aos 61 anos de idade, no período de 1951-1954. Ver: DOMINGOS NETO, op. cit.

¹¹⁰ O general Jacob Manoel Gayoso e Almendra foi governador do Piauí no período de 1955 a 1959 pelo PSD. Era cunhado do seu antecessor no Executivo estadual, Pedro Freitas (1951-1954). Também foi deputado estadual, deputado federal, chefe de polícia e comandante da Polícia Militar no Piauí. Ver: FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: [s.n.], 1999.

(PR), Partido Libertador (PL) e ao Partido da Representação Popular (PRP), e se intitularam *Coligação Democrática Piauiense*.

Era de praxe cada partido político, especialmente os maiores, PSD, UDN e PTB, ter seus jornais ou ser publicamente apoiado por alguns deles. Cada noticioso estava recheado de acusações aos adversários, bem como de eventos políticos e de discursos dos candidatos protegidos, contudo, naquele ano, o processo sucessório que se efetivava mediante a ótica dos jornais ficou um pouco diferente, pois o falecimento de Demerval Lobão e Marcos Parente apontou um novo tema para a campanha na imprensa local, a morte, transformando, por seu turno, os constantes ataques de ambos os lados em um momento singular para a história política local. Em razão do repentino desaparecimento dos candidatos da coligação oposicionista, tanto os jornais que apoiavam os políticos *udeno-trabalhistas*, como é o caso do *Jornal do Comércio* e do *Folha da Manhã* - este último de propriedade de uma das vítimas do acidente, como já apontado anteriormente, o deputado federal *udenista* Marcos Parente –, assim como os noticiosos apoiadores dos *pessedistas*, como foi o caso do *Jornal do Piauí* e do *O Dia*, empenharam-se em apresentar a tragédia, narrando minuciosamente o acidente, o enterro e os ritos fúnebres, assim como teceram considerações relativas à situação política que se aproximava: as eleições do dia 3 de outubro de 1958.

A superexposição dos acontecimentos no espaço jornalístico pode ser compreendida como um indicativo do que estavam no cerne das conversas populares, portanto, pode-se, dessa forma, compreender que o acidente foi, ou pode ter sido, um dos assuntos mais pertinentes durante aqueles dias. Outra possibilidade de compreensão da intensa exposição do acidente nos periódicos é a de que esses, em especial os jornais *udeno-trabalhistas*, tentavam reforçar nos eleitores as representações desejadas dos candidatos vitimados na tragédia. Isso contribuiu de forma significativa para que seus nomes fossem lançados na campanha com forte apelo emocional, no intuito de conquistar - ou mesmo de garantir - o voto do eleitor. Não se está afirmando que essa estratégia, levada a cabo de forma sistemática pela coligação PTB-UDN, tenha sido o único fator responsável pela adesão de vários populares à campanha oposicionista nas vésperas finais do pleito, contudo, é sintomático observar a forma como foi utilizado o acidente, em especial a morte dos candidatos, pelos políticos *udeno-trabalhistas*, no sentido de capturar o sentimento de comoção popular gerado após a *Tragédia da Cruz do Cassaco*.¹¹¹ Segundo o cientista político

¹¹¹ O trabalho mais recente, e praticamente o único de cunho histórico, que aborda diretamente a questão do processo sucessório de 1958 e o governo de Chagas Rodrigues, é a dissertação de Flávia de Sousa Lima, *Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (1959-1962)*. Ao

Luís Felipe Miguel, “[...] mesmo que a imprensa não diga *como* nós devemos pensar, ela nos diz *sobre o que* nós devemos pensar”¹¹². Nesse sentido, percorreram-se as narrativas jornalísticas com o intuito de capturar os elementos que caracterizaram os dias após o acidente de 4 de setembro de 1958, observando-se a relação entre o chamamento político e a comoção popular, como forma de apreender um momento importante da *cultura política partidária* e da *cultura política popular* piauiense.

Logo nos primeiros dias após o acidente, observa-se nos jornais as manifestações e atitudes diante da “morte”¹¹³, e a primeira delas foi uma espécie de “consenso” entre os grupos partidários arrefecendo o tom do discurso político, como uma forma de respeito aos sofrimentos causados pela tragédia. Isso pode ser percebido de forma mais efetiva até os dias que antecederam a escolha e divulgação dos nomes dos novos candidatos. Depois da publicação dos novos pretendentes aos cargos públicos, feita pela coligação oposicionista, a

apontar a emergência dos nomes postos para os cargos eletivos em 1958 e a vitória no processo sucessório pela coligação *udeno-trabalhista*, a autora apresenta sutilmente três elementos para a conquista do pleito: o poder econômico da família de Chagas Rodrigues, aspecto que teria sido determinante para a escolha do nome daquele político como candidato ao governo; a manipulação promovida pelos jornais logo após o acidente, o que teria afetado diretamente a escolha dos eleitores; e o caráter populista dos jovens políticos *petebistas* (Chagas Rodrigues e Demerval Lobão) associado a um discurso “teatralizado”. Este estudo se distancia da perspectiva da autora em todos os elementos apresentados, como será apresentado no decorrer deste capítulo. Sobre os momentos finais do processo eleitoral e o impacto das mortes na campanha, a autora argumenta a existência de uma manipulação do eleitorado feita por meio dos jornais da época, imputando dessa forma aos noticiosos o peso de “manipulação do imaginário”. Utilizando as noções de Maria Helena Rolim Capelato sobre a relação entre imprensa e manipulação, diz: “Segundo Maria Helena Capelato (1998), ‘os jornais passaram a dispor de aparatos técnicos que permitem a fabricação e a manipulação dos imaginários coletivos que constituem uma peça importante no exercício do poder’.” Não se concorda com essa concepção de “manipulação do imaginário”, considerando-se que parece, pelo menos da forma como foi exposta no texto de Flávia Lima, uma questão bastante unilateral e homogênea. Essa proposta de observação do pleito de 1958, articulada pela autora em sua dissertação, acaba por vitimizar os eleitores, não os responsabilizando pelos resultados dos processos eleitorais, prevalecendo a ideia de manipulação sobre qualquer forma de adesão ou negociação. O processo de “manipulação” conduzido pelos jornais é um termo utilizado por Lima que se rejeita, pois se prefere entender que a utilização dos jornais foi uma estratégia política dos partidos que perderam os candidatos, fato que certamente ocorreu, como já apontado, quando se reportou à utilização da morte com fins eleitoreiros. Entretanto, e isso a autora não leva em consideração, o fato de os jornais articularem um discurso sobre o acidente como parte da propaganda política não significa necessariamente uma aceitação, de forma homogênea ou integral, por parte do público ao qual o jornal se destinava. Conduzir um processo político, ainda mais quando associado às sensibilidades, não significa ter acesso aos seus resultados. Deve-se levar em conta que existem sentimentos que são compartilhados, não sentidos da mesma forma por todos os eleitores piauienses, mas que são parte da cultura e são reconhecidos enquanto tal. Naquele momento, as sensibilidades políticas se voltaram para a morte com toda a sua potencialidade, que tinha e tem as suas significações sociais compartilhadas e que merecem ser compreendidas no rol daquela eleição. Ver: LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político**: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962). 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, 2011, p. 50.

¹¹² MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e comunicação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 359-372, p. 364.

¹¹³ Uma importante obra nacional que reflete sobre as atitudes diante da morte na Bahia do século XIX é: REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

campanha retomou seu curso, mas não da mesma forma de antes, pois as singularidades do acidente definiram novos contornos.

Os jornais que apoiavam a candidatura *udeno-trabalhista* esforçavam-se para apresentar um clima de consternação intenso, a começar pelos títulos das suas reportagens, a exemplo de *Os dois mártires do Piauí*. Nessa matéria, o jornalista dava como certa a vitória dos candidatos, caso o acidente não tivesse modificado esse percurso, como segue no trecho:

Na manhã do dia 04 de setembro o destino implacável trouxe essas duas vidas preciosas que simbolizavam, no presente, a bandeira de redenção do Piauí. Demerval, vitorioso candidato ao Governo do Estado e Marcos, já consagrado Senador da República, imolados em pleno ardor da luta para reconduzir o nosso Estado às condições essenciais de honradez e dignidade, ficarão perpetuados no civismo dos nossos corações agradecidos. Paz às suas almas bem-aventuradas!¹¹⁴

A morte trágica fez com que detalhes minuciosos sobre o acidente fossem levados ao público, como os dos corpos destroçados e mutilados, o que revelava, por seu turno, a agonia daqueles que enfrentaram de forma densa a sua extinção. Essa contingência fez com os políticos falecidos passassem a ser representados como verdadeiros *mártires*. Na matéria cujo título é *Os dois Mártires do Piauí*¹¹⁵, pode-se destacar duas conotações imbricadas, uma religiosa e outra política. No seu caráter religioso, o mártir é uma pessoa que morre por sua fé, por sua crença, que se sacrifica por aquilo que acredita. A política, nesse sentido, tomando por empréstimo a concepção religiosa, seria a grande crença dos candidatos, que ensejavam promover “a redenção do Piauí”, no processo eleitoral. Portanto, os candidatos morreram cumprindo seu papel místico-religioso de cidadãos; morreram cumprindo seu dever moral e cívico¹¹⁶, pois estavam travando a batalha política¹¹⁷; morreram por aquilo que acreditavam; eram dois salvacionistas, “*dois mártires*”. Veja-se na Figura 3, que segue, como os jornais representavam os “mártires” no pós-acidente:

¹¹⁴ OS DOIS Mártires do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 10 set. 1958.

¹¹⁵ *Ibid.*

¹¹⁶ Como o acidente foi próximo ao dia 7 de setembro, a data serviu como motivo para a ampliação do termo “lutadores” para “heróis”. Ver: 7 DE SETEMBRO. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

¹¹⁷ Ver: TOMBARAM dois líderes. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 5 set. 1958; HOMENAGEM da Assembléia Legislativa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4-3, 5 set. 1958.

Figura 3 – Os dois mártires do Piauí



Fonte: Os dois..., 1958, p. 1¹¹⁸

Como se pode observar, apenas os dois candidatos são colocados no patamar de mártires piauienses. Segundo o jornal *Folha da Manhã*, os políticos haviam morrido no ardor da batalha, hasteando a bandeira da “redenção do Piauí”. Eram cavaleiros da salvação do Estado, tombados no combate da campanha eleitoral, mercedores, segundo os jornais *udeno-petebistas*, de uma posição destacada no panteão da política. No desfecho do texto, o jornalista ainda roga, com elementos que remetem a trechos bíblicos, por “paz às suas almas bem-aventuradas!”

Contudo, esse discurso consternado de exaltação não diferia muito do que fora publicado pelo jornal apoiador do PSD, *O Dia*, exceto que a oposição impunha a incerteza da definição política para o pleito de 1958.

Morreu antes do julgamento severo das urnas. Desceu à solidão da lousa fria, onde se erguerá uma cruz, com um marco de saudade, emoldurada de flores, onde o sibilar do vento parece sussurrar uma prece à sombra do cipreste que povoam a lúgubre necrópole de São José.^{119, 120}

¹¹⁸ OS DOIS Mártires do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 10 set. 1958.

¹¹⁹ São José é um dos cemitérios mais antigos de Teresina, localizado na zona norte, próximo ao centro da cidade.

¹²⁰ QUATRO de setembro. **O Dia**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

É interessante notar que mesmo não aceitando a vitória do candidato falecido Demerval Lobão, o jornal governista chegava a se pronunciar de forma tão comovida como a do noticioso oposicionista. Fartamente encontram-se trechos emocionados tanto no jornal *O Dia* quanto no jornal da bancada *pessedista*, *Jornal do Piauí*, como o do fragmento que segue:

Os sinos das torres pleagem [*sic*] solenemente e andorinhas pousadas nas cruzes dos campanários, apavoradas, fogem....

As badaladas são lágrimas de sons a caírem sôbre o cadáver torturado de Demerval Lobão Veras, - o batalhador intemerato -, que desaparece de maneira tão trágica, deixando, de luto, a alma piauiense e a bandeira das Oposições Coligadas, envôlta em crepe.

[...] Na qualidade de adversário político, esperava vê-lo vencido nas urnas, nunca, porém, pela inclemência do destino.

[...] A luta deve prosseguir.

Pelo simples fato de se partirem peças da engrenagem política não é que vá deixar de continuar virando a máquina do progresso.

Permaneço firme nas trincheiras, entretanto, curvo-me reverente ante a campa do inditoso extinto, e sôbre ela derramo, em copioso pranto, a expressão mais sincera do meu profundo pesar.¹²¹

Mediante a proposta de uma escrita enternecida eram dados aos leitores os mais profundos detalhes sobre o episódio do acidente, como o fato de os corpos de Demerval Lobão e Marcos Parente terem ficado tão mutilados que estavam irreconhecíveis¹²² e de que o médico Rubens Perlingeiro só teria sido identificado pelo relógio que portava no pulso.¹²³ A cena do acidente foi minuciosamente descrita, segundo o *Jornal do Comércio*, pelos que chegaram poucos minutos depois ao local da tragédia. Nesse sentido, os relatos publicados naquele noticioso, segundo a indicação dos impressos jornalísticos, foram reproduzidos supostamente por fontes “fiéis” ao acontecimento. Entre os personagens-narradores estava o irmão do motorista José Raimundo, o também motorista do DER Júlio, que coincidentemente acompanhava o caminhão que se chocara contra o carro que seu irmão dirigia. Trata-se de mais um elemento para ser acrescentado ao quadro trágico:

O motorista Júlio do caminhão do DER, como os que tripulavam o seu veículo, foram os primeiros a chegar no local, atraídos pelo ensurdecedor barulho promovido pelo choque dos carros. [...] Ali estavam prostrados, inteiramente mutilados, todos os desventurados passageiros do carro Mercury, e muitos trabalhadores que viajavam no caminhão. O quadro era de horror. Uns já perecidos. Outros expiravam. Outros gemiam, em contorsões [*sic*] de dor, pelos ferimentos recebidos.

[...] No interior do automóvel morreram, instantaneamente, Marcos Parente, Rubens Perlingeiro, e José Raimundo Gomes, sinistramente faleceu nos

¹²¹ BARROMELI, Carlos. Um e quatro. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 11 set. 1958.

¹²² A HORRÍVEL catástrofe da Cruz do Cassaco. **O Dia**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

¹²³ Ibid.

braços do seu irmão. [...] Demerval Lobão Veras ainda viveu por 15 minutos.

Por lembrança de uma senhora, ali presente, foi obtida uma vela. Ao expirar, Demerval ainda teve a dita de ter entre as mãos a luz, símbolo de fé.¹²⁴

Da mesma forma minuciosa e descritiva como apresentaram o acidente, os jornais passariam a multiplicar reportagens que expunham o passo a passo da trajetória que seguiram os corpos, dos rituais de sepultamento, e o retorno ao processo eleitoral. Interessante perceber que durante a narração do pós-acidente, alguns ritos se evidenciam nos noticiosos, como a colocação da vela nas mãos do candidato que estava morrendo, segundo José de Sousa Martins, uma das práticas funerárias mais comuns no Brasil: “A luz é instrumento importante na cultura funerária, porque ajuda o tenebroso transe, como diziam os antigos. Essa passagem pelo corredor escuro da morte até o destino dos mortos, é a escuridão que aprisiona os mortos”¹²⁵, por isso a crença na força da luz para guiar o espírito do moribundo em sua trajetória final. Mesmo que o episódio da vela na mão do candidato não tenha ocorrido de fato, é necessário ressaltar a força da cultura religiosa e de suas práticas surgindo no interior das narrativas jornalísticas.

Logo após o acidente, os corpos foram encaminhados a Teresina para a realização dos exames necrológicos, sendo recebidos, segundo os jornais, por uma multidão que aguardava, em prantos, na frente do Hospital Getúlio Vargas¹²⁶. A reação popular na porta do Hospital também foi descrita no livro de memórias do líder estudantil da época e futuro vereador pelo PTB na eleição de 1962, Jesualdo Cavalcanti Barros¹²⁷, segundo o qual “A cidade foi tomada pela perplexidade, comoção e tristeza. Uma multidão em lágrimas, eu no meio, formou-se na frente do Hospital Getúlio Vargas.”¹²⁸.

Os trabalhadores mortos tiveram os velórios amparados por suas famílias, em ambiente privado, e os políticos foram levados para um ritual de exposição pública. Os corpos de Demerval Lobão e Marcos Parente chegaram às 17 horas, do mesmo dia do acidente, à Assembleia Legislativa do Estado, onde foram conduzidos ao plenário, no qual se realizou

¹²⁴ A TRÁGICA morte de Demerval Lobão, Marcos Parente e outras vítimas no desastre do dia 04. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

¹²⁵ MARTINS, José de Souza. Anotações do meu caderno de campo sobre a cultura funerária no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. (Org.). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 73-92, p. 86.

¹²⁶ A TRÁGICA..., op. cit.

¹²⁷ Jesualdo Cavalcanti Barros nasceu em Corrente, município no extremo sul do estado do Piauí, no dia 18 de fevereiro de 1940. Militou no movimento estudantil entre os anos de 1958 e 1962, ingressando no PTB e sendo eleito vereador no ano de 1962, com 22 anos. Foi preso em 1964. Ver: BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

¹²⁸ Ibid., p. 111.

uma sessão extraordinária em homenagem aos dois políticos.¹²⁹ Discursaram, como forma de tributo aos que morreram, os partidários de todas as grandes siglas no Estado: PSD, PTB e UDN. Os jornais também publicaram as mensagens que eram deixadas sobre os caixões dos mortos durante o evento, entre as quais chamou atenção uma em especial: “Homenagens do Chagas, ao companheiro Demerval”¹³⁰. O jovem deputado federal pelo PTB, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, depositava seu tributo à figura de Demerval Lobão, que teve uma trajetória política muito próxima à sua. Além de fazerem parte do chamado grupo *Matiista*¹³¹, os dois foram deputados federais no pleito de 1950-1954 pela UDN, sigla que deixaram no ano de 1954 para se filiarem ao PTB, tendo Chagas Rodrigues sido reeleito à Câmara Federal pela nova legenda, enquanto Demerval Lobão não obteve o mesmo êxito. Mesmo saindo derrotado, Lobão assumiria uma posição importante como líder estadual do partido. Teria sido o próprio Chagas, segundo consta no jornal *Folha da Manhã*, o responsável pela articulação partidária em torno do nome de Demerval Lobão ao governo do Estado naquele ano¹³². Meses depois, Demerval Lobão seria uma figura essencial para a vitória de Chagas Rodrigues naquele mesmo pleito, como será visto mais adiante.

Segundo o noticioso *Folha da Manhã*, o corpo de Demerval Lobão saiu da Assembleia para o sepultamento às 18h30min, e a reação popular seria descrita da seguinte maneira: “Incalculável multidão acompanhou os restos mortais do ilustre homem público até a sua última morada, conduzindo-o à urna funerária. Foi um espetáculo comovente e indescritível.”¹³³ Nesse trecho, mais uma vez, um elemento significativo surge no espaço jornalístico: a reação da população perante a morte de um dos candidatos. Pode-se ressaltar que a percepção desse articulista será constantemente reafirmada por outros no que tange ao pesar da população pelo falecimento das vítimas do *Desastre da Cruz do Cassaco*.

Contudo, não foi apenas a população que reagiu ao desaparecimento de Marcos Parente e Demerval Lobão. Próximo ao cemitério São José, onde seria enterrado apenas Lobão, o cortejo fez uma pausa para receber as homenagens oficiais, oferecidas pelo governador do Estado, o *pessedista* Gayoso e Almendra. Foram dadas três salvas de tiros e a banda da Polícia Militar executou o hino fúnebre oficial.¹³⁴ O jornal governista, *O Dia*, fez questão de registrar a atenção do governador, que havia mandado representantes para

¹²⁹ HOMENAGEM da Assembléia Legislativa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4-3, 5 set. 1958.

¹³⁰ TRIBUTOS de saudade. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 set. 1958.

¹³¹ Grupo de políticos do PTB liderados pelo chefe político, o senador Mathias Olympio. Para a importância desse político no PTB piauiense, ver Capítulo 3.

¹³² SOBRE a candidatura de Demerval Lobão. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 23 jan. 1958.

¹³³ O SEPULTAMENTO do dr. Demerval Lobão Veras. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 set. 1958.

¹³⁴ *Ibid.*

participarem do ato e decretou luto oficial no Estado por três dias.¹³⁵ Em um lugar onde as disputas políticas eram quase guerras entre famílias, a atitude do governador é sintomática da trégua nos embates eleitorais.

No momento do enterro, pronunciaram-se três políticos: Tibério Nunes¹³⁶, candidato ao vice governo e deputado estadual pela UDN, que segundo o jornal *Folha da Manhã* falou em nome do “povo piauiense”; Severo Eulálio¹³⁷, candidato a deputado estadual pelo PTB, que teria discursado em nome do “eleitorado do interior do Estado”, uma vez que era do município de Picos, localizado a 300 km ao sul da capital Teresina; e, por fim, em nome da comissão interpartidária PTB-UDN, pronunciou-se o deputado federal Chagas Rodrigues, que finalizou seu discurso da seguinte maneira: “Adeus, companheiro querido! Não decepcionaremos a tua luta. Teu nome será nossa bandeira.”¹³⁸ Conforme afirmou, a partir daquele momento o nome de Demerval Lobão seria utilizado de forma intensa como estratégia política das *Oposições Coligadas* PTB-UDN para conquistar o pleito de outubro.

Marcos Parente também foi velado na Assembleia, contudo seus despojos seguiram viagem para serem sepultados no Rio de Janeiro, onde morava com a família.¹³⁹ Seu corpo foi transportado pelo avião da Força Aérea Brasileira (FAB), assim como o do médico carioca Rubens Perlingeiro, que o acompanhava na campanha no estado do Piauí como assessor.¹⁴⁰ E como forma de não perder o hábito de promover ataques aos oponentes, mesmo que de forma velada naquele momento, os jornais ligados ao PSD passaram a criticar a forma como os despojos de Marcos Parente foram abandonados pelos *udeno-trabalhistas*. Segundo a reportagem do jornal *O Dia*, o corpo teria sido acompanhado apenas por dois parentes da vítima, não se fazendo presente no avião da FAB nenhum político das oposições.¹⁴¹

¹³⁵ A HORRÍVEL catástrofe da Cruz do Cassaco. **O Dia**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

¹³⁶ Tibério Barbosa Nunes foi médico e político. Nasceu na cidade de Oeiras em 1922 e faleceu em acidente automobilístico entre Teresina e Oeiras no ano de 1974. Foi prefeito da cidade de Floriano, deputado estadual, vice-governador, e, com a renúncia de Chagas Rodrigues à candidatura ao cargo de senador no ano de 1962, assumiu o governo do Estado. Ver: PARENTE, Ana Maria de Carvalho Nunes; DANTAS, Deoclécio; NUNES, Teresina Cristina Moura A. (Org.). **Tibério Nunes: Trajetória e depoimentos**. Teresina: [s.n.], 2006; GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 241.

¹³⁷ Severo Maria Eulálio nasceu em Picos no ano 1930. Foi professor da Faculdade de Direito do Piauí, prefeito da cidade de Picos, deputado estadual em duas legislaturas e deputado federal. Morreu em 1979 em sua cidade natal. Ver: GONÇALVES, op. cit., p. 131.

¹³⁸ O SEPULTAMENTO do dr. Demerval Lobão Veras. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 set. 1958.

¹³⁹ A TRÁGICA morte de Demerval Lobão, Marcos Parente e outras vítimas no desastre do dia 04. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

¹⁴⁰ SEPULTADOS anteontem no Rio Marcos Parente e Rubens Perlingeiro. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

¹⁴¹ ABANDONADO pelos udeno-trabalhistas os despojos de Marcos Parente. **O Dia**, Teresina, p. 6, 14 set. 1958.

Depois dos enterros, os jornais passaram a relatar as homenagens prestadas aos políticos. Várias mensagens foram encaminhadas aos periódicos e publicadas em tributo aos mortos, em especial aos políticos Marcos Parente e Demerval Lobão.¹⁴² Telegramas de líderes políticos eram reproduzidos como forma de reforçar o prestígio das figuras que tinham morrido, a exemplo do enviado pelo vice-presidente da República, João Goulart, que se encontrava em Fortaleza e que, segundo consta na publicação do jornal, teria ido até o aeroporto com o intuito de embarcar rumo a Teresina para pessoalmente prestar homenagens aos políticos mortos, missão impossível de se concretizar devido à falta de “proteção do vôo noturno”.¹⁴³ Os membros do Centro Artístico Operário, do Clube dos Advogados e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito lançaram notas públicas em homenagem aos políticos falecidos.¹⁴⁴ Também foram reproduzidas notícias veiculadas pelos jornais cariocas da homenagem que seria prestada pela Câmara Federal a Marcos Parente e Demerval Lobão.¹⁴⁵ Até mesmo o candidato ao governo pelo PSD enviou mensagem ao jornal *pessedista Jornal do Piauí*, uma vez que se encontrava na cidade de Valença, localizada ao sul do Estado, fazendo campanha. Segue teor da mensagem:

Mensagem telegráfica aos presidentes da UDN e PTB

De Valença – Ausentes da capital neste momento em que a fatalidade de um desastre rodoviário faz desaparecer tragicamente do cenário político do Estado as destacadas figuras do Dr. Demerval Lobão Veras, Deputado Marcos Parente e outros oito patrícios. Expressamos aos ilustres dirigentes das Oposições Coligadas e ao povo de nossa terra nosso mais profundo sentimento de pesar. Continuamos seguros de que por mais fortes que sejam os golpes que o destino nos reserve tôdas as correntes políticas saberão manter bem alta a bandeira da luta que estamos levando a efeito pelo bem do Piauí.

Saudações aa) José Gayoso Freitas José de Mendonça Clark¹⁴⁶ Agenor Barbosa Almeida^{147, 148}

¹⁴² Uma pequena nota foi lançada no dia 7 de setembro, como forma de pesar, ao motorista do carro dos candidatos e, pela primeira vez, José Raimundo Martins Gomes tem seu nome completo publicado nos jornais. Essa nota foi lançada no jornal *Folha da Manhã* pelo sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Teresina (NOTA oficial. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958).

¹⁴³ MENSAGEM do vice-presidente João Goulart. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.

¹⁴⁴ MENSAGEM de pesar do Centro Artístico Operário. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14/15 set. 1958; CLUBE dos Advogados. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 8, 7 set. 1958; DIRETORIO Academico da Faculdade de Direito. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14/15 set. 1958.

¹⁴⁵ A CÂMARA Federal homenageará amanhã a memória de Marcos Parente e Demerval Lobão. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

¹⁴⁶ José Mendonça Clark nasceu no Rio de Janeiro em 1916. Empresário e político, é radicado na cidade de Parnaíba. Foi presidente da Associação Comercial de Parnaíba e senador da República. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 104.

¹⁴⁷ Prefeito de Teresina no período de 1955 a 1959 e candidato a vice-governador na chapa governista, intitulada *Coligação Democrática Piauiense*.

¹⁴⁸ MENSAGEM telegráfica aos presidentes da UDN E PTB. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 8, 7 set. 1958.

Mas não foram apenas os jornais locais que propagaram as suas demonstrações de sentimento e apreço aos mortos, em especial aos políticos. Os jornais cariocas, referências constantes dos noticiosos locais, lançaram mão das notícias da catástrofe, que foram reproduzidas com afinco em âmbito local (Figura 4).¹⁴⁹

Figura 4 – Desastre cobriu de luto o Piauí



Fonte: Desastre..., 1958, p. 14¹⁵⁰

Foram registradas várias manifestações civis e religiosas em homenagem aos políticos falecidos. Entre os eventos religiosos, um dia após o acidente, monsenhor Joaquim Chaves, reverendo bastante conhecido e respeitado em Teresina, celebrou missa em

¹⁴⁹ A IMPRENSA carioca e a catástrofe do dia 04. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958. Pesquisou-se em vários jornais cariocas, e realmente noticiaram com bastante ênfase a morte dos candidatos piauienses. Seguem algumas das reportagens pesquisadas: **SESSÃO** suspensa pela morte do deputado. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 5 set. 1958; **CANDIDATO** morre em desastre. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 1-2, 5 set. 1958; **ESTACA** zero. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 12, 5 set. 1958; **MORREM** em desastre no Piauí dois candidatos a governador e senador. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 5 set. 1958; **DEPUTADO** e candidato ao govêrno morrem num desastre de jipe no Piauí. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 5 set. 1958; **DESASTRE** (10 mortos) no Piauí faleceram os dois candidatos da coligação PTB-UDN. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 2, 5 set. 1958; **SESSÃO** suspensa morte do dep. Marcos Parente. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 6, 5 set. 1958.

¹⁵⁰ **DESASTRE** cobriu de luto o Piauí. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 14, 5 set. 1958.

homenagem aos mortos no acidente.¹⁵¹ A Missa de sétimo dia, celebrada na matriz metropolitana, foi bastante concorrida.¹⁵² Com relação às homenagens civis, realizou-se sessão solene na loja maçônica Cruzeiro do Sul¹⁵³, e vários colégios cancelaram sua participação no desfile de 7 de setembro, em decorrência da proximidade da data do evento com o dia do acidente.¹⁵⁴ Os estudantes também manifestaram seu tributo aos mortos políticos, mas de outra forma. No dia 6 de setembro, em sessão solene na “Polícia Estudantil do Piauí”,¹⁵⁵ os líderes estudantis fizeram pronunciamento afirmando que se associavam aos piauienses, que estavam “oficialmente de sentimento e de dor” em razão da perda de “três dos seus mais ilustres filhos: Demerval Lobão Veras, Marcos Parente e José Ribamar Pachêco”, prestando, portanto, solidariedade às famílias e ao povo piauiense. Um dos presentes, em seu discurso, ressaltou que os estudantes estavam decididos a levar em consideração na sua luta “o sangue dos três mártires derramado em defesa do Piauí.”¹⁵⁶ Ainda, foi decretado ponto facultativo em algumas repartições públicas, como, por exemplo, no Tribunal de Justiça do Estado.¹⁵⁷ Mas, no plano civil, não ocorreram homenagens apenas em âmbito local. Também foram suspensas, no dia 8 de setembro, as atividades no Senado Federal, segundo o jornal *Folha da Manhã*, “depois de um voto de pesar profundo”.¹⁵⁸

De forma significativa, o estado do Piauí, em especial a sua capital, Teresina, voltou-se para o acidente. Segundo os jornais, tanto oposicionistas como situacionistas, houve uma reação popular “compatível” com a cultura religiosa existente, pois “é desnecessário dizer que o piauiense soube prestar homenagens que se faziam necessárias, comparecendo em massa aos cortejos fúnebres, em uma demonstração eloqüente de sua formação espiritual”¹⁵⁹. Diante de tamanha comoção e atenção ao acidente, a difícil tarefa da oposição era a de justamente continuar a sua campanha sem infringir qualquer “norma social” referente aos comportamentos culturais indicados como adequados perante a morte. Cada sociedade esteve/está associada a rituais e normas de comportamentos para os vivos que abrangem desde o limpar o corpo, o velar, o sepultar, até a postura dos familiares e amigos no pós-morte e os

¹⁵¹ HOJE missa pelas vítimas da catástrofe. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.

¹⁵² TODA Teresina, piedosa e respeitosamente, reverenciou a memória das vítimas do acidente. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 11 set. 1958.

¹⁵³ LOJA Maçônica Cruzeiro do Sul 5ª. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 13 set. 1958.

¹⁵⁴ OS COLÉGIOS cancelam participação no desfile do 07 de setembro. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14-15 set. 1958.

¹⁵⁵ Órgão estudantil secundarista piauiense.

¹⁵⁶ A POLÍCIA estudantil presta homenagem aos mártires piauienses. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 set. 1958.

¹⁵⁷ TRIBUNAL de Justiça do Estado. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

¹⁵⁸ SENADO reverencia memória de Marcos Parente e Demerval Lobão. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 set. 1958.

¹⁵⁹ RIBEIRO, Osmam. Comentando. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 7 set. 1958.

ritos que devem ser dedicados ao morto.¹⁶⁰ Ao morto deve-se respeito,¹⁶¹ uma vez que sua missão findou, cumpriu-se seu percurso, e, além disso, não está mais entre os vivos para defender sua honra em caso de ofensa pessoal. Nesse sentido, o tom do discurso político, em geral bastante agressivo no Piauí, teve de se tornar moderado logo após o acidente. Mas alguns governistas fugiram à regra. Segundo o *Jornal do Comércio*, o candidato a vice-governador pela *Coligação Democrática Piauiense*, Agenor Almeida¹⁶², promoveu um pequeno encontro político nas proximidades do cemitério São José intitulado de *meeting*, que contou com a presença de artistas radiofônicos.¹⁶³ No jornal da coligação UDN-PTB, *Folha da Manhã*, a indignação penetrou o noticioso da seguinte forma:

Mas, infelizmente, temos hoje a registrar um fato que destoia de maneira violenta dêsse estado dalma de nossa gente e exige um enérgico protesto contra o gesto deshumano [*sic*] e revoltante do sr. Agenor Almeida, promovendo na noite de ontem, em frente ao cemitério São José, um “meeting” político, num flagrante de desrespeito à memória daqueles que o destino envolveu na brutalidade de uma tragédia que estarreceu o país inteiro.

Proferindo baldões contra os adversários, numa irreverência aos que ali perto tinham há poucos dias baixado ao seio da terra bêrço, ao senhor Agenor Almeida faltou a dignidade precisa não só para respeitar a memória daqueles que foram vítimas de um destino cruel, como igualmente para poupar de insulto o sentimento de dor e de tristeza que invade o coração do nosso povo. Insensível ao sofrimento alheio, indiferente ao luto da família piauiense, frio e impassível ante o infortúnio que desabou sôbre numerosos lares, o sr. Agenor Almeida deu, à noite de ontem, uma demonstração inequívoca e contundente de sua formação espiritual defeituosa e arredia dos sentimentos de piedade cristã, não aguardando sequer decorresse o sétimo dia para reencampar a campanha eleitoral. [...]

Aqui, pois, fica também o nosso veemente protesto, que traduz, sobretudo, - estamos certos - o sentir da alma e da consciência de toda uma coletividade.
164

Para os *udeno-trabalhistas*, o prefeito de Teresina e candidato a vice-governador pela situação Agenor Almeida havia escolhido o local “errado” para realizar um

¹⁶⁰ Na França do Antigo Regime houve intensa circulação de manuais que ensinavam aos vivos os procedimentos ideais para a passagem ao mundo dos mortos, assim como as condutas da arte de bem morrer. Ver: CHARTIER, Roger. Normas e condutas: as artes de morrer (1450-1600). In: _____ (Org.). **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004. p. 131-172. No Brasil, durante o período colonial e imperial, foram criadas estratégias para a relação com o corpo do morto. Nesse sentido ver: RODRIGUES, Cláudia; FRANCO, Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Márcia (Org.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p. 157-184.

¹⁶¹ CALLIA, Marcos H. P. Apresentando a morte. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. (Org.). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 7-16.

¹⁶² Prefeito de Teresina no período de 1955 a 1959 e candidato a vice-governador na chapa governista, intitulada *Coligação Democrática Piauiense*.

¹⁶³ AGENOR, o desrespeitoso. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

¹⁶⁴ DESRESPEITO aos mortos e aos sentimentos do Povo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 10 set. 1958.

comício¹⁶⁵, o espaço em frente ao cemitério onde algumas vítimas do acidente do dia 4 de setembro foram enterradas, mas sobretudo para a oposição, o prefeito também estaria quebrando as normas impressas pelos valores cristãos, não esperando o 7º dia da morte dos políticos para voltar aos compromissos de campanha.

A realização desse evento rendeu ao prefeito a alcunha de “profanador de túmulos sagrados”¹⁶⁶, segundo o jornal *Folha da Manhã*, dando mostras de sua formação espiritual “defeituosa”. Muitas das reações contrárias ao comício se deram pelo fato de que os que sucumbiram não poderiam se defender das supostas acusações políticas, na visão de um cronista do jornal *Folha da Manhã*, “uma atitude de desrespeito inenarrável”¹⁶⁷. Para alguns articulistas, a atitude do político situacionista poderia até ser perdoada pelos mortos, mas “terá inelutavelmente o castigo dos vivos”¹⁶⁸.

Em nota no *Jornal do Piauí*, noticioso da bancada *pessedista*, os cronistas tentavam justificar que o candidato Agenor Almeida não havia desonrado os mortos e solicitavam aos *udeno-trabalhistas* que parassem com “invencionices [...] em sua propaganda política”, de publicar reportagens “condenáveis e inoportunas, não pode[ndo] produzir, na opinião pública, os efeitos desejados”¹⁶⁹. Os autores dessa nota tinham plena convicção de que a propagação negativa daquele comício promovido por Agenor Almeida tinha uma clara função: fazer propaganda política para as *Oposições Coligadas*.

Apesar das críticas dos jornais *udeno-trabalhistas* ao retorno dos governistas às atividades de campanha, ainda no dia 6 de setembro, apenas dois dias após o acidente, os *petebistas* já estavam se reunindo no Rio de Janeiro para repensar o quadro político. Mathias Olympio de Melo¹⁷⁰, senador pelo PTB, junto com outros elementos da cúpula local do partido, tentava apontar o novo nome que disputaria o governo do Estado para levá-lo ao deputado federal José Cândido Ferraz¹⁷¹, líder da UDN, a quem coube também articular o

¹⁶⁵ AGENOR versus o povo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 11 set. 1958.

¹⁶⁶ CONSCIÊNCIA entorpecida. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ A FALA de Agenor. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 13 set. 1958.

¹⁶⁹ AO PÚBLICO, aos chefes das oposições coligadas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 21 set. 1958.

¹⁷⁰ Mathias Olympio de Melo, magistrado, jornalista, escritor e político, nascido em Barras de Marataoan, Piauí, e falecido em Teresina (1882-1967). Bacharel em Direito, foi secretário do Governo do Estado do Piauí em três administrações, governador do Estado no período de 01-07-1924 a 01-07-1928 e senador da República em duas legislaturas (1946-1963). Ver: LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, 2011.

¹⁷¹ José Cândido Ferraz foi médico e político, nascido em Teresina e falecido em Cleveland, Estados Unidos (1915- 1975). Foi deputado federal em quatro legislaturas (1946-1963) e senador da República (1963-1970). Ver: LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas**

novo nome do candidato ao Senado¹⁷². No dia 8 de setembro, nova reunião foi realizada, com a presença de Chagas Rodrigues e Cândido Ferraz. Na ocasião, o jornal *Folha da Manhã* já apontava a possibilidade de o candidato ao governo ser Chagas Rodrigues, apesar de João Goulart ter supostamente indicado o nome do *udenista* Cândido Ferraz, que declinou do convite.¹⁷³ Na mesma reunião, também o irmão de Marcos Parente, Joaquim Parente,¹⁷⁴ já teria sido apontado como candidato viável ao Senado.¹⁷⁵ Em carta aberta, postada no *Folha da Manhã*, o ex-desembargador e presidente da Academia Piauiense de Letras Simplício de Sousa Mendes¹⁷⁶, elemento muito atuante nas fileiras conservadoras da UDN, afirmava que recebera convite do partido para substituir o nome de Marcos Parente, assim respondendo:

Indicado pela UDN para o lugar que pertencia ao MARCOS e para a conquista do qual êle tudo deu, inclusive a vida, por amor ao Piauí, venho dizer-lhe, com sinceridade, que este lugar, já vitorioso e conquistado, pode-se dizer não me cabe, mas sim a *qualquer irmão* do grande MARCOS (grifo nosso).¹⁷⁷

Fez-se questão de frisar a expressão *qualquer irmão*, pois foram cogitados alguns irmãos de Marcos Parente para assumir sua candidatura ao Senado. Ressalta-se que o mais singular nessa carta, o que se considera o ponto alto do documento, é a ideia de que a vaga deveria ser cedida a algum familiar do morto. Não interessava qual irmão, se possuía carreira ou pretensões políticas, o que prevalecia naquele escrito era a ideia de assegurar a vaga e destiná-la a alguém que tivesse ligação com o político que desaparecera.

Rodrigues (Piauí, 1959-1962). 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, 2011.

¹⁷² PIAUÍ: morte reabre problema sucessório. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

¹⁷³ UDN-PTB no Rio rearticularam a chapa para governo e senatoria no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 set. 1958.

¹⁷⁴ Joaquim dos Santos Parente foi político, comerciante e industrial, nascido em Bom Jesus do Gurguéia (PI) e falecido em Brasília (1912-1974). Foi senador da República (1959-1963) e deputado federal (1967- 1971). Ver: LIMA, op. cit.

¹⁷⁵ Segundo Antônio José Medeiros, “A solução do PTB baseou-se em critérios políticos bastante delineados na conjuntura: Chagas Rodrigues era um dos nomes da nova geração de petebistas de maior destaque; a alternativa a seu nome seria a volta do velho líder Matias Olímpio [*sic*]. A solução na UDN, provavelmente diante de impasses políticos internos, foi diversa. O ‘estranho’ Joaquim Parente – há muito residente no Rio de Janeiro aonde se dedicava a atividades comerciais – dificilmente seria candidato a cargo de importância de uma senatoria em outras circunstâncias.” Ver: MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 94.

¹⁷⁶ Simplício de Sousa Mendes nasceu em União (PI), no ano de 1882. Foi bacharel pela Faculdade de Direito de Recife (1908) e juiz de Direito em Piracuruca e Miguel Alves (PI). Foi um dos fundadores da Faculdade de Direito do Piauí e seu professor catedrático de Teoria Geral do Estado. Além disso, foi professor de Direito Constitucional, membro do Tribunal Regional Eleitoral e presidente da Academia Piauiense de Letras. Era jornalista de grande atuação na imprensa piauiense.

¹⁷⁷ MENDES, Simplício de Sousa. Este lugar não me cabe, mas, sim, a um irmão do grande Marcos. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

Sobre a candidatura ao governo do Estado, lançou-se, segundo reportagem do *Jornal do Comércio* do dia 11 de setembro, um movimento pró-Mathias Olympio, mas o político também teria recusado o convite.¹⁷⁸ No dia 13 de setembro, exatos nove dias após o acidente, e faltando 20 dias para o pleito, ocorreu o lançamento do nome dos novos concorrentes. Para governador, o jovem de 36 anos, deputado federal *petebista*, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, e para senador, o irmão do falecido candidato Marcos Parente, Joaquim Parente, que não tinha nenhuma experiência na política. A notícia foi divulgada nas páginas do jornal *udenista Folha da Manhã*. De forma especial, o nome de Joaquim Parente, segundo o noticioso, foi resultado tanto da declinação do convite que a UDN teria feito ao professor e ex-desembargador Simplício Mendes quanto sobretudo do “apoio” da população por meio de mensagens enviadas aos parentes da família.¹⁷⁹ A grande quantidade dessas missivas tornou-se para a UDN uma “sugestão” para que o nome indicado tivesse ligação com o candidato falecido. Oficialmente, apenas em 14 de setembro foram lançados publicamente pela coligação PTB-UDN os nomes dos escolhidos a concorrerem ao pleito de outubro.¹⁸⁰

Joaquim Parente, mesmo não morando no Piauí, e sendo desconhecido na política local - uma vez que vivia do comércio desenvolvido na loja de tintas de sua propriedade no Rio de Janeiro, também conhecido por isso como Joaquim Tintureiro -, teve aceitação positiva em toda a UDN, reforçada por ser parente próximo da vítima. Contudo, esse fato gerou grande controvérsia nos meios *pessedistas*. No jornal que apoiava os candidatos governistas, a escolha do novo nome ao Senado soava como um golpe. Para o articulista do jornal *O Dia*, lançar um tintureiro como candidato ao Senado Federal nas eleições de 3 de outubro era:

Decisão precipitada, eleitoralmente inoportuna, por se tratar de uma figura desconhecida da gente piauiense, desvinculada das aspirações do povo, dissociada do nosso meio político, ignorando inteiramente as nossas questões econômicas.

Solução desonrosa, porque o Sr. Joaquim Santos Parente é um vendedor de tintas, não entende patavina de política, que é arte de bem administrar a coisa pública, preservar a moral dos costumes, de defender os interesses do Estado, pugnando pelo solucionamento dos seus problemas.

[...]

O povo, que tem escrúpulo na escolha dos seus candidatos e bom senso político, repudia a candidatura udenista ao Senado Federal por cheirar a tragédia e a cadáver.¹⁸¹

¹⁷⁸ A RAZÃO do movimento pró-Matias Olympio. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

¹⁷⁹ CANDIDATOS ao governo e ao Senado. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 13, 7 set. 1958.

¹⁸⁰ PROCLAMAÇÃO ao povo piauiense. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 14 set. 1958.

¹⁸¹ EM TÔRNO da sucessão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 11 set. 1958.

Era, para o articulista, a utilização da morte com fins eleitoreiros. De certa forma, mesmo não concordando com o que chamavam de eleição com cheiro de “tragédia” e “cadáver”, os jornais que se colocavam contra os novos candidatos da coligação *udeno-trabalhista* contribuíram, ainda que sem querer, para propagar a ideia de que havia um clima de consternação social e das positivas qualidades morais dos candidatos falecidos, afinal, quem teria coragem de vociferar agressivamente contra candidatos mortos? A escolha do nome do irmão de Marcos Parente foi um golpe para o PSD, pois como falar do candidato vivo sem mencionar o morto? Ou mesmo, como continuar com os ataques aos novos candidatos sem levar em consideração que a questão da escolha estava ligada à tragédia do dia 4 de setembro? O esboço de crítica que surge no trecho anteriormente citado refere-se também ao fato de Joaquim Parente ser um vendedor de tintas, não dominando, por ser um homem do comércio, as regras para “administrar a coisa pública”. Posteriormente os governistas insistirão na denominação “Joaquim Tintureiro”, utilizando-a como forma de depreciar o candidato, em uma tentativa de desvinculá-lo do peso do sobrenome Parente.

A reação imediata não ocorreu especialmente contra o novo candidato da UDN, mas o jornal governista passou a atribuir a José Cândido Ferraz, líder daquele partido, a escolha do nome de Joaquim Parente como uma forma amoral de fazer política, típica dos líderes *udenistas*. Os partidários do PSD que se encontravam nas páginas do jornal *O Dia* não se conformavam com a escolha do nome e vociferavam contra Ferraz:

A UDN está dominada pela escória, pelo refugo da sociedade Piauiense. [...] O que existe de mais nulo, medíocre e capcioso comanda o udenismo piauiense. [...].

Entretanto, agora, o Sr. José Cândido Ferraz arma um golpe de audácia, pondo em prática o seu maquiavelismo, a sua sutileza e artilhosidade política, impondo, talvez para ser agradável à família Parente, o nome do Sr. Joaquim Santos Parente como candidato, pelas oposições piauienses ao Senado Federal.

Isto é muito peor do que paraquedismo.

[...]

O senhor Joaquim Santos Parente é inteiramente desconhecido, nesta terra, jamais manteve contato com a gente piauiense e com os problemas da região. [...]

O sr. José Cândido Ferraz sabe que seu candidato ao Senado da República não tem possibilidades e não está em condições políticas de conquistar o mandato senatorial, de vencer as eleições. Age maliciosamente, visando, tão somente, tirar proveito da hora psicológica, atingindo o ponto nevrálgico da questão política, tocando profundamente a vaidade do candidato, despertando-lhe a ambição pelo rendoso cargo eletivo.¹⁸²

¹⁸² EM TÔRNO da sucessão. *O Dia*, Teresina, p. 1-4, 14 set. 1958.

Mas as críticas, muitas vezes, não eram tão específicas quanto as dirigidas ao deputado José Cândido Ferraz. O *Jornal do Piauí* atribuiu o termo *hienas políticas* aos oponentes, porque os *udenistas* estavam a se utilizar da morte dos candidatos tal qual as hienas faziam com os cadáveres, desenterrando-os e vivendo sobre a carne apodrecida.¹⁸³ Somente na reta final, apenas a dez dias do pleito, o tom do discurso se volta aos novos candidatos, em especial nas páginas do jornal da bancada *pessedista*, o *Jornal do Piauí*.¹⁸⁴

O jornal *udenista Folha da Manhã* tentou rebater as publicações dos seus opositores, justificando a escolha do candidato ao Senado em seu mérito pessoal e reforçando a ligação parental com o candidato vitimado: “Para o Senado Federal a UDN indicou um nome que tem em si todas as credenciais para o cargo, ostentando, ainda, a vinculação ao mártir de nossa causa, ao herói que tombou, ao inesquecível deputado Marcos Parente.”¹⁸⁵

Com os candidatos escolhidos e faltando apenas 20 dias para a eleição, era preciso traçar a estratégia de campanha, que a partir de então pautaria a atuação do PTB e da UDN. Em nenhum momento levantam-se as bandeiras trabalhistas como proposta central dos candidatos, ou mesmo se elevam os trabalhadores a principais alvos eleitorais daqueles partidos. A ideia que atravessa os 20 dias de campanha até a eleição de 3 de outubro é a de que os candidatos vivos dariam sequência à “luta” (de que tipo os jornais não diziam ao certo) dos candidatos mortos. Seus nomes, portanto, tornaram-se o verdadeiro mote da campanha.

Os *pessedistas*, temerosos dos desfechos da utilização da tragédia fatal, intensificaram o discurso contrário a qualquer referência ao nome dos mortos na campanha *udeno-trabalhista*, como segue nas páginas do jornal:

Êste jornal, o de maior circulação do Estado [...], tem sido o principal baluarte na luta contra as Oposições Coligadas, que não são mais do que ajuntamento de politicóides safados e mal intencionados, cuja ambição do poder chega às raias da insensatez e da insânia [...], já hoje, com o cinismo de sempre, estão apresentando os cadáveres de Demerval Lobão e Marcos Parente como objetivo de exploração política, assim como os petebistas, com Goulart à frente, ainda estão carregando o cadáver de Getúlio Vargas como instrumento de propaganda política. Pode haver maior falta de vergonha do que essa, quando se sabe que êles não tem outro intuito com essas exhibições do que a de fazer do povo um bando de beócios, na suposição de que lhe conquistam votos e simpatias?!¹⁸⁶

¹⁸³ HIENAS da política. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 1, 16 set. 1958.

¹⁸⁴ Ver reportagens: O MÔÇO Chagas Rodrigues. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 1, 24 set. 1958; O TERRÍVEL paradoxo. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 6, 24 set. 1958; ZOMBANDO dos piauienses. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 6, 24 set. 1958.

¹⁸⁵ DESLUMBRANTE apoteose cívica. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 1, 19 set. 1958.

¹⁸⁶ QUARESMA, Desidério. O candidato Ideal. *O Dia*, Teresina, p. 6, 14 set. 1958.

Mediante palavras tão severas acerca da escolha dos nomes *udeno-trabalhistas*, Chagas Rodrigues, candidato ao governo, foi até a sede do jornal *O Dia* fazer uma visita de cortesia, fato que foi devidamente publicado, mas que em nada contribuiu para cessar as críticas à coligação oposicionista. Tanto que a reportagem que anunciava a visita do candidato foi colocada ao lado de forte crítica ao seu discurso no comício ocorrido na praça Pedro II.¹⁸⁷

Em outra trincheira, as oposições também atuavam. No dia 16 de setembro, 12 dias após o acidente, em face de um comício que deveria recepcionar a vinda do candidato Joaquim Parente ao Piauí, o jornal *udenista Folha da Manhã* reforçava a ideia de que a luta cívica travada pelos candidatos mortos, agora, seria o símbolo de luta de Chagas Rodrigues, Joaquim Parente e das *Oposições Coligadas*. Segundo o editorial-convite:

Tôda Teresina prepara-se para recepcionar condignamente, às 14 horas de hoje, os líderes das Oposições Coligadas – senador Leônidas Melo¹⁸⁸, Sr. Joaquim Parente e Deputado Vitorino Córrea¹⁸⁹, que vêm especialmente prestar a sua valiosa e indispensável ajuda a essa grande batalha cívica que estamos travando pela redenção do Piauí, pela qual ofereceram em holocausto as suas preciosas vidas os inesquecíveis companheiros Demerval Lobão, Marcos Parente, Ribamar Pachêco, Rubens Perlingeiro e José Raimundo Gomes, cuja memória o bravo e altivo povo piauiense saberá honrar.¹⁹⁰

Há que se fazer análises bastante rigorosas no que se refere às informações desses noticiosos, uma vez que as suas “notícias” estavam vinculadas aos interesses dos grupos políticos partidários que representavam, contudo, algumas questões devem ser apresentadas como forma de entendimento da recepção popular aos novos candidatos. Segundo o jornalista, a população compareceu em massa para saudar o candidato ao Senado, acompanhando-o desde o aeroporto até o local do evento, que ocorreu na Praça Rio Branco, localizada na região central da capital piauiense.¹⁹¹ Tal concentração caracterizava-se como o primeiro grande comício após a morte dos candidatos. Um aspecto deve ser ressaltado no que se refere ao fato de a recepção no aeroporto ser insistentemente noticiada pelos diários: segundo os

¹⁸⁷ Ver: FALSO conceito. *O Dia*, Teresina, p. 1, 21 set. 1958; DEP. CHAGAS Rodrigues. *O Dia*, Teresina, p. 1, 21 set. 1958.

¹⁸⁸ Leônidas de Castro Mello foi médico e interventor piauiense durante dez anos no Piauí (1935-1945). Fundador do PSD no Piauí, elegeu-se senador pela sigla em 1954, migrando para o PTB em 1958. Mais informações sobre esses políticos serão encontradas no terceiro capítulo. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 210-212.

¹⁸⁹ José Vitorino Corrêa nasceu em Itapecerica, Minas Gerais, em 1901, e faleceu em São Paulo, em 1974. Político e militar, foi comandante-geral da polícia no estado do Piauí, deputado federal e interventor piauiense no ano de 1946. Ver: GONÇALVES, op. cit., p. 110.

¹⁹⁰ CHEGARÃO hoje. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 16 set. 1958.

¹⁹¹ A ALMA piauiense abriu-se em emoção para homenagear Joaquim Parente. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 17 set. 1958.

jornais da época, media-se a aprovação popular de um político pelo número de pessoas que o esperavam no desembarque, ou que acompanhavam seu embarque nas viagens de avião. Como não eram comuns, nem acessíveis a todos, as viagens aéreas naquela época no Piauí eram verdadeiros eventos. Isso não acontecia apenas no campo político, mas também com jovens que estudavam fora do Estado, ou com os que iam passar férias em outras regiões. No caso específico desta pesquisa, mas sobretudo para as autoridades políticas, contar com uma comitiva para ir ao aeroporto recepcionar ou despachar o viajante era sinal de prestígio social e fato divulgado nos jornais. No que tange à política, noticiavam-se as partidas e recepções, em geral de políticos locais que viajavam para outros estados ou países, até mesmo as chegadas e partidas dos deputados federais e senadores que moravam no Distrito Federal.

No momento da chegada do candidato ao Senado Joaquim Parente, um dos títulos da reportagem publicada no jornal *Folha da Manhã* dá indícios da sua recepção pelos populares: “Verdadeira Consagração Popular. Foi grandiosa a recepção a Joaquim Parente, Leônidas Melo e Vitorino Corrêa. Incomputável multidão no *aeroporto* e na Praça Rio Branco – O povo aclamou delirantemente os líderes oposicionistas (grifo nosso).”¹⁹² Não se saberia apontar em que medida a recepção foi “grandiosa” como afirma o noticioso, contudo, pode-se supor que o número de curiosos para conhecer o irmão do candidato falecido pode ter sido significativo naquele momento, pois se estava há pouco mais de dez dias do acidente que havia comovido a cidade. Dando sequência à descrição do jornal, depois da recepção no aeroporto, os políticos oposicionistas seguiram em carreta até o hotel onde se hospedaria o candidato ao Senado Federal Marcos Parente, fazendo uma parada em frente ao Cemitério para rápida homenagem aos mortos.¹⁹³ Entre aqueles que acompanharam o percurso aeroporto-hotel estava Chagas Rodrigues, em carro separado.

Ainda sobre o número de populares que recepcionaram os candidatos em praça pública, como no caso do aeroporto, possivelmente compareceu ao comício um número realmente expressivo, não apenas porque os jornais apontavam tal questão, e lembre-se de que era interesse do jornal fazer isso, mas em razão da proximidade com o acidente, afinal, estava-se somente há 12 dias da tragédia. Provavelmente, como se afirmou anteriormente, a escolha dos novos candidatos teria afetado um número considerável de curiosos, que desejavam conhecer o novo candidato, irmão do falecido, até então um estranho na política local. Como era de praxe, os jornais que apoiavam o candidato governista não noticiavam o sucesso de

¹⁹² VERDADEIRA consagração popular. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17 set. 1958.

¹⁹³ ESPETACULAR demonstração de força a recepção líderes Oposicionistas Joaquim Parente - Leonidas - Vitorino Côrrea. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 18 set. 1958.

público que se encontrava nos comícios dos oponentes, em especial se o número de participantes fosse realmente significativo. Certamente, se o número fosse inexpressivo, haveria alguma nota destinada a ridicularizar a ausência de populares no comício.

Segundo descrição do jornal *Folha da Manhã*, o comício teve início às 20 horas na Praça Rio Branco, uma das principais da região. Na ocasião, a multidão que lá aguardava “[...] manifestou o desejo de ouvir a palavra do futuro senador da República, [...] constantemente invoca[n]do os nomes daqueles que, em vida, foram um exemplo edificante de amor à terra berço e à sua gente – os inolvidáveis Marcos Parente e dr. Demerval Lobão”¹⁹⁴. Chagas Rodrigues, nesse ato público, pelo menos como foi noticiado no jornal, não foi o último a discursar, como era de costume ocorrer com o candidato ao mais alto cargo, naquele momento de governador do Estado, mas a sua fala foi noticiada como “empolgante”, sendo bastante “ovacionado pelo povo”¹⁹⁵. O *Jornal do Comércio* aponta apenas que o novo candidato se propôs a seguir passo a passo o que o *petebista* falecido havia prometido.¹⁹⁶ A parte destacada do seu discurso, indicado no jornal *Folha da Manhã*, foi o trecho em que se referiu ao falecido Marcos Parente: “[...] o candidato oposicionista ao govêrno do estado ao dirigir-se ao senhor Joaquim Parente assim se expressou: ‘Meu caro e querido Joaquim, continua com a bandeira do teu irmão, que o povo já te elegeu!’”¹⁹⁷

Um aspecto importante que deve ser ressaltado daquela manifestação partidária é que o comício, como o próprio jornal apontava, aparentava muito mais ser uma homenagem aos que morreram do que um evento para a apresentação das propostas de campanha. Mesmo com a necessidade de esclarecer os projetos políticos dos novos candidatos, a principal pauta era dar continuidade aos planos dos que se foram, mas não havia uma preocupação em explicar quais eram esses projetos.

Voltando ao comício, o jornal ainda enfatizou que quando Chagas Rodrigues mencionou os nomes dos mortos fora entusiasticamente aplaudido, e acrescentou que aquela não foi uma estratégia apenas de Rodrigues, mas de outros oradores que também discursavam no evento.¹⁹⁸ O último a discursar, como não poderia deixar de ser, foi Joaquim Parente, o candidato ao Senado. O jornal *Folha da Manhã* destacou que suas palavras foram ditas com voz embargada, denotando a emoção que o momento certamente merecia. Pode-se observar este trecho do discurso:

¹⁹⁴ VERDADEIRA consagração popular. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17 set. 1958.

¹⁹⁵ Ibid.

¹⁹⁶ GRANDE espetáculo de civismo. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 18 set. 1958.

¹⁹⁷ VERDADEIRA..., op. cit.

¹⁹⁸ Ibid.

Piauienses:

Podeis aliviar a emoção com retorno à minha terra, agora ainda mais querida, porque nela se verteu o sangue do meu irmão Marcos Parente, que se misturou ao sangue de mais de uma dezena de mártires na tragédia que acaba de enlutar o Piauí. [...] Não devo, por agora, ser mais extenso. Trago-vos uma mensagem com a derradeira carta de alguém que já vos fala do outro lado da vida. Refiro-me à última carta do Marcos que deveria ter sido impressa no Rio por sua ordem, para ser dirigida a todos os amigos dos municípios e dos mais distantes distritos de nossa terra. Subscribo em todos os seus termos essa missiva. Ei-la:

Prezado conterrâneo e amigo:

Como candidato a senador pelo nosso querido Estado do Piauí, não me contento em solicitar apenas seu valioso voto e o de todos os que, em assunto de tamanha responsabilidade, seguem sua esclarecida orientação.

Sertanejo autêntico e descendente de sertanejos que nasceram e viveram em região que ainda hoje quase sem estradas e sem escolas, sem médicos e sem policiamento e, até bem pouco tempo desprovida de telégrafos, conheci e vivi o desconforto, o atraso, a insegurança, os sofrimentos do sertão, cuja verdadeira escola é a vida, cuja esperança é a resignação, desde o nascimento até a morte.

[...]

Patrício e amigo, muito grato

Marcos Parente

[...].¹⁹⁹

No discurso de Marcos Parente, as palavras deixadas pelo irmão Joaquim em uma espécie de carta-convite foram lidas como se fossem um recado do morto aos eleitores. A utilização daquela carta é bastante simbólica. Em curto discurso, o mote central do novo candidato era o seu irmão. Não havia propostas, mas a ideia de que uma pessoa havia morrido. Não havia panorama para o debate político, mas a descrição de um acidente. E, naquele momento, Joaquim Parente representava o morto. O voto dado pelo eleitor não era para o seu engrandecimento político, mas para o do irmão falecido. A morte, assim, foi o elemento que sustentou aquela candidatura e toda a campanha edificada nos últimos 20 dias que restavam para o pleito eleitoral. Era o vivo assumindo a vida política que o morto deixara.

As reações populares podem ser capturadas mesmo com ressalvas pelos escritos jornalísticos. O comício foi realizado com chuva, mesmo assim, segundo o jornal *Folha da Manhã* e o *Jornal do Comércio*, não houve evasão da Praça Rio Branco.²⁰⁰ Apesar das expressões “delírio popular”, “incalculável multidão” e “aplaudindo delirantemente”, típicas dos jornais da época para valorizar os atos políticos, crê-se que o número de pessoas realmente possa ter sido expressivo, pois, segundo o jornalista que apoiava a coligação, “Ultrapassou as melhores expectativas, a grande concentração popular da memorável noite de

¹⁹⁹ VERDADEIRA consagração popular. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17 set. 1958.

²⁰⁰ Ver: DESLUMBRANTE apoteose cívica. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 18 set. 1958; GRANDE espetáculo de civismo. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 18 set. 1958.

ontem.”²⁰¹ Supõe-se que a expectativa dos partidos coligados PTB-UDN relativa ao público do comício foi superada em número suficiente para provocar tal comentário, inclusive porque ocorreu em um momento bastante singular para os teresinenses, sob forte chuva.

O último comício das *Oposições Coligadas* realizou-se no dia 30 de setembro de 1958, em Teresina. Como ocorreu no primeiro comício com os novos candidatos, o concorrente ao Executivo estadual falou bem antes do último orador, o candidato ao Senado Joaquim Parente.²⁰² Contudo, o fato mais interessante apontado na reportagem parece ter sido a reação popular durante a fala de Joaquim Parente, pois, segundo o jornal *udenista Folha da Manhã*, “O povo, naquele momento, queria também render uma homenagem à memória do inolvidável Marcos Parente, cujo nome, como o de Demerval Lobão, a grande multidão não cessava de invocar.”²⁰³ O comício terminou às 23h30min, segundo o jornal, tendo os populares permanecido até o final. A reportagem não mencionou trechos do discurso de Joaquim Parente, o que seria bastante significativo para uma análise da sua última articulação, porém, o jornal que não apoiava aquela coligação, *O Dia*, apresentou uma representação negativa sobre o momento em que discursou. Em matéria de aspecto cômico, o jornal reproduz uma suposta conversa entre políticos no Café Avenida²⁰⁴, na qual, descontraído, o partidário *pessedista* Wilson Carvalho fez uma avaliação rigorosa da fala do candidato ao Senado:

[Wilson Carvalho]:

- Estou escandalizado! O Joaquim Parente é um grande analfabeto, é muito mais analfabeto do que eu. Se eu fosse fazer um discurso político pedia ao ministro Edgar Nogueira²⁰⁵ para escrever e no palanque, depois de decorar bem, falava que o povo pensava que eu era o próprio ministro. Mas este Quincas Parente é muito analfabeto. O homem tem um cérebro de tatu. Lembro-me que quando êle leu no comício o discurso, dizendo exorar, em vez de exornar, palavras erradas que só mesmo uma pessoa de primeiras letras poderia ler tão ruim.

Diz Raimundo Lopes:

- Wilson, o homem é candidato, e como tal, deveria estar emocionado.

Retruca Wilson:

- Que nada, emoção não transforma ninguém. Quem sabe, sabe, quem não sabe mostra logo o seu grau de burriedade.²⁰⁶

Apesar de ser um quadro cômico, permite que se possa evidenciar os pontos pelos quais a campanha estava se guiando. Falar sobre as qualidades intelectuais, ou melhor, a falta

²⁰¹ DESLUMBRANTE apoteose cívica. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 1, 18 set. 1958.

²⁰² Ibid.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Restaurante e importante ponto de encontro dos políticos piauienses.

²⁰⁵ Desembargador piauiense, ingressou no Tribunal de Justiça do Estado em 1955.

²⁰⁶ CÉREBRO de tatu. *O Dia*, Teresina, p. 4, 2 out. 1958.

delas, reforçaria certo tom de deboche na escolha feita pela UDN do seu candidato. O caráter cômico também fez com que a crítica se tornasse mais amena diante daquele quadro que se apresentava, um irmão candidato substituindo o outro que morrera. Esse trecho foi uma das últimas cartadas da situação, pois já era 2 de outubro, véspera do pleito.

No dia do pleito, o petebista *Jornal do Comércio* convocou os eleitores para votarem nos vivos como forma de compensação aos que se foram. É simbólica a capa do noticioso, como demonstra a Figura 5:

Figura 5 – Capa do *Jornal do Comércio*



Fonte: Capa, 1958, p. 1²⁰⁷

O jornal não pede, ordena ao eleitor: “Avante, para às urnas! [sic].” Era categórico ao anunciar que o eleitor piauiense cumprisse sua missão cívica e votasse nos novos candidatos, e como bem reflete a imagem na capa do noticioso, os “escolhidos” estariam intrinsecamente marcados pelos mortos. A foto do novo candidato ao governo,

²⁰⁷ CAPA. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 1, 3 out. 1958.

Chagas Rodrigues, aparece bem pequena do lado esquerdo, e, ao centro, exposta amplamente, está a fotografia de Demerval Lobão, candidato falecido, com os seguintes dizeres: “Demerval Lobão, sacrificado na luta, mas, que conquistará a vitória que construiu para a redenção do Piauí.” O grande beneficiado com a votação, segundo o noticioso, não seria Chagas Rodrigues, mas Lobão, que tombou, segundo a legenda, na luta pelo Estado.

No dia 3 de outubro de 1958, para tristeza dos governistas e alegria dos candidatos de última hora, as *Oposições Coligadas* PTB-UDN venceram as eleições. Joaquim Parente se elegeu senador e Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, ou apenas Chagas Rodrigues, como era mais conhecido na política, seria o próximo governador do Piauí. Ressalta-se que Joaquim Parente obteve mais votos que o próprio candidato ao governo.²⁰⁸

Todos os pequenos detalhes apontados até então podem parecer a muitos leitores “desnecessários”, “excedentes em minúcias” ou apenas “curiosidades”, que em nada acrescentariam à proposta do estudo. Contudo, percebe-se que a cultura de um determinado grupo se expressa pelos detalhes que no seu dia a dia são quase imperceptíveis aos observadores externos.²⁰⁹ Se não se expusesse tão densamente as descrições sobre a morte dos candidatos e a candidatura dos seus sucessores, perder-se-ia de vista os detalhes que compõem as *culturas políticas* que se intercalavam e coexistiam naquele momento.

2.3 Vitória aos vivos, compensação aos mortos

“Não é mesmo de se estranhar que o nosso povo, apesar do ceticismo que lhe domina o espírito sôbre tudo que diz respeito à política, ainda se emocione nos dias de lutas políticas, visto como a alma coletiva é cheia de contrastes, surpresas e mistérios. Ninguém pode sondar bem os esconderijos da alma humana.”²¹⁰

Ao longo da trajetória desta pesquisa não foram encontrados documentos que apontassem uma ampla divulgação das propostas trabalhistas no Piauí antes da ascensão ao

²⁰⁸ Chagas Rodrigues foi eleito governador com 101.525 votos, em detrimento dos 82.647 de José Pires Gayoso de Almendra Freitas, tendo sido computados 20.487 votos brancos e 6.689 votos nulos. Para o Senado, os números foram: José de Mendonça Clark perdeu o pleito com 79.963, assim como o candidato do PST Ademar Soares da Rocha, que teve apenas 3.527, e o vitorioso Joaquim Santos Parente foi eleito com 103.597, tendo sido o número de votos brancos 13.475 e 10.786 de votos nulos. Todas as informações sobre a eleição foram consultadas no site do TSE (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado da eleição geral para Deputado Estadual - Deputado Federal - Governador - Vice-Governador - Senador e Suplente de Senador de 1958**. 1958. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-para-deputado-estadual-deputado-federal-governador-vice-governador-senador-suplente-de-senador-1958/view>>. Acesso em: 6 set. 2013).

²⁰⁹ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a.

²¹⁰ APROXIMA-SE a batalha. Cunha e Silva é o autor. **O Dia**, Teresina, p. 5, 24 jan. 1954.

governo de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues. A falta de um programa político, de cartas-propostas para concorrer ao governo, ou melhor, do corpo de ideias e doutrinas que compunham o partido e ganhavam vitalidade durante as disputas eleitorais fez com que se tentasse entender como as propostas trabalhistas ganharam notoriedade naquele governo.

Percorrendo-se detalhadamente o processo sucessório, observa-se que a indicação do PTB nacional para as eleições de 1958 era a de que os diretórios de cada estado articulassem candidaturas ao governo.²¹¹ No Piauí, o PTB ainda era um partido pequeno, mas seus membros estavam cientes da sua importância para a definição da eleição. Pela primeira vez os *trabalhistas* lançariam candidato próprio ao governo, intuito com o qual alguns correligionários iniciaram as negociações com o último aliado, o PSD, com quem estavam coligados durante a eleição de 1954, rompendo logo após o início do governo, por descumprimento de acordos políticos firmados durante o pleito. Malsucedidas as negociações com a sigla *pessedista*, o PTB procurou a UDN local, que enfrentava uma crise desde 1954 com a saída de vários líderes para o próprio Partido Trabalhista Brasileiro, o que de certa forma acabou contribuindo para o fechamento de um pacto entre as duas agremiações. Esse agrupamento de forças teria sido degradante para os udenistas, na visão dos partidários do PSD, fazendo com que os articulistas se perguntassem: “[...] como é que um partido de passado tão glorioso quanto a UDN, se submete a tamanha humilhação, a ponto de ceder o lugar de candidato a governador do Estado ao Partido Trabalhista?”²¹². A surpresa do articulista aflorava em decorrência de uma nova composição na disputa eleitoral, pois, desde 1946, o PSD pleiteava o título de maior e mais importante partido do Estado unicamente com a UDN. A questão tornava-se ainda mais ofensiva, segundo os *pessedistas*, porque o líder da UDN no Piauí, José Cândido Ferraz, teria recebido dinheiro para fechar o acordo entre os partidos. Tal pacto teria contado com o auxílio do vice-presidente João Goulart.²¹³ Pelas tentativas de acordo, percebe-se que os trabalhistas do Piauí não seguiam um plano doutrinário que os impedisse de fazer qualquer coligação política. O fisiologismo, por outro lado, e como se verá mais adiante, era parte importante da composição do partido no Estado. Até aquele momento, boa parcela dos partidários adotava apenas uma perspectiva de

²¹¹ ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 119.

²¹² EM TÓRNO da sucessão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 19 jan. 1958.

²¹³ Ver: EM TÓRNO da sucessão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 19 jan. 1958; A RENDIÇÃO udenista. **O Dia**. Teresina, p. 6, 19 jan. 1958.

reverência à figura de Getúlio Vargas e a suas conquistas²¹⁴, tornando-se esse, em grande medida, o programa político dos *trabalhistas piauienses* até aquele ano de 1958.²¹⁵

Observa-se que quando o processo de sucessão governamental entrou em curso, Demerval Lobão, que pertencia à UDN até 1954, teve rapidamente seu nome associado ao governo *udenista* de Rocha Furtado no período de 1947-1951, quando esteve à frente da diretoria da Fazenda Estadual. Esse aspecto é levantado tanto pelos *pessedistas*, para acusá-lo de ter levado o Estado a um caos financeiro²¹⁶, quanto pela coligação *udeno-trabalhista*, para reforçar a ideia de sua experiência na Administração Pública.²¹⁷ Contudo, observa-se que, diante da disputa sobre a representação pública daquele sujeito, entre apoiadores e opositores, não existiu uma associação direta com o *trabalhismo* no Piauí. Até mesmo para os apoiadores era mais fácil relacionar a atuação política de Demerval Lobão com a UDN, uma vez que fizera parte do governo *udenista* e, em passado recente, compusera os quadros daquele partido.

A campanha *udeno-trabalhista* não esteve pautada por um projeto *trabalhista*²¹⁸ no Estado, mas por dois outros motes centrais. Em um primeiro momento, o projeto do candidato *udeno-trabalhista* visava promover o desenvolvimento do Estado, combatendo a situação de pobreza absoluta na qual se encontrava o Piauí.²¹⁹ O discurso sobre a eliminação da pobreza implicava como solução imediata a promoção de um projeto desenvolvimentista, característica não exclusiva apenas do discurso político de Demerval Lobão, tampouco do PTB piauiense, mas que pesava em vários outros discursos políticos locais e nacionais, como se verá mais adiante.²²⁰ Talvez a proposta do candidato possa ser atribuída em parte ao surto desenvolvimentista surgido na administração de Juscelino Kubitschek, em parte aos discursos

²¹⁴ CONCENTRAÇÃO petebista em homenagem à memória de Getúlio Vargas. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1, 20 abr. 1958.

²¹⁵ Na convenção de janeiro de 1958, os trabalhistas resolveram reforçar em plenárias “os ideais de Getúlio Vargas e a segurança política do regime democrático defendida pelo Dr. João Goulart”. Ver: AMPLA repercussão política alcançou a convenção do PTB. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1, 15 jan. 1958.

²¹⁶ EM TÓRNO da sucessão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 28 jan. 1958; EM TÓRNO da sucessão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 19 jan. 1958.

²¹⁷ EIS o homem. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 5, 2 fev. 1958.

²¹⁸ Para Antônio José Medeiros, apenas um único candidato pela coligação PTB-UDN tinha uma plataforma trabalhista na eleição de 1958, era Honorato Gomes Martins, uma das principais lideranças do PCB, que terá grande importância na mobilização camponesa. Ver: MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 192-193.

²¹⁹ Os discursos que Demerval Lobão fez durante a campanha foram publicados com o apoio do senador Mathias Olympio. Ver: LOBÃO, Demerval. **Discursos**. Teresina: [s.n.], 1959.

²²⁰ No Capítulo 4 aborda-se a pobreza no Piauí e no Capítulo 5 discorre-se sobre o projeto desenvolvimentista do PTB.

desenvolvimentistas no seio do próprio PTB²²¹, embora se alimente a crença de que se deve sobretudo ao resultado de uma expansão discursiva sobre a pobreza no Estado,²²² gestada em meados da década de 1950 a partir da divulgação de dados da renda nacional *per capita*, na qual o Piauí ficou em último lugar entre os estados da Federação.²²³ A força dessa classificação do Piauí representou, pelo menos para o discurso jornalístico local, uma nova percepção do Estado para os piauienses, que passaram a se compreender e a serem compreendidos como o “estado mais pobre da nação”. Nesse sentido, a relação entre pobreza e atraso estava imbricada nos discursos políticos de todos os candidatos naquele pleito, não constituindo, portanto, uma exclusividade do candidato da coligação PTB-UDN,²²⁴ razão pela qual o desenvolvimento era uma promessa política “generalizada”.

Demerval Lobão, em seu primeiro discurso público, divulgado pelos jornais que o apoiavam, fez uma argumentação ampla da indicação do seu nome e apontou algumas propostas. Culpou os então administradores estaduais pelo “indiferentismo [...] [ao] crescimento do índice de miséria que recai sobre as populações desfavorecidas de recursos”, e acrescentou que procuraria priorizar a ampliação dos serviços de saúde e energia elétrica, fomentaria a indústria, analisaria o plano rodoviário do Estado, “cuja execução deve vincular-se às exigências da economia piauiense”, estruturaria a assistência social (ampliaria? Iniciaria? Em que regiões?²²⁵) e, por fim, procuraria aumentar o salário dos professores “em nível compatível com a sua alta missão”²²⁶, questões um tanto amplas e sem definições exatas de como seriam implementadas. Reforça-se ainda que em nenhum momento o *trabalhismo* se evidencia como projeto político encampado pelo seu partido em nível nacional a ser desdobrado em âmbito local.

²²¹ Para Lucília de Almeida Neves Delgado, no seio do partido existia um eixo, “uma estrutura dorsal nacionalista, distributivista e desenvolvimentista”. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203, p. 177.

²²² RABELO, Elson de Assis. Rumores da miséria, ecos da História: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos de 1950 e 1960. **Fênix, Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, ano VI, n. 1, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF18/ARTIGO_8_SECAO_LIVRE_ELSON_DE_ASSIS_RABELO_FENIX_JAN_FEV_MAR_2009.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

²²³ Dados sobre a renda nacional podem ser encontrados em: FERREIRA, Afonso Henriques Borges. A distribuição interestadual de renda no Brasil, 1950-85. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 469-485, out./dez. 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/679/8039>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

²²⁴ Sobre a relação entre o Piauí e a pobreza, ver o primeiro capítulo de: RABELO, Elson de Assis. **A História entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí**. 202 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

²²⁵ Não fica claro no texto se o candidato desejava ampliar ou iniciar uma assistência social no Piauí.

²²⁶ A PRIMEIRA oração do candidato oposicionista. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1-4, 6 abr. 1958.

O segundo mote apontado na campanha das *Oposições Coligadas* aparece em abril de 1958, quando emerge o nome de José Gayoso Freitas para o governo pela *Coligação Democrática Piauiense*, resultando no acréscimo ao discurso da oposição da luta contra uma forma de política pautada pelas formações oligárquicas do Estado. Para o sociólogo Antônio José Medeiros, trata-se de fator importante para o desgaste do PSD na sucessão governamental.²²⁷ Sua análise acabou contribuindo para definir a interpretação daquele processo eleitoral nos estudos históricos²²⁸, ainda que, apesar de elemento importante da *cultura política partidária* piauiense, a constituição de uma oligarquia *pessedista e familiar dos Almendra-Freitas* tenha nela prevalecido da mesma forma como foi lançada na campanha de 1958 pela coligação PTB-UDN. A acusação da formação oligárquica partidária-familiar foi a principal crítica da coligação oposicionista ao “esquema governista”, como se nunca antes os piauienses tivessem percebido ou entendido a existência dessa prática política. Medeiros, por sua vez, acabou transpondo a crítica social para o texto acadêmico, repetindo a construção discursiva da coligação *udeno-trabalhista* sem uma análise mais consistente da sua utilização, e atribuindo à questão oligárquica parcela fundamental da derrota eleitoral.²²⁹ Entende-se que os oposicionistas ao governo tentavam desgastar a candidatura de Dedé Freitas, filho do ex-governador Pedro Freitas e sobrinho do então governador general Gayoso e Almendra, apontando para a ideia de perpetuação da família Almendra-Freitas no poder político estadual, contrários, portanto, às “oligarquias familiares”. Esse foi o principal discurso de ataque da coligação PTB-UDN, antes da morte de Demerval Lobão e Marcos Parente. As propagandas oposicionistas se compuseram, sobretudo, a partir da ideia de salvar o Piauí das formações oligárquicas mediante uma cruzada cívica.²³⁰ Contudo, algumas ressalvas devem ser feitas a esse discurso oposicionista.

²²⁷ Ver: MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996.

²²⁸ O trabalho de Antônio José Medeiros é substancial para a composição da dissertação de Flávia Lima. Ver: LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político**: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962). 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, 2011.

²²⁹ Em 2014, Antônio José Medeiros lançou livro de memórias no qual remete a essa questão, dessa vez apontando para a ideia de familismo, que diferencia do nepotismo, definindo-o como “a permanência das mesmas famílias tradicionais nas lideranças políticas, mesmo divididas em vários partidos”, porquanto passados tantos anos daquela eleição, percebe-se que vários dos sobrenomes que figuravam na política local ainda persistem no exercício político na contemporaneidade do Piauí. Mesmo não sendo um livro acadêmico, essa noção acaba por contribuir de forma mais significativa para o entendimento dos elementos que compõem a política local, possibilitando, enquanto categoria de análise, a compreensão do comportamento dos eleitores de tenderem a votar nos membros da mesma família durante muitos anos. Para Medeiros, essa atitude teria mais a ver com dominação social do que com dominação puramente política. Ver: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014, p. 33.

²³⁰ DEFINE-SE Leônidas Melo, apoiando candidatura Demerval Lobão Vêras. **Folha da Manhã**, Teresina p. 1, 2 ago. 1958.

A promiscuidade entre o público e privado, assim como a relação estreita entre grupos familiares e grupos políticos partidários, não era novidade no Piauí²³¹. O intelectual Wilson Brandão aponta que entre 1947 e 2006, cerca de 40% das vagas parlamentares “destinaram-se” aos representantes das tradicionais famílias políticas piauienses.²³² Destaca-se uma singularidade no caso específico daquele pleito de 1958: com a suposta vitória de Dedé Freitas ao Executivo estadual, ter-se-ia o terceiro governador do PSD do mesmo grupo familiar, os Almendra-Freitas, na governança estadual. A possibilidade de desgaste político da família Almendra-Freitas foi algo supostamente alertado pelo próprio *Coronel* Pedro Freitas, ex-governador e chefe político pelo PSD, no momento da indicação do nome de seu filho. Contudo, os correligionários, talvez por compreenderem o impacto do nome político da família Freitas no eleitorado, não consideraram negativa a repetição de nomes familiares para a tomada da decisão final. Segundo os jornais da época, em reunião promovida pelos *pessedistas*, o desembargador Edgar Nogueira teria recusado convite do partido governista para ser candidato ao Executivo, e no mesmo dia levantou-se a questão da demora na escolha do nome do candidato pelo PSD, pois já era meados de abril e desde janeiro o nome do candidato *udeno-trabalhista* havia sido lançado na imprensa. Por essa razão, integrantes do partido, exigindo uma tomada de decisão urgente, lançaram o nome de José Gayoso de Almendra Freitas, que aceitou o convite.²³³ O próprio Pedro Freitas, segundo recorda, não teria gostado da decisão:²³⁴

A campanha do Chagas Rodrigues foi bem feita. Eu já vinha governando, depois do general Gayoso, que era meu cunhado (a minha primeira esposa era irmã dele) e, contra a minha opinião, apresentaram o meu filho, José Gayoso Freitas, para governador. Seria uma ditadura de três mandatos, essa foi uma das principais razões. A outra foi a morte, por acidente, de Demerval Lobão (candidato a governador pela UDN) e do deputado Parente. Isso abalou muito a opinião pública em favor dele. Meu filho terminou perdendo a eleição.²³⁵

A construção memorialista do ex-governador revela alguns aspectos interessantes. O primeiro deles é o fato de considerar a campanha que deu vitória à Chagas Rodrigues “bem

²³¹ Sobre a política e os grupos familiares no Piauí ver especificamente os Capítulos 2 e 3 da dissertação: ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elite política no Piauí: 1982-1995**. 2000. 184 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000.

²³² BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e lendas da política piauiense**. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p. 30.

²³³ CANDIDATOS. **O Dia**, Teresina, p. 1-4, 10 abr. 1958.

²³⁴ Em matéria do jornal *O Dia*, essa fala de Pedro é reforçada. Ver: SEU Dé e Seu Dedé. **O Dia**, Teresina, p. 3, 17 abr. 1958.

²³⁵ DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no vale do Parnaíba**. São Paulo: Anablume, 2010, p. 192.

feita”. Sabe-se que a coligação oposicionista não teve muito tempo para fazer campanha após a morte de Demerval Lobão e Marcos Parente, dessa forma, em sua concepção, talvez a derrota do filho tenha sido fruto de uma campanha bem elaborada, não da forma de uma campanha política tradicional, mas como resultado de um empreendimento que se articulou a partir de dois aspectos mencionados por Pedro Freitas: o desgaste do nome de sua família e a morte dos candidatos oposicionistas. Pedro Freitas avaliou como fatores de igual peso na campanha esses dois aspectos, mas um ponto deve ser analisado de forma mais sensível nessa memória: para o *Coronel*, o problema não residia no fato de sua família dominar parte da política piauiense, mas na proposta de uma sequência ininterrupta de membros de sua família no governo do Estado. Possivelmente, se houvesse revezamento entre grupos familiares-partidários, ou mesmo se seus parentes se candidatassem a outros cargos eletivos, como os de deputados estaduais e federais (o que de fato ocorreu naquela eleição), talvez a ideia de oligarquia²³⁶ não soasse tão parecida com uma “ditadura”.

Dedé Freitas, por sua vez, refletiu em seu livro de memórias sobre os motivos de seu nome ter sido indicado como candidato ao governo no ano de 1958:

Quanto à falada oligarquia tentávamos demonstrar a inexistência de um espírito oligárquico no nosso estado. Negávamos o nepotismo ou o “familismo” que pretendiam combater. Famílias numerosas, por serem antigas no Piauí, eram entrelaçadas e muitos dos seus membros de real competência, estavam no exercício de altas funções públicas. Isto havia ocorrido sempre. Era a realidade que não dependia de nós, individualmente.²³⁷

Na percepção de Dedé Freitas não existia oligarquia, porque o que ocorria na política piauiense era “natural”, apenas um sistema estruturado lançava ao poder elementos de determinadas teias familiares aos quadros partidários do Estado por serem mais “capacitados”, tornando-se os agrupamentos familiares, dessa forma, parte da maneira de se fazer política no Piauí. Nesse sentido, era “natural”, ou deveria ser percebida como tal, a indicação pelos correligionários do seu nome para concorrer ao governo do Estado depois do

²³⁶ Quando se refere à oligarquia, está-se pensando em sua conceituação mais embrionária, que abrange tanto a atribuição negativa do termo na linguagem política grega quanto a sua concepção moderna, refletida nos estudos de Edward Shilds sobre a organização política do Terceiro Mundo. Norberto Bobbio observa que os estudos de Shilds apontam para a seguinte definição sobre os sistemas oligárquicos: “[...] se caracterizam por um grupo restrito, homogêneo, estável, com uma boa organização interna, fortes vínculos entre os membros, pouco confiante na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição”. Ver: BOBBIO, Norberto. *Oligarquia*. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 836-838. (Volume II).

²³⁷ FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: [s.n.], 1999, p. 88.

seu pai e do seu tio. O *familismo*, que pode ser conceituado como o predomínio de um grupo familiar durante muitos anos no exercício da política, era compreendido, por um de seus membros, como condição “natural” da forma de se fazer política no Estado, parte da *cultura política partidária* do Piauí.

Nesse sentido, pode-se perceber também que a relação entre laços familiares e política partidária não era privilégio da chapa da situação; a oposição, que criticava a oligarquia dos Almendra-Freitas, naquele momento lançava como candidato ao governo do Estado, após a morte de Demerval Lobão, o deputado federal Chagas Rodrigues, irmão de José Alexandre Rodrigues, candidato à prefeitura de Parnaíba, uma das maiores cidades do Estado. Como desfecho eleitoral, enquanto Chagas Rodrigues assumia o governo, seu irmão se assentava na cadeira de prefeitura daquela cidade. Outro caso no seio da oposição é o de Mathias Olympio de Melo, ex-governador na década de 1920 e senador pelo PTB, que era filho do ex-deputado estadual José Olympio de Melo, e contribuiu para eleger João Mendes Olympio de Melo²³⁸, seu filho, a prefeito de Teresina na década de 1950.²³⁹ Os exemplos referem-se apenas às fileiras jovens e antigas do PTB, mas a prática também era comum em outros partidos. No caso da UDN, o exemplo mais significativo foi justamente a indicação de Joaquim Parente, irmão de Marcos Parente, como candidato ao Senado por aquele partido. Foi bastante natural entre os correligionários da sigla que o irmão falecido tivesse deixado de herança para a família a sua carreira política. Reafirma-se que o fato de um agrupamento político se confundir com um agrupamento familiar não era novidade e fazia parte da *cultura política partidária* local.²⁴⁰ Assim, o discurso que a oposição utilizou para “provocar” rejeição à candidatura de Dedé Freitas, em razão de seu pertencimento a um segmento oligárquico familiar no Estado, deve ser analisado enquanto estratégia política de grupos que pretendiam alcançar a governança estadual, não podendo ser tomado como elemento único que leve à compreensão da eleição naquele ano de 1958.

Se o discurso da oposição se mostrava retórico com relação à questão dos grupos oligárquicos-familiares, procurou-se no próprio candidato ao governo pela coligação PTB-UDN qual seria então sua atuação frente aos trabalhadores locais, uma vez que o lugar que

²³⁸ Nasceu em Tarauacá, Estado do Acre, no ano de 1917. Era agrônomo, foi prefeito de Teresina de 1951 a 1955 e assumiu como senador quando seu pai teve que se afastar por licença médica. Ver: BRASIL. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa e Coordenação de Arquivo. **Senadores**: João Mendes (Fora de Exercício). [1963]. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2792>>. Acesso em: 30 set. 2013.

²³⁹ Guilherme Melo, bisneto de Mathias Olympio, foi governador do Piauí na década de 1990.

²⁴⁰ Ver: ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elite política no Piauí**: 1982-1995. 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000.

ocupava como membro do PTB sugeria um direcionamento específico da sua campanha relacionado às diretrizes do partido. Verificou-se que, com relação às propostas para os trabalhadores durante o pleito, o único discurso que assumiu esse tom foi proferido pelo candidato quando se reuniu com os líderes sindicais em abril de 1958. Entretanto, deve-se ressaltar que a iniciativa de promover a reunião entre os sindicatos não foi do próprio PTB. Os sindicalistas piauienses haviam marcado encontro em Teresina para discutirem a fixação dos valores salariais. Aproveitando o evento, o PTB ofereceu um “banquete” aos sindicalistas no “Bar Carnaúba”, famoso ponto de encontro político da cidade de Teresina. Na ocasião, Demerval Lobão, já candidato das *Oposições Coligadas*, fez um discurso em que levantava a questão das condições salariais reivindicadas pelos sindicalistas, mas também fez promessas que, segundo o próprio candidato, tinham sido extraídas das pautas dos próprios trabalhadores piauienses. Segue trecho da fala do candidato transcrita no jornal:

[...] desejamos, nesta oportunidade, manifestar o propósito de, se vitorioso, empenhar-nos no sentido de tornar efetiva as vossas reivindicações, entre as quais, ocorre-me lembrar, no domínio previdenciário, a unificação e ampliação dos planos assistenciais, como a instalação de ambulatórios, a construção de grupos residenciais, a concessão de financiamentos imobiliários com maior frequência, a edificação de hospitais de bolso acessíveis aos operários e seus dependentes; a revalorização das atividades industriais do Estado, propiciando o pleno emprêgo com o aproveitamento racional dos nossos produtos naturais de exportação; o incentivo ao ensino profissional médio a fim de possibilitar ao trabalhador melhores oportunidades, criando condições para uma mão de obra especializada e, conseqüentemente, melhor remunerada; o apoio à idéia da federação dos Trabalhadores Piauienses; já que tendes a condição de conquistar a autonomia que mereceis.²⁴¹

As promessas do candidato *petebista* feitas aos trabalhadores foram articuladas pelos próprios sindicatos, e lembradas naquele momento pelo candidato para tornarem-se promessas de campanha.²⁴² Contudo, percebeu-se que nos discursos veiculados nos jornais apoiadores dos candidatos *udeno-trabalhistas* não havia, de forma objetiva, um projeto consistente voltado para os trabalhadores piauienses. Nesse sentido, ressalta-se que, até poucos dias antes do acidente, a questão oligárquica ainda era o principal foco da campanha das *Oposições Coligadas*.

Diante desse quadro, algumas questões se fizeram presentes no desdobramento da investigação para a elaboração deste trabalho: se não houve uma forte propaganda política

²⁴¹ DEMERVAL Lobão. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 20 abr. 1958.

²⁴² O discurso de Demerval Lobão também foi publicado no **Jornal do Comércio**, ver: O PTB e os Trabalhadores. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 20 abr. 1958.

voltada aos trabalhadores no Estado, o que teria levado à ascensão do PTB ao Executivo estadual, mesmo sendo considerado um pequeno partido, sem força política e eleitoral no Piauí no final de década de 1950? Qual foi ou quais foram as razões para a emergência do partido ao governo no Piauí? Seria realmente o desgaste da família Almendra-Freitas fator determinante para a ascensão do novo governo? Evidenciou-se que um elemento, entre os vários fatores apontados, teve maior ressonância naquele processo sucessório. O componente presente em todos os relatos (jornalísticos, memorialísticos e acadêmicos) foi o impacto da morte dos candidatos às vésperas do pleito e a forte reação popular ao episódio. Não se descartam outros aspectos já mencionados por alguns autores, em especial o desgaste *pessedista* da família *Almendra-Freitas* no Executivo estadual. Entretanto, no contato com as fontes, a importância da notícia da morte e sua carga simbólica tornou-se um fator relevante na reta final da campanha para a escolha da população piauiense nas eleições de 1958.

De fato, o caráter simbólico que a morte adquiriu naquele momento possibilitou a emergência de um *trabalhismo oficial*. Contudo, um paradoxo pode ser apreendido no desdobramento do *Desastre da Cruz do Cassaco*. Muitos trabalhadores também perderam a vida naquele acidente, da mesma forma que os políticos. Logo após o desastre rodoviário, o falecimento dos trabalhadores serviu para aumentar os números da dimensão da tragédia, mas foram, em seguida, “apagados” do *acontecimento* nas páginas dos noticiosos em favor de uma grande visibilidade oferecida aos políticos-candidatos. Quase nada se sabe dos trabalhadores que morreram, os jornais apontam (quando o fazem) apenas os seus nomes, ainda no momento do pós-acidente. O que prevalece até o instante do pleito, mas também durante alguns anos, são apenas os registros e tributos aos nomes de Demerval Lobão e Marcos Parente.²⁴³ Os “mortos oficiais” contribuíram de forma decisiva para que o Partido Trabalhista Brasileiro pudesse dar maior projeção a um programa político para os trabalhadores, mesmo que fosse necessário, em um primeiro momento, apagar os próprios trabalhadores da história da tragédia narrada nos periódicos.

Contudo, mesmo com a ênfase unicamente nos políticos, faz-se necessário compreender o impacto do acidente e da morte para a emergência de uma proposta política considerada inovadora no Piauí, *o trabalhismo*.

Refletir sobre a reação popular àquele episódio é adentrar um campo singular nos estudos políticos; é revelar que o desenrolar dos processos sociais se constitui a partir de um procedimento mediativo das sensações, pois o humano apreende o real por intermédio dos

²⁴³ DR. DERMERVAL Lobão. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 14 fev. 1960.

sentidos.²⁴⁴ Portanto, é preciso entender que a política também é resultado da dinâmica das sensibilidades sociais.²⁴⁵ Nessa trajetória em busca de um sentimento coletivo²⁴⁶, volta-se a atenção para o Piauí e se procura equacionar respostas à reação popular acerca da tragédia e da morte dos candidatos *udeno-trabalhistas*. Investigaram-se fontes e escritos de cunho jornalístico e memorialístico que, por sua vez, suscitaram a seguinte questão: é possível refletir, a partir de algumas interpretações singulares, sobre uma reação coletiva? Fazer uma relação entre história e sensibilidades, individuais e coletivas, não é tarefa fácil, uma vez que iniciativas dessa natureza podem ser compreendidas como tentativas de singularizar ou “homogeneizar” as sensações dos indivíduos diante do mundo. Entretanto, as mediações entre o indivíduo e o coletivo são chaves de muitas leituras históricas recentes.²⁴⁷

Procurou-se, a partir de quatro jornais - cada periódico filiado a um partido ou apoiador de uma agremiação partidária: *O Dia*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Piauí* e *Jornal do Comércio* -, cruzados com outros jornais (locais e nacionais) e livros de memórias, apresentar o que, em um primeiro momento, aparece como elementos superficialmente descritivos, mas que formou em sua sutileza os detalhes por meio dos quais os leitores da época tiveram acesso

²⁴⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Org.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. V. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 9-21.

²⁴⁵ As sensibilidades, para Sandra Jatahy Pesavento, são “[...] uma forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas [...] a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior à reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou reação em face da realidade. Como forma de ser e estar no mundo, a sensibilidade se traduz em sensações e emoções, na reação quase imediata dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez em contato com a realidade” (Ibid., p. 11).

²⁴⁶ Freud exerce um importante papel na compreensão das reações coletivas quando tenta decifrar a “Psicologia das massas”, que em suas palavras “[...] trata do indivíduo como membro de uma tribo, um povo, uma casta, uma classe, uma instituição ou como elemento de um grupo de pessoas que, em certo momento e com uma finalidade determinada, se organiza numa massa” (p. 34-35). Visando compreender a razão da união de alguns indivíduos para eventos específicos ou para seguir um líder, Freud analisa que a agregação do que denomina de “massa” partia da libido, que em sua obra representa os impulsos referentes a tudo que na sociedade se define como “amor”. Contudo, esse amor não seria o dos impulsos sexuais, mas baseado em aspirações sexuais de meta inibida, que coloca o objeto no lugar do ideal eu. Abrangeria, portanto, o amor dos liderados pelo líder, por exemplo, e, de outra maneira, dos liderados entre si. Esse segundo amor, possibilitado pela mesma relação com o “objeto” (líder), era constituído pelo “eu” (seguidores). Tal concepção é importante para que se perceba que as reações coletivas são objeto de interesse de vários campos de saber, como a Psicanálise. Contudo, parte-se de uma concepção que entende que a cultura é responsável pela criação de formas de sociabilidade e ideias que são compartilhadas entre os indivíduos. O amor, ou qualquer outro sentimento que leve à agregação na qual os sujeitos possam se identificar, pode ser um valor construído em forma de sentimento para que seja apreendido no social, mas não sentido da mesma maneira pelos que dele se apropriam enquanto valor. Portanto, entende-se a importância do estudo de Freud para a compreensão das reações coletivas, mas se prefere adentrar pelo caminho cultural como proposta de modelo que “deve” ser assimilado, de forma singular e particularizada, pelos que integram determinada comunidade cultural. Ver: FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e a análise do eu**. Porto Alegre, RS: L&P, 2013.

²⁴⁷ Um dos maiores e bem-sucedidos exemplos é o da micro-história. Carlo Ginzburg, por intermédio do moleiro Menocchio, ensina que por mais singulares que sejam as concepções de um indivíduo sobre o mundo, foram construídas do contato que esse sujeito teve com o mundo social do qual fazia parte (GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006).

ao desastre. Da mesma forma, fazendo-se uma leitura a contrapelo, buscou-se capturar, nos escritos dos jornalistas e cronistas, a reação popular no pós-acidente e nos momentos finais da campanha até o pleito eleitoral. Tal qual o antropólogo, revirou-se fenda por fenda dos relatos e memórias dos participantes, visando compreender o processo eleitoral daquele ano. Tentou-se mergulhar em uma época à qual não se pertencia, e, assim como o etnógrafo, adentrou-se um *contexto cultural* cujos indícios, deixados pelos fios do tempo, possibilitaram observar *densamente* aquele episódio.²⁴⁸

Apresentar o caráter simbólico daquelas mortes a partir das interpretações dos atores que a vivenciaram, analisar nos relatos pessoais os indícios e traços de uma cultura e lançá-los no contexto de sua temporalidade são o desafio deste estudo. Como Geertz propõe, deve-se ser capaz de “esclarecer o que ocorre em tais lugares, para reduzir a perplexidade [de quando perguntamos] – que tipo de homens são esses? – a que naturalmente dão origem os atos não familiares que surgem de ambientes desconhecidos”²⁴⁹. A definição do processo sucessório imiscuída em tal comoção popular levou a se questionar sobre que homens e mulheres eram aqueles que, de tal maneira sensibilizados pela morte dos candidatos, contribuíram para uma virada definitiva da campanha eleitoral no Estado.²⁵⁰ Por que se comportaram daquela maneira diante do acidente e da morte de pessoas que não conheciam em seu íntimo? O passado é um grande desconhecido, que precisa ser interpretado em toda a sua densa complexidade.

Esse elemento, a sensibilidade, é fundamental para se compreender a eleição de 1958, uma vez que o cruzamento entre a morte e a política contribuiu para externalizar nos cidadãos a maneira como se comportavam diante da política partidária vigente, demonstrando a *cultura política popular*. O caráter emocional que tomou conta daquele episódio pode ser associado ao que ocorreu no Rio Grande do Sul com a morte de Getúlio Vargas. Para o historiador Miguel Bodea:

²⁴⁸ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 12.

²⁵⁰ Nas eleições de 2014, o candidato do Partido Socialista Brasileiro à presidência da República, Eduardo Campos, morreu em acidente de avião cumprindo compromisso de agenda eleitoral. A sua vice de chapa, Marina Silva, durante alguns dias, segundo as pesquisas eleitorais, ficou em primeiro lugar no processo eleitoral, à frente da candidata à reeleição pelo PT Dilma Rousseff e do candidato do PSDB Aécio Neves. Com o arrefecer dos ânimos e das sensibilidades populares, Marina não chegou ao segundo turno. Ver as seguintes matérias: DATAFOLHA mostra Marina Silva com chances de Vitória. **CartaCapital**, 18 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/datafolha-mostra-marina-silva-com-chances-de-vitoria-4186.html>>. Acesso em: 7 jul. 2015; COSTAS, Ruth. Cinco razões que explicam a queda de Marina. **BBC Brasil**, São Paulo, 5 out. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141003_marina_queda_ru>. Acesso em: 7 jul. 2015; JARDIM, Lauro. Pesquisa mostra Marina Silva em primeiro [lugar] em SP; no estado, venceria no primeiro turno, indica Jardim. **Folha Política**, 25 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.folhapolitica.org/2014/08/pesquisa-mostra-marina-silva-em.html>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

O impacto do suicídio do presidente no dia 24 de agosto foi dramático e violento no Rio Grande do Sul. Tão logo chegavam as primeiras notícias procedentes da capital federal enorme multidão invadiu o centro de Porto Alegre e iniciaram-se os quebra-quebras e depredações que só terminariam à noite, com intervenções de colunas blindadas e da infantaria do Exército Federal. Antes disso, os manifestantes já haviam saqueado e incendiado as sedes dos três partidos liberal-conservadores – PSD, UDN e PL, atacado os principais jornais e emissoras de rádio conservadoras, além do consulado Americano, do City Banks e de inúmeras filiais de firmas norte-americanas. [...] O saldo dos quebra-quebras de 24 de agosto foi violento: pelo menos três mortos, trinta feridos graves, mais de quarenta prédios destruídos ou seriamente danificados. [...] À primeira vista, poderia se crer que a tragédia de 24 de agosto fosse favorecer, eleitoralmente, o PTB e a candidatura de Pasqualini. [...] Mas ocorria também o efeito contrário: os quebra-quebras e a fúria popular do 24 de agosto, semearam o pânico na pacata classe média da capital e assustaram os pequenos e médios proprietários do campo. Os partidos liberal-conservadores souberam explorar habilmente o medo da classe média gaúcha, responsabilizando diretamente o PTB pelos incidentes de 24 de agosto.²⁵¹

Percebe-se, no fragmento retirado do livro de Miguel Bodea, que, diferentemente de como ocorreu no Piauí, onde a morte dos candidatos resultou em luto coletivo, consternado e resignado, pelo aspecto “trágico” do acidente, o suicídio de Vargas acarretou uma onda violenta de protestos e uma busca indiscriminada por culpados. Segundo aquele autor, a eleição que se seguiu após a morte do presidente Vargas poderia ter sido favorável a um grupo, contudo teve seus meandros refreados pela ação da passagem do tempo:

É provável que se a eleição ocorresse imediatamente após a tragédia no Catete, o PTB teria vencido com relativa facilidade. Mas durante o mês de setembro, a campanha trabalhista acabou adquirindo o tom de verdadeira cruzada de vingança, assustando e intimidando setores moderados do eleitorado. A oratória radical e inflamada de Ruy Ramos e do deputado Brizola, que pecavam ainda pelo fato – aliás, bem explorado pela FD e pela Liga Eleitoral Católica – de serem protestantes e não-católicos, aliada à intransigência doutrinária do agnóstico Pasqualini e ao apoio agressivo do PC aos seus ex-rivais trabalhistas produziu um *black-lash* político no eleitorado indeciso, que acabou aderindo às teses de “ordem e tranquilidade” defendidas pela Frente Democrática com o beneplácito de amplos setores do clero católico.²⁵²

No Piauí, assim como em Porto Alegre, crê-se que o tempo também foi um fator crucial para o episódio eleitoral. Não houve, no caso do Piauí, um distanciamento temporal significativo do acidente até o processo eleitoral, o que deve ter pesado na decisão final de muitos eleitores, pois não havia se passado um mês entre a tragédia, a escolha dos novos

²⁵¹ BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 119-121.

²⁵² *Ibid.*, p. 123.

candidatos e a votação. Muitos piauienses, acredita-se, ainda estavam sob o efeito do luto. Nesse sentido, o episódio do acidente e morte dos candidatos aponta muito para a forma como boa parcela da população no Piauí se relacionava com a política. Nas fontes pesquisadas, duas questões se destacaram pela visibilidade que ofereceram à *cultura política popular* local a partir desse episódio. A primeira delas é a sua excessiva relação com os elementos *religiosos* e místicos, bastante perceptível nos discursos e campanhas políticas no Estado (até na atualidade). O segundo elemento são as profundas *sensibilidades* que regem a prática política local, que nada mais são que as demonstrações e manifestações de sentimentos (ódio, afeto, paixão, raiva)²⁵³ dos populares por determinados partidos, ou por determinados políticos; de modo geral os processos sucessórios estavam mais permeados por esses sentimentos do que por um denso debate programático. Na continuidade, aborda-se um pouco de cada um dos dois aspectos mencionados - os traços de religiosidade e as sensibilidades – a partir de agora.

Ao longo dos anos, entre rupturas e permanências, a forte formação cristã católica no estado do Piauí fez com que muito dessa cultura religiosa se preservasse até as décadas de 1950 e 1960.²⁵⁴ Segundo dados do IBGE, a população católica no Piauí estava estimada, na década de 1960, em 99,1%, apenas havendo uma queda significativa desse percentual nos anos 2000, quando passou para 89,8%. Mesmo com o movimento intelectual anticlerical do início da República, a Igreja Católica e todo o seu acervo simbólico fincaram sólidas raízes na cultura local.²⁵⁵ Certamente, esses elementos tiveram ressonância na política.

Nos discursos políticos, palavras como “Deus”, “fé cristã”, entre outras, eram constantemente pronunciadas com o intuito de reforçar um lugar social dentro dos padrões

²⁵³ A paixão e a razão associadas à política é tema do livro organizado por Maria Stella Brescianni, Jacy Seixas e Marion Brepohl. Na apresentação dessa obra, feita por Brescianni e por Pierre Ansart, os autores lançam a seguinte questão: “Como compreender e explicar a intensidade de uma emoção coletiva e suas conseqüências, a persistência de um apego, a violência de um amor ou de ódios políticos?” (p. 7). A obra tenta responder a tal questionamento com uma série de artigos que reforçam a importância dos sentimentos para a construção de identidades coletivas, profissionais, partidárias e nacionais, acentuando, em vários momentos, em maior ou menor medida, algumas mudanças e construções desses sentimentos em contextos históricos específicos. Ver: SEIXAS, A. Jacy; BRESCIANNI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Org.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

²⁵⁴ O Piauí ainda é considerado, segundo os dados do último censo, o estado mais católico da Federação, com percentual de 83%. Ver: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Tendências demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2004 (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica Socioeconômica nº 13). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv4889.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2013. Ver também: NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **O novo mapa das religiões no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 2011. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/rel3/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf>. Acesso em: 2 out. 2013.

²⁵⁵ Sobre o anticlericalismo no Piauí ver: PINHEIRO, Aurea da Paz. **As ciladas do inimigo: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

culturais aceitáveis. Assim, acusações lançadas aos concorrentes de supostas relações com o comunismo ou comunistas - afinal comunismo era uma palavra quase sinônima de ateísmo - serviam como tentativa de desqualificar o adversário e atentar para práticas culturais distantes.²⁵⁶ Talvez esse traço religioso marcante ajude a entender o impacto que a morte dos candidatos causou no ainda tão católico estado do Piauí.

Trazendo estampada em letras garrafais a frase “DE LUTO O PIAUÍ” (Figura 6), o jornal *udenista* segue com a seguinte escrita:²⁵⁷

Figura 6 – Capa do jornal *Folha da Manhã*



Fonte: Capa, 1958, p. 1²⁵⁸

²⁵⁶ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista:** representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. 2008. 274 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

²⁵⁷ DE LUTO o Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 1.

Êste jornal, que vem prestando relevantes serviços ao nosso público, nasceu do idealismo de Marcos Santos Parente, sua fundação veio em decorrência do cumprimento de uma promessa a que se obrigara, consigo próprio, o nobre deputado federal, tão cedo roubado ao nosso convívio, de dar a Teresina um órgão de imprensa, de circulação diária, capaz de preencher uma lacuna que existia em nossa vida social e cultural.

Hoje esta casa está de luto. Os trágicos acontecimentos de ontem, que ceifaram, impiedosamente, a vida de Marcos Santos Parente, de Demerval Lobão Veras, de Ribamar Pacheco, de Rubens Perlingeiro, de José Raimundo e de tantos outros, enchendo de pesar e consternação tôda a família piauiense, que perde seu idealizador e fundador, que não pode aproveitar-se do seu carinho, da sua experiência e do seu inexcedível amor às causas piauienses.

Ante o imponderável desígnio da Providência, temos que inclinar-nos humildemente, para rogar, apenas, a DEUS, como todos os nossos coestaduanos, que receba na Sua Santa Glória a alma das vítimas da catástrofe tremenda, ao mesmo tempo em que, com a alma coberta de luto, os corações feridos pela dor de uma saudade lancinante, apresentarmos ao chefe querido o insubstituível, o nosso último, comovido e pungente, ADEUS!²⁵⁹

Esse trecho é emblemático para se entender os desdobramentos dos escritos no pós-acidente. Aparentemente, a maior parte dos textos produzidos sobre a tragédia possuía o mesmo teor: o sofrimento do cronista e/ou da população diante da morte – elemento ligado à sensibilidade - e a resignação frente à uma vontade divina – elemento religioso. Posteriormente um terceiro elemento será acrescentado aos dois mencionados, em especial nas crônicas das *Oposições Coligadas*: a necessidade de se lembrar dos candidatos falecidos Demerval Lobão e Marcos Parente como vítimas centrais do acidente e a solicitação do voto do leitor/eleitor nos novos candidatos, em razão de os falecidos não terem conseguido cumprir a sua missão eleitoral. Contudo, a grande maioria dos escritos jornalísticos apresenta a fórmula inicial, com os dois elementos destacados.

Diante do sentimento de pesar causado pela morte²⁶⁰, muitos textos publicados nos jornais piauienses passaram a fazer profundas análises sobre o sentido da vida e da

²⁵⁹ O NOSSO adeus! **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.

²⁶⁰ Para a filósofa Maria Cecília L. Gomes dos Reis, a preocupação com a morte, processo natural, é uma questão atemporal, em decorrência da inevitabilidade da finitude. A autora considera que há duas incertezas cercando os humanos em vários períodos e que vão sendo repensadas durante sua existência: o momento da interrupção da vida e o significado da morte. E como não se tem a certeza do momento exato desta, procura-se um significado para aquela. Relacionamentos, estudos, filhos, a busca da felicidade, de uma vida material estável, de uma vida espiritual, da continuidade do espírito no pós-morte, entre tantos outros elementos que compõem as representações sobre o cotidiano e que vão se remodelando ao longo dos tempos, são, segundo Reis, tentativas de dar sentido à vida. É justamente na busca por um sentido que, ao longo dos processos históricos, foram projetadas formas de as pessoas se relacionarem com a morte, representada pelo fim (parcial, para quem acredita na vida espiritual pós-morte, mas mesmo assim um fim) do sentido amplamente esquadrihado durante a existência material. Ver: REIS, Maria Cecília L. Gomes dos. A morte e o sentido da vida em certos mitos gregos. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. (Org.) **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 17-54.

finitude da matéria humana, aspectos associados à vontade de um ser divino, como fez o cronista Osmam Ribeiro quando contemplava o cortejo fúnebre dos mortos no acidente:

Ao contemplar tais desfiles, invade-nos o espírito uma série de interrogações sobre a finalidade da vida. Não compreendemos absolutamente porque somos impedidos de continuar o convívio com os nossos entes queridos, razão de ser de nossa vida. Mas a Sabedoria Absoluta é que compreende tais coisas. Nós não.²⁶¹

A “Sabedoria Absoluta” está no texto como expressão metafórica relacionada à ideia de uma existência metafísica capaz de tudo compreender e significar. A morte dos candidatos, que impediu de forma brusca sua permanência junto aos seus entes queridos, só poderia, segundo Osman Ribeiro, ter significado para uma figura divina, não cabendo ao homem a apreensão de seu sentido. É a crença na existência de uma significação divina do acontecimento que produz o discurso resignado em muitos jornalistas. Portanto, o sofrimento dos parentes, dos amigos e da população constitui-se pela finitude da matéria; pela privação do convívio com os que se foram; e pela percepção da incompletude da missão terrena diante dos desígnios divinos. A vida dos políticos, em muitos escritos jornalísticos, tinha como sentido a participação na vida pública, e a vitória no pleito eleitoral seria a concretização daquele objetivo. Mas essa incompletude se dava no plano terreno, no plano divino existia outra missão para aqueles sujeitos. Desse modo, familiares e amigos deveriam se resignar diante dos fatos, do “irremediável”.

Pautados por essa “privação” das possíveis conquistas terrenas que a morte acarretou aos candidatos, os políticos *udeno-trabalhistas* elegeram aqueles que iriam dar cumprimento à missão terrena dos falecidos. Entretanto, para que tudo ocorresse de forma positiva, era necessário “[...] apelar a Deus misericordioso [...] [para ajudá-los] nesta caminhada, a fim de que [...] [fossem] dignos da memória dos bravos companheiros que tombaram em tão trágicas condições”.²⁶² O fato de “Deus” já haver traçado um plano para a morte dos políticos fazia com que houvesse uma justificativa para os planos traçados para as novas candidaturas, pois era preciso ter “[...] paciência, Deus o quis. A vitória aí vem e as vítimas preciosas do irremediável a tornarão maior e de mais forte e mais sagrado compromisso pela grande obra de civismo a realizar-se no Piauí e pela República”.²⁶³

Na grande maioria das reportagens, apontava-se a necessidade de aceitação do

²⁶¹ RIBEIRO, Osmam. Comentando. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 7 set. 1958.

²⁶² "SAÚDO, na bravura do povo piauiense, a vitória de Chagas Rodrigues e Joaquim Parente". **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 14 set. 1958.

²⁶³ MENDES, Simplício de Sousa. A tragédia do dia quatro. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

ocorrido, pois a morte era parte da obra divina, mesmo que não fossem entendidos os desígnios de “Deus”. Acredita-se que essa representação da morte como ação divina pode ser considerada um componente do processo de aceitação, assim como também é uma forma de reconhecer a incapacidade de atuação humana mediante a finitude da matéria. Nesse sentido, para alguns daqueles que escreviam nos jornais à época era preciso “Silêncio, diante dos desígnios insondáveis do Criador que desejou ter sua criatura mais perto de si.”²⁶⁴ Entretanto, aceitar a morte como parte de um projeto metafísico não retirava dos poderes públicos parcela de responsabilidade pelo ocorrido:

[...] os mortos nos desastres de paus de arara não estarão a clamar na consciência dos homens públicos do Brasil que podendo fazer uma estrada de bitola dupla bem feita de acôrdo com a técnica, não a fazem, ou então podendo asfaltá-la para evitar as nuvens de pó que obscurecem a visão, não ligam para isso?
 Não serão criminosos esses homens? Ou será que essas vítimas são inevitáveis filhas do destino? O homem, sêr racional, inteligente como é, deve encontrar um meio de amenizar êsse destino, com mais honestidade e seriedade na construção das estradas.²⁶⁵

Apesar da reclamação sobre as condições das estradas locais, a concepção fatalista prevalece, pois os poderes públicos deveriam pelo menos “amenizar esse destino”. Em tantos outros textos, impunha-se a mesma ideia, da necessidade de aceitação do ocorrido pois a morte era parte da “obra divina”, portanto, destino inelutável, percurso obrigatório no decorrer da vida. O extinguir-se era a hora do fim terreno e, em decorrência disso, nada poderia ter impedido o curso da tragédia. Simplício de Sousa Mendes, ex-desembargador, presidente da Academia Piauiense de Letras, professor da faculdade de Direito e colunista do jornal *Folha da Manhã*, aponta a questão fatalista em seu texto:

[...] um prego qualquer, um ligeiro acidente que ocorresse, demorando minutos, a marcha do carro, - teria evitado tamanha desgraça. Mas, o inevitável estava prescrito e os fados insidiosos e traiçoeiros giravam em contrário, os gozos da fortuna.
 E eis o desastre imenso tragando, inesperadamente, vidas tão necessárias ao bem e à grandeza do Piauí, neste momento histórico que passa. [...] Deploramos a fatalidade, e a conspiração do destino.²⁶⁶

Uma das questões importantes apontadas nos textos, e que deve ser mencionada, é a existência de um caráter sobrenatural que pairava sobre o findar da vida. Essa força estaria atuando para que o acidente ocorresse e tivesse o desfecho que teve. Contudo, a ação

²⁶⁴ LEITE, Cristina. Dr. Marcos. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 4.

²⁶⁶ MENDES, Simplício de Sousa. A tragédia do dia quatro. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

metafísica não estava unicamente relacionada ao deus cristão. Outras forças mágicas, não positivas, impelidas pela atuação isolada ou conjunta dos adversários, poderiam agir para eliminar os candidatos. O noticioso *petebista* *Jornal do Comércio* ressaltava que, possivelmente, diante da forte oposição dos governistas aos candidatos do PTB-UDN, forças de outro plano, supostamente evocadas pelos *pessedistas*, teriam provocado o acidente²⁶⁷: “Quem sabe, se não têm procedimento as suspeitas reinantes em certos meios, de que o desastre do dia 04 teria a sua origem em trabalho de *umbanda, macumba ou feitiçaria*, previsivelmente contratado pelos que tanto se interessavam pela morte dos já vitoriosos líderes do povo livre e independente do Piauí?”²⁶⁸

Ainda sobre a ideia de fatalidade, e para que se compreendesse a importância da atuação das forças divinas, todos os atos dos falecidos, em especial de Demerval Lobão e Marcos Parente, no dia anterior e nas poucas horas antes do acidente, passariam a ser analisados como forma de despedida aos familiares e amigos, como se a catástrofe estivesse predeterminada em outro plano. Marcos Parente teria enviado telegrama poucas horas antes para os familiares que residiam no Rio de Janeiro.²⁶⁹ Já Demerval Lobão tomou, segundo a concepção do jornalista, atitudes que não eram do seu hábito, fazendo crer que a chegada da morte estivesse realmente premeditada. Segundo o *Jornal do Comércio*:

Certos detalhes observados em a noite do dia 03 e na manhã do dia 04, poderiam ser admitidos e arrolados como uma despedida aos amigos mais chegados, ante o pressentimento de ocorrências imprevistas por Demerval Lobão Vêras [...]. À noite de 03, fugindo do hábito de conversar com amigos e correligionários em um dos recantos da sorveteria Americana, Demerval Lobão [...] foi à residência do seu irmão Dr. Dolival Lóbão Vêras, onde à sua espera já se achava a sua irmã Sra. Osvaldina Lobão de Castro Lima em companhia do esposo [...]. Esse encontro em família tornou-se prolongado, vez que só pelas 24 horas Demerval deixava seus parentes para recolher-se à sua residência. Na manhã fatídica do dia 04 [...] foi [...] ao Tribunal de Justiça, quando, por sua vez, reviu e abraçou colegas de advocacia e funcionários com os quais privava, desde áureos tempos. No fórum uma funcionária dirigindo-se a Demerval, contou-lhe ter sonhado com a sua morte, em uma viagem. De bom humor o ilustre candidato das oposições, retrucou: “Quando você tiver, novamente, um sonho desses, avise-me, para onde estiver, porque, imediatamente, suspenderei a viagem.”²⁷⁰

²⁶⁷ Mas a ideia de que os *pessedistas* teriam lançado mão de forças sobrenaturais contra os candidatos mortos também retorna como crítica à UDN, pois segundo o *Jornal do Piauí*, a culpa de todas as mortes e desastres seriam da “fatídica e sinistra UDN” do Piauí, em decorrência das várias tragédias envolvendo essa sigla no Estado (FATÍDICA e sinistra UDN. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 1, 11 set. 1958).

²⁶⁸ ESTARRECEDOR a confissão. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 4, 18 set. 1958.

²⁶⁹ A TRÁGICA morte de Demerval Lobão, Marcos Parente e outras vítimas no desastre do dia 04. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 1.

Era necessário ler os sinais, segundo articulista do *Jornal do Piauí*, pois a tal mudança de atitude deveria ter sido compreendida como uma despedida desse plano terrestre, aspecto que só pôde ser analisado de tal forma, tristemente, depois da morte do político.²⁷¹ Para Ariès, a crença de que a morte avisa sobreviveu desde a Idade Média nas mentalidades populares.²⁷² Isso pode ser percebido no relato de memória do então estudante Antônio José Medeiros²⁷³ sobre a reação de seu pai, político *udenista* da cidade de União, no norte do Estado, quando soube da tragédia. Segundo Medeiros, seu pai teria dito as seguintes palavras: “Quando vi aquele cartaz com o V vermelho (de vitória) bem grande, eu sabia que vinha sangue.”²⁷⁴ O cartaz ao qual o pai de Medeiros se referia era o da campanha dos candidatos que morreram, em cuja letra de cor vermelha estaria o sinal da morte próxima.

Na matéria *Um e quatro*, pode-se observar a narrativa sobre uma certa cartomante que teria previsto a morte de Demerval Lobão, sem, contudo, precisar quando e nem como, cujo alerta teria sido publicado no jornal *O Dia* do dia 4 de maio de 1958, quatro meses antes do acidente.²⁷⁵ Noutro trecho interessante dessa mesma matéria o articulista busca os sinais, em forma de número, para o acidente. Apesar de não explicar muito bem o porquê de sua busca pelos números 1 e 4, o articulista os encontra em todos os momentos do dia da tragédia, como se pode visualizar na sequência:

Na manhã fatídica de quinta última, viajava Dr. Demerval de Teresina à Água Branca, na companhia de alguns amigos. Ao alcançar o quilometro 14 (1 e 4) da rodovia que liga estas cidades, aconteceu chocar-se, violentamente, o automóvel que o transportava, com um caminhão caçamba CMF 1265 do DNER, cujos algarismos somados dão o número 14, (1 e 4). O violento embate, ocasionou a morte de 1 àz [sic] do volante, o que guiava o carro, e dos seus 04 passageiros, inclusive o Dr. Demerval. [...] Há ainda, quem ouse afirmar que o acidente verificou-se, precisamente, às 10 horas e 4 minutos, o que não acredito, pois num momento estarrecedor, como aquêle, ninguém teria a lembrança de consultar um cronômetro.²⁷⁶

²⁷¹ A percepção da existência de um aviso relacionado à morte pode ser observada na obra de Philippe Ariès. Esse autor aponta que na Alta Idade Média era incerta a fronteira entre o natural e o sobrenatural, portanto, a morte evocava seus sinais. Assim, a constatação banal, a percepção pelos sentidos de fatos comuns e familiares da vida diária, de qualquer aspecto do cotidiano que na atualidade se considera natural, acabavam por se tornar sinais da presença próxima da morte (ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. V. 1. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981, p. 8-9).

²⁷² Ibid., p. 11.

²⁷³ Antônio José Medeiros é sociólogo e professor aposentado da UFPI. Foi secretário de educação, deputado estadual e deputado federal pelo PT.

²⁷⁴ MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014, p. 31.

²⁷⁵ BARROMELI, Carlos. Um e quatro. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 11 set. 1958.

²⁷⁶ Ibid., p. 3.

Todas essas matérias e registros de memória são indícios do que circulava no meio social a crença em um campo espiritual, sobrenatural, numa força divina, com forte poder de interferir no cotidiano. Contudo, isso não amenizava o significado melancólico que a morte adquiriu. Mesmo que grande parte da população acreditasse nessa esfera espiritual, na certeza de uma vida pós-existência, a morte era algo que comovia, pois era a expressão da finitude da matéria humana, deixando um lastro de saudade nos que ficavam. Era, sobretudo, a certeza de que não mais haveria encontros possíveis com aquele indivíduo neste plano. A morte, apresentada nas crônicas, ganhava uma larga concepção negativa, era uma “terrível porta”²⁷⁷, que necessariamente tinha que ser cruzada, era aquilo que tudo “arrebenta, nada respeita: sonhos, esperanças, projetos, bondade, posição, ou simplesmente malícia!”²⁷⁸, igualando-se apenas ao “silêncio” na profundidade de sua indefinição.”²⁷⁹ Iracema Santos Rocha, estudante de Direito e futura candidata à prefeitura de Teresina pelo PTB, naquele momento escreveu artigo em que analisava melancolicamente a morte:

O corpo do problema, porém, o Grande Problema, é aquele que sempre nos acompanha, quer sofram, quer sejamos felizes, é o problema da morte.

Que é morrer?

E as divagações enchem nosso cérebro num crescente de estacatos que sufocam e deprimem.

A morte é o irrefutável para todos e grande passo para a eternidade. É próprio da vida as transformações de matizes emotivas, e destintivo da morte, o inalterável do fim.

Para que lutar? Para que vencer? Apenas nos resta o irremediável.²⁸⁰

Além dos elementos religiosos, outro aspecto da *cultura política popular* que pode ser apreendido nesse episódio são as *sensibilidades populares* sobre as práticas políticas. Todos os aspectos da tragédia (o número de mortos; o fato de os políticos terem interrompido a sua missão terrena; a ideia da morte dolorosa das vítimas; e a perda da família enlutada, dos amigos e do povo/eleitorado piauiense) fizeram com que a morte carregasse, simbolicamente, o sentimento da tristeza e, possivelmente, capitaneasse votos para o processo sucessório. Muitos políticos sabiam dessa possibilidade, tanto que os *pessedistas*, preocupados com a reação emocional dos eleitores ao acidente, solicitavam “consciência” na hora do voto: “O eleitor consciente não deve ser levado por sentimentalismo e emotividade para votar neste ou naquê candidato. A preocupação dele deve ser a de votar nos mais capazes e honestos.”²⁸¹

²⁷⁷ LEITE, Cristina. Dr. Marcos. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

²⁷⁸ *Ibid.*, p. 4.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 4.

²⁸⁰ SILVA, Iracema Santos Rocha da. O irremediável. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 5, 10 set. 1958.

²⁸¹ CONTRASTE. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 24 set. 1958.

Tal preocupação dos *pessedistas* tinha razão de ser. Os políticos piauienses sabiam que um ponto importante do funcionamento da *cultura política popular* local estava intimamente ligado às emoções.²⁸² Na grande maioria das vezes, o candidato não era a representação do seu partido ou dos projetos políticos, elementos profundamente técnicos que promoviam distanciamento e obscureciam o processo sucessório. Por outro lado, evidenciava-se na construção da imagem do candidato o personalismo, que tinha como finalidade despertar no leitor uma sensação de proximidade, de adesão ou rejeição sentimental. Por isso as estratégias eleitorais não enveredavam pelos projetos políticos, mas vasculhavam a privacidade dos sujeitos visando despertar socialmente determinadas reações aos candidatos. No *Jornal do Piauí*, noticioso do PSD, o chamamento eleitoral para a candidatura de Dedé Freitas, por exemplo, não se revestia de propostas de campanha, mas se dava como forma de apresentação da vida pessoal do candidato e do seu concorrente, com o intuito de produzir “rejeição” ao oponente baseada em juízo de valor, como segue:

PARA GOVERNADOR DO ESTADO: JOSÉ GAYOSO FREITAS, pai de família exemplar, jovem, inteligente, honesto e muito educado. Demerval Lobão Veras, sem lar, sem família, atrabiliário, rancoroso e vingativo, já em avançada idade sem produzir nada de útil a sociedade.²⁸³

O jornal *pessedista* gostava de apontar o que considerava falhas de valores morais e comportamentais dos seus opositores, intencionando construir junto ao eleitorado uma aversão ao candidato. No processo eleitoral, várias reportagens passaram a criticar a forma como o candidato a deputado federal Clidenor Freitas Santos²⁸⁴ ia aos comícios no interior do Estado: de boina e bermuda, vestimentas que o jornal considerava inadequadas.²⁸⁵ Mas as acusações mais agressivas dirigiam-se ao comportamento do candidato ao governo Demerval Lobão, como se pode visualizar em matéria no *Jornal do Piauí*:

²⁸² Em artigo da pesquisadora Mônica Castro, observou-se que esse não era um traço unicamente do eleitorado piauiense, mas um comportamento político dos setores populares no Brasil até o início dos anos 2000. Para a autora, as camadas populares votariam orientadas pela identificação direta com o candidato e não com base em programas e nas propostas partidárias, sendo o eleitorado, portanto, personalista. Ver: CASTRO, Mônica Mata Machado. O eleitorado popular brasileiro: composição e comportamento. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 289-299, p. 295.

²⁸³ PONTA de calçada. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 1, 1º jul. 1958.

²⁸⁴ Clidenor de Freitas Santos nasceu em Miguel Alves (PI), no ano de 1913. Médico psiquiatra de grande influência no Estado, construiu o sanatório “Meduna”. Foi deputado federal pelo PTB. Teve seus direitos políticos cassados em 1964 e exilou-se no Peru. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 298-299.

²⁸⁵ SHORT e boina. *Jornal do Comércio*. Teresina, p. 6, 6 jul. 1958.

No pleito de 03 de outubro não sufragarão seu nome [...] - os operários, receiosos da falta de trabalho, pela escassez de realizações; - os católicos, que supõem desagradar ao seu Deus contribuindo para que ascenda ao poder um homem de bordéis e que vira bicho nas noites de quintas para sextas feiras; - as famílias que não desejam ver certa doidivanas fazendo as honras de dona da casa em Karnak, em dias de recepções oficiais e finalmente, o povo, em geral, que não vai com a sua cara de réu. Votarão no Demerval Lobão Veras os marginais da moral e dos bons costumes, os devassos ou corruptos e os amantes da pinga e do xinfrim, que sonham com as noitadas alegres, em palácio de Karnak.²⁸⁶

Os governistas alegavam a falta de postura de Demerval Lobão diante das “normas” estabelecidas pela cultura local, pois ainda não havia contraído núpcias com mais de 40 anos. O candidato ao governo pela coligação PTB–UDN ainda era considerado um desregrado moral, pois gostava de frequentar as áreas boêmias da cidade, a chamada zona do meretrício, e, segundo o jornal, tal atitude desrespeitava “os católicos”. Outro aspecto levantado na citação encontra-se no trecho “vira bicho nas noites de quintas para sextas-feiras”, frase que em princípio pareceu bastante enigmática, mas que remete, segundo os jornais governistas, ao fato de o candidato *petebista* ter um envolvimento afetivo com uma mulher, sem os laços matrimoniais, com a qual teria um filho bastardo. Essa senhora seria a tal “doidivanas” que se tornaria dona da casa oficial do Estado caso o candidato *petebista* fosse eleito. Um verdadeiro acinte para a época, segundo os jornais *pessedistas*.

Aqueles que escreviam nos noticiosos tinham plena consciência de que o processo eleitoral não estava unicamente ligado aos apelos programáticos dos partidos, mas eram envolvidos em uma carga simbólica e sensível que submergia durante o pleito. Os planos das campanhas quase sempre eram pautados por apelos às sensibilidades populares, o que possibilita entender o porquê de os jornais oposicionistas acharem necessário descrever o acidente de forma sentimentalmente densa, como sugere o trecho:

Ali, no lugar do sinistro, entre os corpos mutilados de brasileiros honrados, jazia o de Marcos Parente, inerme e mudo, desfigurado e inativo, num contraste irrefragável do homem dínamo, a serviço do ideal que o impelia para os grandes feitos. [...] Vimos, na hora trágica, um povo a se curvar silencioso, lançando lágrimas sôbre as vítimas da fatalidade irreprimível, enquanto o chão embebia-se do sangue generoso dos que foram vencidos pela morte. O quadro não se descreve com a precisão exigida, por falta de palavras que traduzam a emoção de quem esteve presente no local do acidente.²⁸⁷

²⁸⁶ ESCARPELANDO. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 8, 31 ago. 1958.

²⁸⁷ O AMIGO que a morte levou. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

Em muitos discursos capturados nos jornais, tanto da oposição como da situação, é reiterada a ideia de que houve uma comoção popular à morte dos candidatos²⁸⁸, como sugere o intelectual Wilson Gonçalves Brandão: “O clima além de tenso, era de forte apelo emocional. O povo, sentindo o drama e a tragédia dos envolvidos no episódio, tomou também para si o sentimento de dor e de perda, o que, decisivamente, influenciou no resultado do pleito.”²⁸⁹ Essa demonstração de sensibilidade é corroborada pelo deputado federal Pedro Laurentino, do PSD, na sessão em homenagem às vítimas do acidente que ocorreu um ano depois:

Ainda guardo na memória a profunda repercussão da notícia que se espalhou no dia 04 de setembro de 1958 [...]. Encontrava-me no interior no auge da campanha eleitoral e senti perfeitamente a reação emotiva da alma do nosso povo, sensível a essas demonstrações de solidariedade humana, capaz de polarizar em torno de um fato ou de um acontecimento, esquecendo-se das paixões, dos ódios, da política partidária que divide os homens e os afasta.²⁹⁰

Um dos primeiros momentos de demonstração da reação coletiva ocorreu quando uma multidão passou a esperar os corpos em frente ao Hospital Getúlio Vargas. Tanto jornais quanto relatos memorialísticos apontam esse episódio.²⁹¹ Do mesmo modo aconteceu com a missa de sétimo dia, que teria deixado alguns jornalistas surpresos devido ao número de pessoas que compareceram ao evento religioso.²⁹² No discurso pronunciado pelo deputado e futuro candidato ao governo Chagas Rodrigues durante a sessão na Câmara Federal em homenagem ao deputado Marcos Parente, narrou aos seus colegas de plenária a reação da população à notícia do acidente e morte dos candidatos *udeno-trabalhistas*: “O Piauí inteiro, todo o povo do meu Estado como que de uma hora para outra se via tomado por um sentimento profundo, por uma dor imensa, por uma mágoa pesada.”²⁹³ Também na primeira edição do jornal *pessedista O Dia* o jornalista narra “A HORRÍVEL CATÁSTROFE DA CRUZ DO CASSACO”, apontando que “[...] [o evento,] que enlutou tantos lares, causou grande comoção popular”²⁹⁴. O ex-desembargador e presidente da Academia Piauiense de Letras utilizou-se de uma expressão bastante interessante acerca da reação popular: “E a fatal

²⁸⁸ DESLUMBRANTE apoteose cívica. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 1º out. 1958.

²⁸⁹ BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e lendas da política piauiense**. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p. 47.

²⁹⁰ HOMENAGEM da Câmara Federal. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 26/27 set. 1959.

²⁹¹ Ver: BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006; A TRÁGICA morte de Demerval Lobão, Marcos Parente e outras vítimas no desastre do dia 04. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

²⁹² TODA Teresina, piedosa e respeitosamente, reverenciou a memória das vítimas do acidente. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 11 set. 1958.

²⁹³ COMOVENTE homenagem da Câmara Federal à Marcos Parente. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2-3, 18 set. 1958.

²⁹⁴ A HORRÍVEL catástrofe da Cruz do Cassaco. **O Dia**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

tragédia, [acabou] abalando, como abalou *a sensibilidade da alma de Teresina e de toda sociedade piauiense* de maneira surpreendente e brutal [...].”²⁹⁵ (grifo nosso).

O fato de coletivamente haver uma reação à morte dos políticos pode estar relacionado ainda àquilo que Geertz aponta em sua obra sobre a interpretação das culturas.²⁹⁶ A apreensão do indivíduo submetido às normas sociais acionando uma conduta diante da morte equivale, em grande medida, a uma reverência de pesar profundo. Tal atitude diante da morte mostra a ocorrência de uma transposição do sentimento apreendido socialmente, como um artefato cultural, lançado àquele acontecimento político²⁹⁷.

Segundo João José Reis, no século XIX as pessoas se preparavam para a morte construindo e praticando uma série de normas, entre as quais se destacam os preparativos pré-morte, realizados pelo próprio aspirante a falecer, e pós-morte, realizados pela família, religiosos, amigos, conhecidos, etc. Apesar da distância temporal da análise feita na obra de Reis, observa-se que as expressões e práticas culturais têm uma temporalidade muito mais lenta para evidenciar as suas transformações. Portanto, mesmo que a atitude diante da morte durante a segunda metade do século XX no Piauí tenha as suas apreensões mais modernas, ligadas ao morrer assegurado no espaço hospitalar, é interessante ressaltar que o fato de um político ter morrido vítima de um acidente trágico possibilitou que se refletisse sobre a persistência de ideias como a da “boa morte”, segundo a qual “[...] o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também instrísse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma, e de seus bens terrenos”²⁹⁸. Como visto, os envolvidos na *Tragédia da Cruz do Cassaco* não puderam dispor dessa condição de gerir a sua morte. Talvez por isso a demonstração de pesar de vários jornalistas e de muitos populares a essas mortes repentinas. Segundo Ariès, os contemporâneos que tentam banir a ideia da “morte” do cotidiano, diferentemente do que faziam os medievos, que viviam em função da sua extinção terrena, tendem a ficar comovidos com a sua ocorrência, em especial quando inesperada, tornando-se súbita e absurda, fazendo soar o conceito do inaceitável fim da existência de forma brusca.²⁹⁹ Nesse contexto, e diante de tantos fragmentos que apontam a

²⁹⁵ MENDES, Simplício de Sousa. A tragédia do dia quatro. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

²⁹⁶ Segundo esse antropólogo, “Não apenas as ideias, mas as próprias emoções são, no homem, artefatos culturais.” (GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a, p. 58).

²⁹⁷ Geertz diz que “O que ocorre, porém, é que no homem nem as áreas predominantes, nem os conjuntos mentais podem ser formados com precisão suficiente na ausência de orientação por parte dos modelos simbólicos. Para tomar nossas decisões, precisamos saber como nos sentimos a respeito das coisas; para saber como nos sentimos a respeito das coisas precisamos de imagens públicas de sentimentos que apenas o ritual, o mito e a arte podem fornecer.” (Ibid., p. 60-61).

²⁹⁸ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 92.

²⁹⁹ ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. V. 1. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981, p. 12.

reação popular, cresce o convencimento de que a morte repentina dos candidatos gerou um quadro de *convulsão sentimental nos populares*.³⁰⁰

De outro modo, esse comportamento coletivo pode ser notado em um quadro descrito nos jornais da época quando do anúncio da morte dos candidatos pelo também candidato a deputado federal pelo PTB, Clidenor de Freitas Santos. Mesmo sem a certeza da existência de tal situação, impressiona a forma como é apresentada ao leitor pelo noticioso. Em plena Praça Rio Branco, “chorando compulsivamente”, como diz o *Jornal do Comércio*, Santos teria, de pé sobre um banco, relatado o acontecimento, enquanto testemunha ocular dos fatos, pois estava seguindo os candidatos em outro veículo e encontrou os destroços da tragédia segundos depois de ter acontecido. Clidenor de Freitas Santos narrou o episódio em lugar público, depois retransmitido pelas emissoras de rádios locais. Segundo o jornalista que presenciou a narrativa do candidato, “a fisionomia do povo se transformou, desmaios, lamentos, soluços e inconformações promoveram desentendimento geral. Uns não desejam crêr. Outros queriam ver para acreditar e para o local acorriam”.³⁰¹ Através do rádio a notícia se espalhou por várias cidades piauienses, como União, na região norte do Estado, segundo o relato do estudante na época Antônio José Medeiros: “Lá em casa foi um clamor; a mamãe chegou a passar mal.”³⁰² Um jornalista do jornal *Folha da Manhã*, ao recordar o acidente três anos depois do ocorrido, recordava que era fácil andar nas ruas de Teresina e ver “pessoas banhadas em lágrimas”.³⁰³

Segundo a reportagem do jornal *Folha da Manhã*, vários indivíduos incrédulos com a gravidade da tragédia seguiram em direção ao acidente, um dos quais o fotógrafo Totó Barbosa³⁰⁴, que prontamente registrou o que presenciou. Essas imagens (Figuras 7 a 11) foram cedidas à Assembleia Legislativa do Piauí, e são um dos poucos registros imagéticos arquivados naquela instituição.

³⁰⁰ Essa reação não pode ser compreendida como uma característica isolada do Piauí. Na história política nacional identificam-se outros episódios caracterizados por essa ideia de convulsão de sentimentos diante da morte, como, por exemplo, a reação popular ao anúncio do suicídio de Getúlio Vargas na cidade de Porto Alegre, mencionada por Brizola como tal em depoimento concedido à Moniz Bandeira: “Ao aproximarmos da Capital [Porto Alegre], já percebíamos ao longe, a cidade fumegando. A multidão, traumatizada, incendiava e quebrava tudo, numa loucura coletiva.” (BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 55).

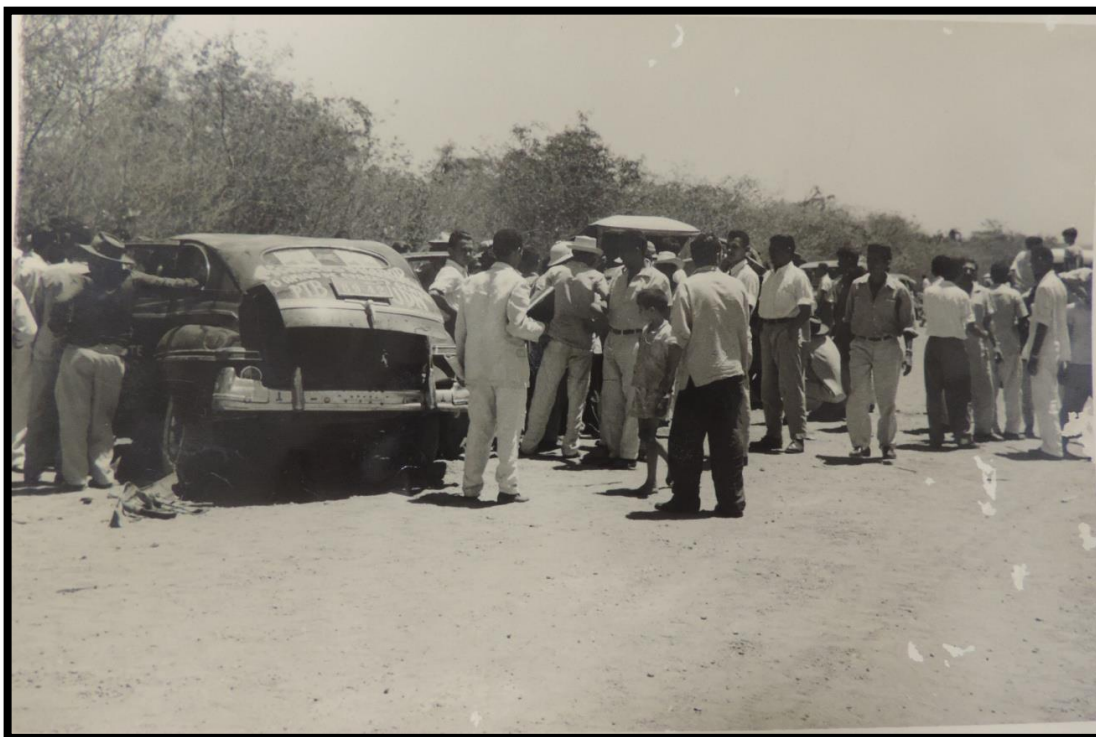
³⁰¹ A TRÁGICA morte de Demerval Lobão, Marcos Parente e outras vítimas no desastre do dia 04. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

³⁰² MEDEIROS, Antônio José. **1968: uma geração contra a ditadura**. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014, p. 31.

³⁰³ DEMAGOGIA semanal. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 22 nov. 1961.

³⁰⁴ Antônio Barbosa de Miranda, conhecido como Totó Barbosa, nasceu em 1920 em Teresina (PI). Foi um dos fotógrafos mais antigos da capital piauiense. Também foi vereador da cidade na década de 1970. Ver: MORRE aos 90 anos Totó Barbosa ex-vereador e fotógrafo de Teresina. **Cidade Verde**, 16 mar. 2010. 1 vídeo. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/54871/morre-aos-90-anos-toto-barbosa-ex-vereador-e-fotografo-de-teresina>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

Figura 7 – Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 1



Fonte: Piauí, 1958³⁰⁵

Figura 8 – Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 2



Fonte: Piauí, 1958³⁰⁶

³⁰⁵ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 1**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

³⁰⁶ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 2**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

Figura 9 – Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 3



Fonte: Piauí, 1958³⁰⁷

Figura 10 – Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 4

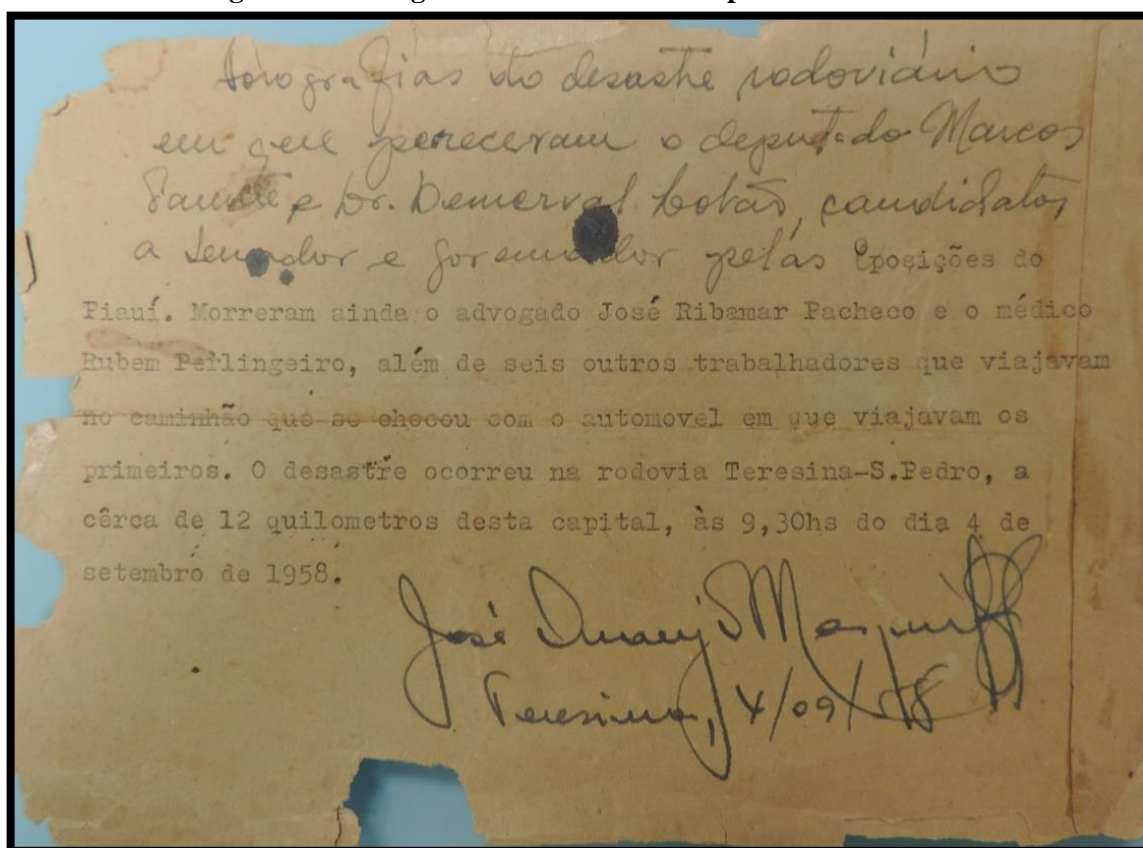


Fonte: Piauí, 1958³⁰⁸

³⁰⁷ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 3**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

³⁰⁸ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 4**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

Figura 11 – Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 5



Fonte: Piauí, 1958³⁰⁹

As imagens capturadas revelam os destroços dos veículos cercados por policiais e por um número de pessoas, talvez curiosos, que se dirigiram ao local, assim como o fotógrafo, para avaliar a dimensão do acidente. Pode-se perceber, nesse sentido, que os sujeitos pouco estavam interessados nos registros imagéticos que estavam sendo feitos por Totó Barbosa. Com exceção do retratado na Figura 9, é perceptível que os populares gesticulavam e conversavam em rodas, próximos ou sobre os destroços, possivelmente tentando compreender como o acidente teria ocorrido. As imagens ajudam a dimensionar o tamanho da tragédia, pois aquele acidente de imediato foi compreendido como um episódio singular.

Era necessário, segundo alguns cronistas e políticos, apreender o evento como um marco a ser lembrado e relembrado, em razão da missão especial que aqueles políticos desempenhavam. Nesse contexto, a ideia das homenagens aos mortos tem pelo menos três finalidades: afagar os vivos, em especial os mais próximos ao morto; para os que acreditam na existência de um plano espiritual, afagar o próprio espírito do morto, que se regozijaria com os tributos ofertados; e, por fim, reavivar a memória e prestar homenagens àqueles que se

³⁰⁹ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 5**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

foram. Todos os rituais - cristãos, ou não - foram acompanhados, de acordo com os relatos jornalísticos, por um grande número de populares.³¹⁰ Segundo Marcos Callia, na tentativa de ajudar a enfrentar o seu confronto com a morte, os homens criam uma série de manifestações culturais - ritos, cultos, rezas, entre tantas outras - para marcar o fim físico, revelando respeito para com os que se foram.³¹¹ As homenagens aos mortos relembram, segundo o autor, o valor da morte para a vida, “[...] reeditam os mitos e a espiritualidade das culturas, servem para encaminhamento final das almas, para o término do luto, e principalmente para a lembrança do ancestral que se foi”³¹².

Este capítulo é o fulcro do trabalho, pois aponta para o entendimento do funcionamento dos partidos políticos no Piauí durante o período republicano de 1945 a 1958, bem como revela, por intermédio das fontes investigadas, a relação entre a política partidária e a população, assinalando, de forma especial, como os eleitores aderiam às questões políticas partidárias no Estado. Percebeu-se que a política tinha uma dimensão singular, que requeria a captura das sensibilidades³¹³ para que pudesse haver de fato uma adesão popular. No episódio do acidente, que ficou conhecido como *Desastre da Cruz do Cassaco*, observou-se que a crença em um “deus”, que no Piauí, em sua imensa maioria, era representado pelo deus cristão-católico, foi determinante para o desfecho eleitoral naquele ano, assim como, posteriormente, foi essencial para a adesão a uma forma de *trabalhismo cristão*, distanciando-se do *trabalhismo* ofertado pelo PTB.

Portanto, a eleição de 1958 é chave importante para o entendimento da política piauiense nos anos subsequentes. Aquele foi o momento em que pela primeira vez o Piauí elegeu um governador do Partido Trabalhista Brasileiro, cuja emergência não ocorreu em razão de um projeto político, mas sobretudo em decorrência da forte sensibilidade gerada pela morte, bem como pela intensa religiosidade, que adicionará um caráter compensatório aos novos candidatos durante aquele pleito.

Acredita-se, como todas as fontes apontam³¹⁴, que uma das últimas homenagens que a população piauiense prestou aos candidatos que morreram foi a votação nos novos

³¹⁰ RIBEIRO, Osmar. Comentando. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 7 set. 1958.

³¹¹ CALLIA, Marcos H. P. Apresentando a morte. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. (Org.). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 7-16.

³¹² Ibid., p. 10.

³¹³ Para Jean-François Sirinelli, a história política que adota a noção de cultura política não analisa apenas os comportamentos coletivos e seus efeitos, mas também o que provém da percepção e das sensibilidades (SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 409-419).

³¹⁴ Geertz reflete que é necessário olhar as respostas oferecidas por aqueles que viveram no momento. Eles têm o indicativo que possibilita sua interpretação, não cabendo ao pesquisador mostrar o que está atrás delas, mas evidenciá-las. Portanto, o único consenso entre as fontes era que a morte tinha sido o elemento definidor do

concorrentes pela coligação *Udeno-trabalhista*. Os votos destinados àqueles novos candidatos, Chagas Rodrigues e Joaquim Parente, foram manifestados, em grande medida, como uma espécie de compensação pelo fato de os mortos não terem conseguido cumprir a sua missão política, constituindo, ao mesmo tempo, uma forma de tributo em respeito aos falecidos determinada pelas práticas culturais e reforçada pelas formas como a política era compreendida pelos populares, a partir das sensibilidades. Joaquim Parente recebeu nesse processo o cargo de senador, pela ligação sanguínea que possuía com Marcos Parente, conquistando, inclusive, votação mais expressiva que o candidato ao governo. A votação maciça que obteve só reforça a compreensão dos acontecimentos. *A vitória dos vivos foi uma compensação aos mortos*. A última homenagem dos piauienses³¹⁵, não à política, mas aos candidatos, diante da finitude de sua existência, também foi uma homenagem aos mortos, à família, amigos, partidários e correligionários perante o repentino e incompreensível acontecimento, sem deixar, porém, de respeitar os desígnios divinos. Trata-se da mais forte representação de pesar compartilhada socialmente.

processo eleitoral de 1958 (GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a, p. 21).

³¹⁵ Por anos, a memória desse acidente foi usada como estratégia política. É necessário ressaltar que os usos da memória não devem ser relegados, pois tendem a imprimir uma leitura do passado, abrangendo a significação que aqueles acontecimentos têm para determinados grupos atuais. Nesse sentido, pode-se apontar a construção do *Monumento da Cruz do Cassaco*, inaugurado 32 anos depois do acidente, como um instrumento para ressignificar a questão política existente na década de 1990 e reforçar significações sociais ainda compartilhadas sobre a morte. No dia 4 de setembro de 1990, o então prefeito de Teresina, Heráclito Fortes, inaugurou o *Monumento da Cruz do Cassaco*, que fazia parte de um projeto da prefeitura para “resgatar a memória da cidade”. O evento contou com a presença de familiares das vítimas do acidente de 1958, vários políticos e servidores da prefeitura de Teresina. Em seu discurso, o prefeito explicou os motivos de o acidente ter sido classificado e escolhido como objeto de resgate da memória no projeto desenvolvido pelo Poder Público: “O acidente da Cruz do Cassaco sempre me comoveu. Aconteceu quando eu era ainda garoto de calça curta cruzando a pé as ruas de Teresina. Todavia, mesmo que um tanto vagas, tenho na memória lembranças da profunda comoção que ele causou a esta cidade. E, à medida em que eu crescia e crescia em mim o gosto pela política, fui podendo avaliar cada vez melhor as enormes repercussões desse desastre na vida política do nosso estado. E, toda vez que passava diante das cruces mal assinaladas fincadas neste sítio, eu prometia que, uma dia, faria alguma coisa para resgatar a memória da lutuosa ocorrência, que dizimou tantas vidas, que desfalcou tantas famílias e traçou, com a morte de Demerval Lobão Veras e Marcos Parente rumos novos na história do nosso Estado.” (PEREIRA, José Eduardo. **O monumento da Cruz do Cassaco**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991, p. 11). Interessante é que um dos maiores beneficiados, se assim se pode dizer, com a morte dos candidatos na época, o ex-governador Chagas Rodrigues, não estava presente ao evento. Por outro lado, o candidato derrotado naquele pleito, José Gayoso Freitas, estava no local, tendo inclusive discursado “lembrando os fatos”. Possivelmente, o que o prefeito Heráclito Fortes entendeu como “os novos rumos da história” traçados com a morte de Demerval Lobão e Marcos Parente possa ser compreendido também como um desvio de percurso para algumas figuras políticas. Talvez fosse muito importante reler os acontecimentos e toda a comoção como parte de uma história que precisava ser lembrada para que não precisasse ser repetida. Quem sabe o monumento carregava em si uma mensagem indicando que as emoções públicas e coletivas deveriam se apresentar nesses espaços de memória, e não nas urnas. Ver anexo A. Ver também as reportagens que foram publicadas no aniversário do acidente: A TODOS que foram tragados pela impressionante tragédia **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 set. 1961; ASSEMBLEIA Legislativa prestará homenagem. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 set. 1961. **FOLHA da Manhã**, Teresina, p. 3, 10 set. 1961.

Diante do exposto, ratifica-se o fato de que o projeto *trabalhista* não foi, nem antes, nem depois do acidente, o ponto alto da campanha das *Oposições Coligadas*. O compartilhamento de um sentimento de pesar perante a morte, por outro lado, demonstrou ser muito importante nesse processo, em especial no desfecho da disputa, em decorrência da relação que a sociedade piauiense estabeleceu com os candidatos mortos a partir de *sensibilidades* partilhadas, sobretudo quando se analisa a significância da morte para o *contexto cultural* piauiense. Percebeu-se que esse fator, recheado de elementos religiosos e sobrenaturais, pode ter envolvido a sociedade local de forma densa. Nesse sentido, a morte dos candidatos, apesar de sua significância familiar, teve sobretudo seu peso no que tange ao caráter público, pois a morte do político é uma morte pública. E assim, em decorrência da morte, o *trabalhismo oficial* ganhou visibilidade no Piauí.

3 NA FURNA DA ONÇA: A ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO PÓS-1945 E A TRAJETÓRIA DO PTB NO PIAUÍ

“Já se vê que, ao optar pela política nesse velho Piauí, entrei na toca da onça.”³¹⁶

No capítulo anterior, analisou-se a importância da morte dos candidatos Demerval Lobão e Marcos Parente para a ascensão de um governo *trabalhista* no Piauí. Reiterou-se a ausência, na reta final da disputa eleitoral, de divulgação da execução de um projeto político *trabalhista* no Estado, e a adesão sentimental à nova campanha dos populares, que compensaram com a vitória os sucessores dos candidatos falecidos. Tal adesão pôde ser analisada como uma reação popular pautada pela confiança na existência de vida pós-morte, em grande medida gestada em âmbito local por força da Igreja Católica.

Contudo, mesmo sem a propagação de um projeto *trabalhista*, o *trabalhismo* emerge como novidade desde o início da administração *petebista* de Chagas Rodrigues, defrontando-se com a *cultura política partidária* local. O projeto que tenta se instalar buscou em vários momentos, e em muitos deles sem sucesso, romper com a forma como a política partidária era conduzida no Piauí. Nesse sentido, para que o leitor possa entender a dimensão do quadro que irá se desenvolver a partir da eleição de 1958, com o *trabalhismo* ganhando visibilidade e evidenciando-se nas políticas públicas instituídas pelo Estado, mas sobretudo como projeto disputado entre duas forças, a política administrativa e a religiosa, cabe apresentar um painel sobre a *cultura política partidária* local, permeada por alguns aspectos que se passa a pontuar: a intensa rivalidade e violência entre as duas principais siglas que se estabeleceram no cenário piauiense após o fim do *Estado-Novo*, PSD e UDN; a política partidária como resultado de interesses particulares; o fisiologismo e a nítida separação entre os políticos e a população; e, por último, o nascimento e crescimento do PTB no Piauí e sua aproximação com a *cultura política partidária* vigente.

3.1 UDN e PSD: política partidária na furna da onça

“E não me venha com a sua justiça, porque se vier, eu viro cachorro doido e o senhor morre na faca cega.”³¹⁷

³¹⁶ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

³¹⁷ RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 95. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Na infausta madrugada de 23 do passado mês, seriam duas horas, enquanto a cidade dormia envolta na mais densa escuridão – herança da inépcia e desonestidade do governo maldito de Leônidas Melo -, as circunvizinhanças do prédio onde funcionam a redação e a oficina desta folha, foram inopinadamente despertadas e sobressaltadas por um alarido infernal e um intenso tiroteio, acompanhado de gemidos, gritos de socorro, baques e pancadarias.

Consumava-se àquela hora o mais revoltante crime que a história teresinense registra: não só pela rudeza do desfecho, como também pelo arrojo da empreitada obra de sicários contumazes, mas, pela execução fria e deliberada, no coração da cidade, não longe do Quartel da Polícia, tendo início por um arrombamento, seguido de um atentado à liberdade de imprensa, poucos dias de promulgada a nova constituição, e culminado pelo trucidamento de um pobre homem que cumpria o seu dever de vigia, ganhando o pão para os filhos inocentes.

Uma testemunha, que da janela fronteira à nossa redação, presenciou quase toda cena sangrenta, e cujo depoimento já foi tomado, narra que eram sete os assaltantes, que [estavam] sob o comando de Zezé Leão³¹⁸, o bandido vinte sete vezes criminosos de morte.

[...] esta folha fazia desatar uma campanha de descrédito a certas autoridades locais, que se prevaleciam de cargos, para delapidar [*sic*] o tesouro, para violentar as consciências [*sic*] [...]. A isto cresciam a pressão que fazíamos, denunciando o conluio da polícia no julgamento dos incêndios [...]

Incapaz de contradizer essa folha, o “Diário do Piauí”, na pouquidão de suas letras e abusando de baixo calão, começou a insinuar à polícia que este jornal deveria ser fechado e seus redatores presos e espancados.

Aturdidos pela veemência das acusações irrespondíveis que fazíamos, alguns líderes pessedistas ensaiaram a revanche brutal e que começou a ser esboçada com a pseudo-agressão do nosso redator chefe pelo famoso e afônico dr. Pires Gaioso, cuja gaguez mental afina pela igual dificuldade em expremper [*sic*] os seus farrapos de ideias. Detido pelos amigos, quando ia desagrar os doestos atirados ao sogro, Gaiosinho repetia: “Isto não ficará assim”. Dias depois, os seus parentes e amigos e apaniguados compravam a última edição deste jornal, apostavam dúzias de cervejas em como esta folha houvera completado o seu ciclo, enquanto, às escondidas, Dario Coelho³¹⁹ tomava a tarefa de dirigir intelectualmente o assalto sob o comando do seu cabo de guerra – Zezé Leão.³²⁰

³¹⁸ Conhecido como o “Lampião do Piauí”, José de Arêa Leão nasceu em 29 de novembro de 1901, em São Pedro do Piauí, e faleceu em 1956, assassinado pela polícia, na cidade de Água Branca (PI). Filho de grande latifundiário da região central do Estado, recebeu patente de capitão da brigada militar por ajudar a consolidar a Revolução de 1930. Sobre a fama de cangaceiro, Arimathéa Tito Filho aponta o que seriam as origens de tal representação: “A origem de sua fama de cangaceiro e matador está num conflito de terras envolvendo sua família, os Arêa Leão, e o coronel José Liberato, outro grande latifundiário da região do município de São Pedro – que depois daria origem a um punhado de cidades como Água Branca, Hugo Napoleão e Miguel Leão (homenagem ao mais velho dos quatro irmãos homens da família). A briga entre os Arêa Leão e Liberato pela posse de terras se alastrou por mais de uma década no interior do Estado. Foi o conflito armado que provocou o aparecimento do bando de jagunços, profissionais contratados para executar ‘serviços’ e proteger as fazendas. Zezé Leão e seu bando ficaram famosos por se empregarem a essas ações.” Ver: CARVALHO, Arimatéia. Vida e Morte de Zezé Leão. **Meio Norte**, Teresina, p. 1, 9 ago. 1998. Ver também: TAVARES, Zózimo. Sangue e morte. In.: _____ (Org.). **100 fatos do Piauí no século 20**. Teresina: Halley, 2000. p. 57-58.

³¹⁹ Comandante da Polícia Militar do Estado do Piauí no ano de 1946.

³²⁰ ASSASSINOS. **O Piauí**, Teresina, p. 1, 10 nov. 1946.

Essa narrativa, transcrita do jornal *udenista O Piauí*, lança aos leitores uma interpretação sobre os acontecimentos que levaram ao empastelamento daquele noticioso no dia 23 de outubro de 1946. O cenário apresentado demonstrava, além da elaboração de um plano de ataque por parte dos apoiadores do PSD e pelo chefe da polícia do Estado, o esfacelamento geral das suas máquinas e o assassinato do jovem vigilante Miguel Pedro. O ataque teria ocorrido em razão de uma série de denúncias promovidas por aquele órgão. Nessa matéria, e em outras que foram publicadas pelo jornal, a UDN elevou à categoria de herói o jovem que morreu tentando inutilmente barrar a investida do conhecido “Lampião do Piauí”, Zezé Leão, e de seu grupo, figuras ligadas ao PSD. Indubitavelmente, diante dessa situação, a morte do vigilante foi utilizada ostensivamente na campanha eleitoral para o governo do Estado naquele momento, a primeira após o fim do *Estado Novo*, dando mostras de como era construída a política partidária no Piauí.

Entender o período de reorganização partidária no Brasil pós-1945 significa, sobretudo, adentrar vários universos de disputas singulares e episódios expressivos, como foi o caso do empastelamento do jornal *udenista O Piauí*, para compreender a complexidade da ordenação do poder político e das *culturas políticas partidárias*.

Neste tópico traça-se um breve itinerário das disputas políticas³²¹ no Piauí após o fim do *Estado Novo*, para que se possa compreender as articulações/acontecimentos que possibilitaram a entrada do PTB na cena local, de forma mais efetiva a partir da década de 1950. Trilha-se um percurso pela política partidária para se entender como a *cultura política partidária* local tentou barrar um projeto *trabalhista oficial* para o Estado, em razão das inconciliáveis diferenças entre a proposta *trabalhista* e a forma de condução da política partidária piauiense.

Longe de serem apenas uma composição social ordenada das forças políticas nacionais, as organizações partidárias pós-1945 firmaram um jogo que exigia de cada agremiação uma adequação às singularidades dos grupos de poder local. Portanto, neste momento do texto, analisam-se as disputas políticas pós-*Estado Novo no Piauí*, singularmente marcadas por um constante ambiente de violência. Diante dessa perspectiva, lança-se ao leitor, sempre que possível, a *cultura política popular*, diante dos *imbrólios* políticos piauienses de 1945, quando o processo de rearrumação partidária teve início, até o ano de 1958, momento em que ocorreu a eleição de Chagas Rodrigues ao governo do Estado.

³²¹ Para Clifford Geertz, “Toda política é disputa, e o poder é a ordem que tal disputa classifica: até aí isso é geral. O que não é geral é a natureza da disputa ou a forma da ordem.” (GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos**: dois países, quatro décadas, um antropólogo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012b, p. 39).

O jornal *udenista O Piauí*, fundado em 1945³²², era fonte de críticas contundentes ao período do *Estado Novo*³²³ e àqueles que exerceram as chefias dos cargos públicos em âmbito local. Ao sofrer o atentado do bando de Zezé Leão - figura tida e sabida como violenta, que atuava na região central do Estado e era ligada ao PSD -, o noticioso e seus colaboradores passaram a reforçar nas páginas daquela gazeta a condição de vítima das perseguições promovidas pelos defensores do regime anterior e de seus antigos beneficiários. Utilizavam ainda as páginas daquele jornal para alertar a população para o fato de que se o PSD, liderado pelo ex-interventor Leônidas Mello,³²⁴ continuasse no poder, as “atrocidades” e desmandos iriam se perpetuar na política piauiense.

O assassinato do vigia Miguel Pedro causou grande comoção social e, no mesmo dia do empastelamento do jornal *O Piauí*, um número expressivo de populares pôs-se às ruas de Teresina aos gritos de “justiça”. Como apontado no capítulo anterior, a atuação dos populares no que tange à política no Piauí era permeada pelas *sensibilidades*, e mais uma vez uma morte trágica desempenhava o papel de aproximar as duas principais formas de condução da política no Estado, a *cultura política popular* e a *cultura política partidária*. Após percorrerem as principais avenidas da capital, os manifestantes seguiram para o Palácio do Governo, com o objetivo de solicitar audiência com o interventor Teodoro Sobral³²⁵, que se recusou a recebê-los. Com a negativa, várias pessoas se instalaram em frente à sede do Executivo estadual como forma de pressionar o interventor para serem atendidas. Diante de tal efervescência social, o jornal carioca *Correio da Manhã* afirmava, em suas páginas, que se o grupo que atacou o noticioso *udenista O Piauí* não fosse imediatamente punido, seria “bem possível a ocorrência de graves acontecimentos, tão grande é a indignação popular”.³²⁶ Teodoro Sobral, com receio da ação das massas, solicitou imediata vinda da Força Federal para protegê-lo, apenas não esperava que a chegada do reforço policial fosse recebida com forte aplauso pela população. Talvez os teresinenses tivessem confundido esse chamamento oficial com a utilização do efetivo armado para finalmente resolver os conflitos político-

³²² Notícias sobre a fundação do jornal *O Piauí* estão em: CIRCULA no Piauí um jornal da oposição. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 25 set. 1945.

³²³ O jornal é apresentado como “Jornal pequeno, mas de língua de légua e meia” no Romance *Palha de Arroz de Fontes Ibiapina* (IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002, p. 29).

³²⁴ Leônidas de Castro Mello, médico e professor, foi secretário geral do Estado (1935-1937), interventor federal (1937-1945), deputado federal e senador. Fundou o PSD no Piauí. Ver: TITO FILHO, Arimatea. **O Piauí no Congresso Nacional**. Teresina: Comepi, 1980; GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 210-212.

³²⁵ Teodoro Ferreira Sobral nasceu em Amarante em 1891 e faleceu em Floriano em 1972. Farmacêutico, fundou o Laboratório Sobral. Elegeu-se deputado estadual na década de 1930 e foi interventor do Piauí no período de 11.10.1946 a 17.03.1947. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 333.

³²⁶ AGITACAO nas ruas de Teresina. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 28, 27 out. 1946.

partidários. Entretanto, naquele momento, a guarda apenas fazia a proteção da sede do governo contra a ação dos populares.

Não eram consideradas incomuns práticas de violência na política piauiense³²⁷, como a que levou à morte o vigia Miguel Pedro, pois, muitas vezes, questões relativas à definição de poder eram resolvidas mediante uso da força, à bala, resultando, em alguns casos, em mortes, em especial na região sul do Estado.³²⁸ Contudo, tal reação popular possivelmente aponta para a esperança de que, com o processo de abertura política, o jogo partidário ganhasse contornos menos dramáticos do que os vividos nos anos anteriores. Ora, se o jogo político mudara, novas formas de atuação na política teriam que ser encetadas, e, de certa forma, a população conseguia entender essa mudança, mas não se abandonavam práticas partidárias antigas tão rapidamente. Nenhum dos lados.

Firmavam-se, entre 1945 e 1946, de maneira mais nítida, os grupos que passariam a conduzir a “nova” *política partidária* local. De forma mais articulada, encontravam-se duas siglas. De um lado estavam os que haviam apoiado Getúlio Vargas e que tinham se beneficiado do período pós-1930, agrupados no PSD, composto por grandes comerciantes (como os Freitas), líderes ruralistas e profissionais liberais que se projetaram durante o regime *estadonovista*, como foi o caso do ex-interventor Leônidas Mello, que era médico. Percebeu-se que a composição *pessedista*, em âmbito local, não diferia muito da articulação do partido em outras partes do País, o que deu a tônica característica àquela sigla. Segundo Hipólito, “o partido forneceu à elite política que se consolidou nos Estados, durante a ditadura estadonovista, a possibilidade de sobreviver num regime democrático”³²⁹. Do outro lado, agrupados na UDN, em sua grande maioria estavam os que foram excluídos do regime anterior, também composto por ricos comerciantes, mas sobretudo por profissionais liberais (havia expressivo número de bacharéis em Direito entre os líderes *udenistas* piauienses, não

³²⁷ Segundo Teresinha Queiroz, nos primeiros anos da República “O capítulo das diferentes formas de violência que incidiam sobre as pessoas é um capítulo denso e sanguíneo. A crônica de arbitrariedades e desacatos pessoais é imensa, tanto na capital como no interior, sobretudo neste, pelo capricho dos régulos locais e pela ineficiência e convivência governamentais. Espancamentos, assassinatos, prisões arbitrárias ocorrências cotidianas, para a maior parte das quais não havia punição ou qualquer outra forma de recurso legal.” (QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 327).

³²⁸ Sobre a cultura da violência associada à organização política local ver dois interessantes trabalhos de mestradados: DIAS, Aelson Barros. **Em nome do poder, da força e da honra**: banditismo e violência nos confins do sertão sul piauiense. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012; DIAS, Laécio Barros. **O sertão piauiense em pé de guerra**: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926). 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

³²⁹ HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). 2. ed. Rio de Janeiro, 2012, p. 47.

fugindo à regra nacional, o que, segundo Maria Victoria Benevides, fez com que seus partidários passassem a denominar a sigla de “partido dos bacharéis”³³⁰), que viviam na capital e nos acanhados núcleos urbanos. Maria do Carmo Campello de Souza observa que a definição da composição dos partidos foi feita com base no sistema de interventoria, como um desdobramento do *Estado Novo*.³³¹

O PTB entraria em cena apenas em 1946, com um modesto grupo na região litorânea, mais especificamente em Parnaíba, onde havia forte atuação dos sindicatos desde a década de 1930, em decorrência da zona portuária. Segundo Alcides Nascimento, a articulação maior naquela região pode ser analisada a partir das conexões estabelecidas entre aqueles trabalhadores e “os seus companheiros de outros Estados e até ‘estrangeiros’, pois nessa época, a cidade também já dispunha de um pequeno número de ferrovias que mantinham contato com os trabalhadores do vizinho Estado do Ceará”³³². E, finalmente, quem passou a tentar articular e disputar a atenção dos trabalhadores naquela região - aspecto que pode ser percebido pelos jornais e pelo resultado das eleições de 1945 e 1947 - foi o Partido Comunista Brasileiro (PCB)³³³. Diferentemente do PTB, que começou a se organizar em 1946, o comitê do Partido Comunista piauiense aparentava ser bastante articulado, inclusive dando apoio à fundação do comitê do Ceará, segundo consta em matéria publicada no *Jornal do Brasil*:

Constituiu espetáculo inédito de vibração popular a solenidade de instalação do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, realizada sábado no teatro Oficial do Ceará. Incalculável massa humana encheu literalmente o recinto e as proximidades do prédio, onde poderosos alto-falantes irradiavam a mensagem da Secretaria Geral do Comitê Nacional aos comunistas cearenses, os discursos dos vários líderes do povo, reafirmando a linha política do partido, sob a orientação de Prestes. Compareceram as representações dos comitês do Piauí e do Amazonas e de dezenas de comitês municipais desses Estados.³³⁴

³³⁰ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 18.

³³¹ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990, p. 41.

³³² NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo: modernização e violência policial (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002, p. 69.

³³³ Segundo os jornais, ocorreram comícios organizados pelos comunistas em 1945 no Piauí, ver: O PARTIDO comunista e uma força no Piauí. **Tribuna popular**, Teresina, p. 5, 5 out. 1945; DISSOLVIDO por um grupo de padres um comício comunista em Parnaíba. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 25 jun. 1945. Nas eleições de 1945, os comunistas conseguiram 548 votos em 15 municípios, entre os quais os que deram maior votação ao PCB foram: Teresina – 250 votos, Parnaíba - 149 votos, Piri-piri – 28 votos, São Pedro – 26 votos, Campo Maior – 24 votos e Floriano – 21 votos. Ver: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945 a 1994**. 2013. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

³³⁴ COISAS de política, Fortaleza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 17 jul. 1945.

Contudo, os dois últimos partidos, PTB e PCB, ainda eram pequenos e sua penetração no Estado ocorria de forma bastante pontual. Diante desse quadro, e apesar da existência de algumas outras siglas no Piauí, as disputas políticas partidárias, logo após o fim do *Estado Novo* em 1945, polarizaram-se entre UDN e PSD.³³⁵

O incidente ocorrido no jornal *udenista*, narrado no início deste capítulo, reflete a agudeza daquelas disputas partidárias no Estado. O episódio do empastelamento d’*O Piauí*, com o desfecho fatídico da morte do vigilante Miguel Pedro, marca uma nova forma de acirramento entre os grupos políticos no Piauí, como forças expressivas e representativas da redemocratização brasileira. Mesmo com a agressão sofrida, a UDN continuou possuindo canais para fazer sistemática oposição ao PSD e ao *Estado Novo*, como, por exemplo, o jornal *Libertação*, que era financiado pelo *udenista* José Cândido Ferraz no Rio de Janeiro, e produzido por estudantes piauienses que remetiam as publicações daquele pequeno noticioso à sua terra natal.³³⁶ Apesar de estar fora do exercício do Poder Executivo oficialmente durante o ano de 1946, o grupo chefiado pelo ex-interventor Leônidas Mello, do PSD, ainda contava com grande força política nas várias instituições jurídicas, administrativas e públicas no Estado (avigorada durante a sua longa interventoria), embora não fosse mais o único detentor de voz ativa e possível de ser ouvida. Era difícil para os membros do Partido Social Democrático, muitos ainda chamados de *Coronéis*, enfrentarem toda aquela mudança do sistema de poder existente, porque durante muitos anos o Piauí esteve sob a mesma interventoria, estabelecendo laços profundos de poder com alguns grupos comerciais e familiares.

Entre as décadas de 1930 e 1940, Leônidas Mello permaneceu dez anos como governador e interventor piauiense. Nos momentos finais do *Estado Novo*, teve seu nome associado a vários incêndios criminosos em casas cobertas de palha em Teresina. Muitos indivíduos ligados à sua gestão também foram acusados de promoverem esses delitos, entre os quais o próprio chefe da polícia no Estado, o capitão do Exército Evilásio Vilanova. No

³³⁵ Segundo Afonso Ligório, “O PSP (Partido Social Progressista, inicialmente denominado Partido Popular Sindicalista), desde 1945 sempre teve alguma presença no Estado, como expressão do ademarismo. Também se organizaram, na época, o PR (Partido Republicano) e o PRP (Partido da Representação Popular); em 1954, o PL (Partido Libertador) e só em 1962, o PDC (Partido Democrata Cristão). Esses partidos, no Piauí, eram constituídos de pequenos grupos identificados com as orientações doutrinárias nacionais de cada partido, mas serviram para acomodar descontentes do PSD, da UDN e do PTB devido a querelas municipais ou divergências nas disputas das candidaturas. Na prática, o PL e o PDC foram polarizados pela UDN, e PR e PRP foram pelo PSD.” (CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007, p. 61).

³³⁶ TITO FILHO, Arimateia. Lembranças. O Dia, Teresina, 15 out. 1989. **Acervo A. Tito Filho (6)**, 2011. Disponível em: <http://acervoatitofilho6.blogspot.com.br/2011/08/lembrancas_28.html>. Acesso em: 6 nov. 2013.

ano de 1945, com a sucessão presidencial em andamento, de forma especial as acusações se voltaram para o próprio interventor.³³⁷ Além desse episódio do fogo nas casas de palha - ainda bastante vivo na memória dos piauienses³³⁸, e imortalizado no livro *Palha de Arroz* do literato piauiense Fontes Ibiapina³³⁹ -, na reta final da administração de Leônidas Mello fervilhavam denúncias de casos de tortura praticada contra pessoas simples, em sua imensa maioria pobres, que eram presas sob a acusação de serem incendiárias. Segundo os jornais *udenistas* da época, os presos eram forçados a acusar membros da oposição como mandantes dos crimes. Esses e muitos outros excessos políticos - destacando-se o caso da aposentadoria compulsória de três dos seis desembargadores piauienses no ano de 1939³⁴⁰ - eram constantemente lembrados pelos seus opositores, como recorda o próprio ex-interventor em seu livro de memórias:

Em outubro de 1945 a campanha eleitoral no Piauí estava no seu apogeu, com tremenda exaltação de ânimos. A UDN nos seus comícios e jornais fazia da agressividade ao interventor, meio de conduzir-me a prática de violências que pudessem ser exploradas em seu proveito. Pregava abertamente a subversão da ordem usando e abusando da tolerância policial por mim recomendada e seguida. A aposentadoria dos desembargadores; Os incêndios em Teresina; crimes ocorridos no interior, eram temas preferidos, atribuídos ao interventor, sistematicamente evocado por todos os oradores.³⁴¹

Apesar de tantas denúncias, fortaleciam-se, naquele ínterim, as alianças entre o interventor, a elite rural e parte importante dos grandes comerciantes piauienses, gerando um importante partido político no Estado. No dia 17 de junho de 1945, Leônidas Mello e alguns correligionários fundam o PSD no Piauí, contando com 47 diretórios.³⁴² Em seu discurso, proferido por ocasião da fundação do diretório central, o ex-interventor rebateu as acusações de violência existentes durante o seu governo com o argumento de que “Em nada adianta forjar casos para acusar de violento o meu governo cuja tolerância e moderação são postos

³³⁷ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo**: modernização e violência policial (1937-1945). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

³³⁸ Ibid.

³³⁹ IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002.

³⁴⁰ Eram desembargadores no Piauí no ano de 1939: Ernesto José Batista, Simplício de Sousa Mendes, Esmaragdo de Freitas e Sousa, Adalberto Correia Lima, José de Arimathéa Tito e Cristino Castelo Branco. Surgiu uma vaga, em decorrência da aposentadoria de Cristino Castelo Branco, e Leônidas Mello queria que seu irmão a ocupasse. Os desembargadores, porém, na organização da lista tríplice, deixaram o nome do irmão do interventor de fora. Leônidas Mello baixou decreto aposentando compulsoriamente Esmaragdo de Freitas, Simplício de Sousa Mendes e José de Arimathéa Tito. Os desembargadores tentaram voltar aos seus cargos, mas o ato do interventor não foi derrubado (TAVARES, Zózimo. **100 fatos do Piauí no século 20**. Teresina: Halley, 2000).

³⁴¹ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976, p. 353.

³⁴² Ibid.

diariamente à prova. Para vencermos não precisamos do recurso da violência ou da opressão: contamos com a maior e mais poderosa das armas que é a maioria esmagadora nas urnas”.³⁴³

Em 6 de novembro de 1945, o interventor Leônidas Mello mandou publicar no Diário Oficial do Estado telegrama enviado por Eurico Gaspar Dutra solicitando a sua saída do Executivo e recomendando que recebesse o novo interventor indicado para o Piauí, Leôncio Ferraz, que era ligado aos *udenistas*. Deve-se destacar que Mello foi o último interventor estadual nomeado por Vargas a deixar o posto. Essa mensagem foi repassada aos diretórios municipais do PSD, no sentido de comunicar que Mello estava deixando a governança estadual, mas continuaria sendo o presidente do partido. Em reunião em sua residência, o ex-interventor confirmou a saída do governo e definiu as diretrizes de ação do partido daquele momento em diante, medidas que foram calorosamente apoiadas por seus correligionários nos diretórios do interior.³⁴⁴ Apesar do prestígio alcançado entre os membros da agremiação, a mesma importância não lhe foi conferida em âmbito popular.

Leônidas Mello, ao narrar o episódio da passagem da sua administração para o novo interventor, observou uma singular reação dos populares. Segundo recorda, os partidários da UDN, no dia da nomeação do novo interventor, teriam passado algumas horas antes da cerimônia convidando a população para o evento, utilizando alto-falantes amarrados em um Jeep, que circulou por toda a cidade de Teresina. Mello narra que durante aquela manhã havia foguetes, batuques e tambores (festividades típicas das comunidades negras e pobres na cidade³⁴⁵) nas proximidades do centro, e no famoso Café Avenida havia significativa concentração de pessoas fazendo grande consumo de bebidas. Em suas palavras, “A animação crescia, erguiam-se ‘vivas’ ao novo interventor e ‘morras’ ao ‘bode melado’³⁴⁶ (era esse meu apelido)”.³⁴⁷ Continuando a descrição da movimentação dos populares diante de sua saída, Mello recorda que “A praça se encheu. À hora da chegada do interventor havia ali verdadeira horda insuflada, exaltada, indisciplinada, sem freios de qualquer natureza”. E prosseguiu com a sua recordação, especificando a multidão que o rechaçava: “[...] Particularidade que não deve ser omitida: dessa horda fazia parte uma turma de alguma

³⁴³ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976, p. 343.

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ Para saber sobre a relação dos negros com as suas práticas culturais e repressão policial, ver: SILVA, Mairton Celestino. Burlar as normas, zombar da ordem: polícia, escravos e subversão urbana na província do Piauí, 1870-1888. **Fênix, Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, ano 5, n. 3, jul./ago./set. 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_11_MAIRTON_CELESTINO_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

³⁴⁶ Segundo o político udenista Djalma Veloso, esse apelido foi dado a Leônidas por causa da cor de seu cabelo, que possuía tom avermelhado, tipo sarará (KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso: o político e a sua época**. Teresina: Zodíaco, 2006, p. 97).

³⁴⁷ MELLO, op. cit., p. 356.

dezena de negrotos e molecotes adolescentes, alguns sujos e até maltrapilhos, todos especializados em assobios e gritos estridentes.”³⁴⁸

Precavendo-se dos “excessos” populares, o ex-interventor convocou alguns policiais, parentes (sobrinhos), entre outras figuras ligadas à polícia, para a sua defesa pessoal, denominando esse grupo de “guarda pessoal de 10 amigos”, que estavam devidamente armados, assim como ele próprio, para conter qualquer situação que, em sua opinião, fugisse do controle. Mas o mais aterrorizante, segundo lembra, foi a “malta” que adentrou o Palácio do Karnak, sede do poder local, juntamente com o novo interventor. Leônidas Mello narra que “todas as dependências, inclusive a sala de honra, foram invadidas por gente de toda a espécie”, gritando “vivas” ao interventor e morra ao “bode melado”. Enquanto o novo interventor discursava, uma mulher subiu em uma mesa e começou a tocar castanholas e a gritar “morreu o bode melado”, recebendo palmas e ovações de quem presenciava a cena. Ao sair do Karnak, Leônidas teria sido acompanhado em caminhada por alguns amigos e pelos “negrotos” até a sua residência, ao som dos gritos que estes continuavam a emitir contra si de “morreu, bode melado”, “caiu, caiu”³⁴⁹.

A intensa narrativa desses acontecimentos³⁵⁰ tem uma razão para estar nas memórias de Leônidas Mello. Sua saída foi analisada durante muitos anos pelos opositores como uma humilhação, pois em um *contexto cultural* no qual virilidade, força física, apoio incontestável de subordinados e poder compunham a *cultura política partidária*, aquela rejeição/desobediência popular e sobretudo sua incapacidade de reagir com violência a tudo isso seriam sinais da perda de força política centrados na figura daquele homem; era o fim do político e de todo o regime que ele representava.

Então, por que Leônidas narraria o que para um político piauiense seria um quadro de horror e humilhação pública? O ex-interventor, em virtude de não poder utilizar mais o silêncio forçado com o qual o *Estado Novo* garantia a censura aos meios de comunicação, e sentindo-se incapaz de negar tais fatos ocorridos durante a sua saída, tentou de forma retórica reverter a situação a seu favor. Essa mesma narrativa que consta em seu

³⁴⁸ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976.

³⁴⁹ Ibid.

³⁵⁰ Tal fato foi recortado também por um amigo próximo do interventor, Waldir Gonçalves, ex-secretário do Interior e Justiça do Estado, segundo recorda: “No dia em que Leônidas Mello deixou o governo, ao entregar o cargo ao interventor Leôncio Ferraz, eu me encontrava na parte fronteira ao Palácio de Karnak. Estava com um grupo de amigos e dali assisti à saída de Leônidas. Realmente ele foi apupado por grupos. A oposição na época tinha um cunho eminentemente popular, como em geral pretendem as oposições. O grupo dominante se imiscuia em todos os setores da nossa sociedade e dominava os mais pobres e oprimidos que sonhavam com melhoria de vida, a grande promessa da oposição. Esses grupos populares é que vaiaram o dr. Leônidas.”. Esse depoimento se encontra em: CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007, p. 121.

livro foi publicada por um jornal *pessedista* na época, como forma de apontar a “baixeza” dos que, naquele momento, se instalariam na sede do poder estadual. Em sua interpretação, Leônidas Mello acreditava que teria sido a UDN a responsável por fomentar tal clima de animosidade. Acredita-se que as memórias do ex-interventor seriam relatadas com o intuito de desqualificar a sigla *udenista* e seus apoiadores, pois na percepção daquele sujeito o governo fora entregue a pessoas sem postura social, indivíduos de mais baixa qualidade, que se davam com “toda espécie de gente”, que contavam com o apoio da “malta” e de “negrotes”. Essa concepção reforça a ideia de apartamento entre o que era próprio dos “políticos” e próprio do “povo”, ou seja, o encontro entre a *cultura política partidária* e a *cultura política popular* tinha hora e local certo para ocorrer. Porém, independentemente da intenção de Leônidas Mello ao ressaltar tais memórias, interessa a este estudo sobretudo a reação popular representada em seu depoimento. Em parte, concorda-se com a sua interpretação de que os *udenistas* ajudaram a compor o cenário de inflação, contudo, não se pode deixar de ressaltar que muitos dos populares, em geral pessoas simples e pobres, como os tais “negrotes” revelados na narrativa do ex-interventor, tinham também outros motivos para comemorar a sua saída.³⁵¹

Tal violência simbólica por parte da população teresinense pode ser entendida como uma reação à violência física e simbólica que muitos cidadãos pobres sofreram sob o exercício da Administração Pública durante o *Estado Novo* no Piauí. Para Campello Souza, nos estados brasileiros menos desenvolvidos economicamente, como era o caso do Piauí, as interventorias “não passavam de pequenas ditaduras, minúsculos regimes de exceção dentro do período de exceção”³⁵². As conquistas sociais, sintetizadas na Consolidação das Leis do Trabalho, que nos grandes centros foram associadas ao *Estado Novo* e eram sinônimo de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores urbanos, não foram sentidas no Piauí, uma vez que era um Estado eminentemente agrário, além de continuar profundamente pobre, analfabeto e desigual. Por outro lado, destacou-se, em grande medida, o caráter autoritário da política local, respaldado pela força policial. É necessário observar ainda que a violência, em várias dimensões, era um traço constante da *cultura política partidária* local, e que ganhou fôlego pela ideia de um poder inquestionável, como era o caso da interventoria no período *estadonovista*. A ação popular pode ser interpretada como rejeição a tais condutas recorrentes

³⁵¹ Outros livros de memórias narram o episódio da saída do interventor, bem como a reação popular exaltada, são eles: KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso: o político e a sua época**. Teresina: Zodíaco, 2006; FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: [s.n.], 1999.

³⁵² SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990, p. 92.

e cristalizadas na política do Estado e como forma de constatação de que a apreensão da política pelos populares era permeada pelas *sensibilidades*.

Entretanto, a existência de ameaças, de capangas, de revólveres e, algumas tantas vezes, de mortes, fazia parte das práticas políticas partidárias, compondo importante elemento da trama que caracterizou o *contexto cultural* do Piauí naquele período. Tais aspectos não poderiam desaparecer do exercício político local simplesmente porque o *Estado Novo* ou o interventor saíram de cena, pois aquela era a forma como muitos dos políticos locais resolviam as desavenças.

Durante o processo de alistamento eleitoral ocorrido em 1945, José Cândido Ferraz, naquele momento principal representante da UDN no Piauí, mandou ao *Jornal do Brasil*, noticioso carioca, telegrama que recebera de Picos sobre a violência cometida contra os opositoristas naquela cidade, distante 300 km da capital. No telegrama o Sr. Julio Carvalho se queixava de que:

Alistamento aqui vem sendo prejudicado virtude ameaças prisões ilegais violências por parte polícia. Famílias opositoristas vivem estado de pânico esperando qualquer momento ver parentes presos ou mortos. Oficial civil, prefeito e delegado de polícia negam e protelam certidões requeremos fins eleitorais. Juiz eleitoral por ter se colocado posição imparcial está ameaçado calunioso processo e até prisão, tendo solicitado garantias chefe de polícia e Tribunal, quais não tomaram nenhuma providência [...]³⁵³

A primeira disputa intensa entre os dois partidos ocorreria ainda nas eleições de 1945, alguns meses depois da saída do interventor Leônidas Mello. Naquele ano, as *Oposições Coligadas* - grupo de indivíduos e variados segmentos sociais que faziam oposição ao governo de Mello³⁵⁴ - organizaram grande comício na capital para apoiar a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Entre os apoiadores estavam Esmaragdo de Freitas³⁵⁵, Eurípedes de Aguiar³⁵⁶, Demerval Lobão, Mathias Olympio e José Cândido Ferraz.³⁵⁷ Era a composição central do grupo *udenista* piauiense. Mathias Olympio e José Cândido Ferraz, inclusive, estiveram na reunião solene que deu origem ao partido em nível nacional, no dia 7 de abril de

³⁵³ COISAS da política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 6, 24 jul. 1945.

³⁵⁴ Esse grupo era composto por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, sentiram-se prejudicados no período da interventoria: políticos, ex-desembargadores, funcionários públicos, trabalhadores pobres, entre tantos outros.

³⁵⁵ Esmaragdo de Freitas Sousa foi um dos ex-desembargadores que havia sido aposentado compulsoriamente por Leônidas Mello. Nasceu em Floriano, em 1887, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1946. Também foi professor, escritor e político. Foi eleito senador em 1946. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 335.

³⁵⁶ Eurípedes Clementino de Aguiar nasceu em 1880 em São José dos Matões (MA). Formou-se em Medicina. E foi deputado estadual, governador do Piauí e senador antes do *Estado Novo*. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 10-11.

³⁵⁷ NOTÍCIAS do Piauí. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 5, 17 mar. 1945.

1945.³⁵⁸ Foi esse grupo que liderou campanha em favor do brigadeiro na capital e em diversas cidades do interior. Entre os outros grupos que apoiavam o candidato *udenista* estavam os membros do diretório acadêmico da Faculdade de Direito, assim como os pilotos civis do aeroclube do Piauí, os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB)³⁵⁹ e alguns comerciantes e industriários.³⁶⁰

Pouco tempo depois do primeiro comício piauiense e da fundação nacional do partido, mais precisamente no dia 12 de maio de 1945, a UDN foi inaugurada oficialmente no Estado, em uma reunião com vários representantes de municípios, ex-governadores como Mathias Olympio e Eurípedes de Aguiar (inimigos históricos)³⁶¹, assim como os ex-desembargadores Simplício Mendes e Esmaraldo de Freitas.³⁶² Em agosto daquele mesmo ano foi realizado outro comício, denominado, segundo o jornal carioca *Diário de Notícias*, de “Comício Atômico”, pela quantidade de pessoas esperadas e pela grandiosa organização para a concentração política.³⁶³ Quanto mais evidente se tornava a articulação da UDN, mais intenso era o clima de animosidade e o crescimento do número de denúncias de violência no Estado.³⁶⁴

Posições estabelecidas, a campanha presidencial passou a reforçar o clima de tensão, tornando-se incontáveis as denúncias de abusos, em especial por parte dos *pessedistas*, nos diários cariocas. Tais práticas abrangiam desde o fechamento de uma farmácia no município de Jaicós, em razão de o farmacêutico apoiar a candidatura do brigadeiro³⁶⁵, até a promoção de ameaças de morte a juízes, um dos quais acabou assassinado - o juiz de Direito da mesma cidade de Jaicós, morto às vésperas do pleito, e, segundo algumas informações nos jornais, com a conivência do prefeito da cidade, que era ligado ao PSD.³⁶⁶ O juiz Eleitoral da Comarca de Barras, cidade natal do interventor Leônidas Mello, solicitou ao Tribunal de Apelação do Piauí intervenção federal por haver recebido ameaças do prefeito do município,

³⁵⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 25.

³⁵⁹ UM TELEGRAMA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 24 ago. 1945.

³⁶⁰ COISAS da política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 24 abr. 1945.

³⁶¹ ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Rocha Furtado: uma administração conturbada. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). **Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Rio de Janeiro: Booklink, 2009. p. 37-79.

³⁶² FUNDADA A União Democrática Piauiense. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 maio 1945.

³⁶³ COMICIO atômico. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 12 ago. 1945.

³⁶⁴ INTRANQUILIDADE no Piauí. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 19 set. 1945.

³⁶⁵ MANDADO DE segurança para um farmacêutico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 22 jun. 1945.

³⁶⁶ COISAS de política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 3 out. 1945; ABATIDO a tiros. **Diário de Notícias**, p. 3, 2 out. 1945.

que acumulava também o cargo de chefe de polícia. Contudo, os recorrentes transtornos locais levaram-no a abandonar o cargo antes que o processo eleitoral transcorresse.³⁶⁷

As denúncias que partiam da UDN eram refutadas pelos *pessedistas*, que, por sua vez, afirmavam que os atos de violência surgiam das hostes brigadeiristas.³⁶⁸ Leônidas Mello, em trecho já mencionado anteriormente, aponta que os *udenistas* provocavam os tumultos em seus comícios e faziam de tudo para que a violência se instalasse no Estado, como forma de culpar os *pessedistas*.³⁶⁹

Trocas de acusações à parte, o que havia de fato era uma intensa e violenta rivalidade entre *udenistas e pessedistas*, que extrapolava os espaços políticos, aparecendo também nos lugares de lazer. Segundo a filha do ex-governador Eurípedes Clementino de Aguiar e partidária da UDN, Genu Moraes³⁷⁰, “nos carnavais, os partidários de Leônidas [líder do PSD] brincavam no Clube dos Diários, enquanto os adversários frequentavam o Teatro 4 de Setembro. Eu, como era viva, convidava para o teatro os rapazes mais charmosos da cidade e, assim tivemos festas mais animadas.”³⁷¹

No ano de 1945, o interventor e presidente do PSD no Estado, Leônidas Mello, foi o responsável pela campanha de Dutra no Piauí. Em alguns trechos de seu livro de memórias aquele *pessedista* apontava certa convicção popular favorável ao general, em especial na forma como descrevia a recepção aos comícios realizados na capital e em várias cidades do interior. Contudo, nos dias que antecederam o pleito, o ex-interventor, privando ainda de grande prestígio no cenário político em âmbito nacional, em especial com o próprio Dutra, solicitou auxílio da Força Federal para garantir que tudo transcorresse “mansamente”.³⁷² No final de seu relato sobre o processo sucessório, o ex-interventor, com sua capacidade de reverter na escrita os acontecimentos a seu favor, apresenta uma versão não condizente com os números oficiais, pois afirmava que “o candidato do PSD à presidência, General Eurico Dutra, teve ponderável maioria”³⁷³, fato que, como se verá adiante, não condiz com os números apresentados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.

Pelo que se percebeu a partir da leitura das fontes, não havia, naquele momento, uma receptividade popular positiva à figura do senhor Leônidas Mello. Em um dos últimos

³⁶⁷ COISAS de política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 8 ago.1945.

³⁶⁸ OS DESASTROSOS efeitos da ida do sr. Juraci Magalhaes ao Piauí. **A manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 22 ago. 1945.

³⁶⁹ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976, p. 353.

³⁷⁰ Maria Genovefa de Aguiar Moraes nasceu em 1927 e participou ativamente das campanhas políticas nas décadas de 1940 e 1950 representando seu pai, Eurípedes de Aguiar.

³⁷¹ CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007, p. 107.

³⁷² MELLO, op. cit., p. 353.

³⁷³ Ibid., p. 364.

comícios realizados pelo PSD em Teresina, o ex-interventor teria sido, segundo o jornal carioca *Correio da Manhã*, intensamente vaiado após o encerramento do evento, quando foi mais uma vez acompanhado por populares até sua residência, fato comparado pelo jornalista ao que ocorreu no dia de sua saída do governo. Para esse comício Leônidas pediu o apoio do Exército para garantir a sua segurança.³⁷⁴

Apesar de os embates estarem polarizados entre as duas siglas, UDN e PSD, outros partidos também apareciam na disputa eleitoral no Estado. No que tange à atuação dos comunistas nesse quadro político, apesar de formarem um grupo ainda bastante pequeno, apresentavam-se bem organizados. Segundo Antônio Rufino dos Santos, fiscal do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos em Parnaíba, e um dos organizadores do comitê do PCB naquela cidade no ano de 1944, os partidários comunistas estavam bem articulados para a disputa eleitoral de 1945, e lançaram alguns dos seus membros como candidatos a deputado federal pelo Piauí.³⁷⁵ Os comícios foram organizados e o nome de Yedo Fiúza e Luís Carlos Prestes eram amplamente divulgados. Mas nem sempre era possível aos comunistas terminarem os atos públicos, devido às reações contrárias ao partido. Apesar da legalidade do PCB naquele momento, predominava na *cultura política nacional* o anticomunismo³⁷⁶, com destaque para a ação dos religiosos no combate aos candidatos comunistas no Estado. Na tentativa de realizar um comício em Parnaíba, os comunistas se organizaram em praça pública e foram severamente repreendidos por populares e religiosos. Segundo o jornal *Diário de Notícias*, um grupo católico acompanhado por padres dissolveu o ato com gritos de “morra Rússia” e “abaixo comunismo ateu”.³⁷⁷ Embora não obtendo o mesmo volume de votos que as duas outras siglas, UDN e PSD, o PCB ainda conseguiu 548 votos para Yedo Fiúza em 15 municípios³⁷⁸, assim como 204 votos para Luís Carlos Prestes para deputado federal.³⁷⁹

³⁷⁴ CAMPANHA de insultos. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 25 nov. 1945.

³⁷⁵ O PARTIDO comunista e uma força no Piauí. *Tribuna popular*, Teresina, p. 5, 5 out. 1945.

³⁷⁶ Sobre a cultura política do anticomunismo no Brasil, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002. Sobre o anticomunismo no Piauí, ver: OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960**. 2008. 274 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

³⁷⁷ DISSOLVIDO por um grupo de padres um comício comunista em Parnaíba. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 25 jun. 1945.

³⁷⁸ Ver: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945 a 1994**. 2013. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 3 dez. 2013. Os outros candidatos do PCB que receberam votação no Piauí para o cargo de deputado federal foram: Aldi Mentor Couto de Melo – 283 votos (número maior de votos que os obtidos por Prestes), Odete Vieira da Rocha – 44 votos, José Henrique Call Gonzalez – 16 votos, e Amadeu Higino de Sousa – 01 voto.

³⁷⁹ Alguns dados são importantes para que se possa comparar os votos dados aos comunistas com os obtidos pelas outras siglas no Estado. Os eleitos naquele pleito para a Câmara Federal tiveram a seguinte votação: José Cândido Ferraz (UDN) obteve 27.443 votos; Mauro Renault Leite (PSD) obteve 9.262 votos; Raimundo

No dia 2 de dezembro de 1945, a maioria dos eleitores piauienses deu seu voto ao brigadeiro Eduardo Gomes. Foram 58.739 votos destinados ao candidato *udenista* e 51.229 ao candidato do PSD. Essa vitória foi percebida como uma espécie de revanche pelos grupos que foram por muito tempo excluídos do exercício do poder político no Estado, pois além de proporcionarem a maioria ao Brigadeiro, os *udenistas* conseguiram uma significativa representação federal, elegendo dois senadores, das duas vagas que estavam sendo disputadas (Leônidas Mello era um dos candidatos pelo PSD e perdeu o pleito para Mathias Olympio e Esmaragdo de Freitas), assim como quatro dos sete deputados federais. O PSD elegera os outros três³⁸⁰, dentre os quais um genro do general Eurico Dutra, que teria solicitado o apoio do ex-interventor Leônidas Mello para eleger Mauro Renault a deputado federal pelo Piauí.³⁸¹ Renault foi eleito mesmo sem sequer ter ido ao Estado, situação que serviu como motivo de querela entre ele e os políticos piauienses da UDN durante todo o seu mandato, assim como para algumas piadas em jornais nacionais.³⁸²

No ano seguinte, não houve tempo para pacificação, visto que UDN e PSD se lançaram à disputa estadual. Pelo PSD, o candidato era o coronel Jacob Manoel Gayoso e Almendra³⁸³, indicado pelo presidente do partido Leônidas Mello.³⁸⁴ Na UDN a situação foi um pouco mais complicada. A falta de harmonia entre os partidários para a escolha do candidato – uma vez que o único elemento que unia os vários grupos dentro daquela sigla era

de Arêa Leão (PSD) obteve 8.964 votos; Sigefredo Pacheco (PSD) obteve 8.600 votos; Helvécio Coelho Rodrigues (UDN) obteve 8.345 votos; Antônio Maria de Resende Corrêa (UDN) obteve 5.144 votos; Ademar Soares da Rocha (UDN) obteve 4.046 votos. Para a presidência, Eduardo Gomes (UDN) obteve 58.739 votos e Eurico Gaspar Dutra (PSD) obteve 51.229 (PIAUI. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945 a 1994**. 2013. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 3 dez. 2013).

³⁸⁰ MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996.

³⁸¹ A eleição de Mauro Renault foi motivo para o surgimento do questionamento da lisura do processo eleitoral, em especial nos municípios em que teve maioria, como foi o caso de Barras e José de Freitas, onde o PSD tinha domínio eleitoral. O desconhecimento total da população sobre o candidato, segundo alguns rumores nos jornais cariocas, apontava para algumas suspeitas de fraude eleitoral, como sugere o diálogo retirado do jornal *Diário de Notícias*. Segundo aquele noticioso, alguns senadores estavam conversando sobre colegas que tinham sido eleitos com poucos votos, quando um deles apontou que: “- Mas isso não tem importância, melhor é o que sucedeu com o Sr. Mauro Renault”. “- O líder dos pessedistas piauienses?”. “- Sim. Ele é como o Manoel da canção carnavalesca. Nunca foi ao Piauí, não sabe onde fica o Piauí, não tinha um só eleitor”. “- E como foi eleito?”. “- Bom, eu conto o milagre....”. Ver: ASPECTOS da constituinte. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 13 mar. 1946.

³⁸² Morreu no ano de 1946 o senador eleito pela UDN Esmaragdo de Freitas, e haveria eleição em 1947 para o preenchimento da vaga. O PSD teria lançado, como sugestão inicial, o nome de Mauro Renault como candidato pelo Estado, situação que intensificou o deboche nos jornais cariocas ao seu nome como representante do Piauí. Segundo o *Jornal do Brasil*: “Uma surpresa, o sr. Mauro Renault... Não, não é isso que está pensando [...] o Mauro não pretende ir por agora ao Piauí, também o Piauí é tão longe, passa por Porto Alegre, Buenos Aires, o diabo! Quem não foi até hoje bem que podia deixar para mais tarde. O Mauro Renault vai ser candidato a Senador na vaga de Esmaragdo de Freitas.” (ACONTECEU no Parlamento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 31, 13 out. 1946).

³⁸³ O mesmo coronel Gayoso que será eleito governador na década de 1950 pelo PSD.

³⁸⁴ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976.

a oposição ao ex-interventor e ao *Estado Novo* - fez com que os *udenistas* piauienses buscassem fora de suas fileiras um nome considerado ideal, que juntasse em especial o apoio dos dois inimigos históricos, Mathias Olympio e Eurípedes de Aguiar.

Da mesma forma como ocorrera durante o pleito realizado para a presidência em 1945, as acusações de violência não cessaram. Contudo, naquela eleição a UDN teve um trunfo maior a seu favor, mesmo antes de ter escolhido o nome do seu candidato. Após a emergência da nova Constituição e durante o processo sucessório ocorreu o empastelamento do jornal *O Piauí* e a morte do vigilante Miguel Pedro (Figura 12), fato exaustivamente explorado nos jornais *udenistas*.

Figura 12 – Assassinato do vigilante Miguel Pedro



Fonte: Ao Povo...1946, p. 1³⁸⁵

A imagem anterior foi publicada no jornal *Libertação* e, como apontado anteriormente, esse jornal era financiado pelo deputado federal José Cândido Ferraz, um dos líderes da UDN, sendo produzido por estudantes piauienses que moravam no Rio de Janeiro, e remetido posteriormente ao Estado. A imagem apresentada pelo jornal também foi

³⁸⁵ Assassinato do vigilante Miguel Pedro. Imagem publicada no jornal *Libertação*. Legenda: “Como o desenhista carioca Milton Luz viu o bárbaro trucidamento do vigia Miguel Pedro”. AO POVO do Piauí. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 1, 29 out. 1946.

confeccionada naquela cidade, composta com base nas informações que os jornalistas obtiveram do Piauí. O desenho do assassinato do vigilante foi elaborado a partir de dois relatos: da testemunha que presenciou a entrada do bando de Zezé Leão nas dependências do jornal, mas não presenciou o crime de fato, e também do auxiliar do vigilante Miguel Pedro, Raimundo Pio, que estava no prédio do jornal durante a invasão e que foi ferido durante o confronto. Nesse sentido, duas testemunhas possibilitaram que a imagem sobre o acontecimento fosse construída pelo desenhista carioca Milton Luz. A legenda da foto, no entanto, é um pouco ambígua com relação a isso: “Como o desenhista carioca Milton Luz viu o bárbaro trucidamento do vigia Miguel Pedro”, possibilitando a interpretação de que o desenhista tinha presenciado o assassinato. No desenho, três figuras centrais são representadas. Miguel Pedro está no centro da composição da imagem, ilustrado em tamanho maior que o dos outros dois homens. Foi apresentado como homem humilde, pois torna-se perceptível na imagem o fato de estar descalço, aspecto que o torna dessemelhante a um dos seus algozes, que está de sapatos, simbolizando uma espécie de diferenciação social entre o assassino e a sua vítima. Com o corpo contorcido, Miguel Pedro coloca uma das mãos sobre o peito, enquanto com a outra segura o braço esquerdo do seu executor, sendo atacado traiçoeiramente pelas costas. Tal construção ajuda a compor uma apreensão da luta que foi travada entre os assassinos e o vigilante, e a resistência do último ao ataque desigual que sofreu. O assassino é retratado com o braço direito estendido segurando uma faca, em vias de cravá-la na vítima, e o ato prevalece como o desfecho do desenho. O vigilante ainda olha, com feições de dor, para um outro elemento, que está trajando mangas compridas e quepe, possivelmente uniformizado, que aponta um revólver em sua direção. A figura que está com a arma de fogo aparenta representar um poder “oficial”, entretanto essa questão não fica esclarecida na imagem, pois foi retratado para o público de costas. Ao que parece, os dois homens que atacam Miguel Pedro seriam a ilustração dos poderes atuantes no Piauí daquele momento³⁸⁶, o poder estatal oficial e o poder ilegal da violência, este último, por sua vez, atuando com o apoio do Estado, associado a Zezé Leão e a seus jagunços. O vigilante seria, portanto, o retrato do povo piauiense, massacrado por essas duas forças. Desprotegido, em desvantagem contra a ação dos bandidos e do Estado, cumprindo seu dever de trabalhador simples e resistente às opressões. Foi assim que o jornal construiu a imagem de Miguel Pedro.

³⁸⁶ Mesmo que a ideia central fosse a de representar o assassinato do vigilante, algo que não se pode desconsiderar nesta análise é o caráter partidário daquela imagem, pois o desenho foi apresentado ao público por um jornal da UDN.

Em outras edições, as fotos do velório (Figura 13) e cortejo fúnebre foram publicadas, ressaltando quão atroz era os *pessedistas* por promoverem/apoiarem tal violência. A imagem foi um elemento importante utilizado naquele momento, porquanto em um Estado em que a maioria da população era analfabeta, possivelmente contribuiu para a apropriação de um público mais amplo, auxiliando ainda mais na propagação do episódio. Deve-se ressaltar que a utilização de imagens e clichês ainda era rara à época, o que só demonstra a importância que o caso ganhou, e a necessidade que o jornal tinha de representar de forma mais ampla possível o assassinato.

Figura 13 – Fotografia do velório de Miguel Pedro



Fonte: [Velório...], 1946, p. 8³⁸⁷

Como apontado anteriormente, a UDN estava imersa nos conflitos internos e não tinha lançado o nome de seu candidato até o momento do episódio do empastelamento do jornal *O Piauí*. Contudo, sobre esse processo sucessório, segundo recorda o futuro candidato Rocha Furtado, em entrevista publicada no livro *O que os netos dos vaqueiros me contaram*, o presidente Dutra, preocupado com a situação de disputa e do crescimento das ações de violência no Estado, teria chamado o senador *udenista* Mathias Olympio para propor uma

³⁸⁷ Fotografia do velório de Miguel Pedro, assassinado durante o empastelamento do jornal *O Piauí*, em 1946. Publicada em: [VELÓRIO de Miguel Pedro]. *Libertação*, Rio de Janeiro, p. 8, 30 out. 1946.

pacificação entre os grupos políticos. A primeira tentativa era de que houvesse uma chapa de coalisão entre PSD e UDN, mas diante dos últimos acontecimentos tal ideia tornara-se inviável.³⁸⁸ Logo após o assassinato do vigilante, a UDN lançou seu candidato, buscando indicar um nome “neutro”, ou seja, que não estivesse envolvido nas antigas querelas políticas de líderes dentro do partido, como forma de o processo sucessório ocorrer de maneira menos dramática. Olympio teria levado ao presidente os nomes de quatro candidatos ao governo, que considerava capazes de promover essa pacificação, entre os quais figurava o nome de Rocha Furtado. Tratava-se de um jovem médico humanista, que atendia pobres e, muitas vezes, não solicitava pagamento. Tal postura o tornou muito popular na cidade de Teresina e habilitou o seu nome entre os líderes *udenistas*, que souberam utilizá-la no jogo político, um mês antes da eleição.

Portanto, ressalta-se que a escolha do nome do médico Rocha Furtado se deveu, em grande medida, à impossibilidade de celebração de acordo entre os próprios líderes da UDN local, que preferiam dar maior importância às suas querelas pessoais, ao invés de proporem um programa que resultasse na união do partido e dos correligionários. Tal atitude pode ser compreendida como um elemento constante na *cultura política partidária* piauiense, na qual os interesses pessoais prevaleciam sobre a conjugação de uma ação coletiva ou até mesmo sobre o bem público. Nesse sentido, ao ser considerado um nome neutro e que fora buscado fora da esfera da política partidária, Rocha Furtado revelava-se como uma última tentativa de lançar aos quadros políticos locais alguém jovem, sem experiência, e que pudesse ser facilmente influenciado pelos membros mais antigos das hostes partidárias.

Por fim, acredita-se também que a escolha daquele médico se constituiu sobretudo em razão de sua atuação frente às populações desassistidas da capital, o que acabou, na reta final do pleito eleitoral, capturando parte do afeto popular. Rocha Furtado era bastante estimado entre a população carente de Teresina. Em decorrência do apoio obtido do PCB naquela eleição e de sua ajuda aos mais pobres, recebeu dos seus opositores a pecha de comunista, fato que não abalou sua imagem, como se observou em uma entrevista realizada com uma eleitora de Rocha Furtado³⁸⁹, que visava analisar o anticomunismo no Piauí. Questionada sobre os motivos que levaram Rocha Furtado a ser apontado como comunista, a

³⁸⁸ A proposta é refutada com veemência logo após o empastelamento do jornal *udenista*. Sobre esse aspecto, ver: NEM que seja um anjo. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 30 out. 1946.

³⁸⁹ FERREIRA, José Ribamar. [Telegrama] 17 jan. 1947, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 3 f. Comunica que a recomendação de Paulo Baeta Neves aos trabalhistas do Piauí para que votassem na UDN não está sendo bem aceita por eles e solicitando, sob pena de graves prejuízos, que seja retirada esta ordem. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1947.01.17/02. 1947.

costureira Iracema Torres³⁹⁰ assim respondeu: “ele era muito bom, eu pelo menos tinha um meninozinho lá doente, eu fui lá no consultório dele, levei, contei a história, não faltou nada pra esse menino, era assim que ele fazia, com o pessoal, né? Aí chamavam de comunista. [...] mas queriam dizer que ele fazia aquilo ali comprando as pessoas. Tá entendendo?”³⁹¹ Para a entrevistada, a relação do nome de Rocha Furtado com o comunismo era uma questão de compra de apoio, o médico oferecia seus serviços em troca de apoios futuros, mas o que prevaleceu em sua memória foi a ação positiva do médico, o que ela definiu como bondade.

Em resposta às acusações de comunista lançadas pelo PSD a Rocha Furtado, a UDN reforçava as denúncias de violência praticadas no período do *Estado Novo* e que eram, naquele momento, associadas ao PSD. Tais denúncias foram publicadas nas páginas dos noticiosos apoiados pela UDN, especialmente às vésperas da eleição. Com um discurso extremamente sensacionalista, eram apresentados depoimentos de trabalhadores que sobreviveram às torturas do antigo regime. Em outubro de 1946, o jornal *Libertador* publicou matéria com Luiz Ferreira de Magalhães, mais conhecido como Luiz Enfermeiro, homem que teria sido preso várias vezes entre 1943 e 1945, no Piauí. O trabalhador, segundo narra o jornal, foi detido a primeira vez em 1943, sob a acusação de promover os incêndios em Teresina. Durante os depoimentos, e depois de ter sido brutalmente espancado por vários dias - e de gritar em todas as agressões que era inocente -, Luiz Enfermeiro teria sido obrigado, segundo consta na reportagem, a dizer que o mandante do delito era o líder *udenista* José Cândido Ferraz. Nessa época, alguns outros trabalhadores morreram e outros foram mutilados em decorrência das torturas, mas Luiz Enfermeiro conseguiu sobreviver para dar conta dos atos cometidos pelo governo. Nessa primeira prisão o trabalhador ficou detido durante seis meses e 28 dias.³⁹² Em 1945, Luiz Enfermeiro resolveu fazer campanha para o brigadeiro Eduardo Gomes. Por sua militância foi demitido do cargo que exerceu durante dez anos na prefeitura de Teresina. Convocado pelo interventor, teria travado, segundo o jornal, o seguinte diálogo:

[Interventor Major Vitorino Correia] - Quanto você ganha?

[Luiz Enfermeiro] - 390 cruzeiros.

[Interventor Major Vitorino Correia] - É pouco, não é?

[Luiz Enfermeiro] - Lá que é, é mesmo.

Vitorino, o cínico, ajeita os óculos e garganteia.

³⁹⁰ Iracema Santos Torres foi costureira e trabalhou como garçom na década de 1950 em Teresina.

³⁹¹ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista**: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. 2008. 274 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008, p. 226.

³⁹² UM HOMEM como eu não se vende, “seu” Major. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 30 out. 1946.

[Interventor Major Vitorino Correia] – Você sabe que o nosso partido, o partido do governo, o P.S.D, vai ganhar as eleições?

[Luiz Enfermeiro]– O senhor é que está dizendo, o povo não sabe disso, não. Engulindo [*sic*] em sêco, o tenebroso major continua:

[Interventor Major Vitorino Correia] – Escute aqui: acho que você ganha mesmo muito pouco. Vou falar com o prefeito, para que ele o readmita na prefeitura e aumente seu vencimento para 650 cruzeiros....

Luiz Enfermeiro, humilde filho do povo, levanta a cabeça altiva e fala desassombrado: [Luiz Enfermeiro] – “Seu” Major, o Sr. Está muito enganado. Um homem como eu não se vende por preço nenhum. Fique com seu partido. Que eu fico com o meu. Tenho dignidade e prefiro ficar com os bolsos vazios a estar com a consciência cheia de remorsos.

[Interventor Major Vitorino Correia] – Pense bem – insistia o incrível major – Esse negócio de palavra hoje não vale nada...

[Luiz Enfermeiro] – Depende de quem a diz, “seu” Major...³⁹³

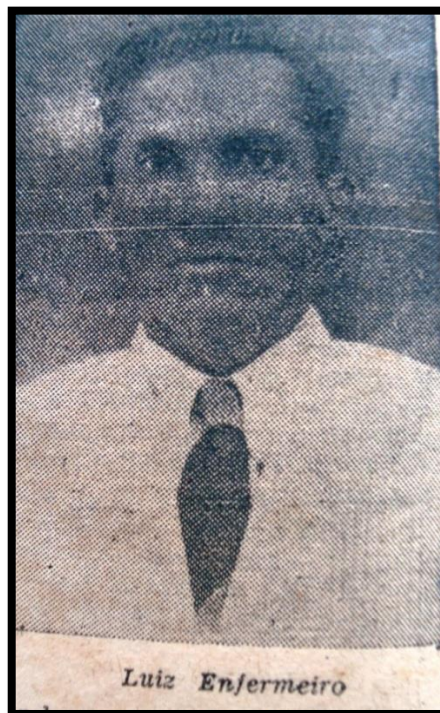
Não se pode confirmar a existência desse diálogo, apenas se pode apontar a militância de Luiz Enfermeiro na campanha de Eduardo Gomes por intermédio de outras fontes.³⁹⁴ Contudo, o diálogo publicado pelo jornal é interessante como forma de se apreender as representações que os *udenistas* faziam de seus opositores para os leitores/eleitores, assim como de se descortinar determinado apoio de elementos populares às candidaturas do partido. A reportagem continua narrando que o major Vitorino Correia, depois da conversa, teria mandado espancar Luiz Enfermeiro, e mais uma vez aquele trabalhador ficaria preso, agora pelas mãos do chefe da polícia Dario Coelho, um dos que, meses depois, seriam acusados do empastelamento do jornal *O Piauí*. Luiz permaneceu dois meses na prisão. Considerado pelos editores do jornal *Libertação* um herói anônimo e símbolo do povo piauiense, ao contar a sua história, o jornal afirmava estar fazendo a esse trabalhador uma justa homenagem. Por outro lado, aquela matéria também era uma convocação ao eleitorado piauiense para que votasse junto com Luiz Enfermeiro (Figura 14) no candidato *udenista* para o pleito estadual, que, segundo o jornal, “[...] comparecerá às urnas no dia 19 de janeiro e votará com a consciência e não com a mão na bolsa. Ele representa o povo livre de nossa terra e o povo livre de nossa terra sabe que não pode ter ‘coalizão’ entre a justiça e o crime. [...] O voto libertará nosso querido Piauí dos seus miseráveis tiranos”.³⁹⁵

³⁹³ UM HOMEM como eu não se vende, “seu” Major. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 30 out. 1946.

³⁹⁴ Após as eleições, no ano de 1947, Luiz Enfermeiro promoveu grande tumulto na Assembleia Legislativa do Piauí, sendo solicitado pelo presidente da Casa, Epaminondas Castelo Branco, ao chefe da Polícia do Estado, que houvesse controle de acesso dos manifestantes à plenária nas sessões posteriores (PIAÚÍ. Arquivo Público. **Documento nº 113/47**: Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Polícia. Data: 14 jul. 1947. Caixa nº 163. Piauí, 1947c).

³⁹⁵ PIAÚÍ. Arquivo Público. **Documento nº 113/47**: Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Polícia. Data: 14 jul. 1947. Caixa nº 163. Piauí, 1947c.

Figura 14 – Fotografia de Luiz Enfermeiro



Fonte: Um homem...,1946, p. 8³⁹⁶

Tais crimes contra os populares tiveram ampla divulgação e repercussão no Piauí. Muitas pessoas, mesmo com o fim do *Estado Novo*, ainda temiam ser associadas aos incêndios que ocorreram durante a interventoria de Leônidas Mello e que até o ano de 1946 ainda ocorriam nas casas dos mais pobres, o que criou uma espécie de rejeição popular aos quadros *pessedistas*, em especial na capital piauiense. O médico psiquiatra Clidenor de Freitas refletiu que tais práticas de violência contra as populações pobres fizeram com que fosse necessário realizar um reforço no ambulatório junto ao Hospital de Alienados para atendimento daquela população carente na cidade de Teresina. Ao analisar a vitória da UDN naquele primeiro pleito, no momento da redemocratização, o médico aponta sobretudo o medo popular dos fatos ocorridos em anos anteriores:

Posso dizer que o estado mental da cidade era de angústia e inquietação. Isso porque, no período de ditadura, além do indivíduo perder a casa, se fosse reclamar às autoridades seria preso, torturado e banido do estado. E ainda havia o agravamento de estarmos num período de guerra, quando as dificuldades eram ainda maiores. Daí a explosão de entusiasmos na queda da ditadura e na deposição de Leônidas Mello. Isso contribuiu para que Teresina se tornasse uma cidade de oposição, onde os ex-governantes fossem derrotados na primeira eleição livre realizada.³⁹⁷

³⁹⁶ Foto de Luiz Enfermeiro publicada no jornal *Libertação*: UM HOMEM como eu não se vende, “seu” Major. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 30 out. 1946.

³⁹⁷ CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007, p. 82.

As lembranças dos incêndios e a sua relação com a política no Piauí levaram, como aponta o psiquiatra Clidenor de Freitas Santos, a uma tensão psicológica social constituída pelo medo da ocorrência de novos incêndios e, sobretudo, das violências praticadas pelo próprio aparato militar do Estado contra os pobres. Nesse sentido, o medo das arbitrariedades também deve ter contribuído para que o nome de Rocha Furtado tivesse boa aceitação social, mesmo contando com o apoio do Partido Comunista no Piauí.³⁹⁸ A adesão dos populares pode ser compreendida como uma forma de recusa à permanência daquela condição social e política.³⁹⁹ Pode-se apontar ainda que era nos períodos eleitorais que essa sensibilidade popular afluía em forma de sentimento (medo, alegria, tristeza, raiva, etc.) e votos, portanto, era particularmente nesses momentos que o apoio popular aos candidatos era originado, por aspirações e temores, gerando uma interlocução, ainda que momentânea, entre os partidos políticos e as camadas populares. Nesse sentido, a *cultura política partidária* juntava-se à *cultura política popular*, e nesse cruzamento abria-se o evidente espaço de aproximação entre as duas esferas, para, em seguida, haver novo distanciamento.⁴⁰⁰

Aquele pleito resultou em 55.650 votos para o candidato *udenista* e em 51.183 para o *pessedista*.⁴⁰¹ Entretanto, apesar da vitória, a administração de Rocha Furtado não foi fácil, primeiramente porque não conseguiu a maioria de deputados apoiadores na Assembleia Legislativa. Segundo suas memórias, a truculência da oposição do PSD e a fúria dos derrotados lançaram-no no que definia como um quadro primitivo:

Quando entrei na política já era frequentador assíduo de Machado de Assis, Eça de Queiroz, Shakespeare, Goethe, Ibsen, Carlyle e de vários outros espíritos. Então, eu tinha aquele lastro, aquela formação cultural. Quando eu entrei naquele pantanal que foi a política piauiense e me vi cercado por aquele grupo de indivíduos primários, agressivos, muitos deles quase analfabetos, tive que parar e pensar. *O que eu vou fazer diante dessa gente? Não posso me desesperar porque a posição em que me encontro não comporta desespero nem desânimo.*⁴⁰²

³⁹⁸ PCB e as candidaturas aos governos do Mato Grosso e Piauí. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 2, 17 jan. 1947.

³⁹⁹ Segundo Jean Delumeau, o medo nos comportamentos de grupos sociais contemporâneos “[...] ganha então significado menos rigoroso e mais amplo do que nas experiências individuais, e esse singular coletivo recobre uma gama de emoções que vai do temor e da apreensão aos mais vivos terrores. O medo é aqui o hábito que se tem, em um grupo humano, de temer tal e tal ameaça (real ou imaginária)” (DELUMEAU, Jean. **A história do medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 32).

⁴⁰⁰ Ver: BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-366, p. 354.

⁴⁰¹ Dados do TRE-PI, no site. PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945 a 1994**. 2013. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

⁴⁰² DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010, p. 244.

Talvez o quadro apresentado pelo governador registrasse certo exagero sobre a falta de instrução dos *pessedistas*, mas não na ideia de violência no que se refere aos seus opositores. Por outro lado, o próprio partido do governador eleito, autodenominado de “Partido dos Bacharéis”, reproduzia métodos de perseguição política tão comuns no exercício da política local quanto os dos oponentes. Assim, enquanto alguns líderes da UDN falam na necessidade de pacificação nacional, seguindo a política proposta por Dutra⁴⁰³, os *udenistas* piauienses, ansiosos pelo exercício do poder político há muito esperado, iniciaram várias perseguições aos opositores, configurando aquilo que Victor Nunes Leal definiu como “para os amigos pão, para os inimigos pau”⁴⁰⁴. Demissões e remoções eram publicadas todos os dias nos diários oficiais, sendo recebidas com muito desgosto pelos *pessedistas* e por todos os prejudicados durante a caça às bruxas. Segundo recorda o *udenista* Raimundo Wall Ferraz⁴⁰⁵, o espírito de revanche dos partidários da UDN tomou conta da Administração Pública.

De repente, todos aqueles que exerciam cargos importantes passaram a ser remanejados. Pais de família que tinham 10 anos no cargo, em determinada cidade, se viam transferidos para locais bem distantes, sem ter como levar mulher, filhos, móveis, tampouco arrumar uma casa para morar na nova cidade. Sem contar com as dificuldades de transporte. Foram transferidos de coletores a fiscais de renda; de delegados de polícia a professores primários, passando por médicos... Enfim, grande parcela daqueles que haviam participado da administração pública durante o período ditatorial. Diziam os políticos chegados ao poder que era preciso eliminar qualquer resquício da ditadura e, por isso, tudo que fosse da administração Leônidas Mello tinha que sair.⁴⁰⁶

O revanchismo político acontecia quando um governo de oposição ganhava a eleição. Rapidamente eliminavam-se dos cargos públicos os apoiadores do governo que saíra da administração, premiando-se, por seu turno, os que apoiaram os candidatos vencedores, ou, como disse o ex-governador Pedro Freitas, “era moda: quem estava de cima não dava a quem estava de baixo”⁴⁰⁷. Segundo os historiadores Klésio Vieira Brasil e Rosângela Assunção, o *empreguismo*, praticado pelos governos no estado do Piauí, não era uma característica

⁴⁰³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 73.

⁴⁰⁴ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 60.

⁴⁰⁵ Raimundo Wall Ferraz nasceu em Teresina em 1932 e faleceu em São Paulo em 1995. Foi professor e ingressou na política na década de 1950. Foi prefeito de Teresina por três mandatos. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 135-136.

⁴⁰⁶ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Wall Ferraz: pequeno roteiro biográfico. In: _____ et al. (Org.). **Wall Ferraz: o homem e o estadista**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1995. p. 9-54, p. 12.

⁴⁰⁷ DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 171.

singular dessa região do País, podendo ser considerado “um dos males históricos da política brasileira”⁴⁰⁸. No Piauí, por sua vez, tal situação se potencializava por ser um estado pobre, que não tinha área industrial e em cujo campo prevalecia a agricultura de subsistência. Nesse sentido, Brasil e Assunção afirmam que “Durante muito tempo, essa foi a maior preocupação dos governantes: acomodar os aliados.”⁴⁰⁹

Apesar da arrumação nos cargos públicos pelos *udenistas*, a maioria dos deputados estaduais eleitos naquele ano de 1947 era do PSD, e essa sigla ainda contava com o apoio do único candidato eleito pelo PTB. Desse modo, o governo ficou sem a maioria necessária para aprovação de seus projetos, permanecendo, na maior parte da gestão, quase na impossibilidade de governar. Os *pessedistas* tentaram de todas as formas desestabilizar o governo Rocha Furtado: solicitaram várias intervenções federais no Estado; fizeram um pedido de *impeachment*; cortaram verbas de caráter social com o intuito de prejudicar a imagem do governador, como, por exemplo, os recursos destinados à colônia de hanseníase e ao hospital psiquiátrico; e, por fim, aprovaram uma constituição estadual que teve vários artigos considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.⁴¹⁰ Segundo Rocha Furtado, naquele momento teria sofrido perseguições de toda sorte, chegando mesmo, segundo recorda, a receber bilhetes com ameaças de morte.⁴¹¹

Compreende-se que a administração do governador *udenista* foi dificultada pela Assembleia Legislativa, e também pelo fato de o Piauí ter entrado em uma grande crise econômica em decorrência da brusca queda das exportações de Cera de Carnaúba, um dos principais produtos em torno do qual girava a economia do Estado. Para reforçar o quadro de instabilidade, em meio à crise financeira, a Assembleia resolveu aumentar os vencimentos de vários setores e criou novos cargos, despesas que o Estado não conseguiu suportar. No entanto, um dos aspectos que tornou o governo de Rocha Furtado bastante impopular foi o grande atraso do pagamento do funcionalismo do Estado.⁴¹² Sobre a situação em que o Estado

⁴⁰⁸ O empreguismo era política de geração de empregos para os vencedores políticos. Ver: BRASIL, Klésio Vieira; ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Jacob Gayoso: o desenvolvimento do Piauí como desafio. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). **Governos e políticas públicas: a experiência do Piauí**. Rio de Janeiro: Booklink, 2009. p. 80-111, p. 99.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 99.

⁴¹⁰ FURTADO, José da Rocha. **Memórias e depoimentos**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 43.

se encontrava naquele momento, o jornalista *pessedista* José Lopes dos Santos⁴¹³ assim refletiu:

A situação do Estado era das piores, em termos de desentendimento político; quem não rezasse na cartilha udenista se tornava alvo de perseguições de toda ordem, não raro com derramamento de sangue e vítimas fatais. Era difícil conciliar a família e a sociedade piauiense. Em cada município os adversários se transformavam em adversários ferrenhos. O Estado vivia em extrema dificuldade financeira, pagando mal, e com atraso, os seus servidores, inclusive a magistratura.⁴¹⁴

A violência chegou ao Legislativo estadual. Em meio às tentativas de andamento dos trabalhos da Casa, não eram raras as ocorrências de tumultos de partidários políticos durante as sessões.⁴¹⁵ Em documento encaminhado pelo presidente da Casa Legislativa, Epaminondas Castelo Branco, ao chefe da Guarnição Federal que atuava no Estado, o deputado solicitava apoio para conter a presença de indivíduos armados que entravam no recinto para promover incidentes durante as sessões.⁴¹⁶

As diferenças que pareciam irreparáveis entre as duas siglas, UDN e PSD, continuaram gerando vários casos de violência, que eram trazidos ao recinto por intermédio de telegramas encaminhados aos parlamentares pelos seus partidários do interior, como foi o caso de José Alves de Oliveira, *pessedista* da comunidade de Feitoria, localizada na cidade de São Pedro do Piauí, que foi espancado por dois policiais, sendo “espaldeirado a coices de fuzil”, e “[...] ficou com a garganta cortada a sabre e os braços quebrados”⁴¹⁷. Segundo José Gayoso Freitas, em seu livro de memórias, naquele momento os problemas políticos envoltos pela extrema violência no Piauí chamavam a atenção dos cronistas nacionais como Austregésilo de Athayde, J.E. de Macedo Soares, Danton Jobim, Murilo Marroquim, entre outros, que escreviam artigos no Rio de Janeiro e em São Paulo sobre a situação local. A conjuntura era de tal maneira difícil que o governo federal passou a enviar observadores ao Estado, alguns com a missão de promover uma pacificação política.⁴¹⁸

⁴¹³ José Lopes dos Santos. Jornalista, escritor e político. Nasceu em 1919 em Ipeueiras (CE). Na política foi prefeito municipal de São Miguel do Tapuio (PI), secretário de estado do governo, e também exerceu as funções de procurador-geral da República e juiz do Tribunal Regional Eleitoral. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 301-302.

⁴¹⁴ SANTOS, José Lopes dos. **Política e outros temas**. Teresina: Gráfica Mendes, 1991, p. 752.

⁴¹⁵ PIAUÍ. Arquivo Público. **Documento nº 70/47**: Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Polícia. Data: 18 jun. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947a.

⁴¹⁶ PIAUÍ. Arquivo Público. **Documento nº 118/47**: Requerimento ao Ilmo. Sr. Comandante Geral da Força Policial. Data: 16 jul. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947d.

⁴¹⁷ PIAUÍ. Arquivo Público. **Documento nº 97/47**: Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Polícia. Data: 18 jun. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947b.

⁴¹⁸ FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: [s.n.], 1999, p. 60-61.

A experiência na Administração Pública e na política partidária local foi de tal modo traumática para Rocha Furtado que em 1951, terminado o mandato, o ex-governador, mesmo sendo piauiense, foi embora do Estado e instalou-se em Fortaleza, segundo ele, para fugir de possíveis contatos políticos e nunca mais se candidatar a qualquer cargo.⁴¹⁹

Tornando a situação mais complicada, logo após o fim do mandato do Poder Executivo estatal, a UDN, mais uma vez pela falta de entendimento entre suas lideranças, não conseguiu rapidamente se articular para lançar o sucessor de Rocha Furtado. Por outro lado, o PSD derrotado no pleito de 1947 já estava preparado, e havia apontado o nome de Pedro Freitas, rico comerciante no Estado, e amigo pessoal do ex-interventor Leônidas Mello. Uma das razões da indicação do nome de Pedro Freitas, segundo Leônidas, para além do seu “caráter e de sua simplicidade”, era o fato de que no ano de 1945, quando saiu da interventoria, passando por uma crise financeira, teria recebido de empréstimo o valor de 3 contos de réis do seu amigo. Em suas palavras, “o dinheiro foi pago, mas deixou em mim gratidão que ainda hoje perdura”⁴²⁰. Como se pode verificar, as relações pessoais entre os líderes tinham forte peso nas decisões finais dos partidos. Por outro lado, nas fileiras *udenistas*, a necessidade de conciliação fez com que os partidários recorressem a um nome conhecido no Estado, o ex-governador Eurípedes de Aguiar.

Todo o processo eleitoral não diferiu dos anteriores, sendo também marcado por ameaças, violência física e simbólica. Segundo Rosângela Assunção, o *pessedista* Pedro Freitas “venceu as eleições num dos pleitos mais acirrados do Estado do Piauí. Pedro Freitas venceu com 74.768 votos, seguido de Eurípedes de Aguiar com 73.429 votos”.⁴²¹ Na ocasião, voltava para a Administração Pública o grupo que havia se beneficiado com o *Estado Novo*. Para o ex-governador Rocha Furtado, “Quem conhece a política piauiense sabe que o Dr. Eurípedes Aguiar foi eleito governador, porém o Tribunal Regional Eleitoral deu vitória ao Sr. Pedro Freitas”⁴²², fato que não se pode averiguar.

Com a promessa de pacificação da política local, o *Coronel* Pedro Freitas foi eleito e, de forma menos visível na imprensa, a violência política entre os partidos aparentemente diminuiu. Pedro Freitas pautaria seu governo pela ideia de *conciliação* e *moderação*, elementos que constavam, segundo Lucia Hippolito, no manual do “bom

⁴¹⁹ DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

⁴²⁰ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976, p. 403.

⁴²¹ ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 43.

⁴²² FURTADO, José da Rocha. **Memórias e depoimentos**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990, p. 213.

pessedista”⁴²³. Para o *udenista* Wall Ferraz, o primeiro governo *pessedista* no Estado poderia ser denominado como “[...] pessedismo em ação. Pessedismo que lutava muito bem para se manter no poder, custasse o que custasse o modo de fazer política através de conversas, de aliciamento. Ele refletia, de certa forma, o que havia no plano nacional [...]”⁴²⁴.

Com aquela gestão, os ânimos poderiam até ter arrefecido na capital, mas mantinham-se acirrados em outras partes do Estado, pois há indícios de que no interior do Piauí as disputas entre os correligionários *pessedistas e udenistas* continuavam intensas.⁴²⁵ Para a historiadora Rosângela Assunção, a suposta moderação também não ocorreria com os mais pobres, pois o Estado ainda se utilizava da violência como recurso importante de sustentação do governo. Em discurso promovido na Assembleia, o deputado Agenor de Almeida⁴²⁶ relatava o tratamento dispensado aos trabalhadores no governo Pedro Freitas: “O Deputado Agenor Barbosa de Almeida (PSP) fez pronunciamento a respeito da administração do Governador Pedro Freitas, referindo-se aos vários fatos como a ação violenta da polícia contra os habitantes do subúrbio da Capital e à falência da Companhia de Fiação dos Tecidos Piauienses que colocou no desemprego quase 600 operários.”⁴²⁷

No plano social, a indiferença com as condições de existência dos mais pobres também pode ser considerada um ato de violência, em especial quando praticado pelos governantes. Tal apatia governista produziu a versão piauiense de um boato francês. O boato na França do Antigo Regime funcionava como uma eficiente mídia para circular informações da monarquia para o povo⁴²⁸, de tal forma que um dos boatos mais poderosos foi atribuído à Maria Antonieta, e sua propagação contribuiu para culminar na aversão popular pelo regime monárquico. Em um passeio, Maria Antonieta teria perguntado o porquê do flagelo de alguns pobres que havia avistado, e seu servo teria respondido que o povo estava sem pão, tendo a rainha prontamente respondido: “Se não têm pão, que comam brioche”. A versão piauiense

⁴²³ HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). 2. ed. Rio de Janeiro, 2012, p. 50.

⁴²⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Wall Ferraz: pequeno roteiro biográfico. In: _____ et al. (Org.). **Wall Ferraz**: o homem e o estadista. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1995. p. 9-54, p. 13.

⁴²⁵ Demerval Lobão, deputado eleito para o pleito de 1950-1955, leu em plenário alguns telegramas encaminhados por correligionários relatando os episódios de violência pelo interior do Estado. Ver: LENDO telegramas do município de Buriti dos Lopes e Marvão sobre violência contra correligionários. **Diário do Congresso**, 26 jun. 1951, publicado em 27 jun. 1951, p. 4453; VIOLÊNCIAS policiais no Piauí. **Diário do Congresso**, 25 set. 1951, publicado em 26.04.1951, p. 8646.

⁴²⁶ Para referência sobre Agenor Almeida ver página 20, nota 56.

⁴²⁷ GOMES, José Airton Gonçalves. O legislativo Piauiense apud ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 44.

⁴²⁸ DARTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o Século XVIII. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

desse episódio se deu em decorrência do elevado preço da carne durante o período do governo de Pedro Freitas, denominado pelos jornais oposicionistas de Pedro Maxixe. Quando se observou a utilização dessa alcunha, buscou-se compreender o seu porquê. Na obra que rememora a trajetória política do seu pai, Genu Moraes revela que essa denominação foi atribuída a Pedro Freitas depois que recebeu uma comissão de representantes de movimentos organizados solicitando medidas do governo para baixar o preço do produto, e ofereceu como resposta que “quem não pode comer boi, pode comer bode, ou maxixe”⁴²⁹.

Pobreza, estagnação social, políticos exercendo suas funções longe das esferas populares, violência, entre outros elementos, compunham o quadro em que se encontravam inseridos PSD e UDN no Piauí. Contudo, foi durante o governo de Pedro Freitas que aquele dualismo começou a ruir, passando o Partido Trabalhista Brasileiro a disputar espaços reais na política local. E é sobre o PTB no Piauí que se vai deter no próximo tópico.

3.2 PTB no Piauí: um breve itinerário (1946-1958)

“Querer fazer acôrdo político no Piauí, de outra forma, é malhar em ferro frio⁴³⁰, porque os nossos partidos políticos não possuem substância doutrinária, e só existem em razão do interesse meramente partidário e com o simples objetivo de alcançar o poder ou nele permanecer.”⁴³¹

Diferentemente do que ocorreu com o PSD e a UDN, quando grupos rapidamente se identificaram e se instalaram em cada uma das siglas como facções contrárias ou apoiadoras ao *Estado Novo*, com o PTB não houve uma organização tão rápida e específica no Piauí. Em dezembro de 1945, enquanto *udenistas* e *pessedistas* já haviam disputado aguerridamente as eleições presidenciais no Estado, ainda se especulava sobre a organização dos trabalhistas em nível local, como se pode observar em carta enviada pelo partidário do PSD, operário Raimundo Ney Baumann, ao ex-presidente Getúlio Vargas, nos dias finais daquele mesmo ano. Tendo como uma das razões principais as felicitações ao líder pela vitória em vários Estados, como senador e deputado federal, Baumann passou a apresentar, em linhas gerais, o objetivo mais concreto da sua mensagem. Em breve relato sobre o seu histórico político, o operário descrevia o apoio dos trabalhadores à sua candidatura na década de 1930, que o fizeram sair da “humilde tenda de ferreiro” e alcançar a posição de vereador. O

⁴²⁹ KRUEL, Kenard (Org.). **Eurípedes de Aguiar**: escritos insurgentes. Teresina: Zodíaco, 2011, p. 149.

⁴³⁰ Expressão popular que significa “perder tempo com algo que não vai mudar”, “fazer esforço inutilmente” ou “tentar solucionar um problema sem solução”.

⁴³¹ CUNHA E SILVA. Acôrdo. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 10 set. 1953.

ex-vereador narrou ainda que, quando Vargas extinguiu os mandatos em 1937, o interventor Leônidas Mello o havia indicado ao cargo de Fiscal no Departamento de Municipalidades. Nos anos seguintes seguiu administrando alguns municípios piauienses, o que teria propiciado “a formação de uma corrente política” sob a sua alçada. Diante de tal experiência, Baumann acreditava ser o nome ideal para organizar o PTB no Estado, como sugere a carta:

Com a saída de V. Ex. da Presidência da República no dia 29 de outubro, começou a aparecer nessa capital o pronunciamento de elementos estranhos as Classes Trabalhadoras procurando catequiza-las para a fundação neste Estado do Partido Trabalhista Brasileiro secção do Piauí. Como até o presente continuo merecendo o apoio e confiança dos Trabalhadores do meu Estado e não desejando que a nossa política seja desviada do caminho traçado por V. Ex., é que tomo a liberdade de expor, consultar e declarar a V. Ex. o seguinte: Os meus companheiros Trabalhadores do Piauí me consideram líder da classe e vimos acompanhando o “Partido Social Democrático secção do Piauí” sob a chefia do Dr. Leônidas Melo, desejamos de acordo com o mesmo, fundar neste Estado o “Partido Trabalhista Brasileiro secção do Piauí”, mas, só o faremos com uma homenagem sincera a V. Ex., em que reconhecemos verdadeiro amigo do Operariado brasileiro. Por este motivo desejamos receber a orientação direta de V. Ex., para realizarmos [*sic*] nesta capital a instalação do PTB.

Não desconheço que na Capital Federal está a comissão executiva do Partido Trabalhista, entretanto, o variado noticiário dos Radios, as notícias desencontradas dos jornais estabelecendo confusão na política Nacional, impõe aos Trabalhadores do meu Estado o dever de só tomar qualquer iniciativa neste sentido após recebermos pronunciamento de V. Ex., - única palavra que merece fé e confiança para as Classes Trabalhadoras. Aguardando urgente resposta, aproveito o ensejo para em nome dos Trabalhadores do Piauí apresentar à V. Ex. os sinceros votos de feliz Natal e ano novo.

Respeitosas Saudações

Raimundo Ney Baumann⁴³²

O operário, que se encontrava nas hostes *pessedistas*, possivelmente escreveu a carta com o aval político do ex-interventor Leônidas Mello, que menciona no corpo do texto, solicitando ao então senador eleito Getúlio Vargas apoio para articular a sigla trabalhista no Estado. A mensagem ainda fornece indícios de que em fins de 1945 já havia uma comissão estabelecida por outro grupo para a formação do PTB local, cuja composição se infere tenha sido ordenada pela presidência nacional do partido. Contudo, no que se refere à participação dos trabalhadores/populares na formação do PTB, sabe-se que no Piauí ocorreu algo diferente do havido na grande maioria dos estados brasileiros, que contaram com o movimento

⁴³² BAUMANN, Raimundo Ney. [Carta] 20 dez. 1945, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. Felicitando pelo resultado das eleições e pedindo orientação para formação do PTB no Piauí. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GVC 1945-12.20/02. 1945.

Queremista na criação da sigla em suas várias seções estaduais.⁴³³ No caso piauiense, não houve intenso apoio a Vargas vindo das forças populares durante a transição democrática, ocorrendo, talvez por isso, uma demora mais prolongada para a criação da sigla em âmbito local. Para não se incorrer em injustiça e afirmar categoricamente que não se encontraram indícios da existência do movimento *Queremista* no Piauí, identificou-se que, em junho de 1945, alguns comunistas cearenses, apoiados pelos piauienses, tentaram promover um evento em favor do presidente Getúlio Vargas na cidade de Parnaíba, que, segundo o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, teria sido dissolvido por um enorme grupo de religiosos:

Advertência

Expressiva multidão, calculada em três mil pessoas, acaba de dissolver, na cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, entre vivas a Cristo Rei, um comício bolchevista da caravana “queremista” do Ceará que até ali fôra desafiar à frente da matriz local, os sentimentos católicos da respectiva população.⁴³⁴

Contando com o apoio dos comunistas cearenses e articulado pelos comunistas piauienses, o evento *Queremista* teria sido repellido em Parnaíba por indivíduos ligados à Igreja Católica. Destaca-se que a reportagem enfatiza mais o fato de que grupos comunistas organizaram o evento do que o de se tratar de uma manifestação *queremista* em si. Nesse sentido, tal movimentação articulada por aqueles grupos de esquerda teria sido percebida como uma afronta à cultura católica local, em especial porque a praça na qual o evento deveria ser realizado, a conhecida “Praça da Graça”, era cercada por duas igrejas, a de Nossa Senhora das Graças e a de Nossa Senhora do Rosário, e para além dessa questão espacial, havia o forte anticomunismo religioso que fazia parte da *cultura política popular*.⁴³⁵ Deve-se destacar também que essa manifestação *queremista* foi localizada em Parnaíba, cidade singular na organização sindical dos trabalhadores no Piauí.

Desde o início do século XX, os sindicatos compuseram parte importante do cenário social parnaibano, em razão da zona portuária. Não obstante, muitos daqueles que se encontravam filiados aos sindicatos em outras regiões do Estado preferiram, nos anos de 1945 e 1946, militar nas hostes do PSD ou da UDN. Com relação ao PSD, pode-se observar tal

⁴³³ FERREIRA, Jorge. Quando os trabalhadores “QUEREM”: política e cidadania na transição democrática de 1945. In.: _____ (Org.). **Imagário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005c. p. 19-96.

⁴³⁴ ADVERTÊNCIAS. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 26 jun. 1945.

⁴³⁵ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960**. 2008. 274 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

adesão tanto na carta de Ney Baumann enviada a Getúlio⁴³⁶ quanto no depoimento do operário da construção civil Antonio Vieira Sales, que se tornou líder classista e representante dos trabalhadores na Assembleia durante a década de 1930: “O Getúlio criou o PTB [...] era o partido dos operários, mas aqui no Piauí não teve muita coisa [por]que já estava do lado de lá [...] eu, Lino e Narciso Correia Lima, pra onde nós ia aquela turma confiava na gente [...] mas sempre trabalhando com o PSD que era recomendação do Getúlio.”⁴³⁷ Muitos trabalhadores também se dedicavam ao partido do brigadeiro, como se observou no telegrama publicado no jornal carioca *Correio da Manhã*, revelando uma relação de mais de 50 operários que apoiavam a UDN no Piauí.⁴³⁸ O que se pode concluir, mesmo que por pequenos indícios, é que os trabalhadores (sindicalizados ou não), ante a inexistência de um partido trabalhista pelo qual se sentissem representados na primeira eleição estadual, ocorrida em 1945, confiaram seu voto à UDN ou ao PSD. O PCB apresentou-se como uma terceira via menos expressiva.

A partir da análise dos dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Piauí constatou-se que na votação de 1945 não houve votos destinados a Getúlio Vargas.⁴³⁹ Esse fato foi motivo de gozação em alguns jornais nacionais, dentre eles o carioca *Correio da Manhã*, segundo o qual “No Piauí a situação do trabalhismo é ainda menos favorável. O Sr. Getúlio Vargas, cabeça de chapa dêsse partido, não obteve voto sequer [*sic*]. Cambio a zero[?] na terra que o boi morreu.”⁴⁴⁰ Pode-se observar que havia, por parte de um número expressivo de indivíduos, rejeição à figura de Vargas no Piauí. Em parte, considera-se que essa rejeição a Vargas e a tardia formação do PTB devem-se a um somatório de razões que se tentará pontuar. Em primeiro lugar, não há indícios da existência de um movimento *Queremista* no Piauí.⁴⁴¹ No que se refere ao corpo documental encontrado, verificou-se apenas um único comício organizado por comunistas cearenses e piauienses, que foi dissolvido por católicos na

⁴³⁶ BAUMANN, Raimundo Ney. [Carta] 20 dez. 1945, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. Felicitando pelo resultado das eleições e pedindo orientação para formação do PTB no Piauí. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GVC 1945-12.20/02. 1945.

⁴³⁷ ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 58.

⁴³⁸ A CANDIDATURA democrática do Piauí. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 26 abr. 1945.

⁴³⁹ PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945: resultado geral por cargo**. 1945. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1945>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

⁴⁴⁰ PTB, Getúlio Vargas – zero, no Piauí. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 16, 27 dez. 1945.

⁴⁴¹ Alguns historiadores piauienses apontam para uma tentativa de “getulização” do Estado Novo no Piauí, seguindo o que apontou Angela de Castro Gomes sobre o projeto *estadonovista* de construir uma Cultura Histórica relacionada ao ditador mediante comemorações cívicas, solenidades e inaugurações. Ver: AGUIAR JR., José de Arimatéa Freitas; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Getulização do Estado Novo no Piauí: comemorações cívicas, solenidades e inaugurações. In: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de; SOUSA, Ítalo Cristiano Silva e. **Olhares de Clio: cenários, sujeitos e experiências históricas**. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 141-152.

cidade de Parnaíba. Apesar da repercussão desse episódio, não existem outros indícios contundentes da propagação de tal manifestação no Estado. Nesse sentido, e como alguns estudos apontam, o *Queremismo* foi fundamental para a articulação inicial do PTB em várias regiões do País, mas sobretudo foi um movimento significativo para definir o pacto entre segmentos trabalhadores, a figura de Getúlio Vargas e o PTB, o que não ocorreu no Piauí.⁴⁴²

Um segundo ponto, crê-se que o mais relevante, é a associação da figura de Vargas a Leônidas Mello, que, conforme se viu, saiu do governo com sua imagem um tanto quanto desgastada, desaprovado com veemência por boa parte da população. Possivelmente o desdobramento dessa condição tenha recaído sobre Getúlio Vargas e o *Estado Novo*. Para Genu Moraes, filha do ex-senador Eurípedes de Aguiar, um dos fundadores da UDN no Piauí, o comportamento de Leônidas Mello era visto como “reflexo do ditador Vargas”⁴⁴³. Segundo o historiador Francisco Alcides do Nascimento, no Piauí, assim como em boa parte do Brasil, a UDN nasceu sobre o signo da oposição ao getulismo e a tudo que ele representava, embora tenha principalmente sido a forma encontrada “por [...] homens, mulheres, adultos e adolescentes [...] [de] dizer não ao autoritarismo do Estado Novo”⁴⁴⁴, visto que, como observado no tópico anterior, foi a grande vitoriosa no Piauí no ano de 1945. Quando ocorreu o esfacelamento do *Estado Novo*, a campanha movida pela UDN foi intensa, tanto contra o interventor Leônidas Mello quanto contra a figura de Getúlio Vargas. Um dos desembargadores aposentados compulsoriamente durante a interventoria *estadonovista* lançou na capital, Teresina, no ano de 1945, um panfleto cujo trecho inicial, segundo o jornal *Correio da Manhã*, trazia a seguinte frase: “livrai-nos da calamidade getuliana”.⁴⁴⁵

O último aspecto que se aponta como parte importante para se compreender a rejeição a Getúlio Vargas reside no limitado alcance das leis trabalhistas no Piauí. Como se sabe, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) apenas foi aplicada aos trabalhadores sindicalizados. No Piauí os números são bastante obscuros, pois até 1935, nos relatórios do Tribunal Regional Eleitoral, por exemplo, no momento da realização da eleição classista

⁴⁴² FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-46.

⁴⁴³ CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007, p. 107.

⁴⁴⁴ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Wall Ferraz: pequeno roteiro biográfico. In: _____ et al. (Org.).

Wall Ferraz: o homem e o estadista. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1995. p. 9-54, p. 11.

⁴⁴⁵ A CANDIDATURA de Eduardo Gomes no Piauí. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 1º jun. 1945.

havia apenas um único sindicato no Piauí com situação regular no Ministério do Trabalho.⁴⁴⁶ Deveriam haver outros, possivelmente, mas a existência de apenas um único sindicato regulamentado pode apontar indícios da dificuldade de se arregimentar os trabalhadores em torno dessas organizações. No período de 1941 a 1958, esse número aumentou expressivamente, mas comportava apenas trabalhadores das cidades mais urbanizadas. Ao total existiam no Piauí 91 sindicatos, dentre os quais 55 eram de trabalhadores e 36 eram patronais.⁴⁴⁷ Em muitos casos, o fato de esses trabalhadores serem sindicalizados ainda não fazia com que os patrões cumprissem as leis, como será visto no próximo capítulo. Mas a grande questão que se deve ressaltar é a de que os trabalhadores piauienses, em sua imensa maioria, não recebiam os benefícios da CLT, sobretudo porque o espólio trabalhista de Vargas agia muito mais nas áreas urbanas e industrializadas do que sobre as regiões rurais, espaço de trabalho predominante no Estado. Nesse sentido, prevaleceu sobre a figura de Getúlio a atuação do interventor e a forte repressão política aos segmentos mais pobres.⁴⁴⁸

Um fato curioso, que pode mostrar indícios sobre a questão da rejeição ao getulismo na capital piauiense, ocorreu no ano de 1946. O jornal *udenista Libertação* promoveu campanha para dar outro nome à principal avenida da capital, que durante o *Estado Novo* tinha recebido a denominação de Getúlio Vargas. Segundo o noticioso, o povo piauiense havia acolhido com entusiasmo tal campanha, pois para os articulistas, a homenagem que havia sido ofertada ao “pai”⁴⁴⁹ de Leônidas Mello caía muito bem para denominar uma de suas fazendas, mas não a principal avenida de Teresina, cidade que havia, segundo o jornal, “repelido o *queremismo*”. Com o intuito de modificar a denominação do logradouro, o *Libertação* publicava cupons que deveriam ser recortados pelo leitor e

⁴⁴⁶ ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

⁴⁴⁷ Os dados sobre os sindicatos no Piauí, entre 1941 a 1958, são: 1. Parnaíba - 26 sindicatos de trabalhadores e 17 sindicatos patronais; 2. Teresina – 25 sindicatos de trabalhadores e 10 sindicatos patronais; 3. Floriano - 2 sindicatos de trabalhadores e 2 sindicatos patronais; 4. Campo Maior - 1 sindicato de trabalhadores e 2 sindicatos patronais; 4. Piri-piri – 2 sindicatos patronais; 5. Luzilândia – 1 sindicato de trabalhadores; 6. Oeiras, Picos e Piracuruca – 1 sindicato patronal. Em Parnaíba os sindicatos giravam em torno do PTB e em Teresina, da UDN. Ver: MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996, p. 111.

⁴⁴⁸ Sobre a forte repressão aos segmentos empobrecidos durante a era Vargas, destacam-se os estudos do professor Frederico de Castro Neves a respeito da seca e as políticas emergenciais geradas no período, que fomentaram a criação de campos de concentração no Ceará. Ver: NEVES, Frederico Castro. *Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-119, 2001.

⁴⁴⁹ O que é mais significativo na reportagem mencionada é a existência de um jogo linguístico com a palavra “pai”, que em outros estados e regiões brasileiras representou a relação entre Vargas e os trabalhadores. Contudo, no Piauí a denominação “pai dos pobres” não surtiu o mesmo efeito, pelo menos na avaliação *udenista*, pois segundo o noticioso *Libertação*, o título de “pai” seria bem empregado em relação ao ex-interventor Leônidas Mello, uma vez que nesse estado Getúlio Vargas teria apenas aquele ilustre filho único.

remetidos à redação do jornal com a opção escolhida. Até o dia 29 de outubro de 1946 os nomes mais votados eram: Frei Serafim⁴⁵⁰ - 325 votos (atual nome da avenida), Liberdade - 58 votos, Eduardo Gomes - 32 votos e Esmaragdo de Freitas - 28 votos. O jornal ainda publicava de forma jocosa algumas respostas que teriam sido remetidas por leitores, como “a avenida deve chamar-se ‘qualquer coisa’, menos Getúlio Vargas”⁴⁵¹. Mesmo sabendo que a intenção do jornal *udenista* era a de promover um ataque ao ex-interventor Leônidas Mello e travar uma disputa simbólica lançando à avenida nomes consagrados nacionalmente e regionalmente da UDN, como Eduardo Gomes e Esmaragdo de Freitas, observou-se que a resposta popular acabou homenageando um nome religioso, o que pode ser traduzido, mais uma vez, como a força que a religião católica possuía entre os piauienses, até mesmo interferindo nas querelas políticas.

Para além dos indícios de rejeição ao ex-presidente, também existiam posições de apoio vindas dos trabalhadores, em especial dos sindicalizados. Rosângela Assunção, ao estudar os sindicatos em Teresina, destaca o seguinte relato:

Vejamos a opinião de Antonio Vieira Sales (1988), operário do setor da construção civil: “Getúlio foi o homem que, foi o salvador, foi o amigo do operário, não tinha demagogia com eleição não, o Getúlio não tinha demagogia de eleitor, só querer bem o operário, só se fala nele na hora da eleição, Getúlio era o trabalhador em forma, tudo o que ele fez era em benefício do trabalhador, foi a política de Getúlio a vida inteira, a primeira vez, a primeira vez derrubaram a segunda mataram, foi o capitalismo que ainda dominava naquele tempo, o capitalismo hoje tá fraco, viu? Ele era o homem do trabalhador, nos deu tudo para o trabalhador, porque fez uma legislação [...]”⁴⁵²

Acredita-se que opiniões como a do senhor Antonio Vieira Sales, que foi líder sindicalista e vereador, não eram a maioria naquele momento político no Piauí. Certamente, como afirma Assunção, “O que Sales lembra é a memória do grupo do qual ele fez parte, os trabalhadores da construção civil de Teresina”⁴⁵³, registro importante e representativo do grupo social no qual o indivíduo se encontrava inserido. Esse duelo em torno da representação de Vargas pode ser compreendido a partir do que Roger Chartier apontou como “lutas de

⁴⁵⁰ Frei Serafim de Catânia foi um missionário da Ordem dos Franciscanos, nasceu e faleceu na Itália (1811-1887), viveu a maior parte de sua vida em Teresina e idealizou a Igreja de São Benedito, que fica situada no início da Avenida que hoje leva seu nome. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 98.

⁴⁵¹ ESCOLHA de outro nome para Avenida Getulio Vargas. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 29 out. 1946.

⁴⁵² ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005, p. 94.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 95.

representações”⁴⁵⁴, nas quais um grupo tentava impor a sua representação sobre as demais. Nessa luta piauiense, a imagem positiva de Vargas não foi vitoriosa, pelo menos não naqueles primeiros anos após o fim do *Estado Novo*.

Se o PTB nacional tinha como característica inicial o *getulismo*⁴⁵⁵ e o forte apelo entre os trabalhadores, a história do partido no Piauí é um tanto quanto obscura no que se refere à articulação inicial ocorrida em 1946 por grupos políticos, contudo, o que se passa a observar, nas próximas páginas, são disputas políticas pessoais para compor uma organização, que em raríssimos momentos se preocupa em se alinhar com as necessidades dos trabalhadores. Em relatos de memória e trechos de jornais avistaram-se as querelas por cargos, as rixas entre lideranças e as aproximações dos governos estaduais e federais, em sua grande maioria, com o único intuito de beneficiamento pessoal. Identificaram-se alguns desses elementos nas memórias do ex-interventor e líder do PSD Leônidas de Castro Mello quando apontou a amargura que sentiu com relação a Getúlio Vargas por ocasião da fundação do PTB piauiense:

Devo dizer que eu tinha grande admiração por Getúlio, mas dele guardava pequena mágoa nunca revelada: eu apoiara seu governo desde minha investidura como governador do estado; apoiara decididamente o golpe de 10 de novembro de 1937; sempre mantivemos relações políticas cordiais. Entretanto, quando da criação do Partido Trabalhista Brasileiro jamais me deu uma palavra a respeito. Sua chefia foi entregue no Piauí a um médico, aliás meu amigo, homem simples e bom, Dr. João Emílio Falcão da Costa. Motivos posteriores, algum tempo depois da organização do partido levaram João Emílio a renunciar da presidência. Também não fui ouvido quanto à escolha do seu substituto e, além de não ser ouvido, o Partido no Piauí foi entregue ao Senador Mathias Olímpio, adversário do PSD, do qual eu era presidente. Certa vez, no Rio, em conversa com o ministro Francisco Campos manifestei-lhe minha estranheza a esses fatos. Ele sorriu e respondeu-me: - “Não se preocupe com isso. Getúlio sabe que o amigo com quem conta no Piauí é você. Essas cousas difíceis de compreender fazem parte do jogo de xadrez da política.”⁴⁵⁶

Leônidas Mello considerava a si mesmo um líder político importante, que deveria ser consultado sobre uma sigla à qual não pertencia, mas que gostaria de manter sob controle no Estado. Essa reportagem ajuda a compreender que na *cultura política partidária* piauiense prevalecia a ideia de que o que importava era a força do prestígio pessoal junto aos

⁴⁵⁴ CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

⁴⁵⁵ Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado, “os primeiros anos do PTB foram, indiscutivelmente, tatuados pelo personalismo de Vargas”. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 37.

⁴⁵⁶ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976, p. 417.

correligionários nacionais, condição que posteriormente poderia resultar em acordos, trocas de favores, ou até mesmo benefícios em forma de cargos públicos, como parte do “jogo de xadrez” da política. Nas memórias do líder *pessedista*, há que se ressaltar, não há qualquer menção a uma consulta popular ou tentativa de diálogo com lideranças operárias locais para a fundação de um partido trabalhista, pois a política partidária e suas articulações, acreditavam aqueles que dela participavam, era função unicamente dos políticos profissionais.

Segundo o sociólogo Antônio José Medeiros, no Piauí, em decorrência da polarização entre UDN e PSD, o PTB nasceu com pouca expressividade, mantendo-se, inicialmente, na condição de representar ao mesmo tempo uma burguesia industrial e o sindicalismo, esse último especialmente implantado em Parnaíba, não disputando, como se sabe, as eleições para governador em 1945.⁴⁵⁷

Como registrado na Ata de fundação do Partido Trabalhista Brasileiro – seção Piauí, que se encontra nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, o partido passou a existir oficialmente em 24 de agosto de 1946, às 15h, no edifício n. 1239 da rua Aerolino de Abreu, em Teresina. Presidido pelo médico João Emílio Falcão da Costa⁴⁵⁸, o evento contou com 41 participantes. Após a leitura do ofício da Executiva do Diretório Central do Partido, enviado por Baeta Neves, autorizando a criação da sigla no estado do Piauí, foi feita a votação da Comissão Executiva Estadual, que se constituiu da seguinte maneira:

Presidente: doutor João Emílio Falcão Costa
 Vice-presidente: professor Antilhon Ribeiro Soares⁴⁵⁹
 Primeiro-secretário: Inácio Soares da Silva
 Segundo-secretário: João Mendes da Silva
 Tesoureiro: doutor Domingos Matos Pereira.⁴⁶⁰

Em 26 de novembro, os membros da Executiva Estadual do partido se reuniram para criar o cargo de Secretário-Geral, que tinha como atribuições gerir as questões referentes aos aspectos administrativos e financeiros, elegendo Inácio Soares da Silva. Nessa mesma

⁴⁵⁷ MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996, p. 61.

⁴⁵⁸ João Emílio Falcão Costa foi médico e professor, nascido no Maranhão em 1903, e falecido em Teresina em 1977. Presidente do PTB por quase 10 anos, foi deputado estadual e suplente de deputado federal. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 115.

⁴⁵⁹ Antilhon Ribeiro Soares nasceu no Maranhão em 1909 e faleceu em Teresina em 1980. Foi bacharel em Direito e professor de História do Liceu Piauiense. Foi vice-prefeito de Teresina. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 330.

⁴⁶⁰ PIAUÍ. Partido Trabalhista Brasileiro. Primeira Ata, 24 ago. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

reunião foi formada a Comissão Fiscal do Partido, cujo documento possibilitou que se compusesse um pequeno perfil da formação profissional dos membros do PTB piauiense. Além de médicos (João Emílio Falcão) e professores (Antilhon Ribeiro Gonçalves), o partido contava com advogados e funcionários públicos federais em seus quadros dirigentes locais.⁴⁶¹

Naquele mesmo ano, quatro das maiores cidades do Estado inauguraram diretórios municipais: Piracuruca (09.09.1946), Floriano (11.09.1946), Parnaíba (30.11.1946) e Campo Maior (25.12.1946).⁴⁶² Em Parnaíba, cidade com o maior número de trabalhadores organizados em sindicatos no Estado, a presidência do partido foi destinada ao médico João Orlando de Moraes Côrrea⁴⁶³, mas a sua composição contava com um representante do Sindicato dos Estivadores, Tiago José da Silva⁴⁶⁴, que participou como membro do conselho fiscal do diretório daquele município.⁴⁶⁵

Após fundado o diretório central em Teresina, no dia 18 de dezembro de 1946, os *petebistas* se reuniram para a convenção que indicaria os nomes dos candidatos para a disputa do pleito. Alguns dias antes, um telegrama foi enviado a Getúlio Vargas, convidando-o para o evento.⁴⁶⁶ Durante a convenção, os partidários da sigla no Estado se desentenderam por conta da indicação do Diretório Nacional. Baeta Neves, presidente do partido, recomendou que os *petebistas* piauienses apoiassem o candidato ao governo do Estado pela UDN, Rocha Furtado. Tal indicativo de apoio gerou desconforto entre alguns *trabalhistas*, visto que a maior parte das críticas a Vargas eram elaboradas e publicizadas pelos *udenistas*. Em telegrama enviado ao ex-presidente Getúlio Vargas, José Ribamar Ferreira⁴⁶⁷, membro da Executiva do PTB estadual e elemento representante dos trabalhadores no seio daquela sigla, tentava explicar a dificuldade em convencer parte dos *petebistas* a votar na UDN:

⁴⁶¹ PIAUÍ. Partido Trabalhista Brasileiro. Segunda Ata, 26 nov. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

⁴⁶² PIAUÍ. Partido Trabalhista Brasileiro. Terceira Ata, 1º dez. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição). _____. Partido Trabalhista Brasileiro. Quarta Ata, 28 dez. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

⁴⁶³ Dispõe-se de poucas informações sobre João Orlando de Moraes Côrrea. Foi médico e prefeito da cidade de Parnaíba, fundador do PTB e membro de uma das famílias mais ricas do Estado, do industrial Moraes Côrrea. Recepcionou Getúlio na cidade de Parnaíba no momento da campanha presidencial de 1950.

⁴⁶⁴ Presidente do sindicato dos estivadores de Parnaíba. Maiores informações sobre Tiago José da Silva no Capítulo 3.

⁴⁶⁵ PIAUÍ. Partido Trabalhista Brasileiro. Terceira Ata, 1º dez. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

⁴⁶⁶ DIRETÓRIO Estadual PTB. [Telegrama] 11 dez. 1946, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1946.12.11/03. 1946.

⁴⁶⁷ Não se dispõe de informações sobre José Ribamar Ferreira, apenas se sabe que foi candidato a deputado estadual pelo PTB no ano de 1950, obtendo 92 votos. Ver: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1950: resultado geral por cargo**. 2015. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1950>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Tendo o Sr Baeta Neves recomendado ao Partido Trabalhista secção deste estado votasse com a UDN devo esclarecer vossencia que essa recomendação veio desgostar profundamente trabalhadores deste estado pois mesmo não podem compreender essa atitude do presidente do PTB porque udenistas locais não poupam em todos os seus comícios pelas colunas seus jornais de ultrajarem e combaterem vossencia ofendendo ate vossa honra dignidade [...] evidenciando serem ferozes e odiendos inimigos de vossencia não o poupando em sua propaganda pt assim há necessidade urgente e absoluta ser retirada recomendação feita pelo presidente do PTB ao diretório local sob pena de desprestigio de vossencia e deserção das fileiras do PTB aqui de vosso amigos e adeptos pt devo levar ao conhecimento de vossencia também que o Partido Comunista aqui apoiou candidatura UDN pt ansiosos aguardam os trabalhadores vosso pronunciamento a respeito pt respeitosa sds trabalhista pt José Ribamar Ferreira membro conselho fiscal e pela comissão trabalhadores.⁴⁶⁸

Era importante, para alguns membros ligados aos trabalhadores do nascente PTB piauiense, que houvesse coerência do partido com as posições da sigla em nível nacional, de forma que fosse reconhecido de fato como legenda *trabalhista-getulista*. Nesse sentido, a aproximação com os *pessedistas* se mostrava mais interessante, em especial porque os ataques *udenistas* se davam contra o *Estado Novo*, principalmente contra o ex-presidente Getúlio Vargas. Deve-se observar, ainda, que no telegrama enviado por José Ribamar Ferreira havia a necessidade de o PTB se colocar contrário às posições do Partido Comunista, uma vez que aquela sigla estava apoiando a UDN naquele pleito. Pode-se ressaltar que, para um grupo bem pequeno de *petebistas ideológicos*, esses foram os dois elementos que se tornaram características do Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Piauí, nos seus primeiros anos: o *getulismo* e uma constante *disputa de espaço com os comunistas*.⁴⁶⁹

Evidencia-se que o *getulismo* no Piauí floresceu em meio a algumas peculiaridades. Sua conexão com o *Estado Novo* permite-lhe ser encontrado tanto entre partidários do PTB quanto entre membros do PSD, por dois motivos. O primeiro deve-se ao

⁴⁶⁸ FERREIRA, José Ribamar. [Telegrama] 17 jan. 1947, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 3 f. Comunica que a recomendação de Paulo Baeta Neves aos trabalhistas do Piauí para que votassem na UDN não está sendo bem aceita por eles solicitando, sob pena de graves prejuízos, qu seja retirada esta ordem. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1947.01.17/02. 1947.

⁴⁶⁹ Para Lucília de Almeida Neves Delgado, a disputa pela organização dos trabalhadores com os comunistas pode ser percebida como anticomunismo no seio do PTB. Tal percepção difere do que propõem Angela de Castro Gomes e Maria Celina D'Araújo. Veja-se como Delgado aponta essa discussão: “Neste ponto [sobre o nascimento do PTB como uma necessidade de oposição ao comunismo], nossa opinião é discordante em relação à Ângela de Castro Gomes e Maria Celina S. D'Araújo, que afirmam, ao analisarem a criação do PTB ‘[que] [...] Nesse sentido era uma cunha entre as massas trabalhadoras e o comunismo, mas não era um partido cujo móvel e sentido fosse o comunismo’ [...] Nossa opinião é a de que o anticomunismo foi fator *vital*, apesar de não exclusivo, para a fundação do PTB. Isso porque a possibilidade de crescimento do Partido Comunista poderia ser forte obstáculo à execução dos planos continuístas de Vargas”. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 36.

fato de que muitos dos sindicalistas que estavam no PSD se dirigiram para aquela agremiação logo após a organização local da sigla *trabalhista*, como o operário Ney Baumann. Contudo, os novos *trabalhistas* não perderam de imediato os laços com a corrente partidária anterior, lançando mão do *getulismo* dos dois grupos para cogitar uma tentativa de aliança entre eles. A segunda razão reside no fato de que alguns dos que permaneceram no PSD, em especial os que tinham interesses em cargos federais, evocavam constantemente a associação entre o partido e a imagem do presidente Vargas para conseguir benefícios, como ocorreu em um comício organizado na cidade de Parnaíba no dia 16 de janeiro de 1947, quando o candidato *pessedista* ao Senado, Hugo Napoleão do Rego, discursou em praça pública, e, ao mencionar o nome de Vargas, teria recebido calorosa manifestação, como consta no telegrama que foi enviado por ele ao próprio Vargas no dia seguinte ao evento. Hugo Napoleão, com esse relato, tinha interesse em conseguir apoio dos *trabalhistas* para a sua candidatura ao Senado.⁴⁷⁰

Presume-se que em meio à indicação de Baeta Neves, a primeira participação dos *trabalhistas* em eleições estaduais foi um tanto quanto confusa. Alguns partidários – que compunham o pequeno núcleo constituído por trabalhadores - acabaram tomando posições independentes da sugestão do Diretório Nacional, mantendo-se fiéis aos princípios partidários (*o getulismo e a posição de disputa com o comunismo*), e se associaram ao PSD, enquanto outros (os dirigentes) preferiram aceitar a indicação do Diretório Nacional e apoiaram os candidatos *udenistas*. Na carta enviada por Hugo Napoleão - candidato *pessedista* ao Senado - ao presidente Getúlio Vargas o remetente menciona que o presidente do PTB piauiense, João Emílio Falcão da Costa, apoiava o candidato *udenista* Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves ao Senado, em detrimento da sua candidatura, como queriam alguns membros do partido.

CARTA DE HUGO NAPOLEÃO A GETÚLIO

Exmo. Amigo Sr. Getúlio,

Saudações atenciosas

Seguirei amanhã para o Piauí, onde a luta se prenuncia muito dura, com consequência de equivalência de forças eleitorais dos partidos UDN e PSD. Não lhe tendo sido possível, antes de sua partida para a Fazenda S. Antônio, falar com o Sr. Baeta Neves, rogo-lhe que o faça logo que regresse a Belo-Horizonte pois temo que a recomendação prometida chegue tarde a Teresina. Estou informado de que o Dr. João Emílio Costa, chefe do PTB do Piauí, que bom [?] tem simpatia por mim, as tem maiores pelo Sr. Luiz Ribeiro

⁴⁷⁰ NAPOLEÃO, Hugo. [Telegrama] 1947, Teresina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. Informa sobre sua viagem ao Piauí, a disputa eleitoral e os problemas partidários neste estado e informa que o PTB piauiense só participará das eleições estaduais. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Manuscrito. 1947a.

Gonçalves⁴⁷¹, candidato ao senado pela UDN. Conforme lhe informei, o PTB só disputa as eleições à Câmara Estadual.
 Momento agradece o amigo de sempre
 Rio, 06 janeiro de 1947
 Hugo Napoleão.⁴⁷²

Para um getulista anônimo, que publicou texto no *Jornal do Piauí*, o PTB no Estado dividia-se em três segmentos. A primeira tendência era a *pessedista*, reconhecendo certas afinidades eleitorais existentes entre os dois partidos; a segunda era a tendência *udenista*, defendida pelo presidente regional do partido, João Emílio Falcão, que possuía inclinações para os conchavos e complôs eleitorais; e, por último, a ideológica, embora em menor número de militantes, era a que primava pelo conteúdo ideológico do *trabalhismo*, dos indivíduos que seguiam as perspectivas teóricas de Alberto Pasqualini e Segadas Viana.⁴⁷³

No Piauí, o Partido Trabalhista Brasileiro, logo após a sua fundação em 1946, conseguiu se firmar de forma mais intensa em duas cidades: Parnaíba, onde se tornou rapidamente forte entre os trabalhadores sindicalizados, liderado por João Orlando Moraes, e em Teresina, onde se instalou com menos entusiasmo, liderado por João Emílio Falcão.⁴⁷⁴ O médico João Emílio Falcão foi um dos principais nomes do PTB no Piauí entre 1946 e 1954, sendo obrigado, nesse último ano, a deixar a presidência da sigla, abandonando-a meses depois. Foi considerado, por alguns jornalistas, uma liderança pouco expressiva, especialmente entre os sindicatos de trabalhadores, apesar de mostrar-se homem bastante combativo. A respeito do comando de João Emílio Falcão, um cronista do jornal *O Dia* fez a seguinte avaliação: “O Partido Trabalhista Brasileiro entre nós foi sempre inexpressivo. O seu presidente, o Dr. João Emílio Costa lutou no comêço com sérias dificuldades para arranjar adéptos, pois o Sr. Getúlio Vargas foi sempre mal visto pelos Piauienses.”⁴⁷⁵

Mesmo com pouca expressividade, o PTB, nas eleições de 1947, conseguiu eleger um deputado estadual, Elias de Carvalho Magalhães, com 941 votos⁴⁷⁷. Aponta-se, contudo, a

⁴⁷¹ Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves foi engenheiro, escritor, jornalista, parlamentar e cientista nascido na cidade de Amarante (PI) em 1895 e falecido no Rio de Janeiro em 1984. Foi senador da República por dois momentos na década de 1930 e na década de 1940. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 170.

⁴⁷² NAPOLEÃO, Hugo [Carta] 6 jan. 1947, Rio de Janeiro [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1947.01.06/05. 1947b.

⁴⁷³ CRESCE o PTB. **Jornal do Piauí**. Teresina, p. 2, 1º jan. 1954.

⁴⁷⁴ ASSUNÇÃO, Rosângela. **Política no Piauí: relações entre os poderes constituídos 1947-1951**. 2000. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000, p. 44.

⁴⁷⁵ SITUAÇÃO política. **O Dia**. Teresina, 21 fev. 1954.

⁴⁷⁷ Dados do TRE (PI). Ver: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1947: resultado geral por cargo**. 1947. Disponível em: < <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1947-v2>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

importância do deputado federal Vitorino Freire, do Maranhão, na eleição e sua atuação parlamentar. Vitorino Freire, componente importante do PSD nordestino, era tido como elemento da “copa” de Dutra⁴⁷⁸, ou, na expressão do senador *udenista* Luis Mendes Ribeiro, “Senhora da Vontade de Dutra”⁴⁷⁹, pois era uma força política importante no Maranhão.⁴⁸⁰ No arquivo público do Piauí encontraram-se várias correspondências de Elias Magalhães destinadas ao deputado Vitorino, dando notícias de sua atuação na Assembleia Legislativa do Piauí. Possivelmente, Vitorino Freire tenha patrocinado a campanha de Elias Magalhães na região norte do Estado, fato que levou esse deputado piauiense a estabelecer uma relação de submissão com aquele político maranhense.

Durante o exercício do mandato [1947-1951], o deputado piauiense Elias Magalhães passou a votar acompanhando as propostas do PSD, não por interferência dessa sigla no Estado, mas segundo os interesses do deputado maranhense.⁴⁸¹ Somente no final da legislatura começou a conceder apoio ao governo *udenista* de Rocha Furtado, todavia, nesse período não se encontrava mais filiado ao PTB.⁴⁸² As razões que levaram à expulsão do deputado constam na 6ª Ata do Partido Trabalhista Brasileiro, seção do Piauí. Integra esse documento a transcrição de uma carta, redigida pelo membro da comissão fiscal João Soares da Silva, que foi enviada ao diretório estadual relatando alguns “fatos de suma gravidade para o progresso e existência do partido”. A carta narra que na eleição de 1947 o partido não possuía recursos financeiros para campanha, e que, embora o Piauí politicamente estivesse dividido entre PSD e UDN, havia conseguido com muito esforço seis mil votos, algo que, segundo o narrador, deveria ser considerado uma honra e conquista. Prosseguindo na sua declaração, o membro do partido afirmava que dos 25 candidatos lançados pela sigla, apenas um havia conseguido ser eleito, mas não havia procurado nenhum dos membros da Comitiva Estadual logo após assumir o mandato. Elias Magalhães havia sido convocado pelo Comitê Estadual para dialogar sobre a conduta que assumiria na Assembleia Legislativa. Segundo

⁴⁷⁸ CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007, p. 111.

⁴⁷⁹ DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010, p. 456.

⁴⁸⁰ Segundo Maria Virginia Moreira Guilhon, Vitorino Freire foi a maior força política do Maranhão por cerca de vinte anos (entre 1946 e 1964), “deteve a supremacia na dinâmica política do Estado sustentando seu domínio no controle da máquina estatal, na onipresença da polícia e na manipulação eleitoral.”. Ver: GUILHON, Maria Virginia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão**: os primórdios de uma oligarquia. 1996. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/160/3/SARNEISMO.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

⁴⁸¹ Encontraram-se vários documentos no Arquivo Público do Piauí que comprovam essa ligação entre os dois políticos. Ver o telegrama em que Elias solicita o apoio de Vitorino para resolver a questão de algumas contratações. (PIAUI. Arquivo Público. **Telegrama Senador Vitorino Correia de Elias de Carvalho Magalhães**. Data: 22 set. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947e).

⁴⁸² ASSUNÇÃO, Rosângela. **Política no Piauí**: relações entre os poderes constituídos 1947-1951. 2000. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000, p. 44.

Soares, as respostas de Elias foram: “1. Que nada devia ao PTB, que apenas lhe deu a legenda partidária; 2. Que teve a sua eleição assegurada por um amigo de Parnaíba; 3. Que em tais condições não obedecia ao partido e sim aos seus compromissos particulares”.⁴⁸³ Em razão das supostas posições do parlamentar, o membro do partido solicitava à Executiva Estadual que fosse realizada reunião com todos os correligionários para discutirem a situação de Elias Magalhães, e, ao final, instava para que o afastassem da sigla, pois:

As suas arengas, com que, por vêses [*sic*], da notícia de sua presença na assembleia, são algaravias reasadas em baixo calão, têrmos [?], despautérios, doéstos. Em nenhuma delas descobre-se a mais breve referência à legislação social, ao amparo ao trabalhador rural, à justiça do trabalho, ao aprimoramento profissional, a segurança social, à pobreza, à criação de escolas pré-vocacionais, à proteção a maternidade e a infância, aos transportes, à indústria, à agricultura, ao comércio, aos latifundiários, ao cooperativismo, ao espírito de solidariedade dos cidadãos, as reivindicações prometidas ao povo na campanha eleitoral.⁴⁸⁴

Na assembleia realizada com os diretórios municipais, os representantes da Executiva Estadual e do Conselho Fiscal do Partido deliberaram por unanimidade o afastamento do deputado das fileiras do PTB.⁴⁸⁵ Teve-se acesso a um telegrama enviado por Magalhães ao deputado Mauro Renault, do PSD do Piauí, genro do presidente Dutra, no qual afirma que:

Despeito todas indignidades movidas contra mim por diretório local Partido Trabalhista qual acaba expulsar me seu seio vg porque não me submeti papel degradante negro fugido vg porque não quis me assemelhar essa cabroada era arrebanhada sertões nordestinos vg intuito ser vendido império verde Amazônia vg me encontro como especie excomungado por falsos trabalhistas [...].⁴⁸⁶

O ex-governador *pessedista* João Clímaco de Almeida⁴⁸⁷, em suas memórias, guardou ainda outra percepção sobre a sigla naquele momento. O PTB, segundo o seu entendimento, ficou ao lado do PSD simplesmente por afinidades familiares e também porque

⁴⁸³ PIAUÍ. Partido Trabalhista Brasileiro. Sexta Ata, 5 jun. 1947. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

⁴⁸⁴ Ibid.

⁴⁸⁵ PIAUÍ. Partido Trabalhista Brasileiro. Sétima Ata, 8 jun. 1947. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

⁴⁸⁶ PIAUÍ. Arquivo Público. **Telegrama Deputado Mauro Renault**. Data: 10 jun. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947f.

⁴⁸⁷ João Clímaco d’Almeida, mais conhecido como Joqueira, nasceu em 1910 e morreu em 1995. Foi vereador pelo PSD entre 1948 a 1951, deputado estadual entre 1951 a 1963, elegendando-se vice-governador na coligação PSD-UDN em 1962.

era um partido de governo, situação.⁴⁸⁸ Nesse sentido, na visão do ex-governador, o PTB guardava em sua constituição no Piauí um oportunismo político, em especial no momento em que ainda era um partido pequeno.

Três anos após a primeira contenda política enfrentada pelo partido, ocorreu algo importante para o PTB no Piauí durante o processo eleitoral de 1950. Naquele ano, Getúlio Vargas, candidato à presidência da República pela sigla *trabalhista*, veio ao Piauí, passando por Parnaíba e Teresina. No mesmo dia de sua visita à capital também se encontrava na cidade o candidato *udenista*, brigadeiro Eduardo Gomes, que, assim como Vargas, estava em campanha eleitoral. O *Jornal do Comércio*, que apoiava a UDN naquele pleito, representou em longa reportagem as manifestações recebidas pelo brigadeiro e por Vargas da seguinte maneira:

Na mesma data da chegada do brigadeiro, com diferença de uma hora mais tarde, desembarcava o senador Getúlio Vargas, acompanhado de uma enorme comitiva [...]. Sua recepção, em comparação com a do brigadeiro foi fraca, porém despertou grande interesse na massa popular. Tanto foi assim que depois do comício do brigadeiro um crescente número de pessoas dominadas pelo interesse de vê o ex-presidente, acorreu ao local destinado a realização do comício na praça de São Benedito, fazendo com que, de início, isto é, até a sua chegada ao palanque fôsse completamente lotada a grande área próxima ao posto Kaiser. Julgando-se pela pequenez do partido do Senador Vargas em nossa terra, a impressão geral era que nosso visitante não tivesse uma boa acolhida. Entretanto, muito ao contrário do que se pensava, o Sr. Getúlio Vargas provou ainda deter uma grande soma de adeptos e um prestígio pessoal extraordinário. Se maior em número, em entusiasmo foi a recepção do brigadeiro, a manifestação ao senador Vargas impressionou de modo geral em virtude da atração que seu nome combatido cerradamente pela imprensa causou no seio popular. Daí concluir-se que ficou provado contar o Sr. Getúlio Vargas com simpatias tão profundas no Piauí, que somente o Brigadeiro pode sobrepujar.⁴⁸⁹

Nesse pequeno trecho da longa cobertura da visita dos presidentiáveis, o cronista ressalta a pequena força que o PTB possuía no Estado, em especial no sentido da arregimentação de partidários. Por outro lado, esse aspecto não foi determinante para impedir que um significativo número de populares fosse ver de perto o ex-presidente. É interessante como o jornalista inicialmente aponta que a recepção ao brigadeiro foi superior em estima política partidária, até mesmo porque boa parte da cúpula da UDN local recepcionou Eduardo Gomes, inclusive oferecendo-lhe um banquete no final do dia. Para Vargas, o pequeno PTB piauiense não conseguiu organizar uma grande comitiva política em Teresina, mesmo assim, e

⁴⁸⁸ ASSUNÇÃO, Rosângela. **Política no Piauí**: relações entre os poderes constituídos 1947-1951. 2000. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000, p. 45.

⁴⁸⁹ VISITARAM-NOS os candidatos a presidência. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 10 set. 1950.

foi esse o fato que deixou o jornalista surpreso, um número importante de populares foi ao encontro de Getúlio. Enquanto partido, o PTB tornava-se incapaz de organizar seus eleitores, sindicatos, ou qualquer outra grande manifestação para acompanhar seu líder. Por outro lado, os populares construíram uma relação com a figura de Vargas [talvez movida pela curiosidade?], independentemente da condução partidária.

Os políticos piauienses da UDN e do PSD não cederam ao crescimento da campanha de Getúlio Vargas em nível nacional, preferindo, por seu turno, manter a fidelidade aos candidatos de suas siglas. Nas memórias de Genu Moraes, filha do ex-governador Eurípedes de Aguiar, um dos fundadores da UDN piauiense e contumaz opositor de Getúlio Vargas desde a Revolução de 1930, a antipatia a Vargas constituía-se como forma de fidelidade aos princípios partidários, mesmo com as tentativas de aproximação por parte do ex-presidente. Uma das suas recordações sobre a relação de seu pai com Getúlio

[...] remota à chegada de Getúlio Vargas a Teresina, quando ficou hospedado na casa do médico Freire de Andrade⁴⁹⁰, defronte à minha casa. Era um sobrado [...]. No dia seguinte, Freire de Andrade procurou meu pai para informar que na conversa com Getúlio, à noite, o presidente dissera que só conhecia dois piauienses: Antonino Freire⁴⁹¹ e Eurípedes de Aguiar. O velho sorriu com certa mordacidade, ao ouvir a observação, pois fora o único político a não visitar a ilustre personalidade que o conhecia.
- Diga a ele que morri – foi a resposta de Eurípedes.⁴⁹²

A polarização política entre PSD e UDN naquele momento no Piauí pode ter feito com que os votos nos candidatos à presidência fossem centralizados no brigadeiro Eduardo Gomes e em Cristiano Machado. Getúlio Vargas, por sua vez, ficou em terceiro lugar, recebendo menos da metade dos votos do segundo candidato.⁴⁹³ Em sua campanha presidencial pelo Piauí, Vargas não conseguiu contar com o apoio dos ex-aliados políticos, como foi o caso do presidente do PSD, Leônidas Mello, tendo sido recebido por José de Freitas Filho em Teresina, um líder trabalhista pouco conhecido, o que conferia a ideia de desprestígio por partes dos políticos locais. Apesar da associação do nome do ex-presidente

⁴⁹⁰ Francisco Freire de Andrade. Nasceu em Teresina em 1888 e faleceu no Rio de Janeiro em 1968. Foi médico e político, exercendo o cargo de deputado federal na década de 1930. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 24.

⁴⁹¹ Antonino Freire da Silva nasceu em Amarante em 1876 e faleceu em Teresina em 1934. Foi engenheiro, professor, jornalista, escritor e político. Exerceu as funções de vice-governador, governador do Piauí, deputado federal e senador. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 311-312.

⁴⁹² CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007, p. 105.

⁴⁹³ Dados da Eleição de 1950 no Piauí: Eduardo Gomes recebeu 73.547 votos, Cristiano Machado ficou em segundo lugar com 60.445 e Getúlio Vargas em terceiro com 25.370. Informações encontradas no site do TRE-PI. Ver: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945 a 1994**. 2013. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

ao PSD no Estado, o fato de o ex-interventor ter rapidamente cedido apoio ao general Dutra, logo após a saída de Vargas da presidência⁴⁹⁴, fez com que as relações entre o PSD local e o futuro presidente Getúlio Vargas se tornassem precárias. Leônidas Mello foi acusado por seus opositores, durante muitos anos, de covardia, pois havia se refugiado no interior do Estado para não receber Vargas durante aquela campanha, traindo, portanto, o sujeito que lhe havia concedido poderes políticos relevantes durante quase dez anos no Piauí. Segundo o ex-governador Eurípedes de Aguiar, em artigo publicado no jornal *O Dia*, em 1951:

O Partido Social Democrático combateu com todas as suas fôrças, a candidatura do Sr. Getúlio Vargas à Presidência da República. Na campanha contra o candidato do PTB, os pessedistas além do apoio integral do presidente Dutra, tiveram ajuda de muitos milhões, retirados do Banco do Brasil, não se sabe como. No Piauí, o PSD, contou a mais com a ajuda da Justiça Eleitoral, que lhe sancionou tôdas as fraudes. [...] Ainda não foi esquecida a atitude vergonhosa do chefe pessedista Leônidas Mello, que fugiu de Teresina para não se avistar com o candidato Getúlio Vargas, seu grande protetor no Estado Novo.⁴⁹⁵

Anos depois, Leônidas Mello apontou os motivos que o fizeram tomar aquela atitude de não se encontrar com o ex-presidente. *Primeiramente* alegou compromissos políticos assumidos no interior do Estado, firmados meses antes, que lhe cabia honrar, tendo em vista ser presidente do partido. A *segunda* razão para sua saída de Teresina tributa à posição que ocupava no seio do PSD local e nacional. Visitar Getúlio Vargas possivelmente levaria a uma má interpretação da cordialidade prestada, uma vez que Mello era presidente do PSD no Estado e Getúlio era candidato pelo PTB. Tal atitude poderia gerar rumores, segundo refletiu, sobre um falso entendimento político, comprometendo o processo sucessório local.⁴⁹⁶ Leônidas Mello havia recomendado aos partidários a votação em Cristiano Machado. Portanto, Machado não chegou a ser “cristianizado” no Piauí.⁴⁹⁷

Nas eleições de 1950, entre os sete deputados federais eleitos, quatro eram da UDN: José Cândido Ferraz, Antônio Maria de Resende Correia, Demerval Lobão e Chagas Rodrigues. As três cadeiras restantes foram ocupadas por membros do PSD: Leônidas de

⁴⁹⁴ A relação amistosa entre Leônidas Mello e Eurico Dutra se deve a uma intervenção daquele Ministro de Guerra no caso da aposentadoria compulsória dos três desembargadores piauienses, promovida por Leônidas Mello durante a sua interventoria. O desdobramento dessa ação de Dutra, anos depois, seria, como forma de gratidão, o apoio eleitoral dos pessedistas à eleição do genro de Dutra, Mauro Renault, pelo Piauí.

⁴⁹⁵ AGUIAR, E. Queixas e ameaças. *O Dia*, Teresina, p. 1, 28 dez. 1952.

⁴⁹⁶ MELLO, Leônidas de Castro. *Trechos do Meu Caminho*. Teresina: Comepi, 1976, p. 415.

⁴⁹⁷ A divisão no seio do PSD com relação ao apoio à candidatura de Cristiano Machado, fez com vários membros do partido apoiassem, durante a eleição de 1950, Getúlio Vargas. A transferência de votos de Cristiano Machado para Getúlio Vargas por parte dos *pessedistas* ficou conhecida como “cristianização”, tornando-se jargão político que significa lançar um candidato e apoiar outro.

Castro Mello, Vitorino Correia e Sigefredo Pacheco.⁴⁹⁸ Para a Assembleia Legislativa foram eleitos 14 deputados do PSD, 15 da UDN, dois do PTB - Darcy Araújo e Ignácio Soares -, e, por último, foi eleito um deputado do PSP.⁴⁹⁹

Apesar de o PSD chegar ao governo do Estado naquele pleito com o comerciante Pedro Freitas⁵⁰⁰, não conseguiu a maioria na Assembleia Legislativa. Nesse momento, foi de vital importância a adesão do PTB e do PSP para manter a maioria da bancada governista. Mesmo conquistado o Executivo estadual, nas memórias de Leônidas Mello, o resultado daquela eleição foi o total desprestígio de sua figura e do PSD piauiense pelo presidente eleito, Getúlio Vargas.⁵⁰¹ Esse entendimento é corroborado pelo *udenista* Eurípedes de Aguiar:

Agora o PSD está cobrando do presidente aquilo que negou ao candidato. Queixam-se os pessedistas de que o Sr. Getúlio não lhes dá tudo quanto eles se supõem em direito, pêlo apoio que veem prestando ao govêrno, e chegam a formular a ameaça de mudar de atitude se não forem completamente atendidos. Querem tôdos os cargos federais, autarquias e favores do govêrno, não admitindo a menor demonstração de apoio do presidente da República, ao PTB.⁵⁰²

Em razão da derrota expressiva que Vargas teve no Piauí, o PSD, mesmo na governança estadual, não conseguiu estabelecer diálogo profícuo com o governo federal, entrando em cena no jogo político, no ano de 1951, a figura de José Cândido Ferraz, que, em nome da UDN piauiense, começava a negociar cargos com a equipe varguista. Considerado como elemento “Chapa-branca” no seio da UDN⁵⁰³, o deputado estava aberto para as possíveis negociações com o PTB nacional. Em documentos do arquivo pessoal de Getúlio Vargas encontrou-se um bilhete com os nomes dos indicados por Ferraz para cargos federais no Piauí.⁵⁰⁴ Sensível a tal aproximação, o governo atendeu a alguns dos pedidos de Ferraz. Em ofício encaminhado por Segadas Viana a Vargas são listadas algumas nomeações feitas

⁴⁹⁸ A REPRESENTAÇÃO federal. **A cidade**, Teresina, p. 1, 21 ago. 1951.

⁴⁹⁹ MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996, p. 63.

⁵⁰⁰ A disputa foi bastante acirrada: Pedro Freitas foi eleito com 74.768 votos e o ex-governador Eurípedes Clementino de Aguiar obteve 73.429. Informações coletadas em: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945 a 1994**. 2013. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

⁵⁰¹ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976, p. 415.

⁵⁰² AGUIAR, E. Queixas e ameaças. **O Dia**, Teresina, p. 1, 28 dez. 1952.

⁵⁰³ Segundo aponta Maria Victoria Benevides, os “chapas-brancas” eram políticos abertos à negociação com o governo. Ver: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 85.

⁵⁰⁴ ANOTAÇÕES sobre nomeações para cargos públicos em favor de elementos da UDN, obtidas por José Cândido Ferraz do Piauí. 3 f. 12 maio 1951. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1951.05.12. 1951.

por José Cândido Ferraz, segundo o qual ocorreram para atender a compromissos políticos.⁵⁰⁵ Muitas nomeações substituíam antigas indicações *pessedistas*, fato que indignou o PSD local, que passou a solicitar explicações oficiais ao governo federal.

Os *pessedistas* não se conformavam com a influência que Cândido Ferraz tinha adquirido com o presidente Vargas depois da eleição. Em discurso na Câmara Federal, o deputado do PSD, Sigefredo Pacheco⁵⁰⁶, questionava a situação de apoio da UDN piauiense ao PTB nacional, assim como lançava sobre Vargas a culpa dos distanciamentos com as antigas lideranças *pessedistas*:

Não prestigiamos S. Excia. quando foi candidato à Presidência da República, não lhe demos o nosso voto na eleição passada. Fomos leais ao nosso Partido [...]. E o Sr. Getúlio Vargas também foi leal quando assumiu a Presidência da República, pois disse que iria governar com seus amigos. Sentimos, porém, que muitos dos seus amigos, mesmo aqueles que S. Excia. considerava os amigos certos das horas incertas, não tem sido aquinhoados⁵⁰⁷.

Os partidários do pequeno PTB local também se sentiram desprestigiados com a situação privilegiada do deputado José Cândido Ferraz no governo federal. No arquivo de Getúlio Vargas consta relatório sobre o PTB no Piauí do ano de 1951 - documento que não possui identificação no que tange à sua produção - onde é traçado um perfil do deputado *udenista* e da fraqueza do partido *trabalhista* no Piauí. Ferraz é caracterizado como “campeão da discórdia, da perfídia e da traição”; grande articulador dos incêndios às casas de palhas em Teresina; figura suspeita e pouco confiável, que estaria ganhando espaço na política federal em detrimento dos partidários do PTB, que, segundo consta no documento, tinha um líder fraco e questionado pelos membros da sigla. Parte do relatório expressa da seguinte forma a situação do PTB no Piauí:

Constituído de elementos verdadeiramente getulistas, que permaneceram fieis ao seu Chefe durante o período em que êle se isolou em Santos Reis e Itú, o Partido Trabalhista Brasileiro no Piauí é uma agremiação pequena. Embora ardentemente sinceros, os seus Chefes não lhe souberam dar o relevo que era de esperar em todo o Estado, no momento em que se desfraldou a bandeira da candidatura de seu patrono no Catete. [...] Sendo o Presidente do Partido uma pessoa que, embora muito estimada no meio, não inspira as simpatias que cercam os verdadeiros líderes, não

⁵⁰⁵ VIANA, Segadas. [Ofício] 5 dez. 1951, Rio de Janeiro, DF [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 2 f. Presta informações sobre o protesto formulado pelo PSD [...]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1951.12.05/01. 19514.

⁵⁰⁶ Sigefredo Pacheco nasceu em 1904 e faleceu em 1980 em Campo Maior (PI). Foi médico, pecuarista e político. Foi prefeito em Campo Maior, deputado federal e senador. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 251.

⁵⁰⁷ NÃO existe Dutrismo político. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 2, 24 jul. 1952.

sabendo impor-se como chefe, talvez porque dotado de uma certa ingenuidade e boa-fé, quando devia temperar-se de uma certa dose de malícia e discrição - fácil foi ao deputado José Cândido Ferraz insinuar-se nas rodas do Catete. [...]

No Piauí, os trabalhistas sinceros estão desconfiados do seu chefe João Emílio, porque pensam que entrou ele em conluio com José Cândido, entregando a este intencionalmente a direção do Partido em troca de certas vantagens na capital da República, onde lhe interessa viver, folgadoamente, mesmo afastado da política, para a qual deve saber que não tem embocadura. Assim, no Piauí, os amigos de Getúlio Vargas estão preocupados por verem fugir a oportunidade de reforço do grupo partidário, principalmente com os pessedistas que, em sua maioria getulistas de coração, nele não votaram por uma questão de cumprimento de compromisso partidário.⁵⁰⁸

Mais uma vez, os grupos *petebistas* insistem na aproximação com o PSD, mas o governo federal estende novamente a mão para os *udenistas* locais. As queixas dos partidários do PTB piauiense continuaram sendo reforçadas até janeiro de 1953, quando, em visita ao Piauí para auscultá-las e auxiliar nas tarefas que a Executiva Nacional estava propondo, veio o secretário-geral da Comissão Executiva do Partido, o deputado federal Frota Moreira. Em discurso oferecido ao *trabalhista* nacional em nome do PTB local, o sr. Antilhon Ribeiro Soares lembrou que, apesar do desprestígio em favor de elementos *udenistas*, “os verdadeiros petebistas souberam suportar com estoicismo as ingratidões, sem, entretanto, divergirem da disciplina partidária, ou da linha de conduta traçada pela executiva Nacional.”⁵⁰⁹

Dois eventos importantes vão acontecer no ano de 1952. O primeiro deles é a intensificação das brigas internas nas hostes da UDN no Piauí, que vai mudar o rumo do partido e afetar diretamente o PTB. E o segundo é a posse de João Goulart como presidente do PTB nacional. Esses dois fatores darão uma guinada na direção do Partido Trabalhista Brasileiro no Piauí.

A UDN era um partido fragmentado, como já mencionado, reduto de inimigos históricos, que se uniram pela aversão ao ex-presidente Vargas, ao interventor Leônidas Mello e ao *Estado Novo*. Não demoraria muito para esse pacto de oposição se desfazer. Dois grupos passaram a disputar a chefia do partido a partir da década de 1950, o ex-governador Eurípedes de Aguiar, apoiado pelo influente deputado federal José Cândido Ferraz, e, por outro lado, o grupo chefiado pelo ex-governador e senador Mathias Olympio, apoiado pelos jovens deputados federais Demerval Lobão e Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, líderes do que foi denominado pela imprensa de *grupo matiista*.

⁵⁰⁸ INFORMAÇÕES sobre a situação do PTB no Piauí, a atuação do deputado udenista José Cândido Ferraz e sua aproximação com o Presidente do PTB local. 5 f. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1951.03.00/01. 1951.

⁵⁰⁹ HOMENAGEADO o dep. Frota Moreira. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 18 jan. 1953.

Em um primeiro momento os estranhamentos se devem à conduta de José Cândido Ferraz, considerado “chapa-branca”, com relação a suas posições de apoio e negociação com o governo federal, questionadas de forma mais específica pelo deputado Chagas Rodrigues, que se alinhava à ala independente da UDN. Em decorrência desse desacordo entre os parlamentares federais, especulava-se na imprensa sobre a saída do parnaibano Chagas Rodrigues do partido, e, em meio a conjecturas de toda sorte, a primeira sigla apontada como novo reduto do candidato, segundo manchete do *Jornal do Piauí*, era o PSP, de Adhemar de Barros.⁵¹⁰ Tal situação de desacordo interno se agravava porque os *pessedistas* cobravam a real posição da UDN do Piauí frente ao governo federal. Em sessão na Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Constantino Pereira⁵¹¹, do PSD, perguntou aos udenistas locais:

Em qual posição estão Vossas Excelências: contrárias ou favoravelmente ao presidente Vargas?

[e o jornalista continua] Foi uma verdadeira bomba atômica a interrogação do representante pessedista.

Estamos com a honra, exclamavam uns; ficamos com a dignidade, afirmavam outros. Mas, interroga um observador inteligente: onde estará a honra? Onde estará a dignidade? Com o Sr. Getúlio Vargas ou com a direção Nacional da UDN? - o que importa em perguntar com Chagas Rodrigues ou José Cândido Ferraz?⁵¹²

Nesse mesmo momento, João Goulart, presidente nacional do PTB, começava a propor reformulações nos diretórios estaduais, e, como era de se esperar, o Piauí não deixaria de ser afetado com as articulações nacionais. A busca de maior apoio político para uma reformulação local não ocorreu nas trincheiras do PSD, mas na UDN. O primeiro indicativo do diretório *petebista* nacional era de que o PTB piauiense aceitasse a entrada de alguns elementos vindo da UDN, como Valter Alencar e o médico psiquiatra Clidenor de Freitas Santos, nomes que teriam sido cogitados pelo deputado José Cândido Ferraz, após acordo com João Goulart. Contudo, tal indicativo não foi recebido muito bem pelos membros do partido, em especial seu presidente, João Emílio Falcão, que, em convenção no dia 6 de julho de 1952, rejeitou a sugestão de Jango.⁵¹³ Em entrevista concedida ao *Jornal do Piauí*, o deputado *petebista* Inácio Soares afirmou que Jango teria solicitado ao presidente do partido no Piauí, João Emílio Falcão, por meio de telegrama, que incluísse os nomes *udenistas* na

⁵¹⁰ VAI aderir ao PSP o deputado Chagas Rodrigues. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 8 jun. 1952.

⁵¹¹ Constantino Pereira, político da região do Sul do Estado, será figura importante na reta final do governo Chagas Rodrigues, como se verá no Capítulo 5.

⁵¹² DECLARAÇÕES contraditórias. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 10 jul. 1952.

⁵¹³ A CONVENÇÃO do PTB. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 10 jul. 1952.

Executiva Estadual do PTB. Alguns dias depois foi cogitado o fato de o telegrama ser falso. Perguntado pelo repórter sobre o motivo da recusa dos nomes udenistas, o deputado Inácio Soares respondeu:

Não vetamos a entrada no PTB de quem quer que, honestamente, deseje ingressar em nossas fileiras. Todavia, como legítimos trabalhistas que somos, temos o dever de preservar o Partido da ocupação por “Paraquedistas” cujos objetivos é a preparação de um trampolim, para usos e abusos de seus apetites pessoais.⁵¹⁴

Se o telegrama era falso ou verdadeiro, não se conseguiu identificar nas fontes, por outro lado, sabe-se que o presidente do PTB, naquele momento João Goulart, não assumia uma postura de recusa em dialogar com membros de outras siglas, pois, segundo Jorge Ferreira, “Algo que Goulart detestava era ouvir, em tom de delação, que alguém pertencia ao PCB ou à UDN”⁵¹⁵, o importante era manter os acordos políticos, no sentido de tentar promover a sustentação das bases do governo.

Prestigiada por Getúlio Vargas e João Goulart, a UDN piauiense publicamente começou a disputar os favores federais no Estado, à revelia do PTB e de seu presidente João Emílio Falcão. O senador Mathias Olympio, presidente da UDN piauiense, mesmo se dizendo da linha *independente e vigilante*, supostamente começou a entrar no jogo das negociações com os dirigentes nacionais, o que motivou a ira de José Cândido Ferraz. Pertencente a ala Chapa-branca, José Cândido não escondia as suas relações com a presidência, por isso acusava Mathias Olympio de agir sorrateiramente, propalando uma posição política “independente” e agindo às escondidas. Nas palavras do próprio Ferraz, “Nunca procurei qualquer entendimento à surdina. Fixei-me em posição clara desde o começo. Não ignorava o Partido, nem o presidente. Jamais tentei iludir os correligionários, para, em silêncio, precatadamente, lançar pontes aos poderosos, por intermédio de amigos pessoais”.⁵¹⁶ Possivelmente solicitado por Jango a liderar o PTB local, José Cândido Ferraz teria declinado do convite, segundo ele, para continuar fiel ao seu partido, perdendo as nomeações dos cargos federais. Entretanto, para o jornalista d’*O Dia*, Ferraz assumiu essa postura porque, diante de um PTB pequeno, “a inteligência lhe segredara a inexistência de *trabalhismo* em nossa

⁵¹⁴ SENSACIONAIS declarações do dep. Inácio Soares. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 13 jul. 1952.

⁵¹⁵ FERREIRA, Jorge. **Imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a, p. 107.

⁵¹⁶ FERRAZ, José Cândido. Arrancando o Capus. **O Dia**, Teresina, p. 8, 21 dez. 1952.

terra”⁵¹⁷. As disputas pelos cargos federais no seio da UDN também são apontadas como o grande e principal motivo do rompimento definitivo entre as duas alas.⁵¹⁸

De fato, uma reviravolta ocorreu quando um terceiro elemento entrou em cena: a adesão do senador *pessedista* Arêa Leão ao PTB. Rumores davam conta de que sua entrada no seio *petebista* teria ocorrido mediante a promessa de liderar o partido em âmbito local, além de receber todas as vantagens concedidas ao deputado Cândido Ferraz. Em troca, Arêa Leão levaria para o PTB seu cunhado, o senador Mathias Olympio, e o grupo que o apoiava, assim como também parte importante do PSD.⁵¹⁹ O senador Mathias Olympio não foi para o PTB e negou veementemente que ele e seu grupo tivessem feito qualquer pacto com o senador Arêa Leão, continuando como presidente da UDN no Piauí.⁵²⁰ A história da autoimportância política que o senador Arêa Leão havia se dado para conseguir favores políticos virou chacota na imprensa local.

Contudo, houve um desdobramento dessa questão na chefia do partido. José Cândido Ferraz, em discurso inflamado na Rádio Difusora, que posteriormente foi publicado em noticioso que o apoiava, afirmava que na convenção da UDN que se aproximava os rumos do partido iriam mudar, lançando um enfrentamento direto ao presidente *udenista*, Mathias Olympio. Segundo o jornal *O Dia*: “Referindo-se a convenção de janeiro, Ferraz deixa claro que terá candidato próprio, na pessoa do Dr. Eurípedes de Aguiar. Estará, assim, decididamente, contra a candidatura natural do Sr. Mathias Olympio, que é o atual presidente. E afirma o Sr. Ferraz, contar com 37 dos 48 diretórios políticos da UDN no Estado”.⁵²¹ Diante de tal querela, o jornal lançava a pergunta: *Qual será o destino do grupo que sairá derrotado?*⁵²², uma vez que, para o cronista, não havia possibilidade de acordo entre as partes. E realmente não houve.⁵²³

Os embates se tornaram cada vez mais publicizados, até mesmo porque o jornal que apoiava a UDN, *A Cidade*, estava sob o comando da ala *matiista*, e divulgava reportagens tentando defender a imagem do presidente do partido. O jornal *O Dia*, que apoiava o PSD, rompeu com a sigla e passou a prestar solidariedade à ala de José Cândido Ferraz, fazendo a

⁵¹⁷ CONSCIÊNCIAS mortas. *O Dia*, Teresina, p. 1-6, 23 nov. 1952.

⁵¹⁸ SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Matias Olympio**. Teresina: [s.n.], 2000, p. 33.

⁵¹⁹ COMO encara a Rádio Difusora de Teresina a reviravolta política piauiense. *O Dia*, Teresina, p. 8, 7 dez. 1952.

⁵²⁰ QUINTA coluna. *A Cidade*, Teresina, p. 1, 3 dez. 1954.

⁵²¹ COMO..., op. cit.

⁵²² Ibid.

⁵²³ Para Saber mais sobre as disputas internas da UDN no Piauí, ver: CUNHA E SILVA. Confronto. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 3 fev. 1952; POLÍTICA estadual. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 9 mar.1952.

defesa do candidato nas suas páginas. Esses dois noticiosos acabaram se tornando fontes privilegiadas, entre 1952 e 1954, dos embates entre esses dois grupos.

Com a derrota nas convenções municipais, Mathias Olympio decidiu mover ação judicial para questionar a lisura do processo.⁵²⁴ Mesmo com o processo em andamento, Eurípedes de Aguiar tomou posse como presidente da UDN no Piauí, mas a vitória do grupo de Ferraz durou pouco, porque em março o Conselho Nacional da UDN prorrogou o prazo do mandato de Mathias Olympio.⁵²⁵ Porém o pior ainda estava por vir: Eurípedes de Aguiar morreria durante a disputa presidencial *udenista*. E apenas em abril o Conselho Nacional do Partido aprovou a convenção em que o grupo de José Cândido Ferraz havia ganhado a chefia da sigla em âmbito local. O desfecho desse *imbróglio* foi a saída do grupo *matiista* da UDN.⁵²⁶

Matéria transcrita do jornal carioca *Última hora* aponta os números do grupo *matiista*. Um ano depois, segundo o noticioso, estavam sem partido um senador, dois deputados federais, cinco deputados estaduais e 100 prefeitos, grupo eleitoralmente significativo.⁵²⁷ A reportagem dava conta do possível grande contingente eleitoral que esse grupo carregaria, podendo, inclusive, ser concebido como “fiel da balança” em uma disputa eleitoral no Estado. Esta expressão, “fiel da balança”, impressa pelo jornal *Última hora*, será exaustivamente utilizada por contemporâneos nos diários piauienses, mas também nos livros de memória, bem como pelos jornalistas políticos locais. Anos mais tarde, a expressão voltaria a circular para definir a situação do PTB, pois a sigla seria vista como responsável por decidir os processos sucessórios no Estado.

Em meados de janeiro de 1954, o grupo *matiista*, em conversação com o Diretório Nacional do PTB, resolveu adentrar as fileiras trabalhistas. Em decorrência do prestígio do cargo de senador e de numeroso grupo de apoiadores, assim como do possível eleitorado que os acompanharia, a negociação fluiu no sentido de que os *ex-udenistas* ficassem com a presidência do partido no Estado.⁵²⁸ Entretanto, os entraves rapidamente surgiram, porque o grupo político liderado por João Emílio Falcão não aceitava ceder espaço, tampouco perder posições de prestígio, e - assim como fez no ano de 1952, recusando em convenção a entrada de vários elementos - rejeitou veementemente a admissão da ala *matiista* na sigla. Analisando a situação, um observador *pessedista* afirmou:

⁵²⁴ A BATALHA judiciária na UDN. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 13 jan. 1953.

⁵²⁵ PRORROGAÇÃO do mandato. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 5 mar. 1953.

⁵²⁶ HOMOLOGADA a convenção da UDN. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1. 1º abr. 1953.

⁵²⁷ UM SENADOR, sete deputados e 100 prefeitos à procura de um partido. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 15 dez. 1953.

⁵²⁸ PIAUÍ. Partido Trabalhista Brasileiro. Vigésima Quinta Ata, 29 jan. 1954. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

Está definitivamente assentada a entrada do senador Mathias Olympio nas fileiras do Partido Trabalhista Brasileiro [...]. No caso de assumir a direção do mesmo partido, como é o certo, mesmo com a permanência dos seus atuais dirigentes, que se mostram descontentes e revoltados, o senador Mathias Olympio entrará em conversações com diversos elementos de prestígio na política estadual fortalecendo ainda mais a agremiação [...] de modo que a próxima reestruturação do PTB marcará um notável acontecimento para os pleitos de outubro.⁵²⁹

A importância eleitoral dos *ex-udenistas*, segundo alguns avaliadores do PSD, foi levada em consideração no momento da decisão sobre qual grupo ficaria na direção do PTB piauiense. João Goulart, talvez tentando contornar a situação com os antigos partidários, para que o PTB não perdesse membros naquele conflito, teria relutado na decisão final, e acabou deixando o veredicto, segundo os jornais piauienses, a cargo do próprio Getúlio Vargas, que preferiu *os trabalhistas cristão-novos* aos antigos militantes.

Parece que agora está resolvido o debatido “caso” do PTB piauiense, com a interferência do próprio chefe da nação em favor do senador Mathias Olimpio. [...] De um lado, pesava o grupo do senhor João Emílio, lembrando a tradição o passado laborioso, os vínculos partidários estabelecidos através de uma longa história [...]. Do outro lado, apontavam os “matistas”, mostrando o peso do número, o valor da quantidade, a importância do montante eleitoral. Enterrado neste campo cheio de espinhos, com duas saídas inteiramente diferentes, o ex-ministro João Goulart discute, no Rio de Janeiro, o “caso” piauiense, sem “contudo”, tomar rumo certo ou atitude definida, embora deixando transparecer as suas tendências sentimentais pelos que formavam com o senhor João Emílio Falcão Costa, no PTB da tradição. Nessa altura, os acontecimentos sobem do Piauí ao Catete, e o senhor Getúlio Vargas, também chefe nacional do trabalhismo brasileiro, fez descer o prato da balança em que o Senhor Mathias Olimpio colocara os seus haveres eleitorais, dando, por conseguinte, a “chunchada” presidencial nessa disputa complexa, entre valores substancialmente diversos.⁵³⁰

Em fevereiro de 1954, a Comissão Executiva Nacional do PTB decidiu criar uma comissão executiva provisória no Piauí, presidida por Mathias Olympio e composta por Arêa Leão, Chagas Rodrigues e Demerval Lobão, para reestruturar o partido em nível local.⁵³¹ Apenas em abril o Tribunal Regional Eleitoral concedeu o pleno exercício da comissão no Estado.⁵³² Mathias Olympio passou a chefiar o partido trabalhista, mas se preocupava com a situação instável frente à ação judicial movida pelo ex-presidente João Emílio Falcão, como

⁵²⁹ TRABALHISTAS e matistas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 8, 31 jan. 1954.

⁵³⁰ GAYOSO FREITAS, J. O caso do PTB. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 7 mar. 1954.

⁵³¹ RODRIGUES, Matias Olimpio Chagas et alii. [Telegrama] 27 fev. 1954, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 2 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1954.02.27/03. 1954.

⁵³² RODRIGUES, Matias Olimpio Chagas. [Telegrama] 1º abr. 1954, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 2 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1954.04.01/02. 1954.

consta em nota do Gabinete da Presidência enviada a Vargas solicitando que fosse observada pelo presidente a situação do Partido no Superior Tribunal Eleitoral.⁵³³

A retirada dos líderes eleitos pelos correligionários e a assunção dos novos *trabalhistas*, fruto da indicação do Diretório Nacional, assemelhava-se a um golpe sobre aqueles que estiveram no partido desde a sua criação.

Em 1954, Chagas Rodrigues, Demerval Lobão e Mathias Olympio eram os nomes mais fortes do PTB no Piauí, que crescera e se tornara um reduto de velhos nomes da política do Estado, muitas vezes denominados de “os cristão-novos do petebismo”.⁵³⁴ Críticas não faltaram aos novos *petebistas*, em especial ao senador Mathias Olympio, segundo o editorial do jornal *O Dia*, que ora apoiava próceres *udenistas*: “Fervilhou, farejou um pouco e descobriu, sem demora, a gorda *caranguejada* do PTB, aquecida ao calor do catete e com a barriga recheada de cargos e verbas do Ministério do Trabalho.”⁵³⁵ Em outro trecho, o articulista aponta a forma como João Emílio Falcão foi sumariamente retirado da direção do PTB: “[...] é manifesta a repulsa do público e do eleitorado por êsse grupo que, na mais covarde e indigna das lutas, arrancou das mãos do ilustre médico conterrâneo João Emílio Costa a direção do partido, por ele fundado e organizado no Piauí”⁵³⁶.

Ao que parece, os *udenistas* questionavam a mobilização eleitoral dos novos líderes *petebistas*. Em tom cômico, o jornal *O Dia*, apoiador da UDN, publicou trecho de um suposto diálogo do ministro João Goulart com um piauiense não identificado. Teria perguntado o vice-presidente Jango:

Afinal de contas, êstes eleitores do Mathias obedecem a ele mesmo, ou são da UDN? Um piauiense que estava do lado retrucou: Ministro, V. Excia, pode acreditar, no Piauí mesmo, só tem dois partidos: govêrno e oposição! Quem é govêrno, ta *cum* govêrno! Quem é oposição, tá *cum* a oposição! O resto é como aquela história do trancôso: *entrou pelo bico do pinto, saiu pelo bico do pato, nosso senhor meu amo mandou que lhe contasse mais quatro...*” O ministro riu e dissera: “já vi que o eleitorado do Mathias é todo dessa história do trancôso. Bem que o deputado ZéCândido me preveniu...”⁵³⁷

Anedotas à parte, possivelmente a questão que interessava, naquele momento, era

⁵³³ GABINETE do Presidente da República [Nota] 12 maio 1951, Rio de Janeiro, DF. 2 f. Informa do pedido de Matias Olimpio de recomendar ao Diretor Geral do DCT e Presidente da COFAP, INIC e BNB, com quais pretende tratar de assunto ligado ao Piauí. Solicita ainda a atenção do presidente para o caso do PTB do Piauí no STE. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1951.05.12. 1951.

⁵³⁴ FATOS políticos. *O Dia*, Teresina, p. 5, 9 maio 1954.

⁵³⁵ AGUIAR, Chrysippo de. Cortina de Fumaça. *O Dia*, Teresina, p. 5, 11 abr. 1954.

⁵³⁶ RAJÁ-MI. Grito de Protesto. *O Dia*, Teresina, p. 1, 20 jun. 1954.

⁵³⁷ CARTAS do Rio. *O Dia*, Teresina, p. 6, 1º fev. 1954.

se o Diretório Nacional teria acertado na escolha ao retirar da presidência do partido João Emílio Falcão e lançar Mathias Olympio e seu grupo na direção do PTB estadual. O jornal *O Dia* apontava que a saída de João Emílio Falcão - que mesmo considerado um líder fraco na organização inicial do PTB, depois de alguns anos de intensa luta havia conseguido mais de 12 mil eleitores - provocaria o abandono da legenda pelos seus eleitores. Nesse sentido, questionava-se sobretudo o “real” benefício da liderança de Mathias Olympio para o PTB.⁵³⁸

Finda a querela sobre a direção do partido no Estado, PSD e UDN começam a disputar seu apoio para a sucessão de 1954, pois “para onde pendesse o PTB, a eleição estava decidida”⁵³⁹. Pendeu para o PSD. O ranço que a disputa interna com José Cândido Ferraz deixou tornou quase inevitável a aproximação entre PTB e PSD. Em telegrama, no mesmo ano, os partidários *petebistas* comunicavam a Getúlio Vargas a coligação feita com o PSD no Piauí.⁵⁴⁰ O nome do candidato ao governo, general Jacob Manoel Gayoso e Almendra, cunhado do governador Pedro Freitas, era das hostes *pessedistas*, enquanto o advogado e ex-deputado estadual *udenista* Francisco Ferreira de Castro, nome indicado para vice-governador, era das fileiras do PTB. Esse acordo foi denominado de “Aliança Democrática Trabalhista”⁵⁴¹. Em meio aos acordos partidários, um acontecimento serviu para juntar ainda mais *petebistas* e *pessedistas* piauienses no ano de 1954: a morte de Getúlio Vargas.

Grande massa popular esteve reunida em noite de segunda-feira, prestando expressiva homenagem de saudade ao Presidente Getúlio Vargas. A concentração foi promovida pelo Partido Trabalhista Brasileiro, com o apoio integral do Partido Social Democrático à qual compareceram mais de duas mil pessoas. Até hoje não se havia registrado, em Teresina, maior aglomeração humana. Discursaram, entre delirantes aplausos da multidão os jornalistas Fabrício de Área Leão e Camilo Filho, Drs. Darcy Fontenele de Araújo, Leônidas de Castro Mello, Mathias Olímpio de Mello, Francisco Ferreira de Castro, Ney Baumann, Clidenor de Freitas, Santos Rocha, João Damasceno de Oliveira e tantos outros que exaltaram o nome do Presidente Vargas tragicamente desaparecido em consequência de lamentáveis acontecimentos políticos.⁵⁴²

⁵³⁸ SITUAÇÃO política. *O Dia*. Teresina, 21 fev. 1954.

⁵³⁹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Wall Ferraz: pequeno roteiro biográfico. In: _____ et al. (Org.). **Wall Ferraz: o homem e o estadista**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves – PMT, 1995. p. 9-54, p. 15.

⁵⁴⁰ RODRIGUES, Matias Olimpio Chagas et alii. [Telegrama] 27 fev. 1954, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 2 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1954.02.27/03. 1954.

⁵⁴¹ Na mesma mensagem percebeu-se a preocupação dos novos *petebistas* com a crise política enfrentada pelo governo federal, pois levavam Mathias Olympio, Chagas Rodrigues e Demerval Lobão ao conhecimento de Vargas que: “[...] sob calorosas aclamações foi aprovada moção irrestrita de solidariedade política V. Excia. em que Trabalhistas piauienses depositam suas mais decidida confiança” (Ibid.).

⁵⁴² CONCENTRAÇÃO popular. *O Piauí*. Teresina, p. 1, 2 set. 1954.

A morte de homens públicos, como já evidenciado neste trabalho, exerce um impacto profundo sobre o coletivo social, construindo um sentimento de pesar que deve ser analisado como parte da cultura. Os *trabalhistas*, em decorrência da perda do líder, lançaram carta pública à população piauiense para mostrar, pelo menos em nível de discurso, o sentimento de dor e pesar que se abatera sobre seus militantes.

12/set/1954 – Aos trabalhistas (Luiz G. M. Bastos)

Sob o impacto da dor e do peso da vergonha, na fatídica manhã do dia 24 de agosto deste ano, a Nação brasileira curvou-se genuflecta, mergulhada em pranto ao tomar conhecimento do inesperado suicídio do grande e imortal Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas. Muito ela chorou... continua chorando e muito ainda terá que chorar, à proporção que forem aumentando a nossa desgraça e infelicidade dos vossos filhos e o baqueamento irreparável da Terra de Santa Cruz.

Getúlio Vargas, o chefe amigo, leal e bom, não se matou: mataram-no! Foram as mãos ensangüentadas dos seus opositores, dos crápulas e traidores, que acionaram sorratoriamente o gatilho da arma homicida que o foi ferir mortalmente no coração magnânimo “isento de ódios e ressentimentos”, contra aqueles que o fizeram um mártir, um herói... um homem diferente dos outros.

As lágrimas que endureceram o seu ataúde, partidas indiferentemente de olhos vivazes de mocidade, e de olhos já ofuscados pelo desgaste da velhice, de permeio com as cenas de dor e compunção eram iguais em sentimentos, numa derradeira homenagem do “povo que agora se queda desamparado”, ao querido Presidente, que ao tomar a firme resolução de “sair da vida para entrar na história”, dando “o primeiro passo no caminho da eternidade”, não esqueceu nem mesmo os seus objugadores, deixando-lhes um legado: “o de sua morte”, mostrando a todos, pela última vez a sua grandeza d’alma. [...]

No dia 3 de Outubro que se aproxima, mostraremos aos Brasileiros, aos Bilaques, aos leprosos morais Carlos Lacerdas et caterva, que a honra de um Presidente, como a de Getúlio Vargas, custa caro. Que um povo tripudiado pode erguer-se e exigir em dobro o resgate de uma vida, cujo claro ficará para sempre neste Brasil que só motivos tem para orgulhar-se de tê-lo tido como filho e como regente dos seus destinos nos dias mais conturbados de sua vida.⁵⁴³

Diante de tão consternados sentimentos, críticas surgiram nos noticiosos locais de forma rigorosa. Muitos desses textos apontavam o “sentimento” dos *novos-trabalhistas*, além dos líderes de outras siglas que foram prestar homenagens ao falecido presidente como ações “hipócritas” dos que queriam se promover com a morte de Vargas. Um leitor anônimo do jornal *O Dia*, assinando sob a alcunha “eleitor do PSP”, enviou carta ao jornal descrevendo a sua impressão sobre os acontecimentos públicos em homenagem a Getúlio Vargas.

⁵⁴³ BASTOS, Luis G. M. Aos trabalhistas. **Jornal do Piauí**, Teresina, 12 set. 1954 apud ASSUNÇÃO, Rosângela. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

Ali, não estavam os correligionários sinceros, os companheiros fiéis nas horas de vicissitudes porque passara Getúlio Vargas, mas tão somente, aqueles que tantos benefícios receberam em todo o período ditatorial, para dêle fugirem quando aqui estivera em propaganda de sua candidatura em 1950. Ali, reuniram-se Santos Rocha, Leônidas Melo e o general Gaioso, os mesmos que em 1950, por pretexto futilíssimo, rumaram para o interior do estado, a fim de não se apresentarem ao candidato populista GETÚLIO VARGAS, e que hoje fingem prestar-lhe homenagem póstuma. Ali, estava Mathias Olimpio, que muitas e muitas vezes, derramara a sua bÍlis em praça pública, para estigmatizar a personalidade de Getúlio Vargas. [...] Ali, finalmente, não era uma concentração cívica, mas um “show” de hipócritas, que em vez de honrarem a memória de Getúlio Vargas, insultaram a sua alma e atentaram contra os brios dos legítimos trabalhistas. Aos hipócritas, portanto, apenas um consôlo: Agenor, para Prefeito de Teresina; Lustosa Sobrinho para Governador do Estado do Piauí; Chrysippo de Aguiar para vice-governador!!!⁵⁴⁴

Teresina, 2 de setembro de 1954 (produção de humilde eleitor, filiado ao PSP).⁵⁴⁵

Nos quadros políticos locais pouco se apontava a importância do *trabalhismo* para o processo eleitoral, mas se ventilava, por outro lado, o fato de a UDN ter se apossado da sigla trabalhista. Severino Lyra, cronista do jornal *O Dia*, perguntava, por seu turno:

Onde está o PTB piauiense? Em que mundo, em que êstrela êle se encontra? Será, porventura, essa ala da União Democrática Nacional chefiada pelo Senador Mathias Olimpio? Um fazendeiro vendeu uma boiada, a qual, pelo fato de haver passado a pertencer a outro homem, deixou de ser boiada? Não.⁵⁴⁶

Os antigos *trabalhistas*, do pouco que ainda possuíam de convicção doutrinária, que em grande medida se resumia ao *getulismo*, com a morte de Getúlio Vargas ficaram sob a sorte de uma nova direção impregnada das desavenças *udenistas*. O PTB, naquele momento, era percebido como um desdobramento da UDN.

Nas eleições daquele ano foram eleitos pelo PTB um Senador: o ex-*udenista* Mathias Olympio; um deputado federal: o ex-*udenista* Chagas Rodrigues; e quatro deputados estaduais: dois ex-*udenistas*, João Ribeiro de Carvalho e Alberto Bessa Luz, e Filadelfo Freire de Castro e Samuel Tupinambá.

Pouco mais de um ano depois da eleição, a coligação PSD-PTB desfez-se, em decorrência do não cumprimento de acordos propostos durante a campanha de 1954. Para além do tratamento desigual dado aos aliados *petebistas*, no que tange à distribuição dos

⁵⁴⁴ Os candidatos citados são da Coligação “Democrática Progressista”, que contava com as seguintes siglas: UND-PSP-PL. Joaquim Lustosa Sobrinho, candidato ao governo, era da UDN, e Antonio Chrysippo de Aguiar era candidato a vice-governador pelo PSP.

⁵⁴⁵ O “SHOW” dos hipócritas. *O Dia*, Teresina, p. 3, 5 set. 1954.

⁵⁴⁶ LYRA, Severino. Uns e outros. *O Dia*, Teresina, p. 4, 12 set. 1954.

cargos no governo, no ano de 1956, o governador Gayoso e Almendra, por ocasião de viagem para cumprir compromissos políticos no sul do País, recusou-se a transferir a chefia do Executivo para o vice-governador *petebista*, Francisco Ferreira de Castro, afirmando que ele não estava apto a exercer o governo. Publicamente a coligação foi desfeita, e os deputados *petebistas* começaram imediatamente a dialogar com os colegas *udenistas*, para fazer oposição ao governo do PSD.

3.3 O pacto dos camundongos: PTB-UDN em 1958

O *contexto cultural* em que estavam imersos os partidos políticos no Piauí aponta para algumas singularidades que decorrem da *cultura política partidária* local. A violência, simbólica e física, as negociatas, os favorecimentos pessoais, a corrida para a distribuição das nomeações e cargos públicos, o fisiologismo, todas integram as práticas culturais que marcavam a atuação dos políticos no exercício do Poder Público. O PTB, longe de se afastar de tais práticas, entrou efetivamente na cena política local por seu intermédio.

Segundo Antônio José Medeiros, a partir de 1950, os partidos no Piauí, em especial os três maiores - PSD, UDN e PTB -, mantiveram “certa coerência com o perfil partidário dominante a nível nacional”⁵⁴⁷, sem abandonar, contudo, as singularidades para acomodação dos *esquemas* políticos tradicionais e dos novos grupos que iam se formando. A coerência especulada por Antônio José Medeiros relacionava-se ao fato de a UDN ser no Piauí, assim como em boa parte do Brasil, um reduto do *antigetulismo*; de o PSD ser um *locus* de concentração das forças beneficiadas pelo *Estado Novo*, também em grande parte do território brasileiro; e de o PTB ser uma via, mesmo que no plano discursivo, de articulação dos trabalhadores, apoiando-se em elementos como o *getulismo* e a *disputa de espaço com os comunistas*.

O PTB nasceu tímido, como se observou, e foi difícil estabelecer um avanço do *trabalhismo* no Estado em seus primeiros anos. Apenas na década de 1950 a sigla ganhou notoriedade frente à disputa polarizada entre *udenistas* e *pessedistas*, quando o grupo liderado por Mathias Olympio se transferiu para o PTB e passou a controlar a sigla, promovendo uma convivência entre algumas antigas e desprestigiadas forças trabalhistas e os cristãos-novos *trabalhistas*.

⁵⁴⁷ MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996, p. 63.

Em 1958, de acordo com as recomendações do Diretório Nacional, o PTB deveria lançar candidatos ao governo nos Estados. Desfeito o acordo com o PSD desde 1956, os *petebistas* piauienses não pretendiam entrar no jogo sem apoio de outra sigla. Como as conversações já estavam em andamento entre os deputados estaduais *petebistas* e *udenistas* para a sistemática oposição ao Governo de Gayoso e Almendra, o passo seguinte foi a aproximação entre os dirigentes, em especial Mathias Olympio e José Cândido Ferraz.

Deve-se lembrar que aqueles políticos trabalhistas que se encontravam sob o comando do partido durante o processo sucessório de 1958 haviam saído da UDN sob litígio público há menos de quatro anos. Compondo os antigos quadros da UDN, o senador Mathias Olympio, o deputado federal Chagas Rodrigues e o também deputado federal Demerval Lobão travaram publicamente um embate pelo domínio partidário daquela sigla com o deputado federal José Cândido Ferraz e o ex-governador Eurípedes de Aguiar. Como já mencionado, o litígio entre o grupo chamado de *matiista* e o grupo liderado pelo deputado federal José Cândido Ferraz, que se debateram até promoverem uma ruptura no seio do partido, saindo vitorioso o grupo de Ferraz, tornou-se a principal notícia dos jornais locais. Depois da derrota, a ala *matiista* foi para o PTB levando consigo vários correligionários de todo o Estado. Pouco tempo depois, em 1958, estariam juntos ex-*udenistas* e *udenistas*, sob o signo de *petebistas* e *udenistas*.

Sobre aquela coligação, alguns aspectos gerais devem ser mencionados. Com relação à UDN, não houve, nesse pacto, uma exclusividade local. No ano de 1958, segundo Maria Victoria Benevides, aquela sigla teria inaugurado uma nova política de acordos e coligações nos Estados, com o intuito de angariar vitórias. Naquele momento, dominava no seio *udenista* a proposta que surgiu com Juraci Magalhães, defensor convicto dos acordos, de que os diretórios deveriam respeitar “as realidades locais”, embora devessem também firmar acordos para evitar as “derrotas gloriosas”⁵⁴⁸. Outro elemento que deve ser evidenciado na construção desse acordo é lembrado nas memórias do ex-político *udenista* Djalma Veloso, segundo o qual os acordos promovidos nos Estados entre grupos antagônicos em nível nacional eram uma realidade que ultrapassava “o problema de posições ideológicas ou convicções políticas”, uma vez que tais desavenças eram esquecidas na hora da disputa dos cargos.⁵⁴⁹

Entre os partidários daquelas siglas, os antigos entraves publicizados entre as alas *matiistas* e *zecandistas* geraram desconforto, chegando ao ponto de alguns dos membros da

⁵⁴⁸ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 104.

⁵⁴⁹ KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso: o político e a sua época**. Teresina: Zodíaco, 2006, p. 217.

UDN se dirigirem à imprensa para negar qualquer apoio ao acordo estabelecido, como fez o deputado Ademar Rocha, que lançou nota acusando o partido de ter se vendido - no caso, a venda teria sido executada pelo deputado federal José Cândido, que encampara o acordo com o PTB.⁵⁵⁰ O pacto *udeno-trabalhista*, como passou a ser denominada a coligação, recebeu duras críticas também do PSD, como se pode observar no trecho que segue:

José Cândido Ferraz degradou e aviltou a UDN. Penitenciou-se a Matias Olímpio. Parece até ironia do destino. Vomitou e comeu o vômito. Dois velhacos unidos, dois gladiadores de ontem lutando na arena para alegrarem os espectadores ávidos de circo e emoções baratas, hoje empunham as mesmas armas do embuste e da perfídia com que se guerrearam.⁵⁵¹

Nas páginas dos jornais *pessedistas*, denunciava-se à população piauiense o modo debochado como militantes e políticos das agremiações coligadas PTB-UDN tratavam a política partidária no Estado, resultando na denominação do pacto entre as duas siglas, em alguns noticiosos, de “pacto dos camundongos”⁵⁵². Nesse acordo, pesava ainda sobre a UDN, um dos maiores partidos existentes no Estado até aquele momento, o fato de não lançar candidato ao governo. Segundo o jornal *Folha da Manhã*, os *udenistas* assistiam à vergonhosa humilhação de tornarem-se subalternos do PTB.⁵⁵³

Rancores à parte, é necessário entender que o PSD, naquele momento, perdera o apoio de um partido que estava crescendo em número de filiados, em especial em decorrência das manobras políticas auxiliadas e coordenadas pelo presidente João Goulart no Piauí. Com o intuito de fragilizar o acordo entre as oposições, algumas perguntas eram lançadas publicamente pelos governistas sobre a proposição do nome de Demerval Lobão, pois já que o PTB seria cabeça de chapa a qualquer custo, por que não lançar um nome mais prestigiado em nível nacional no partido? Ou, de forma mais direta: Por que não lançaram Chagas Rodrigues? Segundo o jornal governista, Chagas Rodrigues tinha “mais possibilidades materiais e eleitorais do que Demerval Lobão”. Faz sentido essa questão lançada pelo editorial do jornal *O Dia*, nas duas perspectivas apresentadas. Chagas Rodrigues era filho de rico exportador de Parnaíba, segunda maior cidade do Estado, casado com a filha de um dos homens mais ricos do Piauí, portanto teria plenas condições materiais de custear as despesas da campanha eleitoral. Era deputado federal pelo segundo mandato consecutivo, mesmo mudando da UDN para o PTB, e havia conseguido galgar posições de destaque nos meios

⁵⁵⁰ GENERAL Ademar Rocha. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 jan. 1958.

⁵⁵¹ CLAUDIUS. A rendição udenista. **O Dia**, Teresina, p. 6, 19 jan. 1958.

⁵⁵² O PACTO dos camundongos. **Folha da Manhã**, Teresina, p.1-5, 2 fev. 1958.

⁵⁵³ ESCOLHA de portas fechadas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 fev. 1958. Ver também: EM TÔRNO da sucessão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 19 jan. 1958; A RENDIÇÃO udenista. **O Dia**. Teresina, p. 6, 19 jan. 1958.

trabalhistas nacionais. Por que o partido preferiu Demerval Lobão, que não contava com os mesmos recursos, pois era “apenas” um juiz? Por que Chagas Rodrigues não foi lançado como candidato? Inferiu-se que Chagas Rodrigues possivelmente contasse com seus redutos eleitorais para concorrer novamente a uma vaga na Câmara Federal, por isso não se aventuraria em uma eleição ao governo do Estado, sem a certeza da vitória. Demerval Lobão, por outro lado, líder do partido no Estado, mesmo sem cargos eletivos, contava com prestígio e apoio dos correligionários, em especial do senador Mathias Olympio, e, se sáísse derrotado, voltaria à liderança do partido, não sofrendo a perda de nenhum cargo eletivo com o processo sucessório, apenas o desgaste habitual de uma campanha.

A dúvida sobre a vitória na disputa sucessória cintilava entre os próprios militantes dos partidos. As antigas brigas no seio partidário não ajudaram a revelar um quadro previamente favorável nem para as *Oposições Coligadas* (PTB-UDN), nem para a *Coligação Democrática Piauiense* (PSD – PSP - PR - PRP). No tocante às questões práticas inerentes ao processo eleitoral, se se refletisse tanto sobre o acordo “escuso” entre PTB e UDN quanto sobre a falta de “popularidade” do candidato ao governo de tal coligação, possivelmente a ordem desses elementos apontados levasse a crer que a disputa pelo Executivo, mesmo com o desgaste da família Almendra-Freitas, ainda era algo nebuloso para os seus participantes.

O resultado desse pleito foi detalhadamente analisado no Capítulo 2, e, como visto, Chagas Rodrigues tornou-se governador, tendo como uma das principais razões de sua ascensão a morte do candidato Demerval Lobão.⁵⁵⁴ Em 1958, portanto, o *trabalhismo oficial* como projeto político emergiu no Estado, tentando introduzir uma forma de exercício de Poder Público próxima à que o núcleo partidário nacional propunha. Para que isso ocorresse, no entanto, o partido precisava contar com o apoio do eleitorado, de maneira mais clara, daqueles a quem a sigla se destinava, os trabalhadores. E é sobre esses sujeitos que se irá tratar no próximo capítulo.

⁵⁵⁴ Das quatro eleições entre 1945 e 1958, no Piauí, a UDN venceu uma (1947), o PSD venceu duas (1950 e 1954), e venceria a eleição naquele pleito o PTB (1958). Uma das vitórias do PSD foi em coligação com o PTB (1954), a do PTB foi em coligação com a UDN.

4 ENTRE O LABOR E A POBREZA: OS TRABALHADORES DO CAMPO E DA CIDADE NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960 NO PIAUÍ

“O pobre e o burguês
 É belo! É Belo! O meu Brasil querido!
 Êste país nunca será vencido
 Pelos latifundiários.
 Mas, o que vemos agora? – camponeses
 Morrendo de fome, eternamente presos
 Pelas mãos sanguinárias
 Êles trabalham a terra, coitados
 Mas o fruto que produzem são roubados
 Pelos patrões da cidade
 São os escravos do campo, os renegados
 Da pátria. Êles vivem sufocados
 Pela iniquidade.
 Que descalabro! Que Torpêsa vil!
 Que horror! Que injustiça! Meu Brasil
 Pra que tanta desgraça?
 Se temos tanta riqueza, tanta terra?
 Isto é infâmia! Isto brada à Guerra!!!
 Levanta-te população!!”⁵⁵⁵

A tentativa de estabelecer um governo com base em um projeto político *trabalhista* começou a delinear caminhos que não haviam sido percorridos pela *cultura política partidária* local. Tal ensaio governista acabou chamando atenção dos políticos pertencentes a outras siglas, mas também cooptou olhares de outras instituições, como a Igreja Católica. Repentinamente, o trabalhador piauiense, esquecido há muitos anos das contendas políticas, tornar-se-ia o foco central de uma disputa que visava, sobretudo, a sua liderança. Portanto, para se compreender as dimensões das disputas de que os trabalhadores piauienses se tornaram alvo, é necessário apresentar, mesmo que brevemente, quem eles eram, de que forma sobreviviam em seu cotidiano e quais as organizações que os representavam no Estado.

Destarte, observar as condições de existência dos *trabalhadores* por meio de relatos construídos por esse segmento no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960 não é uma tarefa fácil. Apesar de o recorte temporal ser relativamente recente, as marcas e os registros deixados pelos próprios trabalhadores são desconhecidos. Esses camponeses e operários, em sua imensa maioria analfabeta, não tiveram como legar um vasto número de escritos sobre o seu cotidiano. Contudo, na busca por indícios, conseguiu-se observar trechos de sua existência por meio das vozes dos jornalistas ligados às diversas siglas partidárias; de alguns raros livros

⁵⁵⁵ Venceslau dos Santos, poeta piauiense. Retirado de uma carta do Lavrador José Esperidião Fernandes, anexada como documento do IPM Processo nº CLXXV: CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

de memória que tangencialmente abordavam o cotidiano dos trabalhadores; da documentação oficial; e da literatura. Apesar de essa última fonte não ser intensamente explorada em outros capítulos, sua escolha para a escrita deste tópico se revestiu de uma necessidade. Em decorrência da escassez de representações sobre o trabalhador nos jornais e livros de memórias, e desejando-se conhecer melhor a vida desses piauienses, em especial os do campo, deparou-se com os textos literários produzidos nas décadas de 1950 e 1960, e que, de forma latente, apresentavam o cotidiano dos trabalhadores piauienses.

Nessa busca, priorizou-se a obra produzida por um renomado romancista piauiense, Assis Brasil. Esse literato, durante a década de 1960, lançou quatro livros, que foram denominados de *Tetralogia Piauiense: Beira Rio, Beira Vida* (1965); *A filha do meio-quilo* (1966); *O Salto do Cavalo Cobridor* (1968); e, por último, *Pacamão* (1969). Para Assis Brasil, todos esses escritos foram compostos tendo “a experiência existencial [como] a matéria-prima para o levantamento de um mundo ficcional”⁵⁵⁷. As representações sobre a pobreza, os trabalhadores pobres, a segregação social, o homem do campo, a vida de agregado na segunda metade do século XX, foram pontos nodais de seus romances, uma vez que, para o autor, essa forma de criar tendo como base o “real” possuía uma única intenção: a denúncia. Em decorrência desse caráter que Assis Brasil atribuiu aos seus textos, o literato acabou apresentando o cotidiano dos trabalhadores nas cidades piauienses, como ocorre na obra *Beira Rio, Beira Vida* (1965), em que direciona sua voz para os sujeitos marginais que viviam em meio à pobreza e à prostituição, retratando tangencialmente a existência dos obreiros do cais do porto, na região de Parnaíba. Para além dos pequenos núcleos urbanos, o literato também buscou representar a vida no campo e dos seus trabalhadores, em especial os agregados, como ocorreu no romance *O Salto do Cavalo Cobridor* (1968).

Adentrou-se ainda o universo de duas outras obras importantes desse autor, que dão suporte à representação da pobreza e das desigualdades sociais no Piauí: *A filha do meio-quilo* (1966) e *Pacamão* (1969). Nesse conjunto de escritos, encontrou-se o que foi definido pelo romancista José Cândido de Carvalho no prefácio de *Beira Rio, Beira Vida* como “as criaturinhas de pé no chão, que não têm dinheiro em bancos, sujeitos desimportantes, apenas pobres e boas pessoinhas de Deus”⁵⁵⁸.

A obra *Palha de Arroz*⁵⁵⁹ (1968), do picoense Fontes Ibiapina, é um romance que se passa no momento final da interventoria de Leônidas de Castro Mello, na metade da década

⁵⁵⁷ BRASIL, Assis. Tetralogia Piauiense. In: _____ (Org.). *Pacamão*. Rio de Janeiro: Bloch, 1969. p. 11-15.

⁵⁵⁸ CARVALHO, José Cândido. Prefácio. In: BRASIL, Assis. *Beira Rio, Beira Vida*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. p. 3-5.

⁵⁵⁹ IBIAPINA, Fontes. *Palha de Arroz*. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002.

de 1940, e que também serviu de fonte para analisar os trabalhadores no Piauí. O romancista apresenta uma obra de natureza histórica, envolvendo, em forma de ficção, eventos e situações reais, como os incêndios e a repressão policial havida naquele período. De forma substancial, a narrativa apresenta um quadro bastante importante da situação dos trabalhadores e marginais que viviam em Teresina, com experiências sociais que podem ser verificadas nos jornais impressos ainda nas décadas de 1950 e 1960.⁵⁶⁰ Ressalta-se que *Palha de Arroz* apresenta um amplo quadro da condição de pobreza de segmentos sociais específicos como canoieiros, pescadores, balseiros, estivadores, lavadeiras e outras pessoas da “arraia miúda”, que viviam nas zonas periféricas e profundamente pobres da capital do Piauí.⁵⁶¹

O uso da literatura como forma de buscar sujeitos e espaços, dando visibilidade histórica ao cotidiano, já foi método de historiadores renomados, como o inglês Raymond Williams, em sua obra clássica *O campo e a cidade, na História e na Literatura*.⁵⁶² De forma especial, seu estudo contribuiu para que se pudesse compreender que a investigação do historiador nos textos literários não se destina a buscar uma “veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica”⁵⁶³. Busca-se, portanto, não o trabalhador “real” - que mesmo que deixasse grandes volumes escritos sobre sua existência, estaria apenas produzindo uma representação de si e do mundo que habitava -, mas a perspectiva histórica de sua vivência.⁵⁶⁴

Pretende-se que a junção das obras literárias utilizadas neste capítulo com outras fontes já mencionadas na escrita da tese promova um panorama amplo e mais próximo possível das condições de existência daqueles que não puderam registrar as suas experiências. Dessa forma, em busca dos trabalhadores organizados em sindicatos e associações, além dos jornais⁵⁶⁵ e livros de memórias já fartamente empregados em outros capítulos, também serão utilizados dois Inquéritos Policiais Militares (IPM), realizados pelo Exército após o golpe de 1964. Essas investigações foram abertas contra sindicalistas e trabalhadores de atuação tida

⁵⁶⁰ SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. História e Ficção em Palha de Arroz. In: IBIAPINA, Fontes (Org.). **Palha de Arroz**. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002. p. 215-224. (Volume 1). Ver também: SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. A cidade incendiada: uma visão histórica e literária dos incêndios de Teresina. **Scientia et spes**: revista do Instituto Camillo Filho, Teresina, v. 1, n. 2, p. 315-342, 2002.

⁵⁶¹ Ibid., p. 138.

⁵⁶² WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁵⁶³ Ibid., p. 25.

⁵⁶⁴ No Brasil, Cristine Rufino Dabat contribui também para essa questão, discutindo as representações negativas elaboradas na literatura sobre os camponeses. DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Org.). **História, Cultura e Trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 153-175.

⁵⁶⁵ Neste capítulo utiliza-se o noticioso paulista *Terra Livre*, da União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil, órgão do Partido Comunista, que circulou entre os anos de 1954 e 1964, pesquisado no site da Biblioteca Nacional. Link para consulta: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>.

como subversiva no Piauí. Apesar da condição extrema em que se encontravam muitos desses sujeitos no momento dos depoimentos, importa verificar algumas representações construídas sobre as organizações dos trabalhadores, bem como analisar a documentação disponível nos anexos dos processos.⁵⁶⁶

4.1 O mendigo da Federação ou a gata borralheira da República⁵⁶⁷

“No Piauí, nas cidades e na zona rural, não há pobreza: há miséria.”⁵⁶⁸

Para entender as condições sociais em que estavam inseridos os trabalhadores, foi preciso delinear um pequeno esboço sobre o Piauí da segunda metade do século XX. Com alguns dados, foi possível traçar um panorama bastante cético sobre o período que compreende as décadas de 1950 e 1960. Pelos idos dos anos de 1950, o Piauí possuía 1.046.669 habitantes, 84% dos quais viviam na zona rural.⁵⁶⁹ Eram homens, mulheres e crianças que traziam em seu percurso existencial a marca do analfabetismo, pois para cada quatro habitantes, três não sabiam ler nem escrever. Rural e analfabeto, era também, no final dos anos 1950, o Estado com menor renda *per capita* do País.⁵⁷⁰ Portanto, pode-se argumentar que o Piauí, naquele momento, era um Estado pobre e com importantes problemas sociais.

Nas décadas de 1950 e 1960, os jornais locais, que, como já informado, mantinham seu caráter político partidário, desempenhavam de forma eficiente o papel de fomentadores dessa representação da “pobreza piauiense”⁵⁷¹, estampando quase

⁵⁶⁶ Os dois processos versam sobre as organizações sindicais em Parnaíba: CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015; CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CCCXLIV**. V. 3. Organização Movimento Sindical. Fortaleza, CE, 1965, p. 133. Projeto BNM nº 349. 1965. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_04&pagfis=33830>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁵⁶⁷ O Deputado Federal Lincoln Feliciano, do PSD de São Paulo, discursou na Câmara federal afirmando que o Piauí era o irmão pobre dos estados, “o mendigo da federação”, fala que repercutiu de forma intensa nos periódicos locais. Ver: PIAUÍ é o estado mendigo da federação. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 14 jan. 1959. Sobre a expressão Gata borralheira da república, ver a reportagem escrita pelo jornalista Pimentel Gomes, direto do Rio de Janeiro. GOMES, Pimentel. Os chapadões do Meio Norte. **O Dia**, Teresina, p. 4, 30 nov. 1958.

⁵⁶⁸ Em matéria retirada do Diário Oficial, no ano de 1943, escrita pelo intelectual Benedito Martins Napoleão. Ver: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo: modernização e violência policial (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002, p. 90.

⁵⁶⁹ MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003, p. 175.

⁵⁷⁰ SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Eleições de 1962: estudo e tentativa de interpretação**. Teresina: [s.n.], 1963, p. 3.

⁵⁷¹ O Piauí representado sob o signo da pobreza, ver: RABELO, Elson de Assis. **A História entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

cotidianamente matérias que apresentavam a tensão econômica vivida pelo Estado em decorrência da crise gerada pela acentuada queda da exportação da Cera de Carnaúba.⁵⁷² Era fundamental anunciar a pobreza piauiense, segundo a perspectiva daquele setor partidário, com o intuito de barganhar verbas federais. O Piauí, desse modo, era vividamente anunciado pelos seus políticos como o Estado mais pobre do Brasil, o miserável, o esquecido da nação. Tal definição trouxe à tona o discurso da pobreza como elemento central para as propostas de Administração Pública, sendo proferido por candidatos de todas as siglas, inclusive pelo governador eleito pelo PTB Chagas Rodrigues.⁵⁷³

Apesar da avalanche discursiva que fomentou a construção do estereótipo do Piauí como estado mais pobre e atrasado do País⁵⁷⁴, não se pode desconsiderar que a pobreza era real e de fato sentida pela população. O parco desenvolvimento do Estado, e, por consequência, da grande maioria dos que nele habitavam, tinha profundas razões históricas. Os latifúndios predominaram no Piauí desde o século XVIII, e o acúmulo de terras nas mãos de poucos caracterizou o primeiro ciclo econômico daquela região, a pecuária. As fazendas de gado usavam longas extensões territoriais para a pastagem, valendo-se de um número reduzido de trabalhadores para sua organização, condição que acabou definindo o processo de ocupação da região.⁵⁷⁵ Os moradores desses rincões, com o correr dos anos e o aumento populacional, passaram, além de cuidar do gado, também a produzir sua própria alimentação a partir da terra cedida pelo proprietário. O desdobramento histórico dessa condição foi se arrastando até o século XX, e as possibilidades de acesso à terra pelos trabalhadores eram escassas devido à sua pobreza e à persistente concentração territorial pelos latifundiários, que tinham interesse em manter a mão de obra subalterna.

Na segunda metade do século XX, a principal forma de cultivo da terra baseava-se na produção familiar, de forma generalizada em terrenos cedidos pelos grandes proprietários.

⁵⁷² Segundo as pesquisadoras Sanny Garcia e Jaíra Gomes, “A Cera de Carnaúba teve grande importância no desenvolvimento socioeconômico do Piauí. [...] a cera tornou-se, no período de 1920 a 1950, o principal produto de exportação do Estado. Este período caracterizou-se como o apogeu da ‘economia carnaubeira’.” GARCIA, Sanny Maria dos Milagres Lopes; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Indicadores socioeconômicos da indústria de cera de carnaúba. In: GOMES, Jaíra Maria Alcobaça; SANTOS, Karla Brito dos; SILVA, Marcos Soares da (Org.). **Cadeia produtiva da cera de carnaúba: diagnóstico e cenários**. Teresina: EDUFPI, 2006. p. 99-118.

⁵⁷³ Inclusive, em seu discurso de despedida na Câmara dos Deputados, o deputado recém-eleito governador apontou o esquecimento do qual o Piauí era alvo, sofrendo, portanto, com a falta de investimentos do Governo Federal (O SR. Chagas Rodrigues. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 766, 29 jan. 1959).

⁵⁷⁴ RABELO, Elson de Assis. Rumores da miséria, ecos da História: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos de 1950 e 1960. **Fênix, Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, ano VI, n. 1, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF18/ARTIGO_8_SECAO_LIVRE_ELSON_DE_ASSIS_RABELO_FENIX_JAN_FEV_MAR_2009.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

⁵⁷⁵ MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

Com o surgimento do ciclo econômico extrativista no Piauí, na maioria das vezes os camponeses acabavam coordenando conjuntamente as atividades extrativistas, a agricultura de subsistência e a pecuária. Segundo Jonas Rocha:

[...] depois da década de 1950, devido à crise do extrativismo, a produção de subsistência viria a se tornar o meio quase absoluto de sobrevivência das populações rurais [...]. A grande propriedade extrativista passaria a ceder cada vez mais terras para a lavoura cobrando, agora, uma renda previamente fixada para contrabalançar as perdas nas atividades extrativistas.⁵⁷⁶

Resta explicado o grande número de agregados nas terras piauienses na ocasião.

Diante da pobreza generalizada no campo, tentativas de refletir a economia agrária eram empreendidas pelos intelectuais locais como forma de alertar para a falta de atuação do governo estadual sobre esse tema.⁵⁷⁷ Em 1957, por iniciativa de alguns intelectuais, como o economista Raimundo Nonato Monteiro de Santana e o historiador Odilon Nunes, criou-se a *Revista Econômica Piauiense*, que publicava estudos sobre as condições socioeconômicas, ao tempo em que tentava traçar um plano de desenvolvimento econômico para o Piauí. No editorial de seu volume 2, de 1957, a *Revista* conclamava que os governantes piauienses promovessem estudos para a formação de técnicos, no sentido de fomentar o desenvolvimento da economia agrária no Estado, pois, segundo o texto:

Necessário [...] será ainda contar com pessoas especializadas no trato dos problemas gerados pelo desenvolvimento, [...]. O Governo do Piauí, por ser pobre e não dispor de técnicos, tem que começar por onde começou a Bahia. Urge o adestramento de pessoas, a formação de economistas, a realização de estudos locais, demorados e permanentes [...].⁵⁷⁸

Esse discurso intelectual se coadunava com algumas falas oficiais, mas muito pouco havia sido feito até aquele momento. Segundo o engenheiro civil e articulista da *Revista Econômica* João Gabriel Baptista, o Piauí tinha dois problemas históricos graves: o primeiro era o fator humano, “do caboclo que não possui terras e do Coronel que deixa ser feito o plantio recebendo parte do produto em paga”. O segundo problema era o latifúndio, “dos proprietários de vastas extensões de glêbas, a maioria das vezes completamente

⁵⁷⁶ ROCHA, Jonas. A pequena produção rural no Estado do Piauí. **Carta Cepró**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 33-34, jan./jun. 1988.

⁵⁷⁷ Ver: NASCIMENTO, Osvaldo Soares. Esboço de um projeto de desenvolvimento para o Piauí. **Revista Econômica Piauiense**, Teresina, v. 1, n. 2, 1957, p. 63.

⁵⁷⁸ NOSSA razão de ser. **Revista Econômica Piauiense**. Teresina, v. 1, n. 2, p. 54, 1957.

abandonadas”⁵⁷⁹. Para o intelectual, esses dois fatores contribuíam de forma intensa para a parca produção agrícola e a conseqüente pobreza do Piauí.⁵⁸⁰

Diante desses fatores históricos, pode-se refletir sobre as condições de existência dos piauienses até a segunda metade do século XX. Ali, para além da pobreza e miséria, prevalecia uma série de representações sobre a condição de penúria piauiense. Ressalta-se que não eram apenas os discursos políticos publicados nos jornais locais os responsáveis por elas, porquanto a indignação piauiense reverberou em outras esferas como, por exemplo, na literatura. Um dos poemas mais famosos do maranhense Ferreira Gullar refletiu justamente sobre a grande mortalidade infantil em meados da década de 1960 no Piauí. Intitulado *Poema Brasileiro*, dá indícios do quadro de miséria e subnutrição em que se encontravam as crianças piauienses, transformando em verso uma tragédia social. Segue o poema.

Poema Brasileiro
No Piauí de cada 100 crianças que nascem
78 morrem antes de completar 8 anos de idade

No Piauí
de cada 100 crianças que nascem
78 morrem antes de completar 8 anos de idade

No Piauí
de cada 100 crianças
que nascem
78 morrem
antes
de completar
8 anos de idade

antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade
antes de completar 8 anos de idade.⁵⁸¹

O poema, escrito em 1962, que apresentava dados alarmantes da realidade local acabava comungando com outra situação trágica, as estiagens. As secas dos últimos anos da década de 1950 aprofundaram a situação de penúria do sertanejo piauiense. No poema

⁵⁷⁹ BAPTISTA, João Gabriel. Aspectos econômicos da produção agrícola do Piauí. **Revista Econômica Piauiense**, Teresina, v. 1, n. 2, p. 91-100, 1957, p. 93.

⁵⁸⁰ Para além dessa constituição rural também existiu no Piauí, em especial na região norte do Estado, a categoria dos comerciantes-exportadores, dos quais mencionam-se quatro firmas importantes: Casa Inglesa, Marc Jacob, Moraes e Casa Almendra (as duas primeiras eram de estrangeiros e as duas últimas de piauienses). Juntos, constituíam a riqueza comercial local, mas também tiveram seu declínio em meados da década de 1950. MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 45.

⁵⁸¹ GULLAR, Ferreira. **Dentro da noite veloz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

publicado na revista *petebista Caravana*, periódico do Partido Trabalhista Brasileiro, um anônimo projetava em versos o sofrimento daquela tormenta.

A Sêca
 Sertão! Sertão! Piauí!
 Morre aqui, batido, o gado
 Da seca inclemente e má;
 O sol daqui, causticante,
 Esturrica a fonte, o rio,
 Calcina verdes pastagens,
 O solo queima, resseca,
 Mata plantas, animais!
 [...]
 Faxeiros, mandacarus,
 No chão seco, empoeirado,
 Projetam sombras estranhas,
 Como em bailado dantesco!...
 O homem fugiu, deixando
 A choça, o gado, o roçado
 E buscou novas paragens,
 Onde pudesse viver.
 [...].⁵⁸³

Em um Estado eminentemente agrário, a falta de chuva para o cultivo de subsistência tornava-se uma tragédia de grandes proporções. Tanto que as dimensões simbólicas da seca marcaram a memória de quem viveu aqueles anos. As lembranças do advogado Renato Duarte⁵⁸⁴, reunidas em seu livro *Picos: os verdes anos cinquenta*, retratam o cotidiano da cidade de Picos, situada a 300 km da capital. Na obra, a *seca* vivida pelos agricultores pobres ficou registrada como marca de um tempo. Segundo Renato Duarte, duas ocorrências sobre aquele episódio mereciam destaque: “A primeira foi a diminuição do movimento de pessoas e animais na cidade nos dias de feira, o que, na realidade, era reflexo da redução da quantidade de mercadorias à venda; a segunda era dada pela intensidade do fluxo de caminhões **paus-de-arara**, que passavam pela **Bomba**⁵⁸⁵ transportando os retirantes que fugiam dos rigores da seca⁵⁸⁶” (grifos do autor). Outro relato bastante trágico, registrado no ano de 1953, também pode ser encontrado no jornal católico *O Dominical*. O padre Solon

⁵⁸³ SENADOR Mathyas Olympio de Mello, um político acima de sua época. **Revista Caravana**, ano XIII, ago. 1960, p. 5.

⁵⁸⁴ Renato Santos Duarte nasceu em Picos. É bacharel em Ciências econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, mestre em Economia pela Vanderbilt University, nos Estados Unidos, e PhD em Economia na Escócia. É professor do Curso de economia da UFPE e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Ver biografia em: DUARTE, Renato. **Picos: os verdes anos cinquenta**. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Gráfica Nordeste, 1995.

⁵⁸⁵ A bomba a qual o autor se refere é um bairro na cidade de Picos, que ganhou essa denominação por possuir a único posto de gasolina que abastecia a região. Ver: *Ibid.*

⁵⁸⁶ *Ibid.*, p. 119.

Pinto, pároco da cidade de São João do Piauí, localizada no extremo sul do Estado, em visita à capital piauiense, narrou o que havia observado nas paragens sertanejas do interior:

Eu vi senhor jornalista, criaturas dando ataque de fome e, agora mesmo, acabo de receber telegrama do senhor prefeito de São João do Piauí notificando-me de que morreu uma criança de fome, abandonada pelo pai, desesperado, que deixara o lar em procura de com que saciar a fome da mulher e filhos. [...]

Quero frizar que estas minhas declarações nada têm de exageradas. Retratam fielmente o que vai de angustiante em nossa terra. Não desejo que me chamem de rebartivo. Se alguém duvidar que vá ver para crêr.⁵⁸⁷

A situação do agravamento das condições de vida do sertanejo piauiense durante as fortes estiagens da década de 1950 tiveram como consequência um processo migratório intenso do campo para as cidades de maior porte no Estado. Teresina, enquanto capital, acabou se tornando um ímã, atraindo pessoas de várias partes de dentro e fora do Piauí, o que resultou em aumento significativo da sua população, que na década de 1950 era de 51.418 e chegou a 98.329 na década de 1960.⁵⁸⁸ O crescimento substancial fez com que alguns problemas sociais tivessem maior ressonância nas ruas da capital, como a mendicância⁵⁸⁹. Não havia emprego para os que chegavam em constante fluxo, e para uma parcela significativa de sujeitos a única saída era solicitar ajuda nas ruas. O aumento dos pedintes no início da década de 1950 foi de tal maneira intenso que no ano de 1952 foi criado o Serviço de Assistência aos Mendigos⁵⁹⁰, como medida emergencial para conter o avanço da pobreza nas ruas da capital. Teresina, segundo os relatos dos jornais da época, era uma cidade dominada pelo pauperismo. Homens, mulheres e crianças eram vistos constantemente nas praças públicas solicitando ajuda aos transeuntes para sobreviverem, como revela o cronista do jornal *Folha da Manhã*: “Continua nas ruas de Teresina a onda de mendigos. São velhos, môços e até crianças.⁵⁹¹”

A pior renda *per capita* do País, as secas constantes, a falta de ocupação e empregos nas cidades, o aumento da mendicância, a pobreza no campo, a histórica concentração de terras nas mãos de poucos, todos esses fatores somados refletem uma vivência marcadamente pobre para os trabalhadores no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960.

⁵⁸⁷ OS HORRORES da sêca no sul do estado. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 15 mar. 1953.

⁵⁸⁸ MARTINS, Agenor de Sousa et al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2. ed. Teresina: Fundação Cepro, 2002, p. 172.

⁵⁸⁹ MENDICÂNCIA em Teresina. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 7 fev. 1960.

⁵⁹⁰ SERVIÇO de assistência aos mendigos. **A Cidade**, Teresina, p. 4, 20 dez. 1952.

⁵⁹¹ MENDICÂNCIA. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 mar. 1961.

4.2 Os trabalhadores pobres do Piauí: entre a fome e a organização

As representações das condições de vida dos trabalhadores piauienses foram construídas sob uma perspectiva econômica bastante negativa, entre as décadas de 1950 e 1960. Nesse período, o Brasil se encontrava diante de forte crise que levou à intensificação dos movimentos grevistas por todo o País. Havia naquele momento, para os trabalhadores, uma impossibilidade de equilibrar os ganhos e os gastos mensais, pois os “salários e rendimentos eram corroídos por uma inflação que andava a galope”⁵⁹², e, no caso local, a falta de empregos formais e a crise econômica das exportações dos produtos fruto do extrativismo agravavam ainda mais a situação de carência entre os trabalhadores da cidade. No campo o pauperismo era ainda mais latente, uma vez que, longe dos grandes centros, os agregados ou pequenos agricultores ainda tinham que lidar com a força simbólica e efetiva dos donos das terras ou chefes locais. Nesse sentido, os registros (jornalísticos, literários e memorialísticos) que representam os trabalhadores impressionam por gravarem a preocupação pungente daqueles obreiros pelas condições mínimas de existência, como, por exemplo, a alimentação.

Observa-se, de forma contundente, nas páginas dos noticiosos piauienses, a dificuldade que a falta de gêneros alimentícios gerou àqueles homens e mulheres laboriosos, tornando-se tal carência um grave problema social. Os jornais davam conta da escassez de mantimentos considerados básicos, e apontavam práticas pouco éticas para a venda dos produtos que chegavam ao comércio. Existiam denúncias⁵⁹³ de que a venda da carne de gado na capital piauiense estaria sendo feita durante o horário da madrugada. Essa prática, por sua vez, estava associada à não fiscalização dos órgãos públicos, possibilitando que o produto fosse comercializado a quem tivesse disposto a pagar um maior valor, deixando, assim, uma leva de trabalhadores de baixa renda sem aquele mantimento em suas mesas.⁵⁹⁴

⁵⁹² REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 25.

⁵⁹³ E O PROBLEMA da carne verde continua. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 jan. 1959.

⁵⁹⁴ A falta da carne na mesa dos piauienses promovia uma ruptura com a tradição alimentícia local, pois a carne de gado no Piauí era alimento essencial da culinária. Pratos típicos do Estado, como a Maria Isabel e a Paçoca, são produzidos com a carne de gado seca, conhecida também como Carne de Sol, ou Charque. Essa tradição surgiu em decorrência da grande produção do charque nas fazendas de gado durante o processo de colonização e povoamento do Estado. A relação com a produção do gado bovino repercutiu de forma significativa na cultura local, e uma das lendas e manifestações culturais mais importantes do Estado está relacionada a esse aspecto. O Bumba-meu-boi surgiu da história do desejo de Catirina, mulher de um vaqueiro, de comer a língua de um dos bois prediletos do dono da fazenda, resultando em uma das músicas que até hoje integra o folclore piauiense: “O meu boi morreu/ o que será de mim?/ Mande buscar outro, oh morena/ Lá no Piauí”. A pequena lenda, juntamente com a música popular, pode apontar para a importância da carne bovina na alimentação dos piauienses, por isso as comparações realizadas nos jornais locais entre o preço da carne e o salário mínimo.

Em uma sociedade que tinha como tradição a cultura da criação do gado, a carne, ou a falta dela, era bastante significativa para os que se sustentavam mediante trabalho árduo. A importância dada àquele alimento era tal que o salário mínimo no Piauí era equiparado em sua valorização/desvalorização à quantidade de carne que poderia ser comprada com ele. Em janeiro de 1959, o salário mínimo no Estado, assim como em todo o Brasil, havia recebido um reajuste, contudo, enquanto o Ceará tinha como piso o salário de 3.700 cruzeiros e o Maranhão o salário de 3.400 cruzeiros⁵⁹⁵, o Piauí recebia o aumento que estabelecia 2.500 para as cidades de Teresina e Parnaíba, maiores núcleos urbanos, e o valor de 2.100 para as demais localidades.⁵⁹⁶ Em âmbito local afirmava-se que o quilo de carne era comprado por 100 cruzeiros, nesse sentido, segundo análises dos jornais locais, o trabalhador assalariado e sua família estavam impossibilitados de comer carne durante todo o mês.

Para a jornalista, advogada e filiada ao PTB Iracema Santos Rocha, a ausência daquele alimento mudara até mesmo a forma com que as pessoas se cumprimentavam em Teresina; em vez de “bons dias” e “boas festas”, os transeuntes lançavam uns aos outros as seguintes indagações: “há carne hoje, no mercado? “Que encontrou para comer?” A cronista também utilizava o espaço do jornal para narrar a saga dos teresinenses em busca do alimento: “[há] oito dias consecutivos que caminhava para o mercado em busca de um pedacinho de carne [...]”.⁵⁹⁷

Entretanto, não era apenas a carne que faltava na mesa do trabalhador, que ali não chegava por sua escassez no comércio; outros alimentos não chegavam por falta de proventos para a sua aquisição. Anunciava-se nas páginas dos noticiosos que o trabalhador que ganhava o salário mínimo não conseguia prover o básico para seu sustento, ou seja, a alimentação mensal. Nesse sentido, pode-se conjecturar que se havia um problema sério para o trabalhador que recebia o salário mínimo, dificuldades mais extenuantes recaíam sobre os autônomos pobres, que não possuíam renda fixa. Na obra *Palha de Arroz*, do romancista Fontes Ibiapina, Chico da Benta, carregador que recebia pelo volume de objetos que transportava diariamente, havia abandonado o crime quando conseguira o cadastro municipal como autônomo, mas acabara retornando ao mundo da contravenção, pois compreendeu que com o pouco dinheiro que receberia trabalhando honestamente não conseguiria alimentar seus filhos e a

⁵⁹⁵ DISCURSO de despedida do deputado Chagas Rodrigues ano XIV, n. 19. **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, quinta-feira, 29 jan. 1959, p. 765.

⁵⁹⁶ Ver: ARAÚJO, Simplício. Salário Mínimo. Da Coluna: duas Colunas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 11 jan. 1959; MINISTÉRIO do Trabalho, Indústria e Comércio. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 11 jan. 1959.

⁵⁹⁷ LUTA pela sobrevivência. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 16 fev. 1961.

companheira. Para aquele sujeito, a condição de assaltante era um imperativo diante da dor de ver “Os filhos doentes. Além do mais, passando fome”⁵⁹⁸.

Na seção “*do trabalho*” do jornal *A cidade de Teresina*, encontram-se alguns artigos cujo objetivo era denunciar as péssimas condições de existência dos trabalhadores piauienses. Nessa coluna apresentava-se apenas o cotidiano do trabalhador assalariado urbano. Para o responsável pela seção, “a situação dos que residem na capital e ganham o salário mínimo é das mais tristes, é de causar piedade”⁵⁹⁹. Segundo o noticioso, a grande maioria dos trabalhadores, em especial os que residiam no subúrbio, passavam fome, ou comiam apenas uma única vez ao dia. Essa representação da precariedade da alimentação dos trabalhadores que viviam nas periferias dos pequenos núcleos urbanos piauienses é apontada também no romance de Assis Brasil, *Beira Rio, Beira Vida*, que tem como temáticas centrais a prostituição e a pobreza situadas no cais do porto do rio Parnaíba, na cidade de Parnaíba. Em diálogo entre duas personagens, Luíza, uma ex-prostituta, e sua filha, a comerciária Mundoca, a envelhecida mãe lembra à filha o passado de restrições em que ambas viveram. Mesmo que essas lembranças ocorressem em tom de saudosismo, Luíza recorda seus tempos de juventude, com as idas das duas, a jovem mãe, que havia se tornado prostituta, e a pequena filha ao rio Parnaíba para pescarem o alimento diário: “Nossa chegada em casa era como uma festa, carregada de coisas, peixe, siri, camarão, era mesmo uma festa, descascar os bichos, ferver a água, fazer pirão, comer sentindo a quentura, o gosto bom, era mesmo uma festa. A gente nem reparava que comia só uma vez no dia, você sabe, Mundoca. Você sabe bem disso.”⁶⁰⁰ Luíza e Mundoca, personagens fictícios construídos a partir da representação de um espaço existente, o cais do rio Parnaíba, afinam-se com a descrição da pobreza que aparece nos jornais do Piauí, a do acesso diário limitado à alimentação pelos trabalhadores.

Assis Brasil também constrói uma percepção sobre a carência alimentar em que viviam os trabalhadores pobres no livro *O Salto do Cavalo Cobridor*.⁶⁰¹ O literato centra as páginas iniciais na descrição do cotidiano alimentar do meio rural piauiense. Apontando a importância que a comida tinha na casa dos agregados de uma fazenda no interior do Piauí, o autor narra os tipos de alimentos, a escassa e precária nutrição do homem do campo, em oposição à fartura da mesa posta, quando os patrões estavam presentes nas fazendas. Essa questão alimentar, retratada por Assis Brasil n’*O Salto do Cavalo Cobridor*, pode refletir de forma significativa a luta pela sobrevivência no meio agrário. Em uma vida plena de pobreza

⁵⁹⁸ IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002, p. 195-196.

⁵⁹⁹ TRABALHADOR do Piauí – sua angústia. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 24 set. 1961.

⁶⁰⁰ BRASIL, Assis. **Beira Rio, Beira Vida**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 14-15.

⁶⁰¹ BRASIL, Assis. **O salto do cavalo cobridor**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1968, p. 21.

e escassez, o “dicomer”⁶⁰² certamente era a preocupação diária daqueles camponeses nos sertões piauienses, como ajuda a compreender o romancista. Tal perspectiva fica latente na apresentação de Zita, a esposa do personagem central, o agregado Inação, uma espécie de responsável pela vida de outros agregados menos afortunados da fazenda. Era aquela mulher quem levava sempre farinha para “minha gente” em tempos normais. Contudo, o processo alimentar mudava quando os patrões estavam na casa dos agregados, matava-se então as melhores crias e a comida era feita com fartura para recebê-los. Nesse momento, a personagem Zita dizia: “hoje tem galinha e porco para minha gente sofredora”⁶⁰³, pois as sobras dos alimentos dos senhores eram doadas para os moradores da fazenda. A fartura era momento passageiro, uma vez que, mesmo com o incentivo da patroa para que os agregados não passassem fome quando os proprietários não estivessem em sua residência, Zita sabia

[...] que aquele oferecimento todo era só da bôca para fora, pois o marido de dona Candinha era muito exigente com as contas de Inação. Zita respeitava a economia e as contas do marido, e passava meses e meses comendo macaxeira, feijão com arroz, angu de milho, quando tinha milho e berinjela frita. Aí Inação resolvia ir caçar e enchia a despensa de tudo quanto era bicho miúdo do mato.⁶⁰⁴

No campo e na cidade, a luta pela sobrevivência e pela digna alimentação do trabalhador não era diferente. Em Teresina, como forma de ilustrar a situação de precariedade, o jornalista do noticioso *A cidade de Teresina* montou uma tabela demonstrando como seria a vida de um operário pobre da capital com uma família de cinco pessoas.

1 dia de serviço	133,90
Dêspesas:	
½ de carne	60,00
750g de arroz	20,00
½ quilo de farinha	15,00
½ quilo de feijão	15,00
100 gr de café moído	6,00
Carvão ou lenha	8,00
½ barra de sabão	10,00
250 gr de açúcar	9,00
Pão ou massa de milho	15,00
Sal e tempero	6,00

⁶⁰² Expressão usada no sertão piauiense para se referir à comida.

⁶⁰³ BRASIL, Assis. **O salto do cavalo cobridor**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1968, p. 21.

⁶⁰⁴ Ibid., p. 21.

Água	10,00
Querozene	5,00
Gordura	15,00
Aluguel da Casa	33,00
Desconto para o instituto	10,60

237,90 - 133,90⁶⁰⁵

A alimentação do trabalhador era a mais elementar possível. Em geral, os que tinham um salário razoável alimentavam-se de arroz, feijão, farinha e, quando era possível, da mistura, que era alguma proteína (frango, carne de gado ou ovos). Outros alimentos eram vistos como inacessíveis, como se pode observar no diálogo da personagem Luíza, a prostituta do cais do rio Parnaíba, com os marinheiros no romance *Beira Rio, Beira Vida*. A situação, embora seja uma criação do romancista Assis Brasil, poderia muito bem ter ocorrido em qualquer trecho do longo rio que cortava o Piauí. No romance, quando chegavam embarcações, Luíza corria e perguntava aos marinheiros: “Trouxe maçã, trouxe maçã? Recebia olhares duros e risadas. – Maçã é comida de rico, dona.”⁶⁰⁶

A privação de alguns tipos de alimentos reforçava a preocupação com o preço dos alimentos básicos por parte importante dos trabalhadores. Nesse sentido, o aumento no custo de vida, em especial no preço da carne, denominada nos jornais de carne verde⁶⁰⁷, levou o delegado do trabalho no Piauí, Deusdedith Mendes Ribeiro⁶⁰⁸, a organizar, juntamente com associações de classes congêneres, estudantes e trabalhadores, o movimento contra o alto custo de vida.⁶⁰⁹ Não era apenas o preço da carne que preocupava os trabalhadores, mas o aumento geral dos alimentos em 1961, como o leite, que era taxado pela Companhia de Alimentos do Piauí (Coap), provocando intensa movimentação em Teresina. Os jornais publicavam chamadas irônicas sob a situação: “ATENÇÃO, TERESINENSE! Aviso a todos os pobres de Teresina: LEITE É SÓ PARA MILIONÁRIOS”⁶¹⁰. A Rádio Difusora conclamou a população e as entidades de classe a se reunirem em seu auditório para discutir a

⁶⁰⁵ TRABALHADOR do Piauí – sua angústia. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 24 set. 1961.

⁶⁰⁶ BRASIL, Assis. **Beira Rio, Beira Vida**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 28.

⁶⁰⁷ Era o nome dado à carne fresca, recém-abatida.

⁶⁰⁸ Deusdedith Mendes Ribeiro, funcionário público, advogado, delegado regional do trabalho no Piauí (indicado pelo PTB) e deputado estadual pelo mesmo partido, teve o mandato cassado em 1964.

⁶⁰⁹ Como também era presidente da União dos Servidores Públicos Federais e Autárquicos do Piauí (USPFAP), Ribeiro resolveu simultaneamente liderar a luta representando essas categorias contra a precariedade da condição de consumo de gêneros básicos das populações pobres no Estado. Ver: A USPFAP lidera o movimento contra o alto custo de vida. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 11 jan. 1959.

⁶¹⁰ ATENÇÃO teresinense. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 18 fev. 1961.

“vexatória situação” criada para a população com o aumento do leite para Cr\$ 30,00.⁶¹¹ Tal fato gerou manifestação pública do governador Chagas Rodrigues, que se reuniu com secretários de governo e membros da imprensa para debater o aumento do custo de vida.⁶¹²

No número 9, de maio de 1961, do noticioso *Terra Livre*, periódico publicado em São Paulo pela União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil, órgão do Partido Comunista que dava voz aos trabalhadores do campo e suas organizações, foi publicada uma carta aberta de um operário piauiense, destinada ao então presidente Jânio Quadros. Nesse escrito, o autor Francisco Souza, morador de Luiz Correia, região litorânea ao norte do Estado, aponta as necessidades sofridas pelos operários piauienses, em especial com relação ao aumento dos produtos alimentícios. Segue um trecho da carta.

Carta aberta de um operário do Piauí a Jânio Quadros,

Luiz Correia, 22 de março de 1961.

Senhor Presidente:

Hoje amanheci estupefato e decepcionado com o seu governo, pois ganho um salário de fome e de miséria deixado pelo governo JK. Ultimamente, com a carestia, eu vinha tomando mal o café com minha família, e hoje piorou 100 por cento, pois aumentou a condução, o pão, o leite; [...]

Veja bem, eu ganho por dia na indústria: Cr\$ 133,30, fazendo toda espécie de serviço pesado, e veja como amanheceu hoje a carestia que vem fazendo a alta do dólar e da portaria de morte n. 204. Pão a Cr\$ 35,00 o kilo, e mesmo assim não tem atualmente, está em falta a farinha de trigo no Piauí. Carne a Cr\$ 120,00, peixe a Cr\$ 120,00, arroz a Cr\$ 35,00 o kilo, açúcar Cr\$ 35,00, farinha Cr\$ 20,00, o célebre bacalhau da semana santa a Cr\$ 300,00 o kilo, o feijão de terceira a Cr\$ 30,00, frutas e verduras pela casa dos Cr\$ 80,00.

Veja a disparidade e mortandade que o senhor continuará a fazer a este povo, que apesar disso não se revolta contra um governo que para beneficiar o gringo americano estoura a nação de carestia. [...]

Não podemos comer cimento armado, nem sucata como tal porta-aviões que o governo tem, nós comemos é feijão, pão, farinha, arroz, peixe, carne, e verduras. Em geral também não comemos vassouras. Decepcionastes os milhões que votaram em ti [...]

Francisco Souza

Luiz Correia – Piauí, Brasil

Pôrto Fantasma que já deveria ser de ouro.⁶¹³

Pode-se compreender que as condições de vida dos trabalhadores urbanos eram realmente de extrema precariedade quando se depara com elementos de grande prestígio social no Piauí, de formação bastante conservadora e reacionária, como o ex-presidente da

⁶¹¹ O PREÇO do leite. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 18 fev. 1961.

⁶¹² PALÁCIO do Governo. Nota Oficial. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 19 fev. 1961. Ver: GOVERNADOR X COAP. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 19 fev. 1961.

⁶¹³ CARTA aberta de um operário do Piauí a Janio Quadros. **Terra Livre**, São Paulo, p. 3, maio 1961.

Academia Piauiense de Letras e professor da Faculdade de Direito do Piauí, Simplício de Sousa Mendes, descrevendo publicamente em artigos de sua lavra as condições da classe trabalhadora. Segundo aquele professor, os empregadores fraudavam vários aspectos das leis trabalhistas, como os relativos à carga horária máxima de trabalho diário e ao salário mínimo, com a conivência dos delegados do trabalho. No primeiro caso, era comum o trabalhador ficar horas a mais no local de serviço, sem nenhum acréscimo financeiro ao seu esforço. No segundo caso, obrigavam-no a assinar recibos com valores do salário mínimo, contudo recebendo muito menos, forma segura de os patrões burlarem o pagamento do salário instituído legalmente. Para Mendes, o trabalhador aceitava aquela situação em decorrência da escassez de empregos no Estado e da extrema pobreza em que se encontravam os segmentos populares naquele momento.⁶¹⁴ O foco do artigo escrito por aquela figura não era unicamente a condição de vida do trabalhador pobre, mas o aumento de salário mínimo dado naquele ano ao trabalhador estadual. Ao dissertar sobre essa temática, o professor afirmava que a carestia que predominava naquele momento poderia ser evitada se o governo não promovesse o aumento do salário mínimo, que, segundo sua ótica, geraria uma onda de elevação de preços e, conseqüentemente, mais pobreza.

Em razão da acusação de que a Delegacia do Trabalho não estava cumprindo com suas obrigações, enviou-se carta-resposta ao professor, subscrita pelo delegado-geral do Trabalho no Piauí, Deusdedith Mendes Ribeiro, e por alguns fiscais daquele órgão. A defesa da atuação daquele órgão apenas reforçou as denúncias do professor Simplício de que os patrões fraudavam as leis trabalhistas no Estado e os trabalhadores compactuavam com o artil patronal por necessidade. Sobre essa questão um trecho da carta diz:

Sabemos através de lides forenses e da Delegacia Regional do Trabalho que muitos empregadores usam de meios fraudulentos para engabelar a fiscalização administrativa e a fiscalização reparadora da justiça. Tais fraudes são praticadas com aquiescência das partes sem nenhum consenso das autoridades, as quais só tem conhecimento quando as mesmas entram em litígio.⁶¹⁵

A fraude mais comum, segundo a carta, dar-se-ia quando o empregador exigia a assinatura do empregado em recibo com valor do salário mínimo e pagava-lhe importância muito inferior. Apesar de haver trabalhadores que se submetiam a condições ilegais e injustas pela necessidade de sobrevivência, sabia-se de outros que não aceitavam as imposições da categoria patronal. Geralmente, esses sujeitos reivindicavam coletivamente, por meio das duas

⁶¹⁴ MENDES, Simplício de Sousa. Salário Mínimo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 6 mar. 1959.

⁶¹⁵ CARTA aberta ao professor Simplício de Sousa Mendes. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 21 mar. 1959.

formas de organização desses trabalhadores urbanos existentes em meados da década de 1950 e 1960: as associações⁶¹⁶ e os sindicatos⁶¹⁷. A participação em sindicatos e associações visava, em grande medida, produzir respostas rápidas às dificuldades da categoria ou mesmo de um membro, nem sempre vinculadas unicamente ao universo do trabalho.

Sobre a organização dos sindicatos entre as décadas de 1940 e 1950, o sociólogo Antônio José Medeiros aponta que, entre os anos de 1941 e 1958, organizaram-se no Piauí 91 sindicatos – 55 de trabalhadores e 36 patronais -, número que entre 1959 e 1964 decresceu para 25 sindicatos, dos quais apenas três eram patronais. Para o autor, naquele momento os trabalhadores passaram a observar mais atentamente “os impasses da integração piauiense com a economia nacional”, e, a partir de dois fatores - a eleição de Chagas Rodrigues, com sua proposta de atuação reformista, e a ação renovadora da Igreja Católica, com a emergência de Dom Avelar em 1956 -, a se sentir confiantes para começar a se articular em favor da dissolução dos impasses políticos e de classe, em nível local e nacional.⁶¹⁸

Não existem números oficiais sobre as associações, dadas as diferentes razões de sua existência, abrangendo desde o agrupamento de trabalhadores de uma categoria ou de trabalhadores em geral até o ordenamento de indivíduos para ações puramente religiosas ou em benefício dos moradores de um espaço urbano específico, como as associações de bairro, prevalecendo, pelo que se pôde perceber nas fontes, essa forma de organização no espaço urbano local. Segundo Leôndidas Freitas existiam muitas associações de operários no Piauí desde a Primeira República, que cumpriam o papel de rapidamente apoiar os trabalhadores em momentos de necessidade, “custeando enterros, comprando remédios, mediando e ajudando com algum problema com a polícia, ou mesmo realizando tentativas de instrução da classe trabalhadora”⁶¹⁹.

⁶¹⁶ Define-se associações a partir da noção que se encontra no Dicionário de Política de “Associacionismo Voluntário”, que diz: “Associações voluntárias consistem em grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos. O fundamento desta particular configuração de grupo social é sempre normativo, no sentido de que se trata de uma entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados comportamentos oficialmente aprovados.” Ver: CESAREO, Vincenzo. *Associacionismo Voluntário*. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 64-66. (Volume 1).

⁶¹⁷ RIGINI, Marino. *Sindicalismo*. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 1150-1157. (Volume 2).

⁶¹⁸ O autor também aponta para a atuação reformista de Petrônio Portella. Ver: MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996, p. 110-111.

⁶¹⁹ SILVA JÚNIOR, Leôndidas Freire. **Os operários e os jornais: as relações entre a imprensa operária e os trabalhadores(as) do Piauí na Primeira República**. 2013. 97 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2013, p. 30.

A partir desse momento, direciona-se o olhar sobre a atuação dos trabalhadores organizados nas cidades piauienses (em sindicatos e associações), bem como se analisa o trabalhador não-organizado e a sua labuta cotidiana.

a) Trabalhadores da cidade

No Piauí, os sindicatos nasceram nos meios citadinos, fruto certamente de um maior número de empregos formais disponíveis nesse espaço, aspecto que também contribuiu para a intensificação da troca de ideias entre os trabalhadores e o fortalecimento dos laços de solidariedade no ambiente do labor diário. Durante o *Estado Novo*⁶²⁰, os sindicatos piauienses, assim como em todo o Brasil, passaram a ser tutelados pelo governo federal; nesse sentido, aqueles que estavam em condição de liderança dos trabalhadores respondiam aos interesses do Estado. Segundo depoimento de Antonio Vieira Sales, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, muitos membros dos sindicatos existentes no Piauí estabeleceram relação afetiva com a figura de Getúlio Vargas:

Getúlio foi o homem que foi o salvador, foi o amigo do operário. Com Getúlio não tinha demagogia com eleição, não tinha demagogia de eleitor, de só querer bem o operário, só falar nele na hora da eleição [...] Tudo que ele fez era em benefício do trabalhador.

Ele era o homem do trabalhador, nos deu tudo, tudo para o trabalhador. O operário era reconhecido do que ele fez para o trabalhador, porque foi muita coisa, a pensão do instituto, o cartãozinho para ir ao médico, isto foi muita coisa para o trabalhador que tinha que lutar para fazer uma economiazinha para garantir a velhice, porque nós não tínhamos para onde apelar, senão o bastão.⁶²¹

No final da década de 1950, sem a tutela oficial do Estado, houve um aumento crescente e importante dos sindicatos urbanos, cuja força de organização era mais expressiva na região norte do Estado, em especial na cidade de Parnaíba, como aponta o comunista José

⁶²⁰ Durante o *Estado Novo*, por autorização do governo, houve um importante aumento na fundação de sindicatos, como aponta Alcides Nascimento: “Entre 1935 e 1939 foram criados e reconhecidos em Teresina os Sindicatos dos Criadores Piauienses (patronal), da construção civil, dos Carpinteiros e Marceneiros, dos empregados do comércio de Teresina, dos pedreiros, dos metalúrgicos e mecânicos, dos engenheiros do Piauí, dos panificadores teresinenses” (p. 74). Ainda segundo Nascimento, no período de 1935 a 1945 não há indícios de manifestações públicas dos trabalhadores no sentido de reivindicar suas causas, contudo existem registros que apontam para a sua participação em homenagens a autoridades federais, estaduais e municipais. Ver: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo: modernização e violência policial (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002, p. 74.

⁶²¹ SALES, Antonio Vieira. Depoimento concedido à Geraldo Borges Almeida e Francisco Alcides do Nascimento. Teresina, 11 maio de 1988 apud NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo: modernização e violência policial (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002, p. 80.

Ceará⁶²² em depoimento concedido ao Exército Brasileiro durante o Inquérito Policial Militar (IPM) instalado em 1964 para investigar o PCB no Piauí. Segundo aquele comunista, a força sindical em Parnaíba era maior que na própria capital, porque naquela cidade havia porto marítimo e fluvial, além do setor industrial, e era sede da estrada de ferro do Estado.⁶²³

Nos jornais das décadas de 1950 e 1960 podem-se capturar vários exemplos de atuação dos sindicatos no Piauí, no tocante tanto às questões de classe quanto políticas. Eram apresentadas suas campanhas salariais, seus apoios políticos, suas propostas de luta e até mesmo as suas desavenças. Existiam várias categorias sindicais e até mesmo mais de um sindicato para a mesma categoria. Passa-se a apontar alguns exemplos de como os jornais mostravam as lutas sindicais, sua arregimentação, seus conflitos e as perspectivas de atuação.

A emergência desses sindicatos visava a reivindicação dos direitos trabalhistas e de melhoria na condição de vida do trabalhador, questões sobre as quais se encontram vários exemplos nos noticiosos. No início do ano de 1958, o operário José Tibúrcio da Costa, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Teresina, foi credenciado para falar em nome do Sindicato dos Arrumadores de Teresina, Sindicato dos Carregadores e Transportadores de Volumes e Bagagens em Geral de Teresina, Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Parnaíba, Sindicato dos Estivadores do Estado do Piauí e Sindicato dos Arrumadores do Piauí no Rio de Janeiro, sobre assuntos relevantes para essas categorias junto à direção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas (Iapetec).⁶²⁴

Naquele mesmo ano de 1958 encontraram-se várias categorias sindicais em intensa movimentação em Teresina. Esses sindicatos vinham se reunindo para reivindicar melhorias salariais à classe patronal. As dificuldades enfrentadas pela falta de gêneros alimentícios e a inflação galopante, já mencionadas, resultaram na promoção, pelos trabalhadores, de um encontro entre as suas lideranças na capital, e decidiram partir até a Assembleia Legislativa com o objetivo de buscar o apoio dos deputados para a sua causa, sem que tenham logrado êxito em obter qualquer adesão oficial, nem mesmo do PTB.⁶²⁵ Seguiram

⁶²² Líder do Partido Comunista no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960, foi preso em 1964. Sobre José Ceará, ver: CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁶²³ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CCCXLIV**. V. 3. Organização Movimento Sindical. Fortaleza, CE, 1965, p. 133. Projeto BNM nº 349. 1965. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_04&pagfis=33830>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁶²⁴ AS CLASSES trabalhadoras fazem reivindicações. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 5, 9 mar. 1958.

⁶²⁵ LÍDERES sindicais visitam o presidente do Legislativo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17 abr. 1958.

em luta, e em janeiro de 1959 conseguiram uma reunião com o Ministro do Trabalho, Fernando Nóbrega, solicitando a revisão do salário mínimo para o estado do Piauí⁶²⁶.

Ainda em 1959, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina remeteu memorial à categoria patronal solicitando aumento salarial, apresentando como principal motivo o custo de vida, que havia se elevado de tal forma que tornava impossível para a classe trabalhadora atender às suas necessidades básicas, pois os trabalhadores do Piauí, segundo o documento, viviam em situação de penúria.⁶²⁷ Tal organização mobilizou de forma intensa a classe patronal, promovendo várias reuniões para tentar negociar as solicitações dos sindicatos, chegando, portanto, a um acordo entre as partes.

Em 1961, a difícil situação dos trabalhadores voltava a ser o centro das manifestações dos sindicatos urbanos no Piauí. Em janeiro, um grupo de operários solicitou formalmente ao prefeito de Teresina e ao governador do Estado a adoção de providências contra a carestia reinante.⁶²⁸ Em julho, novamente o Sindicato dos Empregados no Comércio de Teresina, passados os dois anos do último acordo feito entre as categorias, solicitava à classe patronal aumento salarial, expondo detalhada e consistentemente o aumento do custo de vida para o trabalhador. Segue trecho da carta do sindicato:

Em 03 julho de 1961,
Srs Presidentes,
As circunstâncias levaram-nos mais uma vêz a nos dirigir a classe empregadora, através de seus órgãos de classe, para à base da justa explanação, pleitear um reajustamento salarial para os comerciários.
O último ACÓRDO inter-sindical, foi feito e passou a vigorar a partir do dia 1º de julho de 1959, tinha a duração de dois anos, estando pois, extinto, a partir de ontem.
Suportamos calados, durante êsses 2 anos, todo um cortejo de dificuldades e porque não dizer, de misérias e de sofrimento, eis que, daquêle 1º de julho de 1959 ao 1º de julho de 1961, o padrão de vida em Teresina, de resto no Brasil inteiro subiu espetacularmente. Os preços das utilidades, as mais simples, foram duplicados e muitas delas triplicado. Senão vejamos: em 1959, em julho, 1 quilo de carne custava Cr\$ 50,00, hoje custa 120 Cr\$, 1 quilo de arroz 10,00, hoje custa 32,00, goma de mandioca Cr\$ 12,00 hoje é 30,00, a farinha da mandioca era Cr\$ 13,00, hoje é 30,00, e assim seguindo êsse caminho estão tôdas as demais utilidades, inclusive calçados, tecidos, sem considerar remédios, que subiu de Cr\$ 2,00 um comprimido para Cr\$ 10,00.⁶²⁹

⁶²⁶ SINDICATOS piauienses atendidos. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1, 8 jan. 1959.

⁶²⁷ SINDICATO dos Empregados no Comércio de Teresina. **Folha da Manhã**, p. 4, 2 jun. 1959.

⁶²⁸ DOS OPERÁRIOS ao prefeito. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 1º jan. 1961.

⁶²⁹ SINDICATO dos Empregadores e Associação Comercial do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 8 jul. 1961.

O aumento solicitado foi de 60% e, segundo o sindicato, tal reajuste seria concedido apenas aos sindicalizados que estivessem em dia com as obrigações sindicais. Contudo, dessa vez o apelo não foi aceito pela categoria patronal, o que obrigou os sindicatos a solicitarem na Justiça do Trabalho o dissídio coletivo.⁶³⁰

Entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, como apontou o sociólogo Antônio José Medeiros, o aumento do número de sindicatos acabou promovendo a visibilidade de suas ações no espaço jornalístico. Entretanto, por intermédio dos noticiosos também é possível perceber que, para além das ações coletivas, existiam também fortes desavenças entre os trabalhadores, que acabavam por enfraquecer a união dessas organizações e de seus membros. Em maio de 1950, por exemplo, o Sindicato dos Carregadores e Transportadores de Volumes e Bagagens em Geral eliminou do seu quadro social, por desobediência a vários artigos do estatuto, o sócio e ex-tesoureiro Manoel Pereira da Silva, o Manduca. Segundo consta no jornal, sua primeira desobediência foi a negativa em hastear a bandeira Nacional no dia 7 de setembro de 1949. Por esse motivo, Manduca teria se incompatibilizado com vários colegas e abandonou o cargo de presidente do Sindicato, função que ocupava naquele momento. Como forma de harmonizar a categoria, Manduca foi chamado novamente pelos colegas para fazer parte da diretoria, agora na função de tesoureiro. Nesse cargo, segundo consta no jornal, teria promovido uma campanha contra aquela diretoria, deixando de receber as mensalidades dos sócios. Em trecho transcrito do noticioso:

[...] a campanha desenvolvida pelo Sr. Manoel Pereira da Silva (Manduca), a semelhança das que fazem os comunistas, que desejam desagregar a sociedade com a pêrca dos seus direitos legais, é por todos atribuída: a elementos daquele crêdo, que, utilizando, da má-fé, do eliminado, sem que seja isso do seu real conhecimento, assim procedem com intuits incontestáveis.⁶³¹

Pelo que se percebeu no desenrolar da matéria, as tais “desobediências” de Manduca estavam causando suspeitas nos seus colegas de que tivesse algum envolvimento com o comunismo, fato que, se comprovado, provocaria reações nos companheiros de formação cristã. As desavenças eram comuns no meio sindical, sobretudo por posições políticas vistas como mais radicais ou de origem “exótica”, em especial quando algum membro era suspeito de ser ou realmente era partidário do PCB. Entretanto, pode-se perceber também que as desavenças não existem apenas entre os membros de uma organização, afinal,

⁶³⁰ SINDICATO dos Empregados no Comércio em Teresina. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 12 set. 1961.

⁶³¹ SINDICATO dos Carregadores e Transportadores de Volumes e Bagagens. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 31 maio 1950.

viu-se nas páginas dos noticiosos que em momentos de dificuldades econômicas as categorias sindicalizadas entravam em atritos com os trabalhadores não sindicalizados pela preferência na realização de alguns trabalhos. Em 1962, o Sindicato dos Estivadores e Arrumadores de Teresina e Floriano solicitou ao *Jornal do Comércio* que publicasse uma carta relatando um episódio de conflito entre os trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, os empregadores e a polícia. Segue o texto publicado no noticioso:

O presidente do Sindicato dos Arrumadores de Teresina apela às autoridades dessa capital, para que não seja repetido o que foi presenciado por inúmeras pessoas em frente a firma “**Algodoeira-PI aujene(?)**”.

As D.D. Autoridades estão cientes de que somos sindicalizados e pagamos todos os direitos para um fim, fim este como cita a lei 2.196 Art. 258 da Constituição das Leis do Trabalho: “Compete aos Estivadores Arrumadores nas firmas, empresas, companhias particulares, do Cais para o Armazem e vice versa, **Carga e descarga de caminhões**”.

Acontece que na firma citada acima, estava sendo efetuada uma descarga por pessoas **não sindicalizadas**, quando o fiscal do sindicato chegou com os **Estivadores** para fazer o serviço que é de lei. O proprietário da firma mandou chamar um **oficial de polícia** (CAPITÃO PLINIO) para retirar os estivadores do serviço, impedindo seu ganha pão [...]. Ficaram olhando para o serviço sem poder fazer, porque o Capitão jurou de buscar os “cosmes” e esburrachar, surrar a estiva.

Creio que o eminente Comandante da honrada força social do Estado não admite essas injustiças, e pedimos a todas as autoridades que apoiem o Sindicato em qualquer setor de serviço e jamais aconteça o que acabo de citar.

Teresina, 19 de janeiro de 1962

Sebastião da Costa e Silva

Presidente do Sindicato.⁶³² (grifos do autor)

Com base na leitura do IPM nº 189, que indiciou vários sujeitos em Teresina por “fomentar a desordem política social”, observa-se que a partir do final da década de 1950 e até meados do ano de 1960 os sindicatos também passaram a se envolver de forma mais efetiva nas questões políticas locais e nacionais.⁶³³ Na ocasião, uma das estratégias políticas das organizações sindicais do Piauí era a de lançar candidatos a cargos no Executivo e Legislativo em várias esferas: municipal, estadual e federal. O fomento a essas candidaturas ocorreu no momento em que Chagas Rodrigues foi eleito governador. Chagas já era um nome forte no PTB nacional e vinha se aproximando dos sindicatos parnaibanos desde 1955, incentivando os trabalhadores a aderirem ou apoiarem a sigla. Em 1958, alguns sindicatos passaram a sustentar nomes de alguns membros a cargos eletivos, como se verá mais adiante.

⁶³² CARTAS dos leitores. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 2, 21 jan. 1962.

⁶³³ CEARÁ. Ministério Público. *Inquérito Penal Militar nº CLXXV*. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Esses trabalhadores, por sua vez, deveriam ter seus nomes e diretrizes de atuação apoiados em assembleia, e, no caso de qualquer desvio de conduta, o apoio era sumariamente retirado, como se pode observar em nota publicada no jornal *O Dia*, de agosto de 1958:

NOTA OFICIAL

As classes organizadas de Teresina, em reunião realizada no dia 29 do mês de julho, resolveram por unanimidade retirar o apoio que haviam dado ao Senhor José Tibúrcio da Costa, Presidente do Sindicato dos Motoristas, em virtude de deliberação pessoal por êle tomada sem ouvir as mesmas.

Esclarecem também, que somente dois candidatos têm nosso apoio, os companheiros, Tiago José da Silva, candidato à Câmara Estadual, e João Malta Filho, Candidato à Câmara municipal de Teresina, e com relação ao nosso companheiro Raimundo Ney Baumann, continua merecendo o nosso apoio e confiança, embora tenha desistido da candidatura de Vice-Prefeito da Capital.

Outrossim, se outros candidatos se apresentarem de público com tal credencial, não passa de inverdade.

Teresina, 30 de julho de 1958.

João Rodrigues de Sousa

Manoel Carlos Neto

João Malta Filho

Inácio José de Sousa

Raimundo Nonato Tavares

Isaac Monge Falcão

José Raimundo da Silva⁶³⁴

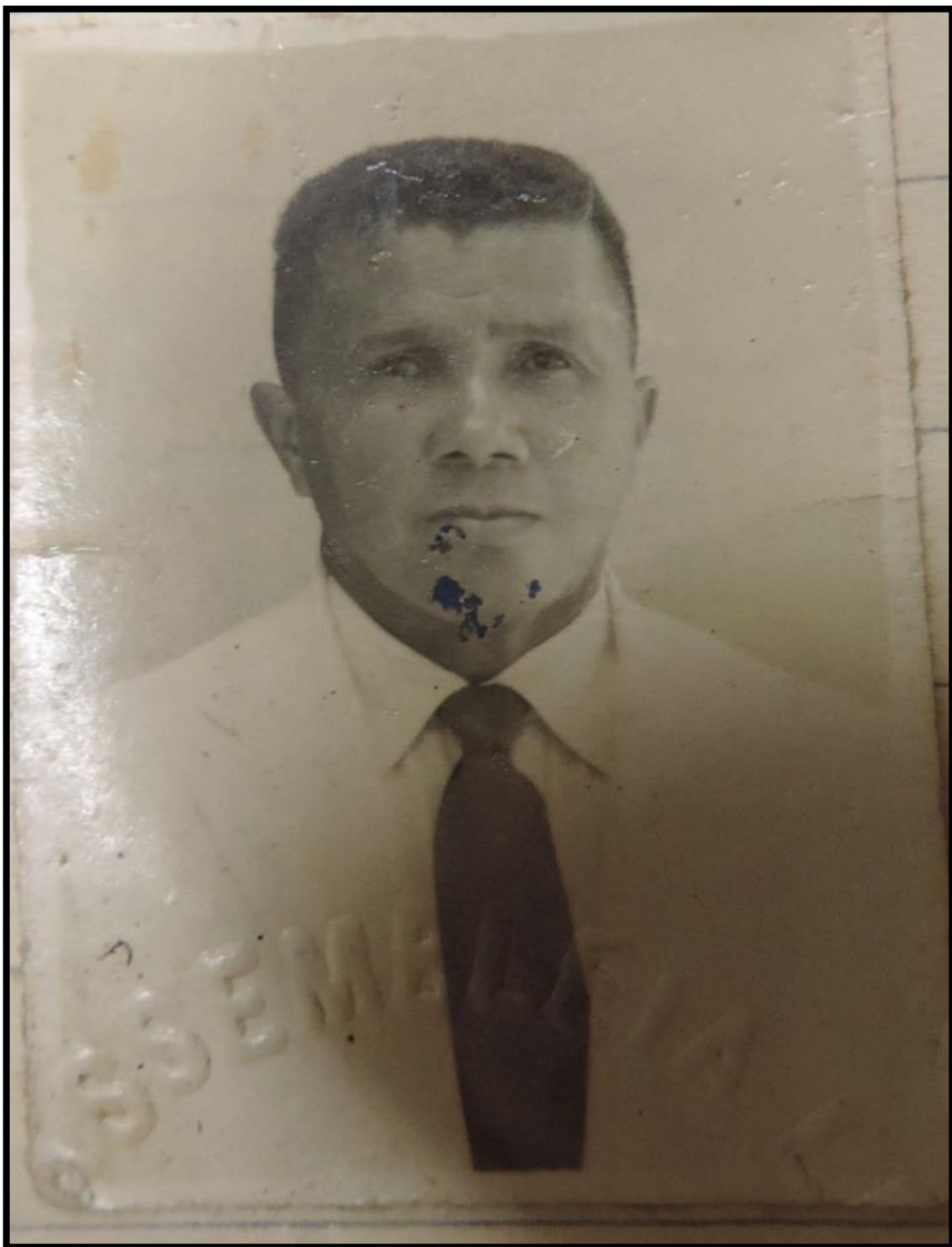
Esses trabalhadores manifestavam preferência pelo Partido Trabalhista Brasileiro para lançarem suas candidaturas já no final da década de 1950. Nesse sentido, em 1958, o grande feito dos sindicatos piauienses, em especial dos que se encontravam no norte do Estado, foi a eleição pelo PTB de Tiago José (Figuras 15 e 16), presidente do Sindicato dos Estivadores de Parnaíba. Em memorial encaminhado pelos sindicatos ao presidente da Assembleia Legislativa observou-se o número significativo de organizações sindicais que apoiaram sua candidatura.⁶³⁵ Tiago José era negro, uma liderança importante em Parnaíba, que ganhou notoriedade quando, no ano de 1951, em decorrência da seca que assolava o Piauí, assim como da grave crise financeira gerada pela redução da exportação da Cera de Carnaúba, conseguiu audiência com o presidente Getúlio Vargas para levar as reivindicações de vários sindicatos de trabalhadores piauienses, mas também dos sindicatos patronais, fato noticiado pelo jornal carioca *Última Hora* e reproduzido pelo jornal piauiense *O Dia*.⁶³⁶

⁶³⁴ NOTA oficial. **O Dia**, Teresina, p. 3, 6 ago. 1958.

⁶³⁵ PODER Legislativo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 18 jun. 1959.

⁶³⁶ FOME. **O Dia**, Teresina, p. 6, 4 nov. 1951.

Figura 15 – Fotografia de Tiago José da Silva



Fonte: Piauí, 1959⁶³⁷

⁶³⁷ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Fotografia de Tiago José da Silva**. Arquivos: pasta Assentamento individual dos Senhores deputados - ano 1959. Teresina, 1959.

Figura 16 – Parlamentares Piauienses 1962



Fonte: Dantas, 2008, p. 64⁶³⁸

O *petebista* Tiago José acabou sendo indiciado, após o golpe de 1964, por cometer “crimes contra o Estado e a ordem pública”⁶³⁹, porquanto à época exercia o cargo de presidente da Central Geral dos Trabalhadores no Piauí e estava à frente da organização de uma passeata que ocorreria no dia 2 de abril de 1964 em apoio ao presidente João Goulart. A passeata não chegou a ser realizada, tampouco a greve que seria promovida pelos Ferroviários do Estado em solidariedade ao presidente deposto, entretanto esses dois eventos fizeram com que 33 trabalhadores fossem presos e levados a depor no Exército. Encontravam-se entre eles líderes sindicais, sindicalistas e o deputado estadual pelo PTB, José Alexandre Caldas Rodrigues (irmão de Chagas Rodrigues) - que tinha forte ligação com os sindicatos

⁶³⁸ O suplente de deputado Tiago José da Silva entre os deputados estaduais eleitos no ano de 1962. Tiago é o segundo, de terno branco, da direita para esquerda, na primeira fila (DANTAS, Deoclécio. **Marcas da ditadura no Piauí**. Teresina: [s.n.], 2008. p. 64). Tiago José foi eleito naquele ano, não conseguindo o mesmo êxito no ano seguinte.

⁶³⁹ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar n° CCCXLIV**. V. 3. Organização Movimento Sindical. Fortaleza, CE, 1965. Projeto BNM n° 349. 1965. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_04&pagfis=33830>. Acesso em: 18 mar. 2015.

parnaibanos. Todos responderam ao processo-crime sob a acusação de estarem atentando “contra o Estado e a ordem política e social”.⁶⁴⁰

Os sindicatos urbanos no Piauí exerceram importante papel no fomento a questões políticas e sociais, em especial em uma época tão difícil quanto a vivida nos fins dos anos 1950. O governo de Chagas Rodrigues, como será visto mais adiante, promoverá esforços para uma aproximação entre Estado e sindicatos locais, visando tentar tutelar aquelas organizações em favor de uma guinada trabalhista *oficial*. Contudo, ver-se-á que, se os sindicatos urbanos renderam seu apoio ao chefe trabalhista, ainda existiam em número pequeno, se comparados à imensa maioria de trabalhadores não organizados no Estado.

A Igreja Católica, por sua vez, construiu um percurso mais próximo dos agrupamentos de trabalhadores organizados no Piauí, pois esteve constantemente presente nos sindicatos e de forma especial nas *associações*, que geralmente pautavam sua atuação por princípios religiosos. Pode-se observar essa relação tanto nos jornais, nas chamadas para a comemoração de eventos religiosos por parte das associações, como pelos princípios religiosos que compunham os seus estatutos, visualizados nos estatutos da Legião Operária São José, de Parnaíba, e da União Artística e Operária Teresinense.⁶⁴¹ O estatuto da Legião Operária, em seu capítulo I, artigo III, n. 1, apontava que aquela instituição deveria seguir a “orientação social contida na Encíclica Rerum Novarum de Leão XIII e nos outros documentos pontifícios”. Por sua vez, a União Artística e Operária Teresinense dedicou ao Capítulo II de seu estatuto o patronato da organização a São José. Essas duas associações, a primeira fundada em novembro de 1948 e a segunda em 1958, tinham como principal razão de ser o auxílio material fornecido aos seus sócios em caso de doença ou morte, bem como a tentativa de promover atividades educacionais e culturais.⁶⁴² Os Círculos Operários⁶⁴³, por sua

⁶⁴⁰ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CCCXLIV**. V. 3. Organização Movimento Sindical. Fortaleza, CE, 1965, Projeto BNM nº 349. 1965. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_04&pagfis=33830>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁶⁴¹ Os dois estatutos foram encontrados na biblioteca particular do ex-governador Chagas Rodrigues, que está na Universidade Federal do Piauí, em Parnaíba. Ver: UNIÃO ARTÍSTICA E OPERÁRIA, SOCIEDADE BENEFICENTE E EDUCADORA. **Estatuto**. Teresina, Piauí, 1958; LEGIÃO OPERÁRIA PIAUIENSE. Estatutos. **Imprensa oficial**. Teresina, 1949.

⁶⁴² Não era apenas em lutas por melhorias nas condições de trabalho, saúde ou educação, que esses homens e mulheres se agrupavam, também havia as festividades, como ocorreu no ano de 1961, quando a União Artística e Operária Teresinense lançou nota no jornal *Folha da Manhã*, convidando todos os membros para as festividades em comemoração ao dia do Trabalhador promovidas em sua sede social. UNIÃO Artística e Operária Teresinense. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 30 abr. 1961.

⁶⁴³ Segundo Leila Stein, “O movimento circuísta originou-se nos anos 1930 a partir de uma proposta gestada pela Igreja Católica para a organização do movimento operário. Situada num quadro doutrinário católico internacional, a proposta tinha, como princípios organizativos gerais, as concepções da encíclica Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, as quais preconizavam a necessidade de evangelização dos sindicatos. Pontualmente, propunha-se a formação de entidades cristãs de cunho econômico e social que pudessem responder ao avanço das trade Union e das propostas sindicais de cunho socialista.” STEIN, Leila Menezes.

vez, direcionavam-se a auxiliar o trabalhador piauiense de forma significativa no campo educacional, inclusive na manutenção de escolas primárias para os seus membros. Algumas vezes entravam em negociação com o Estado para que cedessem os recursos humanos para o pleno funcionamento dos estabelecimentos de ensino.⁶⁴⁴

Assim como ocorreu com os sindicatos, a despeito das dificuldades específicas do final da década de 1950, as associações visavam tornar a vida dos trabalhadores menos precária. Em Teresina, as *associações de bairro* também acabaram assumindo papel importante nesse sentido. Segundo a documentação dos IPMs sobre o PCB Piauiense, as três principais associações de Teresina, bastante atuantes no auxílio e assistência social a muitos trabalhadores, eram: Associação dos Moradores do Bairro Porenquanto, Associação dos Moradores do Bairro Pirajá e Associação dos Moradores do Bairro Vila Operária, a primeira e a segunda lideradas por membros do Partido Comunista e a última orientada pela Igreja Católica. Na associação do bairro Pirajá, por exemplo, os membros se uniam para o enterro dos associados, e até mesmo de indigentes e pobres que viviam na região, como lembra Fortunato Ferreira da Silva, secretário daquela associação no ano de 1964.⁶⁴⁵

Os operários urbanos organizados eram certamente uma parcela importante da classe trabalhadora piauiense, e, reunidos em associações ou sindicatos, conseguiam amenizar as dificuldades cotidianas. Contudo, existia no Piauí, particularmente nos pequenos núcleos urbanos, como Picos e Parnaíba, muitos trabalhadores que viviam em condições mais difíceis, sem qualquer forma de organização. De forma geral eram trabalhadores braçais, que faziam com que as cidades funcionassem, entre os quais se podem citar lavadeiras, empregados domésticos, pescadores, vendedores de rua, engraxates, carregadores, só para mencionar umas entre tantas formas de serviço existentes. Nas memórias do advogado picoense Renato Duarte, a labuta daqueles obreiros, desprovidos de qualquer assistência social e política, era imprescindível para o funcionamento das atividades cotidianas das casas das famílias de classe média no interior do Estado. Contudo, as condições de trabalho em que atuavam eram de extrema dificuldade, como ocorria com os carregadores de água e carvão. Se a capital do Estado ainda não dispunha de energia elétrica e de um sistema de abastecimento de água eficiente, deve-se supor que as condições de cidades como Picos, localizada a 300 km no

Trabalhismo, círculo operário e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade), p. 176.

⁶⁴⁴ GOVERNO do Estado ampara a laboriosa classe operária de Teresina. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 4, 12 jun. 1960.

⁶⁴⁵ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

sertão, e Parnaíba, a 338 km no litoral, eram ainda mais pungentes. Aquela mão de obra era particularmente significativa para os serviços diários nas residências cujas famílias podiam dispor dessas ocupações. Duarte recorda a extenuante atuação desses sujeitos:

O abastecimento de água [...] [também] era a domicílio. Cada Jumento carregava duas ancoretas (que o povo chamava de **ancas**, simplificação de âncoras) cheias d'água. Ao chegarem à frente da casa do cliente, os vendedores despejavam a água em latas de querosene adaptadas para o transporte do líquido até o interior do domicílio, onde era transferido para potes de barro. O preço da água era cobrado pela **carga d'água [...]**. Para os botadores de água que não possuíam um jumento, transportavam, eles mesmos, a água em duas latas penduradas nas extremidades de um pau que eles levavam sobre os ombros. Geralmente os carregadores de água tinham a sua freguesia, e eram raros os casos de vendedores que saíam oferecendo água de porta em porta.⁶⁴⁶

Parnaíba, grande entreposto comercial no Estado, assim como Picos, também possuía o mesmo serviço, como ilustra o romance de Assis Brasil *A filha do meio quilo*, no qual o personagem de Romualdo chega em Parnaíba contratado por Cotinha, personagem central da narrativa, para fazer o abastecimento de água dos moradores da cidade sobre as costas de jumentos.⁶⁴⁷ A cidade de Parnaíba, para além dos trabalhadores sindicalizados - como o histórico e expressivo Sindicato dos Estivadores - possuía uma série de trabalhadores autônomos, que emergiam (e sobreviviam) ao redor do cais do Rio Parnaíba, como retratado em *Beira Rio, Beira Vida*: as prostitutas, os embarcadiços, os marinheiros de água doce, entre tantos que ganhavam o sustento graças às atividades fomentadas pelo rio que dividia o Piauí do Maranhão.⁶⁴⁸

b) Trabalhadores do campo

Se nas cidades, em fins dos anos 1950, a situação do trabalhador urbano era árdua no que diz respeito à sua sustentação e às condições dignas de trabalho, a vida no campo não era menos lancinante. Durante muitos anos as condições de existência dos trabalhadores rurais não mereceram destaque nas discussões nos quadros políticos locais, pois a *Cultura Política Partidária* que havia se estabelecido no Estado recusava-se a debatê-las. Deve-se levar em consideração que a razão pela qual essas questões não eram postas em relevo está no fato de a grande maioria dos políticos que compunham os quadros partidários pertencer à categoria dos

⁶⁴⁶ DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos cinquenta. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Gráfica Nordeste, 1995, p. 54.

⁶⁴⁷ BRASIL, Assis. **A filha do meio quilo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966, p. 57.

⁶⁴⁸ BRASIL, Assis. **Beira Rio, Beira Vida**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

grandes proprietários rurais. Muitos deles no pós-*Estado Novo* se filiaram ao Partido Social Democrático, que, durante os anos de 1945 e 1964, entre quatro governos eleitos, sagrou dois governadores e coligou-se com a UDN em um terceiro mandato.

O espaço do campo no Piauí era representado como lócus de atraso e analfabetismo, e, em alguns momentos, tal situação despertava em alguns grupos políticos a argumentação necessária para municiar os ataques aos opositores que estavam no exercício do mandato governista. Durante a década de 1950, enquanto o PSD governava o Piauí, alguns noticiosos *udenistas* cobravam ações governamentais no sentido de promover a melhoria das condições de vida dos homens do campo, que passavam inclusive pelo fomento de “escolas rurais” tendentes a ajudar na modernização da atuação do campesinato.⁶⁴⁹ Mas de fato nada foi efetuado, nem mesmo essa proposta foi pauta de qualquer discussão. Em livro de memórias, o intelectual piauiense Renato Duarte recorda fragmentos do cotidiano desses trabalhadores da zona rural do Estado, representando aquele camponês como:

O elo inicial – e o mais frágil – daquela cadeia que era representada pelos pequenos proprietários rurais e pelos trabalhadores sem-terra que, como moradores ou parceiros, cultivavam as terras de fazendeiros ausentes. Na maioria das propriedades a exploração da terra era feita através de uma combinação de agricultura de subsistência – essencialmente feijão, milho, mandioca e arroz – com culturas comerciais – algodão, alho, cebola, especialmente – e com a pecuária, predominando o criatório de bovinos, caprinos e ovinos. Nas fazendas onde havia carnaubais e maniçoba o extrativismo podia constituir uma importante atividade econômica.⁶⁵⁰

Segundo Renato Duarte, havia também o cultivo de hortaliças nos próprios quintais das casas dos agricultores, sob os chamados “jiraus”, e a criação de aves, como galinhas, que contribuía para a alimentação da família daquele trabalhador. O excedente da produção de subsistência acabava indo para os pequenos fluxos urbanos, como era o caso da cidade de Picos, que se mantinha abastecida com os suprimentos vindos da zona rural da cidade, onde reside mais de 90% do seu contingente populacional.⁶⁵¹ A feira, desse modo, era o lugar onde havia a movimentação financeira e o complemento de renda para aquela população. Renato Duarte recorda o processo de venda do excedente agrícola e as transações comerciais dos agricultores da seguinte forma:

⁶⁴⁹ ENSINO rural. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 21 maio 1952.

⁶⁵⁰ DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos cinquenta. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Gráfica Nordeste, 1995, p. 44.

⁶⁵¹ *Ibid.*, p. 104.

[...] é através da feira que os agricultores de subsistência vendem as parcelas de seu pequeno excedente agrícola e adquirem as poucas mercadorias que complementam os seus precários padrões de sobrevivência. Pelo que me recordo, os itens mais freqüentes nas compras que os feirantes levavam de volta para as suas moradas nas tardes de sábado eram porções de café, açúcar, querosene, óleo de capim, pedaços de sabão, fósforos e, dependendo do apurado, cortes de tecido grosseiro, como algodãozinho, riscado, mescla, chita, chitão. [...] Ao cair da tarde, os feirantes começavam a viagem de retorno às suas roças.⁶⁵²

Pode-se desvendar minimamente o cotidiano desses trabalhadores a partir de relatos de memórias de pessoas que faziam parte da elite, como o intelectual picoense Renato Duarte. Dificilmente se terá uma representação dos trabalhadores rurais feita pelos próprios, contudo, relatos como o de Duarte, embora ressaltando as singularidades do lugar social de quem os construiu, apontam indícios sobre as vivências dos trabalhadores piauienses. Essas representações memorialísticas geralmente oferecem uma perspectiva negativa sobre as condições de existência do trabalhador rural, como se pode perceber nos relatos do ex-governador pelo PSD piauiense, Pedro Freitas.

Era agregado. Como se chama, *agregado*: morando nas terras de fulano, como agregado. Agora, pagava uma rendazinha da roça que fazia. Se não havia roça, não pagava nada. O preço calculado por tarefa. Uma tarefa era de 55 vezes, 55 metros da área. Eles pagavam uma carga de milho, de arroz, conforme o local. Havia trabalhador que ganhava salário, mas eram poucos, havia pouco serviço. E o salário era mil réis por dia. Aqui em Teresina, era mil e duzentos. No interior, era mil réis. Mas um quilo de carne era seiscentos réis! Com salário de mil réis, comprava um quilo e meio de carne, sobravam uns tostões para comprar caneca de sal.⁶⁵³

A memória do ex-governador é importante para se compreender que apesar das dificuldades de sobrevivência do homem do campo, os administradores do Estado tinham um olhar indiferente sobre a miséria. Lançavam o problema para a relação proprietário-agregado, tirando de si a responsabilidade pelas condições de trabalho que se efetivam nos rincões piauienses. Entretanto, a representação da precária condição nos relatos memorialísticos, tanto de Renato Duarte como do ex-governador Pedro Freitas, coaduna-se com os trechos encontrados nos noticiosos locais, a exemplo do veiculado no jornal *udenista A cidade* no ano de 1952, para quem “O trabalhador rural, leva a mesma vida de cem ou duzentos anos atrás. Famintos, impaludados, analfabetos e maltrapilhos enfrentam de sol a sol os rigores do tempo.

⁶⁵² DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos cinquenta. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Gráfica Nordeste, 1995, p. 70.

⁶⁵³ DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010, p. 115.

Os govêrnos só se lembram de sua existência em tempo da eleição [...]. Economia não possuem, já que a melhor parte é do patrão, do dono da terra”⁶⁵⁴.

Uma obra importante que também aponta para a condição de vida do trabalhador do campo é o romance *O Salto do Cavalo Cobridor*, do literato Assis Brasil.⁶⁵⁵ A obra tem como pano de fundo o cotidiano da casa do agregado Inação, que se gabava por considerar a si próprio “o melhor agregado de fazenda do Piauí”⁶⁵⁶. O próprio nome do personagem, Inação, que quer dizer ausência de ação, aponta para uma espécie de paralisia do sujeito acerca da conjuntura em que estava imerso, pois o fato de ter orgulho e se sentir bem diante da condição de agregado - afinal entre tantos outros era considerado o homem de confiança do patrão - emerge na obra como uma forma de não reflexão do trabalhador do campo sobre a própria situação de pobreza. Inação vive e morre como agregado, sonhando em ser enterrado naquele pedaço de chão que não era seu.

Aquele personagem central da obra *O Salto do Cavalo Cobridor* era uma espécie de faz-tudo na fazenda Frecheira da Lama, onde ficavam as terras do “doutor” Gervásio Fonseca, localizada na região norte do Estado.⁶⁵⁷ Inação também prestara serviço em outras propriedades, somando o tempo de trabalho de 30 anos, tendo sempre como função cuidar da casa grande, tratar do campo, ou seja, deixar “tudo limpo, sem erva daninha” e, em tempos de colheita, derrubar a cana “ver”⁶⁵⁸ uma máquina”⁶⁵⁹. Inação é descrito como um trabalhador exemplar, mas castigado pela ação do tempo e pelos anos duros de trabalho, pois, apesar dos olhos azuis, tinha a pele queimada pelo sol, sérios problemas dentários e era analfabeto. Assis Brasil retrata um personagem fictício, mas poderia estar descrevendo qualquer camponês do interior do Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. A trama narrada, portanto, aborda, entre tantas outras questões, as condições de existência e pobreza dos moradores das fazendas piauienses, bem como representa a complexa relação entre agregado e proprietário longe de qualquer conexão política oficial.

O romancista, nas páginas iniciais da obra, narra jantares e almoços em duas residências, na casa do agregado e na casa do patrão, onde ocorre de forma mais visível uma

⁶⁵⁴ ENSINO rural. *A Cidade*, Teresina, p. 1, 21 maio 1952.

⁶⁵⁵ BRASIL, Assis. *O salto do cavalo cobridor*. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1968.

⁶⁵⁶ *Ibid.*, p. 44.

⁶⁵⁷ Algo leva a crer que a denominação Gervásio utilizada por Assis Brasil para dar nome ao proprietário de terras do romance *O Salto do Cavalo Cobridor* esteja relacionada com o nome de um grande proprietário do norte do Estado do Piauí, conhecido pelo número expressivo de agregados em suas vastas propriedades, com quem mantém uma relação de dominação política. Seu nome era Gervásio Costa. Mais adiante volta-se a discorrer sobre esse latifundiário.

⁶⁵⁸ A palavra ver, na frase, tem o mesmo sentido de: igual a. A expressão “ver” aplicada nesse sentido era recorrente entre a população pobre do Piauí até bem pouco tempo.

⁶⁵⁹ BRASIL, op. cit., 1968, p. 45.

tentativa de flexibilizar as distâncias entre aqueles segmentos sociais. Contudo, cada um sabia seu lugar social nesses breves momentos. Em especial, quando Inação ia à casa dos patrões e sentava-se à mesa com eles, a separação se reflete nos temores que sentia de não saber comer e nem conversar como os proprietários. Apesar disso, o agregado, como aponta o romancista, “Gostava de conversar com os patrões, como se fôsse igual a êles e tivesse as mesmas letras”⁶⁶⁰.

Em nenhum momento o romance aborda qualquer ação política na região, visando promover mudanças na vida daqueles personagens, em especial no que se refere à pobreza e à falta de posse da terra pelos agricultores. O elemento político aparece apenas na figura ausente do pai de dona Candinha, esposa do “doutor” Gervásio, que é filha de um deputado. Por parte dos trabalhadores, a consciência política sobre a situação de pobreza e penúria surge não entre os trabalhadores rurais, mas na fala do caixeiro viajante, o personagem Matias. Responsável pelo vai e vem de informações entre a fazenda e as outras cidades, Matias é quem dá o tom político ao romance. Veja-se o momento em que a questão da terra aparece em um diálogo entre Matias e Inação, em uma viagem que os dois personagens fazem de trem em direção à Parnaíba:

[Matias] – Compadre, você aí da janela vê êsse mundo de terra todo?

[Inação] – Estou vendo.

[Matias] – Que você acha?

[Inação] – Até que é bonito no inverno, quando tudo fica verde.

[Matias] – Quê nada, isso é desperdício, Inação, você não vê logo?

[Inação] – São terras do Govêrno.

[Matias] – Quê Govêrno. São terras de gente que não comprou elas, foi tudo herdado ou aforado por ninharia.

[Inação] – Gente sabida e ainda por cima afortunada.

[Matias] – É um despropósito, quantas pessoas necessitando, pedindo um palmo de terra para plantar.

[Inação] – E quê, que essa gente quer com essa terra assim, sem serventia.

[Matias] – Diz que é terra de pasto, para os rebanhos dêles.

[Inação] – Mas o gado é tão pouco por aqui.

[Matias] - Conversa, êles tem essa terra só pela ganância de ter. Você pensa, Inação, que todo fazendeiro é pobrinho assim como doutor Gervásio, que só tem a Frecheira da Lama? Quê nada. Essa terra tôda do Piauí, Ceará e até do Maranhão, pertence a muito pouca gente. Gente ganjenta, com a mão fechada assim. Pobre na unha deles passa o diabo.

[Inação] – Onde soube tudo isso, Matias?

[Matias] – Ora, nas minhas viagens, conversando com gente de cabeça, que entende de política.

[Inação] – Quer dizer que toda essa terra sem produção tinha que ser vendida para quem quisesse plantar?

[Matias] – Vendida não, distribuída!

[Inação] – De graça?

⁶⁶⁰ BRASIL, Assis. **O salto do cavalo cobridor**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1968, p. 24.

[Matias] - De graça e de mão beijada.

[Inação] – Não estou compreendendo.

[Matias] – Inação, o mundo está mudado. Por que Deus só tem ajudado os ricos e os pobres não?

[Inação] – É verdade.

[Matias] – Quando fui aprender a ler lá em Marruás, no ano retrasado, tinha uma professora que vivia falando nessa questão da terra. Culpava os donos pela pobreza da nação. Dizia que tudo tinha de ser repartido, para quem quisesse plantar – cada família podia ter o seu pedaço de terra. Acho que isso era que tinha de ser mesmo certo.

[Inação] – Estou me lembrando que doutor Gervásio um dia falou numa coisa assim. O Govêrno ia distribuir terra para quem não tinha. Ele disse que devia ser assim, mas não acreditava nessa conversa. Dona Candinha foi de opinião de qual tal coisa podia acontecer, mas só daqui a cem anos.

- Se a nação é pobre – disse dona Candinha – e todo mundo sabe que é pobre, como é que vai ter dinheiro para comprar terra e sair distribuindo à toa?

Aí o doutor Gervásio disse que o Govêrno podia comprar a prestação, podia até tomar. Dona Candinha achou graça e repetiu: só daqui a cem anos ou mais, ou nunca.

[Matias] - Sabe Inação, eu também acho que não passa de conversa fiada. Onde já se viu o Govêrno ajudar os pobres? Só tem feito é atrapalhar. Não ajuda não, só mesmo na cabeça de doido varrido.

[Inação] – Só mesmo na cabeça de quem não terra para perder.

[Matias] - É isso mesmo, Inação. Aqui no meu entender, o Govêrno é rico, não é?

[Inação] – É rico.⁶⁶¹

O diálogo, apesar de longo, é instigante para fomentar algumas questões. Assis Brasil propõe em sua Tetralogia um caráter de denúncia aos seus romances, e certamente o colóquio entre os personagens reflete as preocupações de um tempo, de forma especial a questão da reforma agrária. Contudo, alguns elementos nessa conversa precisam ser melhor delineados. O romancista aponta o desconhecimento inicial do camponês sobre as questões da terra para, logo ao final do diálogo, reproduzir, mediante a narrativa de Inação, uma conversa dos patrões. Crê-se que tal narrativa tenta demonstrar a percepção do romancista sobre a falta de importância que os agregados (de forma geral) davam àquele tema, principalmente quando remete ao colóquio entre os empregadores. A pouca importância de Inação se deve à própria descrença dos patrões, em especial de dona Candinha, a filha do deputado, que, em tom cômico, desqualificava a existência de uma real ação do governo para promover a reforma agrária ao afirmar que tal situação só ocorreria “daqui a cem anos, ou mais, ou nunca”. A falta de importância manifestada pelo camponês, reforçada no final do diálogo pela incredulidade do caixeiro viajante, associada ainda à chacota da patroa, mostram apenas que a política tradicional não era assunto em que se pudesse confiar, afinal, todos chegaram à conclusão, de

⁶⁶¹ BRASIL, Assis. **O salto do cavalo cobridor**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1968, p. 65-67.

uma forma ou de outra, de que não iria dar certo, e particularmente Matias e Inação mediante a representação que fazem do governo: era rico. E, se era rico, certamente não estaria a favor do camponês e do trabalhador.

Contudo, naqueles anos, o agravamento da situação de pobreza do homem do campo no Piauí era fator que havia ganhado visibilidade em jornais piauienses e de circulação nacional, como o carioca *Tribuna da Imprensa*, que em reportagem datada de 6 de abril de 1946, escrita por Rui Simões de Menezes, apresentava a baixa remuneração recebida pelo trabalhador rural no norte (naquele momento era incomum o termo nordeste) brasileiro, destacando entre eles o trabalhador piauiense, que não recebia o salário em dinheiro. Existe, segundo consta no periódico, “o dia de serviço”, dia da semana em que o trabalhador dedicava seus serviços à terra do proprietário. Pelos dias de trabalho que prestavam a si mesmos, os trabalhadores recebiam apenas mais “dias de serviço” a cumprir para o patrão, remunerados apenas com comida⁶⁶².

Associado à condição de pobreza e à falta da posse das terras, os trabalhadores do campo no Piauí ainda conviviam com um aspecto mais trágico: a violência. Pode-se ressaltar que essa situação não era peculiar ao Estado piauiense; em boa parte do Nordeste os latifundiários tinham seus pistoleiros, capangas e jagunços, homens de confiança que cumpriam as vezes de milícias e impunham a ordem do dono da terra.⁶⁶³ A questão da violência no campo foi retratada na tetralogia de Assis Brasil, em *O Salto do Cavalo Cobridor* e em *Pacamão*.⁶⁶⁴ As duas obras retratam a falta de aparato policial capaz de dissolver os conflitos, resultando na prática das ações de justiça ou vingança pelos próprios personagens, como quando Inação, em *O Salto do Cavalo Cobridor*, mata para defender a honra de Dona Candinha, esposa de seu patrão, em decorrência do assédio desrespeitoso de um homem perigoso, Doca Barroso. Em *Pacamão*, o personagem Bento Mavinier busca em sua fazenda o personagem Bastião Torto, um agregado que havia sido “matador”, para “dar um sumiço” no pretendente da filha Nazinha. A lei que prevalecia era a do Sertão, como aponta o personagem Bento: “aquela rezaria toda, as novenas, igreja por todo canto, mas era o crime que botava ponto final a todos os problemas”⁶⁶⁵.

Em uma sociedade rural, permeada pela cultura da violência, o Partido Trabalhista Brasileiro, a partir de seu ideário, no sentido de empreender uma política voltada para os

⁶⁶² TRABALHADORES rurais do Norte. *Tribuna popular*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 abr. 1946.

⁶⁶³ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retratos da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985**: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011, p. 29.

⁶⁶⁴ BRASIL, Assis. **Pacamão**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

⁶⁶⁵ *Ibid.*, p. 58.

trabalhadores, poderia, em tese, desde seu início no Piauí, ter se destacado como uma opção de representação dos trabalhadores da zona rural. Contudo, como visto no capítulo anterior, não foi assim que ocorreu quando da emergência daquela sigla. A imensa maioria dos partidários, mais preocupados com a dinâmica do jogo político, ignoravam, muitas vezes, as questões importantes e pertinentes que afligiam os trabalhadores locais. Um aspecto, nesse sentido, pode ser observado no momento em que o PTB elegeu um deputado da região de Parnaíba, no ano de 1950, Darcy Araújo.⁶⁶⁶ Em carta dita anônima, mas assinada com o pseudônimo de Zé Parnaíba, publicada no jornal *O Dia* no ano de 1952, um trabalhador rural se queixava do abandono dos problemas de terra na sua região pelo deputado, que, depois de eleito, havia se ligado a outros interesses. Em outras palavras, aquele sujeito adentrara de forma efetiva a *Cultura Política Partidária* local. Veja-se o que diz a carta:

[...] Sou parnaibano, nasci na Ilha Grande de Santa Isabel, sou casado e tenho muitos filhos. Na Ilha de Santa Isabel, no tempo em que vivia Dr. João Silva a gente passava socegada [*sic*] e tranqüila. Com a morte do velho, passaram os filhos a dirigir a propriedade da Ilha, e logo começaram as perseguições, as depredações. Nós moradores da Ilha temos sofrido tanto que nem posso descrever nessa carta todos os detalhes [...]. Temos nossas casas encravadas nas terras do Domínio da União, das quais os “Silva” se dizem donos e senhores absolutos. Nas nossas glebas plantamos, criamos e melhoramos as nossas propriedades, com árvores frutíferas. Mas quando tudo está frutificando somos intimados a deixar as nossas habitações, e tudo. Se não fizermos logo passamos a sofrer as piores perseguições. Muitas vezes estamos sentados nos terreiros de nossa casinha, com nossas famílias, quando de repente surgem os capangas dos “Silva”, armados e num gesto desumano, matam a tiro a nossas criações, que se acham no próprio pátio de nossa casa. [...] E outras vezes quando não nos encontram ateião fôgo em nossas casas. [...] Tínhamos uma esperança com a eleição do Dr. Darcy, para câmara legislativa, afim de nos defender, pois êle tudo nos prometeu, mas acabou mudando-se para Teresina e, segundo seu jornal, aderiu ao deputado José Cândido e festejou a posse de nosso maior inimigo [...] nos deixando na “rua da amargura” sem termos para quem recorrer. 667

A grande decepção do trabalhador devia-se justamente ao não cumprimento das promessas feitas pelo candidato aos moradores da Ilha Grande de Santa Isabel. Causou desapontamento especial ao agricultor a mudança de conduta do político que, sendo do PTB, havia se associado ao núcleo da UDN, partido que, naquele momento, havia conseguido um grande número de cargos federais, à revelia do próprio PTB no Estado. Darcy Araújo, o

⁶⁶⁶ Darcy Fontenele Araújo nasceu em Parnaíba em 1916 e faleceu em Teresina em 1974. Foi promotor público em Parnaíba, procurador-geral do Estado, secretário de Estado, executor do AI-5, professor de Direito Comercial da Universidade Federal do Piauí e presidente da junta comercial. Foi também deputado estadual entre os anos de 1951 e 1955. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 26.

⁶⁶⁷ CARTA de Parnaíba. *O Dia*, Teresina, p. 1, 1º abr. 1951.

deputado *petebista* eleito, havia apoiado a nomeação de Aberto Silva⁶⁶⁸, político de Parnaíba que fazia parte da família “Silva”, que a carta menciona como associada aos atos de violência. O nome de Alberto Silva fora indicação do *udenista* Cândido Ferraz, e sua posse teria sido festejada pelo deputado Darcy Araújo. Tal apoio lançava por terra, segundo o morador de Ilha Grande de Santa Isabel, qualquer tentativa de barrar as investidas dos “grileiros” contra os habitantes locais. Não se pode afirmar que a carta é verdadeira, contudo demonstra-se reveladora de um quadro já delineado em outras fontes sobre as condições de violência às quais os camponeses estavam submetidos, a exemplo de outra carta, também de um morador de Ilha Grande de Santa Isabel, Vicente Mendes da Silva, veiculada no jornal de São Paulo *Terra Livre*, no número 51, de dezembro de 1954:

Ilha Grande de Santa Isabel – (Parnaíba Piauí) – Lendo TERRA LIVRE vi que a vida difícil, os horrores de tantas misérias são gerais em todo o Brasil. O mesmo acontece aqui, pois, nós, trabalhadores da roça, sofremos toda espécie de injustiça e exploração. O delta do Parnaíba forma um aglomerado de ilhas, onde antes os seus moradores trabalhavam e viviam mais ou menos. Tudo plantávamos, criávamos e tínhamos fartura: cana, arroz, milho, feijão e frutas de diversas espécies. Hoje nada mais existe. Vivemos numa negra miséria, pois os latifundiários se apossaram das ditas ilhas, transformando-as em pastagens para os seus rebanhos de gado. Os latifundiários expulsaram seus moradores com despejos arbitrários, sem pagar nenhuma indenização, e continuam ameaçando de despejo outros moradores, que nem podem ter mais a sua criação, pois os desumanos mandam matar a bala seus porcos. Diante dessa situação, eu mesmo tive que trabalhar na mata, num lugar que nem água tem, sendo preciso cavar poços de 1000 palmos de fundura, para tirar água que é salobra. Há quatro anos que a chuva tem sido pouca, pouca é a lavoura e a água vai acabando. Para ver o tanto de miséria que há por aqui, vejamos o que eu assisti um dia quando ia trabalhar. No caminho, encontrei seis criancinhas de 03 a 08 anos, levando meio litro de feijão para cozinhar na casa da avó, pois sua mãe tinha ido para cidade vender cajús e o pai estava viajando. Estas crianças só iriam comer à tarde, quando a mãe voltasse com a farinha da mandioca, que comprasse com o dinheiro da venda dos cajús. Diante dessa situação em que estamos, só mesmo com a organização e união dos trabalhadores nos sindicatos e associações, para lutarem por suas reivindicações, poderemos ter uma vida melhor. Como disse um trabalhador da fazenda jacutinga, em TERRA LIVRE: “ainda há homens que dormem, mas estão para acordar”! E eu digo: Os trabalhadores de Parnaíba, no Piauí, já estão acordando; eu mesmo estou acordado, e acordaremos todos e marcharemos na luta pelo nosso bem-estar, por pão, terra e liberdade. Ass. Vicente Mendes da Silva.⁶⁶⁹

⁶⁶⁸ Alberto Tavares Silva nasceu em Parnaíba em 1918 e faleceu em 28 setembro de 2009. Foi Engenheiro e indicado ao governo do Estado do Piauí pela Arena, no período de 1971 a 1975. Foi eleito governador entre os anos de 1986 e 1989. Também foi senador e deputado federal. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 308.

⁶⁶⁹ AINDA há homens que dormem, mas estão para acordar. **Terra Livre**, São Paulo, p. 2, 2. quinzena de dezembro, 1954.

O texto é longo, entretanto enfatiza-se a necessidade de expô-lo, até mesmo por se tratar de um dos raros depoimentos que indicam a autoria de um trabalhador rural no Piauí daquele momento. Pode-se observar, no decorrer da narrativa, a situação de instabilidade do trabalhador na terra em que habitava e cultivava. Tal condição ainda é visível em outro relato de memória do ex-comunista Marcos Igreja⁶⁷⁰:

[...] o meu pai, [...] foi morar no interior, [...] ele ocupou a Ilha Grande da Conceição pra fazer uma roça, e o coronel Gervásio Costa, que era dono das terras, das terras do outro lado do Maranhão, se achava também dono da ilha, e aí foi lá com os jagunços pra botar meu pai pra fora, aí meu pai jogou na cara dele a autorização da capitania dos portos, esse homem ficou com uma raiva, [...] porque nas terras de Gervásio Costa o que prevalecia era a ordem dele, se dava chicotada em caboclo desobediente, comprava o côco pela metade do que os vizinhos compravam, não se pegava em dinheiro, ele dava um valezinho. Você ia, levava dez quilos de côco, que digamos valesse dez reais, você consumia de mercadoria cinco reais aí recebia, vale este cinco reais, [...] os caboclos chamavam (o vale) de “sunguelo”, depois ele evoluiu e cunhou uma moeda, acho que ainda hoje tem, ele, o Gervásio Costa, era tão, era um coronel tão forte que cunhou duas moedas lá nas terras dele; do lado do Piauí valia o Gonçalves Dias, 5 Gonçalves Dias, 10 Gonçalves Dias, 15 Gonçalves Dias e do lado do Maranhão era o Novo Nilo, 10 Novo Nilo, 20 Novo Nilo. Não tinha o cruzeiro, que era moeda da época, só se pegava em cruzeiro quando vinha pra capital, e tinha que justificar perante o capataz dele, que era muito mais um feitor, às vezes, justificar porque que tava, ia precisar daquele dinheiro, (por)que o Novo Nilo não valia nem em União, a moeda chamada Novo Nilo não valia nem em União e nem em Teresina, então, tinham que vir com o cruzeiro, mas era essa opressão econômica. Se fosse hoje viveriam, estavam aí nesse negócio de trabalho escravo. Então, meu pai se insurgiu contra o Gervásio Costa e também teve que vir embora de lá.⁶⁷¹

As três narrativas são singulares na descrição da precária situação do trabalhador pobre do campo e se coadunam. O último relato aponta a atuação da família Costa e sua relação autoritária com os trabalhadores de suas fazendas. Essa situação não é uma denúncia inócua, também se pode encontrá-la em outras publicações daquele mesmo jornal *O Dia*. No ano de 1962, quando o filho de Gervásio Costa, Ezequias Costa, lançou candidatura à Câmara Federal, o noticioso piauiense convidava o eleitor a conhecer o candidato mediante visitas a “[...] Miguel Alves, Novo Nilo e União. Vá até ali para tomar conhecimento das ‘administrações’ e de como trata o povo e seus camponeses [*sic*] seus agregados. Vá ali para indicar se ele paga o salário mínimo! E chegando lá indague dos camponeses de como vivem

⁶⁷⁰ Marcos de Paiva Igreja nasceu em Teresina, em 11 de novembro de 1948, participou de movimento estudantil e foi preso como comunista em 1964, aos 16 anos. Foi vice-prefeito de Timon, Maranhão (IGREJA, Marcos de Paiva. **Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Marylu Alves de Oliveira**. Teresina: NHOIDB, 2005).

⁶⁷¹ Ibid.

e são tratados naquelas paragens, tão próximo de nossa capital...”⁶⁷². A denúncia do noticioso revelava a existência da cultura de violência que certamente atingia os mais desassistidos, e que até aquele momento pouco importava aos políticos piauienses.

A violência não era apenas física, perpetrada diretamente pelos fazendeiros, abrangendo também a recusa dos latifundiários em conceder o mínimo para a subsistência daqueles que habitavam e cultivavam suas terras, tornando a miséria a única condição de vida possível para aqueles sujeitos. A situação de miséria e pobreza de trabalhadores rurais na cidade de Piriipiri pode ser evidenciada por intermédio do noticioso *Terra Livre*. O caráter diferencial dessa reportagem-denúncia são as imagens do trabalhador agregado no interior do Piauí (Figuras 17 e 18):

Figura 17 – Trabalhadores



Fonte: Clichê, 1963, p. 3⁶⁷³

⁶⁷² TEMAS variados. *O Dia*, Teresina, p. 4, 17 maio 1962.

⁶⁷³ Legenda da imagem: Quadros iguais e piores que êste são vistos em tôda a região de Piriipiri. Seres humanos sem a menor assistência, vivendo em miseráveis barracos, mal conseguem sustentar o seu corpo já corroído por doenças epidêmicas. Num esforço supremo fazem o seu cultivo; na colheita o latifundiário leva a metade do seu produto conseguido em condições tão precárias (CLICHÊ. *Terra Livre*, São Paulo, p. 3, fev. 1963).

Figura 18 – Camponês e Criança



Um camponês cansado e desgastado já há muito tempo pela vida que leva: estômago vazio, corpo fraco e uma enxada para plantar a terra dura e sêca. Quando não a enxada, a foice é usada para limpar o terreno. Um homem de quarenta anos está praticamente no fim da vida e as mulheres de trinta anos já não passam de trapos humanos, liquidados pelos maus tratos e falta total de recursos, a partir da sub-alimentação até às bárbaras condições de trabalho.

Fonte: Clichê, 1963, p. 3⁶⁷⁴

As imagens, em conjunto com as legendas, visavam apresentar, em primeiro plano, a extrema pobreza e carência em que viviam esses sujeitos. Nos registros observa-se a falta de sorrisos, a magreza, a humildade nas roupas e habitações, o que permite imergir em um mundo do trabalho desumanizado, sem direitos trabalhistas, sem qualquer bem-estar, sem uma vivência plena. As imagens são fortes e cruas, e essa forma de retratar o trabalhador aponta para a aspereza das lutas diárias no campo. A representação posta pelo noticioso comunista *Terra Livre* não foge às narrativas e outras representações apontadas neste texto, embora talvez reforce uma única condição de existência do trabalhador rural, o que abre espaço para a seguinte indagação: que outra condição era possível ao trabalhador do campo no Piauí naquele momento? As demais fontes não permitiram ir além desse quadro.

As mesmas condições precárias constantes em algumas cidades como Parnaíba, União e Piripiri, da região norte do Estado, foram evidenciadas na região sul, como revela um bilhete do padre Davi Mendes, publicado em 1962 no jornal católico *O Dominical*, relatando

⁶⁷⁴ Legenda da imagem: Um camponês cansado e desgastado já há muito tempo pela vida que leva: estômago vazio, corpo fraco e uma enxada, a foice é usada para limpar o terreno. Um homem de quarenta anos está praticamente no fim da vida e as mulheres de trinta anos já não passam de trapos humanos, liquidados pelos maus tratos e falta total de recursos, a partir da sub-alimentação até às bárbaras condições de trabalho (CLICHÊ. *Terra Livre*, São Paulo, p. 3, fev. 1963).

o cotidiano dos trabalhadores rurais pobres da região de Amarante, centro-sul do Piauí. Segundo o religioso, suas condições eram por demais difíceis, e os fazendeiros não faziam questão de minimizar ou atenuar sua pobreza material, como sugere o trecho:

Em uma cidade do interior, quando o banco se prestou a fazer empréstimo aos agricultores, sessenta proprietários se negaram a dar o assentimento aos moradores porque “se êste povo pega em dinheiro, perde-se o trabalhador, e não se pode botá-lo para fora quando se quiser”. Foi o que eu mesmo ouvi.
675

Os proprietários investiam de várias maneiras para tentar desarticular os trabalhadores, como aconteceu em agosto de 1962, quando fazendeiros de Teresina proibiram os agregados que tinham se filiado à Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de fazer o plantio nas terras em que moravam.⁶⁷⁶ Era, portanto, uma situação de extrema dificuldade na qual se encontravam os trabalhadores rurais do Estado, muito deles sem a mínima condição de se impor contra as normas estabelecidas pelos donos das terras. Essas condições se mantiveram vigentes ainda por vários anos, pois em relato sobre as migrações em direção a Teresina, já na década de 1970, o trabalhador rural Durval Venâncio da Silva recorda que a situação do homem do campo que vivia sob a condição de agregado ainda era de extrema instabilidade. Narrando o motivo de sua saída das terras do patrão, o senhor Durval Venâncio diz:

O motivo foi seguinte, nós trabalhava de agregado, aí foi o tempo que eu tomei conta da família, me casei, tinha os proprietários lá que eram muito bom, o compadre Pedro, e ficou os herdeiros, com a mudança dos proprietários antigos, começaram a apresentar exigências, muitas coisas [...] mas a gente por desgosto, besteira mesmo, mudança de proprietário de terra [...] visto a isso eu decidi mudar pra cá.⁶⁷⁷

Apesar de ser de um período posterior ao recorte que o trabalho se propõe a analisar, a narrativa do Sr. Venâncio aponta para a existência, ainda na década de 1970, de trabalhadores rurais que viviam como agregados no Estado sem qualquer direito que os assegurasse.

A condição de existência à qual os trabalhadores rurais foram expostos durante

⁶⁷⁵ MENDES, Padre Davi. Bilhete de Amarante. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 16 set. 1962.

⁶⁷⁶ CENTENAS DE camponêses no município de Teresina ameaçados de não fazerem roça este ano. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 12 ago. 1962.

⁶⁷⁷ SILVA, Durval Venâncio. Depoimento concedido à Luana Pacheco Faria de Carvalho e Regianny Lima Monte. Teresina, 2009 apud MONTE, Regianny Lima. Entre memória e (res)sentimento: a trajetória de migrantes em Teresina na década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianny Lima (Org.). **Cidade e Memória**. Teresina (PI): EDUFPI/Imperatriz (MA): Ética, 2009. p. 217-242, p. 221.

muitos anos começou a gerar formas de resistências no Piauí no final da década de 1950. Essas oposições abrangiam desde formas mais estruturadas, como as organizações dos trabalhadores do campo em sindicatos⁶⁷⁸ e associações, até atos isolados e radicais como o suicídio. Nesse segundo caso, a morte acabava se tornando uma forma de não aceitação das imposições dos grandes latifundiários, como se pode verificar na edição do jornal *Terra Livre* que traz o relato-denúncia do genro de um trabalhador da cidade de Socorro, na região sudeste do Piauí. Segundo consta no jornal, 230 hectares de terra foram “tomados” do agricultor Francisco Estevam, que tinha 68 anos, em troca de “recompensa” no valor de 100 cruzeiros, pelo fazendeiro José Vitalino da Costa. O desfecho da situação não poderia ser mais trágico: a esposa e Francisco Estevam acabaram adoecendo em razão da perda das terras, a mulher morreu, e Francisco cometeu suicídio.⁶⁷⁹

A palavra também era foco de resistência, nesse sentido, prevalecia a polêmica sobre qual deveria ser o termo adequado para designar os trabalhadores no Estado, uma vez que muitos passaram a não aceitar mais a denominação “caboclos”.⁶⁸⁰ Talvez por força da circulação de jornais, em especial os de outras capitais nordestinas, o termo “camponês” passou a ser a denominação recorrente com que muitos trabalhadores começaram a se designar no Piauí. Na década de 1950, quando ocorreu uma disputa na Assembleia Legislativa de Pernambuco sobre como os trabalhadores do campo deveriam ser nomeados, em pleno debate parlamentar, Francisco Julião, representante das Ligas Camponesas e deputado estadual, aponta que, ao defender a luta dos trabalhadores em plenária, escolheu para denominá-los o termo “camponês”:

Quando passei a pronunciar-la na Assembleia Legislativa de Pernambuco, a partir de 1955, sentia o mal-estar que causava entre os demais deputados, na sua quase totalidade, senhores de grandes extensões de terra, a tal ponto que a única mulher eleita para a legislatura que se iniciara naquele ano, uma professora da rede pública de ensino, fez-me um apelo para que eu a substituísse por uma outra menos contundente. E como eu indagasse dela o sinônimo que julgava apropriado para o seu uso no recinto da Assembleia, animou-se a sugerir: rurícola! 681

Contudo, ao insistir na utilização do termo camponês, Francisco Julião argumentou:

⁶⁷⁸ Geralmente quando se aponta a organização dos movimentos rurais no Brasil, em especial no Nordeste, as análises são direcionadas para Pernambuco. Mas no Piauí houve uma forte movimentação camponesa.

⁶⁷⁹ O VELHO lavrador se enforcou depois que o taturá lhe tomou a terra. **Terra livre**, São Paulo, p. 2, 2. quinzena de março de 1955.

⁶⁸⁰ COLUNA epistolar. De irmão para irmão. **O Dia**, Teresina, p. 4, 15 maio 1962.

⁶⁸¹ DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Org.). **História, Cultura e Trabalho**: questões da contemporaneidade. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 153-175.

A palavra camponês transportava uma carga ainda mais rica. Não era uma simples designação ou um tranquilo qualificativo, mas uma palavra ideológica. Sua menção, apenas, trazia a lembrança de associações, movimentos e lutas organizadas contra outros senhores de terras, em outros países e outras épocas.⁶⁸²

Nesse sentido, como apontam as memórias de Julião, o nomear, em especial o privilégio de nomear a si próprio, é guerrear pelo sentido e pelo poder de pronunciar a palavra. Não desconsiderando a importância das lutas precedentes, foi apenas na década de 1950 que muitos membros de movimentos rurais, como os militantes dos movimentos em Pernambuco e no Piauí, passaram a utilizar o termo camponês, como forma de conduzir sua luta na direção de um contexto mais amplo e nacional. Portanto, a palavra passaria a ser utilizada para definir os agregados, lavradores, trabalhadores rurais, pequenos proprietários, entre tantas outras categorias de trabalhadores do campo.⁶⁸³ Segundo Ana Carneiro e Marta Ciocari, Francisco Julião contribuiu para a popularização do termo, ganhando a significação de camponês como “aquele que luta pela reforma agrária”.⁶⁸⁴

Ainda em Pernambuco, na década de 1950, Antônio Torres Montenegro revela que, além do embate ocorrido entre Julião e sua colega parlamentar, a imprensa tentou impor uma significação negativa aos movimentos que surgiam no campo, atribuindo-lhes a terminologia pela qual deveriam ser reconhecidos.

A imprensa passa a denominar a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco [SAPPP] de “Ligas Camponesas”, apontando nas mesmas um nítido caráter comunista. Essa associação entre a Sociedade Agrícola e a expressão “Ligas Camponesas” não é fortuita. O PCB, no período da redemocratização, 1945 a 1947, instituiu um movimento de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, em diversos estados do Brasil, que, na época, foi denominado Ligas Camponesas. [...] A expressão “Ligas Camponesas” resgatada pela imprensa na tentativa de colocar a opinião pública contra a SAPPP, pois a nomeia como organização comunista, é reapropriada pelos camponeses, e através dessa expressão é que serão registradas as próximas Sociedades Agrícolas.⁶⁸⁵

⁶⁸² DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Org.). **História, Cultura e Trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 153-175.

⁶⁸³ CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retratos da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2011, p. 25.

⁶⁸⁴ *Ibid.*, p. 26.

⁶⁸⁵ MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 253-254.

O elemento central nessa citação é justamente o que permite que se reflita sobre o poder singular de transformação da semântica dos termos. Houve uma particular transposição de valor quando as associações, ao se apropriarem de uma palavra que na imprensa havia ganhado contornos negativos, passaram a ressignificá-la de acordo com seus interesses. O embate sobre a posse da palavra não se deu apenas no plano político, mas também no plano semântico, corroborando o que se apontou desde o início do texto, que os processos que atribuem significância ao mundo travam-se tanto no campo linguístico, no qual acontece uma disputa simbólica e valorativa, quanto no plano da materialidade.

Assim como a utilização da palavra *camponês*, outra forma de resistência que obteve grande visibilidade à época no Piauí foram as organizações dos trabalhadores no campo. Nesse sentido, como ocorreu nos núcleos urbanos, os trabalhadores da zona rural intensificaram a sua mobilização no final da década de 1950 e início de 1960. Geralmente, quando se apontam para as mobilizações no meio rural, em especial no Nordeste, as análises convergem para a importância da atuação dos movimentos nascidos em Pernambuco, realmente expressiva, esquecendo-se de que no Piauí, os movimentos no campo tiveram forte ressonância social e passaram a questionar a ordem agrária existente na época. Certamente as lutas de outros movimentos no Nordeste devem ter colaborado para que esses trabalhadores, mediante o quadro de exploração e violência, encontrassem a coragem para se organizarem e saírem em luta em favor dos seus direitos.

Diante do quadro revelador do cotidiano daqueles trabalhadores, muitos camponeses no Piauí iniciaram um processo de reivindicação mais intensa por direitos trabalhistas e por acesso à terra, fazendo eclodir uma série de mobilizações e tentativas de formação de associações e sindicatos rurais entre os anos de 1962 e 1963.⁶⁸⁶ Essa fermentação social ocorreu em várias regiões do Piauí, mas tiveram maior repercussão as organizações surgidas próximas à capital, Teresina, e na região norte do Estado.

Na região já insistentemente mencionada de Ilha Grande de Santa Isabel, por exemplo, onde aconteceram vários atos de violência contra os trabalhadores locais, a partir da grilagem da família Silva, os agricultores acabaram se reunindo e fundando, no ano de 1963, uma associação intitulada *Associação Profissional dos Camponeses e Lavradores de Parnaíba* (Figura 19).

⁶⁸⁶ MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 103.

Figura 19 – Associação Profissional dos Camponeses e Lavradores de Parnaíba



Fonte: Clichê, 1963, p. 8⁶⁸⁷

O jornal *Terra Livre* noticiou a criação daquela associação, que tinha como objetivo lutar pelos direitos espoliados daqueles agricultores que viviam na região de Parnaíba, colocando-se abertamente contra os desmandos das famílias que praticavam grilagem na região.

Percebeu-se que a movimentação dos trabalhadores rurais no Piauí ocorreu, em grande medida, de forma autônoma, entretanto deve-se ressaltar, ainda, que a entrada de Chagas Rodrigues no governo piauiense e a sua tentativa de implementar um projeto trabalhista contribuiu de forma significativa para a movimentação de ideias junto aos trabalhadores do campo. Ao longo do seu processo de organização na década de 1950, os camponeses contaram com duas frentes de apoio: o Estado e a Igreja Católica. A junção inicial entre as duas forças culminou no primeiro grande evento destinado aos trabalhadores organizado no ano de 1961, o I Congresso Sindical dos Trabalhadores e Camponeses no Piauí, que tinha como objetivo discutir cinco questões centrais para os trabalhadores do Estado: 1. Importância do sindicato; 2. Reforma Agrária; 3. Custo de vida; 4. Extensão da Legislação Trabalhista e da previdência social ao Trabalhador rural; 5. Problemas regionais. O evento se estendia ao trabalhador urbano e ao rural, e cada inscrito poderia escolher um dos temas propostos para participar de forma mais efetiva. Segundo consta no jornal *Folha da Manhã*, cada membro do Congresso deveria se inscrever e “reivindica[r] medidas que visem a

⁶⁸⁷ [ASSOCIAÇÃO]. *Terra Livre*, São Paulo, p. 8, abr. 1963.

melhora[...] da situação do trabalhador em relação ao assunto”⁶⁸⁸. O Congresso acabou por ganhar destaque nos noticiosos nacionais, em especial por demonstrar o apoio do governo do Estado e da Igreja na organização do evento e por ser considerado como evento que possibilitou o nascimento das Ligas Camponesas no Estado.

Aquele acontecimento, segundo demonstram os jornais que circulavam no Piauí, contou com intensa participação dos trabalhadores rurais, aprovando em seu percurso propostas elaboradas por aqueles sujeitos que viviam no campo. O noticioso carioca *Jornal do Brasil*, que cobriu o evento, publicou matéria extensa sobre a proposta do agricultor da cidade de Miguel Alves, localizada ao norte da capital, o Sr. Antônio Fraternal. A tese daquele camponês apontava para a necessidade da extensão da legislação social ao campo. Segundo o noticioso:

Uma tese sobre a extensão da legislação trabalhista, apresentada por um trabalhador chamado Antônio Fraternal, foi adotada na íntegra pelo Congresso, e depois de aprovada, passou a ser uma espécie de manifesto das Ligas Camponesas do Piauí. Tratando-se de um trabalhador humilde e semi-analfabeto, a sua tese surpreendeu a todos pelo conhecimento revelado. A tese, escrita na linguagem simples, é na íntegra, a seguinte: “Representando um município do interior, onde até mesmo de Teresina não tem notícias, pouco sabe das leis sociais, achamos por bem fazer um trabalho referente à extensão das leis trabalhistas e da Previdência Social aos Trabalhadores Rurais. Tese que, trocada em miúdos, significa levar para zona do campo ou da mata os benefícios legais auferidos atualmente pelos trabalhadores da cidade. [...]”⁶⁸⁹

Esse trecho do *Jornal do Brasil* se faz de grande importância por apresentar o que seria a fala do trabalhador rural em um evento que visava discutir a sua condição e projetos para o futuro. A tese em questão foi apresentada pelo próprio trabalhador durante os debates, sendo aprovada na íntegra. Para além das reivindicações que constam no documento, aquele trabalhador, segundo consta no jornal, apresentou as condições de existência dos trabalhadores rurais que moravam na cidade de Miguel Alves. Segundo o noticioso:

Em Miguel Alves o homem é abandonado à própria sorte. Médico só aparece em períodos pré-eleitorais. E por ser um município baixo, com grande parte da área coberta por lagoas, o impaludismo e o tifo capeiam, ceifando todos os anos vidas e mais vidas das populações pobres. Tôda criança é atacada de verminose. Remédio só se encontra na farmácia ao alto preço do custo de vida atual. Além da doença o analfabetismo predomina. Criança sai de casa, em demanda da escola, sem um alimento. Dentro de poucos meses, é obrigada a desistir. Com efeito, é impossível aprender a ler e escrever,

⁶⁸⁸ I CONGRESSO Sindical dos Trabalhadores e Camponeses no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 16 abr. 1961.

⁶⁸⁹ LIGAS do Piauí tem apôio do govêrno e da Igreja. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 18, 13 out. 1961.

morrendo de doença e fome. É mesmo uma situação constritora! [...] O município de Miguel Alves está incluído entre os mais ricos do Piauí. [...] Então, há de se perguntar: como se explica tanta miséria em um município tão rico? 690

Não se sabe se realmente o camponês produziu o documento, o que se pode avaliar é que mais uma vez a situação do campo é exposta em condição de extrema pobreza. Associada a essa condição a violência ainda imperava, e, por certo, deve ter impedido que muitos camponeses se manifestassem ou procurassem se unir aos movimentos nascidos no meio rural em anos anteriores. Em novembro de 1961, em um momento importante das discussões sobre a Reforma Agrária, que tomavam as páginas dos noticiosos locais, pode-se observar a emergência da violência contra o homem do campo, por exemplo, no telegrama encaminhado por vereadores e pelo prefeito da cidade de Inhuma relatando o espancamento de um agricultor por questões de terra naquela localidade.⁶⁹¹

Mesmo com toda violência, foi justamente no ano de 1961, após a organização daquele evento, que os trabalhadores rurais começaram a buscar, de maneira mais intensa, formas de legalizar as suas organizações no Estado. Parte dos camponeses sabia, ou pelo menos acreditava, que poderia contar com o apoio do governo do Estado para as suas reivindicações, como ocorreu no ano de 1962, quando 30 camponeses se dirigiram ao Palácio do Governo para solicitar apoio do governador, pois estavam sendo expulsos das terras em que viviam com seus familiares há mais de 40 anos. Naquele momento, o governador prometeu estudar o caso com veemência e encontrar uma solução.⁶⁹² Era impensável uma atitude tão ousada dos trabalhadores rurais em anos anteriores. O ato de recorrer ao governador do Estado ajuda a compreender que, naquele momento, muitos camponeses passaram a refletir sobre a sua relação com a terra em que viviam para além das exigências dos patrões.

A organização dos trabalhadores, em especial os do meio agrário, chamou atenção de alguns setores sociais, como já mencionado, que passaram a visualizá-los como sujeitos que necessitavam ser tutelados. Tal ideia é facilmente encontrada em muitos periódicos locais e alimenta a disputa que passou a ser travada pela liderança dos trabalhadores no Piauí. No parecer inicial sobre os depoimentos prestados após o golpe de 1964, que integram o IPM nº 185 - documento importante no qual se pode observar a voz, mesmo que coagida, de vários

⁶⁹⁰ LIGAS do Piauí tem apôio do govêrno e da Igreja. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 18, 13 out. 1961.

⁶⁹¹ DENÚNCIA de violência. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 30 nov. 1961.

⁶⁹² LATIFUNDIÁRIOS querem expulsar campôneses de suas terras. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 28 jan. 1962.

membros da esquerda no Piauí -, o oficial responsável pela inquirição dos indiciados, major Idalécio Nogueira Diógenes, chegou à conclusão de que a expansão da esquerda no campo, em especial os comunistas, devia-se ao fato de o

[...] tratamento [conferido] ao camponês deixa[r] muito a desejar. Ainda é exigido o “dia do trabalho obrigatório” semanal que era pago entre dez e cinquenta cruzeiros, por muitos proprietários. O camponês, além de pagar a renda, em muitos e muitos casos é obrigado a vender o produto ao proprietário, pelo preço estipulado pelo mesmo, e não pelo preço corrente no mercado [...]. Dessas injustiças se aproveitou o PCB, o qual teve um concorrente sério, na SEPLAN [Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina].⁶⁹³

Como esse processo visava o enquadramento dos comunistas, e como todos aqueles que propusessem mudanças sobre a ordem estabelecida eram tidos como comunistas, muitos *trabalhistas* foram classificados como tal no Estado. Portanto, no processo que foi aberto para a prisão dos membros do PCB no Piauí, vários *trabalhistas* e líderes religiosos estavam inseridos. Aqui, o PTB, com o apoio dos comunistas e da Igreja Católica, atuou de forma intensa na arrematamento desses trabalhadores.

Havia, portanto, uma clara disputa, como aponta a percepção do major Idalécio no relatório final do Inquérito, entre as organizações dos trabalhadores rurais lideradas pela Igreja Católica e as organizações conduzidas com o PTB e os comunistas. Tal disputa se efetuava entre essas duas siglas, a Secretaria de Planejamento da Igreja Católica (Seplan), cuja finalidade era o assessoramento arquidiocesano e o planejamento das atividades da Igreja nos diversos setores em que atuava, visando a promoção do homem e da sociedade, e a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Autônomos de Teresina (Altate) e de Campo Maior (Altacam), que tinha como objetivo fundar ligas e sindicatos de trabalhadores rurais nas regiões próximas a Teresina e Campo Maior.

Essa disputa ficou patente em 1962, quando as organizações camponesas autônomas ou ligadas ao PTB-PCB decidem formar um PACTO OPERÁRIO-ESTUDANTIL-CAMPONÊS, que já estava sendo articulado entre membros das três categorias. Contudo a Seplan colocou-se contra esse pacto, o que gerou críticas dos membros de algumas dessas associações, em especial ligadas ao PCB, como expõe o jornal *Terra Livre*, em agosto de 1962. Segundo o noticioso:

⁶⁹³ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

Para combater o movimento camponês no Piauí que está ganhando impulso das principais classes sociais e a intelectualidade democrática, a Arquidiocese de Terezina (sic) criou a CEPLAN (sic), órgão inteiramente fascista, financiado pelo clero reacionário. A dita CEPLAN fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para dividir o movimento camponês, e impedir que o homem do campo se organize e lute pelos seus verdadeiros interesses e defendam seus direitos arrancados pelos latifundiários.⁶⁹⁴

Parece que a forte religiosidade popular limitou a atuação dos *petebistas-comunistas*, pois segundo consta no IPM nº 344, alguns religiosos propagavam intensos discursos anticomunistas por entre os trabalhadores rurais, como se pode perceber no depoimento do comunista José Pereira de Sousa, conhecido como José Ceará. Argumentando que havia ido a Parnaíba para tentar articular a fundação de uma Liga Camponesa⁶⁹⁵ nas localidades de Labino e Ilha Grande de Santa Isabel, afirmava que sua empreitada fora malsucedida pela interferência de alguns religiosos, que passaram a orientar os trabalhadores para que não aderissem a qualquer proposta com viés comunista. Corroborando esse depoimento, também se observou no IPM nº 185, na fala do lavrador e presidente de sindicato rural Antônio Damião de Sousa, a interferência da Igreja na organização dos sindicatos rurais na comunidade de Bel Monte, em Campo Maior, conforme relato do próprio:

[...] que durante a campanha de 1962, os senhores José Ribamar Lopes, José Esperidião Fernandes e Totó Ribeiro fizeram um comício em Bel Monte. Que após o comício o Padre Mateus chamou o depoente a fim de esclarecê-lo quanto as verdadeiras intenções dos participantes do comício, os quais eram quasi [sic] todos comunistas; que o depoente se quisesse fundar um sindicato, viesse a Teresina e falasse com o Arcebispo [Dom Avelar] a fim de receber orientação e fundar seu próprio sindicato; que como o depoente aceitasse a ideia, o Padre Mateus fez um cartão ao Arcebispo apresentando o depoente. Que após a conclusão do curso em Teresina, o depoente fundou um sindicato que segue a orientação da Igreja [...].⁶⁹⁶

As organizações apoiadas pela Igreja Católica contavam com o auxílio de Manoel Emílio Burlamarqui, advogado escolhido por Dom Avelar pela participação em um curso sobre liderança rural na cidade de Natal, RN. Burlamarqui passou a ministrar no Piauí cursos de formação de lideranças no campo, possivelmente o curso ao qual o lavrador Damião se reportara no depoimento, e, como advogado, prestava assessoria a alguns camponeses. Como

⁶⁹⁴ CRESCE no Piauí o Movimento Camponês. **Terra Livre**, São Paulo, p. 3, ago. 1962.

⁶⁹⁵ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CCCXLIV**. V. 3. Organização Movimento Sindical. Fortaleza, CE, 1965, p. 37. Projeto BNM nº 349. 1965. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_04&pagfis=33830>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁶⁹⁶ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

fica patente em seu depoimento, concedido ao Exército, no IPM nº 189, Burlamarqui foi questionado sobre a assessoria que teria dado a um agricultor chamado Pedro Velho, expulso das fazendas de um proprietário conhecido como Japonês. Em depoimento assim afirmou:

[...] esclarece o depoente que foi procurado pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina, para que tomasse conhecimento de um caso surgido entre um lavrador e o citado japonês, em terras do último, onde o lavrador conhecido como Pedro Velho - tomou conhecimento de que este residia a sete anos naquelas terras, onde fazia anualmente sua roça; que naquele ano, o japonês havia comprado a terra e recentemente permitia a Pedro Velho continuar a sua roça [inelegível] a renda por linha de terra ou tarefa de cr\$ 500,00 para cr\$ 1.500,00, que nesta época exigia um ou dois dias de trabalho de Pedro e de seu filho – pagando abaixo do salário mínimo em vigor, que Pedro Velho, segundo disse, pediu aumento de salário e por este o motivo foi “corrido” da terra, tendo prazo de vinte quatro horas para ele se retirar – que o depoente na ocasião mostrou a Pedro Velho que tal ato ia ao encontro do que dispõe o código civil brasileiro, que dá prazo de 06 (seis) meses, para o despejo ao morador, garantindo-lhe indenização de benfeitoria de existência, que além disso a lei do inquilinato, que o seu artigo 2º prorroga os contratos de arrendamento rurais de qualquer modalidade.⁶⁹⁷

Sobre esse caso, conseguiu-se observar a intervenção discursiva do deputado do Partido Democrata Cristão (PDC) Celso Coelho interpretando o caso da expulsão do trabalhador que arrendava as terras daquele proprietário japonês. Celso Coelho, durante entrevista concedida ao jornal *A cidade*, dizia-se impressionado com a rapidez e presteza do juiz ao prolatar a sentença de expulsão do trabalhador, quando o contrato entre ele e o proprietário ainda estava vigente.⁶⁹⁸ Cabe aqui observar que o pouco amparo legal e a inexistência por tempo demasiado de políticas públicas talvez fizessem com que os trabalhadores não vissem com muita seriedade os discursos e as promessas políticas, optando por recorrer à orientação de membros da Igreja Católica.

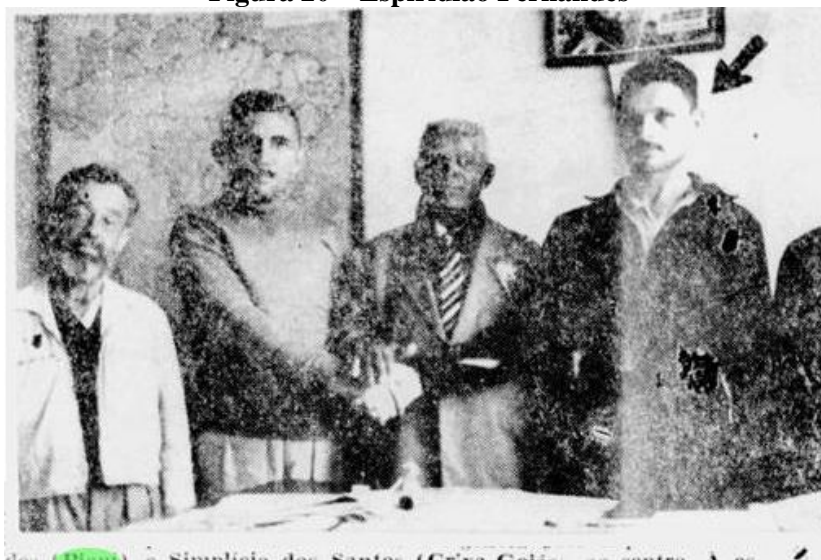
Se a Igreja tinha na figura de Manoel Emílio Burlamarqui a própria representação do arcebispo Dom Avelar, entre os trabalhadores rurais outra figura de liderança também se destacou, José Esperidião Fernandes (Figura 20), presidente da União dos Camponeses do Piauí e da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina (PI). Esperidião foi uma das figuras mais perseguidas após o golpe de 1964, segundo consta no IPM nº 185, pois sua influência sobre a mobilização dos camponeses provocava certo temor social entre as elites e os proprietários de terra. Por sua conduta, foi classificado como indivíduo de alto poder subversivo, segundo dados do relatório que produziu sobre ele o Exército no ano de

⁶⁹⁷ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁶⁹⁸ PROPRIETÁRIOS e camponeses. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 3 nov. 1963.

1963. Esperidião por diversas vezes foi detido, quando atuava no movimento camponês no Estado, e em uma dessas chegou a ser preso e ameaçado de espancamento. Essa ameaça levou-o a solicitar, em telegrama dirigido ao então presidente João Goulart, apoio e punição para aqueles oficiais da política que o haviam ameaçado.⁶⁹⁹ Adentrou o partido comunista e recebeu o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro no Piauí para a sua atuação no campo.

Figura 20 – Espiridião Fernandes



Fonte: Clichê, 1962, p. 8⁷⁰⁰

Percebeu-se que os comunistas tiveram uma participação importante na formação da Altate, fundada em 5 de novembro de 1961 e presidida pelo comunista Santídio Gomes Martins, segundo relatórios do partido, possuindo mais de 3 mil associados no ano de 1963.⁷⁰¹ No documento nº 75 do IPM nº 185 sobre o partido comunista no Piauí, intitulado “Relatório das Intervenções dos Participantes na III Conferência Estadual do Piauí do PCB”, o membro daquela sigla, José Rodrigues da Silva, afirmava que os comunistas possuíam uma boa relação com os sindicalistas piauienses, contudo, poucos dos seus membros eram filiados ao partido, o que dificultava a penetração entre os trabalhadores locais. Textualmente, “o recrutamento de membros para o partido, aqui no Piauí, tem sido um problema”⁷⁰². Nesse

⁶⁹⁹ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁷⁰⁰ Registro fotográfico em que aparece Esperidião Fernandes. Abaixo da imagem aparece a seguinte descrição: Grupo de Camponeses delegados do 1º Encontro de Libertação Nacional, vendo-se à direita, indicado por seta, o líder goiano Nelson Pereira Barreto, apertando as mãos dos dirigentes José Esperidião Fernandes (Piauí) e Simplício dos Santos (Crixá-Goiás) ao centro. À esquerda, um dos delegados de Dracema – São Paulo. A foto foi tomada na redação de *Terra Livre*, quando identificavam as suas posições na defesa de Cuba e das demais resoluções do Encontro (CLICHÊ. **Terra Livre**, São Paulo, p. 8, set. 1962).

⁷⁰¹ CEARÁ, op. cit.

⁷⁰² Ibid.

sentido, observou-se que os camponeses estavam dispostos a se organizar por sua luta nos sindicatos, mas não adentraram de forma efetiva uma luta ligada ao PCB, apesar de muitos dos seus membros terem acesso ou mesmo liderarem alguns sindicatos.

A consulta aos documentos anexados nos IPMs permitiu evidenciar, sobre a organização dos trabalhadores no campo no Piauí, que muitas vezes a formação dos sindicatos rurais era realmente autônoma, partia dos interesses dos próprios trabalhadores, somente depois passando a ser disputada pelos parceiros comunistas-*trabalhistas* ou pela Igreja Católica. Tal aspecto também tem visibilidade no estudo sobre as Ligas Camponesas no Piauí desenvolvido pelo historiador Ramsés Eduardo Sousa. Apesar de o autor construir seu estudo a partir da noção de “relação de troca entre sujeitos”,⁷⁰³ que se acredita seja um conceito bastante pertinente, muitas vezes insistia em uma espécie de filtro ou aproximação com os comunistas para que a “consciência política” dos sujeitos fosse constituída no movimento rural piauiense. Nesse sentido, apesar de a proposta do historiador consistir em fazer uma leitura do passado que dê visibilidade à atuação dos comunistas, em determinados momentos esse enfoque acaba por desconsiderar a própria autonomia dos trabalhadores ressaltada no conceito que o estudioso elegeu. Ao narrar trechos da entrevista de Luis Edwirges, ex-líder do movimento camponês em Campo Maior, cidade localizada a 80 km ao norte de Teresina, o historiador, com o objetivo de buscar um sentido oculto nas memórias daquele trabalhador, esquece de analisar aquilo que o narrador diz, como se pode observar nos seguintes trechos:

Após ler as entrevistas realizadas com Luis, não é possível localizar na sua narrativa qualquer menção a participação dos militantes do Partido Comunista na constituição das Ligas Camponesas. Durante as entrevistas, indaguei Luis sobre a presença do PCB no campo e qual a relação entre os comunistas e os camponeses, recebendo uma resposta categórica: “Partido Comunista de fato não existia, ele não existia, ele não existia porque tinham destruído ele né e aí ele vivia clandestino né, então aqui nos tinha o José Ceará que fazia parte do partido, uma pessoa que andou por aí mais eu né, mas eu não era filiado ao partido comunista, não era. Nós não era filiado ao partido comunista, nós não tinha partido, aí como eles tinham uma sabedoria das lutas deles e tudo e tal, nos apoiava, nos ajudava (...)”. A despeito de conhecer José Ceará, o secretário geral do partido no Estado, Luis faz questão de enfatizar que não era filiado àquele PCB. Mais do que isso, Luis assume mais uma vez sua função de guardião da memória ao afirmar que a própria organização não tinha nenhum partido. Por que uma negação tão peremptória?⁷⁰⁵

Segue outro trecho.

⁷⁰³ SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de Esperança**: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2015, p. 250.

⁷⁰⁵ *Ibid.*, p. 250-251.

Um dos momentos mais importantes nas entrevistas que fiz com Luis Edwirges ocorre quando ele conta como conheceu as Ligas Camponesas:

“Eu conheci através da imprensa é, é, é a minha mãe ela era religiosa e, e descia então de Canindé um jornal de São Francisco e aí ela se associou com esse jornal de São Francisco e esse jornal era anticomunista e não era muito pequeno não... e.... Esse jornal quando chegava, quando esse jornal chegava trazia notícia demais de comunismo, de Liga Camponesa, de briga lá em Pernambuco e eu lia tudinho, eu sabia do negócio, eu lia o jornal era pelos avesso né, o jornal era contra as ligas, era, era como se diz reacionário, mas informava (...).⁷⁰⁷

As duas falas transcritas pelo historiador ajudam a compreender a perspectiva de autonomia do trabalhador rural. Não se está desconsiderando a atuação dos comunistas no Estado, tampouco a troca de informações, ideias, diálogos, mas quando o historiador reforça apenas o silêncio sobre a atuação do PCB nas memórias do entrevistado, omite também outras questões importantes. Certamente Luis Edwirges permutou uma série de informações sobre a questão da organização do campo com membros do PCB e do governo Chagas Rodrigues, mas não se pode ignorar sua fala final quando aponta que: “Nós não era filiado ao partido comunista, nós não tinha partido, aí como eles tinham uma sabedoria das lutas deles e tudo e tal, nos apoiava, nos ajudava (...)”. Assim, em vez de se analisar a omissão sobre o PCB nos relatos, podem-se problematizar as seguintes questões: Desconsiderar a importância do PCB poderia ser uma estratégia usada por Luis para atrair mais membros, já que o anticomunismo era *cultura política* patente no Estado? Talvez. Mas por que negar isso agora, depois de tantos anos, já que, segundo o historiador, aquele estava animado para falar sobre a sua participação na formação do movimento camponês que, assim como o PCB, havia sido proscrito no Estado? Ou poderia o entrevistado realmente, como aponta o historiador, ter silenciado sobre a importância do partido em decorrência de um trauma gerado após a sua prisão em 1964? Segundo Janaína Amado, as reais intenções de quem deseja relatar a sua própria existência em uma entrevista jamais estarão unicamente ligadas aos grupos sociais que compõe⁷⁰⁸, e às razões para a cessão do seu narrar talvez os historiadores nunca tenham acesso. Entretanto, no esforço de ver o que não é dito, muitas vezes se pode desconsiderar o que é dito, aquilo que está na superfície, que é ao que de fato se tem acesso daqueles que concedem seu tempo para apresentar seu esforço de construção memorialista, a partir do qual se observa aquilo por que diziam lutar e acreditar.

⁷⁰⁷ SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de Esperança**: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2015, p. 247.

⁷⁰⁸ AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Proj. História**, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.

No segundo trecho retirado do trabalho de Ramsés Eduardo Sousa, o entrevistado aponta um jornal católico de circulação regional como espaço para a descoberta da existência das Ligas Camponesas no Nordeste, ressaltando que mesmo lendo aquele episódio no noticioso sob uma ótica anticomunista, conseguiu fazer uma apreensão própria da questão. Essa conquista realça sobretudo a concepção de autonomia desses sujeitos frente às questões que são lançadas naquele momento. O que se deseja reforçar é que Igreja e Estado, esse último associado aos comunistas, agiram apoiando as organizações que estavam surgindo e também no sentido de tentar liderar aquele emergente movimento rural no Piauí.

O impacto de algumas ações efetuadas por fazendeiros contra as organizações dos trabalhadores reforçou a atuação de muitos grupos campesinos no Estado, culminando, no ano de 1963, em uma grande passeata que teve repercussão entre os membros da elite local. No dia primeiro de maio daquele ano, o jornal *Terra Livre* relata que caminhões repletos de trabalhadores pararam no centro da capital, com homens, mulheres e crianças empunhando cartazes, e também foices e facas, para percorrer as ruas de Teresina reivindicando maior atenção ao homem do campo e solicitando o encaminhamento necessário do Poder Público para uma Reforma Agrária. Segundo os jornais, alguns dos líderes do evento, por sua vez, apontavam a necessidade de uma reforma radical e autônoma naquele momento.⁷¹⁰

O aumento do número de trabalhadores organizados foi proporcional à intensificação da violência, que foi prática recorrente da *cultura política partidária* local e que produzia seus nichos de permanência nos líderes políticos de cada cidade no Piauí, ganhando contornos mais intensos em razão da organização dos trabalhadores do campo. Em Campo Maior, entre fins da década de 1950 e início da década de 1960, surgiu uma organização de trabalhadores rurais que contou com a participação de 623 pessoas, que não eram filiadas a nenhum partido político. Os fazendeiros começaram a acusar os organizadores daquele movimento de comunistas e iniciaram um processo de expulsão dos trabalhadores das terras onde viviam.⁷¹¹ Em 1964, no ano do golpe, com os ânimos mais acirrados e fazendo prevalecer a violência como instrumento de poder, os latifundiários começaram a incendiar algumas sedes de organizações camponesas, como ocorreu com a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Teresina.⁷¹²

⁷¹⁰ PASSEATA operária-camponesa causou sensação em Teresina. **Terra Livre**, São Paulo, p. 2, jul. 1963.

⁷¹¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004, p. 95.

⁷¹² AGENTES subversivos do latifúndio incendiaram associação camponesa. **Terra Livre**, São Paulo, p. 7, jan. 1964.

O campo era, portanto, o foco de atenção de todas as forças políticas do Piauí naquele momento. Do espaço da miséria e abandono pelo Poder Público durante um longo percurso histórico, resistências foram sendo construídas, apontando maneiras de como os trabalhadores deveriam lidar com os problemas que lhes eram postos naquele período. Do espaço da seca, do grande latifúndio, do espólio da fome surgiram indivíduos dispostos a lutar, de forma organizada. Contudo, percebeu-se que o quadro era mais complexo. Do mar ao sertão, no longo estado do Piauí, existiam múltiplas formas de ser e estar no social para aqueles trabalhadores, organizados ou não, e alguns aspectos que compartilhavam coletivamente, a exemplo do legado religioso da Igreja Católica no Estado.

4.3 Da fé ao trabalho: a relação do trabalhador pobre com a religião católica no Piauí

Para finalizar esse panorama sobre o trabalhador do campo no Piauí, não se pode deixar de mencionar, ainda que brevemente, algo que parece latente, em especial na literatura e nas fontes impressas. Um dos poucos elementos que parece ser unânime sobre a grande maioria dos trabalhadores piauienses nas fontes pesquisadas (livros de memória, jornais e literatura) era a forte inclinação para as crenças religiosas daqueles sujeitos. Nos romances de Assis Brasil, *A filha do meio quilo*; *Beira Rio, Beira Vida*; *O salto do Cavalo cobridor*; e *Pacamão*, a representação religiosa se torna uma constante no ordenamento da vida social. Assis Brasil é insistente nessa questão, em especial quando torna a Igreja Católica quase onipresente, representada pela figura do padre Gonçalo em todas as obras mencionadas. Em *Palha de Arroz*, de Fontes Ibiapina, apesar de alguns personagens, como o marginal Pau de Fumo, fazerem questionamentos sobre sacramentos religiosos como o casamento⁷¹³, ou mesmo o mergulhador que pescava os mortos no Rio, Negro Parente, questionar as safadezas do padre Salviano – embora imediatamente recorde que o Padre disse: faça o que eu digo, não faça o que eu faço⁷¹⁴ –, o autor utiliza a ficção para apresentar a importância das festas religiosas, como as novenas, na vida dos trabalhadores pobres, e de toda a sociedade de forma geral. Ibiapina revela que a realização dos atos religiosos cristãos se tornava um lugar de convivência de “gente de todas as classes, de todos os tipos, de todos os quilates, de toda natureza. De todas as camadas – da fina, da intermediária, da baixa. Aquilo sim! ... era que era liberdade”⁷¹⁵.

⁷¹³ IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002, p. 55.

⁷¹⁴ Ibid., p. 80.

⁷¹⁵ Ibid., p. 53.

Diante da onipresença da religião no cotidiano, o padre, de forma especial no interior do Estado, tinha uma força política semelhante à mantida pelo dono da fazenda, e era mais presente do que qualquer figura de sigla partidária. O religioso era, em especial entre os trabalhadores do campo, uma energia atuante, e esse aspecto terá forte ressonância em suas organizações, como se verá no Capítulo 6. Em alguns momentos, durante a escrita desse capítulo, pôde-se observar esse aspecto, quando, por exemplo, alguns religiosos que atuavam próximo às localidades de Labino e Ilha Grande de Santa Isabel orientaram os trabalhadores para que não aderissem a qualquer proposta que tivesse viés comunista.⁷¹⁶ Também se verificou, na fala do lavrador e presidente de sindicato rural Antônio Damião de Sousa, a orientação do padre Mateus, que teria direcionado a sua organização camponesa para uma proposta católica, após alertar que os comunistas queriam cooptá-la.⁷¹⁷

Diante do panorama brevemente apresentado, observa-se que a conjuntura em que se encontrava o Piauí em fins dos anos 1950 e início da década de 1960, representada nas fontes jornalísticas e memorialistas, reflete uma escassez de recursos materiais, tornando mais problemática a existência dos trabalhadores do campo e da cidade. Os sindicatos e associações reuniam sujeitos em busca de melhorias para a sua existência e na luta por perspectivas políticas. E eis que, no meio desse cenário, surge um governo disposto a estabelecer laços com esses segmentos pobres e desassistidos, sendo que o plano a ser seguido era o de apresentar e inserir um projeto *trabalhista* ligado à política partidária no Piauí. A partir desse momento, portanto, passa-se a percorrer e analisar as tentativas de instalar no Estado um *trabalismo* enquanto componente do ideário *petebista*.

⁷¹⁶ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CCCXLIV**. V. 3. Organização Movimento Sindical. Fortaleza, CE, 1965, p. 37. Projeto BNM nº 349. 1965. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_04&pagfis=33830>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁷¹⁷ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

PARTE II

**DA TERRA AO CÉU: AS DISPUTAS PELO TRABALHISMO NO PIAUÍ
NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960**

5 QUE O SOL BRILHE PARA TODOS: UM GOVERNO TRABALHISTA NO PIAUÍ

“As perspectivas são as melhores. E época é do trabalhismo e dos candidatos identificados com a causa popular, com a causa dos trabalhadores, das donas de casa e dos homens empreendedores da Indústria e da Agricultura. Candidatos oligarcas, candidaturas da reação, candidaturas da burguesia, do latifúndio e das reminiscências feudais são candidaturas que, hoje, já nascem mortas. Não nos interessam os nomes que estas forças reacionárias levarão às urnas. [...] Hoje o povo está acordado. Qualquer que seja o candidato da reação e das negociatas será esmagado pelas forças populares e democráticas. [...] Se as reformas não vierem das urnas, hão de vir pela revolução: isto é o que se ouve e se vê em todo território nacional.”⁷¹⁸

Crê-se que todo o percurso apresentado nos três primeiros capítulos foi de essencial importância para a construção desta segunda parte do estudo, pois só se poderia interpretar a trama política no Estado do Piauí no governo de Chagas Rodrigues se se mergulhasse no *contexto cultural* local.

Transpondo-se o argumento antropológico de Clifford Geertz para a produção do conhecimento histórico, é possível vislumbrar que o *contexto cultural* ao qual se tem acesso através dos indícios do passado está disposto em uma trama, sendo, portanto, tarefa do historiador expor densamente as diversas narrativas que o compõem para que seja capaz de interpretá-la.⁷¹⁹ No decorrer desse caminho, três pontos formaram sólida base para o cruzamento da trama que nasceria no final da década de 1950:

1. O episódio da morte dos candidatos, que contribuiu de forma efetiva para que o *petebista* Chagas Rodrigues chegasse ao governo no ano de 1958, sem necessariamente apresentar um projeto trabalhista;

2. O desvelar da *Cultura Política Partidária* mediante a forma de atuação das principais siglas que se articulavam no cenário piauiense até a década de 1950 - UDN, PSD e PTB -, e a observação, com base nessa apreciação dos partidos, do quão distante a política partidária se fazia da *cultura política popular*, pautada por sensibilidades e valores religiosos, que apenas se aproximavam efetivamente em determinados momentos, como nos pleitos eleitorais; e

⁷¹⁸ Chagas Rodrigues, governador *petebista*, em 1962 (CHAGAS concede importante entrevista. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 20 maio 1962).

⁷¹⁹ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a.

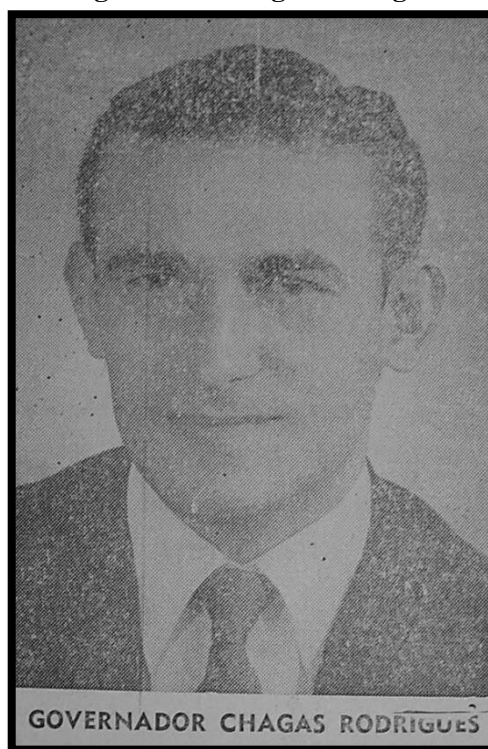
3. Por último, a necessidade de apresentação dos trabalhadores nesse *contexto cultural* piauiense como forma de se compreender, de antemão, os atores aos quais o governo *trabalhista* passou a dirigir sua atenção no pós-1958.

Nesse momento, direciona-se a análise ao projeto *trabalhista* oficial que foi possível visualizar por meio dos discursos e ações do governo eleito no ano de 1958. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues recorreu aos planos do seu partido em âmbito nacional na tentativa de implantar um projeto *trabalhista*, cujo grande mérito foi trazer à baila as discussões que circulavam em âmbito nacional e que não conseguiam ganhar notoriedade nos espaços de discussão política partidária piauiense até então. Uma das primeiras ações foi justamente dar voz aos trabalhadores, tornando-os foco de ação do governo. Outro ponto que promoveu uma guinada da Administração Pública piauiense para rumos não percorridos no ambiente da política partidária local foi a questão da Reforma Agrária. Em tempo, houve forte resistência dos segmentos políticos partidários contra esse projeto, inclusive entre os membros do próprio PTB piauiense, que estavam inseridos em uma *cultura política partidária* que não compreendia a necessidade de estreitar os laços com a população, pois até aquele momento o exercício da política, tal como entendida pelos políticos profissionais do Estado, era de âmbito da *esfera* partidária. Tampouco esses atores desejavam mudança na ordem fundiária do Estado, uma vez que a grande maioria deles era filho e fruto desse sistema.

Portanto, para se entender a complexidade daquele quadro, lançam-se vistas também sobre as variáveis do sistema político que permeava o Piauí naquele momento, com o propósito de compreender as tentativas de inserção de um projeto *trabalhista*, organizado nacionalmente pelo PTB ainda na década de 1940, mas que apenas tivera visibilidade mais expressiva no Piauí mediante os esforços daquele governador. Para a composição deste capítulo percorrem-se os caminhos da atuação política de Chagas Rodrigues antes e depois de adentrar o PTB no ano de 1954; apresenta-se o *trabalhismo* que tentou se organizar como projeto político no Piauí; e destina-se o próximo capítulo aos entraves políticos e sociais que surgiram como resistência àquele projeto.

5.1 “*The right man in the right place*”⁷²⁰: pequeno esboço biográfico-político de Chagas Rodrigues (Figura 21)

Figura 21 – Chagas Rodrigues



Fonte: [Chagas...], 1959, p. 6⁷²¹

Para se conseguir efetivamente adentrar os esforços políticos que deram visibilidade a um *trabalhismo petebista* no Piauí, faz-se necessário observar um pouco da trajetória biográfico-política⁷²² de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, primeiro e único governador eleito pelo PTB piauiense.⁷²³ Ao se traçar um percurso para a construção da

⁷²⁰ Expressão atribuída ao governador recém-eleito, Chagas Rodrigues, expressa na Revista do PTB piauiense (CHAGAS Rodrigues: ordem e progresso no Piauí. **Revista Caravana**, ano XII, n. 166, dez. 1958/jan. 1959, p. 1).

⁷²¹ [CHAGAS Rodrigues, governador recém-empossado, no ano de 1959]. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 25 jan. 1959.

⁷²² O gênero biográfico tem sido reabilitado no fazer histórico, como forma de compreensão e apreensão para além do caráter personalista. Ver: AVELAR, Alessandro de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan./jun. 2011.

⁷²³ Uma fonte importante para se compreender a trajetória inicial daquele sujeito na política é um registro audiovisual, que se pode denominar de documentário-biográfico, produzido por um canal de TV piauiense no ano de 2002. Ver: RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min. Nesse pequeno relato de memória, de aproximadamente 40 minutos, o político piauiense, que vivia naquele momento em Brasília e estava completando 80 anos, expôs suas posições políticas e relatou alguns episódios referentes à sua vida pessoal, bem como ao exercício do seu governo durante as décadas de 1950 e 1960. Deve-se destacar que a entrevista tem um caráter comemorativo em decorrência do aniversário do ex-governador, nesse sentido, constitui-se como um lugar de memória, ou seja, um registro que tem função de festejar a sua trajetória política. Portanto, deve ser analisada com acuidade, como qualquer outra fonte

trajetória desse político, tem-se consciência de que escrever uma “história de vida” é adentrar os caminhos da ilusão “biográfica”, e, nesse sentido, segundo Pierre Bourdieu, “não podemos nos furtar à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade ou totalidade”⁷²⁴. Portanto, não se buscando coerência, tampouco sucessão cronológica e organizada de acontecimentos, tentou-se, como sugere Bourdieu, compreender os mecanismos sociais que autorizam a apreensão da trajetória daquele sujeito “construí[n]do[-se] os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis”⁷²⁵.

Chagas Rodrigues, nome pelo qual se notabilizou Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, nasceu em Parnaíba, região norte e litorânea do Piauí, no dia 8 de novembro de 1922. Filho de Ignésia de Caldas Rodrigues e de Poncion de Queiroz Rodrigues, cresceu em um contexto econômico confortável, pois o Sr. Poncion Rodrigues foi um dos maiores nomes comerciais do Piauí, e do Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960, tendo inclusive a firma *Poncion Rodrigues e Cia* participado do Conselho Nacional de Petróleo.⁷²⁶ O espólio financeiro da família Rodrigues foi gerado mediante a exportação de produtos locais, como a Cera de Carnaúba, e pela representação comercial de várias empresas nacionais e internacionais. Os bens comercializados contemplavam desde automóveis a máquinas de costura, passando pelos artigos de primeira necessidade como café, açúcar, vela, entre outros, e a diversidade dos empreendimentos aponta que os negócios do patriarca dos Rodrigues atingiam os mais variados públicos.⁷²⁷

Chagas Rodrigues passou a infância e parte da adolescência na cidade de Parnaíba, espaço urbano de grande relevância econômica, em especial até a segunda metade do século XX. Partia daquela cidade o escoamento da grande maioria dos produtos que abasteciam o Estado, explicando-se, portanto, porque naquela região se encontravam as

utilizada por um historiador. Sobre os lugares de memória, ver: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

⁷²⁴ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-193.

⁷²⁵ *Ibid.*, p. 190.

⁷²⁶ Vários jornais nacionais transcrevem as reuniões do Conselho Nacional de Petróleo, que contavam com a participação da empresa Poncion Rodrigues e Cia. Ver os jornais da década de 1940: *Diário de Notícias*, *Gazeta de Notícias*, *Ilustração Brasileira* e *Diário Carioca*. Jornais pesquisados no acervo digital da biblioteca nacional no site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 29 jul. 2014.

⁷²⁷ Propaganda dos produtos comercializados pela empresa Poncion Rodrigues & Cia S.A., ver em: [PROPAGANDA...]. **Revista Econômica Piauiense**. Teresina, v. 1, n. 2, p. 57, 1957.

maiores firmas comerciais do Piauí.⁷²⁸ Em decorrência de sua importância financeira, privilegiada também pela situação geográfica, a cidade se notabilizou por possuir uma elite econômica de forte caráter excludente.⁷²⁹ A riqueza mercantil, a cultura elitista e a necessidade de mão de obra para agraciar o efervescente comércio de exportação e importação talvez tenham contribuído para que Parnaíba observasse o surgimento das primeiras organizações de trabalhadores sindicalizados no Piauí.⁷³⁰ Ver-se-á que estes dois universos entrelaçados, da elite e dos trabalhadores, comporão a trajetória política do futuro governador.

Chagas Rodrigues estudou na cidade de Parnaíba até o ginásio, seguindo posteriormente o destino que cabia à maior parte da elite piauiense: a formação superior em outro estado. Rodrigues percorreu também a tradicional trajetória das elites locais no que se refere à escolha acadêmica, dedicando-se ao curso de Bacharelado em Direito. Iniciou seus estudos na prestigiada Faculdade de Direito de Recife, entretanto, com dois anos de atividades universitárias naquela capital nordestina, transferiu-se para a Universidade de São Paulo, onde terminou o curso de Direito e, posteriormente, especializou-se na área da Filosofia do Direito.⁷³¹

Após a conclusão dos estudos⁷³², casou-se com a também piauiense Maria do Carmo Correa, que acabou por se tornar figura da maior relevância durante a sua atuação como governador, como se verá mais adiante. Dona Maria do Carmo era filha de José de Moraes Correa, que, juntamente com o pai de Chagas Rodrigues, encabeçava a lista dos maiores nomes da economia piauiense no que se referia à industrialização, exportação e comercialização de bens de consumo. Percebe-se que o casamento de Chagas Rodrigues foi, sem dúvida, um grande negócio, pois, como bem lembrou o deputado federal Paes Landim⁷³³

⁷²⁸ MENDES, Raimundo. O comércio piauiense. **Econômica Piauiense**, Teresina, v. 1, n. 2, p. 73, 1957.

⁷²⁹ Sobre a importância econômica de Parnaíba, a cidade, sua elite e os indivíduos à margem dos benefícios sociais, ver: MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Memória do Cais**: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940-1960). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2012. Ver também os romances de Assis Brasil que se passam em Parnaíba: BRASIL, Assis. **Beira Rio, Beira Vida**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. BRASIL, Assis. **Pacamão**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

⁷³⁰ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo**: modernização e violência policial (1937-1945). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

⁷³¹ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

⁷³² Segundo consta no vídeo, Chagas Rodrigues também teria tentado carreira militar, mas não daria prosseguimento a esse intuito. Contudo, não foram encontradas outras fontes para reforçar tal afirmação. Ver a narrativa inicial de Rodrigues (Ibid.).

⁷³³ Nascido em São João do Piauí, a 23 de março de 1937, foi professor e diretor da faculdade de Estudos Sociais da UNB. Na política exerceu as funções de prefeito, deputado estadual e deputado federal pelo Piauí. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 182.

no necrológio de Chagas Rodrigues, proferido na Câmara Federal, “[...] uniu as duas famílias mais prósperas de Parnaíba e os dois empresários mais modernos do Estado do Piauí”.⁷³⁴

Recém-formado, o jovem advogado não escolheu o Piauí para desenvolver as suas atividades profissionais, mas estabeleceu-se na Capital Federal, para, logo em seguida, obter êxito em concurso público como assistente jurídico do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, onde passou a residir definitivamente. No intervalo entre a saída do Estado para dar continuidade aos estudos e a volta em 1948 para se casar, as estadias de Chagas Rodrigues pelo Piauí eram bastante pontuais e esporádicas.⁷³⁵ O regresso que caracterizaria o seu “retorno” de fato ocorreu no ano de 1950, quando se lançou como candidato ao cargo de deputado federal pela UDN piauiense. Em seu relato de memória, voluntariamente construído, Chagas Rodrigues considerava que concorrer a uma vaga na Câmara Federal naquele momento foi atitude ousada, pois iniciava a vida pública com um cargo que não condizia com a lógica da “carreira política”, que, em sua percepção, deveria começar pelo exercício das funções locais, como as de vereador, prefeito ou deputado estadual. Fica-se a refletir sobre as razões que o levaram a lançar-se à vida pública pleiteando uma vaga federal, mesmo estando ciente das dificuldades de tal empreitada. É significativo acrescentar que o exercício das atividades legislativas federais como representante do Piauí não dependia de constante visitação ao Estado, portanto, se eleito deputado federal, como de fato ocorreu, a ascensão ao Legislativo não iria interferir na opção inicial de residência do jovem político, que era a Capital da República. Como se verá a seguir, quando assumiu o governo do estado do Piauí, suas temporadas no Rio de Janeiro serviram de combustível para as críticas da oposição.⁷³⁶

Ao ser questionado sobre a forma como observava a sua atuação na política, o ex-governador, no auge dos seus 80 anos, apontava que a dedicação à coisa pública se assemelhou a um sacerdócio, em razão de ter abandonado por completo o escritório de advocacia no Rio de Janeiro, tomando, a partir daquele momento, a política partidária toda a dimensão de sua existência, visto que a adesão à vida pública se deu por “vocação”. Entretanto, a ideia vocacional pode estar mais relacionada com o trabalho de construção da

⁷³⁴ BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão de Discursos e Notas Taquigráficas. **Necrológio do ex-Parlamentar e ex-Governador do Estado do Piauí Chagas Rodrigues**. 9 fev. 2009. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=005.3.53.O%20%20%20%20%20%20&nuQuarto=73&nuOrador=3&nuInsercao=1&dtHorarioQuarto=18:03&sgFaseSessao=CP%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=09/02/2009&txApelido=PAES%20LANDIM,%20PTB-PI&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares%20%20%20%20&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=18:03&txEtapa=>>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

⁷³⁵ CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007, p. 84.

⁷³⁶ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

memória do que com as pretensões políticas que caracterizam a atuação partidária no estado do Piauí. Afinal, poder econômico e poder político desde o período colonial piauiense andavam lado a lado, razão pela qual se encarava o exercício da política partidária como parte importante, e ao mesmo tempo integrante, de uma condição social ligada ao poderio econômico.⁷³⁷ Para o historiador Manoel Ricardo Arraes Filho, no Piauí, as famílias que dominavam o estado politicamente em boa parte do século XX, tratavam dos assuntos públicos “como extensão dos seus negócios privados”⁷³⁸. Como se sabe, Chagas Rodrigues era herdeiro de uma das maiores fortunas do Estado, constituída no período da expansão econômica que o Piauí alcançara com as exportações da Cera de Carnaúba. Não se pode deixar de mencionar também a importância que um cargo público como esse poderia oferecer a um grupo familiar, no sentido de promover favorecimentos a esse segmento. Para além das questões ditas vocacionais, o *contexto cultural* provavelmente teve importância nas escolhas que levaram aquele sujeito a adentrar a vida pública. E, dessa forma, Chagas Rodrigues começou sua trajetória pública por cima, candidatando-se à Câmara Federal pela União Democrática Nacional.

A opção pela UDN, segundo consta na dissertação da historiadora Flávia Lima e no livro de memórias do político Djalma Veloso, apresentou-se como uma continuidade da militância do jovem parnaibano nas hostes da juventude *udenista*.⁷³⁹ Pode-se assegurar também que a UDN era o grande reduto nacional dos bacharéis em Direito, formação de Chagas Rodrigues, assim como em âmbito local era um forte partido de oposição ao *Estado Novo* e à ditadura Vargasista, em que se concentrava parte da elite rural do Estado. Talvez

⁷³⁷ Sobre a entrada de Chagas Rodrigues na política partidária, as análises feitas se baseiam na tradicional ideia de que o poder econômico contribuiu para a constituição de uma elite política no Piauí. Tal percepção tem como base os estudos sobre a formação da elite piauiense ainda no período colonial, sendo a referência central para a construção dessa reflexão os estudos da professora Tanya Brandão. É preciso compreender, por seu turno, que no século XX muitos aspectos que se referem às práticas e representações políticas partidárias se modificaram, contudo, é difícil negar o papel que a tradição e os elementos que compõem a dimensão cultural têm sobre o escopo político, portanto, a percepção dessa dimensão pode ajudar a compreender o porquê da adesão de muitas figuras da elite econômica ao cenário político partidário. Ressalta-se também que essa é apenas uma proposta de observação do quadro que possibilita compreender a entrada de Chagas Rodrigues no plano partidário, uma vez que se sabe que no tocante às chamadas “reais” intenções daquele jovem, certamente nunca se poderá afirmar com precisão. Ver: BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

⁷³⁸ ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elite política no Piauí: 1982-1995**. 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000.

⁷³⁹ LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, 2011; KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso: o político e a sua época**. Teresina: Zodiaco, 2006, p. 211.

esses elementos devam também ser levados em consideração para a compreensão da escolha daquela sigla pelo jovem candidato a político.

A rápida emergência na política partidária daquele parnaibano pode ser visível nas fontes pesquisadas. Ressaltava-se, por exemplo, o fato de Chagas Rodrigues ter nascido em família abastada, situação que serviu aos seus adversários como base para críticas mais severas relativas à sua entrada na vida pública. Em 1954, quando já havia mudado de partido, tornando-se, portanto, um *petebista*, o jornal que apoiava a UDN, *O Dia*, apontava a importância da riqueza familiar na primeira eleição do candidato em 1950:

A minha primeira decepção com o Sr. Chagas Rodrigues, foi o método que adotou para eleger-se. Todo o Piauí é testemunha de que sua campanha eleitoral foi realizada não à base de princípios ideológicos, mas a preço de um derrame de ouro [*sic*] sem precedentes em nossa terra. De ponta a ponta do nosso Estado, as poderosas organizações comerciais ligadas ao Sr. Chagas Rodrigues distribuíram chapas do candidato, o que representa, sem dúvida, uma forte pressão econômica junto aos nossos pobres comerciantes e produtores de gêneros do interior.⁷⁴⁰

Deve-se levar em consideração, nas palavras do articulista do jornal *O Dia*, uma dose de animosidade pela saída de Chagas Rodrigues da UDN para o PTB. Por outro lado, não se pode desconsiderar que a falta de recursos financeiros para promover uma campanha talvez fosse uma dificuldade a mais para os candidatos que quisessem uma entrada rápida na política estadual. Essa dificuldade Chagas Rodrigues certamente não possuiu.

De qualquer forma, havia também alguns fatores que pesavam contra a eleição de Chagas Rodrigues naquele momento. Entre os aspectos que incidiam contra aquela candidatura podem-se destacar a falta de tradição política de sua família no Estado; sua ausência durante quase 12 anos do Piauí para a formação acadêmica; e, por fim, a não participação daquele jovem candidato na política partidária local ou em movimentos sociais piauienses em anos anteriores, duas atuações consideradas importantes no campo político e que possivelmente imprimiriam visibilidade ao seu nome.

Os aspectos ressaltados provavelmente tornam a análise do jornalista, em especial no que concerne à questão econômica, relevante para a compreensão da primeira eleição daquele político.⁷⁴¹ Afinal, poucos eram os candidatos que, naquele momento, tinham somas consideráveis para bancar campanhas em jornais com direito ao uso de clichê, como se pode observar na imagem retirada do *Jornal do Comércio* durante a campanha de 1950 (Figura 22):

⁷⁴⁰ RÊGO, J. Fernandes. Amarga desilusão. *O Dia*, p. 6, 26 set. 1954.

⁷⁴¹ Ibid.

Figura 22 – Propaganda Eleitoral Chagas Rodrigues



Fonte: Propaganda..., 1950, p. 3⁷⁴²

Em 1950, aos 28 anos de idade, Chagas Rodrigues foi eleito deputado federal pelo Piauí, por intermédio da União Democrática Nacional, com um total de 11.120 votos.⁷⁴³ Ficou na sexta posição entre os sete eleitos. Enquanto deputado, poucos de seus discursos foram reproduzidos nos jornais locais, apenas nos noticiosos apoiadores da sigla partidária da qual fazia parte. Também se pôde observar todas as suas falas e intervenções, de forma detalhada, nos Diários do Congresso Nacional.⁷⁴⁴ Em anexo⁷⁴⁵ disponibiliza-se o quadro com todos os assuntos discutidos pelo deputado enquanto pertencia à UDN.⁷⁴⁶

Com base nas análises dos discursos da bancada *udenista* piauiense durante aquele mandato, observou-se que Chagas Rodrigues foi certamente o deputado mais atuante

⁷⁴² PROPAGANDA eleitoral. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 17 set. 1950.

⁷⁴³ Dados do TRE-PI, disponível no site: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1950**: resultado geral por cargo. 2015. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1950>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

⁷⁴⁴ No site do Congresso encontraram-se todos os discursos e intervenções do deputado Chagas Rodrigues em sua passagem pela UDN (1950-1954), assim como pelo PTB (1955-1959). BRASIL. Câmara dos Deputados. **Sessão de Discursos e notas Taquigráficas**. 1950-1954. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

⁷⁴⁵ Ver: anexo B.

⁷⁴⁶ No dia 6 de abril de 1953, Chagas Rodrigues comunica seu afastamento da UDN, contudo, como estava sem partido, os projetos e as discussões no site da Câmara Federal são classificados como realizados dentro dos quadros da UDN.

entre os seus colegas de partido. De forma geral, suas manifestações em plenária destinavam-se à apreciação de projetos e solicitações para soluções de problemas materiais do Piauí, enquanto as falas e intervenções de outros deputados piauienses remetiam quase exclusivamente aos conflitos políticos locais, como era o caso do deputado Dermerval Lobão e do deputado Cândido Ferraz. Dos quatro deputados eleitos pela UDN no pleito de 1950-1954, verificou-se que Chagas Rodrigues fez uso da plenária por 67 vezes, que Antônio Maria de Rezende Côrreia a utilizou por 24 vezes, que Demerval Lobão a ocupou 15 vezes e José Cândido Ferraz apenas cinco.⁷⁴⁷

Nesse primeiro pleito, uma das reivindicações que teve boa repercussão nos jornais locais foi a atuação de Chagas Rodrigues quando da exclusão do Piauí da dotação orçamentária destinada às obras contra a seca.⁷⁴⁸ Sobre essa questão, o deputado se pronunciou sete vezes em plenária, ressaltando o agravamento das condições de vida no Estado em decorrência daquela tragédia natural. No dia 3 de julho de 1951, o *udenista* fez o seguinte pronunciamento sobre esse problema: “O Piauí, Srs. Deputados, encontra-se inteiramente desprezado pelo Poder Federal hora em que a sêca com todo o seu cortejo de misérias vergasta inexoravelmente as populações nordestina”⁷⁴⁹. Nesse discurso, Chagas Rodrigues criticava o descaso do governo federal com o Piauí, em consequência de ajuda em forma de gêneros alimentícios que havia sido enviada a alguns estados, como o vizinho Ceará, assim como para outros territórios da região nordeste, como Alagoas e Pernambuco, para amenizar os efeitos da estiagem que afetava grande parte da região naquele momento, sendo o Piauí excluído daquele auxílio.

Entretanto, apesar de produzir discursos sobre a seca, as duas principais reivindicações do deputado *udenista* durante o primeiro exercício legislativo foram outras, e estavam muito ligadas a interesses regionais e, se assim se pode dizer, talvez pessoais. No setor econômico, Chagas atuou, conjuntamente com outros deputados federais como Demerval Lobão e Antônio Maria Corrêa, no sentido de solicitar ao presidente Getúlio Vargas subsídios para o financiamento da Cera de Carnaúba, cuja produção estava em crise na década de 1950.⁷⁵⁰ Contudo, suas solicitações mais recorrentes diziam respeito à construção do porto

⁷⁴⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Sessão de Discursos e notas Taquigráficas**. 1950-1954. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

⁷⁴⁸ PROTESTA o deputado Chagas Rodrigues. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 13 jul. 1952.

⁷⁴⁹ DISCURSO pronunciado na Câmara Federal, pelo deputado Chagas Rodrigues na Sessão de 03/07/51. **O Dia**, Teresina, p. 2, 9 ago. 1951.

⁷⁵⁰ FINANCIAMENTO da cera de carnaúba. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 30 mar. 1952.

de Luís Correia, quando requereu verbas orçamentárias destinadas àquele fim,⁷⁵¹ tendo feito uso da plenária nove vezes para tratar do tema. Mas o que mais atraiu a atenção do jovem deputado foram certamente as reivindicações que visavam a melhoria dos transportes no Piauí, de forma especial dos transportes marítimo, ferroviário e aéreo. Para essa questão o deputado fez uso da palavra em 13 momentos.

A preocupação com a melhoria das condições de transporte no Estado, principalmente do marítimo, e a solicitação de amparo para a produção da Cera de Carnaúba poderiam estar relacionadas, de certa forma, aos negócios familiares dos Moraes Correa, seu sogro, bem como aos do seu pai, Poncion Rodrigues. Prioritariamente no que se refere aos transportes, como já mencionado, os dois membros da família do deputado eram grandes exportadores e importadores piauienses, que utilizavam a navegação a vapor pelo rio Parnaíba para o traslado dos produtos. Nesse sentido, provavelmente aprovariam a obtenção de condições mais eficazes dos meios de transporte para potencializar os seus negócios.

Em 1954, como observado em análises realizadas nos capítulos anteriores, Chagas Rodrigues, juntamente com a ala *matista*, instalou-se no PTB. O sociólogo Antônio José Medeiros avalia que o entendimento dessa mudança partidária é essencial para se compreender a trajetória daquele político, uma vez que o parnaibano havia iniciado a sua carreira dividido entre “o caráter de suas bases sociais e eleitorais, a burguesia industrial e comercial e o sindicalismo urbano de Parnaíba, sua cidade Natal – que o levaram para o PTB”⁷⁵². Não se conseguiram localizar indícios do apoio das bases sindicais na campanha de 1950, enquanto Rodrigues se encontrava na UDN, embora possivelmente tenha ocorrido, pois se sabe que os trabalhadores sindicalizados lançavam seus apoios ora à UDN, ora ao PSD. Contudo, se de fato sucedeu tal manifestação dos segmentos sindicais, o mandato do deputado não se balizou pelas lutas dos trabalhadores. Portanto, acredita-se que a preferência de Chagas Rodrigues pelo PTB não foi determinada excepcionalmente por uma razão de imediata identificação com a sigla, mas pelos interesses do grupo *udenista* dissidente no qual se encontrava. Em virtude das fracassadas tentativas de resolução dos problemas de liderança na UDN, era necessário buscar outro núcleo partidário que agrupasse os líderes que não aceitavam a chefia do partido naquele momento. Nesse turno, o Partido Trabalhista Brasileiro no Piauí se apresentava como agremiação ideal, pequena, mas que visava o seu fortalecimento, guiada pelas reformulações do novo presidente da sigla, João Goulart. Para

⁷⁵¹ APELA para que a Administração do Plano Salte apresse... **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, ano VII, n. 172, 16 set. 1952.

⁷⁵² MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996, p. 69.

Lucília de Almeida Neves Delgado⁷⁵⁴, o ano de 1954 foi um marco para o PTB, em razão da mudança patente havida em seus quadros partidários.⁷⁵⁵ A sigla passou a adotar definitivamente um plano de expansão em todo o Brasil, encabeçado por João Goulart, cujos efeitos afetaram a agremiação em âmbito local. Segundo apontam as fontes jornalísticas piauienses, o próprio presidente nacional do partido teria entrado em contato com o grupo *matista* para conseguir sua adesão ao PTB. Quer-se crer que a participação de Chagas Rodrigues foi importante para essa negociação. Em telegrama enviado por aquele deputado e reproduzido em Ata do PTB piauiense, encontraram-se as condições impostas pelos *ex-udenistas* para ingressarem na sigla *trabalhista*.

Tem a seguinte redação a carta enviada por Chagas Rodrigues:

Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 1954. Dr. João Goulart – DD. Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro// Cumprimentos. Confirmando os entendimentos que o Senador Mathias Olympio de Melo, o deputado Demerval Lobão e o signatário desta mantivemos com V. Exca. Vimos pela presente reiterar nosso propósito de, aceitando o convite que nos foi formulado pela Direção Nacional do Partido, ingressarmos no PTB, desde que sejam atendidas as condições estabelecidas pelos nossos companheiros no Piauí, as quais, como sabe V. Exca são as seguintes: 1) - a participação dos nossos companheiros nos órgãos do Partido (Diretório Regional e municipal e suas comissões executivas); 2) – a presença do Senador Mathias Olympio na presidência da Comissão Executiva do Diretório Regional. Atendidas pois essas condições, ingressa no partido, um grupo constituído pelo Senador Mathias Olympio de Melo, Deputados Federais Demerval Lobão Vêras e Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, pelos deputados estaduais João Ribeiro de Carvalho, Mário José de Andrade, Ribamar de Castro Lima, Joaquim Calado e Francisco Ferreira de Castro, por inúmeros prefeitos, inclusive o da capital, Dr. João Mendes Olympio de Melo, por dezenas de vereadores e chefes políticos de quase todos os municípios do Estado, bem como milhares de amigos dedicados – expressiva massa eleitoral – cuja solidariedade jamais faltou. Na esperança de que tais condições possam ser aceitas, e que nosso ingresso no partido se verifique o mais breve possível, firmamo-nos com maior estima e consideração. O patricio e admirador às ordens. Dep. Chagas Rodrigues.⁷⁵⁶

⁷⁵⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154, p. 143.

⁷⁵⁵ No ano de 1954 o PTB assumiu uma postura mais reformista, como sugere Lucília de Almeida Neves: “O ano de 1954, considerado chave para a História do Brasil, também foi para a história do PTB. Com a morte de Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro, que tinha sua imagem fortemente vinculada à do presidente, começou a ganhar maior autonomia em relação ao personalismo varguista. Além disso, passou a incorporar em seus quadros alguns políticos que mesmo sendo getulistas, tinham personalidades muito fortes e projetos de transformar o PTB em uma agremiação trabalhista ainda mais comprometida com a causa nacionalista e com a defesa de reformas sociais e econômicas profundas no país”. Ver: DELGADO, op. cit., 2003, p. 143.

⁷⁵⁶ PIAUÍ. Partido Trabalhista Brasileiro. Vigésima Quinta Ata, 29 jan. 1954. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

Quando foi eleito governador pelo PTB, seus correligionários apontavam seu histórico *udenista* para ressaltar a falta de afinidade de Chagas Rodrigues com a sigla anterior. Para os apoiadores, foi a sua condição de “homem de massa, que logo na juventude [o fez] deix[ar] as idéias anti-populares que os brigadeiristas mantinham, para ficar ao lado dos trabalhadores, do saudoso Getúlio Vargas, [que] está caracterizado no seu governo”.⁷⁵⁷

Eleito em 1954, foi o único, mas também o primeiro deputado federal do PTB no Piauí, com o total de 20.206⁷⁵⁸ votos, ficando em terceiro lugar entre os deputados pleiteantes. Sobre a atuação parlamentar de Chagas Rodrigues durante esse período (1955-1959), apresenta-se no anexo C um quadro com todos os temas abordados pelo deputado em plenária.⁷⁵⁹

A partir da adesão oficial ao PTB houve uma perceptível mudança nos discursos do deputado Chagas Rodrigues. As suas preleções, naquele momento, começaram a se direcionar de forma mais latente para questões políticas partidárias locais e nacionais, bem como o elemento “trabalhador” passou a ganhar visibilidade em suas falas. Nessa nova conduta parlamentar, alguns dos seus discursos são proferidos contra seu antigo partido, a UDN, e as tentativas de golpe articuladas por aquela sigla, como ocorreu em fevereiro de 1956, quando se posicionou contrário àqueles que tentaram dificultar a posse de Juscelino Kubitschek à presidência, como sugere o trecho:

Antes de encerrar minha oração, desejo dizer aos golpistas de ontem que o Brasil continua atento, e ninguém neste país - assim declaro porque confio no povo e na benção de Deus - há de conseguir trair a vontade do povo, ninguém há de esmagar as instituições da República, mergulhando o país em ditadura.⁷⁶⁰

Sobre o âmbito local, o parlamentar entra em disputa com elementos do PSD piauiense, principalmente promovendo um embate que se desdobra por quase todo o ano de 1956 com um dos mais importantes comerciantes da sua cidade natal, Parnaíba, o Sr. José Mendonça Clark⁷⁶¹. Eleito suplente de senador, Mendonça Clark teria assumido algumas

⁷⁵⁷ DESBARATADOS. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 4 fev. 1963.

⁷⁵⁸ Dados do TRE-PI, disponíveis no site: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1950**: resultado geral por cargo. 2015. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1950>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

⁷⁵⁹ Ver: anexo C.

⁷⁶⁰ CHAGAS lê o artigo publicado no “Correio da Manhã” de 18 do corrente e intitulado “Pregação do Golpe”. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 1175, 21 fev. 1956.

⁷⁶¹ Segundo o Dicionário histórico-biográfico do Piauí, José de Mendonça Clark era empresário e político, nascido no Rio de Janeiro em 24 de janeiro de 1916. Ainda jovem veio para Parnaíba, Piauí, onde tornou-se diretor dos estabelecimentos James Frederick Clark e presidente da Associação Comercial de Parnaíba. Ganhou grande prestígio Nacional quando presidiu a Associação Brasileira de Exportadores. Foi Senador da

vezes a senatoria em razão de sucessivos afastamentos do eleito, o ex-interventor Leônidas de Castro Mello. Em um desses momentos de assunção do cargo, segundo consta no discurso do deputado *petebista*, o senador havia participado de uma reunião com o Presidente da República, representando o PSD local, assim como teria solicitado apoio para as questões parnaibanas, tendo esses dois fatores provocado indignação no deputado Chagas Rodrigues. Na sua argumentação em plenária, afirmara que Mendonça Clark não poderia solicitar apoio presidencial, porque durante o pleito de 1954 teria apoiado a candidatura de Juarez Távora, do Partido Democrata Cristão (PDC), ao invés de dar apoio à candidatura *pessedista* de Juscelino Kubitschek. Considerado por Chagas Rodrigues como um homem de negócios, Clark não teria os predicados para ser um político de fato, utilizando-se do cargo como pretexto para observar de perto os seus negócios no Rio de Janeiro. No Piauí, continuou o deputado, Clark havia se indisposto tanto com as categorias comerciais parnaibanas quanto com os marítimos, os ferroviários, os estivadores e os trabalhadores de forma geral.⁷⁶²

Tal discurso gerou uma série de denúncias de Clark contra Chagas Rodrigues, as mais graves remetendo, com base em relatório do Ministério da Saúde, ao envio de verbas de dotação orçamentária do deputado para duas casas de assistência a doentes no Piauí que não existiam, e que estariam inscritas sob os nomes do cunhado e do sogro do irmão do *petebista*, José Alexandre Rodrigues. Mendonça Clark também denunciou que duas empresas de navegação, a Navegação do Rio Parnaíba Ltda, da qual o pai de Chagas Rodrigues era sócio, e a empresa Moraes Navegação Costeira S.A., do sogro do deputado, teriam sido beneficiadas com emendas do parlamentar. Em sua visão, Chagas Rodrigues tinha uma verdadeira capacidade para “colocar emendas em favor do pai, do sôgro e do cunhado do irmão. Tudo isso a título de estar lutando pela prosperidade do povo piauiense e o amparo dos trabalhadores nacionais, uma vez que finge ser trabalhista...”⁷⁶³. O discurso do senador foi bastante categórico no questionamento do caráter e das boas ações, em especial com relação aos trabalhadores, articuladas pelo parlamentar Chagas Rodrigues. A parte inicial da exposição de Mendonça Clark é bastante interessante para se observar essa questão:

República. GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 104.

⁷⁶² TECE considerações em torno da política no Piauí com relação ao Sr. Mendonça Clark, suplente de senador por aquele estado. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 1236, 23 fev. 1956.

⁷⁶³ BRASIL. Senado Federal. Publicação e Documentação. Congresso Nacional responde as críticas feitas pelo deputado Chagas Rodrigues. **Anais da República**, mar. 1956, p. 156. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/328165>>. Acesso em: 9 set. 2014.

Assim, sou chamado a fazer a defesa do meu nome, de ataques sofridos na Câmara Federal, de parte de S. Exa., Sr. Deputado Chagas Rodrigues, do PTB, do meu Estado.

[...] Completei êste ano, vinte e um anos de comércio.

De político, entretanto, tenho menos de dois.

Com êste detalhe quero esclarecer à Casa que não me tornei comerciante depois de político. Não me tornei político para poder fazer bons negócios, como maldosamente está sendo insinuado no ataque à minha pessoa.

[...]

Em 1950, ouvi com muita indignação a estréia política do Senhor Chagas Rodrigues, fazendo a sua primeira campanha pela UDN e como é de hábito de S. Exa. os ataques são sempre extremados. A eloquência e o bom senso são substituídos por gritos e insultos. A vítima na ocasião dêstes ataques, era o saudoso Presidente Getúlio Vargas. O Sr. Deputado Chagas Rodrigues, com o seu grupo, em automóveis de luxo, camionetas, microfones e bandas de música, dansavam [*sic*] e sambavam e, nos intervalos, atacavam de rijo o saudoso Getúlio Vargas. A ostentação motorizada ofendia os brios da população das zonas pobres, de onde, em geral, eram expulsos, debaixo de nuvens de areia pelo povo de Parnaíba.

[...] Em 1952, ou 1953, vi com surpresa por simples questão de interêsse em ficar de posse de cargos públicos, o Senhor Deputado Chagas Rodrigues abandonou a UDN e passou-se para o PTB.

Vi, ainda, com surpresa maior, extremados udenistas e importantes elementos do comércio e da indústria de Parnaíba, silenciarem; mas na sombra, por intêresses pessoais, financiaram a campanha de 1954, do PTB. Até hoje não fazem parte do diretório do PTB. Por quê? Porque não são trabalhistas.

[...] Não fui eu quem mudou de partido, quem cometeu erros e injustiças tremendas, tal como atacar o saudoso Presidente Vargas e que, para se manter no parlamento foi obrigado a chamar o povo de Parnaíba, para procissões, aonde, com enorme rosário e uma maior vela acêsa, fingiu chorar a morte do presidente.

As procissões sucediam-se, mudando o cenário, o cordão carnavalesco de exploração demagógica e, interrompido somente, por ataques desabridos a adversários, que ontem eram seus aliados e amigos inseparáveis. A estas demonstrações, os comunistas davam integral apoio, fomentando a rivalidade das classes, e preparando o caminho para a conquista de poder.⁷⁶⁴

A citação é extensa, mas importante para se entender o nível das desavenças dos representantes do Piauí no Senado e na Câmara Federal. As acusações foram negadas com veemência pelo deputado *petebista*, que em um dos seus discursos retribuiu o título de “inimigo pessoal” que lhe havia conferido o senador. Rodrigues também acusou Clark de ter cometido crime eleitoral, pois no último pleito teria votado em Parnaíba, mesmo tendo como domicílio eleitoral o Rio de Janeiro.⁷⁶⁵ Lembre-se que a família Clark e a família Rodrigues

⁷⁶⁴ BRASIL. Senado Federal. Publicação e Documentação. Congresso Nacional responde as criticas feitas pelo deputado Chagas Rodrigues. **Anais da República**, mar. 1956, p. 156. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/328165>>. Acesso em: 9 set. 2014.

⁷⁶⁵ Ver discursos: RESPONDE críticas que lhe foram feitas da tribuna do Senado pelo Senador Mendonça Clark. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 1608, 19 mar. 1956; TECE considerações em torno das novas acusações que lhe foram feitas pelo Senador Mendonça Clark. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p.

possuíam grandes empreendimentos na mesma cidade, Parnaíba. Portanto, não se pode excluir que as concorrências comerciais possam também constituir um dos motivos que levaram aos desdobramentos das divergências políticas, hipótese que se considera provável.⁷⁶⁶ Deve-se destacar ainda no discurso do senador Mendonça dois aspectos: o primeiro é o apoio dos comunistas a Chagas, que irá se tornar efetivo dois anos depois, em 1958, quando seu nome é alçado para concorrer ao governo do Estado. O segundo aspecto é o apoio que recebia também das elites econômicas da região norte do Estado.

Mas o que interessa a este estudo naquele embate é justamente a insistência de Clark em relatar que Chagas Rodrigues seria um falso trabalhista. O senador *pessedista* aponta a transformação das atitudes do parlamentar piauiense após a sua entrada, segundo considera, por interesse no PTB. Deve-se levar em consideração que naquele primeiro mandato como *petebista*, o então deputado Chagas Rodrigues continuou alardeando os interesses econômicos do Piauí sempre que possível, em plenária. Entretanto, de fato os seus discursos ganharam nova postura, em especial com relação aos trabalhadores, o que pode ser verificado na relação de temas abordados pelo deputado no quadro que está no anexo C.

Observou-se, em face dos discursos proferidos por Rodrigues, que no seu segundo mandato, de 1955 a 1959, fez uso da plenária 81 vezes. Desse total, alguns temas do mandato passado persistiram, como a construção do Porto de Luís Correia, contemplado com quatro discursos, portanto, cinco a menos do que no mandato anterior. Outra questão que reincide em suas falas plenárias são as reivindicações de melhorias nos transportes aéreos, terrestres e fluviais no Piauí, às quais foram destinados oito discursos do deputado, que anteriormente havia se detido 13 vezes naquela temática. Porém, os novos direcionamentos emergiam, delineando uma nova percepção política, em especial sobre os trabalhadores. O deputado passou a abordar assuntos que interessavam o partido quando, por exemplo, em dois momentos, mostrou-se favorável ao voto dos analfabetos. No tocante ao tema do *trabalho*, foram totalizados quatro discursos referentes aos sindicatos piauienses e cinco aos trabalhadores rurais; para esses últimos, de forma mais específica, o deputado solicitava o encaminhamento para votação do Projeto nº 1.938 B/56, presidido por Fernando Ferrari em

1722, 21 mar. 1956; RESPONDE críticas que lhe foram feitas da tribuna do Senado pelo Senador Mendonça Clark. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 2005, 6 abr. 1956; TECE considerações em torno da eleição do Senador José Mendonça Clark. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 6170, 27 jul. 1956; REPTO ao Senador Mendonça Clark para que repita em público as acusações feitas ao orador em sessão secreta do Senado. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 11802, 25 nov. 1956.

⁷⁶⁶ Segundo o livro de memória do político Djalma Veloso, no início dos anos de 1950 Mendonça Clark havia denunciado a existência de caixa 02 nas empresas de Zeca Correia, contudo, Chagas Rodrigues teria usado a sua influência política para defender o sogro (KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso: o político e a sua época**. Teresina: Zodíaco, 2006, p. 214).

fevereiro de 1956, que estendia a legislação trabalhista para o meio rural, dele participando, sob a orientação do partido.⁷⁶⁷

Apesar da perceptível guinada *trabalhista* do deputado, não seria correto deixar de mencionar alguns elementos que estiveram presentes em sua atuação desde o início de sua carreira política, quando ainda frequentava os quadros *udenistas*. O parlamentar, em nível discursivo, demonstrava uma postura democrática, posicionando-se, sempre que possível, contrário a golpes e ditaduras, comportamento que, como se sabe, distanciava-se do assumido por vários membros da UDN.⁷⁶⁸ Um episódio interessante a ser também mencionado, ainda no momento de sua atuação na UDN, no ano de 1951, ocorreu quando Chagas Rodrigues propôs o Projeto nº 391/1951⁷⁶⁹, apresentado no dia 16 de maio de 1951, para que os trâmites do aumento do salário mínimo fossem reduzidos com o intuito de beneficiar de forma mais rápida os trabalhadores.⁷⁷⁰

⁷⁶⁷ STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade), p. 58.

⁷⁶⁸ Algumas questões já se tornavam expressivas em seu discurso, a exemplo do caso de um requerimento encaminhado ao Ministro das Relações Exteriores sobre o reconhecimento brasileiro ao governo cubano de Fulgêncio Batista. Nesse discurso, Chagas lançava as seguintes perguntas ao Ministro: “1. Por que o governo brasileiro reconheceu o governo de fato instaurado em Cuba pelo Sr. Fulgêncio Bastista? 2. Por que nosso governo fê-lo poucos dias após o pronunciamento militar que destituiu o presidente Constitucional Sr. Prio Socorrás? 3. Por que até esta data o governo brasileiro não reconheceu o governo do Dr. Vitor Paz Estenssora, o qual, após libertar a nação boliviana de uma ditadura militar, está no momento providenciando a nacionalização das minas de estanho de seu país?” Ele cobrava do governo brasileiro atitudes frente ao reconhecimento de governos latino-americanos. No primeiro caso, que apontava a administração cubana, o político questionava a rapidez com que o governo brasileiro reconheceu aquele governo que havia sido instituído por meio de golpe militar. No segundo caso, questionava as razões que impediam o governo brasileiro de reconhecer o boliviano Estenssora, que contribuíra para a saída dos militares da administração daquele país (REQUERIMENTO de informação ao ministro das Relações Exteriores sobre o reconhecimento do governo de Cuba. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 3997, 17 maio 1952).

⁷⁶⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. **PL nº 391, de 16 de maio de 1951**. Autor: Chagas Rodrigues. Dispõe sobre o aumento de cinquenta por cento do salario minimo, em vigor a primeiro de maio de 1951 e da outras providencias. 1951a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=176166>>. Acesso em: 16 set. 2014.

⁷⁷⁰ Sobre os outros Projetos de Lei do deputado Chagas Rodrigues no período de 1950 a 1958, são: BRASIL. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. **PL nº 1175, de 29 de setembro de 1951**. Autor: Chagas Rodrigues. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Educação e Saude, o credito especial de cr 10.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do primeiro centenario da fundação da cidade de Teresina, capital do estado do Piaui. 1951b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/ficha detramitacao?idProposicao=188509>>. Acesso em: 16 set. 2014. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. **PL nº 656, de 19 de setembro de 1955**. Autor: Chagas Rodrigues. Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, bem como de imposto de consumo, exceto a taxa de previdencia social, para material doado ao convento dos franciscanos de Piripiri e destinado a igreja matriz de Nossa Senhora dos Remedios da mesma cidade. 1955a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=180372>>. Acesso em: 16 set. 2014. BRASIL. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. **PL nº 715, de 14 de outubro de 1955**. Autor: Chagas Rodrigues. Autoriza o governo federal a auxiliar com a importancia de cinco milhões de cruzeiros a associação mantenedora da casa de nossa senhora da piedade, e da outras providencias. 1955b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=181298>>. Acesso em: 16 set. 2014.

Chagas Rodrigues, apesar de determinada autonomia⁷⁷¹, tornava-se fiel ao corpo de ideias do partido como estratégia política. Integrando o corpo político da UDN, adotou uma postura crítica em relação à figura de Getúlio Vargas, apontada como problemática quando de sua adesão ao *trabalhismo* na década de 1950, situação que tentou explicar durante a projeção que faz de sua trajetória política no ano de 2002. Ao ser questionado sobre se o *trabalhismo* no Piauí teria sido *populista*⁷⁷², Chagas Rodrigues enfocou a situação peculiar em que se deu a adesão de um grupo significativo de políticos locais ao PTB:

É preciso distinguir a pessoa de Getúlio Vargas. Eu fui contra a ditadura de Vargas. Porque sempre fui contra toda e qualquer ditadura. Admito o socialismo democrático, a política social democrática, mas nada de ditadura, nem de esquerda, nem de direita. Nós éramos da UDN, porque a UDN lutou pela restauração da democracia, restaurada a democracia, então os partidos tinham que ter as suas tendências... eu não podia continuar... Mathias Olympio era um homem de esquerda, Demerval Lobão também, eu! Nós não podíamos continuar num partido onde a metade era a favor da reforma agrária, e metade era contra. Então a UDN cumprira a sua missão, e tínhamos que procurar um partido de esquerda, nós não podíamos ir para o Partido Comunista que tinha muita influência Stalinista. Socialismo espantava muita gente. Então, o senador Mathias e os outros companheiros, achavam que devíamos ir para o Partido Trabalhista, tendo em vista que o Partido Trabalhista, através de Getúlio foi o responsável pela implantação da legislação trabalhista no Brasil. Eu até ponderei.. mas como? Eu fui contra a ditadura de Vargas o tempo todo... disse: Não! Você foi contra a ditadura, Getúlio Vargas hoje é presidente constitucional, está nos convidando, todos os partidos estão... e... mas... Getúlio passa, o trabalhismo continua na Inglaterra, a social-democracia continua na Alemanha, então não [tinha] motivo para... então eu fui com ele [Mathias Olympio] e com Demerval Lobão para o Partido Trabalhista.⁷⁷³

Nesse pequeno trecho, pode-se observar, no trabalho de construção da memória, os esforços do ex-governador em promover uma coerência na sua carreira política. Narrar a sua participação na UDN implicava, em certa medida, um ajuste temporário sobre as convicções daquela sigla, ressaltando apenas a luta que aquela agremiação teria travado pelo retorno da democracia nacional. A entrada no PTB, como tentou apresentar em seu relato, teria proporcionado a adequação de sua forma de pensar ao ideal partidário. Nesse sentido, Chagas considerava-se um “socialista democrata”, um “esquerdista moderado”, características

⁷⁷¹ Chagas Rodrigues também integrou a Frente Nacional Parlamentar, movimento suprapartidário que visava à aprovação, no Congresso Nacional, de projetos nacionalistas e reformistas, importante movimento de esquerda da época, segundo mapeamento das esquerdas feito por Jorge Ferreira: FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004, p. 184. Ver também: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, p. 61-71, 1994.

⁷⁷² O termo foi usado pelo entrevistador, João Cláudio Moreno.

⁷⁷³ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

que teriam sido reforçadas pelo programa *trabalhista*.⁷⁷⁴ Deve-se enfatizar que a entrada dos *ex-udenistas* no PTB pode ser considerada como parte da estratégia de um grupo de políticos que precisava de espaço nas disputas locais, contudo, o que se pode assinalar é que, na *cultura política nacional e local*, a adesão a um partido não significaria a adesão a suas propostas. Nesse caso específico do grupo piauiense, a aceitação do programa partidário não foi um fato imediato de todos os que adentraram o PTB, mas para Chagas Rodrigues acabou se tornando uma decisão pessoal. Chagas tinha escolhas, e o fato de pertencer a um partido não era elemento determinante para que seguisse seu plano doutrinário, pois se percebeu que nem todos os que chegaram ao PTB no mesmo momento daquele político agiram da mesma maneira. Como aponta o historiador Jorge Ferreira sobre a imprevisibilidade do desenrolar dos acontecimentos históricos para aqueles que o praticam, se o governador eleito no estado do Piauí tivesse escolhido entrar no jogo da política tradicional local, possivelmente a história daqueles anos seria bastante diferente.⁷⁷⁵

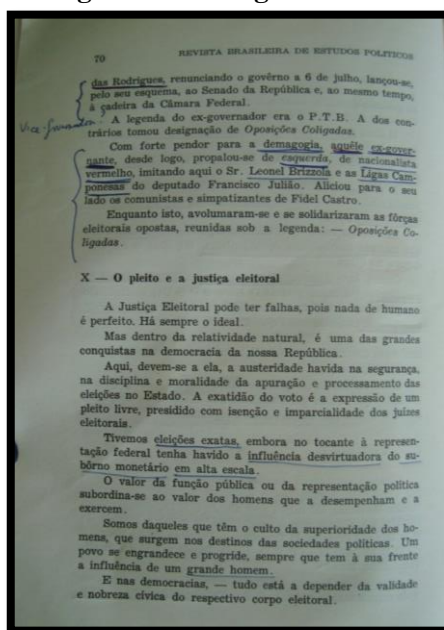
Ao se pesquisar no acervo pessoal de Chagas Rodrigues⁷⁷⁶ na tentativa de compreender quais autores podem ter contribuído para a atuação daquele *petebista*, percebeu-se que ele era um contumaz observador do corpo de ideias políticas que estavam circulando de forma mais intensa naqueles anos da década de 1950. Pode-se, com base nas obras pesquisadas, fazer algumas assertivas sobre as predileções daquele sujeito. É possível observar, por exemplo, que havia algumas áreas de interesses que eram predominantes, tais como a política, a jurídica, a histórica, a filosófica, a econômica e a religiosa. Folheando muitos desses exemplares conseguiu-se verificar que o leitor Chagas Rodrigues sempre datava as obras que adquiria e rabiscava as de seu interesse, às vezes sublinhava apenas frases, muitas vezes grifava palavras e raramente escrevia alguma anotação na lateral das páginas (Figura 23).

⁷⁷⁴ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

⁷⁷⁵ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁷⁷⁶ O acervo pessoal do ex-governador que foi doado à Universidade Federal do Piauí, Campus de Parnaíba conta com mais de 5 mil livros, que ainda estão sendo catalogados pela instituição. Ver sobre a doação dos livros de Chagas Rodrigues as seguintes reportagens: CHAGAS Rodrigues, antes de morrer, doa acervo de 5 mil livros a Parnaíba. **Cidade Verde**, 9 fev. 2009. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/32472/chagas-rodrigues-antes-de-morrer-doa-acervo-de-5-mil-livros-a-parnaiba>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Figura 23 – Artigo Rabiscado



Fonte: Mendes, 1964, p. 70⁷⁷⁷

Entre os livros que possuíam nítidos sinais de leitura, entre os anos 1945 e 1964, havia um grande número de obras com temáticas voltadas para as questões sociais brasileiras. As leituras que acompanharam a vida do deputado federal e do governador seguiam os lançamentos que instigavam os debates da época, podendo-se citar como exemplo o número expressivo de publicações sobre Reforma Agrária.⁷⁷⁸ Alguns livros são de temas não muito comuns, mas que indicam uma reflexão atenta de Chagas Rodrigues sobre questões que iam além da política partidária, como a obra *Educação Fundamental pelo rádio*, de João Ribas da Costa, possivelmente lido pelo deputado *petebista* no ano de 1957, e que talvez tenha

⁷⁷⁷ Trecho do artigo *O pleito eleitoral de 07 de outubro de 1962*, escrito por Simplício de Sousa Mendes, que trata da derrota de Chagas Rodrigues ao Senado naquele ano (MENDES, Simplício de Sousa. O processo eleitoral de 07 de outubro de 1962 no Piauí. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais [número especial sobre as eleições de 1962], p. 55-79, jan. 1964, p. 70).

⁷⁷⁸ Citaram-se apenas algumas obras: ADUM, Hamil; FUGANTI, Mário. **Reforma Agrária**: questão social e econômica. [S.l.]: [s.n.], 1962; BRASIL. Ministério da Agricultura. **Reforma Agrária no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro, 1952 (Série Estudos e Ensaios nº 4); BRAZ, J. Smith. **A Reforma Agrária na China**: apontamentos de viagem: Rio de Janeiro, 1964; CARRANZA, Carlos P. **Reforma Agraria en America**. Argentina: [s.n.], 1961; LENIN, V. I. **La cuestion Agraria, em pensamento marxista**. [S.l.]: Lautauró, 1957; LIMA, Archimedes Pereira. **Goiás a um passo da Reforma Agrária**. [S.l.]: [s.n.], 1961; MAGANO, Virgílio dos Santos. **Reforma Agrária**. São Paulo: [s.n.], 1953; MENEGHETTI, Mario. **Idéias e sugestões sôbre a reforma agrária**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1959; MONTEIRO FILHO, Armando. **Anteprojeto de Reforma Agrária**. Aumento da produtividade, humanização do homem do campo. Rio de Janeiro/Brasília: Ministério da Agricultura; Edições SAI, 1962. (Série documentário n. 18); ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Reforma Agrária, defeitos da estrutura agrária que dependem do desenvolvimento econômico**. New York, [entre 1952 e 1962]; PINHO, Péricles Madureira de. **Notas à margem do problema agrário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Serviço de Documentação, 1954. (Cadernos de Cultura); PLANO de colonização da Bacia Amazônica. **Reforma agrária**: colonizando para reformar organizando (Reforma agrária sem desapropriação). [S.l.]: [s.n.], 1963.

contribuído para dar a tônica da importância do rádio em seu governo.⁷⁷⁹ Em 1962, o então governador adquiriu, por exemplo, muitas obras da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, coletânea publicada entre os anos de 1962 e 1964 pelo Instituto Nacional de Estudos Brasileiros (Iseb) e lançada pela editora Civilização Brasileira. Entre os exemplares catalogados no acervo pessoal de Chagas Rodrigues destacam-se os títulos: *Quem pode fazer a revolução brasileira?* De Bolívar Costa; *Quem é o povo brasileiro?* De Nelson Werneck Sodré; *Que são as Ligas Camponesas?* De Francisco Julião; *Como será o Brasil socialista?* De Nestor de Holanda; *Quem dará o golpe no Brasil?* De Wanderley Guilherme; *Quais são os inimigos do povo?* De Theotônio Júnior; *O que é Reforma Agrária?* De Paulo Schilling, entre outros.

Contudo, ressaltavam-se na sua coleção as obras e publicações que abordavam o *trabalhismo* como componente essencial do PTB⁷⁸⁰, bem como alguns autores que se tornaram referência para o *trabalhismo* nacional, como Harold Laski.⁷⁸¹ Constavam também nos arquivos daquele político várias circulares do Partido Trabalhista Brasileiro, como a escrita pela Comissão Executiva Regional do PTB do Paraná, no ano de 1959. Nesse documento consta a íntegra do programa aprovado pelo partido na XI Convenção Nacional. As propostas deliberavam pelo cumprimento de algumas linhas programáticas, entre as quais se destacam lutar contra imperialismo e colonialismo; eliminar as causas do pauperismo e do subdesenvolvimento continentais; lutar pelo direito de voto aos analfabetos; apoiar a reforma agrária; lutar em favor da Operação Nordeste; conceder efetivo amparo ao municipalismo, só para mencionar as mais expressivas.⁷⁸² Muitos desses aspectos, como se verá mais adiante, serão elementos de ação e discurso do governador eleito.

⁷⁷⁹ COSTA, João Ribas. **Educação Fundamental pelo rádio**: alfabetização de adultos e cultura popular por meio de sistemas radiofônicos com recepção organizada. São Paulo: [s.n.], 1956.

⁷⁸⁰ Citaram-se apenas algumas obras: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Imprensa. **Sem justiça não há paz**: as grandes definições de Jango. Brasília, DF, 1963 (Boletim Informativo, Suplemento 1); DISCURSO de posse do senhor Santiago Dantas como ministro das relações exteriores. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1961; DISCURSO do deputado Fernando Ferrari na Sessão Solene de encerramento da Convenção Nacional do PTB. [1957]. (Discurso datilografado a partir de apanhado taquigráfico); FERRARI, Fernando. **Trabalhismo, nova armadura para novos rumos**. Discurso parlamentar e documentos políticos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957; FOLHETO 1º de maio de 1953. **Getúlio Vargas e o trabalhismo**. Publicação do Partido Trabalhista Brasileiro, 1953. (Coleção Construindo para o Futuro); LIMA, Adamastor. **Da política personalista à política partidária**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955; MARQUES, J Sousa. **O trabalhismo**: sua gênese histórica – sua situação centrista. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1962. (Série Discursos Parlamentares); PACHECO, José Aranha de Assis. **Dissídios trabalhistas e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Agir, 1947; SOUSA, Manoel Rodrigues de. **Por que Getúlio Vargas suspendeu o funcionamento do congresso em 1937?** Rio de Janeiro: [s.n.], 1957.

⁷⁸¹ LASKI, Harold J. **Los Sindicatos**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1957.

⁷⁸² NOVAS Diretrizes Programáticas do Trabalhismo. **Folheto do Partido Trabalhista Brasileiro**. Contribuição da Comissão Executiva Regional do Paraná, maio de 1959.

Caberia afirmar, diante do número de obras sobre o *trabalhismo* e sobre as questões que faziam parte do suporte programático do partido presentes no acervo particular daquele sujeito, que Chagas Rodrigues teria se tornado um *trabalhista* de fato antes de ascender ao governo piauiense? A questão é um tanto quanto problemática, uma vez que nunca se poderá precisar as marcas dessas leituras naquele político. Pode-se reconhecer a utilização de muitas dessas obras em seus discursos, como na mensagem governamental do ano de 1962, última de seu governo, direcionada à Assembleia Legislativa, na qual Chagas Rodrigues citou o trecho de um livro do pe. J. Lebret, dominicano católico e economista, intitulado *Manifesto por uma Civilização Solidária*, em que dizia: “As tarefas do nosso tempo não podem ser reduzidas à transformação dos regimes econômicos; exigem modificação dos regimes políticos e, em última análise, a instauração de uma nova civilização. Civilização da ascensão humana e universal”⁷⁸³. Chagas Rodrigues, no final do governo *petebista* no Piauí, apoiava-se em conceitos de solidariedade⁷⁸⁴, bem como em formação religiosa⁷⁸⁵ e humana, mas sobretudo nos ideais construídos no seio do próprio PTB. O governador eleito, quando expunha seu pensamento, não falava apenas sobre si; quando discursava, Chagas Rodrigues falava pelo partido, com base no que seu partido propunha.

Pode-se asseverar que, a partir de sua entrada no PTB, o jovem político intensificou sua relação com leituras de aporte social e com a documentação disponibilizada pelo partido, tendo em grande medida observado o *trabalhismo* como componente de uma *Cultura Política Partidária* Nacional. Dessa forma, averiguou-se que a sua adesão ao *trabalhismo* se fez acompanhada por um arcabouço de leituras veiculadas pelo partido, que deram evidente aporte para que Chagas Rodrigues promovesse uma guinada em favor dos trabalhadores.

Entende-se que parcela significativa da perspectiva teórica do *trabalhismo* nacional, nascido no seio do PTB, construiu-se com base em propostas elaboradas por Alberto Pasqualini, e expunha, de forma latente, por meio de artigos escritos para jornais, livros e discursos públicos, os fundamentos de luta do partido.⁷⁸⁶ Para aquele estudioso, os filiados

⁷⁸³ MENSAGEM do Govêrno do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 37, 1962.

⁷⁸⁴ Sobre a importância da palavra solidariedade para a construção de um “capitalismo solidarista”, ver o artigo: PASQUALINI, Alberto. Um programa social. Publicado no jornal *Correio do Povo*, 23 abr. 1945 apud DUTRA, Milton (Org.). **O trabalhismo de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

⁷⁸⁵ Em 1950, Pasqualini fez uma palestra em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, durante a campanha presidencial, e, na ocasião, tentou aproximar o *trabalhismo* do pensamento cristão. Ver: PASQUALINI, Alberto. Conferência de Caxias (1950) apud SIMON, Pedro (Org.). **Atualidade de Alberto Pasqualini**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

⁷⁸⁶ Os discursos de Alberto Pasqualini foram analisados a partir das seguintes obras: PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Santa Maria: Ipremec, 1994. (Obras Completas, v. 1); DUTRA,

deveriam publicizar (a expressão recorrente usada por Pasqualini era doutrinar) o máximo possível a quem os interesses do PTB deveriam ser destinados, e, segundo os princípios fundamentais daquela agremiação, destinavam-se primordialmente aos trabalhadores.⁷⁸⁷ Certamente, naqueles anos de 1950, o deputado piauiense *petebista* observou atentamente o ideário que compunha a sigla na qual havia adentrado, e passou a analisar aquela proposta *como um dos componentes importantes da Cultura Política Partidária que circulavam e vigoravam nacionalmente, sendo, pois, uma opção de atuação entre as vias políticas existentes.*

Nos jornais locais e nacionais observou-se esse alvorecer trabalhista na postura do deputado, como no exemplo da matéria publicada no noticioso carioca *A Luta Democrática*. Nesse periódico, um dos discursos proferidos por aquele político apareceu com tons mais fortes, tratando sobre os pobres e trabalhadores de forma geral. No trecho da reportagem intitulada *Desventuradas populações*, o deputado refletiu acerca das condições do homem do campo no Piauí. Ressalta-se ainda que o ano em que foi proferida e publicada a fala do *petebista* era 1957, ou seja, um ano antes de ser eleito governador. O político e colunista Tenório Cavalcanti, que deu visibilidade midiática a partes daquele discurso, afirmara que o deputado Chagas Rodrigues havia feito uma copiosa análise sobre a condição de vida dos mais pobres no seu Estado. Segundo Cavalcanti:

O quadro tétrico descrito pelo deputado Chagas Rodrigues, que se espria pela gleba piauiense, tem similitude com a realidade de quase tôda hinterlândia brasileira. Foram palavras do nobre parlamentar: “Semifaminta, degradada, em um nomadismo que não pára um só instante, com uma capacidade aquisitiva que não vai além de duzentos e oitenta cruzeiros, é uma população que representa bem o símbolo de um povo desamparado pelos nossos governos.”⁷⁸⁸

Como representante dos segmentos mais pobres e desprotegidos, o *petebista* Chagas Rodrigues passou então a construir uma autoimagem de simplicidade, em especial no tocante à sua condição financeira, tratando inclusive desse aspecto no seu discurso de despedida no Congresso. Rodrigues declarou que quando foi eleito em 1950, tinha como posse apenas um apartamento, e que no final do segundo mandato, em 1959, portanto nove

Milton (Org.). **O trabalhismo de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Intermédio, 1986; SIMON, Pedro (Org.). **Atualidade de Alberto Pasqualini**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

⁷⁸⁷ Segundo Pasqualini, “É precisamente aos líderes que caberia realizar esse trabalho de doutrinação de esclarecimento, de “politização” das massas partidárias. PASQUALINI, Alberto. Entrevista sobre trabalhismo. In: SIMON, Pedro. (Org.) **Atualidade de Alberto Pasqualini**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p. 243-253, p. 250.

⁷⁸⁸ CAVALCANTI, Tenório. Desventuradas populações. **A Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 3, 2 mar. 1957.

anos depois, ainda possuía um único apartamento, apontando, dessa forma, que a política não lhe serviu para enriquecimento pessoal.⁷⁸⁹ Tal discurso não deixava de estar alinhado com as diretrizes do partido, em especial quando direcionava a sua preleção para o fato de que a política não deveria servir como forma de favorecimento pessoal, como tanto pregava Alberto Pasqualini.⁷⁹⁰

No momento em que se busca entender de que forma se revelava aquela figura nos jornais e discursos políticos, alcança-se de imediato que a sua representação não era prioridade nos periódicos locais quando era apenas deputado federal. Chagas praticamente inexistia para a política piauiense à época, mesmo sendo seu representante. Contudo, após a sua vitória na candidatura ao governo do Estado, e ultrapassado o momento da exacerbada potencialização do episódio da morte do candidato Demerval Lobão, os *udeno-trabalhistas* se dispuseram a tentar representar aquele jovem que havia sido escolhido para o Executivo estadual no pleito de 1958. Morando longo tempo fora do Estado, e exercendo as suas funções políticas na Capital Federal, alguns reconheciam que, naquele momento, o governador eleito era um estranho para a grande maioria dos piauienses.

Mas não era apenas boa parte da população do Piauí que não conhecia o governador; ele, segundo alguns jornais locais, não conhecia seu próprio Estado. Como era de se esperar, os apoiadores defendiam com paixão o jovem político, e apontavam que o seu desconhecimento da situação “real” do Piauí havia sido superado durante a campanha (lembre-se que durou apenas 21 dias) que o levou à vitória, uma vez que, naquele momento, o candidato teria de fato entrado em contato com as condições que desconhecia sobre o Piauí: “O sr. Chagas Rodrigues, o governador eleito, é um homem evoluído. Estudou em Recife e em São Paulo. Viajou. Sofreu um verdadeiro choque quando conheceu o interior piauiense. Conhecia apenas Parnaíba, que está para o Piauí, como São Paulo está para o Brasil.”⁷⁹¹ Desconhecido de grande parte do povo piauiense, era também Chagas Rodrigues, até mesmo para seus apoiadores, um estrangeiro em sua terra. Nesse sentido, como esse político, com tão pouco tempo de campanha, entenderia as reais necessidades locais? Saberá percorrer as sinuosidades da política partidária no Estado? Conseguiria alcançar os anseios populares? Ou apenas jogaria como a *tradicional* política local desejava?

Em 1958, quando se candidatou mais uma vez ao cargo de deputado federal, o político *petebista* certamente não esperava que, no final daquele pleito, ao invés de continuar

⁷⁸⁹ O SR. Chagas Rodrigues. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 766, 29 jan. 1959.

⁷⁹⁰ PASQUALINI. Alberto. Governo e Partidos. In: DUTRA, Milton (Org.). **O trabalhismo de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Intermédio, 1986. p. 40-42, p. 41.

⁷⁹¹ RUMOS novos no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 18 dez. 1958.

com assento na Câmara Alta, possuiria sob seus desígnios o comando da administração estadual. Surpresa para si, aposta para o PTB do Piauí, pois apesar de Chagas Rodrigues ter crescido nas hostes partidárias nacionais e encontrar-se como vice-líder do PTB no Congresso, ainda era figura jovem para os quadros políticos locais.

Compreende-se que as tentativas de definição dos sujeitos são bastante complexas, mas, mesmo se tendo que enfrentar essa dificuldade, buscou-se observar como foram travadas as lutas de representações sobre a imagem de Chagas Rodrigues e quais elementos estavam em disputa nos discursos e memórias, como forma de apreendê-lo no universo no qual estava imerso. Procurou-se também, nesse turno, compreender os mecanismos sociais que construíram aquele personagem para buscar subsídios potencializadores das análises acerca daquele momento político no *contexto cultural* piauiense, e, sobretudo, compreender as querelas que emergiam da *Cultura Política Partidária*. Sobre Chagas Rodrigues, esquadrinharam-se as representações autoconstruídas e construídas por seus contemporâneos, sendo impossível, portanto, apresentar uma biografia-política homogênea. Por outro lado, destaca-se que nesse trajeto de escrita, as composições que o enquadravam dão mostra da complexidade do ser político, composto de variáveis que refletem as suas escolhas e posições acerca do mundo. Das representações que perfilaram sobre Chagas Rodrigues, e que deram a tônica ao seu perfil histórico, destacaram-se: filho da elite comercial parnaíba; esquerdista moderado; socialista democrata; defensor de recursos para projetos que, em grande medida, poderiam abrigar interesses pessoais; favorável ao voto dos analfabetos; *udenista antigetulista*; cristão-novo *trabalhista*; todas essenciais para a análise de sua emergência ao posto mais alto do Estado e da sua administração enquanto governador do Piauí. Sabe-se, como aponta Geertz, que descrever o outro é, em grande medida, ter poder sobre ele, pois a “representação do outro não é facilmente separável da manipulação do outro”⁷⁹². Algumas representações que estavam postas nos documentos analisados eram conflitantes e contrastantes, enquanto outras revelavam-se benevolentes e complacentes, mas cada uma tinha a sua intencionalidade ao ser composta. Nesse sentido, monta-se um retrato feito a partir de recortes, cada um deles orientado por seu interesse específico, mas, enquanto representações, apontam para jogos de interesses, para os conflitos, e, sobretudo, contribuem para dar visibilidade a um sujeito em um *contexto cultural* específico.

⁷⁹² GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos**: dois países, quatro décadas, um antropólogo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012b, p. 108.

No momento da despedida do *petebista* na Câmara Federal para assumir o cargo de governador, o então deputado piauiense do Partido Social Progressista (PSP), Milton Brandão⁷⁹³, rogou ao futuro administrador eleito que procurasse formas de modificar as práticas políticas locais: “Que contribua V. Exa. para a pacificação do povo do Piauí, que ainda vive, podemos afirmar, uma política provinciana.”⁷⁹⁴ Milton Brandão mencionava as tradicionais práticas dos partidos políticos e a *cultura política* permeada por violências, perseguições, entre tantas outras características. No momento de sua candidatura, Chagas Rodrigues não propôs uma ruptura com a *Cultura Política Partidária* vigente, não houve tempo para isso. Entretanto, em sua última oração em plenária dava indícios de como seria a sua gestão, pautada pelas propostas de seu partido, por um projeto que circulava em âmbito nacional. Chagas Rodrigues reivindicou, mais uma vez, por questões voltadas para a economia parnaibana e estadual, a atuação do Governo Federal no que se referia ao preço da Cera de Carnaúba, mas em grande parte do seu discurso demonstrou um posicionamento em favor dos trabalhadores, apelando ao Ministro do Trabalho para que observasse a revisão do salário mínimo no Piauí.⁷⁹⁵

Talvez os políticos que o apoiaram naquele pleito, ligados à tradicional *cultura política partidária*, acreditassem que apoiavam o filho do grande comerciante parnaibano para defender os (seus) interesses no/do Estado, pois segundo o jornalista Paulo Chaves, “Naquele instante, Chagas era [visto como] lídimo emblema udenista, porque foi aquela via, com o apoio deste partido que alcançou a condição de governador.”⁷⁹⁶ Entretanto, sabe-se que adepto das ideias *udenistas* o governador eleito não era mais. Talvez aqueles que se dedicaram à campanha *petebista* ao governo não contassem que diante de suas imposições ao Poder Executivo, exigências consideradas “normais” para a *cultura política partidária*, Chagas optaria por outra forma de governar. E, assim, como um enigma não aparente, chegava ao Piauí o novo governador do Estado.

Percorrido todo esse caminho, segue-se para o que de fato interessa, o *trabalhismo oficial* que foi apresentado como projeto político para a administração daquele governador no Piauí.

⁷⁹³ Político piauiense, nascido em Pedro II no ano de 1916 e falecido em Brasília no ano de 1985. Foi prefeito de Pedro segundo, deputado estadual, vice-governador, deputado federal e ministro do Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 64.

⁷⁹⁴ O SR. Chagas Rodrigues. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 766, 29 jan. 1959.

⁷⁹⁵ Ibid.

⁷⁹⁶ CHAVES, Paulo. **O homem e o jornalista**: José Jornal Vieira do Piauí Chaves. Teresina, 2013, p. 46.

5.2 O trabalhismo oficial no Piauí

“[...] o trabalhismo, quanto aos seus postulados e objetivos humanitários, é uma doutrina social; quanto aos meios e procedimentos para alcançar esses objetivos, é uma técnica econômica que se deverá socorrer dos dados e dos ensinamentos dos diferentes ramos da economia. Politicamente, o trabalhismo é um movimento de opinião tendente a obter a consecução dos seus objetivos através da ordem e do mecanismo jurídico-constitucional, isto é, através dos poderes do Estado.”⁷⁹⁷

No discurso proferido ainda como deputado, momentos antes de assumir a administração estadual, Chagas Rodrigues destacou questões que podem indicar os caminhos complexos pelos quais se tentaria aplicar um projeto *trabalhista* ligado ao PTB no Piauí. O primeiro aspecto diz respeito à preocupação com o custo de vida, prejudicando especialmente as populações mais pobres. Para o governador eleito, as causas dessa situação estavam situadas na exploração empresarial, portanto era necessário saber quem eram os empresários nacionais que estavam lucrando com a miséria dos trabalhadores. A segunda questão apontava para o imperativo da libertação do País das empresas multinacionais.⁷⁹⁹ Notou-se que tais percepções, tanto a da exploração por setores empresariais dos trabalhadores nacionais, levando-os à pobreza, quanto a da reivindicação do fencimento das multinacionais no Brasil, associavam-se a parte significativa do pensamento do PTB, pois segundo Lucília de Almeida Neves, o *trabalhismo* do PTB baseava-se “[...] [n]a defesa da legislação trabalhista e social da primeira era Vargas, [n]a luta contra a pobreza, [n]a resistência ao avanço imperialista e, por fim, [n]o culto ao getulismo, que, apesar de não uniforme, seria predominante no partido.[...]”⁸⁰⁰. No plano teórico, Chagas seguia as diretrizes do partido e adotava uma postura *nacionalista, distributivista e reformista*.⁸⁰¹ Mas no que se refere à compreensão das necessidades locais, o governador não dispensou trechos significativos de seu discurso, o que apenas demonstrava, até aquele momento, uma distância na observação governamental entre o projeto nacional e as condições de existência reais dos trabalhadores piauienses. Talvez por

⁷⁹⁷ Retirado do livro de PASQUALINI, Alberto. A essência do trabalhismo. Diário de Notícias, Porto Alegre, passim, 28 fev. 1950 apud SIMON, Pedro (Org.). *Atualidade de Alberto Pasqualini*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 303.

⁷⁹⁹ O SR. Chagas Rodrigues. *Diário do Congresso Nacional*, seção 1, p. 766, 29 jan. 1959.

⁸⁰⁰ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 77.

⁸⁰¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203.

isso esse último discurso não tenha surtido efeito nas correntes partidárias locais, não sendo alvo de publicação de nenhuma nota nos jornais, sequer de um comentário dos apoiadores ou mesmo da oposição sobre a última oração do futuro governador do Estado. Possivelmente os políticos piauienses sabiam, e acreditavam, que os discursos nem sempre correspondiam às práticas políticas. Falar sobre o fim das indústrias internacionais para o tão longínquo e agrário Piauí não era compatível com a real condição do Estado. Nesse sentido, talvez os políticos apoiadores e opositores do *petebista* recém-eleito não tivessem levado em consideração a efetiva aplicação de um projeto *trabalhista* à situação do Estado.

É visível o esforço inicial daquele político em tentar construir um projeto voltado para os trabalhadores no Piauí. Contudo, sem os estudos locais necessários, sem um corpo técnico treinado e capaz, o que restava era um abstrato projeto *trabalhista*, concebido como componente das propostas do seu partido. Mesmo diante dos obstáculos, ao assumir o governo o *trabalhismo* ganharia visibilidade a partir dos discursos e ações oficiais, e tomar tal rumo não seria tão fácil.

Observa-se que logo após o pleito de 1958, o PTB nacional reforçou a necessidade de estabelecer uma conduta comum entre os membros do partido. Naquele ano, os cinco governadores *trabalhistas* eleitos - Leonel Brizola, pelo Rio Grande do Sul, Parsifal Barroso, do Ceará, Chagas Rodrigues, do estado do Piauí, Gilberto Mestrinho, pelo Amazonas, e, por fim, Roberto Silveira, do Rio de Janeiro - foram convocados para se reunir na Capital Federal e, em seguida, partir para um encontro em São Borja com o vice-presidente João Goulart, que visava a construção de diretrizes de atuação política em cada Estado, de acordo com as propostas do PTB.⁸⁰² Segundo consta na *Revista Trabalhista*, o encontro do vice-presidente com os quatro governadores (Leonel Brizola estava representando também o governador do Rio de Janeiro) teve início com uma visita ao túmulo de Getúlio Vargas. Depois do ato solene, seguiram para a conferência, que durou mais de 4 horas. O resultado da reunião foi lançado em forma de manifesto, intitulado *Protocolo de São Borja*, no qual se assinalavam os caminhos que deveriam ser tomados por aqueles políticos.⁸⁰³ O documento marcava que o PTB estava empenhado em executar o seu programa por intermédio dos governos estaduais, sem perder de vista as implicações em âmbito nacional.⁸⁰⁴

Outro encontro entre os líderes do Executivo estadual, que tinha como objetivo reforçar a atuação comum dos governadores *petebistas*, ocorreu em março de 1959, na posse

⁸⁰² POLÍTICA nacional. **A Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 3, 17 jan. 1959.

⁸⁰³ PROTOCOLO de São Borja. **Revista Trabalhista**, [1959], p. 40.

⁸⁰⁴ GOVERNADORES com Jango em S. Borja. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 1, 29 jan. 1959.

do governador eleito pelo estado do Ceará, Parsifal Barroso, no qual também foi lançada nota pública com o intuito de reforçar a Declaração de São Borja. Nesse manifesto aparecem os seguintes termos:

Apoiam, por conseguinte, um movimento partidário, firme e incisivo, no sentido de uma revisão constitucional, permissiva de que se tornem efetivas e reais as reformas substanciais, enunciadas nas declarações do Presidente Nacional do PTB, com imprescindíveis à luta contra a atual crise social e econômica, de conseqüências imprevisíveis se não fôr, em tempo contida e debelada. Os governadores entendem devam ser acelerados os estudos e procedimentos que objetivem a reforma agrária, atendendo-se sempre as realidades brasileiras e às peculiaridades regionais.

[...]

Reiteram seu apôio à política de combate ao desenvolvimento especialmente aos das regiões Norte e Nordeste do país, onde espantam e comovem as áreas imensas dominadas pela miséria e pela desesperança, na certeza de que à “Operação Nordeste”, serão propiciados recursos necessários à sua efetiva promoção conforme prometimento do eminente chefe da nação, dr. Juscelino Kubitschek.

Esperam, outrossim, os governadores trabalhistas que se realize cabal observância dos acôrdos e protocolos firmados pelo PTB com os partidos coligados, por ocasião da última campanha presidencial.

Por fim, reafirmam, ao Presidente Nacional do PTB, dr. João Goulart, a sua confiança, a sua solidariedade e o seu aplauso à forma corajosa, firme e inteligente por que vem conduzindo os problemas partidários, como digno continuador que tem sido da obra político social e nacionalista do inesquecível presidente Getúlio Vargas. Fortaleza, Ceará, 25 de março de 1959.⁸⁰⁵

Estabeleceu-se um acordo entre os governadores com o líder *petebista* nacional, João Goulart, no sentido de pôr em prática as questões assentadas no programa partidário, como exposto no manifesto. O Piauí, assim como os outros estados governados pelos *trabalhistas*, deveria incorporar nas práticas de governo questões importantes para o projeto *trabalhista nacional*, como a Reforma Agrária e o desenvolvimento local. Em grande medida, Chagas teria três caminhos a tomar durante a sua administração: 1. Integrar os elementos do programa nacional do partido ao Estado; 2. Continuar no jogo da tradicional *cultura política partidária* local ligada ao clientelismo, fisiologismo, perseguições e violência como suporte do aparelho governamental; 3. Ou, por fim, tentar conciliar as duas perspectivas. De acordo com as fontes pesquisadas, acredita-se que rapidamente Chagas optou pela primeira alternativa; seus adversários, por outro lado, esperavam que adotasse a segunda; e, possivelmente, muitos de seus apoiadores previam uma posição ligada à terceira escolha, ou

⁸⁰⁵ FIRME apoio a Jango e à orientação de Juscelino Kubitschek. **Revista Trabalhista**, [1959], p. 39.

seja, no que se referia ao discurso seguiria a linha do partido, na prática seguiria a *cultura política partidária* local.

Pretende-se, portanto, analisar as tentativas de lançar o *trabalhismo* como componente de uma *cultura política* nacional em nível local.

5.2.1 O trabalhismo tem por finalidade pugnar pelo bem-estar das massas⁸⁰⁶

Desde o início do século XX até o ano de 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ocorreram em âmbito nacional confrontos, reivindicações, lutas – em grande medida encabeçadas pelos partidos de esquerda - que visavam as garantias legais dos trabalhadores nacionais. Grande parte desses movimentos, organizações e partidos, em especial no início da República, não se reconheciam pela expressão *trabalhista*. Vários dos que militavam em favor dos trabalhadores se denominavam de comunistas, anarquistas, associações de trabalhadores, etc., ou seja, eram partidos e movimentos que tinham em seu cerne a luta pelos trabalhadores, mas atuavam com base em um número expressivo de propostas e de ideias, muitas vezes díspares. A partir de 1945, a denominação *trabalhismo* ganharia visibilidade, em especial sob o bojo do Partido Trabalhista Brasileiro, uma vez que aquela sigla lhe delegaria o empenho em reivindicar a permanência dos direitos trabalhistas e a melhoria das condições de existência dos trabalhadores. Nesse sentido, no pós-1945, o *trabalhismo* ganhou uma dimensão histórica ligada a um partido político nacional. A historiadora Lucília de Almeida Neves afirma que somente após o fim do *Estado Novo* emergiu uma forma específica de *trabalhismo* no Brasil, que pode ser denominada de *trabalhismo oficial*, perspectiva que indicava a construção de um projeto para os trabalhadores atrelado a um poder estatal, concentrado, de forma singular, em uma sigla partidária, o PTB. Segundo Neves, “O PTB organizou-se em consonância com o trabalhismo oficial, a par das [sic] primeiras atuações apresentarem um profundo vínculo com o sindicalismo também oficial. Um trabalhismo de cunho assistencial, dirigido pelo Estado, preso à ordem legal em vigor [...] e vinculado a princípios corporativistas.”⁸⁰⁷ É necessário esclarecer que o PTB não foi o primeiro partido que expressou o termo *trabalhista* em sua definição. Moniz Bandeira aponta que um dos mais antigos partidos trabalhistas brasileiros teria surgido no Rio de Janeiro, entre os anos de 1919 e 1920. Em 1932 também já existia um

⁸⁰⁶ Termo retirado da matéria: CAFÃO. Piauí - a Marcha do Trabalhismo. **O Dia**, p. 1, 3 maio 1962.

⁸⁰⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo** (1945-1964). 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 23.

movimento que se intitulava de Partido Trabalhista Brasileiro,⁸⁰⁸ mas teria sido o PTB, o maior partido *trabalhista* formado no Brasil pós-1945, quem definitivamente pôs em relevo a expressão *trabalhismo* e de fato revelava um projeto para o Brasil.

Trabalhismo, para além do seu entendimento enquanto projeto político, também pode ser compreendido como categoria analítica⁸⁰⁹, possibilitando que se pensasse primeiramente o período a partir das relações entre o Estado e trabalhadores no cenário nacional. Portanto, essa palavra não pode ser apenas percebida como termo que teve grande ressonância na época, mas também apreendida como forma de se olhar para o passado, de alcançá-lo a partir dos aspectos que o compunham, das ideias e dos valores que eram partilhados socialmente e que tiveram grande reverberação a partir da emergência da sigla trabalhista, e que pode levar também ao entendimento de outras instituições que elegeram os trabalhadores como foco de atuação. Deve-se ressaltar, ainda, que várias agremiações compreenderam que houve modificação na atuação política, abrindo espaço aos trabalhadores no plano político tradicional, sendo preciso, mesmo em nível discursivo, adequar-se aos novos tempos, pois não era mais viável negar a participação dos trabalhadores no cenário das disputas políticas.

A despeito de todo o frenesi que o *trabalhismo* promoveu em âmbito nacional, esse conjunto de ideias e práticas direcionadas aos trabalhadores, e que permeava o exercício político, era algo muitíssimo novo e diferente do que existia na tradicional *Cultura Política Partidária* local, como se pôde perceber nos capítulos iniciais da tese. De modo algum se está afirmando que não houvesse *trabalhistas* tanto fora quanto nas fileiras do PTB piauiense antes da emergência de Chagas Rodrigues ao governo, ou melhor, no período entre 1945 e 1958. Houve vários movimentos de organização dos trabalhadores em associações⁸¹⁰, sindicatos e partidos – entre esses últimos, ressalta-se a presença do partido comunista, por

⁸⁰⁸ BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁸⁰⁹ Angela de Castro Gomes foi a primeira historiadora que utilizou o termo para além de sua conotação histórica, mas também como categoria analítica. “Quer dizer, trabalhismo, seria usado por mim, como uma categoria, passando a se referir a um certo conjunto de idéias e práticas políticas, partidárias e sindicais, o que poderia ser identificado para além de seu contexto de origem histórica: o Estado Novo. Como todas as ‘palavras’, trabalhismo também não estava desprovida de significados sociais, estando ligada a alguns partidos e lideranças, especialmente e não casualmente, do pós-45.” GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57, p. 55.

⁸¹⁰ SANTOS, José Maurício Moreira dos; LIMA, Solimar Oliveira. Mutualismo no Piauí na Primeira República: uma análise da associação operária “União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba” através do jornal O Artista (1919-1922). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUNDOS DO TRABALHO, 3., JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 7., 2014. **Anais...** Salvador, BA, 2014.

exemplo⁸¹¹ - que atuavam em prol dos obreiros piauienses. Ressalta-se que pequenas parcelas de trabalhadores sindicalizados, especialmente da região de Parnaíba, também compuseram os quadros do partido *trabalhista*. Sabe-se, ainda, que a própria expressão *trabalhista* já vinha sendo empregada pela imprensa local desde o ano de 1940 para designar a aproximação dos trabalhadores com o presidente Vargas.⁸¹² E até mesmo intelectuais conservadores do Piauí, como o professor Simplício de Sousa Mendes, escreveram artigos rendendo homenagens a Alberto Pasqualini, considerado “o filósofo do trabalhismo nacional”⁸¹³. Nesse sentido, o *trabalhismo* era um conjunto de ideias acerca do trabalho que circulava em plano nacional, e tais informações não poderiam deixar de estar presentes no Piauí. Contudo, uma coisa é a circulação de ideias, e outra completamente diferente é a adesão a elas de forma intensa, ou sua propagação e aplicação, em especial no plano político partidário.

No que diz respeito ao quadro partidário local, os *trabalhistas* que seguiam minimamente preceitos teóricos compunham um pequeno grupo no PTB, que foi posto em plano secundário diante da relevância dos segmentos tradicionais que possuíam a liderança do partido desde a sua criação. Esse pequeno grupo era formado por ex-líderes sindicais que tiveram atuação durante o *Estado Novo* e ascenderam a cargos públicos e administrativos naquele momento, a exemplo do ex-líder sindical Ney Baumann⁸¹⁴. Entretanto, pelo desenrolar dos acontecimentos no pós-*Estado Novo*, como observado nos capítulos anteriores, não houve adesão sistemática dos trabalhadores locais àqueles ideais ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro. Com base nesse contexto, pode-se supor que a circulação dessas ideias *trabalhistas* ligadas ao PTB não teve, antes do final da década de 1950, grande força social.

O primeiro e único governador *trabalhista* do Piauí chegou ao Executivo estadual sem projeto de governo específico para o Estado, contando com o crescimento nacional do *trabalhismo* enquanto componente da *Cultura Política Partidária* adotada pelo PTB, no âmbito da qual se dava visibilidade às propostas políticas que enfatizavam a força e a

⁸¹¹ SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes; SANTOS, José Maurício Moreira dos. **Velhos Camaradas: contribuição inicial à história do Partido Comunista Brasileiro no Piauí (1932- 1964)**. 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397104178_ARQUIVO_ArtigoPCB-CongressodeHist.Oral.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015.

⁸¹² Segundo Francisco Alcides do Nascimento, na comemoração do aniversário de Vargas no ano de 1940, o Diário Oficial, jornal de divulgação dos atos do governo, constatava que houve uma “Concentração trabalhista na Praça Pedro II” onde as realizações de Getúlio Vargas foram relacionadas ao “mundo do trabalho”. NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo: modernização e violência policial (1937-1945)**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002, p. 75.

⁸¹³ MENDES, Simplício de Sousa. Fernando Ferrari. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 11 jun. 1960.

⁸¹⁴ Acredita-se que o pequeno grupo que tinha uma atuação mais voltada aos trabalhadores estava ligada ao ex-líder sindical Ney Baumann. Contudo, esse segmento sempre foi relegado ao plano secundário, prevalecendo a vertente ligada, de 1946 a 1954, ao médico João Emílio Falcão, e de 1954 a 1964, ao grupo de *ex-udenistas* que se instala na liderança do partido. Os dois grupos compartilhavam da cultura política partidária tradicional piauiense.

importância dos trabalhadores para o desenvolvimento nacional. Acredita-se que o ex-deputado Chagas Rodrigues, que se pode definir como *pragmático reformista*, buscou no projeto *trabalhismo oficial* nacional o seu ponto de apoio para o governo do Estado. Rodrigues, ao propor um projeto *trabalhista* para o Piauí, buscou uma forma de atuação política similar às que estavam sendo executadas pelos seus companheiros de partido, assim como também acompanhava o conjunto de ideias que eram compartilhadas pelos *petebistas*. Chagas Rodrigues, portanto, foi um dos principais responsáveis por dar visibilidade a uma forma de *trabalhismo* no Estado.

Assumido o comando da Administração Pública, o governador piauiense passou a conclamar os membros do partido para aderirem à nova condução da política estadual. Alguns correligionários imediatamente aceitaram a proposta, como o médico, *ex-udenista* e deputado federal eleito em 1958 pelo PTB Clidenor de Freitas Santos e o ex-sindicalista Ney Baumann, mas nem todos os partidários se sentiram à vontade com as novidades, como se verá mais adiante. Apoiado por um número importante de sujeitos, uma das medidas iniciais que considerou necessária foi justamente divulgar a forma de atuação pela qual seria pautada a Administração Pública naquele exercício executivo. Era preciso propagandear o projeto *trabalhista* nacional, e, diferentemente do que ocorreu nas administrações de outras siglas, como a UDN e o PSD, as ideias do partido ganhariam a necessária publicização para o sucesso da administração da coisa pública no Piauí.

Em maio de 1959, Chagas Rodrigues, investido de seu novo cargo, mas também amparado pela sua formação de Bacharel em Direito, promoveu um encontro com os magistrados piauienses. O chefe do Executivo compreendia que parte importante daquele segmento simpatizava com siglas políticas em âmbito local, como a UDN e o PSD. Constatava-se, inclusive, a razoável quantidade de membros do Judiciário piauiense que teriam ligação familiar com o ex-governador Pedro Freitas.⁸¹⁵ Por isso, talvez, a pressa e a necessidade de promover esse encontro e de se expor àquele Poder. Cabe ressaltar que o primeiro encontro do governador não se deu com as categorias sindicais, mas com os representantes da elite local.

Em tom de saudação, o jovem governador apresentou a forma como se compunha o PTB ao qual pertencia: “o meu partido é uma comunhão de massas. Integra-se de todas as correntes de opinião, desde o proletariado, cuja sorte constitui uma de suas mais altas

⁸¹⁵ Segundo Manuel Domingos Neto, seria fastidioso listar os parentes e amigos do *Coronel* Pedro Freitas que ocuparam cargos no Legislativo, no Executivo e no Judiciário piauiense antes e depois do *Estado Novo*. Ver: DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010, p. 34.

preocupações, até as classes dos mais altos níveis”⁸¹⁶. Tal discurso soava como uma espécie de chamamento para a aceitação da sigla por parte importante da elite, de onde Chagas Rodrigues vinha, e que em grande medida estava sentada nos bancos da justiça piauiense. Se o caráter de tal discurso não era o de tentar apresentar, em tom conciliatório, o partido pelo qual havia chegado ao governo, por que Chagas teria a preocupação de deixar clara a composição daquela agremiação no instante inicial do seu governo? Ora, sabe-se que o PTB, naquele ano de 1959, registrava um crescimento nacional significativo, elegendo cinco governadores em todo o Brasil. Com o aumento do partido, as informações sobre o programa da sigla também passaram a circular de forma mais significativa, inclusive com as propostas mais controversas, como a de Reforma Agrária. Os letrados membros do Judiciário local tinham acesso ao conjunto de noticiários do eixo Rio-São Paulo, portanto certamente tinham noção daquele crescimento, além de serem conhecedores das críticas direcionadas aos *trabalhistas*, bem como de algumas ideias propagadas pelo partido em nível nacional. Destinando-se o PTB, em sua perspectiva teórica, aos trabalhadores, importava esclarecer parte importante dos segmentos elitistas locais, segundo se percebeu no discurso do governador, que os *trabalhistas* se encontravam nas mais variadas fileiras sociais, não sendo uma sigla segregacionista e nem exclusivista. Chagas Rodrigues compreendia para quem estava discursando.

Seguiu em seu discurso apontando a diferença do que seria executado, a partir daquele momento, na sua gestão *petebista*: “Habituei-me, portanto, a olhar os fatos e as circunstâncias do ângulo das soluções sociais e humanas [...]”⁸¹⁷. O governador revelava, em uma de suas primeiras orações públicas como administrador estadual, que, distante das ações políticas pautadas com a finalidade única de agradar aos grupos políticos locais, os atos da administração estadual seriam executados com base em soluções humanas e sociais, e, para isso, dependia do apoio do Judiciário piauiense. Não se sabe se Chagas Rodrigues estaria prevendo as várias reações contrárias à sua administração, mas possivelmente estivesse contando com o apoio do Judiciário para a resolução de algumas querelas que certamente surgiriam. E foi justamente o Judiciário quem primeiro se colocou contra o governador, solicitando intervenção federal para que o Estado nomeasse um advogado de ofício na cidade de Teresina no ano de 1960.⁸¹⁸ Esse fato posteriormente teve represálias do governo, quando vetou o aumento concedido pelos próprios magistrados do Tribunal de Justiça a seus

⁸¹⁶ GOVERNADOR visita o Tribunal de Justiça. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1-6, 13 maio 1959.

⁸¹⁷ Ibid.

⁸¹⁸ GOVERNADOR Chagas Rodrigues telegrafa ao Presidente do Supremo... **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 8, 23 out. 1960.

membros. O veto ao aumento foi o começo de uma intensa oposição que o governo *petebista* passaria a sofrer no Piauí, que, em seguida, se estenderia ao Legislativo.⁸¹⁹

Em um primeiro momento, tal discurso pode ser compreendido, a exemplo da grande maioria dos discursos políticos proferidos no Piauí, como um amontado de expressões clichês, ou melhor, uma porção de palavras de fundo retórico, em especial no que se referia à sua aplicabilidade no âmbito da justiça social, pois o governador, naquela ocasião, não deixava claro como iria solucionar os problemas do Estado. Contudo, o político *petebista* estava dando indícios de que a sua atuação não se restringiria unicamente às práticas políticas comumente efetuadas no Estado, abrangendo uma atenção especial às condições de vida dos trabalhadores.

Chagas Rodrigues, em razão das posições expressas no início da gestão, imediatamente começou a ser visto por alguns dos seus correligionários e apoiadores, que por tanto tempo haviam sido relegados no partido piauiense a um plano secundário, como uma liderança, que traria inovação na maneira de administrar. Aqueles correligionários se asseguravam de que o jovem governante não seria cooptado pelos interesses das figuras tradicionais e o exercício da Administração Pública estaria longe dos jogos políticos que se pautavam pela violência e pela total exclusão do perdedor nos pleitos eleitorais,

O Sr. Chagas Rodrigues não aceitou a indicação do seu nome para a governança do Estado com o objetivo de conservar o domínio de seus antecessores. As mudanças seriam determinadas pela vontade do povo, tal como ocorreram. A investidura no cargo de primeiro magistrado foi garantida por motivos e circunstâncias superiores, independente da inevitável composição partidária a quem emprestou o prestígio de seu valor pessoal. Assumiu o compromisso de administrar o Piauí sem prejuízo dos petebistas e udenistas, sem exclusividade e preferências de interesses pessoais.⁸²⁰

Chagas Rodrigues passava a se tornar a personificação do ideário *trabalhista* no Estado, e sua futura empreitada se transformaria, segundo afirmavam os seus apoiadores, em ações coordenadas por um estadista, que, de acordo com um pensamento social, uma filosofia política, uma concepção nova de vida, lutava contra as desigualdades, injustiças e inquietudes, lutava por um mundo em que homens não seriam nem explorados, nem oprimidos por seus semelhantes, um mundo humano e verdadeiramente cristão, um mundo em que a liberdade não fosse um mito e a igualdade uma farsa, um mundo essencialmente livre e democrático, com igualdade de oportunidade para todos, em que o trabalho fosse o valor fundamental de

⁸¹⁹ DESARMONIA entre os Poderes. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 29 nov. 1961.

⁸²⁰ ESCONDEM ou negam apoio a Goulart? **Estado do Piauí**, Teresina, p. 3, 16 jun. 1960.

uma nova ordem econômica, voltada inteiramente para as aspirações e necessidades dos trabalhadores e do povo.⁸²¹ Assim pensavam alguns partidários do governo trabalhista piauiense.

Os *petebistas* que escreviam para a imprensa local, e que cunhavam em seus jornais os editoriais favoráveis ao partido, passaram a utilizar a estratégia de apresentar ao público que, diferentemente dos outros governantes que conduziram o Piauí, a administração de Chagas Rodrigues seguiria um plano, um conjunto de ideias que estavam destinadas a um segmento social de forma especial, os trabalhadores. Dois veículos de comunicação seriam intensamente usados para essa função: o jornal impresso e o rádio. Interessante observar que o avanço da propaganda *trabalhista* começou timidamente, mas foi tendo um crescimento rápido, primeiramente nas páginas dos noticiosos impressos, como o *Estado do Piauí* e o *Jornal do Comércio*. Nesses periódicos, os apoiadores do administrador *petebista* começaram a apresentar o *trabalhismo* como um plano político já em exercício nacionalmente, mas que ainda estava dando seus primeiros passos em âmbito local. Muitas foram as reportagens que apresentavam a conexão entre o *trabalhismo* nacionalmente praticado pelo PTB e o pensamento do governador eleito, como aponta a reportagem intitulada “política de transformação”.

O Sr. Chagas Rodrigues tem formação trabalhista, quer pelos princípios que norteiam o seu espírito de cidadão inteligente e amigo do operariado e dos trabalhadores, quer pelas atividades que exerce na vanguarda do PTB, razão pelas quais fixou a sua administração nas diretrizes políticas de Getúlio Vargas. O eminente governador tem mantido com firmeza [*sic*] essa posição, compreendendo perfeitamente a evolução da vida nacional, acompanhando de perto as transformações que se registram no Brasil.⁸²²

A concepção de que estava introduzindo um corpo de conceitos no ambiente político local pode ser observada anos depois nas memórias do próprio governador. Em seu entendimento, a forma como foi propagado o *trabalhismo* no Piauí estava sobretudo ligada ao conjunto de ideias apreendidas por ele nos centros nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo, e, uma vez de volta ao Piauí, trazia junto a si todo esse aporte que circulava em seu tempo:

⁸²¹ POLÍTICA social do governo do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 dez. 1960.

⁸²² POLÍTICA de transformação. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 19 out. 1961.

Em primeiro lugar, eu não vinha propriamente de Parnaíba, eu vinha da faculdade de Direito do Recife, da faculdade de Direito de São Paulo e vivia na capital da República, com toda essa experiência... eu só vivi em Parnaíba até a conclusão do curso ginasial... e com essa mentalidade que eu já tinha, não é? De olhar o Brasil, olhar o Piauí todo, ser contrário a discriminação do nordeste.. e assim por diante... Com essa mentalidade foi que eu governei o Piauí, e fui pioneiro em muitas coisas.⁸²³

Como apontado, em seu esforço de memória, Chagas Rodrigues se sentia o responsável por ter introduzido no Estado uma série de novos valores. Esse é um discurso personalista, certamente, mas essa forma de se referir a si mesmo e ao seu governo esteve muito presente durante o período em que o governador conduziu a Administração Pública no estado do Piauí. Nos jornais, o governante era representado como homem culto, bem vestido, de inteligência reconhecida pelos seus pares na área política e jurídica, e o próprio Chagas Rodrigues fazia questão de reforçar esses estereótipos sobre si, especialmente porque essa representação se opunha de forma significativa à que foi construída sobre o governador anterior, Pedro Freitas, indivíduo idoso e quase sem estudos formais. Chagas Rodrigues, portanto, era o novo, o moderno, as ideias jovens que circulavam no Brasil, em oposição aos políticos velhos do Piauí. Nesse sentido, os jornais apoiadores do governo passaram a reforçar uma representação positiva sobre o *trabalhista*, de um governador que não envergonharia seus governados, distinguindo-se de um “governador atrasadão, ticoso, e que na hora de se apresentar em público faça a gente se esconder de vergonha”⁸²⁴. Assim como o Brasil tinha Vargas, o Piauí deveria ter o seu grande líder *trabalhista*. Portanto, os discursos sobre o governador tentavam construir uma imagem de liderança, e Chagas Rodrigues seria, ou deveria ser, a partir de sua posição de primeiro governador eleito pelo PTB no Piauí, o grande nome do *trabalhismo* local. O governador deveria ser representado como um “gigante, que polarizando as massas, provou que o *trabalhismo* não é um termo apenas, na língua portuguesa”⁸²⁵. Rodrigues, por sua vez, utilizava frases em seus discursos com o intuito de reforçar tal perspectiva, do tipo “era a primeira vez no Estado...”, ou “nunca antes havia acontecido...”, e, até mesmo, “que este estava sendo o maior governo que o Piauí havia presenciado”⁸²⁶. Passa, então, a prevalecer no Piauí também uma espécie de personalismo,

⁸²³ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

⁸²⁴ NOSSO Governador!... **O Dia**, Teresina, p. 4, 28 jan. 1962.

⁸²⁵ CAFÃO. Piauí - a Marcha do Trabalhismo. **O Dia**, p. 1, 3 maio 1962.

⁸²⁶ Frases que posteriormente serviram para o ataque da oposição, em especial no final do seu mandato. Ver: PELA primeira vez... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 15 fev. 1962.

apontado por Lucília de Almeida Neves Delgado como uma das características do Partido Trabalhista Brasileiro.⁸²⁷

Com a nulidade de políticas públicas estaduais voltadas para os trabalhadores em governos anteriores, o *trabalhismo* deveria ser anunciado sob o signo do *novo*, da/para a política local. Quando Chagas Rodrigues assumiu, em um de seus primeiros discursos à imprensa deteve-se em construir justamente essa ideia novidadeira que passaria a vigorar no Estado.⁸²⁸ Segundo os noticiosos, na sua administração haveria a gestação de um quadro *novo*, contrapondo-se ao velho modelo existente na política estadual. Partindo desse pressuposto, frases como “políticos superados do Piauí”⁸²⁹ davam a tônica na forma como o próprio *trabalhista* se reconhecia no comando da Administração Pública naquele momento. O *trabalhismo*, portanto, deveria ser compreendido como “doutrina revolucionária da cultura e regime de trabalho, para transformação das velharias”, em cujas “lutas só podem participar espíritos fortes e independentes”.⁸³⁰ O signo do novo propunha uma tentativa de findar com as arcaicas práticas políticas, com as “mentalidades fossilizadas”⁸³¹. Chagas Rodrigues propunha, segundo aponta a reportagem do jornal *O Dia*, uma revolução no Estado.⁸³² E em grande medida provocava aqueles que estavam há muitos anos adaptados à forma de fazer política no Piauí.

Percebeu-se que após a vitória do PTB no Piauí, para além de um discurso sobre o caráter novo do seu governo, houve a preocupação do seu principal representante em definir a posição do partido diante do quadro político local, para o que contou com a ajuda dos correligionários. Coube aos *petebistas* nomearem aqueles que se colocavam de forma contrária às propostas oferecidas pelo governador *trabalhista*. Esses grupos opositores de forma indiscriminada passaram a ser denominados de reacionários.⁸³³ A ideia era distinguir

⁸²⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

⁸²⁸ Em discurso, proferido em março de 1957, pode-se observar, na fala do ainda deputado Chagas Rodrigues, indícios sobre a concepção de que o atraso do Piauí era o resultado da compreensão de mundo de suas lideranças políticas e econômicas, pois, segundo o parlamentar petebista, aqueles que administraram o Piauí até aquele momento eram “homens de mentalidade conservadora ou retrógrada que não olham para a realidade e que não veem chegada a hora das grandes mudanças”. E continuou de forma enfática a sua avaliação sobre a culpa pela condição de atraso do Piauí: “É preciso que essa mentalidade de lucro fácil, e de escolher os dirigentes políticos dentro de critérios de amizade e de parentesco e de compadrio, que tudo isso seja superado, no meu Estado, porque o Piauí já está a reclamar uma mentalidade nova no trato dos seus problemas econômicos e dos seus problemas político-administrativos.” Ver: O HISTÓRICO discurso do líder Chagas Rodrigues proferido da tribuna da Câmara em março de 1957. **Revista Caravana**, ano XII, set. 1958, p. 5-6.

⁸²⁹ SERVIÇOS públicos. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 30 jul. 1959.

⁸³⁰ POSSIBILIDADES de acôrdo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 4 fev. 1962.

⁸³¹ GUERRA, S. D. Parabéns, Governador! **O Dia**, Teresina, p. 6, 21 jan. 1961.

⁸³² VOU mudar o Piauí. **O Dia**, Teresina, p. 8, 7 dez. 1958.

⁸³³ A SEGUNDA independência. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 9 set. 1962.

que o *trabalhismo* era um movimento político compatível “com os processos de evolução” humana, e que tal progresso não poderia ser ameaçado pelos “conservadores e retardatários”⁸³⁴. Era necessário que aquele ideário já presente na *cultura política partidária* nacional, em que o trabalhador era o mote das ações e discursos políticos, se sobrepusesse à antiga *cultura política partidária* existente no Piauí, permeada pela violência, clientelismo e fisiologismo. Nesse novo quadro, a figura privilegiada era o trabalhador, em especial o trabalhador rural, e o maior inimigo do piauiense eram os “proprietários de latifúndio improdutivo”.⁸³⁵ Segundo os *petebistas*, por essa forma de delimitar e se afirmar na prática política, acabaram atraindo a fúria dos grupos tidos por “reacionários, chefiados por oligarquias e latifundiários”.⁸³⁶

O jornal *Estado do Piauí* afirmava categoricamente que, assim como estava surgindo uma “nova política”, que se propagava em nível nacional, o Estado estava tendo a chance de também adentrar politicamente esse panorama, alcançando a civilidade já atingida por outros povos que lutavam por ideais *trabalhistas*. Nesse sentido, continuou o jornal *petebista*, os piauienses passariam a se distanciar da *cultura política partidária* praticada durante muitos anos em solo regional.

Todos os povos têm, na formação dos seus princípios de desenvolvimento social, excelente parcela de ideal [...].

Na base de sua idealização política, os povos civilizados colocam a bandeira de lutas pela conquista dos seus destinos, e o progresso alcançado no seu terreno foi sempre mais rápido [...]

A idealização política no Piauí, presentemente, é sustentada pelas diretrizes do trabalhismo e o povo piauiense está seguro das vantagens que poderão surgir pelo desenvolvimento desta política de amparo aos operários e trabalhadores. Nesse sentido, o governador Chagas Rodrigues vem agindo cuidadosamente, como verdadeiro idealista, sem alteração dos seus compromissos no terreno administrativo. A presença de uma política trabalhista, no Piauí, já fez sentir os seus efeitos de modo seguro e dinâmico, em virtude do crescimento e do prestígio político dos seus ilustres dirigentes⁸³⁷. [...]⁸³⁸

⁸³⁴ A SEGUNDA independência. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 9 set. 1962.

⁸³⁵ *Ibid.*

⁸³⁶ POLÍTICA social do governo do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 dez. 1960.

⁸³⁷ Outra parte importante desse recorte do noticioso *Estado do Piauí* é a menção aos ilustres dirigentes, apontando para as figuras do senador *petebista* Mathias Olympio de Mello e do recém-eleito deputado pelo PTB, no pleito de 1958, o médico psiquiatra Clidenor de Freitas Santos. Além do governador, esses dois nomes foram importantes referências para o PTB piauiense. Segundo a revista *petebista Caravana*, de agosto de 1960, o senador Mathias Olympio também estava, naquele momento da história política nacional, em “Luta, tenazmente, pela causa do trabalhador. Verdadeira pilastra de nosso melhor ‘nacionalismo’, e assiste, de perto, aos humildes e menos favorecidos pela sorte, colunas de Deus aqui na terra”. Ver: SENADOR Mathias Olympio de Mello, um político acima de sua época. **Revista Caravana**, ano XIII, ago. 1960, p. 1. No entanto, pelos pronunciamentos do senador, pesquisados nos arquivos do Senado, não se identificou essa

O idealismo apresentado nesse texto, e em outras edições dos jornais *petebistas*, refere-se ao conjunto de ideias que fomentariam a Administração Pública no Piauí. A novidade era que o governador não iria apenas agir, como fizeram muitos dos seus antecessores, de forma instintiva, de acordo com a sorte dos acontecimentos públicos, mas atuaria orientado por um conjunto de ideais, pautado por um ideal político do seu partido, o *trabalhismo*. Mais que um governante, segundo os noticiosos da época, o partido possuía um grupo de homens que estavam imbuídos do *ideário trabalhista*, levando a crer que o *trabalhismo*, enquanto novel componente das práticas políticas locais, começaria a criar nova forma de condução da política partidária.

De início o que o partido tinha a oferecer ao Estado eram as suas ideias. Um ideal. Um ideário. Um conjunto de conceitos estrategicamente elaborados. Essa era, em princípio, a grande diferença apresentada pelo PTB no Piauí. Segundo os seus partidários, certamente era esse o ponto que definitivamente os separava das outras siglas, pois, como apontava o teórico Alberto Pasqualini, o partido era “uma agremiação de homens livres em torno de um ideal comum. A existência de um partido político envolve, pois, o compromisso de todos os membros ou aderentes de lutarem pela vitória e pela realização do programa partidário”⁸³⁹. No Piauí, as ações dos *trabalhistas* começaram pela tentativa de aproximação com o povo. Um primeiro recurso utilizado, de caráter pedagógico e didático, consistia em ensinar o que era o *trabalhismo*.⁸⁴⁰

profunda adesão ao trabalhismo, nem antes, nem depois de sua entrada no PTB. Ver: BRASIL. Senado Federal. **Pronunciamentos de Mathias Olympio em 1962**. 1962. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/parlamentar/2115/1962>>. Acesso em: 27 out. 2014. No final de seu mandato, já em avançada idade, o senador Mathias Olympio recorreu a várias licenças, deixando quase totalmente a missão do cargo senatorial ao seu filho, José Olympio de Mello, que se agarrou, de forma mais ostensiva, a um discurso trabalhista. Clidenor de Freitas Santos, assim como o senador Mathias Olympio, havia adentrado o PTB piauiense no momento de sua expansão no Estado. Concorreu à prefeitura de Teresina em 1954 contra a UDN, partido que sempre vencia as eleições na capital. Naquele pleito a disputa foi acirrada, pois o *udenista* Agenor Barbosa de Almeida venceu a corrida eleitoral por apenas 431 votos. Atribuía-se o bom desempenho de Clidenor de Freitas ao fato de ter construído o hospital psiquiátrico Meduna, que prestava atendimento humanizado às pessoas que sofriam transtornos mentais. Segundo o intelectual Wilson Gonçalves, Clidenor “encontrou os loucos do Pínel e os deparara em Bicêtre, cobertos de ferro em cubículos de asfixia. Clidenor enfileirou os seus doentes, e foi com eles para uma rua, e em uma praça da capital, depositou 1.400 quilos de correntes de ferro ao sol, num testemunho de repúdio e desafronta”, ato simbólico que chamara a atenção da população piauiense. Em 1958, lançou-se candidato federal pelo PTB, e conseguiu a maior votação, contabilizando 19.444 votos. Nos seus discursos havia uma preocupação com o homem comum, aquele que precisava da atenção do Estado para melhorar a sua condição de existência. Os discursos de Clidenor, como se verá mais à frente, também foram um ponto forte para a introdução das ideias trabalhistas ligadas ao PTB no Estado. Ver: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997, p. 298.

⁸³⁸ IDEALIZAÇÃO política. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 21 ago. 1960.

⁸³⁹ PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Santa Maria: Ipremec, 1994. (Obras Completas, v. 1), p. 241.

⁸⁴⁰ Era dever dos políticos, segundo Alberto Pasqualini, difundir o significado do *Trabalhismo* do Partido.

Segundo os jornalistas *petebistas*, como havia certo desconhecimento sobre o *trabalhismo*, era preciso conceituá-lo, defini-lo para os leitores, trabalhadores e possíveis eleitores, pois aquele ideário seria “a inevitável evolução de reformas do pensamento brasileiro alicerçado nas estruturas tradicionais do povo em luta pelas suas legítimas reivindicações”⁸⁴¹. Construía-se, nesse intuito, a imagem de que os *petebistas*, enquanto representantes oficiais do *trabalhismo* piauiense, deveriam exercer uma política de “completa assistência às massas operárias e trabalhadoras”. Inclusive era preciso ser didático ao extremo e explicar as diferenças básicas entre as categorias: “classificam-se os operários como elementos possuidôres de profissão especializada e ocupados em emprêgos, e os trabalhadores como elementos que trabalham por conta própria e [se] apresentam em maioria no Piauí, onde as ocupações industriais, apresentam-se em menor índice no Brasil”⁸⁴². Portanto, era preciso definir o alvo da promoção da melhoria de vida, que não eram apenas os operários, cujos direitos já eram garantidos em leis, mas também e sobretudo os trabalhadores do campo, que não contavam com o mesmo corpo de normas legais para seu amparo.

A doutrina trabalhista oficial ganhou circulação em âmbito local por meio da imprensa escrita, a exemplo do que ocorreu com as Diretrizes e Bases Doutrinárias do Partido Trabalhista, aprovadas na última Convenção Nacional, que foram publicadas nos jornais *petebistas* locais, como o *Jornal do Comércio*, em maio de 1959.⁸⁴³ Nesse sentido, as propostas *trabalhistas*, surgidas no bojo do Partido Trabalhista Brasileiro, passaram a ser facilmente encontradas nos jornais piauienses. Mas vários outros elementos também podem ser encontrados nos noticiosos. Era preciso, por exemplo, ensinar aos trabalhadores sobre os seus direitos; nesse turno, o noticioso *trabalhista Jornal do Comércio* passou a produzir uma coluna intitulada “Sindicato Trabalhista”, que visava levar ao leitor as decisões judiciais no tocante a questões trabalhistas. Eram expostos de forma sucinta os casos e as decisões dos julgamentos de modo que permitisse aos trabalhadores observar os procedimentos caso estivessem em situações similares.⁸⁴⁴ Os discursos dos *trabalhistas* piauienses nos jornais estavam centrados sobretudo na questão da Reforma Agrária, que, segundo Neves, em plano nacional exigia a “extinção das sobrevivências semifeudais nos campos”; Os militantes locais também apontavam para a necessidade da extensão da legislação social ao campo, perspectiva, segundo a autora, bastante aceita em âmbito partidário nacional, uma vez que a

⁸⁴¹ ACERTO na posição tomada. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 23 jun. 1960.

⁸⁴² REFORMAS trabalhistas. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 21 ago. 1960.

⁸⁴³ DIRETRIZES e bases doutrinárias do Partido Trabalhista Brasileiro. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 15 maio 1959.

⁸⁴⁴ Ver: COLUNA: sindicatos trabalhistas. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 10-11 mar. 1960.

CLT deveria ser “mantida e aperfeiçoada, [sendo que] a legislação trabalhista em vigor, estende[ria] seus benefícios a todos os trabalhadores das cidades e do campo”; No Piauí, propagava-se a importância da estatização e nacionalização de determinados recursos naturais, pois “a exploração das forças do subsolo e das fontes de energia deveria ser exercida diretamente pelo Estado ou mediante efetivo controle”; Os *petebistas* piauienses também passaram a tratar em suas preleções sobre aspectos da organização política, que, para Lucília de Almeida Neves, fazia com que o partido se colocasse “contra as leis de exceção e a favor da extensão do direito de voto aos militares e analfabetos...”⁸⁴⁵. Por último, um aspecto interessante que pode ser destacado da concepção do *trabalhismo* que tentava se instalar no Piauí é o da sua associação com uma perspectiva cristã. Segundo Maria Victoria Benevides, para se proteger das críticas e da associação com o comunismo, os *petebistas* insistiam na tese da promoção de um *trabalhismo* cristão⁸⁴⁶, situação que se repetiu no Piauí, onde partiram do próprio governador os discursos permeados de referências ao cristianismo católico.

Contudo, um ponto bastante deflagrado nos noticiosos era a questão do nacionalismo. Um dos principais propagadores dessa questão no partido local era o deputado federal Clidenor de Freitas Santos. Esse político chegou a fazer discursos inflamados na Câmara Federal, reproduzidos nos jornais locais, tentando esclarecer a “psicologia do nacionalismo”, levando a crer que o Brasil, assim como o Piauí, estava adentrando esse estado de espírito nacional.⁸⁴⁷ Para fornecer apoio ao governador e ao deputado Clidenor de Freitas Santos, foi fundado, em maio de 1959, sob a liderança do PTB, o Núcleo Nacionalista do Piauí, que tinha como objetivo discutir em âmbito local questões referentes aos problemas nacionais.⁸⁴⁸

Essa perspectiva nacionalista do projeto *trabalhista* aplicado no Piauí se intensificou durante a eleição de 1960. O comitê intitulado “Comitê Nacionalista Pró-LOTT” produziu agitação extra no processo sucessório presidencial, em especial devido às atividades desenvolvidas pelo Departamento Feminino, responsável pela promoção de eventos diversos, a exemplo da palestra semanal (sempre às segundas-feiras) ocorrida no dia 1º de fevereiro de 1960, proferida pela professora Vilma Castro Lopes, que versava sobre “nacionalismo e a influência do capital estrangeiro”. A palestra, publicada no *Jornal do Comércio*, era bastante

⁸⁴⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 77.

⁸⁴⁶ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o Trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 99.

⁸⁴⁷ FREITAS, Clidenor. **Ideologia e Circunstâncias**. Teresina: [s.n.], 1988, p. 46.

⁸⁴⁸ NÚCLEO Nacionalista do Piauí. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 21 maio 1959.

didática e partia de questões diretas: “qual o maior obstáculo para o nosso desenvolvimento? Que é Royalty? Que quer dizer pagar Royalty?”⁸⁴⁹

Todos esses pontos relacionados podem ser claramente observados nos jornais *petebistas* ou apoiadores do partido à época. Para além do aumento do número de escritos com teor propagandista, outros aspectos do partido presentes nos noticiosos também são bastante reveladores. Percebe-se que a entrada de Chagas Rodrigues no governo do Estado resultou no significativo crescimento do número de militantes do PTB, que seguiam visivelmente uma linha doutrinária. Esse grupo começou a atuar na arregimentação de setores sociais específicos, a exemplo da Liga da Juventude Trabalhista (JT), órgão do partido trabalhista que tinha como função “promover uma campanha de esclarecimento e politização popular”⁸⁵⁰, visando divulgar a forma como o partido pensava e os projetos ideais para os trabalhadores. Para tal intuito a agremiação utilizava 115 minutos na Rádio Clube, todas as quartas-feiras. Em 1962, esse movimento atuou fazendo campanha para o candidato apoiado pelo PTB naquele pleito, Constantino Pereira.⁸⁵¹ No campo do gênero foi constituída a Liga Feminina Trabalhista, liderada pela esposa do governador, D. Maria do Carmo Caldas Rodrigues. A atuação desse núcleo feminino tinha como objetivo “a defesa das aspirações da mulher e do povo piauiense, de acôrdo com os princípios e os programas do trabalhismo brasileiro”. No ano de 1962, a Liga já atuava em 16 bairros da capital.⁸⁵²

A iniciativa da fundação do Núcleo Nacionalista partiu do delegado regional do trabalho, indicado por Chagas Rodrigues no ano de 1959, o advogado Deusdedith Mendes Ribeiro, interessado em colocar o Piauí em posição ativa frente à política nacional, “integrando-se ao empolgante movimento cívico e político de preservação e garantias do engradecimento nacional”⁸⁵³. Segundo o *Jornal do Comércio*, que apoiava o governo, Chagas Rodrigues conferiu total apoio ao Núcleo, tendo recebido a adesão de intelectuais, deputados estaduais, vereadores, funcionários públicos, ginásianos, bancários, jornalistas, operários, trabalhadores, industriais, comerciários, professores e profissionais liberais.⁸⁵⁴ A função desse Núcleo, segundo consta no jornal, era promover conferências e palestras na capital e no interior do Estado sobre assuntos que possuíam princípios nacionalistas, enfatizando temáticas importantes para o Brasil, pois o “nacionalismo é amor ao Brasil”⁸⁵⁵.

⁸⁴⁹ COMITÊ Nacionalista Pró-Lott. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 3, 7/8 fev. 1960.

⁸⁵⁰ A VOZ da juventude. *A cidade de Teresina*, Teresina, p. 3, 8 ago. 1962.

⁸⁵¹ Ibid.

⁸⁵² LIGA feminina trabalhista cria núcleos. *A cidade de Teresina*, Teresina, p. 1, 6 maio 1962.

⁸⁵³ NÚCLEO Nacionalista do Piauí. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 4, 21 maio 1959.

⁸⁵⁴ LIGA Nacionalista do Piauí. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 4, 28 maio 1959.

⁸⁵⁵ NÚCLEO Nacionalista do Piauí. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 4, 21 maio 1959.

Há que se ressaltar que o crescimento da corrente doutrinária no partido deve-se ao interesse de alguns jovens, notadamente estudantes, como ocorreu com o líder estudantil Jesualdo Cavalcanti Barros⁸⁵⁶, por considerarem e reconhecerem aquele partido como uma sigla esquerdista⁸⁵⁷, com ela se identificando. Talvez essa condição de atração nos jovens, em grande medida, possa estar relacionada com a aproximação do governador piauiense de elementos de atuação esquerdista em plano nacional, principalmente do político gaúcho Leonel Brizola. Durante toda a administração de Rodrigues, Brizola foi um grande apoiador das resoluções dos problemas locais, ajudando-o muitas vezes materialmente. Em 1960, por exemplo, o governador gaúcho enviou técnicos do Rio Grande do Sul para auxiliar nos estudos sobre a construção da Barragem de Boa Esperança⁸⁵⁸, assim como durante a grande enchente que ocorreu naquele mesmo ano, enviou médicos, enfermeiras, além de medicamentos e gêneros alimentícios para ajudar as vítimas da catástrofe ocorrida no Piauí.⁸⁵⁹ Chagas Rodrigues, no percurso do exercício de seu mandato, manteve constante diálogo com aquele político, retribuindo os benefícios recebidos com especial apreço, por exemplo, participando de homenagens que foram prestadas ao chefe do Executivo gaúcho⁸⁶⁰, ou mesmo voltando ao Piauí apenas para recebê-lo pessoalmente, mesmo depois do fim da sua gestão no governo no Estado. Contudo, talvez sua ação mais importante tenha sido o apoio oferecido a Brizola durante a formação da Rede da Legalidade. Ao final do episódio, Brizola encaminhou o seguinte telegrama ao governador piauiense.

⁸⁵⁶ BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e soufri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p. 145.

⁸⁵⁷ Sobre a necessidade de se evidenciar uma diferença entre esquerda e direita, observa-se, tal qual propõe Norberto Bobbio, que essa díade pode ser compreendida a partir de uma distinção concebida com base na noção de igualdade. Para Bobbio, toda e qualquer doutrina política tem a ver, em menor ou maior medida, com a ideia de igualdade. Contudo, essa ideia se define por uma noção relativa, e não absoluta, cabendo aos intelectuais sempre se perguntar: “igualdade entre quem, em relação a que e com base em que critérios” (p. 112-113). Portanto, o autor compreende que esquerda e direita trabalham com a noção de igualdade, todavia “quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretenda eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária” (p. 119). Isso porque, na concepção daquele cientista político, existem duas formas de se classificar algo para sua melhor compreensão: primeiro, há uma igualdade-desigualdade na natureza, assim como também há uma igualdade-desigualdade social. Para Bobbio, o indivíduo que se baseia em concepções igualitárias acredita que as desigualdades são, em sua maioria, geradas no social, portanto seriam elimináveis. E os inigualitários, são naturais, por isso inelimináveis. Para Norberto Bobbio, a esquerda tende a considerar que os homens são mais iguais que desiguais, enquanto a direita aponta que a desigualdade é natural, nesse sentido valorizando elementos como a meritocracia. Ver: BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significações de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

⁸⁵⁸ APELO ao governador contra os americanos. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 dez. 1962.

⁸⁵⁹ GESTO nobilitante. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 6, 7 abr. 1960.

⁸⁶⁰ PRESIDENTE do BNDE, dr. Leocádio Antunes, recebe em audiência o governador. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 15 out. 1961.

DE PORTO ALEGRE:

Governador Chagas Rodrigues Palácio do Govêno de Teresina – PI.

Ao bravo governador e ao generoso povo piauiense o Govêno e o povo do Rio Grande do Sul transmitem as expressões veementes dos seus reconhecimentos pela solidariedade dos valorosos irmãos e companheiros na luta pela preservação das liberdades democráticas em nosso país.

Pt Afetuosos abraços

Leonel Brizola Governador do Estado do RGSUL. ⁸⁶¹

Publicamente, o governador se considerava da linha política de João Goulart.⁸⁶² João Goulart, por sua vez, demonstrava ter confiança no piauiense, de tal forma que em reunião entre os governadores brasileiros, no ano de 1962, o gestor *petebista* foi eleito pelo presidente para ser o observador oficial do governo.⁸⁶³ Em vários momentos, essa aproximação com Jango parece minimizada em detrimento da relação que manteve com Brizola. Por muitas vezes, os jornais apoiadores do governador apontavam o alinhamento de Rodrigues com a parcela mais radical do partido em âmbito nacional.⁸⁶⁴

Diante do que foi exposto, pode-se considerar que o PTB, após 1958, procurou aplicar em âmbito local um projeto político nacional com um corpo de ideias e expressões que ajudavam a questionar o exercício do Poder Público permeado pela *cultura política partidária* tradicional no Piauí. Com o intuito de atuar conforme o plano partidário nacional, alguns princípios basilares no seio da sigla se tornam o carro chefe da gestão *petebista* piauiense. Nesse sentido, dois elementos se destacaram no Piauí: o princípio *desenvolvimentista* e o fomento da *justiça social*, que serão analisados na continuidade.

5.2.2 O desenvolvimentismo como parte do projeto trabalhista piauiense

Na eleição de 1958, o discurso desenvolvimentista desempenhou papel importante na campanha eleitoral tanto do candidato falecido *petebista* Demerval Lobão quanto do candidato *pessedista* Dedé Freitas, em especial por estar associado à ideia de retirar o Estado da condição de pobreza e também porque refletia a influência dos discursos de Juscelino Kubitschek naquele momento. Segundo Antônio José Medeiros, no caso do Piauí o tema do *desenvolvimento* já pautava os assuntos políticos e eleitorais desde antes, mas continuava sendo proferido no sentido da “revitalização ou racionalização da pecuária e do

⁸⁶¹ TELEGRAMAS. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 13 set. 1961.

⁸⁶² NOVAMENTE com o presidente. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 15 out. 1961.

⁸⁶³ J. GOULART credencia Chagas Rodrigues como observador. **A Cidade**, Teresina, 10 jun. 1962.

⁸⁶⁴ FORTALECIMENTO do PTB no Piauí. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4-2, 22 out. 1961.

extrativismo”⁸⁶⁵, ou seja, um desenvolvimento das práticas já existentes. O projeto *desenvolvimentista* do PTB demonstrou-se diferente. O plano do governador era modernizar o Estado, contudo, carecia de recursos e pessoal especializado para implementar tal proposta. Logo no início da administração de Chagas Rodrigues, propagava-se que o seu exercício executivo seria pautado por padrões técnicos e não puramente políticos, elemento significativo para um espaço que pretendia se desenvolver. A grande novidade nesse discurso residia em uma proposta que passava ao largo das negociatas dos cargos públicos, ponto central das práticas políticas tradicionais do Estado, tais como beneficiamentos familiares, perseguições aos oponentes partidários, distribuição de empregos temporários, entre outros elementos que compunham o *contexto cultural* da época.

Ainda em janeiro de 1959, em meio à crise que se avistava para o Piauí naquele ano, decorrente do déficit orçamentário de 71 milhões de cruzeiros, o governador afirmava que convocaria para a secretária de finanças um especialista de fora do Estado e das hostes *petebistas*.⁸⁶⁶ Defendendo os critérios técnicos para a convocação do secretariado, até mesmo utilizando assentos que seriam destinados à sigla que o apoiou, Rodrigues acreditava que inauguraria “uma nova era administrativa”⁸⁶⁷. O governador tinha consciência de que o desenvolvimento do Piauí dependia não apenas de vontade e articulações políticas, mas de pessoas capacitadas que atuassem na modificação da situação de pobreza que era propagada e constatada pelos piauienses. Sua iniciativa gerou uma série de especulações sobre a convocação dos técnicos que assumiriam as secretarias, e foi vista como um ponto positivo, em um primeiro momento, pela oposição.⁸⁶⁸ As posições contrárias a essa postura política começaram a surgir dentro da coligação PTB-UDN. Como observado no capítulo anterior, os cargos eram importantes objetos de barganha política, nesse sentido, nomear indivíduos com qualificação técnica para exercer um cargo público, sem a existência de uma finalidade política partidária notória, não era adequado às práticas locais. E o primeiro a exigir seu lugar sob o sol das nomeações foi o próprio PTB piauiense.⁸⁶⁹

A nova gestão aparentemente não contava com esses entraves político-partidários. Os apoiadores, do próprio PTB e da UDN, começaram a pressionar o administrador *petebista* em favor de suas indicações, o que provocou uma demora na nomeação inicial do

⁸⁶⁵ MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 94.

⁸⁶⁶ PIAUÍ: orçamento deficitário. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 6 jan. 1959.

⁸⁶⁷ Ibid.

⁸⁶⁸ NOTAS e políticas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 jan. 1959.

⁸⁶⁹ NOTAS e política. Vetado o nome de Tobias. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 18 jan. 1959.

secretariado.⁸⁷⁰ Segundo o jornal *Diário Carioca*, “Chagas Rodrigues continua sem poder organizar definitivamente o seu corpo de auxiliares devido às dissensões nas hostes situacionistas. [...] com os partidos pressionando o governador Chagas Rodrigues, que preso a compromissos partidários, mostra-se impotente diante dos seus correligionários”.⁸⁷¹ Tentando impor uma nova condução de forças políticas, o governador eleito acabou enfrentando a tradicional *cultura política partidária*, por isso alguns jornais apontavam que aquele chefe do Executivo, analisando o quadro posto pelos próprios companheiros de partido, estaria decepcionado “ante a incontrolável ambição de alguns correligionários que estão dificultando seu governo com exigências descabidas”⁸⁷².

O atraso nas nomeações do secretariado rendeu combustível extra à oposição para delinear severas críticas ao governo.⁸⁷³ Para os opositores, o despreparo do governador podia ser observado nitidamente na não prestação na ordenança do governo, pois eleito em outubro de 1958, e tendo tomado posse em janeiro de 1959, teria perdido pelo menos dois meses sem articular nomes para o secretariado, iniciando a administração estadual com o apoio de substitutos, que, segundo *os pessedistas* que escreviam para o *Jornal do Piauí*, não tinham experiência para assumirem a empreitada política.⁸⁷⁴ A demora em indicar os nomes soava para os jornalistas piauienses e cariocas como a primeira crise no governo. Chagas, em entrevista aos jornais do Rio de Janeiro, tentava contornar essa situação, afirmando, como resposta aos ataques da oposição, que a equipe de secretariado, formada por técnicos, seria retirada dos quadros federais, o que exigiria sua desincompatibilização prévia dos empregos para que pudessem assumir as pastas piauienses. O desfecho desse imbróglio foi o seguinte: a UDN ficou com as secretarias do Interior; Justiça e Segurança Pública; Educação e Cultura; e o PTB com a secretaria da Fazenda e a secretaria de Viação, Obras Públicas, Agricultura e Indústria e Comércio. As secretarias do PTB foram compostas por alguns técnicos da Administração Pública federal: José Tobias Duarte, do Ministério da Fazenda, e o engenheiro José Mariotti Pires Rebelo, do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs).⁸⁷⁵

Além dos entraves políticos, o impulso inicial para desenvolver o Piauí foi atropelado pela crise financeira pela qual o Estado passava. Segundo consta no jornal *Diário Carioca*, o governador encontrou nos cofres públicos apenas a soma de 50.794 cruzeiros e

⁸⁷⁰ PIAUÍ: governador irritado. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 6 fev. 1959.

⁸⁷¹ PIAUÍ: Chagas em dificuldades. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 13 fev. 1959.

⁸⁷² CASO do Piauí. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 15 fev. 1959.

⁸⁷³ NOTAS e política. Benício não durou 72 horas. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 1, 5 fev. 1959.

⁸⁷⁴ MOXINITADO administrativo. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 1, 20 ago. 1959.

⁸⁷⁵ MEDEIROS, Antônio José. *Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 98.

uma grande dívida.⁸⁷⁶ Situação bastante difícil para quem promoveria a redenção desenvolvimentista nos rincões piauienses. Em decorrência das necessidades financeiras, a solução projetada pelo governador foi solicitar ajuda ao governo federal, articulada por meio de constantes viagens à capital da República.⁸⁷⁷ Uma das primeiras excursões oficiais ocorreu no momento da reunião dos governadores com o presidente Juscelino Kubitschek para estabelecer fundamentos da Operação Nordeste.⁸⁷⁸ Chagas Rodrigues, em decorrência dos problemas políticos que enfrentava no primeiro mês de administração, e sem o seu secretariado composto, lançou como solicitações iniciais para o Piauí algumas propostas que faziam parte de sua atuação parlamentar desde a UDN.⁸⁷⁹ Entre as suas principais indicações para o desenvolvimento local estavam: 1. A construção do porto de Luís Correia; 2. A construção de uma barragem no médio Parnaíba que favoreceria o Piauí, o Ceará e o Maranhão; 3. A construção de uma usina para aproveitamento integral do babaçu; 4. O aproveitamento das áreas úmidas para o plano de irrigação no Nordeste; e, por último, 5. A instalação de fábrica de cimento.⁸⁸⁰

Alguns dias após esse encontro, em fevereiro de 1959, houve uma reunião da Associação Brasileira de Municípios (ABM) para que se analisasse a precária situação econômica piauiense. O encontro contou com a presença de senadores, deputados, do governador do Piauí, do secretário do grupo de desenvolvimento do Nordeste, representando Celso Furtado, entre tantas outras figuras da Administração Pública e representantes de bancos nacionais, e culminou na deflagração da Operação Piauí (OPI), que ocorreria em paralelo com o projeto federal Operação Nordeste. A OPI tinha como função central fazer com que o Piauí deixasse de ser o “primo pobre” da Federação. Naquele encontro, as discussões sobre a situação do Piauí giraram em torno dos seguintes pontos: 1. As reivindicações do Estado em face do governo da União; 2. O problema da energia elétrica; 3. A implantação de indústrias; 4. O fomento agrícola e a restauração da pecuária; 5. A prospecção e exploração do carvão e outros recursos minerais; 6. O aproveitamento das zonas

⁸⁷⁶ PIAUÍ: tesouro vazio. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 8 fev. 1959.

⁸⁷⁷ PIAUÍ: Chagas em dificuldades. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 fev. 1959.

⁸⁷⁸ Em seus estudos sobre o Nordeste do pré-64, Rosa Maria Vieira diz que Juscelino Kubitschek resolveu redefinir a política estatal para a região e em janeiro de 1959 lançou a Operação Nordeste, criando o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), que, tempos depois, deu origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O objetivo era implementar projetos de desenvolvimento para a região, dentro do espírito do Plano de Metas. A direção do Conselho, e, posteriormente, da Superintendência ficou a cargo de Celso Furtado, entre 1959 e 1964, excetuando-se o período em que ocupou o Ministério Extraordinário do Planejamento (1962-63). Ver: VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste no pré-64: Reforma e ideologia. **Proj. História**, São Paulo, v. 29, tomo 1, p. 53-86, dez. 2004, p. 54.

⁸⁷⁹ JK ANUNCIA no Catete. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 5, 17 fev. 1959.

⁸⁸⁰ NÃO há crise política no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 24 fev. 1959; CINCO pontos básicos de desenvolvimento. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1, 22 fev. 1959.

úmidas do vale do Parnaíba e de outros vales das vertentes piauienses; 7. A industrialização da carnaúba e do babaçu; 8. Os transportes fluviais e terrestres; 9. O Porto de Amarração; e 10. O sal na economia piauiense.⁸⁸¹ O Piauí era visto como caso extremo, destinatário de atenção especial dos poderes públicos estaduais e federais para que o pleno desenvolvimento se efetivasse.

Tanto a Operação Nordeste quanto a Operação Piauí não trouxeram resultados efetivos para o Estado. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criação mais palpável da Operação Nordeste, que se destinava a promover o desenvolvimento da região, não conseguiu reduzir os índices de miséria. A Operação Piauí, por sua vez, não contou com o entusiasmo dos políticos piauienses, não dispôs de técnicos que ajudassem a promover estudos aprofundados da região, e, por fim, não teve auxílio do governo federal, até mesmo pela falta de projetos estaduais que indicassem onde os recursos seriam aplicados.

A transposição de uma proposta programática do partido *trabalhista*, no que se refere ao desenvolvimento, não foi devidamente estruturada às singularidades e necessidades locais.⁸⁸² É perceptível a falta de um projeto consistente para o desenvolvimento do Estado, fato admitido pelo próprio Chagas Rodrigues⁸⁸³. Em entrevista concedida ao jornal que apoiava o seu governo *Folha da Manhã*, em maio de 1959, quatro meses após assumir, o governador admitia que de fato o projeto desenvolvimentista para o Piauí ainda não existia: “Os nossos programas não estão elaborados, mas delineados. Os problemas, portanto, estão apenas equacionados, dentro dos conhecidos setores da Energia, Transporte, Industrialização e Agricultura”⁸⁸⁴.

Diante de tal situação, as medidas para o desenvolvimento do Estado, antes de qualquer plano mais complexo, teriam que passar por questões elementares.⁸⁸⁵ Em entrevista concedida em maio de 1959, o governo elencou de forma direta os principais pontos a serem desenvolvidos: restauração da imprensa oficial, reforma e ampliação dos aeroportos de Teresina e Parnaíba, reforma das usinas que forneciam energia elétrica para o Estado,

⁸⁸¹ PIAUÍ (na ABM) vai reivindicar da Openo. **Diário Carioca**, p. 5, 25 fev. 1959.

⁸⁸² GOVERNADOR em ação. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 3, 1º maio 1959.

⁸⁸³ Segundo Antônio José Medeiros, em 1963, a SUDENE ainda não possuía nenhum projeto específico para o desenvolvimento do Estado do Piauí. MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 131.

⁸⁸⁴ GOVERNADOR focaliza problemas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 24 maio 1959.

⁸⁸⁵ Os discursos dos principais líderes trabalhistas no Piauí alinhavam-se com a proposta desenvolvimentista do Partido Trabalhista Brasileiro, contudo, no caso do Estado, era preciso começar pelo básico, como apontou Clidenor de Freitas Santos, deputado federal *petebista* que assumiu que os trabalhistas piauienses deveriam pautar a sua luta “pelo desenvolvimento do Piauí, por sua eletrificação e industrialização” (FREITAS Santos comenta Operação Nordeste. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 1º mar. 1959).

melhoria do serviço de abastecimento de água, estabelecimento de convênios e parcerias, atuação junto à Legião Brasileira de Assistência (LBA) para a construção de postos de puericultura, auxílio aos estudantes pobres do Estado, construção do Porto de Luís Correia, fomento junto ao Banco do Brasil de carta de crédito agrícola e industrial, implantação da Opepo no Estado, fiscalização efetiva da arrecadação e implementações no sistema de tributação.⁸⁸⁶

No segundo semestre de 1959, Chagas Rodrigues começou a atuar no melhoramento dos serviços básicos, como, por exemplo, o sistema telefônico⁸⁸⁷, que no Piauí era bastante restrito.⁸⁸⁸ Outra questão que se tornou de extrema relevância para o governador foi a reforma da rede elétrica estadual, prioridade na gestão *petebista*. Por fim, o plano desenvolvimentista se "concretizou" a partir da criação da Companhia Energética do Piauí S/A (Cepisa) e da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S/A (Agespisa), empresas de economia mista, uma vez que o governo sozinho não tinha condições de introduzir ou melhorar os serviços basilares para o atendimento da população.⁸⁸⁹

Evidenciou-se que o Piauí possuía problemas de caráter básico que necessitavam de resolução rápida por parte do Poder Público. Entretanto o governo não contava com uma assessoria especializada que desse suporte para o seu equacionamento. Diante dessa realidade, Rodrigues encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei que criava uma Secretaria Executiva de Comissão de Desenvolvimento, como sugere o trecho a seguir:

Tendo em vista a política econômica e financeira do Govêrno, francamente desenvolvimentista [...] tem sido grande a minha preocupação em despertar vocações e treinar pessoas para serviços técnicos de economia e finanças. Convém, entretanto, passar da teoria à prática, interessando pessoas para fins específicos de assessoria.

O Govêrno, com a colaboração de técnicos, acaba de propor um plano criando a **Secretaria executiva** [grifo do autor] da Comissão de Desenvolvimento, contudo, atendendo à natureza especializada da matéria, o submeterá ainda a exame mais demorado de técnicos brasileiros, antes de enviá-lo à Augusta Assembléia.⁸⁹⁰

Os exercentes das novas funções seriam denominados de “Assessor Econômico” e “Secretário Particular” e estariam lotados no Gabinete Civil do governo do Estado. Percebe-se

⁸⁸⁶ GOVERNADOR focaliza problemas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 24 maio 1959.

⁸⁸⁷ TELEFONES para Teresina. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, p. 16, 22 mar. 1959.

⁸⁸⁸ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.060, de 7 de dezembro de 1960**. Criou a Telefones do Piauí S/A. (Telepisa). Teresina, 1960.

⁸⁸⁹ Também foram criados a Loteria Estadual (Lotepi), o Fundo de Desenvolvimento do Estado e a Agroindustrial do Piauí S/A (Angripisa), realizada a expansão das coletorias e a fiscalização dos minérios, e transformado o Banco Agrícola do Piauí em Banco do Estado do Piauí S/A (BEP).

⁸⁹⁰ PODER Legislativo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 2 jun. 1959.

que o governador, com tal solicitação, oferece indícios de que necessitava de apoio técnico para a elaboração de um plano mais complexo de desenvolvimento para o Piauí.

O tão esperado projeto de desenvolvimento para o Estado começou a se delinear a partir de julho de 1959, com a criação de novos núcleos da administração, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico (Codese), e o fortalecimento do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), esse último frequentemente definido pelo governador como lócus de convergência máximo de sua administração, uma vez que lhe caberia ser a “principal responsável pelo êxito do programa de trabalho do governo”⁸⁹², unindo o grande Piauí por meio de estradas e pontes.

Como as ações desses órgãos estariam voltadas para questões específicas, que não afetavam da mesma forma todos os piauienses, era primordial que fossem divulgadas. Afinal, não bastava apenas desenvolver, era preciso propalar os feitos administrativos, intuito com o qual o governo estabeleceu canais de comunicação entre Estado e população. Desde o início da sua administração, Chagas Rodrigues tentou reativar a imprensa oficial, e, com o sucesso dessa empreitada, os feitos governamentais passaram a ser noticiados também no Diário Oficial, além de nos jornais impressos e no rádio.

A necessidade de apregoar as ações desenvolvimentistas por intermédio da imprensa possibilitou que se lançasse luz sobre a noção *oficial* de desenvolvimento na qual o *trabalhismo* do PTB piauiense se apoiava. Percebeu-se que a questão desenvolvimentista, no discurso de Chagas Rodrigues, apontava para a necessidade de que o Piauí crescesse economicamente, mas não em razão apenas dos benefícios resultantes desse crescimento para o próprio Estado, e sim para que pudesse contribuir, em grande medida, com o crescimento nacional. Nesse ponto, identifica-se a entrada em cena de um caráter nacionalista do projeto *trabalhista*, pelo menos em nível discursivo. Impunha-se, portanto, que o discurso oficial alimentasse a ideia de que o imperialismo era responsável pela condição de insegurança que atingia o mundo, e que acabava, de certa forma, intensificando as desigualdades locais⁸⁹³, caso em que a pobreza no Estado também era fruto desse imperialismo. Como a imensa maioria dos trabalhadores vivia no campo, certamente esse era um discurso distante da realidade daquele camponês pobre do interior piauiense. Mas, para o governo, era importante estabelecer essas associações como parte do projeto *trabalhista* que precisava ser divulgado por intermédio dos meios de comunicação oficiais. Percebe-se que o projeto *trabalhista* que

⁸⁹² DEPARTAMENTO de Estradas de Rodagem – administração e progresso. **O Dia**, Teresina, p. 1-2, 17 dez. 1961.

⁸⁹³ MOTTA, Renato. No seu I Congresso sindical [...]. **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 6, 19 a 25 maio 1961.

ganhava visibilidade no Piauí, com viés desenvolvimentista, adotava um discurso que circulava nas hostes partidárias nacionais, mas que estava longe da lógica do entendimento do cotidiano dos trabalhadores locais, pois como o governo e seus partidários poderiam explicar de forma didática aos homens do campo, por exemplo, de que maneira o imperialismo afetava seu cotidiano? De que forma ajustar a luta desses trabalhadores pela sobrevivência diária aos planos econômicos tão complexos das teorias do partido? Como o Imperialismo estaria relacionado a problemas locais como a falta de energia elétrica e saneamento básico?

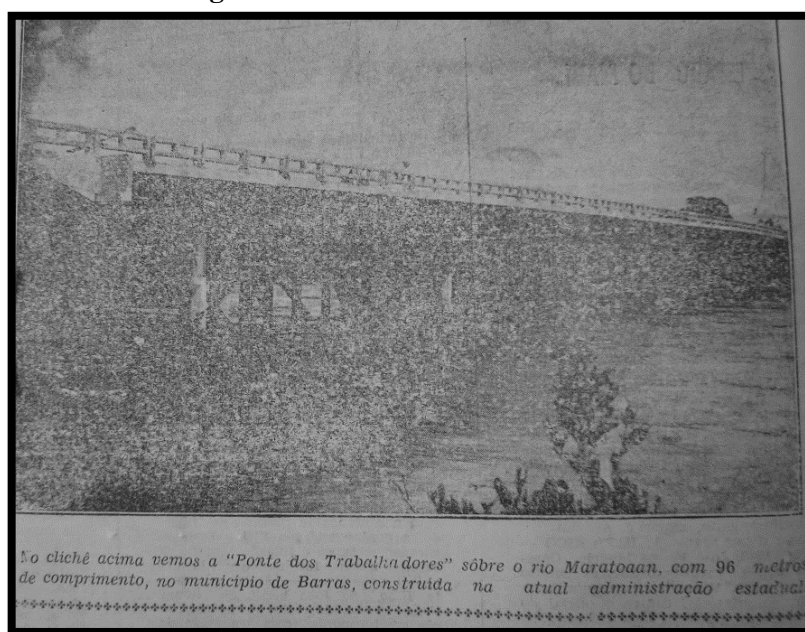
Nesse ponto era importante atentar para a ideia de fomento à indústria nacional, contrapondo-se à emergência de empresas estrangeiras no Brasil. No Piauí, por sua vez, segundo o governador, era necessário promover um processo de industrialização imediato, já que não existia parque industrial no Estado, mas, como acelerar esse processo? Mais uma vez, Chagas Rodrigues saía do Estado em busca de investimento. Com esse intuito, após uma visita ao governador paulista Carvalho Pinto, à Assembleia Legislativa e a alguns empresários de São Paulo, Chagas Rodrigues anunciava aos noticiosos locais a vinda de representantes de empresas paulistas para analisar a situação do Piauí, tendo como finalidade promover futuros investimentos e instalar indústrias. Entretanto esses investimentos nunca apareceram. Com a falta de interesse dos empresários de fora do Estado, o governo resolveu dar incentivos às poucas indústrias locais a partir da Lei nº 1.886, de 27 de novembro de 1959, que concedia isenção de impostos a indústrias pioneiras. Referido Diploma Legislativo acabou se tornando polêmico, pois beneficiou as empresas Moraes Correa S.A., do seu sogro, e a Gecosa, do então aliado político Ezequias Costa, da UDN. Esse beneficiamento foi insistentemente usado pela imprensa oposicionista no final do mandato do *trabalhista*.

As tentativas de modernização acabaram por configurar um espaço importante para a construção da representação do governo, em especial no período final da administração *petebista*. A execução de um “plano” *desenvolvimentista* foi pouco eficiente, mas, em compensação, sua propagação foi intensa. Em 1962, antes da saída de Chagas Rodrigues para concorrer à Câmara e ao Senado, promoveu-se uma série de festividades, com inauguração de obras e discursos de líderes estudantis, operários, trabalhadores rurais e alguns políticos do seu partido.⁸⁹⁴ Essa comemoração tinha como intuito observar as mudanças produzidas pelo novo governo, que no final se mostraram poucas. A maioria das obras apresentadas no último ano restringiam-se a pequenos reparos em prédios públicos e à estadualização de escolas normais privadas, apenas uma ou outra obra de maior vulto, como a construção de estradas e

⁸⁹⁴ REALIZAÇÕES que serão perpetuadas na história. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 4 fev. 1962.

pontes, destacava-se entre as pequenas ações. Uma das obras que ganhou relevo e que era tida e reconhecida por parte importante dos *petebistas* como símbolo de uma administração desenvolvimentista foi a construção da ponte sob o Rio Longá, que ligava as cidades de Barras e Batalha. Produzida em concreto armado, e medindo duzentos e setenta e cinco metros de extensão por oito metros e trinta centímetros de largura, recebeu a alcunha de ponte “Governador Chagas Rodrigues”. Tal empreendimento foi percebido pelo governo como “a maior realização no gênero até hoje no Piauí”, e acabou se tornando também uma forma de associar a obra à figura do administrador.⁸⁹⁵ Os lugares de memória⁸⁹⁶ se mostrariam como uma estratégia simbólica importante do governo, elemento imprescindível para se analisar esse momento, como, por exemplo, a ponte inaugurada em 1962 sobre o rio Maraton, que recebeu o nome de *Ponte dos trabalhadores* (Figura 24)⁸⁹⁷.

Figura 24 – Ponte dos Trabalhadores



No clichê acima vemos a “Ponte dos Trabalhadores” sobre o rio Maratoaan, com 96 metros de comprimento, no município de Barras, construída na atual administração estadual.

Fonte: Ponte..., 1962, p. 4⁸⁹⁸

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER), como já mencionado, foi utilizado como instrumento que traria o desenvolvimento para o Piauí, uma vez que as estradas e pontes construídas por esse órgão tinham como intuito ligar as diversas regiões do

⁸⁹⁵ DEPARTAMENTO de Estradas de Rodagem – administração e progresso. **O Dia**, Teresina, p. 1-2, 17 dez. 1961.

⁸⁹⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

⁸⁹⁷ CLICHÊ. **O Dia**, Teresina, p. 4, 22 maio 1962. Ver também: GOVERNADOR Rodrigues inaugurará a “Ponte dos Trabalhadores”. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 30 abr. 1961.

⁸⁹⁸ PONTE dos Trabalhadores Clichê. **O Dia**, Teresina, p. 4, 22 maio 1962.

Estado, principalmente a região sul⁸⁹⁹ - espaço pouco assistido pelos governos anteriores -, e serviriam para o escoamento da produção local.⁹⁰⁰ Aquele órgão ganhou grande importância, pois na ótica de Chagas Rodrigues, foi decisivo para a adequação das ações estaduais ao programa de governo *trabalhista*. Nesse sentido, o departamento foi beneficiado com a construção de um prédio destinado ao seu funcionamento, cuja inauguração foi um importante evento para o governo *petebista*.⁹⁰¹ Em estilo arrojado e funcional para os padrões da época, localizado na principal avenida da capital Piauiense, Frei Serafim, acabou por receber o nome do governador, tornando-se o edifício *Chagas Rodrigues* (Figura 25).

Figura 25 – Prédio do Departamento de Estradas de Rodagem



Fonte: Prédio..., 1962, p. 4⁹⁰³

O “plano” básico de crescimento do Estado, apesar das inaugurações no final do governo *trabalhista*, cedeu espaço para uma forte crise financeira e administrativa. Os

⁸⁹⁹ CAMPELO, Murilo. Estado do Piauí marcha para o sul. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 6-7 nov. 1959.

⁹⁰⁰ DEPARTAMENTO de Estradas de Rodagem – administração e progresso. **O Dia**, Teresina, p. 1-2, 17 dez. 1961.

⁹⁰¹ As comemorações do último ano de governo foram tantas que houve até um momento interessante, destinado à inauguração dos retratos, no Arquivo Público da cidade, Casa Anísio Brito. Os retratos eram dos últimos três governadores e dos cinco últimos presidentes da República. Ver: APOSIÇÃO dos retratos. **O Dia**, Teresina, p. 1, 4 fev. 1962.

⁹⁰³ PRÉDIO Departamento de Estradas e Rodagem Clichê. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 6, 4 fev. 1962.

fornecedores estavam sem receber os pagamentos relativos aos serviços prestados, assim como o salário do funcionalismo público estava em atraso, mas sobretudo o Piauí ainda se encontrava com imensas dificuldades relacionadas à questão da telefonia e da energia elétrica, investimento inicial e prioritário do governo.⁹⁰⁴ A administração *petebista* enfrentou uma série de dificuldades para pôr em prática pequenas metas de desenvolvimento como a falta de recursos, falta de pessoal, falta de projeto, entre outras, resultando em expressivo número de críticas a esse modelo de gestão veiculadas em reportagens produzidas pela oposição que tentavam ridicularizar a figura do governador abordando o número de inaugurações sem qualquer valor real para o desenvolvimento efetivo do estado do Piauí.

5.2.3 *Justiça Social*

Apesar do forte discurso desenvolvimentista, o ponto central de atuação do *trabalhismo* que tentou se propagar no Piauí fundou-se na ideia de uma sociedade mais justa e humana. Chagas Rodrigues tinha esse princípio regulado pelos programas do partido, em nível nacional. Nas falas governamentais estava presente a necessidade de se dirimirem as desigualdades, em especial em um estado tão pobre como era o caso do Piauí. Segundo trecho de matéria publicada em jornal apoiador do governo, Chagas Rodrigues “sent[ia] o drama dos pais pobres que habitam os mais distantes pontos do Estado e que não dispõem de dinheiro suficiente para a educação dos filhos em idade escolar. Ele sent[ia] o desespero dos que precisam de amparo social, moral e sobretudo humano”⁹⁰⁵. Era um discurso que estava alinhado à perspectiva do Partido Trabalhista Brasileiro quando elegia o dirimir das desigualdades sociais como foco de atuação do Poder Público.

Identificou-se, mediante a constante análise dos documentos, que o Partido Trabalhista Brasileiro no Piauí deteve-se em duas questões específicas de forma mais latente no que se refere à justiça social: a assistência social e a reforma agrária. Sobre esses dois aspectos passa-se a discorrer a partir desse momento.

a) Assistência Social

Em decorrência do aumento populacional dos últimos anos da década de 1950, da pobreza generalizada no campo e nas cidades interioranas piauienses e da perpetuação do

⁹⁰⁴ PAGAMENTO e atraso. *O Dia*, Teresina, p. 1, 24 dez. 1961.

⁹⁰⁵ CURY, Kamal. Opinião pública consagra Chagas Rodrigues. *O Dia*, Teresina, p. 6, 18 fev. 1962.

quadro de seca, o número de mendigos e pedintes na capital piauiense aumentou significativamente. O agravamento dessa situação impeliu o governo a pôr em prática alguns planos de ação para amenizar os danos da pobreza. Em 1959, a esposa do governador, dona Maria do Carmo Rodrigues, fundou o Serviço de Assistência ao Mendigo na capital piauiense, o que posteriormente lhe renderia, mediante decreto presidencial de Juscelino Kubitschek, a presidência da Legião Brasileira de Assistência no Piauí.⁹⁰⁶ Naquela instituição, que atendia pessoas em estado de extrema pobreza, a primeira-dama teve que atuar sem orçamento definido, contando apenas com o apoio direto da população para funcionar, obtido mediante seu próprio deslocamento para o comércio e escolas da capital para solicitá-lo.⁹⁰⁷

Apenas no ano de 1960, com a grande enchente que vitimou vários piauienses, o governo institucionalizou o Serviço Social do Estado (Serse), inaugurando-o no mês de junho, com as bênçãos do arcebispo metropolitano D. Avelar Brandão Vilela. A gestão assistencial foi delegada à esposa do governador. Em momento de recordação, Chagas Rodrigues explica que a indicação de Maria do Carmo Rodrigues para o exercício dessa função no âmbito do governo deveu-se à qualificação obtida no trabalho assistencial desenvolvido na empresa do pai.⁹⁰⁸ Contudo, outros aspectos precisam ser mencionados. Observou-se que a ideia do cuidado com o outro como parte imanente da condição feminina parece ter direcionado a condução do nome da primeira-dama para a presidência do Serse no Piauí, corroborando as representações sobre o ser feminino que estavam permeadas pela ideia de bondade, generosidade, altruísmo, elementos que serão constantemente destacados nos jornais quando utilizados para se referir à figura da primeira-dama. Nesse sentido, tais características faziam com que o plano de ação do governo fosse observado para além do seu aspecto político, como resultado de um trabalho de abnegação e da própria condição de ser mulher, pois Chagas Rodrigues apontou ainda que até mesmo o salário para exercer a função de presidente do Serse a senhora Maria do Carmo havia rejeitado.⁹⁰⁹ Para reforçar a questão da condição feminina na condução das políticas assistencialistas no Estado, alguns jornais ainda registram a alcunha com a qual vinha sendo chamada a primeira-dama: “mãe da pobreza”⁹¹⁰.

Outro ponto interessante nessa ascensão política de D. Maria do Carmo junto ao seu marido é que, pela primeira vez no Piauí, a figura feminina da esposa do governante

⁹⁰⁶ NOMEADA a sra. Chagas Rodrigues para LBA. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 26 abr. 1959.

⁹⁰⁷ SERVIÇO de Assistência ao Mendigo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 21 abr. 1959.

⁹⁰⁸ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

⁹⁰⁹ Ibid.

⁹¹⁰ LAÇOS culturais ligando o govêrno ao estudante piauiense. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 2. 3 jun. 1962.

ganhava destaque, trabalhando oficialmente na administração estadual. Não há qualquer menção às esposas dos políticos como figura de relevo nos governos, exceto, talvez, à filha do ex-governador Eurípedes de Aguiar, Genu Moraes, que participava de comícios e discursava em nome do pai, mas numa situação que não configurava o exercício de cargo público. Também se deve ressaltar que antes mesmo da atuação da primeira-dama *petebista*, a esposa do governador *pessedista* Pedro Freitas, Maria Nazaré Freitas, havia organizado, juntamente com grupos católicos, uma ação de assistência social aos mendigos, embora de caráter não oficial, que se firmava, sobretudo, como ação religiosa.⁹¹¹

Os jornais *petebistas*, como o *Jornal do Comércio*, propagavam uma imagem positiva - e ao mesmo tempo determinada por uma série de clichês - da condição feminina. Dona Maria do Carmo estava na política, mas não era um ser político, era um ser feminino, de bondade, altruísmo e candura, como sugere o trecho escrito pelo professor Benedito Lima:

Fui ao SERSE, Serviço Social do Estado. Francamente, como nunca pensei, tantos aleijados, cegos, crianças desamparadas, velhos doentes, mulheres aflitas e homens famintos, todos em extrema e angustiosa miséria socorridos CARINHOSAMENTE E AMAVELMENTE, por um grupo de senhoritas que são doutrinadas e especializadas na mesma escola de bondade de D. Maria do Carmo.

É sublime e maravilhosa a confortável acolhida que todos recebem igualmente naquela casa de assistência social, onde não se cogita de partidos nem eleitorados. Observei que D. Maria do Carmo faz questão de abraçar com o mesmo carinho e dedicação qualquer pessoa necessitada, sem querer saber a qual partido pertence.

Outra virtude que me cativou e tocou de cheio a minha alma, foi a grandiosa lição que ouvi de D. Maria do Carmo, explicando aos seus diligentes auxiliares, para perdoar os abusos e grosserias dos pobres infelizes, porque eles exaustos de tanto sofrimento, e sem a devida educação, forçosamente eram obrigados a reações desaforadas. Ficou autenticamente confirmada a MAIOR CARIDADE HUMANA por mim assistida, em toda minha existência.

Juntaram-se a BONDAD E A PACIÊNCIA, fruto da alta educação religiosa e excepcional gentileza de D. Maria do Carmo, muito difícil de ser cultivada em damas palaciana. Envés [*sic*] de banquetes, viagens, orgulho, indiferença e descaso, como geralmente acontece com outras que trancam-se nos luxos dos palácios, zombando da dor alheia, apresenta-se D. Maria do Carmo, com admirável simplicidade, sem os requisitos governamentais, trajando-se como aquela senhora de Nazaré, de quem imita a pureza de coração e a simplicidade da alma.⁹¹²

Infelizmente não se teve acesso a nenhum discurso de D. Maria do Carmo. A relação com a imprensa era estabelecida pelo seu principal assessor na condução do Serse, o assistente técnico Paulo Mota, que também desempenhava a função de assessor de imprensa

⁹¹¹ CUNHA E SILVA. Cruzada Cristã. *Jornal do Piauí*, Teresina, p. 3, 3 abr. 1952.

⁹¹² LIMA, Benedito de Castro. Sublime virtude. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 4, 12 jan. 1962.

do órgão, divulgando nos jornais impressos e no rádio a atuação da assistência social instalada no governo trabalhista. Em entrevista concedida ao jornal *Estado do Piauí*, Mota relatou aspectos sobre a criação e os objetivos daquela instituição:

O Serviço Social do Estado – SERSE – além do tratamento de casos individuais – [proporciona] o reajustamento do homem e da família em melhores condições de vida, prestando-lhes assistência médica, alimentar, vestuário, auxílio diverso e orientação educacional e familiar, promovendo assim o reajustamento do homem à família e desta à sociedade, desenvolve também tarefa importante na organização social da comunidade. [...] Não basta dar a quem necessita. É preciso certas vezes dar, entretanto, capacitar o homem e educá-lo para receber sem ferir a sua dignidade, seus princípios, tornando-o capaz de recuperar-se e ajudar a outro. RECUPERAR é o verdadeiro sentido do serviço social. Educar é o seu princípio básico e orientar o pedinte, o necessitado para agir por si mesmo é também sua finalidade precípua.⁹¹³

A assistência social do Estado teria atendido em dois meses de funcionamento, segundo dados publicados no jornal *Estado do Piauí*, 850 pessoas. A prestação de contas, feita nos periódicos, revela que os serviços mais procurados na sede do Serviço Social do Estado foram atendimentos médicos, assistência alimentar e ao vestuário, fornecimento de medicamentos, reajustamento de problemas familiares e encaminhamento para empregos.⁹¹⁴ Repercutiu consideravelmente na questão alimentar um projeto que passou a oferecer sopa à população pobre de Teresina, ou aos necessitados que estivessem em trânsito pela cidade, denominado de “A Sôpa do Pobre”⁹¹⁵, e todas as quintas-feiras pela manhã era oferecido aos necessitados café com leite e pão.⁹¹⁶ Havia também naquela instituição um setor responsável por questões estudantis, que prestava auxílio nas matrículas e transferência, ou oferecia bolsas de estudos para estudantes que não conseguiam vagas nas escolas públicas. Aos estudantes também era oferecido o serviço de venda de livros, que eram adquiridos pelo Estado e repassados aos interessados mediante o abatimento de 50% do valor.⁹¹⁷

Contudo o governo não atuava em seu aspecto assistencial apenas por intermédio do Serse, mas também por outras instituições, às quais dona Maria do Carmo Rodrigues estava ligada, tais como casas de assistência à velhice e aos doentes. Em Teresina, encontravam-se duas casas para idosos que eram apoiadas pela administração estadual, o

⁹¹³ MOTA, Paulo. Serviço social do estado, setor de organização da comunidade. **Estado do Piauí**, p. 6, 25 set. 1960.

⁹¹⁴ SERVIÇO Social do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 4, 8 set. 1960.

⁹¹⁵ NOVA Organização Assistencial em Teresina. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 24 nov. 1960.

⁹¹⁶ SOBRINHO, Otávio. Administração Chagas Rodrigues. XVII. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 18 mar. 1962.

⁹¹⁷ SOBRINHO, Otávio. Administração Chagas Rodrigues. XVIII. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 21 mar. 1962.

abrigo São Vicente e o abrigo Santa Teresina, bem como uma casa de saúde, chamada São Francisco, que funcionava como um abrigo para pessoas com tuberculose que não tinham onde ficar quando vinham à capital procurar por ajuda.⁹¹⁸ Parnaíba, por sua vez, contava com uma casa de assistência beneficiada pelo Serse, o abrigo São José.

O Serse, representado pela figura da primeira-dama do Estado, também passou a atuar no cadastramento das famílias pobres da capital do Piauí. Segundo o *Jornal do Comércio*, Dona Maria do Carmo e equipe visitavam os bairros pobres de Teresina fazendo esse cadastramento. Até a reportagem do dia 18 de março de 1962, 180 famílias faziam parte de um programa social que entregava semanalmente 1 ½ quilo de arroz, 1 ½ quilo de feijão, 1 ½ quilo de farinha, 1 barra de sabão e dez cruzeiros.⁹¹⁹ Segundo o noticioso *petebista Jornal do Comércio*, as ações empreendidas pela primeira-dama tomaram tamanha proporção em âmbito regional, que vários trabalhadores pobres do estado vizinho, Maranhão, vieram a Teresina para solicitar ajuda do Serviço Social do Estado. Segundo o jornalista, os trabalhadores “sabiam no interior do Maranhão, por informações de amigos, que em Teresina havia um serviço de amparo aos pobres desamparados do Nordeste, defronte da Igreja do Amparo, onde criaturas aflitas e martirizadas de todas as classes se aglomeravam em busca de novos dias”⁹²⁰. A matéria é extensa, apontando que essa situação havia surgido como consequência da atenção destinada pela primeira-dama aos pobres do Estado do Piauí.

Diante da gentileza e solicitude com que foram recebidos por D^a Maria do Carmo, disseram em Côro significativas palavras, tão tocantes e singelas que valem a pena se realçar aqui: “PELA PRIMEIRA VEZ ESTAMOS VENDENDO UMA DAMA DE PALÁCIO ATENDER COM BOA VONTADE AOS POBRES LAVRADORES”. É um assunto que merece repetidos elogios pelas folhas dos jornais, porque eu estava presente no momento e fiquei também suspenso com o impulso dos corações daqueles pobres lavradores um deles de sofrimento maior porque é cego, agradecendo com a alma e o coração a caridade e as atenções recebidas pela D^a. Maria do Carmo.⁹²¹

A narrativa é carregada de emoção, de detalhes dramáticos da situação de pobreza vivida pelos trabalhadores e das condições e dificuldades físicas e materiais daqueles que teriam saído de sua terra para conhecer o programa assistencial promovido pela primeira-dama do Estado. O texto do articulista do *Jornal do comércio* cresce em interesse por revelar que era a própria Maria do Carmo quem atendia, juntamente com a equipe do Serviço de

⁹¹⁸ MARIA do Carmo Rodrigues. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 15 jul. 1962.

⁹¹⁹ SOBRINHO, Otávio. Administração Chagas Rodrigues. XVII. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 18 mar. 1962.

⁹²⁰ DE MONÇÃO. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 7 fev. 1962.

⁹²¹ Ibid.

Assistência do Estado, os pobres que procuravam aquele órgão na capital piauiense.

Para além das ações de amparo, empreendimentos festivos também foram desenvolvidos por D. Maria do Carmo enquanto esteve à frente daquela instituição, como o “natal dos pobres”⁹²². Em datas comemorativas, como no ano de 1960, por exemplo, segundo relato dos jornais que apoiavam o governo, uma fila de pessoas consideradas “desamparadas” se formava em frente ao Palácio de Karnak para receber uma “pequena ajuda” dada pelo Serviço Social do Estado em forma de alimento⁹²³, brindes e redes.⁹²⁴ Como o Estado não dispunha de verbas extras para essa atividade, a própria primeira-dama saía pelo comércio da capital solicitando aos comerciantes donativos para distribuir durante o evento.⁹²⁵ Outro grande acontecimento eram as festas do dia das mães organizadas pela primeira-dama. Em 1962, último do governo *petebista*, foram distribuídos às mães pobres 400 redes, 320 enxovais e 720 pacotes de leite em pó.⁹²⁶

Ressalte-se que tais ações impactavam positivamente no Piauí daquele momento, visto que era a primeira vez que um governo havia criado uma instituição cuja função principal era o auxílio direto à população pobre. Como não poderia deixar de ser, a oposição elegeu a Assistência Social do Estado como um dos principais problemas do governo Chagas Rodrigues, pois a “doação” de dinheiro e alimentos geraria uma geração de desocupados.⁹²⁷

b) Reforma Agrária

Certamente a questão mais importante, e controversa para a época, do governo *petebista* de Chagas Rodrigues está relacionada à reforma agrária. Indubitavelmente, o projeto *trabalhista* que tentou ser implementado no Piauí, para além da questão do nacionalismo, do desenvolvimentismo e da justiça social, priorizou o problema do trabalhador rural e a falta de terra para eles no Estado. Tratava-se de assunto polêmico em todo o Brasil, e os reformistas *petebistas* ocupavam páginas e mais páginas dos noticiosos locais promovendo a ideia da necessidade de reformas no campo.

No final da década de 1950, alguns movimentos em solo piauiense já estavam se organizando em sindicatos e associações longe da alçada do Estado, como se pôde observar

⁹²² SERVIÇO Social e a festa de natal. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 6. 19 nov. 1961.

⁹²³ DANTAS, Deoclécio. Em defesa do SERSE. **O Dia**, Teresina, p. 6, 21 jan. 1961.

⁹²⁴ TERCEIRO ano do governo Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 2-3, 31 jan. 1962.

⁹²⁵ GOVERNADOR Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 1, 31 jan. 1962.

⁹²⁶ Ver: SOBRINHO, Otávio. Administração Chagas Rodrigues. XVII. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 18 mar. 1962; AO POVO piauiense. **O Dia**, Teresina, p. 1, 24 maio 1962.

⁹²⁷ As críticas ao Serse serão vistas de forma mais detalhada no próximo capítulo.

no Capítulo 4. Tais composições tentavam promover uma reorganização no espaço rural, em especial lutando pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores, e o governo *petebista*, diante do programa nacional *trabalhista*, que se posicionava positivamente em favor de reformas no campo, apoiou aqueles movimentos. Contudo, alguns dos parceiros do governo pareciam achar necessário que o Estado assumisse a liderança dessas organizações, com receio do agravamento da crise na zona rural. Para o cronista Olympio Costa, que apoiava o governo *petebista* e escrevia para o jornal *O Dia*, as reformas de base deveriam ser feitas, em especial a agrária, entretanto “além do governo, ninguém poderá cogitar de levar a cabo, uma reforma, no território nacional, sob a pena de ser considerado criminoso, e sujeito às sanções legais”⁹²⁸. Impunha-se ao governo, portanto, tomar a frente das ações reformistas em favor da “ordem social”, ou seja, liderar e organizar esses trabalhadores.

No Rio Grande do Sul, Leonel Brizola já havia estreado um projeto de reforma agrária, que, segundo o historiador Jorge Ferreira, “iniciou [...] entregando 49 mil hectares de terras a colonos de uma região que vinham reivindicando havia algum tempo”⁹²⁹. O governador gaúcho, ao ser questionado sobre a legalidade de sua ação, respondeu que era dever do Estado amparar os camponeses sem terra e que, sobretudo, agira dentro da lei. No mesmo período, em meados de 1960, Chagas Rodrigues tomou duas iniciativas importantes no mesmo rumo trilhado pelo governador gaúcho. Na primeira delas restabeleceu o Departamento de Agricultura do Estado para posteriormente enviar projeto de lei que visava a doação de terras aos trabalhadores que não as possuíam, sendo executado, a partir daquele órgão, um levantamento que apontaria a quantidade de minifúndios antieconômicos e os latifúndios improdutivos.⁹³⁰ Segundo Antônio José Medeiros, seu objetivo no ano de 1960 era:

“[...] imprimir novo sentido à política agrária, no sentido de que as terras sejam postas à disposição dos trabalhadores e de suas famílias; tudo farei contra o latifúndio para desapropriar terras e entregá-las aos trabalhadores e suas famílias” [...] O governador teria, inclusive, telegrafado “a todos os coletores pedindo os nomes dos quatro maiores proprietários de terra do município”.⁹³¹

⁹²⁸ COSTA, Olympio. Estado do Piauí – desordem e subversão. *O Dia*, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

⁹²⁹ FERREIRA, Jorge. Carlos Lacerda governador da Guanabara: a crítica das esquerdas (1963-1964). In: _____ (Org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 154-173, p. 180.

⁹³⁰ PROGRESSO com agricultura. *A cidade de Teresina*, Teresina, p. 1 17 jun. 1962.

⁹³¹ MEDEIROS, Antônio José. *Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 196.

Em seguida, o governo sinalizou para um aumento significativo do imposto territorial, provocando o descontentamento geral dos latifundiários.⁹³² Para alguns proprietários, como Simplício de Sousa Mendes, o imposto territorial estava sendo reajustado injustamente, em um “ato de força, uma espécie de ameaça que se faz aos que, a seu talante acoima de *latifundiários*, incursos até nas penas de desapropriação violenta”⁹³³. Foi o primeiro grande passo para que o governo *petebista* fosse associado ao comunismo, pois para os grandes proprietários de terras, como Simplício Mendes, no Brasil já se fala “[...] na divisão de terra, em lugar de colonização dos latifúndios devolutos, que é muito mais da metade do território nacional. É a mesma idéia soviética latente na mentalidade agitada de muita gente”⁹³⁴. Dois aspectos precisam ser apontados nessa questão: o primeiro é que a UDN piauiense, coligada ao PTB na eleição de 1958, fez vista grossa para o apoio que os comunistas haviam dado a Chagas Rodrigues durante o processo eleitoral. Até aquele momento, nenhuma linha, nenhuma palavra escrita nos noticiosos, nem mesmo do PSD, levantou essa questão, apenas quando a proposta de reforma agrária se torna latente no projeto *trabalhista* a associação de fato começa a ser feita, tanto pelos *pessedistas* quanto por alguns aliados, como foi possível observar no discurso do ex-desembargador Simplício de Sousa Mendes. O segundo ponto é que, apesar da visível escassez de terra em posse dos trabalhadores rurais no Piauí, nos discursos como o de Simplício Mendes, e não eram raros outros, alegava-se que não obstante a existência de terras devolutas espalhadas pelo Brasil, o desejo de muitos, entre eles o governador, era o de adentrar as propriedades particulares e promover uma revolução comunista no Estado. Os ruralistas reagiram imediatamente em resposta àquela ação de taxaço por parte do governo, que também foi questionada judicialmente pela Federação das Associações Rurais do Piauí (Farepi), culminando no fracasso de sua implementação.

Tanto proprietários de terra quanto opositores políticos do *trabalhismo* piauiense, além de defenderem a facilidade de ocupação de terras despossuídas no Brasil, capazes de suprir as necessidades dos trabalhadores rurais pobres, construíram uma representação bastante negativa desse trabalhador. Alguns ruralistas ligados aos partidos políticos tentavam reforçar a condição de que esses sujeitos necessitavam de um “patrão”. O trabalhador, segundo o latifundiário e *udenista* Simplício Mendes, “não tem orientação alguma. Acosta-se

⁹³² FEDERAÇÃO das Associações Rurais do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 jul. 1960.

⁹³³ MENDES, Simplício de Sousa. Imposto territorial II. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 14 jun. 1960.

⁹³⁴ Ibid.

ao patrão que o protege e o assiste”⁹³⁵. Sem o patrão para o seu amparo, o trabalhador “Nasce, cresce, desenvolve-se na rotina – na mais tenebrosa ignorância, vencido pela ociosidade, pela intemperança alcoólica, a superstição grosseira, a inutilidade e o crime”⁹³⁶.

A proposta de dar autonomia econômica ao trabalhador rural não desestruturava apenas a questão material, ou seja, a dependência financeira do camponês em relação ao dono da terra, também possibilitava a recomposição de uma nova ordem, em detrimento da ordenação social há muito estabelecida. O patrão, dono do latifúndio, não era apenas aquele que proveria a terra, mas também aquele que concedia os suportes simbólicos e existenciais para os trabalhadores rurais. Chagas Rodrigues, utilizando o *trabalhismo* para investir na questão rural, causou um profundo desconforto ao propor novas formas de ser e estar no social.

Partindo desse princípio de dar autonomia ao camponês, o governador adotou alguns planos de ação no ano de 1961. Em janeiro daquele ano, Chagas Rodrigues enviou mensagem ao Legislativo encaminhando Projeto nº 1, de 17 de janeiro de 1961,

[...] que dispõe sobre o loteamento de terras devolutas do Estado, ou terras adquiridas e desapropriadas pelo governo Estadual, para revenda a camponeses ou cooperativas de trabalhadores agrícolas pela metade do preço, para pagamento em trinta anos sem juros, devendo ainda o Estado prestar assistência técnica, educacional e sanitária aos trabalhadores e suas famílias⁹³⁷.

Também lançou em janeiro um decreto que permitia aos locatários das Fazendas Estaduais do Piauí (terras tomadas dos jesuítas pelo Estado, ainda no período colonial, e que eram locadas a alguns agricultores) penhorar as suas benfeitorias, assim como o fruto de sua produção agrícola a qualquer estabelecimento de crédito⁹³⁸. A terra, no sentido oficial, não passaria aos proprietários, porque a cessão precisaria antes ser aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado, o que possivelmente não ocorreria, mas a permissão para hipotecar as benfeitorias e a produção oportunizaria ao agricultor maior autonomia na busca de crédito para o cultivo da terra, conseqüentemente, melhor gerenciamento de sua produção. Outra medida tomada foi a concessão de isenção da taxa de transferência de propriedade, bem como o fim das despesas de registro no ato da aquisição de glebas rurais de até 50 ha, quando a compra fosse financiada pela carteira de colonização do Banco do Brasil S.A. ou concedida

⁹³⁵ MENDES, Simplício de Sousa. Propriedade territorial e homem ruralista. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 23 jun. 1960.

⁹³⁶ Ibid.

⁹³⁷ EDITORIAL. **O Dia**, Teresina, p. 1, 5 fev. 1961.

⁹³⁸ 3º ANO do Governo Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 4, 31 jan. 1962.

pelo Banco Comercial Agrícola (Banco do Estado). Os papéis, inclusive escrituras, certidões e registros relativos a operações bancárias, não estariam sujeitos ao selo estadual e os emolumentos seriam pagos com redução de 50% (Lei nº 2.232, de 7 de dezembro de 1961)⁹³⁹, facilitando a aquisição de terras pelo trabalhador.

Essas ações antecederam um dos mais importantes atos apoiados pelo governo *petebista*. Naquele ano de 1961, ocorreu em Teresina o *I Congresso Sindical de Trabalhadores e Camponeses do Piauí*, como já apontado, que contou com a ajuda do governador do Estado, dos comunistas e da Igreja Católica. Para esse evento credenciaram-se 109 delegados, representando 32 sindicatos, um clube operário, cinco uniões operárias, duas organizações da Juventude Operária Católica (JOC), cinco associações profissionais, uma legião operária, três centros artísticos operários, duas organizações de funcionários aposentados, uma associação de bairro, uma associação de servidores municipais e uma federação. Os camponeses, especificamente, estavam em um total de 21 delegados, que, por sua vez, representavam três organizações e 17 municípios piauienses. O Congresso foi um dos maiores eventos daquele ano, contando com representantes das mais variadas esferas sociais, tornando-se, portanto, espaço ideal para a divulgação do plano de atuação no campo do governo *trabalhista* piauiense. Chagas Rodrigues proferiu discurso sobre a importância da mobilização e organização dos trabalhadores da cidade e do campo, e finalizou sua fala afirmando que demarcaria as terras do Estado para que fossem distribuídas entre os trabalhadores sem-terra.⁹⁴⁰ O pronunciamento feito por Chagas Rodrigues não foi apenas uma estratégia retórica durante aquele evento, pois cinco meses após o congresso, em outubro daquele ano de 1961, tomou a decisão mais audaciosa de seu governo no que se refere à questão agrária no Piauí: fez doações de terras do Estado a 52 famílias de trabalhadores nos arredores da capital, Teresina. Segundo o jornal apoiador do PTB:

Vem de obter pleno êxito a decisão democrática e humana do governador do Estado de mandar dar terras para que os lavradores possam nelas trabalhar livres das investidas de proprietários sem alma que muitas ocasiões escorcham os seus agregados. Assim foram beneficiados nesta primeira distribuição nada menos que 52 famílias com cerca de 10 linhas de roças no município de Teresina, na colônia São Vicente. Os lavradores ontem fizeram a queima dos seus rodos, quando podemos observar a satisfação de quem estavam *[sic]* possuídos e agradecidos ao eminente chefe de Estado por tão benemérita atitude.⁹⁴¹

⁹³⁹ 3º ANO do Governo Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 4, 31 jan. 1962.

⁹⁴⁰ MOTTA, Renato. No seu I Congresso sindical [...]. **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 6, 19 a 25 maio 1961.

⁹⁴¹ GOVERNADOR distribui terras aos lavradores. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 29 out. 1961.

Considerado um ato de irresponsabilidade pela oposição, a doação de terras aos trabalhadores tornava-se uma afronta do governo aos ruralistas piauienses, já que na Assembleia Legislativa o projeto de lei encaminhado pelo governo que visava a distribuição das terras do Estado aos camponeses havia sido rejeitado pelos deputados. Entre maio e julho de 1961, antes de as doações de terras serem realizadas, os discursos contra Chagas Rodrigues já haviam se intensificado na imprensa oposicionista, em especial após o rompimento do acordo UDN-PTB, oriundos substancialmente dos ex-aliados políticos. No editorial do jornal udenista *Folha da Manhã*, a preocupação com as possíveis ações de cessão de terras era a tônica dos escritos dos jornalistas. No trecho de 5 de julho de 1961, o noticioso lançava que:

Para o governador, a reforma agrária, de que tanto se vem falando no Brasil, consiste tão somente na distribuição de terras com o humilde lavrador, sem um exame indispensável da capacidade produtiva do solo. Êle, que tanto falou em técnicos no início do govêrno, toma agora uma resolução sem consultar os interêsses da causa que julga ter resolvido, dispensando a presença do especialista, que deveria orientar o homem do campo, após análise qualitativa da área que iria ser cultivada. O empirismo, portanto, perdurará sem que se tenha sido resolvida a situação do lavrador que ignora o progresso da agricultura. Da derrota infalível virá apenas maior dose de demagogia. E assunto para o microfone da Rádio Clube e os jornais pagos pelos cofres do Estado. Só e só.⁹⁴²

Os editoriais dos jornais oposicionistas como o *Folha da Manhã*, em um primeiro momento, aparentavam preocupação com as atitudes do governo de distribuir terras aos trabalhadores pobres sem o auxílio técnico necessário para a verificação do solo. Esse foi um discurso constantemente utilizado pelos opositores políticos do *trabalhismo*, tanto nos noticiosos do PSD quanto da UDN, entretanto o que se percebe é que essa articulação verbal, em grande medida, tentava refrear a rapidez do que parecia inevitável na época, a reforma agrária em terras públicas e particulares. Lançava-se sobre a atuação governamental um olhar pessimista, de incapacidade, de inoperância e falta de valor moral para encabeçar tal contenda, propagava-se que os *trabalhistas* não seriam capazes de dar uma solução viável para a questão agrária. Segundo os noticiosos oposicionistas, como o *Folha da Manhã*, a suposta ação reformista do governador certamente resultaria em fracasso pela falta de apoio especializado, elemento que tanto havia sido propagandeado como importante nesses casos no primeiro ano de governo. Para finalizar, ressaltava o noticioso que a atuação de Chagas no campo serviria apenas para fazer propaganda política por intermédio dos meios de comunicação intensamente utilizados pelo *petebista*.

⁹⁴² ÊLE, sempre êle. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 jul. 1961.

Os editoriais oposicionistas buscavam ridicularizar aquela ação, bem como faziam julgamento sobre o uso da expressão “reforma agrária” para a concessão de terra feita pela administração *trabalhista*. Indagava o editorial do jornal *udenista Folha da Manhã*: “Como falar em Reforma Agrária se o quadro não se modificou?”. Que medida tomou o governador Chagas Rodrigues para vir à público e declarar que o lavrador piauiense encontrou em sua pessoa um revolucionário, a serviço de causa meritória. É preciso convencer ao governador que palavra sem ação nada constrói. É demagogia, tão somente”⁹⁴³. Contudo os jornais não apontavam que muitas das tentativas de ação do governador no que se refere à situação no campo foram vetadas na própria Assembleia Legislativa do Estado e com a ajuda da UDN.

Os governistas, a partir da imprensa militante *trabalhista*, como o *Jornal do Comércio*, lançavam-se contra os latifundiários em discursos favoráveis à reforma e à autonomia do trabalhador rural e contra o que denominavam de “relâmpago da cobiça, que iluminava os bens que os [fazendeiros] guardavam avarentamente”. Segundo editorial escrito por José Carnaúba⁹⁴⁴, no ano de 1962, qualquer ato ou palavra daqueles que apoiavam a luta dos trabalhadores era rapidamente confundido com ações comunistas:

Esses falsos apóstolos da Democracia ficam possuídos do verdadeiro terror à simples expressão **reforma agrária**, a seu ver, de conteúdo subversivo. Não acompanham a evolução das leis sociais e são capazes de anatematizar as Encíclicas de Leão XXII e João XXIII. A simples ideia de um **banco rural** parece-lhes pecaminosa. Acham que a palavra **café** pertence ao vocabulário capitalista, enquanto o vocábulo **algaroba**, pode ser incluído no glossário socialista. Para eles, a pá é um instrumento pio e litúrgico, destinado a enterrar os mortos, mas a morte é comunista, porque conduz a foice que identifica o credo de Moskow. Um pijama listrado é uma indumentária burguesa; abotoado de um lado representa a blusa moscovita.⁹⁴⁵

Essa questão levantada na citação foi outro ponto de conflitos entre segmentos governistas e oposicionistas que surgiu durante o já mencionado *I Congresso Sindical de Trabalhadores e Camponeses do Piauí*, uma vez que naquele evento constatou-se a aproximação pública entre comunistas e *trabalhistas*. Segundo Jorge Ferreira, durante as eleições de Juscelino Kubtscheck para presidente, o PTB aproximou-se do PCB, “inclusive cedendo sua legenda para candidatos sabidamente ligados àquele partido, desde 1947”⁹⁴⁶. No

⁹⁴³ TÉCNICA antes de tudo. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 1, 20 jul. 1961.

⁹⁴⁴ Pseudônimo atribuído pela oposição a Chagas Rodrigues. Não se conseguiu verificar quem era de fato o autor que escrevia sob aquele pseudônimo.

⁹⁴⁵ O CIFRÃO e a cifra. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 1, 9 fev. 1962.

⁹⁴⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 57.

Piauí, como já mencionado, essa aproximação ocorreu durante a eleição de 1958⁹⁴⁷, quando os comunistas piauienses apoiaram a eleição de Chagas Rodrigues e a vitória do governador *petebista* proporcionou-lhes trânsito livre nas esferas governamentais. Naquele momento específico do Congresso, procuravam ajudar na organização do evento, buscando, sobretudo, liderar aquela empreitada.⁹⁴⁸ A partir daquele Congresso, percebe-se que - como observou o historiador Fernando Teixeira - “o comunismo foi o *alter ego* da esquerda trabalhista”⁹⁴⁹.

Apesar das críticas, o governo *petebista* continuou atuando no campo. Para além da distribuição das terras, era necessário agir no sentido de melhorar as condições de existência do homem do meio rural, assim como amenizar as dificuldades materiais que dificultassem a sua completa instalação na terra, por isso o governo articulou, junto ao Serviço de Assistência Social do Estado, a promoção de caravanas de visitas às comunidades rurais para acompanhar as condições do assentamento. Essas ações foram desenvolvidas não apenas pelo Serse, mas também pelo Departamento de Saúde e o Departamento de Agricultura, e receberam a denominação de *comandos rurais*.⁹⁵⁰ Os *comandos rurais* levavam assistência médica, odontológica e apoio técnico ao camponês, distribuindo ferramentas agrícolas, medicamento e material escolar para os filhos dos agricultores, como ocorreu no mês de novembro de 1961, sendo noticiado pelo jornal apoiador do governo *A cidade de Teresina* da seguinte forma:

Os povoados de São Domingos, Gurupá, Dois irmãos, Centro do Sítio e a Colônia Davi Caldas [...] receberam a visita, pela primeira vez, de um governador e expressiva comitiva constando de médicos, dentistas, assistente social, enfermeiras, além de jornalista e cinegrafistas. Mais de 2 mil trabalhadores do campo se concentraram em David Caldas e ouviram a voz do chefe do executivo.⁹⁵¹

Nesse evento foram doados, segundo o jornal, mil enxadas, machados, foices, além de outras ferramentas manuais, assim como houve distribuição de medicamentos e

⁹⁴⁷ Segundo Jacob Gorender, foi nesse mesmo ano que em nível nacional houve uma mudança na proposta de atuação do partido. Haveria uma ação dentro da legalidade, por via pacífica, parlamentar, e, segundo o autor, “A partir daí, o PCB passou a gozar de legalidade de fato, embora não de direito”. Ver: GORENDER, Jacob. O ciclo do PCB: 1922-1980. In: FORTES, Alexandre (Org.). **Histórias e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p.163-172, p. 171.

⁹⁴⁸ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁹⁴⁹ TEIXEIRA, Fernando. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, Alexandre. (Org.). **Histórias e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 173-182, p. 189.

⁹⁵⁰ MENSAGEM do Govêrno do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, 1962.

⁹⁵¹ TRABALHADORES do campo recebem o governador e sua expressiva comitiva. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 12 nov. 1961.

prestação de serviços na área da saúde. O Serse tinha uma atuação importante junto às associações do campo. Em 1962, quando a fazenda do general João Henrique Gayoso, na comunidade Campestre, localizada a alguns quilômetros de Teresina, foi ocupada por membros das recém-fundadas Ligas Camponesas no Estado, que também receberam o nome de Ligas Nacionalistas, a primeira-dama encaminhou membros do governo para verificar a situação dos trabalhadores e observar o local para a construção de uma escola rural, enviando também apoio financeiro para aquele assentamento.⁹⁵²

Entretanto, não era apenas com essa ajuda direta aos trabalhadores do campo que o governo *petebista* se colocava ao lado dos camponeses, sua assistência também ocorria no incentivo para a formação de sindicatos rurais. Entre os anos de 1961 e 1962, alguns *trabalhistas*, em especial os que possuíam as redes de apoio político no norte do Estado, mais precisamente na cidade de Parnaíba, começaram um processo de aproximação com os comunistas, que naquele momento estavam arregimentando os trabalhadores rurais. Na sede do Sindicato dos Estivadores, do qual o deputado do PTB Tiago José havia sido presidente, esse político convocou trabalhadores rurais da região de Parnaíba para uma palestra que seria realizada por um dos principais representantes do partido comunista no Estado, José Pereira de Sousa, conhecido como José Ceará, e pelo ex-delegado do trabalho no Piauí, indicado pelo PTB ao cargo, Deusdedith Mendes Ribeiro. Nessa palestra, segundo consta no depoimento do lavrador Anastácio de Oliveira dado ao Exército no processo sobre os sindicalistas parnaibanos, o comunista José Ceará prometera que as “terras ficariam libertas para os lavradores trabalharem à vontade”, e Deusdedith Ribeiro prosseguiu apontando que “as terras não iriam ter dono, seriam tudo do governo”.⁹⁵³ Essas palestras ocorriam no sentido de fomentar ainda mais a organização dos trabalhadores, que já avançava nos arredores da capital.

Deve-se ressaltar, contudo, que por mais que o governo *trabalhista* se esforçasse apoiando as organizações no campo, muitas permaneciam autônomas ou, em grande medida, preferiam seguir a orientação da Igreja Católica. Não se está afirmando que o projeto *trabalhista* para o trabalhador do campo tenha sido um total fracasso no Piauí, visto que a propaganda discursiva do governo fomentava o debate social sobre a reforma agrária, e isso pode ser considerado um avanço. Contudo, com a intensa propaganda estatal sobre a necessidade de reformas, outra instituição passou a disputar a intenção de liderar esses

⁹⁵² DRUMOND JR., A. Canto de página. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 27 mar. 1962.

⁹⁵³ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CCCXLIV**. V. 3. Organização Movimento Sindical. Fortaleza, CE, 1965, p. 139. Projeto BNM nº 349. 1965. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_04&pagfis=33830>. Acesso em: 18 mar. 2015.

trabalhadores, obtendo resposta mais efetiva, possivelmente porque o PTB contasse com o apoio dos comunistas à época. A Igreja Católica, representada no Piauí pela figura do Arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, contou, em princípio, com o apoio de boa parcela da sociedade, inclusive do corpo político partidário, para orientar os movimentos rurais. Mas, ao longo dos dois anos que se seguiram, 1963 e 1964, esse apoio foi paulatinamente sendo questionado pelas mesmas forças políticas.

Apesar da confluência de forças políticas e institucionais que visava arrefecer o movimento dos trabalhadores rurais, houve um grande alvoroço reformista, criado pela junção entre trabalhistas e comunistas, segundo análise do IPM nº 175. Essa junção entre os partidos visava captar a atenção dos trabalhadores rurais para as reformas sociais como um todo, em especial para a Reforma Agrária, e o desdobramento dessa atuação das siglas gerou frutos fecundos, como a fundação, nos arredores de Teresina, da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Autônomos de Teresina (Altate).⁹⁵⁴ Analisando-se a documentação dos jornais e arquivos dos IPMs, chegou-se à conclusão de que a união entre *trabalhistas* e comunistas estava permeada por algumas questões. *Primeiro*, ao que parece, havia, naquele momento, um número expressivo de filiados da corrente teórico-reformista no PTB do Piauí, mas tinham pouca experiência na atuação junto aos movimentos sociais, o que possivelmente tornava imprescindível sua união com sujeitos que se imaginava detentores de experiência, no caso, os comunistas; *segundo*, os comunistas apoiaram a eleição de Chagas Rodrigues para o governo do Estado no ano de 1958, e continuavam apoiando as ações do seu governo, o que tornava a aproximação efetiva entre as duas siglas quase “natural”; *terceiro*, os programas partidários comunistas e *trabalhistas* apontavam para a mesma direção, no que tange à importância de reformas para o Brasil, em especial a Reforma Agrária.

No plano da disputa discursiva o governo adotou o lado das associações camponesas, travando uma ofensiva contra os ruralistas. Nesse sentido, a imprensa governista vinculava matérias ironizando as reclamações dos proprietários rurais relativas ao imposto territorial, bem como a sua falta de assistência aos trabalhadores que viviam em suas terras. Em matéria editada no ano de 1960, o noticioso *petebista* publicou o seguinte recado àqueles fazendeiros:

⁹⁵⁴ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

PROPRIETÁRIO RURAL

Você compreende não ser possível continuar-se pagando o impôsto territorial tomando-se hoje, o valor venal da propriedade, pelo valor de há cinquenta anos atrás. Você compreende que o comércio não pode sozinho, suportar as despesas com os serviços públicos. Você compreende que se impõe a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Você compreende que determinadas terras se valorizaram muito com a alta do preço da carnaúba e do babaçu. É por isso que ajudando o govêrno a prestar assistência educacional e sanitária às populações rurais, você está pagando imposto territorial, de acordo com o código tributário, tomando por base o exato valor venal da propriedade.⁹⁵⁵

Se os problemas relativos à falta de condições materiais e a repressão física e simbólica estavam gerando um fervilhar de organizações no campo, a consequência dessa ebulição campesina foi a organização dos ruralistas, fundando associações rurais.⁹⁵⁶ Essas associações, reunidas na Federação das Associações Rurais do Piauí, demonstravam-se preocupadas com o apoio estatal às organizações no campo. Um episódio nesse sentido foi singular, a ocupação das fazendas Campestre, de propriedade do general João Henrique Gayoso, irmão do ex-governador Jacob Manoel Gayoso e Almendra. Naquele processo de ocupação pelas Ligas Camponesas do Piauí, ou Ligas Nacionalistas, o governador se posicionou favorável aos trabalhadores rurais, interferindo, inclusive, para que não houvesse nenhum tipo de ação policial contra eles.⁹⁵⁷ Essa situação fez com que um número expressivo de criadores e proprietários, membros da Federação das Associações Rurais e Associação dos Criadores, se reunissem em assembleia para prestar apoio aos membros da Família Gayoso e Almendra, sobretudo para tomar uma posição mais firme frente ao governo estadual.⁹⁵⁸ O jornal *udenista Folha da Manhã* publicou reportagem relatando a adesão de alguns políticos ao movimento de apoio ao fazendeiro que teve as suas terras ocupadas, iniciativa resultante, conforme justificativa dos próprios, da falta de ação do governador contra os camponeses.⁹⁵⁹ Nesse rol, podem-se mencionar membros do próprio PTB, como os deputados João Carvalho, Filadelfo Castro e Álvaro Melo, que publicamente desaprovavam o apoio governista aos trabalhadores do campo e que, como proprietários de terras, teriam, segundo o jornal *Folha da Manhã*, supostamente alertado o governo que caso as Ligas Camponesas chegassem às suas terras, seriam recebidas “debaixo de pau”⁹⁶⁰.

⁹⁵⁵ PROPRIETÁRIO rural. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 19 jun. 1960.

⁹⁵⁶ Exemplo de uma dessas associações: Associação Rural de São Raimundo Nonato, ver: ESTATUTO da Associação Rural de São Raimundo Nonato. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 11 jan. 1959.

⁹⁵⁷ PREGAÇÃO. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 28 mar. 1962.

⁹⁵⁸ DRUMOND JR., A. Canto de página. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 28 mar. 1962.

⁹⁵⁹ Ibid.

⁹⁶⁰ DEPUTADOS petebistas reprovam as ligas camponesas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 29 mar. 1962.

A Federação das Associações Rurais do Estado do Piauí (Farepi), diante da emergência da atuação desses grupos de trabalhadores lançou uma “declaração de atitudes” em nome dos proprietários de Terra do Estado. Nesse documento constavam quatro posições da instituição frente à questão agrária no Piauí, conforme se pode observar a seguir:

- a) Discordam da agitação levada ao meio rural, onde se propagava o desrespeito à propriedade e comunicação das terras;
- b) Apoiam a Arquidiocese de Teresina na obra da elevação do rurícola à melhor padrão de vida;
- c) Apelam para as autoridades constituídas, para tomando como base as leis de “ORGANIZAÇÃO DA VIDA RURAL BRASILEIRA” e demais instituições nacionais, proporcionem meios à efetivação da cruzada da justiça social;
- d) Consideram grave o momento que atravessamos e confiam nos poderes constituídos para evitarem a luta de classes.⁹⁶¹

Dentre esses pontos, a referência à Igreja é bastante relevante, uma vez que autorizava aquela instituição a conduzir os movimentos no campo. Os proprietários recorriam à ordem religiosa com a intenção de apaziguar a agitação no meio rural, visto que o *trabalhista* Rodrigues apoiava a agitação e o “desrespeito à propriedade”.

Encontrou-se nos relatórios do Congresso Nacional, no ano de 1963, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que visava investigar fatos ocorridos no Engenho Pedra, no município de Água Preta, localizado no estado de Pernambuco, tendo como relator o deputado *petebista* piauiense Clidenor de Freitas Santos. De forma curiosa, essa CPI acabou por desdobrar-se em extensão, verificando a atuação das Ligas Camponesas nos estados do Nordeste, entre eles o Piauí. A primeira Capital visitada pela comissão de deputados foi São Luís, no Maranhão. Após coletarem dados e depoimentos, os deputados partiram para Teresina, e, nessa cidade, várias acusações e depoimentos foram levantados de ambos os lados pela equipe da comissão.

Instalados na Assembleia Legislativa, ouviram como primeira testemunha Deusdedith Mendes Ribeiro, advogado, funcionário público, delegado do trabalho no Piauí e filiado ao PTB, cuja atuação nos últimos tempos vinha se destacando em favor dos trabalhadores sindicalizados, bem como no movimento contra a carestia no Estado e, de forma espacial, no fomento à criação das Ligas Camponesas no Piauí. Ribeiro, segundo consta no relatório, defendeu a união dos trabalhadores rurais em razão da tão conhecida situação de pobreza que enfrentavam. Argumentou, ainda, que aquela recente união dos camponeses em

⁹⁶¹ DRUMOND JR., A. Canto de página. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 4 abr. 1962.

desenvolvimento no Piauí era pacífica, e que visava apenas a organização dos lavradores e trabalhadores agrícolas.⁹⁶²

Em seguida o relatório aponta três depoimentos contrários às organizações camponesas. O primeiro foi dado pelo ex-desembargador Simplício de Sousa Mendes, grande latifundiário do Piauí. Segundo consta no relatório da CPI, o ex-desembargador considerava ilegal a atuação dos trabalhadores, acentuando que era um erro estimulá-los a agir de tal maneira. O ruralista terminou sua oração declarando que considerava as organizações dos lavradores meras entidades comunistas, subversivas, que tinham como único objetivo convulsionar a ordem social.⁹⁶³ O segundo depoimento contrário foi de Anísio Martins Maia, procurador de justiça naquele Estado e grande proprietário, “condenando todos aqueles que se associavam com o objetivo de tumultuar a ordem, acobertados pelo Governo do Estado”. O terceiro a depor foi o general João Henrique Gayoso e Almendra, um dos grandes proprietários no Estado em cujas terras se instalou a primeira Liga Camponesa do Piauí. Consta no relatório que “Falava o proprietário com ênfase dramática, punhos cerrados, investia contra aqueles que abusavam de sua propriedade, acentuando: ‘Srs. Deputados, na minha propriedade criaram uma Liga Camponesa, para subverter a ordem e a disciplina, e os oradores na sessão inaugural chegaram a dizer que a terra era de todos, como o sol, o ar e a chuva’. E interrogava dramaticamente: ‘Isto é ou não é subversivo?’”⁹⁶⁴

Também foi ouvido um agricultor, líder das Ligas Camponesas no Estado, o sr. José Esperidião Fernandes. Veja-se um pequeno trecho do relatório, com o depoimento do agricultor:

A seguir prestou seu depoimento o Sr. José Esperidião Fernandes, Lavrador, criador de galinhas e presidente da Liga Camponesa do Município de Teresina. Homem simples, sem instrução, em seu depoimento vasado em linguagem singela, porém firme, passou a descrever o que era a vida de um trabalhador agrícola no interior do Piauí: sem assistência, sem garantia do uso da terra, a mercê do proprietário, sem salário mínimo, sem escola para os filhos, sem assistência médica, sem transporte, sem crédito, vivendo do seu próprio trabalho e colhendo da terra alheia o sustento para si e para sua família. É a descrição amarga da mais profunda miséria.

Interrogado sobre o salário que ganha em média um trabalhador agrícola no interior do Piauí, respondeu: 50, 60, 80 cruzeiros, ou 30 às vezes até 10 cruzeiros”.

O presidente da Comissão no momento o deputado Carlos Gomes, interveio para indagar o que se comprava no Piauí com dez cruzeiros, ao que o

⁹⁶² COMISSÃO Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos ocorridos no engenho pedra no município de Água Preta, Pernambuco. **Diário do Congresso Nacional**, p. 63, 31 jan. 1963, p. 63.

⁹⁶³ *Ibid.*, p. 63.

⁹⁶⁴ *Ibid.*, p. 63.

depoente respondeu singelamente: “deputado, quanto compra um pouco de café, e um pouco de farinha. Mas por isso é que nos estamos nessa luta”. Homem rústico, afeito à luta no campo, porém firme e decisivo, demonstrando uma consciência absolutamente sólida da sua condição e do papel que representava como líder de uma sociedade composta de homens também rudes, nascidos no campo e vivendo no campo, a sua descrição por que passa os sofrimentos do homem do campo que vive da terra no interior piauiense é realmente pungente, porque narra com nitidez verdadeiramente impressionante a extensão do pauperismo da miséria e da desgraça social.⁹⁶⁵

Deve-se levar em conta que o relator da CPI era o deputado do PTB piauiense Clidenor de Freitas Santos, pertencente à Frente Parlamentar Nacionalista, talvez por isso sua adesão mais emocional à fala do agricultor, mas que não deixa de ser um momento importante para esta análise, em que minimamente, por meio de documentos oficiais, dá-se voz aos trabalhadores rurais. Fazendo-se uma leitura indiciária, o quadro social de miséria no qual estavam inseridos os camponeses piauienses não diverge dos outros relatos apontados no Capítulo 4. Interessante observar que mesmo cientes das dificuldades que encontrariam frente aos proprietários, os trabalhadores estavam engajados “nessa luta” por melhoria das condições de vida no campo.

Por último os parlamentares escutaram o governador Chagas Rodrigues. Como consta no relatório, foram solicitados ao governante documentos que apontassem os problemas do homem do campo no Estado. No relatório consta que

S. Exa. [era] defensor de uma reforma agrária radical voltada para os interesses da comunidade, e classificou de espoleativos os processos daqueles que usam a terra e a exploram. Anexou dois projetos de lei sobre loteamento de terras do Estado, sobre a instituição de campanhas de ação rural e de saneamento rural. As proposições foram encaminhadas à Assembléia Legislativa, mas negada a sua aprovação. Não apresentou qualquer sugestão com referência ao problema nacional da reforma agrária.⁹⁶⁶

Localizou-se no jornal *udenista Folha da Manhã* a passagem da CPI pelo Piauí. Ao que parece, os *udenistas*, com a investigação daquela comissão, acreditavam que as perturbações causadas pelos camponeses aos proprietários de terra no Estado seriam sanadas, pois aguardavam o parecer do Ministro da Justiça para deter os ataques daqueles indivíduos que agiam sob “influência cubana”. Segundo aquele noticioso:

⁹⁶⁵ COMISSÃO Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos ocorridos no engenho pedra no município de Água Preta, Pernambuco. **Diário do Congresso Nacional**, p. 63, 31 jan. 1963, p. 63.

⁹⁶⁶ *Ibid.*

Ligas Camponesas

POR AQUI passou a Comissão Parlamentar de Inquéritos que veio do Nordeste apurar o que de verdade existe no programa dos fundadores das tais ligas. No Piauí foram ouvidas pessoas idôneas e mais o governador do Estado. O depoimento dêste, naturalmente, foi favorável aos fundadores, pois são eles pessoas pertencentes ao seu “staff”. Porém, os que visam o bem-estar da coletividade, evitando a luta de classes de consequências imprevisíveis, declararam a verdade do que ocorre nos municípios, onde foram instaladas algumas dessas “ligas”, sob a denominação capciosa de “nacionalistas”. De posse do que ouviram os srs. Deputados, resta-nos aguardar a palavra do sr. Ministro da Justiça que, por certo, toma enérgicas medidas, no sentido de afastar de nós a influência política cubana, sob o regime comunista de Fidel Castro, o monstro que vive pisando o solo ensanguentado daquela infeliz ilha, entregue à sua mentalidade horripilante de verdugo. Esperemos, pois, a resolução das nossas autoridades, responsáveis pelo destino do Brasil.⁹⁶⁷

Preocupados com toda a agitação em que o Piauí se encontrava, parlamentares ligados às siglas UDN e PSD publicamente apontavam a existência de um plano demagógico por parte do governador, que visava unicamente, segundo eles, a eleição. Levantando esse discurso oportunista, os deputados estaduais *pessedistas* e *udenistas* recusavam-se a expandir o debate político sobre o tema da Reforma Agrária no Piauí, rejeitando qualquer proposta enviada à Casa pelo governador Chagas Rodrigues que tratasse da cessão de terras públicas. Em 1963, o deputado do Partido Democrata Cristão (PDC) Celso Coelho apontava que os deputados não podiam se furtar ao debate sobre as condições do homem do campo. Segundo aquele parlamentar, existia um forte movimento no meio político contrário às tentativas de suscitarem debates sobre aquelas questões na Câmara de Deputados, uma vez que seus representantes “não desejam a libertação do camponês. Daí surgirem organizações, campanhas de imprensa, programas de rádio como medidas tendentes a calar as vozes dos que se levantam a favor da classe desprotegida dos agricultores”⁹⁶⁸. Como se pode perceber, no campo da política oficial tal contenda sobre a reforma não era levada adiante, o que restringia o debate em âmbito partidário, limitando as querelas ao espaço público e midiático, como se aquele fosse um assunto a ser evitado pela política partidária. A questão mais importante suscitada por muitos partidários do PSD e da UDN no Piauí, segundo se pode apontar nos jornais, dizia respeito ao questionamento sobre a real necessidade de o Estado interferir na forma de atuação do homem do campo, sob a alegativa de que a resolução dessas contendas era da seara do particular, entre proprietário e camponês.

⁹⁶⁷ TÓPICOS. Ligas Camponesas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 14 abr. 1962.

⁹⁶⁸ PROPRIETÁRIOS e camponeses. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 3 nov. 1963.

Para além da oposição da UDN e do PSD, o PTB, representado pela figura dos seus deputados estaduais Filadelfo Castro, João Carvalho e Álvaro Melo, fez um comunicado oficial ao governador afirmando que não concordava com qualquer política que visasse fomentar a fundação de organizações no campo, em especial as subversivas “Ligas Camponesas”.

Diante desse quadro estadual surge, em âmbito federal, a Superintendência de Política Agrária (Supra), órgão criado no governo João Goulart que tinha como objetivo implementar medidas para a Reforma Agrária no Brasil, e que, naquele momento, acabou mediando algumas das questões relativas ao campo no Piauí. Em 1962 firmou-se um acordo, com a interferência daquele órgão, entre as associações rurais e os sindicatos dos trabalhadores rurais, com sete cláusulas estabelecendo os seguintes termos:

1. Os proprietários não deveriam colocar para fora de suas terras os moradores sem a ajuizada ação de despejo;
2. Será permitida a saída de indivíduos que comprovadamente, por inquérito policial, tenham roubado ou furtado nas respectivas terras;
3. Os proprietários ficam obrigados a pagar o salário mínimo aos trabalhadores rurais;
4. Era assegurado aos trabalhadores agrícolas o direito de fazerem a roça no local onde residem, mas é garantido ao proprietário destinar o local exato do plantio;
5. Ficam responsáveis os proprietários por retirar das terras cultiváveis os animais ditos “roceiros”;
6. Era de obrigação do trabalhador rural pagar ao proprietário da terra uma quarta da safra;
7. Ao trabalhador caberia estabelecer o valor do produto produzido sem interferência dos donos das terras.⁹⁶⁹

De forma resumida seriam esses os termos do acordo que, para os ruralistas, foi assinalado como uma derrota da categoria.

Chagas Rodrigues não se furtou a ter um posicionamento claro sobre essa questão em seu governo. Deu o apoio necessário, no sentido material, quando solicitado por essas organizações camponesas, contudo foi impedido de avançar mais pela Assembleia Legislativa, que votava contra os projetos encaminhados.⁹⁷⁰ Em trecho do jornal apoiador do governo *Jornal do Comércio*, o editor apontava que um dos órgãos que mais foi prejudicado com a

⁹⁶⁹ ATIVIDADE da Suprano Piauí. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 8 ago. 1963.

⁹⁷⁰ ASSEMBLEIA votou contra os humildes. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 jan. 1963.

rejeição dos projetos governamentais foi o Serse, cujo quadro de funcionários já era insuficiente para dar conta do atendimento do município de Teresina, que ficaria ainda mais inviável após a negativa, pela maioria da Assembleia, à solicitação do governador de contratação de 30 novos funcionários, entre médicos, dentistas e assistentes sociais, destinados a fazer frente à ampliação desse atendimento em decorrência dos *comandos rurais*.

Sabe-se que a oposição ao governo cresceu em razão do seu apoio aos movimentos no campo, fato que o *trabalhista* não escondia, tampouco tentava amenizar em seus discursos na própria Assembleia. Em mensagem enviada àquela Casa no último ano de sua administração, em 1962, Chagas Rodrigues apontou as posições adotadas com relação aos movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais durante o seu mandato da seguinte forma:

O “movimento operário” e o “movimento rural” têm recebido de nossa parte toda solidariedade e ajuda em sua luta por melhores condições de vida e de trabalho para todos, e pela implantação de uma ordem econômica-social mais justa e mais humana, indispensável à felicidade coletiva e à plena afirmação da personalidade humana.⁹⁷¹

Percebe-se que o trabalhismo, enquanto projeto político, acabou elegendo os seus destinatários, como fica nítido no discurso do governador Chagas Rodrigues. A eleição desses segmentos sociais acabou contribuindo para fomentar o confronto com a *cultura política partidária* vigente, uma vez que na forma tradicional de política, os setores menos favorecidos da sociedade não eram incluídos. E são esses segmentos que serão abordados no último tópico, como forma de reforçar as diferenças entre o projeto *trabalhista oficial* que tentou ser implementado no Piauí e a *cultura política partidária* no Estado.

5.3 Trabalhismo, a quem te destinas? Trabalhadores, operários, sindicatos, estudantes, pobres e camponeses

O governador dos estudantes, dos operários, dos pobres, recebeu dessa classe uma manifestação de adesão e de agradecimento.

Mas qual será a causa disto tudo? É porque Chagas não teme ir às praças, desde que seja para defender quem é atacado; quem se vê perseguido por forças maiores; é porque esse atual governador põe acima dos interesses de partidos, os interesses do povo [...].⁹⁷²

⁹⁷¹ MENSAGEM do Govêrno do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, 1962.

⁹⁷² O POVO está com Chagas. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, fev. 1962.

Para a *Cultura Política Partidária* local, o exercício do fazer e do ser político estava longe da alçada popular, cabendo ao povo apenas momentos específicos de participação no espaço “oficial” da prática política, a exemplo do processo eleitoral. Longe desse período, os populares - a grande massa humana pobre e analfabeta que compunha o elemento humano primordial do Estado - eram incentivados a não opinar no que não compreendiam, porque em sua imensa maioria eram considerados uma “malta”, como citou em determinado momento de sua carreira o ex-interventor Leônidas Castro Mello⁹⁷⁴, ou mesmo iletrados, que não mereciam ter acesso ao voto, como analisava Simplício de Sousa Mendes⁹⁷⁵ em seus artigos para os jornais *udenistas*. Quando não eram considerados uma malta ou iletrados, eram simplesmente banidos violentamente com a ajuda da polícia, como visto no Capítulo 3, das contendas e debates sobre a coisa pública. Contudo o *Trabalhismo*, enquanto projeto político, procurava estabelecer uma relação com o povo, visando construir um espaço de negociação e diálogo, e foi dessa forma que Chagas Rodrigues atuou no Piauí, tentando agregar novos elementos na condução da *cultura política partidária* local.

Chagas Rodrigues, ao iniciar sua gestão, buscou atuar de acordo com os grandes líderes do seu partido, possivelmente reproduzindo condutas adotadas, por exemplo, por João Goulart no Ministério do Trabalho, quando, segundo Jorge Ferreira, “simplesmente desmistificou a representação da autoridade pública, acabando com qualquer tipo de cerimonial. Até a sua nomeação, por exemplo, era difícil conseguir uma audiência com um ministro de Estado”⁹⁷⁶, ou agindo como o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que também recebia populares no Palácio Piratini.⁹⁷⁷ O governador do Piauí, por seu turno, como estratégia de atuação do projeto *trabalhista*, abriu as portas do Palácio de Karnak para audiências públicas uma vez por semana.⁹⁷⁸ Essa conduta de aproximação aparentava ocorrer também como maneira de promover uma espécie de questionamento sobre a atitude de distanciamento do exercício da política partidária da esfera popular, reforçada na política nacional desde a instalação da República, na qual as decisões que interessavam ao povo, como o próprio ato da proclamação, não foram tomadas com base em consultas ou

⁹⁷⁴ MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976, p. 356.

⁹⁷⁵ MENDES, Simplício de Sousa. Apresentava-se a Revolução. **O Dia**, n. 1220, p. 3, 19 abr. 1964.

⁹⁷⁶ FERREIRA, Jorge. **Imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a, p. 115. Ver também Depoimento de Hugo de Farias em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 123.

⁹⁷⁷ BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 68.

⁹⁷⁸ Ver matéria: PALÁCIO do Governo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 23 maio 1961.

reivindicações populares.⁹⁷⁹ O político, portanto, recobria-se de uma áurea hierárquica, tornando-se quase um ser inacessível. Em meio a essa tradicional separação entre o povo e os políticos, em âmbito nacional e local, quando Rodrigues assumiu, imediatamente adotou atitude oposta, reduzindo consideravelmente essa distância, pois qualquer indivíduo que quisesse marcar audiência com o governador piauiense poderia ser atendido no horário destinado ao público, que era das 7 h às 11 h da manhã, todos os sábados.⁹⁸⁰ Os jornais locais constantemente publicavam os nomes daqueles que conseguiam ser atendidos, entre os quais estava sempre um grande número de sindicalistas. Era realmente expressivo o número de pessoas que procuravam o administrador *petebista* – em apenas um único dia de audiência popular chegava a receber quase 100 pessoas.⁹⁸¹ Louvado por essa atitude de aproximação com os populares, em especial pela imprensa militante que o apoiava, como os editores da revista *Caravana*, não restavam dúvidas para os correligionários de que o governador se inspirava no grande líder do partido, Getúlio Vargas, passando a circular uma representação desses sujeitos como “grandes amigos”, ou melhor, como mestre e discípulo.⁹⁸² Em entrevista, Chagas Rodrigues apontou essa questão como uma das ações mais importantes no seu governo: “Eu fui o primeiro governador do Piauí a dar audiência pública. Toda semana. No fim de semana. Durante todo o dia. Eu recebia as pessoas que queriam falar comigo. Havia pessoas que vinham do extremo sul do Estado. Outros: eu vim cumprimentar o senhor!”⁹⁸³ Ao ser questionado sobre se essas atitudes seriam ações populistas, Chagas respondeu da seguinte forma: “uns achavam que era populismo, mas eu achava que era ouvir! Porque o povo diz o que está errado”⁹⁸⁴.

Crê-se que Chagas Rodrigues seguia as práticas políticas que norteavam a conduta do seu partido. Os jornais que apoiavam o seu governo esboçavam que o crescimento do partido poderia ser explicado em decorrência dessa aproximação entre políticos e população, pois o PTB “se atirava em conquista das massas, para o novo ideário político”⁹⁸⁵. Uma parcela importante dos segmentos políticos compreendeu que não poderia haver o pleno exercício da política sem o contato com o povo, sem a eleição das reivindicações sociais como foco de

⁹⁷⁹ CARVALHO, José Murilo de. As proclamações da República. In: _____ (Org.). **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 35-54.

⁹⁸⁰ PALÁCIO do Governo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 6 fev. 1959.

⁹⁸¹ PALÁCIO do Governo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 abr. 1959.

⁹⁸² SENTIDO humano. **Revista Caravana**, ano XIII, mar. 1960 (Edição de homenagem ao governador Chagas Rodrigues).

⁹⁸³ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

⁹⁸⁴ Ibid.

⁹⁸⁵ PTB: um aliado difícil. **A cidade de Teresina**, p. 1-2, 1º nov. 1959.

ação do governo, sem o processo de negociação e sem a aceitação popular das propostas políticas, posição constantemente traduzida como oportunista, em especial por políticos que não aderiram à novidadeira prática. O *trabalhismo* lançou as bases para a política nacional de aproximação com o povo no intuito de que as práticas políticas partidárias tivessem ressonância e aprovação/reprovação popular, como uma espécie de acordo entre as partes.

Considerado por seus apoiadores um governante do povo, popular, das massas, o *trabalhista* Rodrigues acreditava que essa aproximação era um fator determinante para a condução de sua gestão. Por essa razão, o espaço físico onde ocorreriam esses encontros deveria ser descentralizado, ou seja, para além da sede oficial do governo, era preciso sair do ambiente institucional e ouvir os populares em seu lugar de vivência e convivência, como, por exemplo, nas associações, sindicatos, e até mesmo na rua. Após seis meses de governo, o *trabalhista* promoveu uma concentração popular em frente ao Karnak para “prestar contas” de seu governo à população. Essas situações de intimidade e de quebra da formalidade institucional eram destaques no noticioso *petebista*, como no *Jornal do Comércio*, que em 1962 narrou o episódio da peixada oferecida em homenagem ao governador e sua esposa pelo morador de Teresina, Sr. José Doroteu da Silva, em um bairro pobre da periferia.⁹⁸⁶ Já quase na reta final do seu governo, no momento em que lhe foram prestadas homenagens pelos trabalhadores no Centro Artístico e Operário Piauiense do bairro Piçarra, Chagas Rodrigues reforçava em discurso essa diferença na sua atuação política, agradecendo o tributo e afirmando que estava “satisfeito de se encontrar falando com os operários e trabalhadores em sua própria sede, tendo oportunidade de melhor ouvir e atender as suas necessidades”.⁹⁸⁷

Essa redução de distâncias acabava proporcionando maior visibilidade ao governador *petebista*, nesse sentido, inseria-se na política local, juntamente com o PTB, uma maior representação governamental apresentada pela mídia local. Em especial nos anos iniciais do seu governo, Rodrigues tentou estabelecer uma relação amigável com os canais de comunicação no Estado. Era algo muitíssimo novo para o Piauí a ideia de coletivas de imprensa, e Chagas tinha conhecimento dessa questão. Sabendo aproveitar esse viés novidadeiro, constantemente convocava os jornalistas para apresentar novos projetos e planos de governo, assim como para repercutir as conquistas de sua administração, em especial no momento em que retornava de suas tão criticadas viagens à Capital Federal.⁹⁸⁸ Para além de

⁹⁸⁶ MORADORES do Poti Velho homenagem o governador. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 1, 4 fev. 1962.

⁹⁸⁷ CENTRO Artístico homenageia Chagas Rodrigues e senhora. *A cidade de Teresina*, Teresina, p. 3, 20 ago. 1961.

⁹⁸⁸ Ver: O PIAUÍ na reunião com o presidente JQ. *A cidade de Teresina*, Teresina, p. 1, 16 jul. 1960; GOVERNADOR Chagas Rodrigues fala ao povo. *A cidade de Teresina*, Teresina, p. 1, 15 out. 1961.

suas entrevistas, os telegramas que parabenizavam o governador por alguma ação ou decisão política eram publicados nos jornais locais, como forma de reafirmar sua imagem positiva, a exemplo da série de telegramas parabenizando Chagas pela atuação na V reunião dos governadores, quando representou o próprio presidente da República no evento.⁹⁸⁹ Em decorrência desse contato constante com a imprensa local, pela primeira vez um governo do estado do Piauí criou uma assessoria de imprensa, que se tornaria o canal oficial de conexão entre o governador e a imprensa local, a cargo de Valdemar Sandes, o primeiro secretário de imprensa do estado do Piauí.

Outro instrumento usado como estratégia de governo pela primeira vez no Piauí foi o rádio. A ideia de fundar uma emissora de rádio, na qual Chagas Rodrigues pudesse falar diretamente com os ouvintes, numa oratória elogiável, mas enaltecendo a si e aos seus projetos, foi vista pelos seus adversários como um ato apenas de promoção política. No plano governamental, elaborou-se a criação de um programa radiofônico intitulado *falando com o povo*, transmitido pela Rádio Clube de Teresina e no início retransmitido pela Rádio Educadora de Parnaíba, passando posteriormente a ser também transmitido pela Rádio Difusora de Teresina. O programa semanal era veiculado às quartas-feiras, no horário das 21 h. Os jornais locais também ajudavam na divulgação do novo evento radiofônico: “Estimado leitor! Ouça a palavra sadia do Governador Chagas Rodrigues, ligando o rádio para a Educadora local ou rádio Clube de Teresina, tôdas as quartas-feiras, às 9 horas da noite. Assim, ouvirás o Governador do teu Estado – FALANDO COM O POVO” (grifo do jornal).⁹⁹⁰ Essa forma de criar laços entre governo e povo foi uma prática utilizada por Vargas, mas também pelo colega do Partido, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.⁹⁹¹

A emissora que serviu como forma de propagação do projeto *trabalhista* no Estado foi a Rádio Clube de Teresina LTDA., criada por meio do Decreto-Lei nº 43.575, de 26 de abril de 1958, e do de nº 46.003, de 15 de maio de 1959, publicados no Diário Oficial da União em 3 de setembro de 1959. As ações da rádio foram divididas entre José de Anchieta Santos Correia, Maria Genovefa de Aguiar Moraes (Genu Moraes, filha do ex-governador Eurípedes de Aguiar), Benedito Raimundo Alves Pereira (representante de

⁹⁸⁹ PALÁCIO do Governo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 20 ago. 1961.

⁹⁹⁰ FALANDO com o povo. **O Tempo**, Parnaíba, 19 ago. 1960.

⁹⁹¹ Brizola realmente inaugurou no governo do Rio Grande do Sul uma época bastante dinâmica, rica de inovações. Às sextas-feiras, falava pela Rádio Farroupilha, diretamente da sede do diretório metropolitano do PTB, para todo o Estado. A conversa, muitas vezes com apartes dos presentes ao auditório do PTB, durava duas horas, ou mais; enfim, o tempo necessário para Brizola justificar seus atos. Na transmissão, Brizola se defendia das críticas surgidas na semana, o que de certa forma inibia os adversários, pois sabiam que ele podia explicar qualquer dúvida levantada (BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 68).

Chagas Rodrigues e do irmão José Alexandre Rodrigues) e a Rádio Difusora do Maranhão, representada pelo seu diretor gerente Raimundo Emerson Machado Bacelar, pertencente ao grupo Bacelar do estado do Maranhão.⁹⁹² A Rádio Clube foi inaugurada em 21 de janeiro de 1960 e imediatamente passou a transmitir semanalmente os discursos do governador Chagas Rodrigues. Infelizmente não se teve acesso ao áudio, tampouco aos manuscritos que partiam como mote central para os discursos. Contudo, segundo os jornais impressos, de maneira geral, a oração do governador era feita de forma improvisada, elegendo os acontecimentos relativos ao seu governo ocorridos durante a semana, bem como tratava das viagens que fazia ao sul do País e continha respostas às cartas dos populares.⁹⁹³

De fato, as estratégias de aproximação entre o governador e o povo, logo nos primeiros meses da administração, passaram a evidenciar um novo espaço na administração *petebista*, sendo que alguns grupos específicos tiveram mais acesso às políticas públicas daquele governo trabalhista. Um dos principais grupos com o qual o administrador estadual buscou estreitar laços foram os sindicatos. A proposta era trazer esses setores para junto da sigla *petebista*, pois até aquele momento os sindicatos estavam constantemente fragmentados entre a polarização UDN e PSD nas disputas locais. Muitos daqueles trabalhadores, até o pleito de 1958, preferiam se acomodar em uma ou outra sigla, pois não havia uma identificação direta com o PTB enquanto promotor de uma atuação *trabalhista* de fato. Um importante exemplo disso está no fato de o presidente do Sindicato dos Estivadores de Parnaíba, Tiago José da Silva, mesmo tendo participado do Diretório Regional do PTB na sua cidade de Parnaíba, ter se candidatado pelo PSD em 1950 ao cargo de deputado estadual, recebendo 468 votos.⁹⁹⁴ Tiago, contudo, na eleição de 1958, candidatara-se pelo PTB, elegendo-se deputado estadual.

Segundo os jornais da bancada do partido *trabalhista*, Chagas Rodrigues teria sido o primeiro governador a receber e dialogar com os sindicatos no Piauí.⁹⁹⁵ No plano legal, encaminhou projetos de lei à Assembleia Legislativa fazendo a doação de imóvel do Estado

⁹⁹² KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso**: o político e a sua época. Teresina: Zodíaco, 2006, p. 239.

⁹⁹³ Tem-se acesso ao conteúdo do que era pronunciado pelo governador na Rádio Clube por meio dos jornais do governo e da oposição.

⁹⁹⁴ Tiago José da Silva se candidatou como deputado estadual pelo PTB em 1947 e não foi eleito. Não se encontram informações sobre aquele pleito no site do TRE-PI. Em 1950, como já apontado, foi candidato pelo PSD ao cargo de deputado estadual, e também foi derrotado, obtendo 468 votos. Em 1954, candidatou-se mais uma vez à Assembleia Estadual pelo PTB, recebendo 1.750 votos, de novo não se elegendo. Em 1958, é eleito deputado estadual pelo PTB com a votação de 3.258 votos. Em 1962, mais uma vez, candidatou-se a deputado estadual pelo PTB, não obtendo sucesso, recebendo um total de 1.309 votos. Ver: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1950**: resultado geral por cargo. 2015. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1950>>. Acesso em: 17 set. 2014.

⁹⁹⁵ POLÍTICA social do governo do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 dez. 1960.

aos sindicatos de trabalhadores de Teresina⁹⁹⁶ e também assinou vários decretos que passavam a reconhecer vários sindicatos do Estado como de “utilidade pública”. Com relação à participação dos trabalhadores no governo, Chagas Rodrigues convocou para trabalhar no gabinete oficial um líder sindical e nomeou para alto cargo do Serviço Social do Estado o presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio.⁹⁹⁷ No caminho da aproximação com os trabalhadores organizados, se comparado aos trilhados por outras administrações estaduais, Chagas Rodrigues realmente tomava um rumo diferente do assumido pelas práticas de governo em execução até aquele momento.⁹⁹⁸

Em razão de tal tomada de posição era necessário que os trabalhadores percebessem que o PTB era seu legítimo representante. Não adiantava o governo promover uma luta em prol dos direitos trabalhistas, empoderar sindicalistas em cargos públicos e distribuir benefícios, se não conseguia capturar as sensibilidades do eleitorado trabalhador em favor do partido. Com esse intuito, outra ação passou a ser articulada no primeiro ano de governo, que pode também ser considerada como parte da estratégia de aproximação entre governo e trabalhadores: a comemoração do primeiro de maio.⁹⁹⁹ A iniciativa para a organização do evento naquela data partiu dos sindicalistas, que, reunidos com o governador em abril de 1959, solicitaram apoio para a comemoração. Entretanto, Chagas Rodrigues atribuiu aos seus assessores a organização do evento, retirando dos sindicalistas a gerência do ato.¹⁰⁰⁰ Mesmo que nos anos seguintes o governo do Estado tomasse unicamente para si a organização das festividades, observou-se que havia vários segmentos sociais envolvidos, como os representantes dos trabalhadores, o presidente da Delegacia Regional do Trabalho, os representantes da Arquidiocese, os representantes da prefeitura de Teresina, além, logicamente, dos representantes do governo do Estado.

As atividades promovidas nas comemorações do 1º de maio, organizado no ano de 1959, foram apresentadas nos noticiosos da seguinte maneira: 1. Às 7 h da manhã houve uma missa campal celebrada por Dom Avelar; 2. Após a missa ocorreu a *Marcha do Trabalhador*, que contou com vários sindicatos, em especial os dos motoristas, motociclistas, ciclistas e carroceiros, sendo que o final da marcha ocorreu no Palácio de Karnak, com o discurso de encerramento realizado pelo governador do Estado; 3. Às 16 horas foi realizada partida de

⁹⁹⁶ PALÁCIO do Governo. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 16 jul. 1959.

⁹⁹⁷ O DR. DEUDES DIT Mendes Ribeiro. **Revista Caravana**, ano XIII, mar. 1960 (Edição de homenagem ao governador Chagas Rodrigues).

⁹⁹⁸ CENTRO Artístico homenageia Chagas Rodrigues e senhora. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 3, 20 ago. 1961.

⁹⁹⁹ FATOS inéditos no Piauí. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 30 jul. 1959.

¹⁰⁰⁰ COMUNICADO da Secretaria de Imprensa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 abr. 1959.

futebol no estádio municipal Lindolfo Monteiro; 4. Às 19:30 ocorreu festa popular na vila operária, em frente à matriz de São José. Na festividade ainda estavam incluídos cinema ao ar livre, homenagem feita ao governador pelos trabalhadores, apresentação artística realizada pela Juventude Operária Católica (JOC) e festa de tambores.¹⁰⁰¹

As comemorações do 1º de maio, como já mencionado, acabaram se tornando uma forma de reforçar, a cada ano, as relações entre o governo e os trabalhadores, sempre acompanhada de uma ação simbólica, como ocorreu no ano de 1960, quando Chagas Rodrigues assinou decretos que favoreciam os trabalhadores piauienses, entre outros benefícios, com a doação de uma sede ao sindicato de empregados de Teresina e a concessão de aumento aos trabalhadores do Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE) e aos funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Os trabalhadores do IAEE com a assinatura do decreto passariam a receber, segundo os jornais da época, pela primeira vez um salário mínimo.¹⁰⁰² Chagas Rodrigues reivindicava, como parte do projeto político *trabalhista*, o estreitamento da relação com os segmentos trabalhadores, e a data de 1º de maio era o momento em que se selava aquele pacto. Segundo o jornal da bancada *petebista*:

Entre nós, antes do advento do govêrno de Chagas Rodrigues, o primeiro de Maio transcorria friamente, porque o poder público não o exaltava como lhe cumpre. Por isto o Dia do Trabalhador não significava para o povo, principalmente para o operariado, senão um mero feriado um dia de laser [*sic*] ou de malandragem.

Do ano passado para cá sob a égide do governo do gov. Chagas Rodrigues, o dia do Trabalho vem tendo o devido sentido cívico e ideal para a consciência do trabalhador – do operariado ao intelectual, e de todas as classes que fazem do labor cotidiano seu verdadeiro sacerdócio.¹⁰⁰³

Se o objetivo do governo era melhorar a vida dos trabalhadores, em um primeiro momento, o discurso oficial se voltou para aqueles que sustentavam a própria máquina estatal, o funcionalismo público do Piauí. Os funcionários do Estado não poderiam ficar de fora dos benefícios *trabalhistas*. Para um Estado quase sem empregos vinculados à indústria, o governador deveria compreender a importância do servidor público, razão pela qual solicitou que fosse pago ao funcionalismo civil e militar do Estado o salário mínimo determinado por lei, algo que não era cumprido em outros governos.¹⁰⁰⁴ Os chamados “operários” do Estado que primeiramente começaram a receber um salário mínimo, como já apontado, foram os

¹⁰⁰¹ SERÃO solênes as festas do 1º de maio. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 4, 1º maio 1959.

¹⁰⁰² PALÁCIO do Governo. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 1º maio 1960.

¹⁰⁰³ COMEMORAÇÃO ao trabalho. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 24 abr. 1960.

¹⁰⁰⁴ NOTA do governador Chagas Rodrigues ao povo piauiense. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1. 19. out. 1961.

funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e do Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE)¹⁰⁰⁵, assim como os soldados.¹⁰⁰⁶ Um dos segmentos de funcionários do governo que teve aumento considerável nos ordenados foi o dos professores secundários e primários. Em matéria do jornal *Estado do Piauí*, o articulista do noticioso aponta, em forma de números, a melhoria da remuneração dessa categoria. Segundo ele, um professor da Escola Normal “Antonino Freire” recebia 6.180 cruzeiros, estando obrigado a dar 40 aulas mensais, e recebendo por aula excedente 50 cruzeiros. No ano de 1960, um professor secundário passou a receber 10 mil cruzeiros por mês, sendo obrigado a ministrar 32 aulas, ganhando ainda por aula o excedente de 100 cruzeiros. Ressalte-se que os que lecionassem há mais de 10 anos ganhariam uma gratificação de 2 mil cruzeiros.¹⁰⁰⁷ É necessário observar que tanto o aumento dado aos professores como o acréscimo salarial ofertado aos policiais no ano de 1960 foi fruto das reivindicações dessas categorias - no caso específico dos professores, as solicitações foram encaminhadas em forma de memorial e lidas pela categoria em solenidade no Palácio do Governo.¹⁰⁰⁸ Pode-se observar que tal situação reflete a existência de um campo aberto ao diálogo com os trabalhadores, pouco estabelecido nos governos anteriores.

Entre outros segmentos sociais que foram alvo de preocupação do governo destaca-se o setor educacional. Promoveu-se a ampliação do ensino público no Piauí¹⁰⁰⁹ com a abertura de várias escolas no sul e norte do Estado, em especial de cursos ginasiais, alguns apenas estadualizados, mesmo que o novo quantitativo de unidades escolares ainda fosse insuficiente para nutrir as necessidades de todo o território piauiense. Essas ações eram vistas e compreendidas pelo *projeto* do governo como parte de uma batalha contra o analfabetismo.¹⁰¹⁰ Em 1961, houve ainda uma tentativa de aplicação de novas diretrizes de matrícula para as escolas, dando prioridade aos estudantes vindos das camadas mais baixas. Segundo o jornal apoiador do governo *A cidade de Teresina*, a ação foi tomada visando acabar com “certas vantagens que se concedem a filhos de ‘burgueses’, que podendo pagar colégio, conseguem matrículas nas escolas gratuitas”¹⁰¹¹. Em decorrência da preferência dada aos alunos mais pobres, as escolas passariam a cobrar, no ato da matrícula, a apresentação de atestado de pobreza fornecido por algum órgão público do Estado. Essa medida, salutar frente

¹⁰⁰⁵ POLÍTICA social do governo do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 dez. 1960.

¹⁰⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁰⁷ O NOVO aumento e os professores primários e secundários. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 6, 18 dez. 1960.

¹⁰⁰⁸ VER: DUAS ou três centenas de professores comparecem ao Karnak. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7-8 fev. 1960; PERFEITA solidariedade de classe. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 8, 7 maio 1960.

¹⁰⁰⁹ GRATUITO: Colégio Estadual Lima Rabelo. **Gazeta do Piauí**, Parnaíba, p. 1, 4 jul. 1959.

¹⁰¹⁰ CHAGAS Rodrigues presta contas ao povo. **O Dia**, Teresina, p. 2, 4 fev. 1962.

¹⁰¹¹ NOVAS diretrizes no sistema de matricula nos educandários do governo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 22 out. 1961.

ao número de analfabetos no Piauí, poderia ser considerada uma medida de enfrentamento do governador do Estado às elites locais, já que os filhos da elite sempre estudaram nas escolas públicas do Estado. Apesar disso, o próprio jornal do PTB refletiu sobre a aplicabilidade dessa diretriz matricular, uma vez que questionava a confiabilidade dos órgãos públicos para concederem os atestados, pois “não é possível, que estas autoridades tenham a displicência em fornecer atestados-de-pobreza a esses latifundiários que têm pena de pagar o colégio para os filhos [...]”¹⁰¹². Talvez pela inviabilidade daquela proposta no ano de 1962 o governo concedeu bolsas de estudos a estudantes comprovadamente pobres em várias cidades piauienses por intermédio da Lei nº 2.271, de 8 de fevereiro de 1962.¹⁰¹³ Atentando ainda para a evasão escolar, pela falta de recursos materiais de muitos alunos, o governador decretou uma medida que parece insignificante, mas que talvez tenha repercutido entre as categorias mais desfavorecidas. Segundo o *Jornal do Comércio*, algumas investigações do governo apontaram que muitos alunos desistiam dos anos iniciais pela falta de dinheiro para comprar uniforme escolar; o governador então baixou decreto considerando o uso do fardamento facultativo e permitindo a matrícula de alunos repetentes.¹⁰¹⁴ Com a determinação, segundo o jornal *petebista*, houve um aumento do número de matrículas naquele ano (Figura 26).

Figura 26 – Chagas Rodrigues e Estudantes



Fonte: Pires, 2009, p. 20¹⁰¹⁵

¹⁰¹² NOVAS diretrizes no sistema de matricula nos educandários do governo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 22 out. 1961.

¹⁰¹³ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.271, de 8 de fevereiro de 1962**. Concede bôlsa de estudo a estudantes reconhecidamente pobres matriculados nos ginásios [...] Resumo do projeto encontrado nos Cadernos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1962c.

¹⁰¹⁴ SOBRINHO, Otávio. Administração do governador Chagas Rodrigues. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 28 fev. 1962.

¹⁰¹⁵ Na legenda: Chagas Rodrigues e alunos, após a criação do Colégio Estadual Lima Rabelo e Escola Normal Francisco Correia. Foto retirada do livro de memórias do *udenista*: PIRES, José Nelson de Carvalho. **Por que Parnaíba Cidade Universitária?** Parnaíba: Siart, 2009, p. 20.

A categoria estudantil organizada também mereceu atenção especial do governador *trabalhista*. Nos registros de projetos de lei da Assembleia, visualizou-se que várias demandas estudantis foram atendidas, em especial os requerimentos dos estudantes da capital, que eram mais organizados. Entre essas ações do governo pode-se constatar o pagamento do aluguel de prédio para o restaurante estudantil, assim como o pagamento de aluguel do Centro Estudantil Piauiense.¹⁰¹⁶

O posicionamento favorável às questões delineadas pelos estudantes fez com que o governador enfrentasse uma das situações mais complicadas durante a sua administração. Em 1962, quando a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), localizada no Rio de Janeiro, sofreu um atentado, Chagas Rodrigues prestou solidariedade fazendo-se presente ao comício organizado pela instituição. Nele o governador piauiense fez um discurso eloquente, apoiando as lideranças estudantis e sua luta e se colocando contra atitudes arbitrárias, como foi o caso do atentado.¹⁰¹⁷ Quando regressou ao Piauí, Chagas Rodrigues foi festivamente recebido e saudado por um grupo de líderes estudantis e por estudantes em razão dessa atitude.¹⁰¹⁸ Em nota oficial, Carlos Magno de Almeida, presidente da União Estadual dos Estudantes do Piauí (UEE), Antônio José Fonsêca de Castro, presidente do Diretório Acadêmico de Direito, Egídio Osório Porfídio da Mota, presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia, e Oston Teixeira Diniz, membro do Diretório Acadêmico de Odontologia, fizeram um desagravo público ao governador, em razão das acusações feitas pelo jornal *udenista Folha da Manhã*, que o acusava de ser comunista.¹⁰¹⁹

Entre as diversas categorias apresentadas - trabalhadores, sindicalistas, operários do Estado, estudantes -, uma das que se destacou expressivamente nos discursos oficiais foi a categoria intitulada pobre. O governo começou a propagar que, para além das ações voltadas aos trabalhadores, era necessário ativar as preocupações políticas com a pobreza de forma geral. Até mesmo nas mensagens destinadas ao povo piauiense em razão de comemorações festivas, as camadas sociais mais desprotegidas eram sempre alvo do discurso do governante, como aconteceu na mensagem natalina do ano de 1960:

¹⁰¹⁶ O GOVERNADOR Chagas Rodrigues concede auxílio aos estudantes piauienses. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 16 jun. 1960.

¹⁰¹⁷ SOARES, Virmar Ribeiro. Parabens governador Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 5, 4 fev. 1962. Ver também: MAC sem máscara: Lacerda é o culpado. **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 3, 12-18 jan. 1962.

¹⁰¹⁸ GOVERNADOR homenageado. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 14 jan. 1962.

¹⁰¹⁹ UNIÃO dos Estudantes e Diretórios Acadêmicos desagravam o governador. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 12 jan. 1962.

Mensagem do Govêrno do Estado

Ao Povo Piauiense

Quando todos os homens e mulheres de todo o mundo, celebram mais uma vez o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, o governador Chagas Rodrigues envia sua saudação fraternal a todos os piauienses, homens, mulheres e crianças, especialmente, aos mal alimentados, mal abrigados e mal vestidos, aos doentes e aos pobres e aos humildes, a todos desejamos momentos alegres, melhores dias e um Feliz Ano Novo.

Palácio do Karnak, em Teresina, 24/12/1960

a) Chagas Rodrigues
Governador do Estado.¹⁰²⁰

O governo utilizou a categoria “pobre” e suas variações, pobreza, pauperismo, etc., como elementos importantes para os quais seriam voltadas as ações *trabalhistas* no Estado. No final do governo aumentou o crédito para a assistência social, cujo órgão, o Serviço Social do Estado, foi criado para assistir esse segmento, trabalho, como já mencionado, executado por sua esposa, Maria do Carmo Rodrigues. Assim como Vargas ficou conhecido como “pai dos pobres, a primeira-dama do Estado tornou-se “a mãe dos pobres”, uma mulher que, segundo os jornais, vivia ao lado da pobreza. Por sua vez, o governador era “o amigo dos pobres”¹⁰²¹ ou “defensor dos pobres”,¹⁰²² aquele que recebia no Palácio de Karnak sem distinção de classe ou nível social. Certamente essa representação construída por seus apoiadores é perpassada pela concepção de que o pobre era sujeito passivo de políticas públicas.

No entanto, o segmento social mais propagandeado pelo governo foi o trabalhador do campo. Toda a parte final do governo foi destinada a eleger o homem do campo como o elemento propagador de uma nova forma de ser e estar no Piauí. O que o governador Chagas Rodrigues pretendia, ou pelo menos tentou promover, foi uma aproximação com os movimentos rurais que estavam se constituindo no Estado, articulando com eles um projeto *trabalhista* que já circulava nacionalmente, encabeçado pelo seu partido, o PTB, vislumbrando estabelecer o *pacto trabalhista*.

Esses foram alguns dos segmentos sociais priorizados nos discursos e ações sociais do governo *petebista*. Mesmo sem conseguir consolidar seus projetos no plano político e social, a postura adotada por aquele administrador público durante o exercício do governo estatal foi a de privilegiar os segmentos sociais que não foram assistidos em outros governos. Chagas Rodrigues acabou fazendo com que no Piauí, políticos, religiosos e trabalhadores, em

¹⁰²⁰ MENSAGEM do govêrno do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 25 dez. 1960.

¹⁰²¹ A OPOSIÇÃO em marcha ré. **O Dia**, Teresina, p. 2, 27 maio 1962.

¹⁰²² DEFENSOR dos pobres. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 28 jan. 1962.

especial os do campo, deslocassem os debates políticos locais, que versavam quase exclusivamente sobre o jogo eleitoral, para um posicionamento frente aos grandes temas nacionais que o País enfrentava, como a questão da *Reforma Agrária* e a *injustiça social*. As polêmicas e discussões lançadas pelo *trabalhismo oficial* geraram uma imensa oposição ao governo Chagas Rodrigues. A *cultura política partidária* passou a enfrentar um projeto que visava propor uma alteração substancial ao seu modelo de organização social. Se, por um lado, houve essa recusa por parte do corpo político, pergunta-se: onde estavam e como agiam as categorias que o *projeto trabalhista* dizia representar? No próximo capítulo analisam-se tanto a oposição política quanto as reações dos trabalhadores às tentativas de se implantar um *projeto trabalhista* no Piauí.

6 “DEMAGOGIA AO MÔLHO PARDO”¹⁰²³: OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA AO TRABALHISMO OFICIAL

“Para ingressar na representação do Piauí, Câmara Federal, o Sr. Chagas Rodrigues apresentou-se ao eleitorado com muito dinheiro, comprando votos à vontade, dinheiro êsse que tinha a sua origem no capitalismo dos seus parentes industriais e comerciantes. [...] Dizia-se, então, da UDN, tendo o brigadeiro Eduardo Gomes um modelo de probidade, enquanto combatia o ditador Getúlio Vargas, numa linguagem das mais candentes. Passam-se os dias. A UDN não consegue as posições oficiais, e o Sr. Chagas Rodrigues resolve seu problema, passando com as armas e a bagagem para o PTB, organização partidária fundada pelo falecido ditador. O Sr. João Goulart, daquele momento em diante, foi o chefe supremo do ex-udenista. Havendo probabilidade de subir, chegar as mais altas posições, o Sr. Chagas Rodrigues transforma-se em trabalhista ardoroso, capaz dos maiores sacrifícios. [...] A nação vem atravessando horas de incompreensão por parte de certas classes, minadas de elementos comunistas [...]. O sr. Chagas Rodrigues temeu a ameaça. Acha que é propício o momento para uma mudança de posição, para que possa salvar a riqueza da família e a sua própria. Zás. Vai à praça pública, confunde-se com populares, diz o que lhe vem à cabeça contra o capitalismo, e exalta a grandeza dos governantes populares. O Socialismo é, no momento, a côr política do governador do Piauí.”¹⁰²⁴

6.1 Que ladrem os cães ao cavaleiro que passa ao largo¹⁰²⁵: a cultura política partidária local enfrenta o trabalhismo oficial

O que se compreende ao investigar a tentativa de inserção do *trabalhismo* como componente de uma *Cultura Política Partidária* local durante a administração do governador Chagas Rodrigues é que, em seu momento inicial, o caráter novidadeiro da atuação *petebista* pegou de surpresa a oposição, que naquele instante se encontrava em sua grande maioria no PSD. Habituada às práticas de retaliação e às perseguições políticas, os *pessedistas* esperavam, em tom resignado, as ações direcionadas àqueles que se encontravam na condição de “fora do governo em exercício”. Contudo, o fato de iniciar a administração estadual optando por um secretariado técnico ao invés das indicações políticas fez com a oposição se sentisse um pouco mais à vontade com a figura do jovem *governador*, tanto que em janeiro de

¹⁰²³ Termo referente às práticas de Chagas Rodrigues, retirado do artigo: CONSIDERAÇÕES sobre a política do governador. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 25 set. 1960.

¹⁰²⁴ SOCIALISMO do governador. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 19 jan. 1962.

¹⁰²⁵ Trecho de uma matéria que apontava as críticas que a oposição fazia ao governador Chagas Rodrigues: O GOVERNADOR Chagas Rodrigues consegue câmbio livre para a cêra da carnaúba. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 2 ago. 1959.

1959, os deputados estaduais eleitos que se encontravam na face oposta do governo fizeram uma visita de cortesia ao administrador *trabalhista*, fato impensável alguns anos antes. No plano federal, os deputados *pessedistas* afirmavam publicamente aos jornais cariocas que a seriedade do governador eleito faria com que no Piauí não houvesse oposição, desde que fossem cumpridos alguns compromissos políticos.¹⁰²⁶

Percebeu-se que uma problemática se insurge no governo *petebista* logo nos seus primeiros meses. UDN e PSD não eram mais o centro das atenções políticas estaduais, mas sim o PTB. A falta da dualidade, nítida na condução da coisa pública piauiense desde 1945, fez com que o quadro político fosse forçado a se recompor no Estado. Os partidários do PSD estavam tentando se enquadrar nesse novo ambiente, mesmo procurando adentrar o governo em um primeiro momento. Chagas Rodrigues mostrava que sua administração estava aberta ao diálogo com a oposição, afinal seguia o exemplo dos líderes do seu partido, como Getúlio Vargas e Jango, que indicavam que no exercício político não era obrigatória a demarcação definitiva dos territórios partidários, até mesmo para que fosse mantida a governabilidade. Quem não apoiava essa posição do governador eram os seus aliados, acostumados que estavam à *Cultura Política Partidária* local, definida pela prática da perseguição sumária aos opositores. O deputado federal pela UDN Joaquim Lustosa Sobrinho indagava publicamente no jornal *udenista Folha da Manhã* o seguinte: “Como podemos admitir que o governador eleito pela coligação UDN-PTB acredite na sinceridade desse propalado crédito de confiança aberto por êsse Partido [PSD] ao govêrno estadual?”¹⁰²⁷ Seria um recado ao governador? Possivelmente.

Para a UDN a situação era complicada. Privada da chefia do Executivo, no sentido de efetivar a ordenança da coisa pública, esperaria a hora certa para atuar. Em março de 1959, apenas há dois meses do novo governo, Chagas Rodrigues viajou para atender compromissos políticos fora do Estado e o seu vice, o *udenista* Tibério Nunes, aproveitou a condição de governador em exercício para autorizar várias demissões dos opositores.¹⁰²⁸ Era difícil conter a ânsia de realizar práticas políticas tão arraigadas na *Cultura Política Partidária* piauiense. De volta ao Estado o governador readmitiu os demitidos,¹⁰²⁹ gerando a primeira crise entre quadros *udenistas* e o PTB local.¹⁰³⁰

¹⁰²⁶ NO PIAUÍ govêrno não tem oposição. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 mar. 1959.

¹⁰²⁷ O SENHOR Chagas Rodrigues foi eleito pela UDN e PTB. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 25 abr. 1959.

¹⁰²⁸ FUGIU à rotina. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 abr. 1959.

¹⁰²⁹ PIAUÍ: discursos contra o governador. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 maio 1959.

¹⁰³⁰ PIAUÍ: PSD apoiará governo. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3. 21 maio 1959.

Chagas Rodrigues ensaiava formas de negociar com a UDN, para não perder o valioso apoio na bancada da Assembleia Legislativa, e tentava reforçar um diálogo com a oposição *pessedista* - em especial no momento do processo eleitoral de 1959, no qual a aliança nacional era PSD-PTB – para conseguir mais segurança na Administração Pública, investimentos que se mostraram sem sucesso quando a parte violenta da *cultura política partidária* piauiense se fez presente e atrapalhou os planos governistas. Em outubro de 1959, em meio a uma procissão religiosa, o secretário da prefeitura de Parnaíba, que era administrada pelo irmão de Chagas Rodrigues, Alexandre Caldas Rodrigues, foi assassinado por *pessedistas*, em praça pública. O fato teria ocorrido, segundo o noticioso apoiador do PTB, *Jornal do comércio*, porque o secretário da prefeitura, Alcenor Candeira, havia cortado o ponto do advogado e funcionário do município Clodoveu Cavalcante. Possivelmente aquela fiscalização mais rigorosa dos horários deveu-se à oposição política existente entre o Secretário e Clodoveu. Tal situação havia gerado polêmica nos jornais parnaibanos entre os dois indivíduos, que pertenciam a segmentos políticos diferentes, intensificada pelas acusações de infidelidade proferidas contra a mulher de Clodoveu, que culminou no assassinato do secretário.¹⁰³¹ O quadro descrito nos jornais locais era de terror generalizado entre os parnaibanos que presenciaram a ação dos criminosos. Segundo o jornal carioca *Diário Carioca*:

TELEGRAMA AO GOVERNADOR:

O delegado de polícia, Sr. José Nicodemos Alves Ramos, passou o seguinte telegrama ao governador Chagas Rodrigues, ora nesta capital:
Comunico a V.Exa. que hoje, (domingo) cêrca das 16:30 horas, nesta cidade, dona Jama(?) Gutierrez Cavalcanti, dr. Clodoveu Felipe Cavalcante, dr. Clodoveu Cavalcante Filho e Vaudeci Cavalcanti assassinaram barbaramente em plena praça da Graça, Alcenor Rodrigues Candeia, secretário da prefeitura municipal de Parnaíba. O crime verificou-se quando o povo parnaibano se reunia para a procissão de N. S. da Graça. Reina clima de absoluta intraquilidade, estando o povo revoltado ante um crime tão bárbaro e revestido de todos os requintes de perversidade. [...] Consta saíram outras pessoas baleadas, em consequência da atitude assumida pelos criminosos, em momento de grande movimentação na Praça da Graça.¹⁰³²

Os ânimos se acirraram e as tentativas de se promover uma junção política entre os partidos feneceu. Diante do ocorrido, tornou-se impossível estabelecer um diálogo com o PSD naquela ocasião.

No momento inicial do governo percebeu-se que a oposição, que se restringia de forma substancial ao PSD, não compreendia a forma de atuação do governo recém-eleito. As

¹⁰³¹ SANGRENTOS acontecimentos em Parnaíba. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 1, 15/16 out. 1959.

¹⁰³² PIAUÍ: crime político em Parnaíba. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, p. 3, 13 out. 1959.

novidades na atuação *petebista* não estavam no cerne do universo crítico oposicionista, que demorou, mas conseguiu produzir razões para atacar o governador. Foram dois os aspectos comuns à *cultura política partidária* tradicional levantados pela oposição: o uso de dinheiro público para questões pessoais e a questão moral. No que se refere ao primeiro aspecto, o uso do dinheiro público, as acusações estavam relacionadas às constantes viagens do governador ao Rio de Janeiro, que segundo os jornais *pessedistas* serviam apenas para atender interesses pessoais, uma vez que Chagas mantinha residência no Distrito Federal. Para os oposicionistas, tais viagens não tinham sentido em governo recém-eleito. Com o intuito de combater essas insinuações, no retorno de suas viagens, Chagas Rodrigues publicava nos jornais locais o seu roteiro de busca de auxílios, assim como as verbas que havia conseguido.¹⁰³³

A segunda questão sobre a qual os opositores lançaram críticas é o comportamento pessoal de Chagas Rodrigues.¹⁰³⁴ Essa era uma estratégia antiga, mas muito importante na condução da política partidária no Piauí, pois era necessário tentar contribuir para estabelecer uma relação de antipatia entre o governante e a população, elemento ligado às sensibilidades construídas pelo eleitorado sobre o político. Os opositores sabiam que essa combinação paixão/ódio na política muitas vezes desenrolava-se quando se lançavam ao público questões decorrentes da vida privada do governante. Apesar de constituir uma forma muito peculiar de se fazer política, se assim se pode dizer, tratava-se de componente importante da *Cultura Política Partidária* no Piauí. Não se está aqui a afirmar que os políticos manipulavam as sensibilidades populares, apenas valiam-se dessa estratégia para capturá-las.¹⁰³⁵ Segundo Mônica Castro, dados encontrados em uma pesquisa realizada em 1989 em Belo Horizonte apontavam que quando o eleitorado tinha opiniões sobre questões políticas, tendia a transferi-las ao seu candidato ou ao partido de sua preferência, independentemente de suas propostas efetivas.¹⁰³⁶ Nesse sentido, transpondo-se o resultado dessa pesquisa para aquela realidade e associando-lhe a *cultura política* local, caberia ao político capturar essas “opiniões” no seio social e, quando oportuno, utilizá-las a seu favor. Em alguns momentos,

¹⁰³³ O GOVERNADOR Chagas Rodrigues consegue câmbio livre para a cêra da carnaúba. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 2 ago. 1959.

¹⁰³⁴ O MUJIQUE de Jerumenha. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 6 ago. 1959.

¹⁰³⁵ Segundo Mônica Castro, dados encontrados em uma pesquisa realizada em 1989, em Belo Horizonte, apontavam que quando o eleitorado tinha opiniões sobre questões políticas, tendia a transferir ao seu candidato ou partido de sua preferência essas posições, independentemente das suas propostas efetivas. Portanto, transpondo-se o resultado dessa pesquisa e associando-lhe a *cultura política* local, caberia ao político capturar essas “opiniões” no seio social e, muitas vezes, utilizá-las ao seu favor. CASTRO, Mônica Mata Machado. O eleitorado popular brasileiro: composição e comportamento. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 289-299, p. 294.

¹⁰³⁶ *Ibid.*, p. 294.

em especial no início do governo, quando a memória do pleito eleitoral ainda era recente, e nos momentos finais da administração do *petebista*, questionou-se a sua conduta moral, mote prontamente defendido pelos seus correligionários nos noticiosos que o apoiavam.¹⁰³⁷ Tal acusação moralista realmente chama atenção, uma vez que o governador era tido pelos seus apoiadores como “homem de família”. Os correligionários não aceitavam as inculpações da oposição, e retrucavam com a mesma arma política, como diz a matéria de capa do jornal *O Dia*, do ano de 1962:

Em seguida, linhas adiante, se taxa o Governador de transviado. Detenhamo-nos, um pouco, para apreciar a qualificação, que, de início, se refuta, pela sua im procedência; com efeito, tão mal qualificada é, antes de tudo um exemplar chefe de família, cidadão de respeito, e responsável, conjugalmente falando. Ao invés, o autor e qualificador, em pleno gôso das vantagens de uma idade provecta, dispõe, além dos encargos de família, teúda e manteúda, uma graciosa Vênus nativa [...].
No que se refere a Messalina, cujo complexo pretende o autor atribuir ao governador do Estado, é justo, muito mais justo, que reivindique para si mesmo [...].¹⁰³⁸

Elegendo elementos que certamente gerariam embates políticos intensos em outros tempos, essas críticas da oposição não surtiram o efeito esperado no início do governo, *tampouco* suscitaram grandes discussões por parte dos *trabalhistas*. Somente após um ano, a oposição começou a compreender de forma mais clara a proposta do governo *petebista* no Estado. Entretanto, surgiria o dilema: como se opor a um governante que proclamava abertamente apoio aos segmentos sociais anteriormente esquecidos pelas administrações públicas piauienses? Constantemente foram construídas críticas sobre os mais variados pretextos, no que se referia à figura do governador Chagas Rodrigues e ao *trabalhismo*. Os opositores ao PTB passariam a questionar os novos rumos políticos, não apenas no Piauí, mas em nível nacional.¹⁰³⁹ Recusavam-se a acolher, no campo da política partidária, um novo projeto político, que de forma especial voltava as vistas para o campo.

A primeira crítica ao *trabalhismo* se constituiu sobre o caráter exótico daquele projeto que o governador tentava propagar no Estado. A recusa era tal que até mesmo Chagas Rodrigues era acusado de não ser mais um piauiense, mas um estrangeiro em sua terra, fato que seria comprovado pelas constantes viagens de longa duração do governador para fora do

¹⁰³⁷ Os jornais oposicionistas, em especial o *Folha da Manhã*, apontavam que nas viagens que o governador fazia ao Rio de Janeiro costumava frequentar cabarés. Ver: INTRODUÇÃO inédita. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 set. 1961.

¹⁰³⁸ POLÍTICA em terceira dimensão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 8 maio 1962.

¹⁰³⁹ POLÍTICA de transformação. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 19 out. 1961.

Estado¹⁰⁴⁰, que lhe rendeu inclusive a alcunha de “moço de Copacabana”¹⁰⁴¹. Além de exótico, o *trabalhismo* estava relacionado constantemente à ditadura do *Estado Novo*, e de forma especial ao *getulismo*.¹⁰⁴² E por ser considerado um desdobramento da “ditadura” Varguista, o *trabalhismo* também passou a ser significado como algo oposto à democracia, como se pode observar na matéria publicada no jornal *udenista Folha da Manhã*, cujo título já denunciava esse aspecto do projeto *petebista*: “*Trabalhismo versus democracia*.”¹⁰⁴³ Igualmente era compreendido como um projeto de empreguismo que apoiava a má conduta dos trabalhadores, como apontam os cronistas do jornal *udenista Folha da Manhã*: “Não há trabalhismo no Brasil, no sentido político do termo. Quem conhece o programa de um partido que só se ocupa de empregos, bater palmas para as greves que tantos males acarretam? Ninguém”¹⁰⁴⁴. Chagas Rodrigues, por sua vez, sequer era *trabalhista*, não possuía convicções políticas, era considerado um aproveitador¹⁰⁴⁵, que havia sido atraído para o PTB por meio de “propinas do *trabalhismo-getulismo*”.¹⁰⁴⁶

A oposição ao *trabalhismo oficial* foi articulada de forma mais visível pelos partidos políticos que se enfrentavam nas disputas eleitorais anteriores, PSD e UDN, contudo parcela importante do PTB, em especial os setores que guardavam as características da *Cultura Política Partidária* tradicional, cerrou fileiras com aquelas agremiações contra o projeto *trabalhista* proposto por Chagas Rodrigues. No jornal *O Dia*, noticioso que apoiava os *udenistas* nos primeiros anos de governo de Chagas Rodrigues, em artigo intitulado “Legislativo Pitôresco”, o autor faz uma série de considerações sobre a atuação da própria UDN no Estado, colocando-se principalmente favorável à figura do governador Chagas Rodrigues, por estar agindo diferentemente dos membros *udenista e pessedista*. Segue trecho do editorial:

¹⁰⁴⁰ Encontraram-se nos arquivos da Assembleia algumas solicitações do governador de abertura de crédito para o custeio dessas viagens, como as Leis de nºs 1.900, de 26 de novembro de 1959, e 2.268, de 6 de fevereiro de 1962. Ver: PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 1.900, de 26 de novembro de 1959**. Abertura de crédito para custeio de três (03) viagens realizadas pelo governador do Estado, fora do território piauiense. Publicada no jornal *Folha da Manhã* de 5 dez. 1959 [...] Resumo do projeto encontrado nos Cadernos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1959. _____. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.271, de 8 de fevereiro de 1962**. Concede bolsa de estudo a estudantes reconhecidamente pobres matriculados nos ginásios [...] Resumo do projeto encontrado nos Cadernos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1962c.

¹⁰⁴¹ ÊSSE Chagas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 1º dez. 1961.

¹⁰⁴² OUVIMOS o governador. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 nov. 1961.

¹⁰⁴³ TRABALHISMO versus Democracia. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 23 jan. 1962.

¹⁰⁴⁴ OUVIMOS..., op. cit.

¹⁰⁴⁵ MENDES, Simplício de Sousa. Azeite na fogueira. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 nov. 1961.

¹⁰⁴⁶ Ibid.

Os Partidos Políticos no Piauí, sem exceção, não têm ideal. Nenhum deseja o progresso do Estado, o que eles desejam é unicamente o poder, não para trabalharem, mas para se locupletarem dos cargos públicos para os seus familiares. O PSD é conhecido adversário fidalgo da UDN mas, quando se trata de conseguir uma trêta, transforma[m]-se rapidamente em bons amigos e juntos procuraram assambarcar *[sic]* o poder.¹⁰⁴⁷

Naquele ano de 1961, houve o rompimento definitivo do acordo PTB-UDN. O jornal *Folha da Manhã*, que apoiava politicamente a UDN, e até aquele momento se posicionava favorável à figura do governador e ao seu projeto *trabalhista*, com o fim do pacto entre as siglas, passou a fazer oposição intensa ao PTB. Em março, uma matéria importante é veiculada pelo jornal contra o que ele intitulou de *trabalhismo desvirtuado*. Segundo o jornal, não havia no Brasil uma doutrina trabalhista, como pregava Chagas Rodrigues, mas uma agremiação partidária da qual o seu líder, João Goulart, tirava proveito político. O artigo ressaltava ainda que as práticas daquela sigla eram iguais às de outras legendas, com a diferença de que o PTB dizia representar os operários. Para o jornalista, “Ilude-se o homem do trabalho com uma falsa assistência social, distribuída pelos institutos de previdência que nada mais são do que uma propaganda individualista, representada nos parques benefícios de ordem, puramente, demagógica. [...]”¹⁰⁴⁸. Para o articulista do jornal *Folha da Manhã*, as práticas do PTB piauiense não fugiam às normas da *Cultura Política Local*. Em outra matéria, de mesmo tom crítico, intitulada *trabalhismo*, o jornalista afirmava que:

[...] o operariado não compreende que está sendo um meio de que se serve o trabalhista para melhor firmar as posições políticas que v[ê]m ocupando. Não se trata, portanto, de uma doutrina política com base filosófica. É um partido que [em] nada difere dos outros, na sua essência. O rótulo é bonito, sem dúvida, porém não corresponde à realidade, porquanto não soluciona os problemas de uma classe que concorre, de modo positivo, para o desenvolvimento material da nação. A prova temos nos institutos de previdência, que outra coisa não t[ê]m sido, senão meio de empregar amigos dos que se dizem trabalhistas.¹⁰⁴⁹

O *trabalhismo oficial* nos jornais oposicionistas piauienses, como o *udenista Folha da Manhã*, passou a ser associado à figura dos seus líderes no Brasil, tendo como expressão máxima o vice-presidente João Goulart, que, para os antitrabalhistas locais, era um político que havia nascido “das ideias de um ditador”, assim como um “testa de ferro do chefe”, que em decorrência da morte de Vargas havia herdado uma vice-presidência. Era,

¹⁰⁴⁷ LEGISLATIVO pitorêscico. *O Dia*, Teresina, p. 1-3, 3 dez. 1961.

¹⁰⁴⁸ TRABALHISMO desvirtuado. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 1, 06 abr. 1961.

¹⁰⁴⁹ TRABALHISMO. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 1, 18 abr. 1961.

portanto, Jango “uma inteligência medíocre, alheio aos problemas de sua pátria”¹⁰⁵⁰. No Piauí, por sua vez, o *trabalhismo* estava centrado na figura do governador, tornando-se o foco das atenções políticas. Todas as atitudes adotadas por Chagas Rodrigues passaram a ser minuciosamente observadas e questionadas. A utilização do rádio pelo governador, por exemplo, passou a ser duramente criticada, porque direcionada especialmente ao trabalhador rural, segundo consta no jornal *A cidade de Teresina*, noticioso que fazia oposição ao governo do PTB: “Os programas radiofônicos [...] vêm penetrando pouco a pouco no sertão, embasbacando a matutada ingênua, atraindo a sertanejada sabida e, de um modo ou de outro, levando aos confins da terra mafrensiana¹⁰⁵¹ o nome, o prestígio, as realizações e adesões, a discursseira [*sic*] *chapa única* e as *verbas liberadas* do Dr. Governador do Estado”.¹⁰⁵² Tal consideração irônica apontava que a utilização do rádio pelo governador serviria para “manipular” o “matuto ingênuo” por meio das falas governamentais. Os jornais oposicionistas questionavam, inclusive, a maneira como o governante se dirigia aos trabalhadores pelo rádio, com seu vocabulário rebuscado, indagando-se: qual o seu real interesse em “alcançar esses homens do campo com a oratória de advogado formado nos grandes centros?” Segundo os opositores, essa postura deveria ser compreendida como um desrespeito à situação do trabalhador, uma vez que o discurso oficial era apenas “demagogia ao mólho pardo”¹⁰⁵³.

Aliás, o termo demagogo era um dos principais epítetos utilizados pela oposição ao se referir ao governador Chagas Rodrigues. Era demagogo porque, segundo seus detratores, nunca tinha sido *trabalhista* de fato, pois havia nascido em “céu azul” e “berço de ouro”¹⁰⁵⁴. Acusavam-no de falar demagogicamente, de se aproximar dos trabalhadores de forma demagógica e até mesmo de simular um quase desastre aéreo com fins demagógicos.¹⁰⁵⁵ Suas ações e discursos, portanto, não resultavam da aplicação de um projeto baseado no *trabalhismo* ligado ao PTB, mas meramente atuações de um político desejoso de atenção e eleitores. Construía-se a representação de um sujeito em quem não se poderia confiar, questão apontada por praticamente todas as matérias da oposição. O que o governador pregava, portanto, era um *falso trabalhismo*¹⁰⁵⁶, e a única missão dos seus seguidores ditos “trabalhistas” era a maneira “criminosa” de perturbar a paz e a harmonia social.¹⁰⁵⁷

¹⁰⁵⁰ ERRO na escolha, sim. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 abr. 1961.

¹⁰⁵¹ Termo relativo a Domingos Afonso Mafrense, um dos colonizadores do Piauí.

¹⁰⁵² CONSIDERAÇÕES sôbre a política do governo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 25 set. 1960.

¹⁰⁵³ Ibid.

¹⁰⁵⁴ MENDES, Simplício de Sousa. Bem Amado, o artista. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 18 nov. 1961.

¹⁰⁵⁵ OPOSIÇÃO. **O Dia**, Teresina, p. 1-3, 26 nov. 1961.

¹⁰⁵⁶ DUAS correntes iguais. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 8 fev. 1962.

¹⁰⁵⁷ DUAS correntes iguais. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 8 fev. 1962.

Se Chagas Rodrigues tentasse aproximar-se dos populares, era demagogo; se, por outro lado, procurasse dialogar com apoiadores e opositores sem utilizar violência e imposição, era um governador sem autoridade.¹⁰⁵⁸ A UDN, enquanto partido coligado, foi quem mais bombardeou a administração *petebista*; ao menor sinal de descontentamento, seus membros se demitiam dos cargos e publicavam cartas abertas contra o governo.

A forte oposição construída sobre o *trabalhismo oficial*, sobretudo no momento em que o PTB perdeu o apoio da UDN, irrigou um ambiente hostil àquele projeto. O governador, representado como elemento máximo do *trabalhismo* local, muitas vezes era definido como personalista, vaidoso, sorrateiro, deslizando e enganador¹⁰⁵⁹. Contudo a maior crítica, em especial passados dois anos do governo, era a de que ele muito havia prometido para desenvolver o tal projeto *trabalhista* e quase nada havia feito. Essa era a condenação latente em quase todos os escritos sobre o governo de Chagas Rodrigues.

Depois de cada quarta-feira, em que o programa *Falando com o povo* ia ao ar pela Rádio Clube, momento em que o governador propagava as suas realizações, as críticas oposicionistas pululavam nos jornais da UDN e do PSD. Sem grandes concretizações a anunciar, segundo seus detratores, Rodrigues era denominado como megalomaníaco e sujeito que tinha uma imagem distorcida do real, mas, sobretudo, era ironizado por se considerar o “maior governador que o Estado já teve” - tal frase teria sido usada por Chagas e durante muito tempo serviu de chacota para aqueles que se opunham ao seu governo.¹⁰⁶⁰ Os programas radiofônicos eram minuciosamente escutados, para serem negativamente avaliados por aqueles que tinham espaço na imprensa escrita oposicionista. Chagas era, muitas vezes, ridicularizado. O tom especial nas análises dos opositores era a ironia.

A dinâmica do govêrno de Chagas Rodrigues apresentará na data comemorativa do terceiro aniversário, uma lista superior a duzentas realizações, batendo o recorde em todo país. Mas não é para surpreender ninguém, porquanto o governador nos poucos dias que se demora no Estado, outra coisa não faz, senão realizar. É o dinamismo em pessoa. Às vezes voltando de uma viagem demorada pelo Rio e outras cidades, cansado, indormido, com saúde exigindo cuidados, entra logo em ação, determinando realizações que muito honram a sua administração. Aqui é uma limpeza a ser feita na fachada de um prédio público; ali é um poço a ser aberto em Karnak para que não falte água ao palácio do Govêrno. Mais adiante é mudar uma escola rural de um espaço para o outro.¹⁰⁶¹

¹⁰⁵⁸ RESTABELECEENDO a verdade. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 14 jun. 1960.

¹⁰⁵⁹ MENDES, Simplício de Sousa. Funda de Davi. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 30 maio 1961.

¹⁰⁶⁰ NÃO é o maior. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 24 out. 1961.

¹⁰⁶¹ GOVÊRNO de realizações. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 7 nov. 1961.

Entre os vários elementos que podem ser visualizados na construção do projeto *trabalhista oficial* do governador Chagas Rodrigues, as ações mais polêmicas voltaram-se à questão do campo. Em matéria do dia 22 de março de 1962, o *Jornal do Piauí* apontou que, depois de alguns dias viajando pelo sul do País, Chagas Rodrigues teria trazido consigo ideias revolucionárias para o espaço do campo. Nesse sentido “[...] agitou-se o Piauí, especialmente a capital, com a fundação das Ligas camponesas, que pregaram que a terra, a lua, o sol e os planetas pertencem a todos”¹⁰⁶². Chagas Rodrigues foi um dos primeiros governadores brasileiros a apoiarem publicamente as Ligas Camponesas (Figura 27) e a reestruturação da questão da terra. No jornal da oposição foram apresentadas imagens de Chagas Rodrigues e a sua relação com a proposta de reforma agrária no Estado:

Figura 27 – Ligas Camponesas



Fonte: [Ligas...], 1962, p. 4¹⁰⁶³

Percebeu-se, a partir de pesquisa em outros jornais, que essa charge ganhou visibilidade também em outros periódicos da capital, e com suportes discursivos diferentes, contudo, como o foco das pesquisas realizadas eram os jornais mencionados anteriormente, deteve-se esta análise apenas na composição dessa imagem. Na charge, Chagas Rodrigues

¹⁰⁶² CLARIM vermelho. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano XI, n. 1008, p. 1, 22 mar. 1962.

¹⁰⁶³ [LIGAS Camponesas]. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano XII, n. 1061, p. 4, 25 dez. 1962.

aparece agachado, de costas para uma placa onde está escrito NÃO FUME. O governador não está a fumar, mas a ação que pratica guarda associação com a proibição expressa na placa: acender uma chama. Ao produzir esse ato, o governador estaria tentando atear fogo em uma bomba, onde estava escrito LIGAS CAMPONESAS. Esse gesto, na charge, não estava concretizado, contudo aparentava estar muito próximo do seu desfecho final. Infere-se, como ideia central, que o governador, ao apoiar as Ligas Camponesas estaria, na visão do jornal da oposição, promovendo uma explosão de desordem no estado do Piauí. Para finalizar, a legenda da charge aponta para o que supostamente seria uma fala de Chagas Rodrigues, na qual revelava os planos de Leonel Brizola de promover outra Revolução Farroupilha.

Portanto, essa ação dos trabalhistas piauienses de apoiar publicamente a Reforma Agrária não era bem vista pela oposição no Estado, dando a tônica para a emergência de outra *visualidade dos trabalhistas, em especial da figura do governador*, naquele momento associada ao comunismo. Em matéria publicada no *Jornal do Piauí*, “Teresina conta com um número crescido de comunistas, até o momento rotulados de ‘nacionalistas’ ou ‘trabalhistas’, sendo que 99,5% deles são funcionários do palácio do govêrno [...]”¹⁰⁶⁴.

Antes das eleições de 1962, a alcunha de comunista já recaía sobre Chagas Rodrigues, no entanto, as inculpações passaram a se intensificar a partir do processo sucessório. Vários artigos publicados no ano anterior relacionavam a imagem do governador ao comunismo. Em reportagem de 1961, intitulada *Vá pra China, governador!*, o cronista apontava a possibilidade de renúncia de Chagas ao governo do Estado, apresentando algumas das possíveis alternativas de futuros cargos que ele teria. Uma das possibilidades apontada era a indicação de Chagas Rodrigues à Embaixada da China, após o que, sem o menor embaraço, pede: “Sr. Governador, por favor, sim? vá pra China!”¹⁰⁶⁵, indicando que as ações políticas de Chagas Rodrigues estavam mais próximas da China Comunista do que do Piauí.

De modo geral, as acusações de comunismo contra Chagas Rodrigues eram construídas para ridicularizá-lo, debochar de sua atuação, ou de sua associação com elementos “perigosos”. Esses textos foram publicados intensamente em pelo menos dois jornais da capital piauiense, *Folha da Manhã* e *Jornal do Piauí*; em contrapartida, o *Jornal do Comércio* saía em defesa da imagem do então governador. As discussões começaram a se intensificar depois de um programa de rádio em que o governador supostamente teria acusado os colaboradores do jornal *Folha da Manhã* de estarem escrevendo bêbados, provocando sua ira:

¹⁰⁶⁴ A BONDADE vermelha. *Jornal do Piauí*, Teresina, ano XI, n. 991, p. 4, 18 jan. 1962.

¹⁰⁶⁵ VÁ PRA China, governador! *Estado do Piauí*, Teresina, n. 379, p. 1, 1º out. 1961.

Somos forçados a suspender, por hoje, a série de comentários sobre o parlamentarismo. [...] Não sabemos o que seja o Sr. Chagas Rodrigues, - se socialista, se comunista, se esquerdista, se direitista [...]. Bêbado anda o governador Chagas Rodrigues - Se não de álcool - de ódio, despeito, de egoísmo contrariados, de planos frustrados e mal-logrados [...].¹⁰⁶⁶

A partir desse momento as agressões aumentam, e o chavão preferido para qualificar o governador era o de comunista.

Surgiu então no *Jornal do Comércio* um articulista com o nome José/Zé Carnaúba, pseudônimo utilizado para defender o governo de Chagas Rodrigues, sobretudo das acusações relacionadas ao comunismo. Esse pseudônimo, segundo Simplício Mendes, presidente da Academia Piauiense de Letras e opositor político do governo, foi um artifício do próprio governador para se esconder, “[...] uma vez que era ele quem financiava o Jornal do Comércio com verbas públicas”¹⁰⁶⁷. Depois da aparição de Zé Carnaúba as acusações contra o governador não ficaram sem resposta. Certamente o maior opositor de Chagas Rodrigues nas páginas dos jornais era o próprio ex-desembargador, Simplício de Sousa Mendes, também grande ruralista e escritor no jornal pertencente à sigla *udenista*, *Folha da Manhã*. Ele rompeu com o governo exatamente no momento em que o projeto *trabalhista oficial* se voltou para o campo. Os embates entre Mendes e o articulista José Carnaúba se tornaram emblemáticos.

Vá às favas, velhinho!

De novo o prof. Simplício Mendes abriu o velho dicionário de pornografia para insultar a pessoa do Sr. Chagas Rodrigues, dentro daquela sua linguagem comum, retrato fiel de um velho transviado e sem moral, sem coisa alguma. Nem tintura de civilidade e educação o homem tem. [...] Diz o velho rabiscador de *Fôlha da Manhã* que “não sabemos o que seja o Sr. Chagas Rodrigues”. Ora vá-se pros diabos. O homem é governador do Estado, o melhor dos últimos tempos. Todo mundo sabe disso. [...] O Sr. Chagas Rodrigues, meu velho, é governador do Estado, saiba disso. Não é um homem qualquer. Não é um rabiscador de jornal, um televisionista¹⁰⁶⁸, um psicólogo de ponta de esquina, um ilusionista, um farejador de “curicas”¹⁰⁶⁹, em praças escuras. Nada disso ele é. É governador do Estado e está trabalhando sem cessar, apesar dos insultos vindos dos rabiscadores transviados. [...] Todo povo do Piauí sabe que o Sr. Chagas Rodrigues luta infatigavelmente pelo Piauí e todo mundo sabe também que o prof. Simplício Mendes é professor desregrado, desmoralizado, curiqueiro, sem compostura e sem decência, triste entulho da velhacaria e fraqueza, amostra barata de uma velhice despudorada e infame.¹⁰⁷⁰

¹⁰⁶⁶ MENDES, Simplício de Sousa. Sem ética e sem decência. **Folha da Manhã**, Teresina, n. 1103, p. 6, 27 out. 1961.

¹⁰⁶⁷ MENDES, Simplício de Sousa. Anonimato. **Folha da Manhã**, Teresina, n. 1106, p. 6, 31 out. 1961.

¹⁰⁶⁸ O nome da coluna de Simplício Mendes era *Televisão*, nesse sentido a referência do jornalista.

¹⁰⁶⁹ Expressão pejorativa muito comum no Piauí, até os dias atuais, que se refere a jovem mulheres que apresentam comportamento socialmente reprovável. Também pode se referir a prostitutas, caso em que a utilização do termo é mais rara.

¹⁰⁷⁰ CARNAÚBA, José. Vá às favas, Velhinho! **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 29 out. 1961.

Quando o apoio de Chagas Rodrigues tornou-se expressivo aos camponeses organizados, o desmonte do seu governo deixou de ocorrer apenas nas páginas dos jornais e alcançou as ações políticas oficiais. Com o rompimento da coligação PTB-UDN, o governo perdeu a maioria na Assembleia e os projetos e mensagens enviadas para o Legislativo muitas vezes eram arquivadas ou relegadas¹⁰⁷¹, gerando um grave problema para a Administração Pública, como apontava semanalmente o governador no seu programa de rádio.

No que tange ao Serse, como não poderia ser diferente, a intensa publicidade do governo àquela instituição reverteu-se em uma série de críticas sobre a real necessidade daquele órgão para o Piauí e sobre o papel da primeira-dama, dona Maria do Carmo Rodrigues, no governo. Para os opositores, o Serse era unicamente uma “máquina de fabricar eleitores”¹⁰⁷², uma forma a mais de os apoiadores do governo conseguirem se beneficiar com o dinheiro público¹⁰⁷³, tão somente um departamento governamental que dava benesses à malandragem.¹⁰⁷⁴ Em matéria publicada pelo jornal *udenista Folha da Manhã*, o editorial questionava se o órgão estaria cumprindo a sua função, uma vez que a cidade de Teresina, após a sua criação, continuava cheia de mendigos.

Para que serve o serse? Será apenas para encaminhar desempregados para repartições para a solução do caso? Porque, a verdade é que já não se pode mais andar, a negócio, em estabelecimentos comerciais e bancários, nem mesmo trocar idéias com amigos nos lugares públicos, sem ser incomodado por uma fila enorme de mendigos a implorar a caridade do próximo.¹⁰⁷⁵

Os opositores argumentam que a criação daquela instituição, ao invés de dar fim aos pedintes na capital, havia proporcionado um aumento substancial daqueles sujeitos no espaço público, sendo, portanto, aquela ação assistencial fomentadora do quadro de miséria, desestimulando o pobre a buscar trabalho.¹⁰⁷⁶ O mais interessante nessa crítica é que os próprios jornalistas sabiam do quadro de pobreza e miséria no campo, também conheciam as condições de falta de trabalho nas cidades, e mesmo assim consideravam que o problema era a atuação da assistência social entre os despossuídos. No final, para os opositores, era o governo quem “ESTIMULAVA A MENDICÂNCIA”¹⁰⁷⁷.

¹⁰⁷¹ Várias propostas importantes do governo foram sumariamente arquivadas pela Assembleia, como o aumento do número de funcionários para a Secretaria de Serviço Social do Estado e a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões do Estado do Piauí (IAPEP). Ver: PLANO de desestruturação do Serse arquitetado pela oposição. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 14 jan. 1962.

¹⁰⁷² SERSE. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 19 jan. 1961.

¹⁰⁷³ CHAGAS, na imprensa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 jul. 1961.

¹⁰⁷⁴ ESTIMULO à mendicância. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 3, 8 jun. 1962.

¹⁰⁷⁵ AINDA a medicância. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 24 jan. 1962.

¹⁰⁷⁶ ESTIMULO..., op. cit.

¹⁰⁷⁷ Ibid.

Nesse sentido, os fortes ataques ao Serse e sua atuação junto aos pobres acabaram por recair na figura da primeira-dama, que também passou a ser alvo de críticas oposicionistas. Os defensores do PTB se mostravam indignados com as condenações feitas à figura de D. Maria do Carmo Rodrigues e à sua atuação à frente daquele órgão, e, para rebatê-las, utilizavam os jornais governistas para verterem denúncias à postura de outras “senhoras” da sociedade, que estavam mais preocupadas em fundar “ligas” e “se banquetear[...]” no Clube dos Diários.¹⁰⁷⁸ Aliás, a figura de Dona Maria do Carmo era foco constante de disputa política. Na fase final do governo *petebista* inauguraram-se várias obras públicas, como a que ocorreu na cidade de São Raimundo Nonato, extremo sul do Estado, em que o hospital implantado naquele município recebeu o nome da esposa do governador, “Hospital Maria do Carmo Rodrigues”¹⁰⁷⁹. A avalanche de críticas em decorrência da utilização do nome da primeira-dama em prédio público gerou um debate intenso nas páginas dos noticiosos locais. Em carta aberta direcionada ao ex-desembargador Simplício Mendes, lançada no jornal *A cidade de Teresina*, repudiavam-se os julgamentos que estavam sendo feitos sobre a escolha do nome da primeira-dama. Na carta, depois da narração da longa história da construção do hospital, que tinha se iniciado 11 anos antes, segundo o autor, enaltece-se a conclusão da obra, que se deveu aos auxílios financeiros do governo *trabalhista*, considerando a homenagem “[...] uma feliz lembrança do prefeito José Dias de Castro. A primeira-dama do estado não pediu isso, nem tão pouco insinuou o seu esposo, o governador. José Castro interpretou o sentimento unânime do povo sanraimundense, que desejou manifestar ao governador Chagas Rodrigues a sua eterna gratidão”¹⁰⁸⁰.

Retomando-se a questão da assistência social, observou-se uma total rejeição do PSD àquele órgão, pois na lógica daqueles que nutriam aversão ao projeto *trabalhista*, o piauiense não precisava ser acolhido pelo governo daquela maneira. Segundo consta nas fontes jornalísticas, essas ações assistencialistas apenas incentivariam a não adesão do homem pobre ao trabalho, contribuindo para o aumento da mendicância. A mendicância, para os *antitrabalhistas*, não era gerada pela falta de empregos e pelo contexto de pobreza em que o Estado vivia, mas muitas vezes construída pelo próprio indivíduo, que havia se acostumado a não trabalhar. Tal característica para uma pessoa pobre, segundo a oposição, era erro gravíssimo.¹⁰⁸¹ Os opositores do governo tinham uma preocupação especial com as crianças

¹⁰⁷⁸ EXPEDIENTE vergonhoso. **A Cidade**, Teresina, p. 6, 10 jun. 1962.

¹⁰⁷⁹ FESTIVIDADES e homenagens ao governador do Estado em São Raimundo Nonato. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 1º jul. 1962.

¹⁰⁸⁰ CARTA aberta ao desembargador Simplício Mendes. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 2 jul. 1961.

¹⁰⁸¹ SOUSA, Teixeira. A mendicância em Teresina. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 3, 18 dez. 1960.

que acompanhavam os pedintes, e que eram alvos da ação do Serse. Segundo os jornais, o acompanhamento daqueles pequenos infantes contribuía para criar uma geração de mendigos no futuro. Os jornalistas produziam teorias e mais teorias sobre como acabar com essa situação. Em uma dessas matérias, descrevia-se a situação das pedintes que tinham vários filhos, apontando-se, nesses casos, a necessidade da ação governamental, não fazendo doações de leite em pó ou redes, mas tirando os filhos dessas mães e doando-os a outras mulheres com condições materiais para que os criassem, sob pena de seu futuro ser o mesmo da mãe biológica: a mendicância.¹⁰⁸² Os mendigos, que só aumentavam na cidade de Teresina em decorrência da seca dos últimos anos, eram comparados, nas representações jornalísticas, a animais inconvenientes, a condições climáticas desconfortáveis e até mesmo a pragas: “Estamos em plena vigência das muriçocas, dos potós, do calor e dos mendigos”¹⁰⁸³. Contudo, o que mais afetava os jornalistas opositores era a condição desses indivíduos de não trabalhadores. Muitos daqueles que escreviam nos jornais percebiam essas pessoas como simuladores das condições em que viviam: “Sabemos perfeitamente que muitos estão fingindo – são os inimigos inveterados do trabalho que preferem o humilhante mister de mendigo a ganhar o pão com o próprio suor”. Tal consideração sobre os pedintes não impedia que o jornalista refletisse que a grande maioria era realmente formada de “pobres diabos abandonados da sorte”¹⁰⁸⁴. Em outro trecho, a relação entre mendicância e criminalidade também aparece de forma nítida.

Não são, unicamente, os de físico mutilado que pedem esmola. Ao lado destes, encontram-se malandros, os marginais, indivíduos sobre os quais recai uma série de crimes, ainda não apurados. Fingem-se doentes, expondo uma chaga à sensibilidade de quem vai passando, às pressas, para a labuta do cotidiano. Daí, a esmola distribuída sem o indispensável exame, causando um mal maior.

[...] Nação, com índice de desocupados, qualquer que seja êsse índice, - perde muito do seu desenvolvimento, no tocante às fontes de produção, diminuindo o seu conceito no mundo internacional.

[...]

O que, de todo modo, não se justifica é o pêso morto, e mais do que isso nocivo, formado por elementos que já se habituaram ao vício de pedir, capazes dos mais hediondos crimes.¹⁰⁸⁵

Foram várias as reportagens no final da década de 1950 sobre o aumento significativo de pessoas que pediam esmolas na capital do Estado, marcadas por toda sorte de

¹⁰⁸² SOUSA, Teixeira. A mendicância em Teresina. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 3, 18 dez. 1960.

¹⁰⁸³ OS MENDIGOS. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 jan. 1958.

¹⁰⁸⁴ Ibid.

¹⁰⁸⁵ FERREIRA, Alvaro. Mendicância. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 6 mar. 1958.

preconceito com a condição de pedinte. Para alguns jornalistas, era preciso, até mesmo de maneira forçada, fazer com que esses indivíduos trabalhassem, “não deveria haver transigência”, pois só assim sanava-se a sociedade, que estava “molestada por um elemento parasita da pior espécie”¹⁰⁸⁶. Nas páginas dos noticiosos oposicionistas ficava claro que era preciso que medidas fossem tomadas de forma “enérgica” para que cidades como Teresina se libertassem “da condição vexatória que dá de nós a triste idéia de uma sociedade dominada pelo pauperismo”¹⁰⁸⁷.

Reforça-se que as difíceis condições dos agregados no campo, assim como a estiagem, fizeram com que muitos homens, mulheres e crianças saíssem da zona rural e procurassem formas de sobreviver nas pequenas áreas urbanas do Piauí. Era preciso, na concepção do governo, instituir medidas para amparar essas pessoas, e a assistência social do Estado assumiu esse papel, que não foi aceito pelos opositores do governo. Ao invés de admitir que as tentativas de dirimir as desigualdades sociais por meio do Serse, além de necessárias, eram indicativas de humanidade, e inovadoras para o Estado, os opositores observavam tais práticas *trabalhistas* apenas como forma de incentivo à desordem social.

O que chama a atenção sobre essa questão da mendicância é que até mesmo o noticioso *petebista Jornal do Comércio*, em determinado momento, demonstrou uma posição complexa sobre a situação. Ao mesmo tempo em que exacerbava o trabalho do Serse junto aos pedintes, apontava alguns imbróglis para a sua atuação, como o fato de estar só nessa empreitada, e também a pouca disposição de alguns beneficiários para adentrar o mundo do trabalho. É como sugere o trecho:

A mendicância cada dia cresce mais. Homens, mulheres e até crianças capazes de trabalhar, vivem a estender a mão ao transeunte, que só não se encontra no mesmo estado, porque sabe lutar e vai vencendo a vida. Em tôda parte somos abordados: na porta do cinema, bares, igrejas, praças e ruas. O Serviço Social do Estado, obra nascida de um coração generoso, vem procurando solucionar êste problema, “mas andorinha só não faz verão”.¹⁰⁸⁸

Possivelmente essa posição decorre da capacidade limitada do Serse diante do número expressivo de pessoas necessitadas que recorriam àquela instituição. Como já mencionado, o governo havia enviado projeto de lei para tentar aumentar o número de funcionários daquele órgão, solicitação que não foi atendida pelos deputados. O Serse era um

¹⁰⁸⁶ MENDICIDADE. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 12 maio 1959.

¹⁰⁸⁷ MENDICÂNCIA. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 mar. 1961.

¹⁰⁸⁸ FATOS em foco. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 5 nov. 1961.

órgão que carecia de recursos e que atuava em espaço limitado, não conseguindo se expandir por todo o Estado, tampouco prestar o atendimento necessário a todos que o procuravam.

Diante do explicitado, a percepção sobre o trabalho, em especial nos noticiosos da oposição, seguia diferente da proposta do projeto *trabalhista oficial*. Enquanto Chagas elevava os trabalhadores em seus discursos, tratando-os como o segmento privilegiado das ações governamentais, na imprensa oposicionista a ideia de ser trabalhador era um dever moral, em especial para os pobres. A nítida preocupação com o trabalhador pobre, a bem da verdade, não era inquietação recente, ou mesmo do momento em que Chagas Rodrigues assumiu o governo do Estado. Ainda em 1958, quando foi lançado o *Almanaque da Parnaíba*, revista anual piauiense de grande circulação em nível e nacional, demarcava-se uma caricatural representação do trabalhador, em especial o campesino. O tom mais ameno da crítica devia-se ao caráter cômico da publicação. Veja-se o que aponta a revista:

Em qualquer cidade do Brasil encontramos um número assustador de vadios, inimigos de qualquer esforço, cujo exemplo é sempre pernicioso para os mais moços que com eles convivem. A êsse propósito [...] já escrevia em 1953 [...] o professor [mineiro] Abguar Renault: “Da nossa repugnância ao trabalho, aliás notória, dão notícia, primeiro: o folclore nordestino, ao pôr na boca de um homem estas palavras: - ‘Hora de dormir, dormir. Hora de comer, comer. Hora de passear. Hora de trabalhar, pernas pro ar, porque ninguém é de ferro’. Segundo: - esta conversa autêntica de um sertanejo da Paraíba com um forasteiro que se admira de não ver ninguém trabalhando na vilazinha onde se achava: - Mas é sempre assim mesmo? - É - Vocês não trabalham nunca? - Não - Mas as vezes não sentem vontade de fazer alguma coisa? - Ah! Isso sente, mas a gente reage...”. O terceiro episódio, ocorrido na posse de um interventor do norte, que ao exclamar: “vamos trabalhar”, provocou êste queixume de um dos presentes: “Já começa perseguindo”.¹⁰⁸⁹

Esse trecho é significativo para apontar representações que figuravam sobre o homem pobre, em especial da região norte e nordeste do Brasil. A aversão ao trabalho era fruto da preguiça e da esperteza daquela gente. Segundo se pode perceber no trecho citado, tais construções revelavam de forma significativa a maneira como a elite, não só a piauiense, observava o trabalhador pobre. O trabalho era um valor social que deveria ser cultivado.¹⁰⁹⁰ E

¹⁰⁸⁹ JÁ COMEÇA perseguindo. **Almanaque da Parnaíba**, ano 1958, p. 71. (o exemplar encontrado em Parnaíba, no Instituto Histórico e Geográfico, não tinha capa, por essa razão não se dispõe de todas as informações necessárias para se fazer a referência completa).

¹⁰⁹⁰ Sobre a construção da ideia de que o trabalho é um valor moral, por isso é condição essencial na vida dos pobres no pós-abolição, ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. reimp. da 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

como valor moral, não precisaria sequer de retribuição financeira. Trabalhava-se porque esse era o ideal construído para o pobre, que deveria aceitar sua condição sem contestar.¹⁰⁹¹

Chagas Rodrigues e o projeto *trabalhista* visavam as necessidades dos trabalhadores pobres, sem desqualificá-los, mas problematizando sua situação. Tal atitude revelava-se ousada, pois a visão negativa do homem pobre concebida pela elite piauiense era constantemente publicizada sem o menor constrangimento. O ex-desembargador Simplício de Sousa Mendes, notório opositor político de Chagas Rodrigues e de qualquer política pública que beneficiasse os desvalidos, escreveu artigo para a Revista da Universidade de Minas Gerais mostrando a sua visão sobre o trabalhador do campo no Piauí. Segundo Mendes, “Em regra, o homem que lavra é analfabeto, ou mal escreve o nome. Sociedade amorfa cheia de vícios e credices, caindo, às vezes, na macumba, na maconha e nas mais grosseiras superstições. Não se fixa, em geral, à terra. E o nomadismo é o seu destino”¹⁰⁹². Em outro artigo, o desembargador vai além na sua representação sobre o camponês:

É forçoso convir que nosso caboclo, em geral, é homem biológico, quase nada de ser social, compreensivo e ao nível de solidariedade dos deveres sociais. Nômade, falta-lhe até o sentimento de família. Em regra pouco trabalha, nega-se ao esforço, e quando trabalha, não tem a previdência da poupança. Viciado e festeiro, embriaga-se, gasta tudo, briga, mata, assassina, arriba, muda de lugar, em constantes e perigosas aventuras. Em geral, gosta de aguardente e de faca, da espingarda e do rifle. É quase um homem primitivo por falta de assistência social e pelo abandono educativo, de que os governos são os únicos responsáveis.¹⁰⁹³

Essa e outras construções negativas sobre o trabalhador do campo foram dadas a ver de forma mais intensa quando as discussões sobre a Reforma Agrária emergiram no Piauí.

Se por um lado os jornais opositores estavam prenhes dessas representações sobre o homem do campo, por outro lado, no discurso governamental, o trabalhador campesino ganhava a alcunha de camponês, que serve de disputa política entre os grupos governistas e opositores. Para o latifundiário Simplício de Sousa Mendes, o mesmo que legou à Revista Brasileira de Estudos Políticos uma representação profundamente negativa do trabalhador

¹⁰⁹¹ No jornal *Colégio*, publicação do Ginásio Estadual Lima Rabelo, de Parnaíba, um aluno escreveu que “Mais vale um operário dentro de um blaser [*sic*] de mescla ou de algodão, mesmo remendado, no labutar cotidiano para amenizar as agruras de sua pobreza, que o ocioso coberto de ouro e pérolas na ostentação de sua opulência inútil e criminosa.” (ARAÚJO, José Jairo Silva. O Trabalho. *Colégio*, Parnaíba, p. 1, 3 maio 1960).

¹⁰⁹² MENDES, Simplício de Sousa. O processo eleitoral de 07 de outubro de 1962 no Piauí. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (número especial sobre as eleições de 1962), p. 55-79, jan. 1964, p. 58.

¹⁰⁹³ MENDES, Simplício de Sousa. Congresso de Operários e Camponeses. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 30 abr. 1961.

piauiense, a palavra camponês tinha a seguinte significação: “[...] camponês está ligado à revolução de Lenin e Trotsky, e desde então adquiriu marca de insurreição”¹⁰⁹⁴. Portanto, para aquele ex-desembargador, o governador deveria ser cauteloso ao pronunciar determinadas expressões. Os termos sugeridos pelo colunista para denominar os trabalhadores no campo eram: lavrador, habitante do sertão, ruralista, roceiro, criador, proprietário e vaqueiro. Até mesmo os termos utilizados na literatura seriam permitidos, como aldeão, matuto e jagunço. Somente camponês ficaria de fora. Camponês, dizia o jornalista, fazia parte da semântica comunista. Nesse sentido, o apoio à Reforma Agrária era uma forma, segundo o jornal *udenista Folha da Manhã*, de transformar os “sertanejos” em “camponeses”, termo que para o noticioso possuía o mesmo significado de “bandoleiros e saqueadores de fazendas”, construído por intermédio de uma ideologia exótica.¹⁰⁹⁵

Nesse turno, os jornais apresentavam um quadro de extrema desordem social no Piauí, comandada pelo governador. Propagavam o medo e o pânico geral. O que era apenas oposição se tornou completa e intensa rejeição ao *trabalhismo oficial*. Tal rejeição se acentuou quando o governador enviou projeto de lei para a Assembleia legislativa solicitando repasse no valor de 150 mil cruzeiros para a realização do *I Congresso Sindical de Operários e Camponeses do Estado do Piauí*, que abrangeria os sindicatos urbanos, rurais e ligas operárias e camponesas no Estado. Existia, por parte da oposição, a certeza da infiltração – era esse o termo utilizado corriqueiramente - de comunistas no evento. Segundo o cronista da *Folha da Manhã*, havia clara tentativa do olho do *Kremlin* de “infiltrar-se no trabalhismo e sindicalismo do Brasil”¹⁰⁹⁶. E não estavam completamente errados; o governo trabalhista de Chagas Rodrigues recebia de fato apoio do Partido Comunista local, como apontam os documentos anexados ao IPM nº 185 sobre o Partido Comunista Brasileiro Seção do Piauí¹⁰⁹⁷, e por esse apoio, os noticiosos ressaltavam que o governador e seus correligionários *petebistas* estavam permitindo a entrada de ideias comunistas nas mentes dos trabalhadores locais. Portanto o projeto *trabalhista* para o campo era visto como uma afronta, completamente mal planejado, sem direcionamentos eficazes, sem técnicos para o prosseguimento do processo e, no final, os opositoristas tinham plena certeza, não surtiria efeitos positivos, levando apenas à desordem social em solo piauiense e à ascensão dos comunistas no seio do governo.

¹⁰⁹⁴ MENDES, Simplício de Sousa. Ligas camponesas. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 4, 17 ago. 1960.

¹⁰⁹⁵ DUAS correntes iguais. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 2, 8 fev. 1962.

¹⁰⁹⁶ MENDES, op. cit.

¹⁰⁹⁷ CEARÁ. Ministério Público. *Inquérito Penal Militar nº CLXXV*. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

O governador era diariamente descrito nos noticiosos da oposição:

Com forte pendor para a demagogia, aquê ex-governante, desde logo, propalou-se de esquerda, de nacionalista vermelho, imitando aqui o Sr. Leonel Brizzola e as Ligas Camponesas de Francisco Julião. Aliciou para o seu lado os comunistas e os simpatizantes de Fidel Castro.¹⁰⁹⁸

Por todos esses aspectos, Chagas Rodrigues passou a ser taxado pela oposição de Chico Julião do Piauí, agitador das massas e comunista.¹⁰⁹⁹

Elê, imitando o Chico Julião de lá, fez-se Chico Julião daqui, - anunciando pela sua voz cantochonista do programa – falando com o povo – uma concentração de cinco mil camponeses e operários, em Teresina, tudo à moda soviética e na forma de revolução comunista, em passeatas e marchas comemorativas do dia 31 de janeiro que o Piauí já conseguiu ter.

[...] É mais um agitador, irrequieto, ambicioso, personalista, cujo caráter tribal, se despista e engana por um exterior alegre, risonho, mas sempre falso e fementido [...].

Para um governador é ridículo, - ridículo pior, porque desmoraliza as instituições, rebaixa a moral política e relcochetéia [*sic*] toda sêbre o sacrificado Piauí. A maior vítima dêsses gestos de exibição paranóica.

E êsse governador descabeçado, diz-se socialista, mas o seu socialismo não tem medida, nem objeto certo; é um socialismo tomado por adoção – porque se equipara em tudo ao do Chico Julião, cristão pernambucano, mantendo culto das efíges de Lênin, Krushev, Che Guevara e Fidel Castro.¹¹⁰⁰

Além de todos os adjetivos negativos - “agitador, irrequieto, ambicioso, personalista, falso, fementido” – utilizados para qualificá-lo, os noticiosos oposicionistas ainda conseguiram impingir-lhe mais um, o de pregador do comunismo.¹¹⁰¹

Em março de 1962, uma matéria publicada no jornal *Correio Brasiliense* teve grande repercussão no Estado. Em entrevista, Chagas afirmara que sem reforma agrária “o nordeste marcharia para uma revolução social com operários e camponeses à frente”¹¹⁰². Os jornais oposicionistas, em polvorosa, solicitavam aos eleitores, em especial aos católicos-cristãos, que observassem tal declaração e a associassem a quem estava pregando o comunismo ateu, visto que a “ameaça comunista está patente nas palavras do governador”¹¹⁰³. O militante antigovernista Simplício de Sousa Mendes destacava que qualquer ação dos

¹⁰⁹⁸ MENDES, Simplício de Sousa. O processo eleitoral de 07 de outubro de 1962 no Piauí. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (número especial sobre as eleições de 1962), p. 55-79, jan. 1964, p. 70.

¹⁰⁹⁹ MENDES, Simplício de Sousa. Terceira Fôrça. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 1º nov 1961.

¹¹⁰⁰ MENDES, Simplício de Sousa. O Bem amado, socialista. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 31 dez. 1961.

¹¹⁰¹ “FALANDO com o povo”. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 nov. 1961.

¹¹⁰² CHAGAS Rodrigues em Brasília. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 16 mar. 1962.

¹¹⁰³ Ibid.

camponeses apoiada pelo *trabalhista* ia ser recebida a fogo, encontrando repulsa armada¹¹⁰⁴ e derramamento de sangue.¹¹⁰⁵ Para os oponentes do governo *petebista* o que se pretendia instalar no Estado era um projeto de terror, e não um projeto para os trabalhadores.

Todavia, um evento foi importante para a associação do governador ao comunismo, segundo a lógica oposicionista. Em razão de um discurso proferido por Chagas Rodrigues no Rio de Janeiro por motivo do atentado ocorrido na sede da UNE já aqui mencionado, os jornais locais ficaram repletos de acusações contra o representante máximo do Executivo estadual sob a alegativa de que se tratava realmente de um comunista, e por mais que tentasse negar, aquela atitude pública de apoio aos estudantes só comprovava esse fato.¹¹⁰⁶ Os jornais ironizavam o comportamento do governador piauiense, apontando que naquele comício ele havia realmente decidido à qual ideologia pertencia. Um dos artigos publicados no jornal *udenista Folha da Manhã* é significativo nessa representação do governador: “Depois de agradáveis dias nas praias românticas de Copacabana, chegou ontem, para rápida visita ao Piauí, o Sr. Chagas ‘Che’ Rodrigues, hoje conhecido no Brasil como ‘Bem Barbado’, em decorrência das suas comprovadas ligações com o perverso e sanguinário líder comunista cubano”¹¹⁰⁷. Para alguns jornalistas da oposição, Chagas, portanto, pregava no Piauí os fundamentos do “comuno-trabalhismo”¹¹⁰⁸.

As respostas a essas “agressões” vieram dos jornais apoiadores, que alegavam, como o noticioso *A cidade de Teresina*, a impossibilidade de Chagas ser comunista, visto tratar-se de católico praticante e pronunciar-se, por diversas vezes, categoricamente contra a expansão soviética. Chagas, diziam os jornais, era antes de qualquer coisa um trabalhista.¹¹⁰⁹

Os jornalistas contrários ao governo, sabendo ou não das diferenças entre *trabalhismo* e comunismo, não se preocupavam em procurar diferenciar os dois projetos políticos, visto que apenas intentavam opor-se ao governo. O comunismo, nesse percurso, era a palavra que mais impacto negativo poderia causar em suas especulações midiáticas, e que já havia servido, em outros momentos, para manchar a imagem de governos e governantes. Interessante observar a reprodução (ou invenção, não se pode precisar), no jornal *O Dia*, às vésperas da eleição de 1962, de um suposto diálogo observado por um piauiense que estava na Cidade de São Luís tomando trem rumo à capital piauiense. Nesse colóquio, dois

¹¹⁰⁴ É nítido, não apenas nesta matéria, mas em tantas outras, o apelo à violência, verbal e física, como parte importante da *cultura política partidária tradicional* para a manutenção das condições políticas existentes.

¹¹⁰⁵ MENDES, Simplício de Sousa. A paranóia evolui. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 23 mar. 1962.

¹¹⁰⁶ CONFIRMADO: Chagas é comunista! **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 11 jan. 1962.

¹¹⁰⁷ SALVE leitor. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 13 jan. 1962.

¹¹⁰⁸ VIÚVAS radiofônicas. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 3, 13 jul. 1962.

¹¹⁰⁹ ASSUNTOS. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 14 jan. 1962.

interlocutores, que seriam trabalhadores do campo, assinalam como o comunismo era utilizado contra o governador pelos proprietários das terras, como segue trecho:

Cumpadre Joaquim, Cuma vai a pulitica lá?

– Vai quente cumpadre, mais ninguém fala no governo;

- pru mode quê cumpadre?

– Pruque o dôto dixe, que ele é cuminista cum os candidato que êle apóia. Lá só se fala no dôto Petrôni qui o dôto dixe que é cunservadô.¹¹¹⁰

Talvez o diálogo nunca tenha ocorrido de fato, mas não seria difícil imaginar os grandes proprietários de terra no Estado valendo-se de tal acusação para convencer os trabalhadores a votar no candidato visto como conservador. Às vésperas do pleito de 1962, de forma mais agressiva, passou-se a associar a imagem do governador Chagas Rodrigues ao comunismo. Para os seus opositores, não havia o que questionar, Chagas Rodrigues e o seu projeto *trabalhista oficial* pretendiam de fato iniciar uma revolução “vermelha” no Piauí.

Por esse e outros motivos, o bate-boca nos jornais era rotineiro antes das eleições; acusações de comunismo eram dirigidas ao governador, que as negava, sendo por isso considerado um demagogo e influenciável, que mudava de posição a cada situação, recebendo o nome de o "bem-amado cata-vento"¹¹¹¹. Essa flexibilidade das posições políticas também foi uma acusação do *Jornal do Piauí*: “Não negamos ao Sr. Chagas Rodrigues o direito de ser discípulo de Marx, de Fidel Castro, ou de quem quer que seja. Apenas condenamos que chamado a uma tomada de posição, abandone os mestres provisoriamente, para só considerá-los quando se acha a sós com os aliados comunistas.”¹¹¹² Insistentemente, a oposição tentava mostrar que a campanha eleitoral promovida por Chagas Rodrigues naquele ano seria derrotada em razão do apoio público dos comunistas:

O Sr. Chagas Rodrigues, em sua luta inglória e desesperançada, [...] perdeu o senso da razão. Deveria o ex-governador fazer uma consulta ao dr. Clidenor e passar logo um tempo de repouso no meduna¹¹¹³, com tratamento rigoroso, porque do modo como anda agindo, sua loucura não deixa lugar a dúvidas.

O que fêz êle?

Nada mais, nada a menos, que entregar a sua campanha eleitoral na Capital piauiense a elementos reconhecidamente comunistas. Ou será que o sr. Honorato não é comunista? Ou será que o sr. Jesualdo Cavalcanti não é comunista? E os srs. Experidião, José Luiz e Deusdeth Ribeiro?¹¹¹⁴

¹¹¹⁰ O QUE se ouve. **O Dia**, Teresina, p. 4, 10 jun. 1962.

¹¹¹¹ MENDES, Simplício de Sousa. Bem amado, Catavento. **Folha da Manhã**, Teresina, n. 1126, p. 6, 26 nov. 1961.

¹¹¹² NÃO negamos ao Sr. Chagas Rodrigues... **Jornal do Piauí**, Teresina, n. 1011, p. 1, 1º abr. 1962.

¹¹¹³ Clínica Psiquiátrica do Piauí.

¹¹¹⁴ COMUNISTAS. **Folha da Manhã**. Teresina, n. 1353, p. 2, 20 set. 1962.

Naquele momento uma parte importante da *cultura política partidária* piauiense veio à tona com grande êxito. A violência discursiva atingiu níveis altíssimos. Termos como ladrão, mentiroso¹¹¹⁵, entre outras expressões menos edificantes eram lançados diariamente ao governante nos noticiosos locais. Para os apoiadores do governo, em razão de Chagas Rodrigues sentir os infortúnios dos desfavorecidos, estava sendo “atacado impiedosamente”¹¹¹⁶, com palavras virulentas e odiosas. Aliás, a palavra ódio, lançada à oposição, prevalecia entre as mais utilizadas para defender o governador, pois o discurso dos opositores era, nesse turno, constantemente um discurso de ódio.¹¹¹⁷ Os embates nos jornais acabaram por ser um desdobramento das “lutas políticas”¹¹¹⁸. As denúncias de que o governador passara a comandar ataques físicos a jornalistas da oposição rendiam páginas e mais páginas dos noticiosos opositores¹¹²⁰, sendo que os cronistas/jornalistas que investiam contra o governo eram os mesmos que pediam moderação nas arengas políticas. Tentava-se por diversas vezes, nos jornais locais, orientar o rumo das discussões durante o governo *trabalhista*:

Num Estado subdesenvolvido como o Piauí, com tantos problemas a resolver, não é admissível que os homens públicos de mais responsabilidade da vida política e administrativa do Estado, percam tempo e fosfato em competições político partidárias em clima de ódios e ofensas pessoais gravíssimas, como o que está se desenrolando entre nós e com tendência a se agravar cada vez mais durante os seis meses da campanha atual. Não vejo razão para se fazer política de xingamento e calúnia ao adversário. As lutas políticas devem ser mesmo agitadas, mas agitadas no sistema da propaganda, de crítica ao adversário, sem descer para o terreno escabroso das retaliações pessoais.¹¹²¹

Entretanto, como se pôde perceber, tudo era motivo para lançar críticas ao governo. As comemorações do terceiro ano do projeto *trabalhista* foram estampadas nos jornais oposicionistas como o desfecho de uma sucessão de erros e do rumo equivocado que o governo tomou. No jornal *udenista Folha da Manhã*, o título da matéria (Figura 28) apontava em tons dramáticos:

¹¹¹⁵ GUERRA, S.D. Levianos. **O Dia**, Teresina, p. 1, 18 fev. 1962.

¹¹¹⁶ CURY, Kamal. Opinião pública consagra Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 6, 18 fev. 1962.

¹¹¹⁷ COSTA NETO, Olympio Vaz. Política da desmoralização. **O Dia**, Teresina, p. 1, 29 mar. 1962.

¹¹¹⁸ CUNHA E SILVA. Política sucessória. **O Dia**, Teresina, p. 6, 11 mar. 1962.

¹¹²⁰ ESPANCAMENTOS. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 01, 25 jun. 1961.

¹¹²¹ CUNHA E SILVA. Mentalidade primária. **O Dia**, Teresina, p. 4, 1º maio 1962.

Figura 28 – Revoltante



Fonte: Revoltante, 1962, p. 6¹¹²²

A matéria do jornal *udenista* fazia uma descrição da festa em comemoração ao terceiro ano do governo de Chagas Rodrigues. Segundo aquele noticioso, Rodrigues havia desperdiçado uma fortuna com foguetes e uísque, algo gravíssimo em um estado tão pobre como o Piauí, e, mais ainda, para um governo que se dizia voltado para os desvalidos. Também, as páginas daquele escrito cintilavam críticas no que se referia a um processo de incitação das massas provocado pelo governador, com o intuito de destruir os pilares da ordem social, e tudo isso regado a demonstrações de outras crenças religiosas, que não a religião “oficial” do Estado, cristã-católica - o noticioso se referia especificamente a algumas apresentações de Escolas de Samba, que o jornalista intitulou de Macumba –, e, por fim, para o desfecho dramático, reforçava-se o anúncio de apoio do governo às Ligas Camponesas no Estado. O jornal ainda relata o teor das faixas que eram levadas supostamente pelos populares, com os seguintes termos: “Viva Fidel Castro”, “Abaixo o Imperialismo Ianque”, “Queremos a Reforma Agrária na Marra ou na Lei”, “Somos a favor de Cuba”, “Paredon para Lacerda”¹¹²³, tudo em clima de grande agitação popular. Esse evento teria sido o ponto extremo, segundo a oposição, da virada comunista do governador.

Apesar do suposto comunismo do Chagas Rodrigues, o que fica claro nessa profunda aversão ao governador é que o projeto que se tentou implantar no Piauí feria demasiadamente a condução da política partidária local. Por mais que os jornais oposicionistas tentassem esconder o seu descontentamento com as ideias destinadas aos trabalhadores e pobres, tornava-se bastante evidente essa rejeição. No editorial do *Folha da*

¹¹²² REVOLTANTE. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 6, 2 fev. 1962.

¹¹²³ *Ibid.*

Manhã de 3 de fevereiro de 1962, no último ano do governo de Chagas Rodrigues, segundo o jornalista, a elite já havia se colocado contrária ao governo *petebista*, em decorrência de seus projetos populares.

Sabe o governador que é S. Exa. profundamente antipatizado pela elite piauiense. Ninguém o tolera, mercê da orientação seguida do seu govêrno, onde impera a farsa e em que o personalismo e a defesa de interesses próprios têm lugar de especial destaque.

E, assim, o governador apela para as classes menos desfavorecidas, a quem tenta iludir e persuadir, com a distribuição de sopas, com franqueamento de passeios nos ônibus de linha da cidade, promessa de entregar aos lavradores as terras alheias que não estiveram cercadas e diversas outras espécies de embromações [...] ¹¹²⁴

O final do governo *petebista* foi bastante tumultuado, perdendo a maioria na Assembleia Legislativa, que resultou na recusa de vários projetos e na falta de apreciação de muitos outros, prejudicando de forma especial o orçamento do Estado. O governador também perdeu totalmente o apoio dos magistrados do Tribunal de Justiça do Estado, em razão do descumprimento de uma decisão judicial que ordenava o governador a acatar a disposição dos magistrados de aumentarem os seus próprios salários. ¹¹²⁵ Perdendo o apoio dos magistrados e do Legislativo, rumores de *impeachment* circulavam pelos jornais locais. ¹¹²⁶

Nos últimos dias de governo e diante do imobilismo político, Chagas Rodrigues passou a atuar da mesma maneira que seus opositores, jogando de forma intensa, e na mesma moeda, de acordo com a *cultura política partidária* local. Demitiu os opositores que tinham assento no governo e todos os indicados a cargos públicos pela ex-companheira de coligação, UDN. O governador também radicalizou suas ações contra o Legislativo estadual, vetando o projeto de lei que aumentava de 32 para 42 o número de deputados. ¹¹²⁷ No *Jornal do Comércio*, noticioso de apoio irrestrito ao governo, os partidários passaram a utilizar da mesma linguagem baixa e de ataques pessoais, assim como se fazia nos jornais da oposição. Com relação à atuação nos jornais, não há como se afirmar se era mesmo Chagas Rodrigues quem escrevia muitos dos textos atribuídos a ele, sob pseudônimo de José Carnaúba, apenas que os textos em questão eram bastante agressivos com os que eram contrários ao projeto *trabalhista oficial*. Diante da intensa oposição àquele *projeto* e do isolamento do governador

¹¹²⁴ IMPERIOSA explicação Chagas deve ao povo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 3 fev. 1962.

¹¹²⁵ VER: NOTICIÁRIO do Tribunal de Justiça do Estado. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 17 mar. 1961;

NOTA oficial. Associação dos Magistrados Piauienses. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 18 mar. 1961.

¹¹²⁶ DESARMONIA entre os Poderes. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 29 nov. 1961.

¹¹²⁷ DANTAS, Deoclécio. **Marcas da ditadura no Piauí**. Teresina: [s.n.], 2008, p. 45-46.

no final do mandato, *a cultura política partidária* surgiu com efetividade nas contendas políticas.

Os articulistas que apoiavam o governo de Chagas Rodrigues afirmavam que os opositores tentavam criar um clima de instabilidade sem precedentes no Estado.¹¹²⁸ O que não deixa de ser verdade. Muitas matérias nos jornais aliados consideravam que em decorrência da perseguição política acirrada, o governo *petebista* do Piauí não tinha conseguido colocar em prática todos os projetos propostos, mas que pelo menos havia trazido ao Piauí “um clima psicológico de inaudíveis transformações”.

Como deboche final, e sendo um componente importante da *cultura política partidária* local, nos jornais dos vencedores, a famosa imagem da porca (Figura 29) que come os candidatos passou a circular.

Figura 29 – A Porca Fantasma



Fonte: [A Porca...], 1962, p. 3¹¹²⁹

Segundo Laerte Magalhães, o mito da porca¹¹³⁰ sempre retorna, no final dos pleitos eleitorais, para ridicularizar os candidatos que perderam as eleições. A porca

¹¹²⁸ LEMOS, Andocides. Crônica da Cidade. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 fev. 1960.

¹¹²⁹ [A PORCA fantasma]. **Folha do Nordeste**, n. 245, p. 3, 18 nov. 1962.

¹¹³⁰ Seriam três as principais versões sobre o mito da porca na política piauiense, segundo Magalhães: “Manu, um comerciante na cidade de Campo Maior, pela década de 60 do século passado, após ter perdido a eleição

devoradora, considerada uma representação tipicamente piauiense, é utilizada pelos grupos vencedores como forma de escárnio com os perdedores. Aqueles recorreriam, então, a algumas formas de publicização da chacota: reprodução de sua imagem em muros, amplificação do ronco de uma porca para reproduzir em aparelhos de som, condução de uma porca à casa do perdedor, e, por fim, como aparece no artigo, nos jornais locais.¹¹³¹ Na imagem do jornal a porca aparece comendo um candidato derrotado, enquanto outros correm apavorados, com medo que aconteça com eles a mesma coisa.

6.2 As ideias eram do Rio de Janeiro, não eram daqui!¹¹³² A derrota na eleição de 1962

Chagas Rodrigues, ao assumir a governança estadual, procurou apoios municipais, convidando políticos da “velha guarda” e lideranças locais para aderirem ao PTB. *Udenistas* se sentiram traídos e o PSD se achava ameaçado pelo novo governo, porque a política de adesão *petebista* buscava membros nas fileiras daquelas agremiações. O governador não compreendia que a dinâmica entre as duas siglas, UDN e PSD, era como parte de um jogo que dificilmente teria fim na *Cultura Política Partidária*; nesse sentido, os políticos pertencentes a essas siglas, longe de compreenderem a atitude do *petebista* como prática comum do campo político, acusavam-no de querer formar um “exército Persa”, aliando tribos rivais para que com “frechas [*sic*], que fariam cobrir o sol para os demais partidos aniquilados, ficasse sendo

para vereador, observava em frente a sua casa, porcos que fuçavam restos do material da campanha eleitoral. Alguém que passava por ali, percebendo o estado de desolação de Manu, adverte em tom de galhofa, ‘cuidado Manu, senão a porca te come’. A história caiu no gosto popular e rapidinho espalhou-se pelo estado, principalmente porque foi adotado pela mídia. Colunistas e chargistas esbaldam-se de criatividade em épocas de eleição em cada rincão do estado do Piauí. Esta é a única versão que tem registro bibliográfico, foi publicada no livro ‘Falem mal, mas falem de mim’ do jornalista Zózimo Tavares (1989:56), transcrevendo texto do também jornalista, José Lopes dos Santos. 2. Um político, também de Campo Maior, pela década de 50, teria planejado trocar urnas com votos legítimos por outras com votos falsos, sob as obscuridades. Deixou debaixo de uma moita próxima ao local onde as urnas verdadeiras eram guardadas. Mas, na hora marcada, ao chegar à moita para apanhar as urnas que lhe garantiriam a vitória viu que uma enorme porca havia espatifado todas as cédulas. Por conta disto, o tal político perdeu a eleição. Do mesmo modo que a versão anterior, a história tomou gosto nas rodas de conversa pela cidade e espalhou-se no imaginário popular. 3. O professor Joaquim Magalhães, natural de Piracuruca - Piauí, diz que nem uma das duas versões corresponde à verdade. Segundo o referido professor, a prática deriva do costume de disparar bacamartes ou ronqueiras nas festas religiosas que foi depois adotado nas festas de vitórias políticas. Por ocasião de tais festas, os militantes do candidato vitorioso utilizavam expressões como ‘hoje a porca vai roncar’, ‘hoje a porca vai comer’. Para o professor, o ronco do bacamarte ou da ronqueira era associado por imitação ao ronco da porca. Daí, a expressão ‘a porca vai comer’ foi aos poucos se transmutando para o modo como é utilizada atualmente. A variedade demonstra e reafirma a riqueza do mito.” Ver: MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio. A Carnavalização nos ritos culturais populares do Piauí. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006. *Anais...* Brasília, DF:UNB, 6 a 9 de setembro de 2006.

¹¹³¹ Ibid.

¹¹³² Parte do depoimento do ex-governador pelo PSD Pedro Freitas, em: ALMEIDA, Francisco Robério Batista. **A consolidação política do golpe no Piauí (1964-1966)**. 2001. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Piauí, Curso de História, Teresina, 2001, p. 40.

o senhor único de todo o Piauí”¹¹³³. Os partidários piauienses do PTB, por sua vez, acreditavam que o crescimento do partido era inevitável, tomando como referência o crescimento da sigla em outros Estados.¹¹³⁴ Contudo, o número de adeptos do *trabalhismo* no Piauí não foi suficiente para que vingasse politicamente enquanto projeto de poder. Segundo Antônio José Medeiros, com Chagas Rodrigues no governo realmente cresceram as adesões ao PTB, aumentando de forma significativa o número de filiados, entretanto, era possível observar também que as adesões de políticos conservadores se tornaram constantes àquela sigla.¹¹³⁵ Nesse sentido, o aumento de membros do PTB no Piauí se deu muito mais em decorrência da sua importância enquanto poder político em exercício do que como crescimento favorável ao ideário partidário. E foram essas adesões que começaram a minar a liderança de Chagas Rodrigues e o projeto *trabalhista oficial* no meio político.

Percebeu-se, como apontado no Capítulo 3, a elevação dos quadros *petebistas* no estado do Piauí desde a segunda metade da década de 1950, em grande medida, em razão das negociações e articulações do governo federal. Procedendo de cima, a força partidária nacional concedeu liderança ao senador Mathyas Olímpio, Chagas Rodrigues e seus companheiros, que eram *ex-udenistas*, decisão tomada ao largo dos que supostamente seriam os mais interessados na sua representação política, os trabalhadores. Nesse sentido, o grande número de figuras conservadoras, vindas da UDN e também do PSD, que encontraram abrigo no PTB possivelmente fizeram com que o próprio partido não desse o apoio necessário a Chagas Rodrigues e ao projeto *trabalhista oficial*, em especial na reta final do seu governo. Com a permanência no exercício do poder de uma ala “radical” minoritária, grande parte do partido, no final do governo *petebista*, havia vertido para a sua condição inicial na política local, coligando-se às outras siglas.

Nesse sentido, o fenecimento de qualquer tentativa de implantar um projeto *trabalhista* ligado ao PTB no Piauí no plano da política partidária pode ser observado a partir da disputa eleitoral do ano de 1962. Percebeu-se que a um ano e meio do processo já se debatia sobre o nome do sucessor de Chagas Rodrigues em todas as maiores siglas do Estado. Ao se recusar a aceitar de imediato a indicação ao governo pela UDN, que nos noticiosos já apontava a preferência pelo nome do prefeito de Teresina, Petrônio Portella, Chagas Rodrigues decidiu ter voz ativa no processo, vindo a ser acusado pelos *udenistas* de personalista e de almejar manobrar a sucessão governamental. A “oposição” feita pela UDN

¹¹³³ MENDES. Simplício de Sousa. De Termópilas à Maratona. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 31 maio 1961.

¹¹³⁴ FORTALECIMENTO do Partido Trabalhista Brasileiro. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 5 nov. 1961.

¹¹³⁵ MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996, p. 63.

durante o período da coligação foi extenuante para o governo, pois a todo instante o apoio dado durante a eleição de 1958 era cobrado pelas hostes daquele partido. Muito antes do rompimento oficial entre as siglas, Rodrigues vinha tentando se harmonizar com a UDN, o que deu origem a várias reuniões de “pacificação geral”, como os jornais as chamavam, mas que no final se revelaram infrutíferas. O último lance que motivou a separação da coligação entre PTB-UDN ocorreu em decorrência da eleição para compor a bancada da Assembleia Legislativa, na qual o PTB não aceitou o acordo proposto pelos *udenistas*. Esse último impasse levou a um rompimento oficial, que foi publicado nos jornais locais em 3 de junho de 1961¹¹³⁶, apesar de já não haver entendimento entre os dois partidos há algum tempo.

Desde o início do governo a relação PTB-UDN foi um tanto quanto conturbada por causa dos sucessivos episódios de exigências *udenistas* para efetivação de práticas da política tradicional no governo *petebista*. A falta de atendimento a muitas dessas “solicitações” levou ao desfazimento da coligação durante o governo. Havia por parte dos militantes da UDN, por um lado, o desejo de estar no comando máximo do governo, e, por outro lado, uma forte desconfiança com relação ao ideário trabalhista proposto pelo PTB.

No momento do processo sucessório para as cadeiras do Executivo e Legislativo estaduais ocorrido no ano de 1962, Chagas Rodrigues tentou sua última cartada política para a permanência de um projeto *trabalhista* no poder. Após várias tentativas de reconciliação com a UDN, que resultaram em retumbante fracasso - pois o candidato daquela sigla, Petrônio Portella, já havia sido apresentado publicamente e recebido forte aprovação dos quadros partidários¹¹³⁷ -, a solução encontrada pelo governador foi recorrer ao PSD, em cujas fileiras encontrou Constantino Pereira.¹¹³⁸ À revelia de nomes no próprio partido, Chagas Rodrigues indicou Constantino como candidato ao governo, o que terminou de minar os apoios que possuía até mesmo dentro do PTB. No que tange a essa relação, poder-se-ia questionar: foi correta a atitude do *petebista* de insistir na candidatura de um *pessedista*? Por qual razão o governador não lançou candidatura própria do partido? As fontes não revelam a intenção de Chagas Rodrigues com relação ao processo sucessório, mas pode-se fazer algumas conjecturas. Chagas tinha opções. Ele poderia muito bem, em razão da permanência de um projeto político que apoiava, indicar um *trabalhista* como o próprio Clidenor Freitas, que já

¹¹³⁶ GOVERNADOR rompeu com a UDN. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 jun. 1961.

¹¹³⁷ Segundo Chagas Rodrigues, recordando-se daquele momento, seu desejo era que o candidato tivesse saído da UDN, confirmando inclusive a indicação do nome de Petrônio Portella, contudo, teria sido Mathias Olympio o responsável pelo veto ao nome daquele candidato, exigindo um fortalecimento do partido. Ver: RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

¹¹³⁸ Constantino Pereira dos Santos foi chefe político na cidade de São João do Piauí, eleito deputado estadual por cinco legislaturas sucessivas (1947-1971).

contava como certa a indicação de seu nome para a candidatura ao Executivo estadual. Entretanto o governador preferiu outro caminho. Acredita-se que na avaliação de Rodrigues, o PTB não conseguiria eleger um governador sem o apoio de outro partido, e, segundo as normas eleitorais da época, como não poderia concorrer à reeleição, preferiu negociar a candidatura ao governo com o PSD, ficando o PTB com o vice-governo e a candidatura ao senado, sendo que a candidatura à senatoria lhe seria destinada.¹¹³⁹ Diferentemente do que aconteceu na eleição de 1958, na qual não havia um programa definido, o candidato Constantino Pereira, do PSD, apoiado por Chagas Rodrigues adotava o projeto *petebista* sobre a reforma agrária, o apoio ao homem do campo e o desenvolvimento do Estado.¹¹⁴⁰

Rapidamente a imagem de comunista que havia sido lançada ao governador Chagas Rodrigues passou a ser direcionada à figura do novo candidato. Em sua defesa, alguns padres do sul do Estado, como o padre Solon Aragão, que naquele pleito iria se eleger deputado estadual pelo PTB, e o padre Inácio Madeira, publicaram nota de apoio a Constantino, como segue:

De São João do Piauí:

Receba nossa solidariedade no repúdio à tacha de comunista que lhe foi assacada. Julgamos nosso dever esclarecer ao Estado que não compreendemos como lhe possam insinuar ideologia extremista, pois conhecemos seu passado e sua vida, cujos atos sempre constataram seguras convicções democráticas de homem público, cidadão respeitável e honrado pai de família cristão.

Pe. Solon Aragão

Pe. Inácio Madeira.¹¹⁴¹

Considera-se que, apesar de ter sofrido uma derrota fragorosa, do ponto de vista da propagação do próprio ideário ligado ao PTB no Piauí, Constantino era, sim, o nome certo para continuar fomentando o ideário *trabalhista*. Não se pode negar que o assunto naquela eleição era a Reforma Agrária. Nesse sentido, Constantino tinha larga vantagem sobre qualquer candidato pleiteante do PTB, pois, dez anos antes daquele curso eleitoral, em 1950, havia se posicionado positivamente sobre as mudanças na estrutura fundiária no Piauí. O deputado também já havia proposto projeto de lei que visava o arrendamento das terras das Fazendas Estaduais para pequenos agricultores. Mesmo sendo membro do PSD, em 1961,

¹¹³⁹ Chagas Rodrigues, então, lançou-se como candidato ao cargo de senador e deputado federal, possibilidade disponível para o pleito daquela época.

¹¹⁴⁰ SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Eleições de 1962**: estudo e tentativa de interpretação. Teresina: [s.n.], 1963, p. 17.

¹¹⁴¹ O DEPUTADO Constantino Pereira recebe solidariedade dos Padres de São João do Piauí. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 1º abr. 1962.

Constantino Pereira se posicionou favoravelmente às reformas de base, em especial a reforma agrária¹¹⁴². Segundo o parecer daquele deputado *pessedista*, a Reforma Agrária seria inevitável, e se todos os parlamentares não rumassem para promovê-la imediatamente, o País caminharia para o caos.¹¹⁴³ Em razão de constantes declarações com o mesmo teor, o deputado *pessedista* não dispunha de muitos apoios entre os seus correligionários. Quando indicado como candidato ao governo por Chagas Rodrigues, parte importante do PSD, a exemplo dos Freitas, passou a apoiar a candidatura *udenista* de Petrônio Portella.

Muitos membros do PTB também não aprovaram a indicação de um nome do PSD ao mais alto cargo do Executivo estadual, e se voltaram em apoio à eleição de Petrônio Portella, como fez o deputado federal Clidenor de Freitas Santos, que, segundo alguns jornais, queria ter seu nome alçado como candidato ao governo pelo PTB¹¹⁴⁴. Freitas Santos imediatamente desferiu discursos raivosos contra Chagas e o Partido Trabalhista no Piauí. O deputado *petebista* encaminhou carta ao governador, que, ao lê-la, mandou que retornasse ao remetente¹¹⁴⁵, episódio relatado em tom cômico pela oposição. Posteriormente o teor áspero da missiva foi publicado nos jornais locais. Clidenor Freitas, no final do governo, mostrou-se tão arredio a Chagas Rodrigues como seus opositores, alçando à tribuna da Câmara Federal questões éticas e legais sobre a isenção do imposto de vendas e consignação à firma Moraes S&A, que pertencia ao sogro do governador, a partir do Decreto nº 436, de 15 de fevereiro de 1962, do governo do Estado.¹¹⁴⁶

Portanto, a desastrosa articulação política de Chagas Rodrigues conseguiu juntar importantes líderes do PSD, da UDN e uma parcela do PTB na oposição ao seu governo, feito que repercutiu até mesmo nacionalmente, nas páginas da *Revista Cruzeiro*.¹¹⁴⁷ No final do mandato, Chagas Rodrigues e o projeto *trabalhista* estavam sem apoio político, encontrando-se aquele governante praticamente isolado e o *trabalhismo oficial* completamente rejeitado. Deve-se ressaltar que Chagas parecia não ser um habilidoso negociador. Não cedeu às exigências dos membros mais conservadores do partido e aos coligados. Não compreendeu o jogo político, tentando implantar um projeto *trabalhista* e esperando a sua continuidade, mas, sobretudo, tentando se estabelecer como a principal liderança do PTB local. A carta publicada em vários jornais sobre o rompimento de Clidenor Freitas com o governo demonstrava uma

¹¹⁴² QUEREMOS reforma agrária. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 21 nov. 1961.

¹¹⁴³ OU REFORMA agrária ou o país caminhará para o caos. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 2, 10 dez. 1962.

¹¹⁴⁴ PLINIUS. Ambição. **O Dia**, Teresina, p. 1, 12 abr. 1962.

¹¹⁴⁵ PALÁCIO do Governo. **O Dia**, Teresina, p. 4, 8 abr. 1962.

¹¹⁴⁶ CLIDENOR diz... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 5 abr. 1962.

¹¹⁴⁷ O CRUZEIRO e a situação política do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 30 mar. 1962.

série de episódios em que o jovem governador não teve astúcia política para lidar com situações delicadas. Os próprios *petebistas* argumentavam sobre a inaptidão de Chagas para cooptar os companheiros e sua capacidade de desagregação na sigla.¹¹⁴⁸

Por outro lado, na visão dos articuladores da campanha governamental, Chagas e Constantino - os candidatos dos trabalhadores – eram os únicos capazes de “liderarem as forças populares, para um movimento cívico das massas operárias e trabalhadoras”¹¹⁴⁹. Aqueles candidatos não atentaram que fazer campanha para as forças populares, em sua grande maioria analfabetas no Piauí, em um sistema eleitoral que excluía tais grupos e que só permitia como forma de manifestação política o voto, era uma atitude vazia para a continuidade de um projeto em âmbito oficial. Como se pode observar no comentário do jornal *O Dia*, de 1962, durante a distribuição de alimentos, enxovais e redes para mães pobres de Teresina, o cronista que escrevia para aquele periódico fez questão de frisar que aquelas mulheres que receberam doação do Serse eram “analfabetas ou mal assina[va]m o nome, sendo inócua qualquer propaganda tendente a lhes arrancar votos”¹¹⁵⁰.

Em obra que analisa as eleições do ano de 1962 no Piauí, o advogado José Camilo da Silveira Filho reflete que os trabalhistas piauienses buscaram um pacto que não deu certo. Foram à procura dos pequenos donos de terra e criadores, assim como lançaram-se na corrida pelo apoio dos trabalhadores urbanos e estudantes, fato que não surtiu resultado positivo no pleito eleitoral.¹¹⁵¹ O pesquisador Wilson Brandão, por sua vez, aponta que o motivo da derrota foi certamente a inabilidade política de Chagas Rodrigues, que teria conseguido se indispor com praticamente todos que o apoiaram em 1958.¹¹⁵² Um elemento que deve ser ressaltado é que desde o início do governo, segundo o jornal *A cidade de Teresina*, os apoiadores falavam em “suicídio político” no tocante à inabilidade de Chagas Rodrigues com os partidos, e o noticioso muitas vezes sugeria formas de como aquele governante deveria agir se quisesse seguir carreira. Entre as propostas apontadas havia uma que aconselhava o governador a reservar um dia na semana para “falar de política” e agir “politicamente”. Ao que parece, Chagas Rodrigues de imediato abandonara alguns princípios centrais da política piauiense, como a questão da negociação política dos cargos com os partidos aliados, privilegiando técnicos, assim como evitando inicialmente os conflitos políticos diretos. Ou

¹¹⁴⁸ O MEDO da sombra. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 6, 14 out. 1962.

¹¹⁴⁹ CÚPULAS e forças populares. *A cidade de Teresina*, Teresina, p. 1, 19 ago. 1962.

¹¹⁵⁰ AO POVO piauiense. *O Dia*, Teresina, p. 1, 24 maio 1962.

¹¹⁵¹ SILVEIRA FILHO, José Camilo da. *Eleições de 1962*: estudo e tentativa de interpretação. Teresina: [s.n.], 1963, p. 15.

¹¹⁵² BRANDÃO, Wilson Nunes. *Mitos e lendas da política piauiense*. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p. 47.

seja, Chagas Rodrigues não agia como os políticos locais, não estava no exercício do seu mandato atuando como requeria a *cultura política partidária* piauiense.

Além disso, Chagas Rodrigues tentou inserir na *Cultura Política Partidária* local um projeto *trabalhista oficial* que não teve aceitação da maior parte dos políticos tradicionais, considerado por muitos uma afronta, especialmente no que concerne à questão da terra. Nesse sentido, a *cultura política partidária* local prevaleceu, como recorda o ex-governador Pedro Freitas:

Aquela época todo mundo estava motivado pelas idéias que apareciam lá no Rio de Janeiro, mas que não refletiam aqui. No nosso meio, não tinha repercussão nenhuma aquele governo e aquelas idéias que Jango andou deixando que aqueles soldados, aqueles sargentos, aqueles cabos, fizessem aquele movimento. Aquilo foi que assombrou os proprietários, os industriais no sul. Não chegou até nós.¹¹⁵⁴

Diferentemente do que foi a sua própria campanha em 1958, os discursos do candidato apoiado por Rodrigues se direcionavam aos trabalhadores piauienses, em especial aos do campo. O trabalhador, portanto, tornou-se alvo das disputas discursivas entre governistas e oposicionistas. Era imprescindível, para o núcleo político que apoiou Chagas, apontar que Constantino Pereira procurava se associar “com as massas populares, sêntindo o anseio dos operários e trabalhadores”¹¹⁵⁵. A oposição também achou por bem argumentar que o candidato escolhido pela UDN era filho de agricultor e neto de vaqueiro, vindo do seio das camadas populares, mas que, ao contrário do candidato governista, era suficientemente culto para assumir os novos caminhos que o Piauí deveria seguir.¹¹⁵⁶ O que certamente dividia as candidaturas era a clareza na questão da reforma agrária: enquanto Constantino abertamente apoiava o ideal reformista e propagava a iniciativa de criar uma Secretaria do Trabalho no Estado, Petrônio Portella se esquivava dessa questão, e recebia o apoio maciço das elites agrárias do Piauí.

Como se pode perceber no primeiro discurso proferido por Constantino por intermédio da Rádio Clube, que apoiava o governo, aquele candidato adotou o projeto *trabalhista* proposto pelo governador Chagas Rodrigues, como sugere o trecho:

¹¹⁵⁴ ALMEIDA, Francisco Robério Batista. **A consolidação política do golpe no Piauí (1964-1966)**. 2001.

Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Piauí, Curso de História, Teresina, 2001, p. 40.

¹¹⁵⁵ A SEGUNDA independência. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 9 set. 1962.

¹¹⁵⁶ Ibid.

Assegurou [Constantino Pereira] mesmo, que seu intento é implantar um sistema governamental popular, apoiado pelas reivindicações populares, sobretudo do homem do campo, para o qual reserva um carimbo especial inteirado que está de suas necessidades mais urgentes. Como o governador Chagas Rodrigues, que tem sido inteiramente voltado para as classes pobres, dando-lhes assistência efetiva, aqui e no interior, encaminha-se o Sr. Constantino Pereira na trilha patriótica de reformas sociais, apoiando a reforma agrária, como necessidade imperiosa de nossa época.¹¹⁵⁷

A candidatura de Constantino Pereira, apoiada pelo governo *petebista*, contou com forte oposição nacional.¹¹⁵⁸ De acordo com José Camilo da Silveira Filho¹¹⁵⁹, 18 candidatos piauienses foram financiados nesse pleito pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), alguns a cargos federais e outros ao Legislativo estadual, e tinham como objetivo desqualificar o *projeto trabalhista* proposto pelo PTB e que vislumbrava sua continuidade na figura de Constantino. Conseguiu-se visualizar também nos jornais que meses antes da campanha uma equipe de ex-alunos da Escola Superior de Guerra visitou as principais cidades do Piauí, em especial as regiões em que os movimentos que atuavam no campo tinham maior força: Campo Maior e Teresina. A caravana também visitou os maiores polos populacionais do Estado: Parnaíba, Floriano, Oeiras e Picos. Os jornais apontavam apenas que se tratava de um projeto chamado OPERAÇÃO PIAUÍ, que tinha como intuito levantar os mais variados assuntos sobre os problemas piauienses com “agentes do estado e representantes das classes produtoras”, mas não revelavam as intenções da operação, tampouco se haveria algum financiamento para obras que estavam sendo objeto de debates como o porto de Luís Correia, a barragem de boa esperança ou o frigorífico de Campo Maior.¹¹⁶⁰

O resultado daquele pleito se deu da seguinte maneira: pela coligação UDN-PSD-PDC foi eleito governador Petrônio Portella, com 112.285 votos, derrotando, com o total de 72.742 votos, a candidatura de Constantino Pereira, que contava com apoio de parte do PSD e parcela do PTB. A mesma coligação vencedora elegeu como senadores José Cândido Ferraz (UDN) e Sigefredo Pacheco (PSD). Dos oito deputados federais a coligação elegeu cinco e o

¹¹⁵⁷ FALANDO francamente. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 25 fev. 1962.

¹¹⁵⁸ Segundo os historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, IPES-IBAD “interferiram diretamente em assuntos políticos, sobretudo pelo financiamento ilegal de candidaturas nas eleições de outubro de 1962”. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 68.

¹¹⁵⁹ O livro não aponta os nomes nem se esses candidatos foram eleitos. SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Eleições de 1962: estudo e tentativa de interpretação**. Teresina: [s.n.], 1963, p. 32-33.

¹¹⁶⁰ EX-ALUNOS da Escola Superior de Guerra visitam o Piauí. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 5, 8 maio 1962. Ver também: REGRESSARAM os estagiários da Escola Superior de Guerra. **Folha do Nordeste**, 9 maio 1962.

PTB elegeu três.¹¹⁶¹ Percebe-se realmente que o esquema político que anos antes tinha se juntado para a eleição de Chagas havia sido desmontado.¹¹⁶² Clidenor Freitas, rompendo com o partido, também não foi reeleito, mesmo tendo sido o deputado federal mais bem votado na eleição de 1958.¹¹⁶³ A derrota fragorosa do candidato ao governo do Estado Constantino Pereira, bem como o fracasso da eleição de Chagas Rodrigues ao Senado, da reeleição de Clidenor de Freitas Santos para deputado federal e do representante dos trabalhadores, Tiago José da Silva, presidente do Sindicato dos Estivadores de Parnaíba,¹¹⁶⁴ principais nomes que propagavam o *trabalhismo oficial* no Estado, apontam que aquele projeto não respondeu aos anseios do eleitorado. Se os principais nomes e lideranças do PTB não galgaram as posições almejadas naquele pleito, por outro lado o partido realmente avançou em números. No Legislativo estadual o PTB apresentou o seguinte crescimento (Quadro 1):

Quadro 1 - PTB no Legislativo Estadual

Ano	1947	1950	1954	1958	1962
Deputados Estaduais pelo PTB	01	02	04	07	16

Fonte: Piauí, [1947-1962]¹¹⁶⁵

No Legislativo Federal também houve aumento, como se pode observar no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - PTB piauiense no Legislativo Federal

Ano	1954	1958	1962
Deputados Federais pelo PTB	01	02	03

Fonte: Piauí, [1954-1962]¹¹⁶⁶

¹¹⁶¹ SANTOS, José Lopes dos. **Política e outros temas**. Teresina: Gráfica Mendes, 1991, p. 522.

¹¹⁶² BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e lendas da política piauiense**. Teresina: Gráfica do Povo, 2006, p. 52.

¹¹⁶³ Ibid., p. 54-55.

¹¹⁶⁴ Tiago José foi eleito para o cargo de deputado estadual em 1958, com 3.258 votos, em 1962, recebeu apenas 1.309 votos. Ver: PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1962 - Resultado para Governador, Senador, Suplente de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual**. 1962. Disponível em: <<http://www.justica.eleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-governador-vice-governador-senador-suplente-senador-deputado-federal-deputado-estadual-1962>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹¹⁶⁵ PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **[PTB no Legislativo Estadual]** [1947-1962]. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹¹⁶⁶ PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **[PTB piauiense no Legislativo Federal]** [1954-1962]. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

O aumento considerável do número de deputados estaduais pelo PTB, que passou de sete para 16, à primeira vista aponta para um avanço instigante do *trabalhismo* no Piauí. Contudo, ao se fixar os olhos apenas sobre os dados, perde-se muito do que as singularidades do contexto apontam. Os candidatos eleitos do partido trabalhista foram: Severo Maria Eulálio, José Alexandre Rodrigues (irmão de Chagas Rodrigues), Pedro Borges Filho, Filadelfo Freire de Castro, Manoel Nogueira Filho, Antônio Machado Melo, Caio Coelho Damasceno, Álvaro de Carvalho Melo, Antônio B. de Carvalho, Themistocles de S. Pereira, Raimundo de C. Paixão, Padre Solon Aragão, José R. de Carvalho, David Paulo Alves, José Martins Nunes e Deusdedith Mendes Ribeiro (ex-delegado do trabalho). Com exceção de alguns nomes da corrente ideológica do partido, a grande maioria dos eleitos vinha de outras siglas ou apoiou a outra chapa. Segundo José Camilo Filho, dois deputados eleitos pelo PTB haviam apoiado a coligação PSD-UDN, e outros cinco dos novos parlamentares eram vultos conhecidos do PSD local.¹¹⁶⁷

Os três deputados federais eleitos pelo PTB foram: Chagas Rodrigues, Jacob Manoel Gayoso e Almendra (ex-governador pelo PSD) e João Mendes Olímpio de Melo (ex-*udenista*), filho do senador Mathias Olympio de Mello, os dois últimos figuras já conhecidas do eleitorado piauiense por fazerem parte de determinados segmentos político-familiares desde antes da redemocratização, em 1945. Dos 71 municípios, o PTB conseguiu, em 1962, eleger apenas 13 prefeitos: Parnaíba, São Francisco do Piauí, Francisco Santos, Pedro II, Jaicós, Jerumenha, Landri Sales, Parnaguá, Luzilândia, Paulistana, Esperantina, Batalha e Guadalupe.¹¹⁶⁸ Diante desse quadro, pode-se atribuir esse crescimento à propagação do ideário *trabalhista* ou à entrada de vários membros de outros partidos que enxergavam no PTB uma possibilidade de ascensão política?

Diante do que se apresenta, e do que a vista alcançou, o *trabalhismo oficial* não havia se fortalecido nem mesmo dentro do partido. Para além dessa falta de cooptação, as tradicionais práticas políticas ainda resistiam. As disputas violentas entre os partidários das siglas seguiam firmes, o mesmo palavreado agressivo continuou, ou seja, muito pouco havia se modificado de fato no corpo da política partidária. É o que se pôde perceber no episódio que ocorreu entre os deputados estaduais João Carvalho, do PTB, e Alfredo Nunes, do PSD. João Carvalho, intitulado de *valente*¹¹⁶⁹ pelo jornal *pessedista Jornal do Piauí*, subiu à tribuna

¹¹⁶⁷ SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Eleições de 1962**: estudo e tentativa de interpretação. Teresina: [s.n.], 1963, p. 19.

¹¹⁶⁸ Ibid., p. 14.

¹¹⁶⁹ A expressão *valente* não estava sendo usada como sinônimo de corajoso, mas para designar pessoa predisposta a brigar. Nesse caso, o deputado seria, portanto, um *valentão*.

para discursar sobre a suposta ameaça de morte que teria sofrido o deputado Alfredo Nunes, proferida pelo delegado da cidade de Amarante, o sargento Benoni Miranda, que teria sido levada a público em sessão anterior da Assembleia Legislativa. João Carvalho apontava que não se considerava *valente*, mas que não temia ameaça dos adversários políticos, apesar de andar desacompanhado de capangas, diferentemente do que fazia o seu colega de tribuna Alfredo Nunes, que sempre era visto acompanhando de três ou quatro “*amigos*”. O deputado *petebista* disse que não acreditava na realidade daquela ameaça, e que se o sargento a havia pronunciado, não contava com seu apoio. Por outro lado, acabou solicitando ao deputado *pessedista* que contasse os reais motivos que o fizeram se indispor com o delegado, que supostamente teriam sido o fato de o sargento ter tratado mal um coletor da cidade por não ter despachado com cautela o que ele havia solicitado. Por essa suposta intimidação do deputado Alfredo Nunes pelo delegado, aquele havia ameaçado nos mesmos termos o governador Chagas Rodrigues. João Carvalho, filiado ao PTB e apoiador do governador, terminou sua oração apontando que não aceitaria a retirada do delegado da cidade, e para encerrar seu discurso acrescentou:

Homem de idade avançada, pouco me resta fazer da vida. Gostaria que essa ameaça fosse transferida para mim [ameaça de morte que foi feita ao governador Chagas Rodrigues], pois estou às ordens do deputado Alfredo Nunes em qualquer hora, em qualquer local que me queira encontrar. Os adversários jamais me conseguirão intimidar, dado que não temo seus ataques e suas ameaças.¹¹⁷⁰

Observa-se que muito pouco das práticas de violência relacionadas à política no Piauí haviam se modificado. Eram os políticos, com sua forma de atuação, que perpetuavam de forma sistemática essa condição. Apesar de o projeto *petebista*, vinculado à figura do governador Chagas Rodrigues, propor uma performance política diferente, não era de se estranhar que a condução política no Piauí continuasse pautada pela tradicional *cultura política partidária*, afinal, havia uma proposta de mudança no plano político partidário, mas não havia mudança efetiva nos quadros humanos desses partidos. Conceber que houve adesão sistemática dos quadros partidários às propostas que estavam ganhando visibilidade no Estado é apontar uma revolução do ideário, ou mesmo uma ruptura com vários elementos da *cultura política*, algo que, como se pode perceber, não ocorreu no espaço da política tradicional.

Portanto, a tentativa de lançar um novo projeto que deveria ser incorporado à *Cultura Política Partidária* não foi bem-sucedida. O líder *petebista* também não conseguiu

¹¹⁷⁰ VOLTA ao debate “Caso Amarante”. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 12 maio 1959.

cooptar os antigos grupos políticos para a sua nova proposta, e o *trabalhismo oficial*, por seu turno, gestou efeito contrário ao desejado, reforçando a *Cultura Política Partidária* tradicional. Em razão da abreviação de sua sobrevivência, enquanto instância de poder, promoveu-se uma junção entre UDN, PSD e boa parcela do próprio PTB contra aquela proposta, e, para finalizar, esses grupos acabaram por se unir em torno de uma única acusação: o *trabalhismo* era, de fato, um projeto de comunização.

O isolamento político de Chagas Rodrigues era um fato. Seu governo, pautado por propostas para o trabalhador do campo, procurava compreender as pretensões políticas de segmentos sociais que antes nunca haviam sido motivo de preocupação do Poder Público. Houve adesão desses trabalhadores, certamente, mas o analfabetismo deve tê-los impedido muitas vezes de votar. Chagas Rodrigues tinha ciência de que tentava propagar algo diferente do que se praticava na política piauiense, porque entendia que “precisamos acabar com essas lutas estéreis, essas disputas de interesses pessoais e unidos trabalharmos por um Piauí melhor, forte e progressista”.¹¹⁷¹ A forma de condução da política partidária certamente promoveria mudanças no Piauí, contudo não ocorreram no ritmo daqueles que queriam ser seus líderes, tiveram seu próprio tempo para se desenvolver, além de outras motivações.

Chagas Rodrigues, símbolo-mor do *trabalhismo*, no ano de 1964, após o golpe civil-militar, foi indiciado em IPM intitulado – organização do PCB no Piauí, figurando como apoiador dos comunistas no Estado, contudo, no desenrolar do processo solicitou-se a retirada do seu nome por falta de evidências.¹¹⁷² A sua inclusão no processo foi visivelmente uma retaliação política, questionada até mesmo pelos militares naquele momento, pois foi indiciado sem sequer ter prestado um único depoimento. Quando a ditadura militar instalou o bipartidarismo no Brasil, o deputado Chagas Rodrigues adentrou o MDB, sendo cassado em 1968, e, segundo afirmou em um dos poucos registros em que se refere a esse período, sendo proibido de voltar ao Piauí.¹¹⁷³

6.3 Já votou? – Já sim! Não valho mais nada!¹¹⁷⁴

Explicar (ou julgar) um fato é uni-lo a outros.¹¹⁷⁵

¹¹⁷¹ RECEBIDO no Planalto pelo Presidente. **A cidade de Teresina**, p. 1, 15 out. 1961.

¹¹⁷² CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

¹¹⁷³ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

¹¹⁷⁴ Expressão usada corriqueiramente no interior do Estado pelos eleitores para definirem o seu valor antes e depois do voto.

Constantino Pereira, do PSD, foi o candidato escolhido para prosseguir com o projeto *trabalhista oficial* em 1962, substituindo Chagas Rodrigues na governança do Estado. Constantino perdeu a eleição. Chagas Rodrigues se candidatou ao Senado e perdeu a eleição. O ex-governador também se candidatou ao cargo de deputado federal¹¹⁷⁷ e ficou no sétimo lugar das oito vagas existentes. No final do processo eleitoral, não houve grandes manifestações em favor do ex-governador que tinha como proposta lançar o *trabalhismo* como parte da *Cultura Política Partidária* local. Não se manifestaram os grupos operários e camponeses organizados, tampouco os outros trabalhadores que existiam no Estado. O *trabalhismo* proposto pelo PTB havia morrido mesmo antes de nascer? Se o *trabalhismo* era um pacto¹¹⁷⁸, por que os trabalhadores não aderiram àquele *trabalhismo oficial*?

A última questão é notadamente de difícil resposta, em especial pelas principais fontes que foram utilizadas na construção deste capítulo, que são os jornais, os arquivos eleitorais do TRE-PI¹¹⁷⁹, IPMs e livros de memória, e essa dificuldade se expressa por duas razões centrais. Primeiro, os jornais, fonte central desta pesquisa, pertenciam aos grupos políticos partidários; nesse sentido, qualquer nota que evidenciava a ideia de apoio/rejeição popular irrestrito a um grupo ou outro deve ser analisada com base na construção da notícia vinculada aos interesses dos partidos. Cita-se como exemplo que até o último momento do processo eleitoral em 1962, os noticiosos do PTB apontavam um apoio maciço dos trabalhadores ao candidato Constantino.

Em segundo lugar, os números eleitorais, resgatados nos arquivos do TRE-PI, podem até dar a dimensão da vontade de um número significativo de trabalhadores, mas não refletem a voz da massa laboriosa que o Piauí possuía, uma vez que a maioria de seus integrantes estava no campo e nas pequenas cidades, e dificilmente tinha acesso à educação formal ou à simples alfabetização, não deixando diretamente registradas as suas percepções sobre os acontecimentos. Nesse sentido, a dificuldade se encontra na falta de marcas elaboradas pelos próprios camponeses, analfabetos e sem direito a voto, em sua maioria. Então, como desvendar as razões da não arregimentação dos trabalhadores em favor de um projeto *trabalhista oficial*?

¹¹⁷⁵ Extraído do conto *Ttön, uqbar, orbis tertius*. BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 22.

¹¹⁷⁷ Segundo a justiça eleitoral da época era possível um candidato se lançar a mais de um cargo por pleito.

¹¹⁷⁸ Para Angela de Castro Gomes, a relação entre trabalhadores e governo se dava por adesão e não submissão: “Aquele que contrata não se submete, ele adere, e sua adesão tem uma força moral totalizadora.” GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 229.

¹¹⁷⁹ Também foram usados livros de memória e os anais do Congresso Nacional para a construção deste capítulo, cabendo lembrar que essas fontes também não são falas dos trabalhadores.

No livro *Ensaio sobre a lucidez*¹¹⁸⁰, do escritor português José Saramago, a população da capital de um país fictício resolveu votar em branco de forma generalizada, causando constrangimento geral nos setores políticos. A descrença na política é mote importante para a compreensão daquela obra. Saramago não aponta explicitamente na obra as razões do desapontamento geral, mas ao demonstrar as enérgicas medidas tomadas pelos políticos em decorrência do resultado da eleição, fornece indícios para que se possam compreender os motivos que levaram a sociedade a se manifestar daquela forma. O criador de *Ensaio sobre a Lucidez* possibilitou que se refletisse sobre a relação dos eleitores e trabalhadores com o governo de Chagas Rodrigues, e se chegasse à conclusão de que mesmo que não se tenha à disposição as respostas concretas elaboradas pelos populares – que também não existem em seu livro – pode-se encontrá-las nos detalhes, nos vestígios. Apoiou-se então em uma leitura indiciária¹¹⁸¹, observando-se, de forma atenta, as participações populares nesse processo de recusa ao pacto trabalhista com o PTB. Essa reflexão acabou se tornando uma questão mais sensível do que tátil na escrita do texto, porque além de perpassar a ideia de compreender as sensibilidades populares em outra temporalidade, a investigação dos indícios foi executada como um jogo de espelhos, uma vez que, na medida em que se lançam vistas sobre os que participavam do processo político partidário, procurando capturar suas representações de si próprios, busca-se, na verdade, vislumbrar, nos interstícios, o reflexo das reações populares.¹¹⁸²

Para se entender a recusa dos eleitores ao projeto *trabalhista* pode-se indagar de antemão: é possível fazer uma descrição de quem era o “eleitor” piauiense? Começa-se reunindo alguns dados que podem ajudar nessa questão. O potencial eleitoral no Piauí no ano de 1962 era de 545.080, entretanto, para aquela eleição foram inscritos 315.158, mas o comparecimento total foi de 230.264.¹¹⁸³ Para governador, deve-se considerar ainda que 35.203 votos foram em branco e houve 10.034 votos nulos. A população total do Piauí era de 1.229.667. Considerando-se o total de eleitores, apenas 28,56% da população tinha direito a voto. Levando-se em conta o comparecimento eleitoral, apenas 18,78% do total da população votou naquele pleito. Desse total de 230,264 votantes, 15,28% optaram por votar em branco. Pouco mais de 80% do total da população piauiense não participou eleitoralmente daquele processo. Desses 18,78% votantes, pode-se presumir que boa parte possuía apenas noções

¹¹⁸⁰ SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹¹⁸¹ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____ (Org.). **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

¹¹⁸² Ver: SCOTT, James C. **Los Dominados Y el arte de la resistencia**. Discursos ocultos. México: Ediciones Era, 2000.

¹¹⁸³ MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996, p. 59.

elementares de escrita e leitura, preenchendo o requisito básico para a votação, que era saber escrever o próprio nome¹¹⁸⁴. Ainda, segundo dados apontados na dissertação do sociólogo Antônio José Medeiros, 40% do total do eleitorado piauiense era urbano.¹¹⁸⁵

Sobre o comportamento do eleitor, há que se analisar alguns relatos de observadores do período. Segundo o intelectual e partícipe do processo José Camilo Filho, na obra intitulada *Eleição de 1962*, os eleitores já estavam naquele ano, em sua grande maioria, emancipados dos chefes políticos tradicionais, os ditos *coronéis*, lançando seus votos sempre nos conhecidos, naqueles que poderiam vir a ajudá-los no futuro, vendendo por alguns tostões, ou mesmo oferecendo a algum amigo, que era amigo de candidato.¹¹⁸⁶ Em nenhum momento o autor fala sobre a força de propostas políticas ou projetos de governo como incentivadora do voto popular. Essa análise de José Camilo pode ser associada a outras fontes, como se verá mais adiante, e reflete um processo bastante complexo da constituição do sujeito votante no Piauí, entre as décadas de 1950 e 1960. Mesmo com o recuo da força política dos coronéis, o eleitor continuava mantendo uma postura de dependência em relação aos conhecidos líderes locais, ofertando seu voto por alguns trocados ou até mesmo pela comida doada pelo chefe político da região no dia do pleito. A eleição era o momento de conexão entre os políticos e os sujeitos votantes, como já mencionado, depois outras formas de relação se estabeleciam entre a *cultura política partidária* e a *cultura política popular*.

De forma geral, a atuação no ambiente da política partidária era compreendida pelos próprios políticos como tendo dinâmica própria, e deveria ser exclusivamente conduzida pelos membros dos partidos, ou seja, bem longe das hostes populares. O exercício da política era lugar de conchavos, de disputa de interesses privados, de acordos entre facções, que não necessariamente precisavam do povo para existir, como ficou bastante latente no Capítulo 3.¹¹⁸⁷ Havia uma única exceção, o processo eleitoral. Distante desse momento, a política

¹¹⁸⁴ O baixo número de eleitores no Piauí na década de 1960 não difere muito dos números brasileiro no pós-*Estado Novo*. Em 1945, o eleitorado inscrito correspondia a 13,4% da população, quando em vários países do mundo, em especial os europeus, os dados apontam para o número de 50%. Ver: LAMOUNIER, Bolívar. O que é que se constrói quando se constrói a democracia. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 19-20.

¹¹⁸⁵ MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994.

¹¹⁸⁶ SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Eleições de 1962**: estudo e tentativa de interpretação. Teresina: [s.n.], 1963, p. 24.

¹¹⁸⁷ Segundo José Murilo de Carvalho, a República, apesar de ser um sistema que propunha trazer o povo para o “proscênio da atividade política”, fora proclamada sem a iniciativa popular. E, mesmo sem essa condição inicial, a expectativa dos anos seguintes, segundo o historiador, fora frustrada devido ao aumento do autoritarismo e à maior exclusão dos sujeitos. Ver: CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

partidária se efetivava em sua própria dinâmica, como aponta Cunha e Silva, articulista d’*O Dia*, jornal que no ano de 1962 apoiava o PTB. Veja-se como examina a atuação dos partidos:

É a política dos cambalachos que leva a política brasileira ao descrédito e à ruína. No Piauí, por exemplo, três partidos políticos – UDN, PSD e PTB – quase que se equiparam em força eleitoral e, ao invés de cada qual se arregimentar sozinho para apresentar seus candidatos ao govêrno do estado e à representação federal e estadual, vivem, nos bastidores, com seus grupos ou alas, entredevorando-se, confusos e alheios aos ditames da verdadeira democracia.¹¹⁸⁸

A política partidária, independentemente de o jornal ser contrário ou favorável ao governante, acabava, persistentemente, sendo representada como uma ação obscura para os eleitores, na qual prevalece o interesse pessoal sobre os anseios coletivos. O eleitor, ou melhor, o povo, como costumava chamá-lo os jornais, frequentemente era visto como elemento de uso para garantir os interesses políticos partidários, por esse motivo a política e os políticos, segundo observações dos cronistas, eram desacreditados acerca de suas intenções em favor da coletividade. No jornal católico *O Dominical*, o cronista Alves de Paula aponta essa relação de desconfiança popular com relação às práticas políticas:

Ouvimos, muito frequentemente, dos homens que se deixaram vencer pela decepção ou o ressentimento que não vale a pena votar. Pois todos os políticos são uns desonestos que só querem pegar o voto do pobre e depois não pensam mais nos problemas do povo. É certo que os políticos em quase sua totalidade são uns aventureiros e demagogos que, uma vez eleitos, esquecem as suas gravíssimas responsabilidades de delegados do povo e passam a cuidar só dos seus negócios particulares e envolver-se em negociatas, protegidos como estão pelas imunidades parlamentares.¹¹⁸⁹

O noticioso *petebista Jornal do Comércio* corroborava essa mesma opinião, em especial sobre a eleição de 1962:

A verdade é que o povo brasileiro já foi enganado tantas vezes, que dessa vez marchou para as urnas com desconfiança. Foi enorme o número de abstenções e maior o número de votos em branco. Muitos votaram num candidato por ser êste um “amigo”, “parente” ou “compadre”, ou mesmo apenas “conhecido”, outros porque receberam comida, transporte, remédio, roupa ou dinheiro, sabendo que estas ninharias seriam a única atenção que receberiam dos candidatos, e que êste, uma vez eleito não irá mesmo fazer cousa nenhuma.¹¹⁹⁰

¹¹⁸⁸ CUNHA E SILVA. Política Partidária. *O Dia*, Teresina, p. 4, 8 fev. 1962.

¹¹⁸⁹ PAULA, Alves de. Porque votar. *O Dominical*, Teresina, p. 3, 25 jul. 1954.

¹¹⁹⁰ COMENTÁRIOS. *O Dominical*, Teresina, p. 4, 17 out. 1962.

De forma geral, as ações dos membros de siglas políticas eram pautadas pela estratégia de estimular as sensibilidades, as paixões e os medos, em especial o medo da violência, principalmente nos períodos pré-eleitorais. Possivelmente havia desconfiança popular com relação ao político tradicional, que poderia, muitas vezes, ser minimizada pela captura dessas sensibilidades. A própria eleição que transformou Chagas Rodrigues em governador foi resultado dessa sensibilidade popular, em grande medida gerada por herança emocional e crença popular provocada pela morte dos candidatos, no pleito de 1958. Chegando ao governo, contudo, o governador não conseguiu cativar os trabalhadores, sequer os eleitores. As paixões, que tendem a prevalecer nos pleitos eleitorais, não penderam para o lado do *trabalhismo oficial*.

A atuação dos políticos durante os pleitos eleitorais, com o objetivo de capturar as sensibilidades, tinha como uma das estratégias recorrer às questões morais, como já foi mencionado no segundo capítulo. Os políticos, ao apontarem temas relacionados ao caráter de seus opositores, tentavam provocar rejeição popular ao seu oponente. Um jornalista que escrevia para o noticioso católico *O Dominical* assinalou como eram efetuadas essas práticas às vésperas das eleições:

A propaganda dos candidatos, tal como se faz atualmente, não reflete nenhum conteúdo propriamente político, no sentido científico da palavra. Apela para certos chavões, acena com o valor moral de certos nomes, explora inescrupulosamente os sentimentos ou simplesmente se preocupa em difamar o adversário. [...] Quem injustamente difama o adversário demonstra apenas que não pode se sobressair sem diminuir o outro. E, nesse caso, se não é capaz de cumprir os próprios deveres elementares de justiça como simples cidadão, que será capaz de fazer de posse de um mandato popular?

1191

A *política partidária* praticada no Piauí se constituía pelo clientelismo e pelo fisiologismo, e, nesse ponto, a população tinha o seu grau de participação definido. Em matéria do noticioso *O Dia*, o repórter apresentava o funcionamento do tipo de voto que surgia nos chamados “currais eleitorais”, utilizando como exemplo a cidade de José de Freitas, berço da família Freitas e de dois ex-governadores *pessedistas*. O jornalista aponta que, naquela localidade, os indivíduos que não se manifestassem solidários aos candidatos do grupo familiar que chefiavam, mesmo sendo economicamente independentes, sofreriam toda sorte de humilhação e perseguição pública.¹¹⁹² Nesses ditos currais eleitorais, para a obtenção de expressivos resultados favoráveis, aquelas lideranças locais que apoiavam determinados

¹¹⁹¹ PAULA, Alves de. Política. *O Dominical*, Teresina, p. 3, 7 set. 1958.

¹¹⁹² O REGIME de curral. *O Dia*, Teresina, p. 4, 15 maio 1962.

políticos contavam com algumas estratégias.¹¹⁹³ Mesmo computando o apoio público da maior parte dos eleitores, os chefes partidários não confiavam completamente na obediência do sufrágio do eleitorado, pois, como a votação ocorreria de forma sigilosa, o indivíduo poderia votar contrário ao discurso que propagava publicamente. É nesse momento da reportagem que o cronista de *O Dia* descreve sua percepção de “curral”, que

[...] não é nada mais, nada menos do que o seguinte: [...] os considerados correligionários terão que se sujeitar a decepcionante condição de escravo, sendo levados para o quintal de qualquer um dos vassalos mais apaixonados [...], onde permanecerão sob constante vigilância, só saindo do local quando tiverem de votar, já tendo nas mãos a chapa pré-indicada¹¹⁹⁴.

A maior parte da população piauiense na década de 1950 estava situada na zona rural¹¹⁹⁵, e em grande parte das cidades do interior do Piauí havia uma distância significativa entre a casa do eleitor que morava no campo e a zona eleitoral. Por essa razão, geralmente os partidos promoviam uma recepção aos eleitores, na própria residência dos políticos ou de seus correligionários. Utilizava-se, como pretexto para a aglomeração nesses espaços, a refeição e o ponto de encontro para o transporte de volta às localidades. Essas eram práticas recorrentes no estado do Piauí até pouquíssimo tempo. Juntando-se a isso, havia a questão da chapa marcada com o número do candidato, que, muitas vezes, o indivíduo recebia para votar no pleiteante indicado pelo dono da casa ou pelo sujeito que ofereceu o transporte. Tal atitude não garantia que todos os votos fossem dados aos candidatos daqueles que ofereciam os “benefícios” - carro, hospedagem, alimentação, e até mesmo dinheiro -, mas, como será visto, pode ter contribuído para direcionar votos àqueles que concediam os “favores”¹¹⁹⁶. Segundo

¹¹⁹³ Os cientistas políticos Luís Aureliano Andrade e Manoel Leonardo Santos apontam que, muitas vezes, esse intermediador era o chamado Coronel, que desempenhava no meio rural a função de “arregimentar eleitores, mobilizá-los para os locais de votação, treiná-los no exercício do voto e garantir a sua lealdade”. Ver: ANDRADE, Luís Aureliano Gama de; SANTOS, Manoel Leonardo. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, Enxada e Voto. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 157-173, p. 161.

¹¹⁹⁴ O REGIME de curral. *O Dia*, Teresina, p. 4, 15 maio 1962.

¹¹⁹⁵ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. *Clio*, Revista de Pesquisa Histórica, v. 28, n. 1, [2010]. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/99/70>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

¹¹⁹⁶ Victor Nunes Leal também aponta essa questão em *Coronelismo, Enxada e Voto*. Segundo esse autor, “A maioria do eleitorado brasileiro [década de 1940] reside e vota nos municípios do interior. E no interior o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais que custeiam as despesas do alistamento e de eleição. Sem dinheiro direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdido e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento (LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 57).

Victor Nunes Leal, o gasto com o eleitor não era fator determinante, pois se verificavam algumas “traições” – que podem ser compreendidas como resistências e insubordinações -, o que só reforça a necessidade de se compreender quais razões levam à adesão dos eleitores a determinado candidato.¹¹⁹⁷

Esse relato sobre as condições de voto nas décadas de 1950 e 1960 no Piauí também é descrito nas memórias do advogado picoense Renato Duarte. Diferentemente do jornalista de *O Dia*, que ressaltava aquela situação como uma “escravidão” para o eleitor, Duarte lembra da eleição como uma grande celebração, na qual o que menos interessava aos populares era o desfecho eleitoral. Na memória de Duarte aquele era um dia vibrante, de intensa movimentação de pessoas que vinham da região rural para a área central de Picos. O núcleo urbano se enchia dos trabalhadores do campo e o espaço se tornava, aos olhos de uma criança, como era na época o autor das recordações, uma grande festa: “A grande festa acontecia no dia das eleições, quando a cidade era invadida por dezenas e milhares de eleitores provenientes da zona rural, que abrigava, então, pouco mais de 90% da população do município”¹¹⁹⁸. A descrição de Renato Duarte vai do seu caráter emocional ao juízo de valor sobre a participação do eleitor no processo. Veja-se como ele aponta vários elementos que se cruzam com os presentes na descrição feita pelo jornalista de *O Dia*.

Logo cedo começava o intenso vaivém de eleitores, todos eles trajando suas roupas de guarda, que se movimentavam entre o local de votação e as residências dos candidatos e dos caciques da política local. Além do espetáculo visual representado pela súbita e inusitada movimentação de pessoas na cidade, dois fenômenos chamavam a atenção de qualquer observador da cultura das eleições no interior nordestino. O primeiro correspondia ao que hoje se chama de “trabalho de boca-de-urna”, que naquela época consistia em ensinar o eleitor a votar, ou simplesmente em fornecer, já preenchida, a cédula eleitoral – a **chapa** (grifo do autor), como se dizia então, - numa prática, tão deseducativa quanto cínica, do chamado “voto de cabresto”. O outro fenômeno era representado pela aglomeração de eleitores em frente às casas dos chefes políticos. Lá, durante todo o dia, eram servidas incontáveis refeições. Da mesma maneira que o patrocínio do transporte gratuito entre o local da residência dos eleitores do **mato** (grifo do autor) e a cidade era fundamental para assegurar o comparecimento desse às urnas, o fornecimento de refeição era tido como obrigação do candidato. A falta de consciência política e de compreensão da importância do voto como instrumento de transformação da sociedade era tal, que se tornou corriqueiro a expressão “votar no boi”, no sentido de dar o voto a quem oferecesse almoço no dia das eleições. Alguns chefes políticos chegavam a construir fogões de alvenaria nos quintais das suas casas onde, em panelões e tachos,

¹¹⁹⁷ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 57.

¹¹⁹⁸ DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos cinquenta. 2. ed. rev. e amp. Recife: Gráfica Nordeste, 1995, p. 105-106.

eram preparadas as refeições que seriam fornecidas aos eleitores. O espetáculo representado pela distribuição de comida a centenas ou, em alguns casos, milhares de pessoas, apesar de deprimente – por espelhar tão vividamente a manipulação clientelística da imaturidade política do povo -, sem dúvida contribuía para dar colorido especial à cidade naquele dia.¹¹⁹⁹

Existe nítida aproximação entre o relato de Duarte e a reportagem de *O Dia*. Os dois refletem sobre alguns procedimentos que envolvem o homem pobre do interior no dia da votação, bem como reforçam a ideia da utilização do poder econômico para tentar influir no resultado eleitoral. Contudo, Renato Duarte vai além do jornalista de *O Dia*, quando indica que o eleitorado não estava interessado no resultado do pleito. O memorialista parece relatar que a eleição é apenas processo burocrático, obrigatório para aquele povo, mas cujo resultado em nada modificaria sua vida, exceto em sua rotina cotidiana, afetada no dia do pleito. Nesse sentido, a preocupação maior dos populares, segundo aquele memorialista, era saber quem iria oferecer o boi para a refeição no dia da votação, tendo a expressão “votar no boi” forte significação no processo de adesão eleitoral. Votava-se não no candidato, mas naquele que poderia oferecer a comida e mais alguns “benefícios”. Era esse, portanto, o ponto alto da conexão entre “políticos” e povo, quando o eleitor, em especial o do interior, poderia receber diretamente algum benefício do candidato. Pois no tempo remanescente, a política partidária parecia estar muito longe de suas vidas.

Victor Nunes Leal denominava essa forma de votar com o termo aludido por Renato Duarte, “voto de cabresto”. O voto de cabresto pode ser compreendido não apenas como um voto “forçado”, mas também como o reconhecimento dos populares pelos únicos favores obtidos em sua difícil existência. A lógica do voto é ver na figura do patrão ou líder político local o único benfeitor. Assim, segundo Leal, “no plano político, ele [o eleitor, em especial o rural] luta com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, de nossa organização econômica rural”.¹²⁰⁰

Acrescenta-se a isso o fato de que as votações, muitas vezes por todo o Estado, estavam ligadas a laços simbólicos de dominação, construídos pelas lideranças locais com a população, pois nem mesmo a figura do “político” tradicional precisava entrar em cena, já que seus agentes fomentavam em seu nome a eleição naqueles espaços. Em seu livro de memórias, o sociólogo piauiense Antônio José Medeiros ressalta esse aspecto, que observava na prática política partidária em sua própria residência. Seu pai, o comerciante Pindunga,

¹¹⁹⁹ DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos cinquenta. 2. ed. rev. e amp. Recife: Gráfica Nordeste, 1995, p. 105-106.

¹²⁰⁰ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 47.

nunca fora candidato na cidade de União, mas segundo recorda Medeiros, chefiava um número de eleitores, devido a uma série de práticas instauradas no cotidiano da comunidade.

Como analisa o sociólogo:

O papai nunca foi candidato, mas, realmente, liderava um bom número de eleitores. E também nunca foi latifundiário; era comerciante. “Seu eleitorado” era formado por trabalhadores pobres da cidade, tanto dos bairros mais centrais, como as “pontas das ruas” e de comunidades rurais próximas à cidade. Marceneiros, pedreiros, pescadores, vazanteiros, doceiras, costureiras, mecânicos, quebradeiras de coco, rendeiras (mulheres que faziam renda), oleiros, estivadores, etc.; acho que até “as meninas da zona” eram sua eleitoras.

O papai “fornecia” para quase todos, na mercearia, o que garantia o monopólio da compra que produziam, sobretudo, o babaçu das quebradeiras de coco e o fumo dos vazanteiros das coroas do rio Parnaíba. Também mandava fazer uma “rede” nova (engancho) todo ano, que inaugurava numa grande pescaria com os amigos de Teresina [...]. Depois deixava essa rede com “seus” pescadores, com a única condição de abastecerem de peixe nossa casa. Liderava times de futebol, fazia campeonatos de baralho (“três sete”), vindo gente de Teresina, Miguel Alves e José de Freitas. Apoiava grupos que dançavam o boi ou o reisado; lembro até de uma “dança surubim” que os pescadores inventaram. Também dava assistência no tratamento de saúde e no enterro dos mortos. E, evidentemente, “soltava” os que iam presos.¹²⁰¹

Como aponta Victor Nunes Leal, muitas vezes a liderança era exercida pelo “coronel”, mas em tempos de decadência do “coronelismo”, certamente outros “líderes” se destacavam.¹²⁰² No caso especificamente relatado, no qual as ações do Estado não chegavam diretamente, o comerciante, dentro de suas possibilidades, supria as carências populares, firmando-se para aquelas pessoas como figura política. Todos aqueles atos, enumerados nesse relato de memória, acabavam por demonstrar uma forma de agregação dos indivíduos em torno daquela liderança com o intuito de obter a sua parte no pacto. A resposta a essas benfeitorias era convocada pelo comerciante na hora necessária, justamente no processo eleitoral, como aponta Medeiros:

Tive oportunidade também de ver de perto o lado negativo da política tradicional, embora, de início, achando tudo muito normal. Os títulos dos “eleitores de seu Pindunga” (o papai) ficavam guardados lá em casa, dentro de um cofre. No dia da eleição, cada um vinha e recebia o título e as “chapas” (pequenos impressos) ou a cópia da cédula preenchida (quando a legislação criou a cédula única). O eleitor então ia votar, com muitas

¹²⁰¹ MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014, p. 30.

¹²⁰² Para Leal, “A difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados [...] que os habilitava à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou são parentes, ou aliados políticos dos coronéis.” (LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 45).

recomendações sobre como enfrentar o assédio dos adversários; às vezes, era até acompanhado. Na volta, devolvia o título e recebia uma senha para o almoço, no barracão feito no quintal da casa; comida à vontade. Tudo era controlado por dona Bibi (minha mãe), pois o papai ficava na fiscalização de secção em secção ou resolvendo problemas de transporte de eleitores.

Essa política tradicional se baseava na relação de dominação, misturada com assistencialismo e proteção; e os pobres tinham também um sentimento ambíguo de submissão e lealdade. Na época eram raros os casos de revolta, até porque a alternativa era ser protegido/dominado pelos chefes de um lado ou do outro [...]. Quem não percebe essa dupla face da política tradicional não entende por que é difícil derrotá-la, mesmo com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no Brasil desde 1960 [...]. É quando um comportamento se torna cultura, é mais difícil mudá-lo.¹²⁰³

O relato do sociólogo é bastante rico para se compreender a *cultura política popular* no Piauí. Distantes da *Cultura Política Partidária*, mas unindo-se a ela em tempos específicos, os populares viviam uma forma alegórica de exercício da política. Ao que parece a política partidária era algo distante, acionada em momentos singulares. No cotidiano, para boa parcela da população, era a luta pela sobrevivência, pela comida, o que realmente importava; por seu turno, o chefe local (político, fazendeiro, comerciante) era aquele com quem diretamente se tratava todos os dias sobre os problemas do cotidiano. Nesse sentido havia um acordo que era cobrado por uma das partes sempre que necessário.

Fui gerado e criado em União, mas nasci em Teresina. [...] como “o menino era grande”, Dr. Josué aconselhou mamãe a fazer o parto em Teresina e, de fato, tive que ser puxado a fórceps. O médico que me acompanhou foi o Dr. João Emílio Falcão. Quando papai veio para acertar as despesas, o Dr. João Emílio disse: “O senhor não me deve um tostão. Como o senhor é uma liderança política de muitos votos de União, eu só quero 100 votos para deputado estadual”. “Mas doutor, eu sou da UDN e o senhor é do PTB. Meus parentes e meus amigos do partido vão se zangar, até me expulsam do partido”. A mamãe encerrou o assunto: “Deixe comigo, doutor, eu é que ‘chapeio’ o povo e os votos vão sair”. Na apuração, saíram 99 votos para o Dr. João Emílio. E a mamãe sabia até quem “traiu”: foi o Chico Sananan.¹²⁰⁴

Para além das questões acordadas entre as partes, havia também um ambiente de insegurança, em especial no meio rural, gestado muitas vezes nas ações de violência praticadas pelos “jagunços”, ou até mesmo pelas forças policiais. Nesse sentido, essa violência reforçava ainda mais a repartição entre política partidária e população. Pode-se observar essa relação a partir do personagem do romance *Palha de Arroz*, de Fontes Ibiapina, um delinquente, que vivia de pequenos furtos, chamado Pau de Fumo. Enquanto corria da

¹²⁰³ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 32-33.

¹²⁰⁴ Ibid., p. 29.

polícia por ter roubado um velho barbeiro, Pau de Fumo pensava sobre a violência germinada por aquela instituição com o apoio dos governantes: “Tanta gente por aí afora falando em fim de Ditadura!... Pra quê?! Tanta gente falando em Democracia!... Liberdade... Para que também?...se os homens na certa seriam os mesmos. De nada adiantava mudar de coleira e serem os mesmo cachorros”¹²⁰⁵.

Quando se tentou claramente mudar essa situação, durante as experiências de aproximação entre o governo *trabalhista* e os *populares*, aqueles tentames foram possivelmente observados com ressalva pelos trabalhadores, pois, o que a política partidária havia feito de forma efetiva na vida daqueles homens e mulheres do campo e da cidade durante todos os anos de suas vidas? E na vida dos seus pais? E dos seus avós? Mesmo com toda a atuação do governador em favor dos trabalhadores, os próprios membros do partido admitiam que não conseguiam cooptá-los. Em comunicado sobre reunião para os trabalhistas piauienses que ocorreria na capital, no ano de 1961, os articuladores do evento assumiam que “O PTB do Piauí, apesar de ser fraco ainda na parte do que se refere aos trabalhadores, tem, por outro lado, uma grande quantidade de admiradores da classe média e sua tendência é como nos outros estados, crescer consideravelmente”.¹²⁰⁶

A partir de 1961 o quadro começa a se delinear de outra maneira; os trabalhadores rurais organizados passaram a seguir em suas lutas, e o governo começou a investir em um discurso de representação das hostes trabalhadoras no Piauí. Desse modo, se os dois, governo e trabalhadores, supostamente buscavam o mesmo sentido de luta política, o que fez com que o pacto *trabalhista oficial* falhasse? Algumas questões podem e devem ser levantadas para se tentar responder a essa indagação. As primeiras - e crê-se que mais importantes - foram: a não percepção popular de mudanças efetivas no seu cotidiano, a incapacidade do PTB de definir uma proposta mais abrangente para os trabalhadores rurais locais e a desconfiança com relação à figura de Chagas Rodrigues enquanto líder *trabalhista*.

No primeiro caso, apesar das tentativas do governo, todo o seu esforço político ficou centrado muito mais no campo discursivo. A ação de Reforma Agrária foi pequena diante do quadro geral da condição de agregados e trabalhadores sem-terra no Estado. O desenvolvimento econômico não avançou e o Piauí continuou sendo o estado mais pobre do Brasil. A desigualdade social era a mesma sentida pelos trabalhadores em outros governos. Não houve tempo para mudanças substanciais. Também não houve reação popular intensa com relação à boa vontade do governo. Possivelmente em razão do conhecimento que

¹²⁰⁵ IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002, p. 14.

¹²⁰⁶ FORTALECIMENTO do PTB no Piauí. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4-2, 22 out. 1961.

detinham da *política partidária tradicional*, os trabalhadores sabiam que o discurso não significava prática. É como narra o literato Assis Brasil na obra *Beira Rio, Beira Vida* sobre a atuação política em Parnaíba.

A notícia passou pelo cais com os comícios, os retratos de pose pelas paredes – os igarapés seriam aterrados, luz elétrica e calçamento, empregos melhores, salários melhores, novas fábricas, outras promessas – o prefeito discursava.

Os barqueiros se revoltavam – o rio continuava nas cheias a invadir as ruas, a Coroa alagada, a água barrenta na beira da praça da Graça – as muriçocas não deixavam ninguém dormir – o prefeito discursava.¹²⁰⁷

Promessas de mais empregos e desenvolvimento não foram exclusividade da gestão de Chagas Rodrigues. Mas, em grande medida, como a narrativa de Assis Brasil ajuda a compreender, assim como ocorreu com as propostas dos outros políticos, muitas ficaram apenas no discurso.

Alia-se a esses fatores a questão político-partidária, abrangendo a incapacidade de Chagas Rodrigues de lidar com os antigos líderes políticos; a aproximação com a esquerda mais radical em nível nacional dentro do seu próprio partido; e a tentativa de inserir um projeto político no Estado que afetaria a *Cultura Política Partidária* existente; entre tantos outros elementos que juntos resultaram no fracasso da sua sucessão. Segundo o ex-governador Pedro Freitas, “Chagas nunca mereceu nenhuma confiança”¹²⁰⁸. Possivelmente, o que contribuiu para que essa desconfiança se instalasse foi a sua tentativa de aproximação direta com os trabalhadores, pobres e despossuídos, rompendo com a *cultura política partidária* local. Como se viu, muitos dos homens que viviam no campo lidavam apenas com os chefes locais, condição histórica difícil de se romper, pois mesmo ocorrendo lampejos de mudanças em alguns processos eleitorais, as campanhas apontavam para a persistência de alguns nomes e grupos político-familiares no cenário político. Nesse sentido, sobre a sua própria derrota ao Senado em 1962, Chagas Rodrigues revelou que por mais que tivesse tentado promover alterações, algumas coisas permaneceram muito parecidas como antes, constatando que era muito complicado fazer política no Piauí sem apoio partidário.¹²⁰⁹

Para além do fracasso na questão eleitoral, evidente na derrota do PTB, questiona-se, então, por que os trabalhadores pobres, sem direito a voto, não se mobilizaram em favor do *projeto trabalhista* proposto pelo PTB? Por que, após o processo sucessório, aqueles

¹²⁰⁷ BRASIL, Assis. **Beira Rio, Beira Vida**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 16.

¹²⁰⁸ DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010, p. 193.

¹²⁰⁹ RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

sujeitos não pressionaram o governador eleito, Petrônio Portella, para dar encaminhamento às questões levantadas naquele momento sobre as condições de vida do trabalhador rural no Piauí? O aparecimento de um político que trazia em seus discursos uma série de propostas de mudanças para o cotidiano dos trabalhadores, em especial os do campo, era algo excepcionalmente novo para o Piauí. Tão novo que mesmo com as preleções assistencialistas e direcionadas aos segmentos populares, muitos trabalhadores não sabiam se acompanhavam ou não esse corpo de ideias. O ex-desembargador e latifundiário Simplício de Sousa Mendes, em reportagem publicada no jornal *udenista Folha da manhã*, sugere o que seria uma espécie de desconfiança popular sobre a atuação do jovem *trabalhista* piauiense:

[...] fomos procurados por uma mulhersinha [*sic*] ignorante, gente da lavoura, lá das bandas da Marambáia do Cal. Gaioso. Assustada perguntou-nos se seus parentes, marido e irmãos, deviam comparecer, atendendo a intimação dos agentes do govêrno. É que êles chegam e dizem: - O governador Chagas Rodrigues avisa que todos devem ir ao Karnak. Para êsse fim, no dia 31, haverá caminhões por todos os lugares, para levarem os camponêses à presença governamental.¹²¹⁰

Não se sabe se o episódio ocorreu de fato, talvez tenha realmente acontecido, pelo desprezo com que o narrador enfatiza a descrição da moradora, “mulhersinha ignorante”, mas pelo relato pode-se ventilar que, possivelmente, muitos daqueles homens e mulheres nunca tivessem visto de fato um governador antes, então, seria possível o governador querer vê-los? A tal mulher buscou ajuda junto ao ex-desembargador para compreender o chamado do chefe do Executivo piauiense, ou seja, foi à procura de quem lhe era mais próximo, um grande latifundiário, assim como era o coronel Gaioso, homem capaz de ceder um pedaço de suas terras para o sustento da sua família. Como se observou no Capítulo 5, a grande maioria dos trabalhadores desconfiava do chamado governista. E talvez se indagassem ainda se valeria a pena esse contato com uma figura da política oficial, pois, até aquele momento, o que de fato a política partidária havia realizado em suas vidas? Como confiar em algo que possivelmente lhes parecia tão distante?

O mundo no campo era difícil, entretanto, como já apontado anteriormente, no início dos anos de 1960, os primeiros sinais de agitação no meio rural ganham os noticiosos piauienses. Os jornais traziam à baila casos e mais casos de trabalhadores que estavam sendo expulsos das terras nas quais viviam, quando se associavam aos movimentos nascedouros. Nesse ponto, o que estava ocorrendo no sertão piauiense, e que ainda era vivido por muitos trabalhadores rurais no Nordeste, estava muito longe do que já havia sucedido com boa parte

¹²¹⁰ MENDES, Simplício de Sousa. Êle próprio festeja... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 9, 27 jan. 1962.

dos trabalhadores sindicalizados dos grandes centros urbanos nacionais. Esses sentiram de forma efetiva as mudanças em sua existência após a Consolidação das Leis do Trabalho, pois, como aponta Jorge Ferreira:

É muito difícil, hoje, imaginar um mundo sem conjunto de leis sociais que resguardem os direitos trabalhistas. Este mundo, no entanto, já existiu – e aqueles que pediam a continuidade de Vargas o conheceram. No caso brasileiro, entre 1931 e 1934, em apenas quatro anos, portanto, toda legislação trabalhista, à exceção do salário-mínimo, foi promulgada: limite de jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, repouso semanal remunerado, pensões e aposentadorias, criação da justiça do trabalho etc.¹²¹¹

No Piauí, em especial no espaço do campo, ainda existia aquele mundo sem leis sociais sobre os quais discorreu o historiador Jorge Ferreira. A desconfiança não era apenas algo que reinava sobre a figura de Chagas Rodrigues, mas sobre a política partidária de forma geral, talvez por isso fosse mais fácil votar em quem o chefe político “pedisse”, ou, como fez a mulher mencionada pelo desembargador Simplício Mendes, fosse melhor solicitar informações aos chefes locais sobre a melhor maneira de agir ante o convite de um político longínquo.

Diante do exposto, verifica-se que não houve intensa adesão dos trabalhadores ao pacto *trabalhista oficial* tanto na forma de votos, concedidos aos que se diziam principais líderes do *trabalhismo* no Estado, como de mobilização social ligada ao partido. No Piauí, ocorreu basicamente o que Geertz aponta como não aceitação de uma ideia. Pode-se supor que talvez as forças políticas que contribuíram para a ascensão de Chagas não se coadunassem com *o trabalhismo*, e seus apoiadores não tiveram força suficiente para propagar um projeto *trabalhista*, provocando forte adesão social.

As idéias – religiosas, moral, prática, estética – como aponta Max Weber, entre outros, nunca se cansou de insistir, devem ser apresentadas por grupos sociais poderosos para poderem ter efeitos sociais poderosos: alguém deve reverenciá-las, celebrá-las, impô-las. Elas têm de ser institucionalizadas para poderem ter não apenas uma existência intelectual na sociedade, mas também, por assim dizer, uma existência material.¹²¹²

Chagas Rodrigues queria - ou pelo menos tentava - promover uma aproximação com os movimentos existentes no Estado (trabalhadores do campo, sindicatos, servidores

¹²¹¹ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-46, p. 19.

¹²¹² GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a, p. 137.

públicos, movimento estudantil, etc.), levando-lhes um projeto *trabalhista* que já circulava nacionalmente, e que era encabeçado pelo seu partido, o PTB. Tentou também estabelecer um pacto trabalhista em nível local. Tal tentativa levava ao distanciamento da *Cultura Política Partidária*, que tinha como um dos seus princípios a exclusão dos eleitores/movimentos sociais das decisões políticas. Chagas Rodrigues chamou os trabalhadores, buscou as organizações, tentou cooptá-los para a sua liderança, mas fracassou, pois a *cultura política popular* se impôs, ou, como aponta Serge Berstein, as *Culturas Políticas* tendem a se transformar, mas precisam de tempo para a maturação de novas propostas e respostas para a compreensão do social, uma vez que, “surg[indo] ousadas ou inovadoras, estas respostas levam tempo a impor-se. Da nova solução que propõem à sua transformação em corrente estruturada, que provoca o nascimento de uma política normativa, o prazo pode ser muito longo”¹²¹³. Em outras palavras,

É necessário espaço de pelo menos duas gerações para que uma idéia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob a forma de um conjunto de representações de caráter normativo e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos.¹²¹⁴

Os próprios membros do partido, mediante seu jornal oficial, *Jornal do Comércio*, reconheciam a falta de apoio popular a Chagas Rodrigues e ao projeto *trabalhista* nos seguintes termos: “Agindo, como agiu, sozinho, prepotente, às vezes ingenuamente, não captou a confiança geral. O povo não aceitou a premissa revolucionária da Reforma Agrária arbitrária, exagerada e perigosa no seu conteúdo vermelho”¹²¹⁵. Para que o *trabalhismo petebista* adentrasse as mentes e o coração da *cultura política partidária* ou *popular*, deveria ser um fenômeno profundamente interiorizado¹²¹⁶, algo que não ocorreu¹²¹⁷.

Mas houve, como se observou, um momento crucial, que afetou a percepção de muitos trabalhadores, de forma geral aqueles envolvidos pela cultura *católica-cristã* e o

¹²¹³ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-366, p. 355.

¹²¹⁴ Ibid., p. 356.

¹²¹⁵ O MEDO da sombra. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 14 out. 1962.

¹²¹⁶ BERSTEIN, op. cit., p. 360.

¹²¹⁷ Deve-se asseverar, contudo, que as tentativas de aproximação do governador receberam uma sinalização positiva por parte de alguns sindicatos dos trabalhadores urbanos, fato que pode ser exemplificado nas festividades do 3º ano de governo, quando 12 sindicatos publicamente apoiaram o governo *petebista*. Contudo, dar apoio não significa tornar Chagas uma liderança, pois os sindicatos já possuíam seus líderes e vinham se organizando muitos anos antes no Piauí. Ver: SINDICATOS ao lado do governador Chagas Rodrigues. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 4 fev. 1962; SINDICATOS associam-se às comemorações do terceiro ano do govêrno Chagas Rodrigues. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 28 jan. 1962. CENTRO Artístico homenageia Chagas Rodrigues e senhora. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 3, 20 ago. 1961; REUNEM-SE líderes sindicais no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 22 ago. 1958.

anticomunismo no Estado. No final de 1962, a Igreja Católica, representada pela Arquidiocese de Teresina pela figura de Dom Avelar Brandão Vilela, lançou-se também contra o governo *petebista*, em especial pela sua aproximação com os comunistas. Nesse sentido, Dom Avelar alertava publicamente, em todos os jornais e emissoras de rádio locais, que a organização dos trabalhadores articulada pelo Estado não deveria ser utilizada como forma de obtenção de votos, mas como maneira de elevação da condição social. Em outras palavras, a tentativa, segundo o representante da Igreja Católica, de fazer com que os movimentos camponeses crescessem rapidamente só possuía, naquele exato momento, no Piauí, finalidade eleitoral, que era buscada a todo custo, inclusive pela aproximação direta do governo com “elementos” comunistas perigosos. Para a Igreja, a Reforma Agrária deveria ser feita no seu tempo, no momento correto, com apoio dos líderes religiosos, como afirma o vigário Geral de Teresina, Monsenhor Chaves: “Os Revmos. Vigários desta Arquidiocese, cujas paróquias se estendem ao meio rural, procurem preparar o homem do campo para receber de boa mente o nosso movimento [...] ped[indo] aos trabalhadores que aguardem o momento em que a Igreja os convocará”¹²¹⁸. Aguardar o momento certo significava não ceder às tentações de movimentos como as Ligas Camponesas Nacionalistas, apoiadas pelo governo, nem de qualquer organização sindical que tivesse apoio dos comunistas. A luta da Igreja Católica, naquele momento, era contra o comunismo e tudo a ele associado; o *trabalhismo*, por seu turno, acabou sofrendo com os respingos das tintas vermelhas.

Com o rompimento nítido entre Igreja e Estado no ano de 1962, em razão das ações no campo, os jornais oposicionistas encabeçaram uma campanha tentando vincular a imagem do governador ao comunismo. Na defesa do governador feita pelo jornal *petebista*, dizia-se: “Querem de certo modo arrastar o eminente chefe do Estado, aos comentários esquerdistas, para que os pobres e humildes do subúrbio e do interior, fiquem fazendo juízo duvidoso ao seu respeito. É uma maneira baixa e vergonhosa que encontraram, para jogá-lo contra os eleitores fracos e vacilantes que ainda se deixam levar pelos boatos misteriosos”¹²¹⁹. Com a derrota eleitoral, o jornal apoiador do projeto trabalhista, *Jornal do Comércio*, tentava fazer uma análise da derrota dos candidatos *trabalhistas*. Para esse noticioso, o dinheiro *Ibadiano* que entrou no processo eleitoral juntamente com a difamação “comunista” dos candidatos teria sido a grande causa da derrota daquele projeto no Estado do Piauí.¹²²⁰

¹²¹⁸ NOTA oficial. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 8 abr. 1962.

¹²¹⁹ LIMA, Benedito de Castro. A verdade. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 16 fev. 1962.

¹²²⁰ FICARAM os que mais trabalharam pelo povo. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1-4, 28 nov. 1962; ATUAÇÃO do IBAD no Piauí. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 5, 26 nov. 1962.

Crê-se que diante de um Piauí tão católico, e com uma *cultura política popular* apartada de uma *cultura política partidária*, os rumores e boatos ganham dimensão mais importante diante de explicações sobre projetos e planos políticos, porquanto aqueles, muito mais do que estes, tendem a atingir vários segmentos sociais pelo medo, pela explicação mais simples, pela ligação que mantêm com as crenças e os valores que os indivíduos compartilham socialmente. Segundo o historiador Yves-Marie Bercé, a função do rumor é tranquilizadora no sentido de encontrar os culpados, buscar o responsável humano que deveria ser suprimido e fazer justiça social, pois “a escolha do culpado também não é ocasional, vê-se serem denunciados aqueles que sempre e vagamente se temem, e que finalmente podem ser designados à punição coletiva”¹²²¹.

No livro *Os bestializados*, de José Murilo de Carvalho, sobre a junção de tantos indivíduos de segmentos sociais distintos, unidos para lutarem contra a obrigatoriedade da vacina, no Rio de Janeiro no início do século XX, uma pergunta importante foi lançada pelo autor: o que uniu aquelas pessoas tão diferentes contra a obrigatoriedade da vacina? De difícil entendimento, pela complexidade de sua composição, José Murilo chega à conclusão de que a união foi gerada, sobretudo, por uma questão moral. A política mobilizou aqueles indivíduos quando algo os tocou no íntimo, na parte mais privada de suas vidas, no que realmente importava para cada um daqueles homens e mulheres. A política, portanto, não era assunto de foro privado; para o político destinava-se o espaço da política, e ao homem ordinário a labuta da vida. Parte dessa perspectiva apontada por Carvalho facilitou a leitura empreendida sobre o Piauí em dois momentos: *primeiro*, quando se ressaltou que a morte do candidato do PTB, no ano de 1958, contribuiu para a adesão ao novo candidato, a partir das sensibilidades populares. *Segundo*, quando no momento final do governo, Chagas Rodrigues não conseguiu despertar as sensibilidades dos populares para a sua liderança e para as causas do partido. A incerteza no cumprimento das promessas políticas e talvez a desconfiança no corpo político partidário, aliadas ao medo do comunismo, podem ter impelido a massa de trabalhadores a se organizar sob outra liderança, a Igreja Católica. Mas essa não era uma questão observada unicamente pelos trabalhadores: os políticos sabiam da força e da importância da Igreja Católica como instituição social. Para um apoiador do PTB, que escreveu no ano de 1961 no jornal *A cidade de Teresina*, a reforma agrária era inevitável no Piauí e no Brasil, e não era

¹²²¹ BERCÉ, Yves-Marie. Rumores dos séculos modernos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 173-181, p. 176.

apenas o PTB quem estava afirmando este projeto”, mas também “[...] a Igreja de Roma, com o papa XXIII”¹²²².

No momento da saída do governador para disputar os cargos de senador e deputado federal, o jornalista do noticioso *A cidade de Teresina*, apoiador do PTB, avaliava que a grande contribuição do governo de Chagas Rodrigues foi ter tentado imprimir uma “nova mentalidade política ao Estado”.¹²²³ Aquele político, entretanto, encontrava-se em um jogo de interações complexas, uma vez que o espaço onde tentava propagar um projeto *trabalhista* estava enraizado da *Cultura Política Partidária* apartada da *cultura política popular*, sobressaindo-se, naquele *contexto cultural*, outros elementos considerados mais importantes, a exemplo da religião.

¹²²² SOARES, Deusdedit. Reforma agrária – realização que se impõe. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 2, 5 nov. 1961.

¹²²³ CHAGAS Rodrigues renuncia. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 8 jul. 1962.

7 PERDÃO PARA O CASTIGO DE ADÃO: O TRABALHISMO CRISTÃO NO PIAUÍ

“Vivemos uma época diferente.

Há vinte anos atrás tudo corria com mais tranqüilidade.

A efervescência da vida atual, com a precipitação de ideais as mais variadas, está exigindo uma visão mais profunda das cousas e dos homens, dos problemas e dos métodos.

Não se trata de repudiar o passado. Seria mediocridade. Trata-se de compreender o presente, de ouvir e traduzir a sua linguagem. De perceber as curvas do seu pensamento.

De não ser tragado pelas ondas, mas de possuir o segrêdo de dominá-las.

Nesse sentido, a tarefa é imensa. Teria de ser. Cada época tem a sua própria fisionomia.”¹²²⁴

Diferentemente de Chagas Rodrigues, sujeito que, como tantos outros, poderia servir para fomentar a construção da História Política do Piauí, mas sobre quem recaiu o esquecimento acadêmico, o arcebispo Dom Avelar foi e é objeto de estudo de vários historiadores, jornalistas, sociólogos, assim como também é assunto fulcral em livros de memória, perpassando a história do Rádio, a história da Educação e a história da Igreja Católica... É como se Dom Avelar fosse onipresente durante a segunda metade do século XX para a História do Piauí, enquanto a existência histórica de Chagas Rodrigues beira a invisibilidade.¹²²⁶

Em todos esses estudos e relatos, Dom Avelar é retratado como se portasse uma aura de perfeição humana, como indivíduo praticante de ações magnânimas, homem de forte erudição, dotado de personalidade capaz de moderar graves conflitos, possuidor de qualidades oratórias incontestáveis, entre tantos outros qualificativos que lhe foram atribuídos por seus contemporâneos e por muitos estudiosos. Todos os trabalhos até agora produzidos, dos

¹²²⁴ Dom Avelar Brandão Vilela. Ver: FORMAÇÃO religiosa e social. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 16 mar. 1958.

¹²²⁶ O livro Dom Avelar, organizado pelo historiador Fonseca Neto, lançado em 2014, é uma das últimas obras publicadas no Piauí que tratam sobre a vida e os discursos de Dom Avelar Brandão Vilela, o ex-Arcebispo de Teresina já mencionado em vários momentos desta tese. Dois anos antes do lançamento desse livro, em 2012, em comemoração do centenário daquele prelado foram realizadas celebrações tanto por parte da Igreja Católica do Piauí quanto de instituições respeitadas no Estado, como a Academia Piauiense de Letras, na qual Dom Avelar ocupou a cadeira de n. 1. Veja-se como na introdução do último trabalho organizado pelo historiador e também membro da Academia Piauiense de Letras a figura de Dom Avelar é representada: “A Igreja Católica Romana concedeu-lhe o sólio e cobriu com seu pálio. E ele a honrou com pastoreio-serviço exemplar. Falou mais do que escreveu e publicou e não obrou menos que isso. Ao contrário, sua capacidade oratória – espécie de dom afim – fora algo em sua vida que encantou as naves das cheias igrejas-templos por onde passou. Que ecoou das reuniões nas latadas fundadoras dos sindicatos rurais no Piauí aos plenários conciliares vaticanos da Sé romana. Que exerceu como pouco o diálogo eclesialístico interno e externo, dessa instituição tão antiga entre nós e cuja funda-se, propriamente, no poder da Palavra.” FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014, p. 13.

acadêmicos aos memorialísticos, desdobraram-se em elogios àquele representante da Igreja Católica e apontaram, quase de forma unânime, para os dotes humanos e intelectuais do prelado.

Certamente a atuação de Dom Avelar Brandão Vilela não passou despercebida pelas fendas historiográficas. Diante de figura tão lembrada e marcante em uma época, os historiadores tampouco conseguiriam sair incólumes ao refazer sua trajetória pela força das fontes do período.

De início, a razão central deste estudo era propriamente compreender as *culturas políticas piauienses* e o projeto *trabalhista oficial* que havia tentado se instalar no Estado a partir da emergência do governo eleito em 1958. Não se tinha a pretensão de adentrar as ações promovidas pela Igreja Católica. Entretanto, esse desvio narrativo tornou-se uma tarefa quase impossível de ser concretizada. As sensibilidades populares compreendidas no segundo capítulo a partir da morte dos candidatos, gestadas em sua maioria sob a representação de um Deus cristão-católico; a íntima relação que o governo estabeleceu com a Igreja em momentos cotidianos e em períodos de crise social; a preocupação das duas maiores forças sociais, Estado e Igreja, com o destino dos trabalhadores; e, sobretudo o distanciamento entre as duas esferas na reta final do governo Chagas Rodrigues, fizeram com que se considerasse de suma relevância incluir a Igreja Católica e seu representante máximo no Estado, Dom Avelar, neste estudo.

Para a compreensão do *Contexto Cultural*, não se poderia deixar de mencionar o papel que a Igreja Católica desempenhou na orientação da população piauiense naquele momento, em especial traçando ação paralela ao Estado, no que concerne à ação social junto aos mais desfavorecidos, bem como estabelecendo um plano de atuação direcionado aos *trabalhadores*.

Passou-se a compreender que, em algum momento, a palavra e o sujeito, *trabalhador*, estavam sendo construídos como objeto de disputa entre duas importantes esferas: Estado e Igreja. Nesse sentido, observou-se que do mesmo modo como o governo de Chagas Rodrigues havia proposto a implantação de um projeto *trabalhista oficial* ligado diretamente às diretrizes do seu partido, o PTB, a Igreja Católica também lançava uma série de projetos tentando capturar esses trabalhadores para a implantação de um *trabalhismo cristão*, pautado pelas novas definições concebidas pela Igreja durante a segunda metade do século XX.

Fez-se necessário imergir nesse universo religioso, que também é político, para que se pudesse compreender como formas de *trabalhismo* ganharam visibilidade no Piauí e entraram em disputa. Utilizou-se para alcançar esse objetivo uma fonte privilegiada, o jornal católico *O Dominical*, noticioso de vertente cristã-conservadora publicado em Teresina entre as décadas de 1940-1970, que era utilizado pela Igreja Católica no Piauí como forma de doutrinar os fiéis. Além dessa importante fonte, também lançou-se mão dos outros jornais já mencionados neste trabalho, assim como de livros de memórias e pequena documentação pessoal de Dom Avelar à qual se teve acesso com o seu secretário pessoal e amigo, pe. Raimundo José Ayremorais.

Diante do exposto, busca-se, neste capítulo, compreender a importância que a Igreja Católica acabou assumindo para dismantelar um projeto *trabalhista oficial* que tentava se instalar no Estado como componente da *cultura política partidária* lançando como opção o *trabalhismo cristão*.

7.1 A relação entre a Igreja Católica e a política no Piauí entre as décadas de 1940 e 1950

Assim como todo organismo político, a Igreja também tinha as suas linhas de pensamento, as suas clivagens e os seus blocos de atuação. Nesse sentido, deve-se ressaltar que a Igreja Católica, para além das trajetórias conservadoras, caminhou para a esquerda em alguns momentos¹²²⁷, não em sua composição holística, mas durante as décadas de 1950 e 1960, em boa parte da América Latina. A opção pelos mais pobres e a visível tentativa de construir caminhos para um mundo menos desigual, por motivos distintos, obviamente, dos que mobilizam os políticos partidários, ajudaram a compor um cenário em que a Igreja ensaiou a aplicação de um projeto político-social. No Piauí essa trajetória não seria diferente com a chegada de Dom Avelar.

Contudo, mesmo antes da vinda daquele prelado ao Estado, a Igreja no Piauí e no Brasil, entre as décadas de 1940 e 1960, em grande medida, esteve ligada a uma forma tradicional de política partidária, fazendo nesse percurso a sua própria *política*. Entre as diversas formas de apreensão do termo *política*, pode-se destacar a que se refere às decisões no corpo de uma instituição. Assim como qualquer outro organismo construído socialmente, essa expressão reflete a forma de condução das decisões dentro de um organismo destinada a

¹²²⁷ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significações de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

organizá-lo, ordená-lo, apontando as normas de conduta e a direção de um corpo coletivo. Desse modo, a Igreja Católica, como força importante do *Contexto Cultural* brasileiro entre as décadas de 1940 e 1960, não poderia estar de fora das questões políticas, porquanto cabia-lhe orientar constantemente seus seguidores por determinados ideais e preceitos.

A Igreja local acabou instituindo, com o universo político, formas diversas de expressão e atuação, abrangendo desde a propaganda de suas posições em seus noticiosos e rituais até mesmo a relação íntima com a política partidária tradicional. Vários exemplos dessas afinidades/incompatibilidades podem ser capturados no jornal que era a voz da Igreja Católica no Estado, como ocorreu na edição de junho de 1948, quando sua posição política no pós-Segunda Guerra Mundial evidenciava-se ao eleger o marxismo/comunismo como o “inimigo fidagal da Igreja”¹²²⁸, tornando-se, a partir daquele momento, elemento importante da *cultura política católica no Piauí*.¹²²⁹ Ao longo dos anos 1940, 1950 e 1960, observou-se em várias e repetidas matérias a reiteração dessa oposição entre a esfera cristã e o marxismo/comunismo, presente em outros momentos ao longo do capítulo. Outras formas de relação com o universo político ocorriam bem mais tradicionalmente, a exemplo da solicitação de ajuda financeira para empreendimentos da Igreja e do beneficiamento de instituições católicas por verbas estaduais e federais, em especial para a manutenção de escolas religiosas.¹²³⁰

Entretanto, a grande ação política “cristã” ocorria no contato direto entre os clérigos e a população de cada cidade piauiense. A importância conferida simbolicamente ao sacerdote tornava-o uma figura de grande autoridade nos municípios, tendo sob sua alçada o poder de atuação pública que excedia questões puramente religiosas, muitas vezes servindo como mediador dos conflitos sociais.¹²³¹ Do medo ao respeito, a figura do sacerdote acabava

¹²²⁸ INIMIGO fidagal da Igreja. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 27 jun. 1948.

¹²²⁹ Para Serge Berstein, a cultura política católica procura vias de realização do cristianismo por meio de organizações políticas diversas e por vezes opostas. Ver: BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-366, p. 354.

¹²³⁰ BENÉFICA atuação do deputado José Cândido Ferraz. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 18 ago. 1948.

¹²³¹ A relação dos piauienses com a tradição católica pode ser percebida nos noticiosos, livros de memória e literários. A figura do padre possuía nas paragens interioranas uma performance política incontestada, igualando-se muitas vezes à da maior força política local. Por exemplo, na obra *O Salto do Cavalo Cobridor* (1968), o romancista Assis Brasil constrói, como forma de apreensão possível da religião católica no Piauí durante as décadas de 1940 a 1960, a importância política dos padres nas cidades interioranas. Em trecho daquela obra, o padre Geraldo, pároco da comunidade de Frecheira do Lama, adquire a fama de ordenador do espaço social, muito próxima à ação do poder policial. “Padre Geraldo quando chegou em Frecheira limpou o terreno de mau elemento – os briguentos, os capangas dos fazendeiros vizinhos, não levantavam cabeça para êle. – ‘A sua bênção, seu padre’, e iam passando de fininho. Diziam que êle, quando mais mômço, amedrontava qualquer valentão com o olhar. Espalharam que o padre tinha o corpo fechado e a sua fama correu o mundo. Os valentões cortavam caminho para não passar em Frecheira. De praga de padre ninguém escapa.” BRASIL, Assis. **O salto do cavalo cobridor**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1968, p. 97.

por se impor no cenário da política tradicional. O primeiro arcebispo piauiense, Dom Severino Vieira de Melo [1924-1955], antecessor de Dom Avelar, durante a sua longa jornada eclesial no Piauí transitou consideravelmente na esfera política partidária local, tanto que na década de 1920, quando a Coluna Prestes passou pelo Piauí, provocando grande alvoroço em todo o Estado, em especial na capital, Teresina, Dom Severino foi convocado para fazer a intermediação entre os “revoltosos”, como eram conhecidos os homens da Coluna, e o governo, que na época estava sob a alçada de Mathias Olympio.¹²³² Ainda nos tempos daquele Arcebispo, o jornal da Igreja *O Dominical* tinha autorização plena para fazer declarações sobre política, em especial no período que antecedia os pleitos eleitorais, como aconteceu no artigo “Qual Candidato?”, escrito pelo padre José Arruda no ano eleitoral de 1954. Sobre os políticos e as eleições, o religioso deixou suas impressões registradas como forma de orientar o público leitor/eleitor católico:

Já se aproximam novas eleições e se percebe por toda parte um reboiço intenso dos políticos que não querem perder seus postos lucrativos. Vale a pena a gente gastar um dinherinho para enganar os eleitores incautos. Depois, não faltarão meios de se recuperar o perdido. O essencial é galgar as culminâncias do poder. Não é difícil fazer promessa, comprometer-se solenemente, em praça pública, fazer juramento, empenhar o próprio nome, e depois de tudo esquecer, ou melhor, fazer pouco caso e até zombar dos ingênuos que acreditaram em tanta insinceridade. É bem certo o que se diz: o homem gosta de ser enganado.

Há muito eleitor desiludido que vendeu o voto nas últimas eleições por 50 cruzeiros e agora está disposto a pedir mil. Mas isto é só para amedrontar, porque nas próximas eleições até por uma xícara de café e uma palavrinha equívoca caíra como um patinho.

Falta em tudo isso o senso de responsabilidade. São poucos os que votam por convicção e consciência. Entretanto, êste direito de votar é coisa muito séria.

É mister pensar na grandeza da Pátria e para isso escolher homens dignos de comprovado procedimento moral, de fé esclarecida e cumpridores do dever. O católico que se descuida neste ponto é réo perante Deus. Escolher maus elementos, inimigos de Deus e da Pátria é contribuir para a ruína da Nação. [...]

Dizem alguns que a Igreja nada tem que ver com a política. Teoria falsa. A Igreja não cuida da política, mas orienta, indica os bons elementos em que se deve votar. O bom candidato é o que vai defender os direitos de Deus e moralidade pública.¹²³³

Apesar de longa, considera-se essa citação bastante relevante para o estudo que se está a desenvolver, porquanto põe em relevo aspectos que já foram apontados na parte final

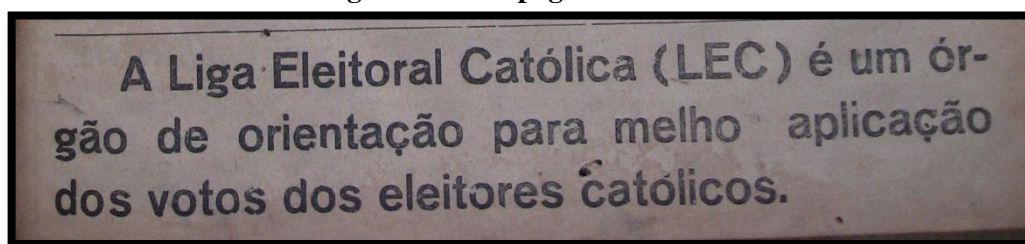
¹²³²PEREIRA, Luciana de Lima. Bispado de Dom Severino Vieira de Melo: consolidação processo de romanização da diocese piauiense. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. *Anais...* Natal, RN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321834_ARQUIVO_Bispado_de_Dom_Severino_Vieira_de_Melo.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

¹²³³ARRUDA, Pe. José. Qual Candidato? *O Dominical*, Teresina, p. 1-4, 18 abr. 1954.

do capítulo anterior, como, por exemplo, a descrença do eleitorado com a política partidária. O escrito do padre José Arruda se torna imprescindível para a compreensão da ordenação política local. Indo além das prescrições religiosas que são feitas na parte final do artigo, esse texto tenta refletir sobre a relação dos populares com os políticos, que estaria resumida na venda do voto por qualquer valor ou objeto, no descompromisso dos políticos com a população, e, por fim, no retorno da venda do voto na eleição seguinte, mesmo o eleitor tendo consciência da “enganação” do passado. O Padre aponta dois culpados para essa situação: o próprio eleitor e o político. Ao que parece, a dinâmica da eleição já era preestabelecida e era de conhecimento geral, portanto o eleitor tinha um papel importante na manutenção daquele sistema. Condenando essa falta de “consciência” ao votar, o representante da Igreja tentava, pelo menos em nível discursivo, direcionar o voto dos eleitores para os candidatos comprometidos com aspectos ligados ao catolicismo.

Diante desse cenário, naquele mesmo ano de 1954 foi lançada no Piauí a Liga Eleitoral Católica (LEC), que tinha como intuito orientar os católicos no momento da votação. Ao que parece, segundo o noticioso católico *O Dominical*, a Liga se constituiu em meados de junho, na capital, e aquele meio de comunicação serviu como forma de propagação do movimento por todo o Estado. Para os membros da LEC (Figura 30), a sua atuação visava “orienta[r], esclarece[endo] de modo geral, quais os candidatos que podem ser votados por se terem comprometido em respeitar os princípios defendidos pela moral cristã”¹²³⁴.

Figura 30 – Propaganda da LEC



Fonte: Propaganda..., 1954, p. 1¹²³⁵

Em agosto de 1954, próximo ao pleito eleitoral, a LEC lança um manifesto no jornal *O Dominical* com os seus postulados. Em meios às disputas agressivas durante as campanhas políticas locais, a Liga solicitava que cada candidato promovesse uma empreitada limpa, sem os conhecidos insultos propagados nos jornais e comícios. Aquela agremiação colocava em evidência nas páginas do noticioso cristão alguns princípios: alertava com relação aos candidatos que compactuassem com “ideologia estranhas” (certamente o

¹²³⁴ O QUE é a LEC? *O Dominical*, Teresina, p. 1, 4 jul. 1954.

¹²³⁵ PROPAGANDA da LEC. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 27 jun. 1954.

comunismo); indicava o voto em pleiteantes que valorizassem a moral das famílias; e, por último, colocava-se contrária às perseguições dos partidos vencedores aos derrotados no processo. Portanto, para a LEC, o eleitor católico deveria optar por candidatos comprometidos com o pensamento da Igreja e também que exercessem determinado comportamento social, guiando-se pelos seus quatro postulados, que deveriam ser observados com atenção no momento da votação:

1. Fazer a Campanha de sua candidatura com cavalheirismo, urbanidade e acatamento à pessoa do adversário.
2. Defender os direitos da Religião Católica e apoiar as suas reivindicações, em qualquer emergência que se fizer necessário.
3. Combater o divórcio sobre qualquer aspecto que se apresente.
4. Procurar a paz e a prosperidade do Estado, fugindo à oposição sistemática e personalista, inimiga do bem geral e do público.¹²³⁶

Como guia moral e espiritual, a Igreja não deveria estar inserida em um partido, mas pairando sobre eles, como um condutor. Se a Igreja Católica no Piauí não havia lançado candidatos oficiais, era imprescindível que os eleitores católicos não se mantivessem alheios aos preceitos religiosos no momento da votação. Para os articulistas do jornal *O Dominical*, “Renunciar a toda política seria traição, seria deixar a política partidária nas mãos dos oportunistas e inimigos da Igreja”¹²³⁷. Era dever do católico votar, sobretudo era seu dever lutar pela plena realização de sua doutrina social no espaço público¹²³⁸, razão pela qual precisava escutar o que os sacerdotes orientavam no sentido político. Diante dessas posições, às vésperas do pleito de 1954, o jornal *O Dominical* apresentou todos os políticos que haviam se comprometido com os postulados lançados pela Liga Eleitoral Católica naquele ano. Na vasta lista existiam políticos vinculados aos três grandes partidos no Estado: PSD, UDN e PTB, e entre os nomes relacionados figurava como opção possível para os católicos o candidato ao cargo de deputado federal pelo PTB, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues.¹²³⁹

Trata-se de questão importante, a que remete à orientação política prescrita pela Igreja Católica. Percebe-se que a ação deflagrada não representa a posição isolada de um ou outro bispo, ou melhor, que não foi apenas a presença de Dom Avelar a responsável pela

¹²³⁶ POSTULADOS – Liga Eleitoral Católica. *O Dominical*, Teresina, p. 4, 15 ago. 1954.

¹²³⁷ IMPORTANTES conclusões. *O Dominical*, Teresina, p. 1-4, 22 ago. 1954.

¹²³⁸ Ibid.

¹²³⁹ CANDIDATOS aprovados. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 12 set. 1954.

tentativa de direcionar os fiéis para determinados comportamentos políticos. Muito antes, a Igreja Católica no Estado buscava orientar, na maior parte das vezes em tom autoritário e impositivo, o comportamento do eleitorado, principalmente para reforçar a força da religião no cotidiano da política partidária. Talvez por essa razão vários candidatos utilizassem em seus discursos elementos religiosos para também conseguirem o apoio do eleitor católico piauiense. Mas a Igreja estava atenta não apenas aos discursos daqueles políticos, como se pode observar na coluna da União dos Mãos Católicas, intitulada *seção Umecista*, d'*O Dominical*, que orientava os eleitores a olharem para além das descrições positivas e “religiosas” existentes nos jornais locais, que, como se sabe, eram partidários, pois eram “exageradas e mentirosas”. Nesse sentido, os eleitores católicos deveriam observar a vida do candidato, como sugere o trecho:

Foi representante do povo e não desempenhou bem seu papel? Não votemos nele. É um proprietário de terras que explora seu agregado? Não votemos nele. É um homem da cidade que vive em farras? Não votemos nele. É um homem que em seu mandato anterior só tratou de seus próprios negócios; e as vezes em negócios escusos? Não votemos nele. É um professor desleixado e preguiçoso? Não votemos nele.¹²⁴⁰

Outras normas ainda deveriam ser seguidas pelos eleitores católicos. Em outra reportagem, questionava o articulista cristão Al Neto o valor sentimental que era dado ao voto, algo que, em sua opinião, era muito comum naquele período. Em decorrência de tal atitude, constituída no seio popular, o articulista do noticioso *O Dominical* explicava aos leitores que era imperioso votarem com a cabeça e não com o coração¹²⁴¹.

Para além das preocupações com o direcionamento dos votos do eleitorado piauiense, havia, por parte da Igreja Católica no Piauí, a preocupação em construir nos fiéis representações sobre a relação existente entre aquela instituição e os assuntos políticos em âmbito nacional e internacional, mediante várias reportagens e transcrições de noticiosos de outros Estados. Evidenciou-se, por exemplo, a existência de várias crônicas naquele noticioso sobre o papel da Igreja na política partidária, ou debates sobre temas de caráter essencial para o exercício da cidadania, como a noção de Democracia. Sobre a política em âmbito global, diversas reportagens e crônicas eram reproduzidas sobre a atuação dos religiosos na política pelo mundo, como foi, por exemplo, durante muito tempo assunto no noticioso a prisão do

¹²⁴⁰ PAULA, Alves de. Candidatos. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 22 ago. 1954.

¹²⁴¹ AL NETO. Política. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 27 fev. 1953.

cardeal Jozsef Mindszenty na Hungria¹²⁴², ou as constantes discussões sobre a política e o papel da Igreja Católica na Rússia¹²⁴³, e até mesmo o avanço das forças esquerdistas na América Latina.¹²⁴⁴ De preferência, como se pode observar pelas indicações de temas, o assunto central era o crescimento dos adeptos do comunismo pelo mundo. O *Comunismo* tornou-se temática constante nas páginas dos noticiosos locais, dessa forma, alimentou-se o anticomunismo como parte importante da *cultura política católica* no Piauí até os dias atuais:

Oração aos fiéis.

[...]

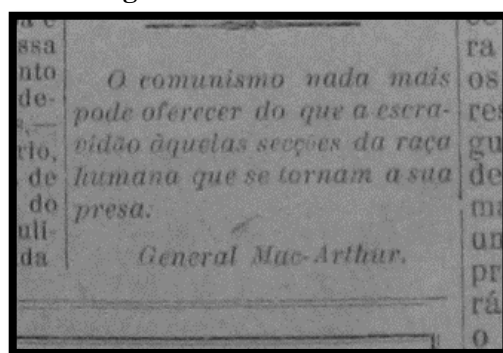
Pelos fiéis brasileiros, para que atentos à contínua condenação da Igreja ao socialismo e ao comunismo, não colaborem com partidos e candidatos que idealizem uma sociedade distante de Deus, roguemos ao senhor.

R – Senhor, escutai a nossa prece!

Arquidiocese de Teresina. XVIII Domingo do Tempo Comum¹²⁴⁵.

A oração utilizada poderia integrar o momento litúrgico da missa católica na cidade de Teresina entre as décadas de 1940, 1950 ou 1960, mas como descrito no detalhamento de sua referência, foi pronunciada na liturgia de agosto de 2014, ano eleitoral. Os posicionamentos políticos contrários ao comunismo e as solicitações para que os fiéis também adotassem as mesmas disposições da Igreja Católica são uma constante na história dessa instituição desde a segunda metade do século XX. Observa-se que desde as primeiras publicações do jornal católico piauiense, o comunismo (Figura 31) era um dos principais temas, e circulava como alerta constante para total rejeição dos católicos àquela doutrina.

Figura 31 – O Comunismo



Fonte: [O Comunismo], 1949, p. 2¹²⁴⁶

¹²⁴² EXCOMUNGADOS. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 30 jan. 1949; CABRAL, Pe. J. Lição de Budapeste. *O Dominical*, p. 3, 24 abr. 1949.

¹²⁴³ CABRAL, Pe. J. A conversão na Rússia. *O Dominical*, Teresina, p. 2, 19 jun. 1949.

¹²⁴⁴ AL NETO. O comunismo e a febre aftosa. *O Dominical*, Teresina, p. 3, 27 mar. 1955.

¹²⁴⁵ PARÓQUIA de Nossa Senhora do Amparo. *Folheto litúrgico*, ano A, p. 2, cor litúrgica Verde, no VII, ed. 379, 3 ago. 2014.

¹²⁴⁶ “O comunismo nada mais pode oferecer do que a escravidão àquelas secções da raça humana que se tornam a sua presa”. Reprodução da frase do general americano Douglas MacArthur. [O COMUNISMO]. *O Dominical*, Teresina, p. 2, 18 dez. 1949.

Poderia ter sido o comunismo, que se associou à imagem de Chagas Rodrigues, um fator importante para um não avanço do projeto *trabalhista* oficial no Estado? Não se pode e não se deve negar a importância que as campanhas anticomunistas lançadas nos jornais da oposição, e até mesmo entre alguns membros do PTB piauiense, tiveram na desqualificação do projeto *trabalhista* proposto por Chagas Rodrigues. A Igreja Católica, como se verá, apresentou-se como liderança para o processo de sindicalização rural, entre tantas razões, em decorrência da propagação de líderes com ideias “comunizantes” no movimento campesino ligado aos *trabalhistas* do governo. Talvez essa não seja a única razão, na complexa teia que envolve o que se chama *Contexto Cultural* da época, mas certamente o anticomunismo deve ser considerado um aspecto relevante nesse processo, ainda mais pela importância que a religião católica possuía no Estado. Segundo os historiadores Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, ao se analisar o período que antecedeu o golpe de 1964, não se pode desconsiderar a quantidade de organizações anticomunistas, em especial as em que se evidencia forte presença da Igreja católica.¹²⁴⁷ O anticomunismo era um aspecto importante da *cultura política* nacional.

Pode-se ressaltar ainda que, com o intuito de tornar a sua oposição ao comunismo mais dramática, vários casos foram ilustrados no jornal *O Dominical*, durante as décadas de 1950 e 1960. O noticioso publicava relatos das ações comunistas contra os cristãos, bem como narrava os destinos trágicos dos católicos que confrontavam aquele regime. De forma geral, eram expostos episódios de resistências fervorosas de padres em países do Leste Europeu, que uma vez perseguidos não abdicaram de sua fé. Existiam também relatos que beiravam o “realismo fantástico”, possivelmente com a intenção de provocar uma sensação de completa rejeição ao comunismo no leitor, como, por exemplo, a história do padre que foi condenado à prisão porque comeu um ovo de galinha na Rússia.¹²⁴⁸ Sobre outro aspecto, também eram apresentados casos de comunistas brasileiros que tinham se convertido ao catolicismo como prova de salvação através da fé, como se pôde observar na narrativa da vida do ex-comunista Armando Coutinho. Segundo *O Dominical*, Coutinho teria militado durante a década de 1940 no Piauí, quando circulava por todo o Brasil para propagar sua concepção política. Nesse percurso, foi várias vezes preso e “acometido de moléstias”, e findou conseguindo exílio na Europa. Coutinho teria chegado ao seu destino final, Roma, e naquela cidade se converteu ao catolicismo. No final da década de 1950, de volta ao Piauí, foi

¹²⁴⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 70.

¹²⁴⁸ P.L.S. JUSTIÇA e não força. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 1º mar. 1959.

considerado pelo jornal um exemplo de como a fé poderia regenerar um homem e mudar sua vida.¹²⁴⁹ Não se pode desconsiderar que tais narrativas possivelmente deviam impressionar um bom número de leitores, ajudando na construção de uma imagem bastante depreciativa dos países e sujeitos vistos como comunistas.

Nesse elenco de construções anticomunistas, uma das representações mais persistentes sobre os comunistas, entre as décadas de 1940 e 1950, diz respeito às diversas tentativas de desordem social promovidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), em especial junto aos trabalhadores nacionais. Casos particulares geravam editoriais condenatórios, como ocorreu em novembro de 1959, quando, segundo *O Dominical*, a polícia brasileira havia apreendido documentos do PC em que constavam planos de atuação do partido:

Agitação sindical, provocação de dissídios coletivos, de greves de aumentos salariais, exaltação nacionalista nos meios estudantis, luta contra qualquer aumento de tarifa de serviço público, impedir a promoção das leis que venham beneficiar os trabalhadores (indenizações automáticas e despedidas justas), sustentar o atrito entre o capital e o trabalho, promover uma produtividade baixa e manter o nível baixo de salário.¹²⁵⁰

Tal descrição aponta que os comunistas pretendiam manter um quadro de instabilidade e de desarmonia entre as classes. Nesse sentido, qualquer instrumento de reivindicação social, como greves ou até mesmo dissídios coletivos, era percebido como parte de um plano do Partido Comunista para desestabilizar o País. As matérias, em grande maioria, tinham o mesmo tom alarmante. Na década de 1950, um dos principais anticomunistas no jornal *O Dominical* era o jornalista ALVES DE PAULA. Contando relatos, como os mencionados anteriormente, e repercutindo notícias sobre os países comunistas, Alves de Paula tentava apontar todos os problemas de uma sociedade pautada por ideias comunistas, e, sobretudo, uma sociedade que abolia os preceitos religiosos, em especial os cristãos.

Para além das pregações anticomunistas nos jornais, a perseguição cristã aos comunistas era realizada das mais diversificadas formas. Um jovem da cidade de Piripiri, Paulo de Tarso Rezende, apoiador da reforma agrária, teve, por diversas vezes, suas correspondências violadas, pelo que denominou de “beatas” que trabalhavam nos correios. Segundo denunciou, uma das piores ações de que foi vítima foi terem encaminhando uma publicação que lhe fora endereçada ao pároco da cidade, que resolveu devolver a publicação com alguns conselhos cristãos, fato que fez com que Paulo escrevesse à direção geral dos

¹²⁴⁹ PAULA, Alves de. O estranho visitante. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 30 mar. 1958.

¹²⁵⁰ NUNES, Padre Alberto de Barros. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 29 nov. 1959.

correios uma reclamação da invasão de correspondência, promovida pelas funcionárias “cristãs” daquela instituição¹²⁵¹.

Nenhum outro jornal piauiense¹²⁵² era tão anticomunista como o jornal católico *O Dominical*. Durante toda a pesquisa realizada nas páginas do noticioso, que abrange desde a década de 1940 até a década de 1970, verificou-se que páginas e mais páginas daquele semanário eram dedicadas a atacar o comunismo. Não se evidenciou mudança significativa desse discurso por ocasião da chegada de Dom Avelar ao Piauí, pelo contrário, em alguns momentos percebeu-se sua intensificação. Conseguiu-se observar que o anticomunismo foi parte importante do discurso político daquela instituição durante as décadas de 1950 e 1960, contudo, passou a disputar espaço com outras questões políticas relevantes naquele momento.

No dia 27 de maio do ano de 1955, depois de 31 anos no comando da Igreja no Estado do Piauí, Dom Severino Vieira de Melo veio a falecer de uma doença que o fragilizou por quase 10 anos.¹²⁵³ Dom Avelar então seria indicado para a Arquidiocese de Teresina. No momento da divulgação do nome de Dom Avelar, as principais figuras da política partidária foram as primeiras a prestar felicitações ao povo do Piauí pela chegada do novo Arcebispo, como se pode notar no pequeno comunicado proferido na Câmara Federal por Chagas Rodrigues saudando a população piauiense da seguinte maneira:

O Sr. CHAGAS RODRIGUES – (para comunicação): Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi eleito Arcebispo de Teresina D. Avelar Brandão Vilela, um dos homens mais cultos, eruditos e brilhantes empreendedores do episcopado brasileiro.

A notícia teve melhor repercussão em meu Estado, causando geral satisfação [...].

Desejo também expressar aqui o reconhecimento e gratidão do povo do Piauí, católico em sua quase totalidade, à sua santidade o Papa Pio XII pelo fato de Teresina ter hoje em sua Arquidiocese dirigindo-lhe os destinos êsse grande vulto do episcopado brasileiro.

S. Exa. Rvma. tem se destacado, sobretudo, pela ação no terreno social, dirigindo os círculos operários, obra verdadeiramente admirável [?] o reconhece como um das maiores expressões do Episcopado no continente.¹²⁵⁴

¹²⁵¹ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

¹²⁵² Tem-se uma relação dos jornais publicados no Piauí e catalogaram-se os discursos anticomunistas neles encontrados presentes para a elaboração da dissertação de mestrado: OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista**: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. 2008. 274 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008

¹²⁵³ DOM SEVERINO Viera de Melo. **O Dominical**, Teresina, p. 1-2, 20 jun. 1955.

¹²⁵⁴ Rejubila-se com a indicação de Dom Avelar Brandão Vilela para o Arcebispado de Teresina. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Sessão de Discursos e notas Taquigráficas**, seção 1, p. 8762, 1955. Disponível em:

Vários deputados federais formaram uma comissão e protocolaram requerimento ao presidente da Câmara solicitando que aquela Casa se fizesse representar oficialmente na posse do novo Arcebispo. Esses deputados, em sua grande maioria do Piauí, endossavam a importância daquele prelado para o Estado, reconhecido como um “bálsamo tranquilizador”¹²⁵⁵. Entretanto, como já afirmado, a década de 1950 não traria apenas Dom Avelar ao Piauí, havia um sinal de novos tempos para a Igreja Católica que chegava junto com aquele prelado, em especial no que se referia às preocupações políticas e sociais. Naquele momento, a Igreja Católica no Brasil já havia instituído vários programas sociais importantes, como aponta Leila Stein.

Entre os convênios sociais educacionais sob a coordenação da Igreja estariam: um projeto que se propunha a executar programas de educação através do rádio em todo o Nordeste; um projeto de radiodifusão com os mesmos objetivos, mas dirigido para o estado de Sergipe; programas de educação de base para a região norte de Alagoas; ainda um projeto de formação de grupo de trabalho para executar programa de formação e treinamento de lideranças e de dirigentes rurais no estado do Maranhão.¹²⁵⁶

Por seu turno, a Igreja Católica no Nordeste atuaria em duas questões centrais: na erradicação do analfabetismo e no problema da situação extrema vivida pelos trabalhadores pobres do campo. Em Pernambuco, por exemplo, a preocupação da Igreja com a crescente movimentação no campo se fez presente com a Arquidiocese de Olinda apoiando o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), no qual contribuiu para a criação de uma série de sindicatos e assessorou de forma direta a Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado.¹²⁵⁷ Em 1959, a Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam) realizou a sua 4ª reunião anual, onde o Brasil esteve representado pela figura de Dom Helder Câmara e Dom Agnelo Rossi. Nesse encontro, ficaram pautadas as preocupações do clero latino-americano com os problemas econômicos e a necessidade de se construir progresso com justiça social. Apesar de reconhecer que a felicidade real não é deste mundo, o documento oficial da Celam apontava que era necessário que a Igreja contribuísse para que cada homem possuísse e gozasse de bem-estar material suficiente para poder levar com dignidade a vida e cumprir as leis de Deus na Terra. Nesse sentido, o documento apontava que a Igreja adentraria a luta pela justiça

<<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29NOV1955.pdf#page=40>>. Acesso em: 29 jul. 2014, p. 40.

¹²⁵⁵ CÂMARA Federal. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 3 jun. 1956.

¹²⁵⁶ STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política**: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade), p. 65.

¹²⁵⁷ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 91.

social, até mesmo para afastar aqueles que se aproveitavam dos desequilíbrios sociais para propor outra ordem política, nesse caso, os comunistas.

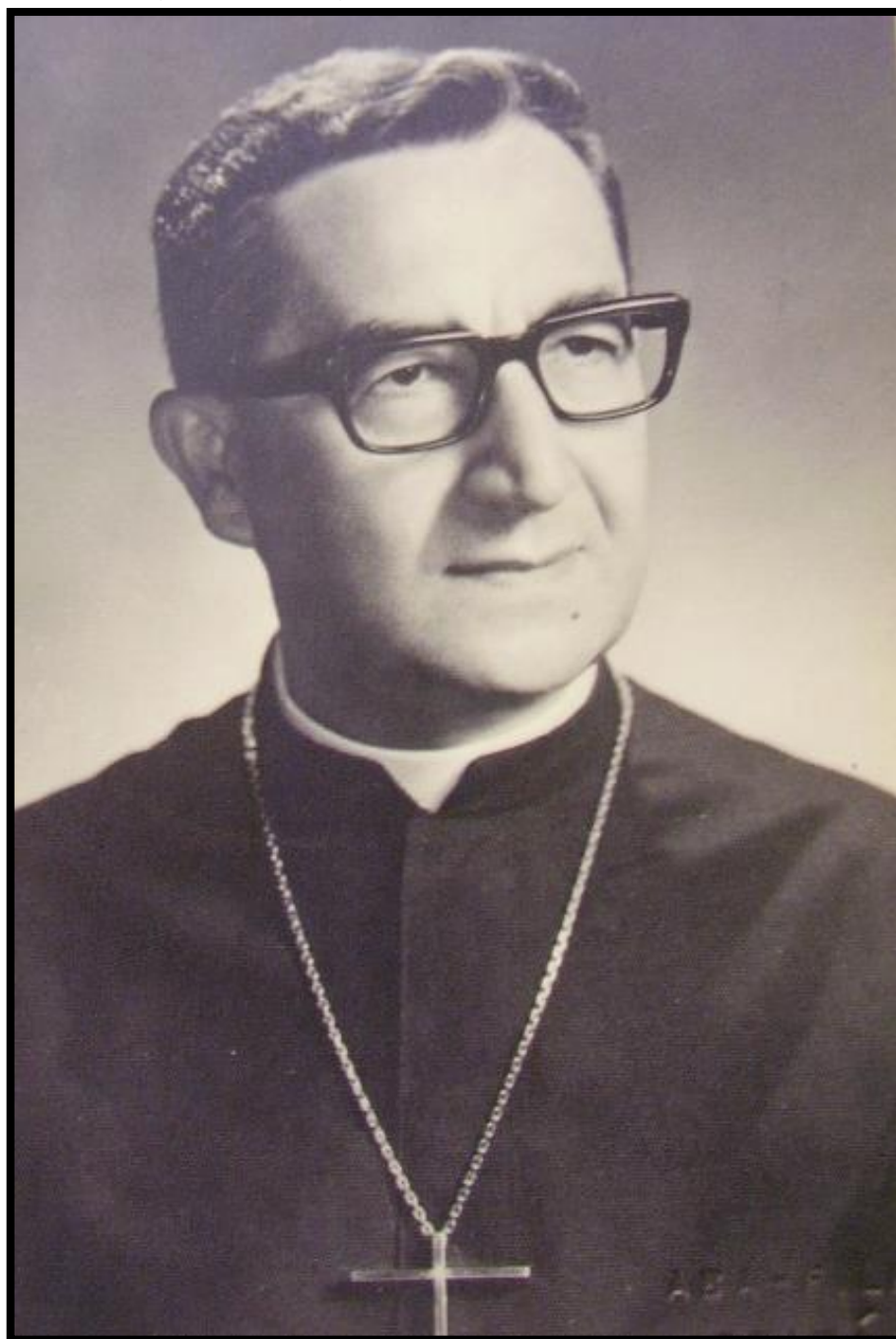
Foi nessa confluência de ações e questões provocadas pela Igreja Católica no nordeste brasileiro que ocorreu a chegada de Dom Avelar Brandão Vilela, no ano de 1956, no Piauí. A atuação política da Igreja, que passou a ser assumida na Arquidiocese de Teresina, saiu basicamente do campo da política partidária, do jogo do ganha e perde nas disputas eleitorais, como tinha acontecido até aquele momento, voltando-se para outras questões, como a educação patrocinada pela Igreja, a preocupação com o universo do trabalho e da justiça social.¹²⁵⁸ Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos, percebe-se claramente que entre as décadas de 1950 e 1960 houve uma aproximação da Igreja Católica com setores sociais¹²⁵⁹, que certamente afetou a atuação daquele prelado no Piauí. Portanto, a Igreja Católica no Estado, representada pela figura máxima do novo Arcebispo, intensificou a ação social, tanto nos pequenos núcleos urbanos piauienses, como no espaço rural. Essa empatia com os mais pobres fez com que a Igreja lançasse um projeto que colocava em evidência os mais despossuídos. Esse projeto, baseado nas encíclicas *Mater et Magistra* e *Rerum Novarum*, voltava-se de forma mais efetiva para os trabalhadores, em especial os que viviam no campo. Tal projeto, resolveu-se denominar de *trabalhismo cristão*.

¹²⁵⁸ LIMA, Ana Cristina da Costa. **Práticas de devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na Vila Operária, Teresina – PI**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, 2009.

¹²⁵⁹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-131.

7.2 Dom Avelar, o popstar da Igreja¹²⁶⁰.

Figura 32 – Fotografia de Dom Avelar Brandão Vilela



Fonte: Fotografia..., [entre 1955 e 1965]¹²⁶¹

¹²⁶⁰ Expressão usada pelo Historiador Fonseca Neto para avaliar que a presença de Dom Avelar na contemporaneidade seria associada à de um astro. FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014, p. 15.

¹²⁶¹ FOTOGRAFIA de Dom Avelar Brandão Vilela. [entre 1955 e 1965]. 1 fotografia (acervo pessoal do padre Tony Batista)

Entre os bispos do Nordeste, que formam, atualmente, na linha vanguardista atuante e progressiva do clero brasileiro, Dom Avelar tem o relêvo não atingido por nenhum outro prelado, sob o prestígio da inteligência, de virtudes peregrinas, da capacidade dinâmica e empreendedora. É, sem sombra de dúvidas o maior orador sacro do país, empolgando auditório e multidões pela fluência verbal, pela elegância ática da forma, pela surpreendente erudição e, sobretudo, pela justeza dos conceitos e atualizações dos problemas brasileiros.¹²⁶²

Os historiadores do Piauí já se debruçaram de forma intensa sobre a vida e os discursos de Dom Avelar.¹²⁶⁴ Em razão desse número de publicações sobre o prelado, deter-se-á nas questões mais relevantes para a composição deste estudo, sem, contudo, desconsiderar informações básicas de sua trajetória de vida. Avelar Brandão Vilela nasceu em Viçosa, Alagoas, em 13 de junho de 1912, ingressou no seminário em 1925 e foi ordenado padre em Sergipe, Aracaju, no ano de 1935. Ao assumir o bispado de Petrolina, no estado de Pernambuco, em 1945, com apenas 33 anos, realizou dois congressos Eucarísticos e algumas semanas ruralistas, eventos que também promoveria anos mais tarde no Piauí. Dom Avelar, antes de chegar em solo piauiense, atuou como mediador da contendas públicas. Em abril de 1949, na cidade de Exu, interior de Pernambuco, ocorreu um sangrento conflito entre famílias locais, tendo aquele prelado se dirigido à cidade na tentativa de resolver os embates. Como autoridade religiosa conseguiu estabelecer com os conflitantes um pacto de honra de não mais resolverem as suas questões com o uso das armas. Tal atitude foi louvada pelo governador Barbosa Lima, que enviara telegrama a Dom Avelar como forma de agradecimento.¹²⁶⁵

Como já apontado, no ano de 1956, no dia 5 de maio, chegava ao Piauí como Arcebispo Metropolitano.¹²⁶⁶ Na década de 1980, quando não era mais Arcebispo de Teresina,

¹²⁶² Jornalista José Rêgo. Ver: AJUDA às vítimas da inundação no Piauí. **O Semanário**, Rio de Janeiro, p. 7, 9 a 15 abr. 1960. Reproduzido em **O Dominical**, Teresina, p. 6, 10 abr. 1960.

¹²⁶⁴ VER: CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **O bispo de todos os tempos: uma biografia de Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: EDUFPI, 2013; ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto: trajetória e representação do Arcebispo do Piauí**. 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2008; PEREIRA, Luciana de Lima. **A Igreja em “tempos mundanos”**: a luta pela construção de uma neocrisandade em Teresina (1948-1960). 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2008; CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas de Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2006; LIMA, Ana Cristina da Costa. **Práticas de devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na Vila Operária, Teresina – PI**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2009; FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004.

¹²⁶⁵ PORTELA, Pe. Adriano; SANTOS, Pe. Danilo Pinto dos. **Dom Avelar Brandão Vilela: um Bispo do Brasil-Nordeste**. Brasília: CNBB, 2013 (Coleção Testemunhos, v. 1), p. 46.

¹²⁶⁶ VASCONCELOS FILHO, Marcos. **Dom Avelar Brandão Vilela: Cardeal primaz do Brasil**. Maceió: Viva, 2012.

Dom Avelar voltou à capital piauiense para ser homenageado pela comunidade católica, e pronunciou interessante discurso, em tom memorialístico, no qual construiu uma representação sobre o que presenciou naqueles anos de 1950 em terras piauienses:

[...] Esta terra era Teresina. Teresina no Piauí. Numa época difícil para o Piauí. Quando eu aqui cheguei, quanta dificuldade, quanta pobreza, quanto desalento, quanta falta de esperança. E começamos a trabalhar, começamos a levar adiante o nosso lema de evangelizar e humanizar. Senhor, vós fizestes o que devias fazer. E eu, instrumento vosso, aquilo que pude realizar. Os anos se passaram, quinze anos aconteceram, misturei a minha alma, com a alma de Teresina. Assumi as esperanças e as angústias de um povo. Foi lindo! Foi bonito. Quanta coisa para contar. Não! Não devo contar. Alguma coisa está espalhada no coração de todos.¹²⁶⁷

A representação que Dom Avelar faz do momento de sua chegada ao Piauí se coaduna com tantos outros relatos já apontados no decorrer da tese sobre a situação de atraso e pobreza em que se encontrava o Estado. O prelado sabia que viria para uma terra que padecia de várias necessidades, mas quais as prioridades imediatas com as quais a Igreja deveria se preocupar? Com o imperativo de compreender o espaço em que iria agir, meses antes de se estabelecer em Teresina, Dom Avelar promoveu um encontro com o então governador general Gayoso e Almendra. Nessa reunião buscou definir que seu campo de atuação no Estado avançaria mais do que o do seu antecessor. Em reportagem do jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que foi reproduzida pelo *O Dominical*, Dom Avelar comunicava que não se preocuparia com os elementos puramente religiosos, mas promoveria ações de “natureza assistencial e, neste setor, [agiria] em benefício das pequenas comunidades rurais”¹²⁶⁸.

Antes mesmo de sua chegada, as notícias de suas ações em Pernambuco geraram em solo piauiense uma expectativa ampla, tornando-se, portanto, grandiosa a recepção local feita ao prelado.¹²⁶⁹ E Dom Avelar chegou movimentando a Igreja e a sociedade.

Até 1959, ano em que o PTB ingressou no exercício do poder Executivo piauiense, o arcebispo atuou intensamente. De antemão, pode-se ressaltar que Dom Avelar agia sobre as mesmas questões que o projeto *trabalhista oficial* proporia, pois, em apenas três anos, movimentou diversos setores, como educação, assistência social, meios de comunicação, questões agrárias e política partidária. No que tange ao campo, discorre-se mais

¹²⁶⁷ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004, p. 73.

¹²⁶⁸ D. AVELAR e seu plano de ação. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 26 fev. 1956.

¹²⁶⁹ PROGRAMA de recepção e posse do novo Arcebispo, D. Avelar B. Vilela. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 1º maio 1956.

detalhadamente no tópico 7.4, mas é possível perceber que mesmo antes do alvoreço estadual com a criação das “Ligas Nacionalistas”, o arcebispo havia organizado três semanas ruralistas com o intuito de discutir os problemas no campo.

No setor educacional, diferentemente de Chagas Rodrigues, que não tinha recursos disponíveis para a construção de escolas no Estado, razão pela qual apenas estadualizou algumas escolas particulares e reformou as existentes, Dom Avelar tornou-se presidente da Secção Estadual da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no Piauí (CNEG), e a partir de sua presidência fundou vários cursos ginasiais em diversas cidades, entre os quais o mais conhecido foi o Ginásio Popular de Teresina. Criou (Figura 33) ainda a Faculdade Católica de Filosofia (Fafi), berço dos debates políticos estudantis da época. Também construiu a Escola de Comércio na cidade de José de Freitas e, por fim, no ano de 1958, a arquidiocese reabriu o colégio Diocesano¹²⁷⁰, entregando a sua administração aos padres jesuítas, tornando-se uma referência no ensino estadual privado. Anos mais tarde fundaria no Estado o Movimento de Educação de Base (MEB), órgão criado pela CNBB em convênio com o governo federal a partir do Decreto nº 50.370, resultado de entendimentos entre o episcopado e a presidência, visando a criação dos programas de Educação que ocorreriam por intermédio de emissoras de rádio¹²⁷¹. O MEB atingiu 10 municípios da Arquidiocese de Teresina, com escolas radiofônicas¹²⁷², experiências de comunidade e cooperativismo rural, atingindo, segundo dados divulgados pel’*O Dominical*, em torno de 50 mil pessoas.¹²⁷³

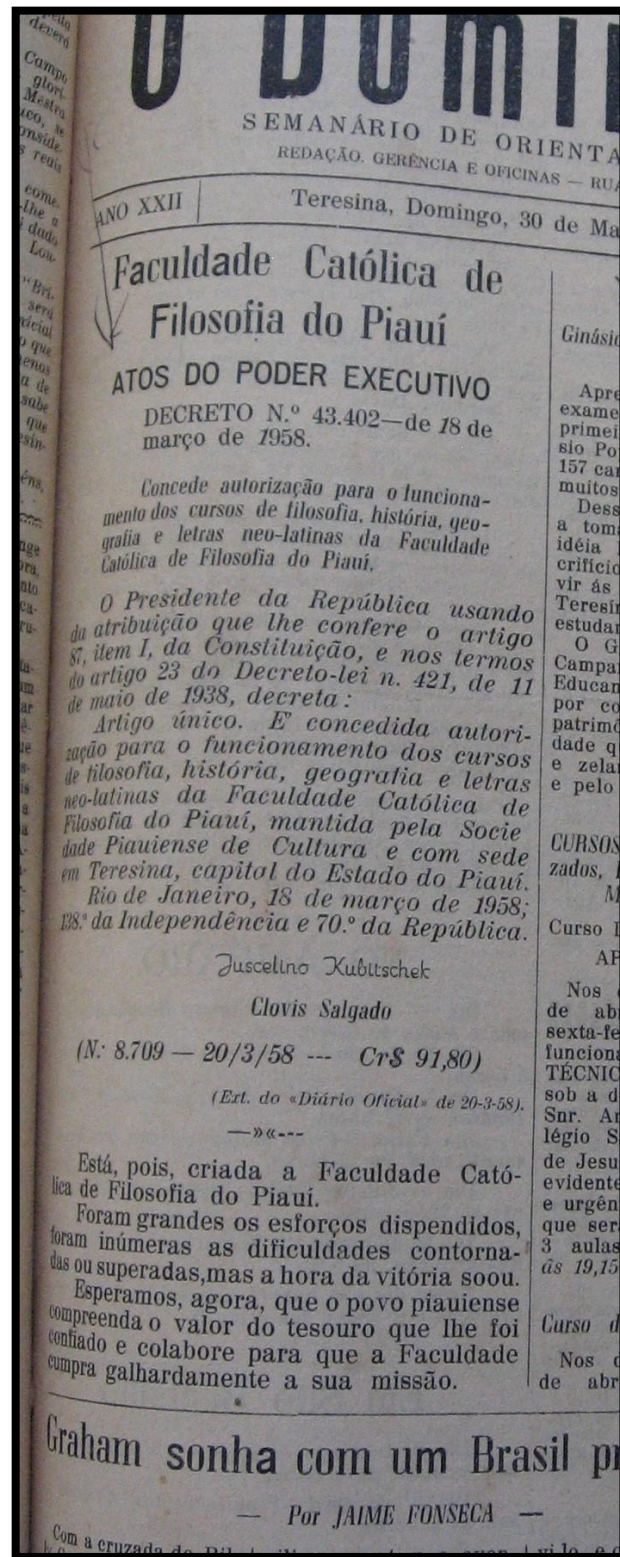
¹²⁷⁰ Colégio que ainda é referência na formação católica, que se encontra em funcionamento nos dias atuais em Teresina.

¹²⁷¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004.

¹²⁷² As escolas radiofônicas funcionavam da seguinte forma: os jovens que tinham feito o curso de instrutores dessas escolas visitavam o interior buscando locais adequados para a instalação dos amplificadores, que tivessem grande número de trabalhadores rurais, em sua maioria, analfabetos. Solicitava-se ao proprietário da fazenda a instalação do aparelho, e, com a sua aceitação, buscava-se um monitor que tivesse pelo menos o 3º ano primário para acompanhar os alunos, para atuar sem ajuda de proventos. Depois de selecionados, os monitores recebiam treinamento para poder atuar. Em 1962, havia 23 monitores capacitados para atuar no interior do Piauí. Ver: PIRES, Padre Isidoro. I Capacitação de monitores para escolas radiofônicas. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 2 set. 1962.

¹²⁷³ D. AVELAR completa hoje 15 anos na Arquidiocese de Teresina. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 5 maio 1971. Ver também: GÓVERNO diocesano. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 19 mar. 1964.

Figura 33 – Faculdade Católica de Filosofia do Piauí



Fonte: Faculdade..., 1958, p. 1¹²⁷⁴

¹²⁷⁴ Faculdade Católica de Filosofia do Piauí. Publicação no Jornal *O Dominical* do Decreto-Lei que institui a Faculdade Católica de Filosofia, com esforço de Dom Avelar. Posteriormente a Fafi dará lugar à Universidade Federal do Piauí (FACULDADE Católica de Filosofia. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 30 mar. 1958).

Na parte social, organizou a Ação Social Arquidiocesana (ASA) - e é importante ressaltar que antes mesmo da instalação oficial do Serviço Social do Estado, Serse, a ASA já tinha forte atuação no Piauí,¹²⁷⁵ - e os Centros Sociais Leão XIII e Nossa Senhora de Fátima, respectivamente nos bairros Vila Operária e Fátima. Os Centros Sociais (Figura 34) tornaram-se lócus de socialização comunitária, espaço de aprendizado e de busca de serviços médicos e odontológicos. Dos serviços médicos prestados havia assistência médica a lactantes, nutrízes e pré-natal, e o Clube de Mães, que dava orientação às mães com relação à higiene e à saúde dos filhos. Nos Centros também funcionavam escolas e oficinas de artes industriais, como sapataria, tecelagem de cadeira, marcenaria e serralheria, e uma pequena cooperativa de crédito, contando ainda com diversas outras atividades.

Figura 34 – Sala de Aula do Centro Social Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Sala..., [entre 1955 e 1965]¹²⁷⁶

Naquele momento, Dom Avelar Brandão constituiu os primeiros dois grupos juvenis voltados para a orientação dos trabalhadores, intitulados de Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Agrária Católica (JUC), bem como estava unindo forças para a construção da sede do Círculo Operário de Teresina. Dos jovens para as mulheres, era assim que englobava vários segmentos sociais em seu favor. Apoiou um dos grupos que atuavam

¹²⁷⁵ 10 MILHÕES para ação social arquidiocesana. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14 jun. 1959.

¹²⁷⁶ SALA de aula do Centro Social Nossa Senhora de Fátima. [entre 1955 e 1965]. 1 fotografia (acervo pessoal do padre Tony Batista).

como uma espécie de serviço social da Igreja, Liga das Senhoras Católicas, que tinham como função, no dia a dia, promover atos de caridade para a população pobre de Teresina, e, em datas festivas, distribuir presentes e enxovais. Contava ainda com o apoio do jornal católico *O Dominical* e do arcebispo na solicitação de doações para levarem adiante seus empreendimentos sociais.¹²⁷⁷

No que se refere à questão rural, Dom Avelar, até o ano de 1959, promoveu a primeira missão Rural no município de Campo Maior e conseguiu maquinário para a Casa de Farinha do município de União. Anos depois, a determinação em fazer o Piauí se desenvolver fez com que o arcebispo se tornasse acionista de uma empresa metalúrgica cearense que, depois de vários meses de negociação com empresários piauienses, pretendia se instalar no Piauí, mas não confiava na capacidade de desenvolvimento do Estado, cedendo apenas por causa do envolvimento da Igreja Católica.¹²⁷⁸

No plano estritamente religioso, o prelado criou diversas paróquias, onde constantemente promovia visitas pastorais; incentivava os encontros sacerdotais, de modo a unificar as ações dos padres piauienses; e utilizava o rádio como forma de evangelização.¹²⁷⁹ O seu programa de ação no Piauí tinha como lema: Evangelizar e Humanizar. No decorrer de sua atuação no Estado, além da Arquidiocese de Teresina, assumiu a diocese de Oeiras, na região sul, e a diocese de Parnaíba no Norte do Piauí, em razão da renúncia de Dom Felipe Conduru. Isso significa que praticamente o Piauí, por um período, passou a ser dirigido pela figura de Dom Avelar.¹²⁸⁰ Tudo isso até o ano de 1959, momento em que o PTB assumiu o governo do Estado.¹²⁸¹

O trânsito político de Dom Avelar, desde a sua chegada ao Piauí, é um fator de extrema relevância, que não se pode furtar de comentar. Festivamente recepcionado pelos políticos, como apontado anteriormente, chegou a realizar, por diversas vezes, viagens de caráter claramente político como representante oficial do Estado em lugar do governador, sendo recepcionado entre jantares e almoços pela comunidade política piauiense que residia no Rio de Janeiro. Recém-chegado ao Estado, conseguiu o que muitos governadores locais

¹²⁷⁷ COOPERE na Campanha do Trôco... *O Dominical*, Teresina, p. 2, 25 dez. 1959.

¹²⁷⁸ YGARA E CCI. *Folha do Nordeste*, Teresina, p. 3, 10 fev. 1963.

¹²⁷⁹ Ainda sobre a sua importância no seio da instituição religiosa do qual fez parte, deve-se ressaltar que foi durante a sua passagem pelo Piauí que Dom Avelar se tornou vice-presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em duas oportunidades, de 1964 a 1968, e de 1971 a 1974. Também presidiu o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) por três mandatos consecutivos de 1966 a 1972, organizando a Assembleia Geral dos Bispos da América Latina, em Medellín.

¹²⁸⁰ AO REVMO. clero e fiéis da diocese de Parnaíba. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 22 mar. 1959.

¹²⁸¹ TERCEIRO aniversário de governo de S. Exa. Revdma. Dom Avelar Brandão Vilela. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 1, 5 maio 1959.

não alcançaram, uma audiência com o presidente da República. O seu encontro com Juscelino Kubitschek serviu para tratar sobre a liberação de verbas federais para o Estado.¹²⁸² Dom Avelar compreendia que esse trânsito no ambiente político partidário tinha seus limites, tanto que em 1958, com a candidatura do monsenhor Roberto Lopes à prefeitura de Parnaíba, Dom Avelar expede a seguinte mensagem ao Bispo de Parnaíba:

Exmo. Sr. Dom Felipe Condurú.

DD. Bispo de Parnaíba!

Paz

Em resposta à consulta de V. Excia. Revma., referente à possível candidatura de Mons. Roberto Lopes a prefeito de Parnaíba, devo dizer-lhe o seguinte:

1:) Na Arquidiocese de Teresina e na Diocese de Oeiras, da qual sou o administrador apostólico, mantenho todas as afirmações contidas na circular n.05, publicada no jornal *O Dominical* de 26 de janeiro do corrente ano, segundo a qual nenhum sacerdote deverá pretender cargos eletivos.

2:) No caso especial de Parnaíba, V. Excia. tomará a decisão que julgará mais acertada.

Teresina 23 julho de 1958

Dom Avelar Brandão Vilela.

Arcebispo de Teresina.¹²⁸³

A resposta de Dom Avelar foi encaminhada a Dom Felipe, juntamente com um adendo informando que o candidato monsenhor Roberto Lopes estaria livre para fazer uso de sua consciência. Semanas depois, o clérigo-candidato enviou carta a Dom Avelar deixando patente que gostaria de uma resposta mais clara e solicitando permissão dele e do bispo de Parnaíba. Mesmo que a carta fosse de cunho pessoal, Dom Avelar lança dura resposta nas páginas do jornal *O Dominical*, afirmando que esperava que a aceitação da proposta política por parte do monsenhor em hipótese alguma fosse confundida com as posições da Igreja Católica no Estado, e que, apesar de a tomada de posição do bispo de solicitar permissão para a sua candidatura tivesse sido uma ação edificante, “muito refletidamente, entendemos nosso dever de não concedê-la”¹²⁸⁴. Categoricamente, o arcebispo não queria que o nome da Igreja estivesse oficialmente envolvido com a política partidária, publicando aquela resposta no noticioso católico, possivelmente com o intuito de deixar clara essa condição aos católicos piauienses. Entretanto, mesmo com esse afastamento estratégico, existiam outras formas de aproximação entre os padres e os setores políticos do Estado. A bem da verdade, observa-se que esse jogo entre a Igreja e a política merece uma análise mais aprofundada, pois apesar de não permitir a candidatura oficial dos padres, Dom Avelar não se privava, tampouco os

¹²⁸² D. AVELAR regressa do Rio de Janeiro. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 5 ago. 1956.

¹²⁸³ CÚRIA metropolitana. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 27 jul. 1958.

¹²⁸⁴ AINDA o caso de Parnaíba. *O Dominical*, Teresina, p. 6, 3 ago. 1958.

subordinados, de manter uma relação fraternal com os sujeitos políticos, em especial quando necessitava de algum tipo de apoio deles. Nesse sentido, a Igreja Católica local não possuía autonomia política para o engajamento partidário, mas não se privava de estabelecer relações com políticos visando conseguir benefícios desses vínculos.

Naquele mesmo ano de 1958, da primeira eleição em que o arcebispo piauiense observara as contendas políticas locais, a Igreja Católica no Piauí, diferentemente do que ocorre no ano de 1954, quando a Liga Eleitoral Católica (LEC) autorizou os católicos a votarem em alguns candidatos, não se pronunciou em favor de nenhum pleiteante ou corrente política. Mas não foi por isso que elementos de dentro da Igreja, com voz ativa no noticioso católico *O Dominical*, e que tinham certamente o aval do arcebispo, deixaram de se fazer ouvir sobre aquele processo eleitoral. Como sempre o acirramento das disputas fez com o jornal católico lançasse como reportagem de capa “A batalha política”. Nesse artigo, o jornalista questionava o nível do afrontamento entre os grupos políticos locais.¹²⁸⁵ Na ocasião, surgiram vários editoriais, possivelmente autorizados pelo arcebispo, tratando sobre o voto consciente e católico, orientando o leitor-eleitor a votar naqueles que não desrespeitassem a Igreja.¹²⁸⁶ Segundo o monsenhor Arias Cruz, o eleitor não deveria ser como o passarinho sem juízo “[...] que se deixa prender no ‘visgo’ ou no alçapão habilmente preparado por uma criança”¹²⁸⁷, era dever do eleitor saber se defender do político “passado na casca do alho”¹²⁸⁸. Torna-se bastante relevante mencionar que a morte dos candidatos Demerval Lobão e Marcos Parente não é mencionada no jornal, apenas em uma única nota de pesar.¹²⁸⁹ Acredita-se que como esse evento foi profundamente politizado, trazer reportagens sobre o acidente poderia mostrar um posicionamento político da Igreja, algo que, como se viu, Dom Avelar não gostaria que houvesse.

Ainda no que tange às questões políticas, aquele prelado sabia, como nenhum outro, tornar-se um ser político sem precisar de espaço oficializado em partidos, e usando, inclusive, os meios de comunicação em favor dos interesses da Igreja. Todos os esclarecimentos ao próprio clero, ou até mesmo os gargalos com figuras ou personalidades da sociedade eram devidamente lançados no jornal *O Dominical* para que visivelmente o prelado mostrasse a sua posição à sociedade. Em um primeiro momento, o jornal era o grande

¹²⁸⁵ A BATALHA eleitoral. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 13 jul. 1958.

¹²⁸⁶ A ARMA do povo. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 21 set. 1958.

¹²⁸⁷ CRUZ, Mons. Arias. Cuidado, Eleitor! *O Dominical*, Teresina, p. 6, 21 set. 1958.

¹²⁸⁸ É uma expressão popular que significa astuto, esperto, experiente e enganador.

¹²⁸⁹ DESASTRE da Cruz do Cassaco. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

divulgador e propagador das posições do arcebispo, contudo outro meio de comunicação ganharia a preferência daquele sacerdote.

Foi na Rádio Pioneira, estação radiofônica fundada como sociedade de cotas, cujo maior acionista é a Arquidiocese de Teresina¹²⁹⁰, que aquele sacerdote passou a fazer um programa que, segundo a vasta bibliografia sobre o prelado, teve grande repercussão na memória social dos piauienses: *Oração por um dia feliz*.¹²⁹¹ Também foi na Rádio Pioneira que a Igreja lançou um programa importante, comandado pelo advogado, líder católico e articulador do processo de formação de lideranças camponeses Manoel Emílio Burlamarqui, *Desperta Camponês*, destinado exclusivamente ao homem do campo, que teve grande repercussão à época, levando Burlamarqui a ter sérios problemas com os militares logo após o golpe de 1964.¹²⁹²

Mediante a massificação das fontes que fazem apologia aos atributos de Dom Avelar, há que se destacar uma característica que ficou intensamente fixada na memória dos seus contemporâneos, em especial daqueles que o escutavam na Rádio: a sua oratória. Dom Avelar, segundo consta nas matérias veiculadas pelo jornal católico e até mesmo pelos jornais partidários, conseguia comover multidões com seus discursos públicos. Um exemplo dessa comoção ocorreu durante a realização do I Congresso Eucarístico em Teresina. Consta nos jornais que o segundo dia do evento coincidiu com o jubileu sacerdotal daquele prelado, sendo, portanto, o arcebispo festivamente homenageado pela população e pelo clero presente. Segundo o jornal católico *O Dominical*, Dom Avelar agradeceu com as seguintes palavras: “Vi meu pai morto, disse S. Exa., e não tive tantas lágrimas para derramar como nesse instante”. Diante de tal afirmação, segundo apresenta o jornal, “grande parte da multidão chorava enquanto fala o Sr. Arcebispo. Eram lágrimas da mais profunda alegria”¹²⁹³. Apesar de não ser interesse deste estudo fazer uma análise aprofundada da recepção, até porque faltam meios e fontes para esse fim, observa-se de forma latente, nos jornais da época, uma euforia coletiva sobre a imagem e os discursos de Dom Avelar.

Em hipótese alguma se pode apenas atribuir ao jornal *O Dominical* toda a construção positiva sobre aquele prelado, apesar de que, segundo opinião de um jornalista que escrevia para o jornal *udenista Folha do Nordeste*, “impõe-se como uma das publicações periódicas mais lidas pelas famílias e pelas pessoas de melhor formação cristã em nossa

¹²⁹⁰ Resultado da ação promovida por Dom Avelar.

¹²⁹¹ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004, p. 72.

¹²⁹² *Ibid.*, p. 96.

¹²⁹³ 1º CONGRESSO Eucarístico de Teresina. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 13 nov. 1960.

Capital”¹²⁹⁴, o que certamente deve ter contribuído para tal. Observa-se que, para além da importância desse noticioso na construção positiva e festiva da imagem de Dom Avelar, o jornal católico acabava sendo apenas mais um entre tantos outros que prestigiavam o sacerdote. Afinal, mesmo os noticiosos locais, ligados a quaisquer correntes e siglas partidárias - PSD, UDN e PTB -, produziam as mesmas construções efusivas das ações do prelado. Nesses, Dom Avelar era representado como um “progressista inconfundível e realizador a toda prova, o Chefe da Igreja no Piauí [...]”, sobre quem os noticiosos publicavam que “[...] tem sido incansável em um esforço titânico por dotar nossa terra de obras sociais de vulto que não tem paralelo”¹²⁹⁵, ou, como aponta o jornal *Estado do Piauí* no ano de 1960, durante o aniversário do Arcebispo:

A data de 13 de junho, segunda feira próxima, assinala o aniversário natalício de sua Exca. Reverendíssima Dom Avelar Brandão Vilela, muito digno e amado Arcebispo Metropolitano.

Figura Exponencial da Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, o eminente Antiste – não obstante a menos de um lustro chefiar o rebanho de Cristo em terras piauienses – já conquistou, pela máxima bondade, todas as nossas simpatias e afeições.

Dirigindo de forma firme e equilibrada os negócios e causas da Arquidiocese de Teresina, única do Estado, Dom Avelar Brandão Vilela se tem desdobrado, a fundo, para que tivéssemos o largo surto de progresso social e espiritual que se propaga por toda parte desse rincão também já é seu.

[...] ¹²⁹⁶

Outro exemplo do enaltecimento das características do Arcebispo pode ser observado no seguinte trecho:

Entre os bispos do Nordeste, formam, atualmente, na linha vanguardista atuante e progressista do clero brasileiro, Dom Avelar [que] tem o relêvo não atingido por nenhum outro prelado, sob o prestígio da inteligência, de virtudes peregrinas, da capacidade e de dinâmica empreendedora. É sem sombra de dúvida o maior orador sacro do país, empolgando auditórios e multidões, pela fluência verbal, pela elegância ática da forma, pela surpreendente erudição e, sobretudo, pela justeza dos conceitos e atualização dos problemas brasileiros.¹²⁹⁷

Nos noticiosos locais fica patente, como no jornal apoiador do PTB, o *Jornal do Comércio*, que Dom Avelar era cortejado por jornalistas, políticos, estudantes (secundaristas e

¹²⁹⁴ FRANCO, J. Patrício. Outros assuntos. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 4, 8 maio 1962.

¹²⁹⁵ DOM AVELAR Brandão Vilela. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 dez. 1960.

¹²⁹⁶ Ibid.

¹²⁹⁷ GRANDES homenagens recebeu Dom Avelar na data de ontem. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 29-30 out. 1959.

universitários), trabalhadores e a população de forma geral.¹²⁹⁸ A jornalista Nerina Castelo Branco, por exemplo, em razão da proximidade de I Semana Eucarística, organizada pelo Arcebispo e por membros da Igreja, publicou uma carta aberta de agradecimento em que dizia: “Quando o Piauí poderá agradecer a mercê de Deus em conceder-lhe um Arcebispo na altura de V. Excia. Revema?”¹²⁹⁹. A carta ainda estava repleta de outros elogios e felicitações ao prelado.

Os jornais locais, com seu cunho eminentemente político partidário, não tinham nenhuma razão aparente em propagar essa representação positiva da imagem do arcebispo, tal como faziam com os políticos, porque, *primeiro*, não eram veículos religiosos; *segundo*, porque aquele prelado não tinha a intenção de se imiscuir na política partidária da forma tradicional, candidatando-se a qualquer cargo público. Se a sua imagem era associada às obras públicas e ações sociais, era porque, no entendimento daqueles noticiosos, a sua atuação tinha como motivo único e exclusivo uma ação religiosa; e, *terceiro*, os jornais possivelmente sabiam que reforçar as virtudes do arcebispo também poderia atrair a simpatia do leitor piauiense, que era, em sua grande maioria, católico.

Percebeu-se, ainda, que esses elogios não eram produzidos apenas por jornais locais, noticiosos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, vez por outra, veiculavam notícias sobre o desempenho daquele prelado¹³⁰⁰, reconhecendo de forma positiva a força do clérigo no Estado. Essas representações muitas vezes soavam exacerbadas, mas eram bastantes comuns quando referidas àquele sacerdote. Dom Avelar era visto como portador de uma “inteligência fulgurante”; era um “admirável príncipe da Igreja”¹³⁰¹; possuidor de uma das “culturas mais sólidas” do episcopado brasileiro; expressava-se com “dotes raros de oratória”; possuía também uma “imaginação poderosa”, “extraordinária facilidade de expressão” e “rico vocabulário”¹³⁰².

Os que os jornais ligados aos partidos políticos revelam, é que Dom Avelar era uma figura venerada não só pelos jornalistas, mas por imensa maioria da sociedade piauiense. Esse carisma era também alimentado pelas constantes viagens pastorais que o arcebispo realizava para o interior do Estado, aspecto bastante diferente do comportamento dos políticos

¹²⁹⁸ GRANDES homenagens recebeu Dom Avelar na data de ontem. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 29-30 out. 1959..

¹²⁹⁹ JORNALISTA Nerina Castelo Branco endereça carta a Dom Avelar. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 23 out. 1960.

¹³⁰⁰ Ver copiado do Globo: D. AVELAR ajuda o Piauí a vencer o Subdesenvolvimento. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 16 ago. 1959.

¹³⁰¹ REGRESSOU Dom Avelar. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 23 out. 1960.

¹³⁰² TERCEIRO aniversário de governo de S. Exa. Revdma. Dom Avelar Brandão Vilela. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 maio 1959.

tradicionais do período. Dom Avelar seguia em contato com a população, em especial a mais pobre e afastada dos centros urbanos. A imensa quantidade de viagens do prelado era documentada pelo jornal *O Dominical*, como forma de “incrementar o apostolado leigo”¹³⁰³.

Diante de tantos feitos e elogios, várias homenagens à pessoa do Arcebispo eram constantes, como a que ocorreu no ano de 1961, quando Dom Avelar, em decorrência de um tratamento de saúde, passou quatro meses fora do Estado. No seu retorno o Prelado foi recepcionado no aeroporto de Teresina pelas principais autoridades locais, inclusive pelo governador Chagas Rodrigues, sendo-lhe oferecido, em seguida, tributos no Clube dos Diários – maior clube social da capital – em razão dos “serviços prestados a coletividade no setor educacional e assistencial, na pregação doutrinária, enfim, na vida coletiva da comunidade”. Nesse sentido, o arcebispo era alvo de “respeito e constante admiração”¹³⁰⁴ do corpo social piauiense. Segundo o *Jornal do Comércio*, uma “grande massa humana” esteve presente à sessão que o homenagearia.¹³⁰⁵ Incontáveis cerimônias foram realizadas como forma de celebrar o arcebispo, como na passagem do seu 24º ano de ordenação sacerdotal, quando foi agraciado com título honorário de “cidadão teresinense”¹³⁰⁶. Aquele evento contou com um grande número de autoridades políticas, mas sobretudo, segundo os jornais, com um número expressivo de populares. Aliás, todos os eventos em que Dom Avelar era figura chave atraíam, segundo as publicações da época, uma quantidade imensa de pessoas. Não há como se verificar o número de indivíduos que compareciam a esses eventos para prestigiá-lo, contudo, sabe-se que, diferentemente das informações publicadas nos jornais locais sobre a política partidária, que tentavam, como parte do jogo político, aumentar o número de participantes nas ações públicas dos partidos, as informações dadas por aqueles vários noticiosos, ligados às diferentes siglas, acabavam convergindo para um grande prestígio popular daquele prelado.

Entre tantas outras instituições que atribuíram importância ao sujeito histórico Dom Avelar, verificou-se que, no ano de 1962, foi-lhe conferido o título de membro da Academia Piauiense de Letras, e a cadeira que pertenceu a Esmaragdo de Freitas, sem que tivesse escrito obras de relevância que pudessem colocá-lo nessa condição de acadêmico¹³⁰⁷. Era um intelectual, certamente, e como o próprio admitia, “falava muito mais [do] que

¹³⁰³ MAGNÍFICA recepção a Dom Avelar. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 14 jul. 1963.

¹³⁰⁴ HOMENAGEM ao Arcebispo. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 1, 27 out. 1961.

¹³⁰⁵ ARCEBISPO. *Jornal do Comércio*, Teresina, p. 4, 3 nov. 1961.

¹³⁰⁶ POVO teresinense tributará hoje expressiva homenagem ao seu grande guia espiritual. *Folha da Manhã*, Teresina, p. 6, 17 out. 1959.

¹³⁰⁷ ACADEMIA Piauiense de Letras. *Folha do Nordeste*, Teresina, p. 1, 3 maio 1962.

escreveu e publicou”¹³⁰⁸, mas não possuía uma obra ou um conjunto de escritos que o levasse a tal condição. Certamente o prestígio social foi o grande fator para a sua colocação na APL.

Como se pôde perceber, Dom Avelar foi um sujeito que movimentou o Piauí com ações e ideias, visto e representado de forma positiva pelos mais variados setores sociais. Por suas ponderações discursivas, constata-se que não era homem de rompantes públicos, tampouco de discursos agressivos, talvez por isso, e também por se classificar dessa forma, foi considerado por seus contemporâneos, e até mesmo no discurso sociológico-histórico, como um *reformista moderado*.¹³⁰⁹ E é com o discurso da moderação que adentrará os mundos do trabalho, de forma especial o trabalho no campo.

7.3 Massas trabalhadoras de Cristo e da Igreja¹³¹⁰

“Oração do Trabalho
 Senhor Jesus
 Operário como nós,
 Operário pelo suor,
 Pelos calos das mãos,
 Pelas humilhações e pelas inseguranças,
 Trabalhando na bancada com a paina e o martelo,
 Construístes a nossa redenção,
 Cada esforço, cada gota de suor,
 Era uma antecipação,
 Do ofertório da santa missa,
 Senhor Jesus,
 Que minha bancada seja teu olhar,
 Minha ferramenta instrumento de redenção,
 Minha missa, unida às missas do mundo inteiro,
 E especialmente de nossa paróquia,
 Senhor Jesus, que meu trabalho,
 sirva para construir,
 um pouco de felicidade,
 um pouco de eterno
 e muito divino.
 Amém.”¹³¹¹

Pode-se afirmar que a Igreja Católica tinha um projeto *trabalhista*? No que tange ao *trabalhismo* como categoria analítica capaz de explicar um determinado momento histórico, em que se encontra em evidência uma forma de observar a realidade a partir do

¹³⁰⁸ FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014, p. 13.

¹³⁰⁹ MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 123.

¹³¹⁰ Termo usado pelo pe. Isaias Arêa Almeida para convocar os populares a contribuir na construção do tempo cristão no bairro Vila Operária durante algumas festividades religiosas ocorridas naquele espaço. Ver: ALMEIDA, Pe. Arêa. Capela da Vila Operária. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 14 jun. 1953.

¹³¹¹ ORAÇÃO do trabalho. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 10 jul. 1960.

trabalho, pode-se afirmar que sim. Contudo, longe do que propunha o *trabalhismo oficial* do PTB, que deveria atuar a partir do exercício do poder político partidário e estatal, a Igreja Católica agia a partir de uma concepção religiosa sobre o *trabalho* e o *trabalhador*, estabelecendo, portanto, um *trabalhismo cristão*.

Identificou-se que a eleição de Chagas Rodrigues foi extremamente importante para que um discurso *trabalhista* emergisse na política partidária. As primeiras propostas e os discursos *trabalhistas* foram fomentados por Chagas Rodrigues, quem disseminou de maneira mais intensa o trabalho e o sujeito trabalhador como alvo central de atuação do clero local. Deve-se ressaltar que já havia, em anos anteriores, uma aproximação entre a Igreja Católica e os trabalhadores, mas o que se deve notar é que, em determinado momento, esse discurso se eleva a um plano extremamente visível, propondo ações concretas para a modificação da vida dos trabalhadores.

Como essas ideias sobre o trabalho/trabalhador sob a perspectiva cristã ganharam publicidade? Além de orientar diretamente o cotidiano do cristão-católico, o noticioso *O Dominical* tornou-se um forte amparo propagandista para o ideal *trabalhista cristão* fomentado pela Igreja naquele momento. A pregação em favor da harmonia entre as classes, que a Igreja Católica tanto prezava, deve ser entendida como parte da própria concepção de trabalho que era divulgada pela imprensa católica naquele momento no Piauí. No ano de 1959, primeiro ano de governo de Chagas Rodrigues, mas terceiro de administração episcopal de Dom Avelar, o jornal começa a se preocupar de forma mais intensa com a questão. Em discurso simples, e como se estivesse se dirigindo ao operário diretamente, o jornal perguntava: “Certamente já ouviu muita reclamação sôbre o trabalho? Que é êle afinal?”¹³¹³ A resposta que o noticioso apresenta está de acordo com uma concepção que primava pela aceitação por parte do trabalhador de sua condição social:

O trabalho não é uma punição, é uma honra que Deus concede a todos nós. Deus não quis acabar sozinho a sua criação. Êle nos convida a colaborar com ele. O trabalho é também um serviço que uns prestam a outros. Precisamos dignificar o trabalho, e que êle deixe ser um campo de lutas e brigas e de exploração. E você muito pode fazer para que isso seja verdade!¹³¹⁴

Ao se observar o corpo de ideias sociais que fizeram com que a Igreja Católica, em especial a piauiense, tentasse se aproximar dos trabalhadores, deve-se compreender quais obras circulavam naquele momento e ganharam a distinção do clero e dos católicos locais.

¹³¹³ VOCÊ trabalha? **O Dominical**, Teresina, p. 6, 26 jul. 1959.

¹³¹⁴ Ibid.

Chamou atenção a importância atribuída à obra de padre L.J. Lebret, intelectual cristão mencionado no Capítulo 5, que também serviu de inspiração para leituras e discursos do governador Chagas Rodrigues durante a década de 1960. Algumas das obras daquele autor foram resenhadas pelo jornal católico *O Dominical*, como *Renovar e exame de consciência* e *Dimensões da Caridade*. Essa última, por sua vez, mereceu atenção especial do jornalista Germano Machado.¹³¹⁵

Há que se reforçar, entretanto, que a partir de 1961 a maior inspiração para o *trabalhismo cristão* foram as encíclicas *Mater et Magistra* e *Rerum Novarum*.¹³¹⁶ Os escritores que publicavam na imprensa católica se esforçavam para interpretar e apresentar esses textos encíclicos, abordando, sobretudo, a questão do trabalho. Segundo editorial d'*O Dominical* de fevereiro de 1963, com base na proposta das duas encíclicas, o trabalho precisaria ser compreendido no seu sentido humano, não devendo ser percebido apenas como valor de produção. Nesse percurso, o operário, deveria ser considerado como “portador de dignidade de criatura espiritual e filho de Deus”¹³¹⁷. No Piauí, o *projeto trabalhista cristão* nasceu direcionado aos dois espaços do mundo dos trabalhadores, o das cidades e o do campo, mas sobretudo ao segundo.

No que tange aos trabalhadores das cidades, articular-se-iam a partir de movimentos como a JOC, para constituírem-se enquanto organizações de caráter cristão. No campo a atuação será mais intensa a partir de 1961, visando liderar os trabalhadores para uma reestruturação do espaço agrário, e também organizando os camponeses sob a ótica cristã com o intuito de frear uma possível liderança do PTB e dos comunistas. *Mas*, antes de se apresentar neste tópico o projeto *trabalhista cristão*, que passa a se evidenciar com Dom Avelar nas cidades, especialmente sob a tutela do padre Francisco Carvalho, acha-se necessário historiar a atuação da Igreja no Piauí junto aos trabalhadores do espaço urbano alguns anos antes da chegada do Arcebispo.

No longo governo episcopal de Dom Severino Vieira de Melo existia uma preocupação por parte da igreja católica em orientar os trabalhadores no sentido de que sua conduta de reivindicações mantivesse a harmonia social. Essa preocupação se constituía, em especial em decorrência da aversão que a Igreja nutria à forma de luta conduzida pelo

¹³¹⁵ MACHADO, Germano. Dimensões da caridade. *O Dominical*, Teresina, p. 2, 27 nov. 1960.

¹³¹⁶ *Mater et Magistra* foi a carta pastoral do Papa João XXIII, lançada em 1961, em que punha em revelação as questões sociais, e foi utilizada como ponto de apoio de padres progressistas para a fomentação da reforma agrária. Ver: A ENCÍCLICA *Mater et Magistra* e a Reforma Agrária. *O Dominical*, Teresina, p. 3, 22 abr. 1962.

¹³¹⁷ COSTA, Paulo Dias. A Encíclica *Mater et Magistra*: o valor humano do trabalho. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 10 fev. 1963.

comunismo. Na década de 1940, segundo consta no jornal católico *O Dominical*, a Igreja promovia uma campanha com o intuito de atrair os trabalhadores para as organizações de cunho religioso, como os *Círculos Operários*. No trecho que segue do noticioso católico, observa-se uma tentativa didática de explicar ao leitor-trabalhador qual a importância de estar inserido naquela instituição sindical-religiosa:

AOS OPERÁRIOS CATÓLICOS DE TERESINA.

Para conhecimento daqueles que ainda não fazem parte do CÍRCULO OPERÁRIO CATÓLICO, talvez porque ignorem sua existência, ou porque faltou quem os orientasse sobre a utilidade desta sociedade, quero fazer alguns esclarecimentos sobre o referido CÍRCULO OPERÁRIO DE TERESINA.[...]

Sua finalidade é dupla, no terreno religioso instrui moralmente [...]

No terreno material, o sócio admitido e em dia com a sociedade, goza de certas vantagens materiais[...].¹³¹⁸

Nessa campanha em favor da organização dos trabalhadores era fundamental explicar a função dos *Círculos* para o operariado, bem como apontar que, para além de sua articulação enquanto categoria sob a égide do evangelho, deveria haver entendimento entre eles sobre o importante papel dos religiosos. Segundo *O Dominical*, era de essencial importância para a existência dos *Círculos* a figura do sacerdote, garantindo o caráter católico da associação, dando assistência eclesial e zelando pelos estatutos¹³¹⁹. Ao que consta nos noticiosos, a Igreja Católica no Piauí não se opunha às reivindicações justas dos trabalhadores, apenas observa que deveriam ser guiadas de forma pacífica, e sob a liderança de um membro do clero. Essa percepção sobre a necessidade de organização dos trabalhadores pelos membros religiosos mantinha relações estreitas com a própria representação construída do trabalhador pobre do Estado, pois, segundo o jornal cristão, o “proletário, regra geral, é um grande sofredor”¹³²⁰, indivíduo quase sem instrução, que carecia de amparo da Igreja. Deve-se notar que essa atuação junto aos trabalhadores pobres ocorria também em outros estados, como no vizinho Ceará, como aponta a historiadora Berenice Abreu, onde a Igreja exercia “incisiva ação assistencial e moral” por intermédio, principalmente, dos *Círculos Operários*.¹³²¹

Por força da cultura reinante, evidenciava-se uma nítida relação entre os trabalhadores e a religião católica, muitas vezes, não só pelo chamamento e doutrinação da

¹³¹⁸ AOS OPERÁRIOS católicos de Teresina. *O Dominical*, Teresina, p. 2, 13 mar.1949.

¹³¹⁹ PARA que todos saibam a função do padre no círculo operário. *O Dominical*, Teresina, p. 3, 3 abr. 1949.

¹³²⁰ MENDES, Anchieta. Missão social da Igreja. *O Dominical*, Teresina, p. 22, jan. 1956.

¹³²¹ ABREU, Berenice. *Jangadeiros: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 53.

Igreja, mas pela vontade dos próprios trabalhadores, como ocorreu na década de 1940 com o nascimento de um bairro que passou a fixar os operários na capital. Em decorrência da construção da estrada de ferro na região norte de Teresina, os trabalhadores, ao final da obra, fixaram residência no local, cabendo ao Poder Público o papel de distribuir os lotes do que passou a se denominar de *Vila Operária*”, ainda pelos idos de 1930. Contudo, como o espaço era repleto de vegetação e de difícil acesso, esses trabalhadores foram, sem o auxílio governamental, abrindo caminho e espaços para a construção de suas residências. Depois do trabalho encerrado, aqueles sujeitos “chamaram uma missa” para reforçar a ideia de que ali seria um local de habitação.¹³²² Ao que parece, o espaço só se tornou lugar de convivência social e moradia de fato quando o poder religioso autorizou a sua existência social. Para a historiadora Ana Cristina Costa Lima, a construção da Vila Operária esteve relacionada à importância que os populares atribuíam à concepção da Igreja Católica de que existiam *espaços respeitáveis* de vivência e moradia. Nesse sentido, a compreensão de um bairro para os operários foi constituída a partir dessa relação entre o Poder Público e a força da cultura religiosa.

Naquele espaço, durante a década de 1940, foram construídas várias casas populares, que deveriam abrigar novos trabalhadores que chegavam àquela região; mas de forma geral, o bairro acabou sendo composto por trabalhadores, operários e pessoas mais humildes da capital piauiense. Esses populares solicitaram ao Poder Público e ao poder religioso, naquele momento representado pela figura de Dom Severino Vieira de Melo, a construção de um templo religioso, em decorrência de algumas novenas que já eram executadas na comunidade. Mas somente em 1953, a pedra fundamental do templo foi lançada para a construção da igreja. O padroeiro, por sua vez, deveria fazer parte da devoção dos fiéis locais, sendo acatada pela Igreja Católica a escolha de São José, o santo carpinteiro, considerado o patrono dos trabalhadores, cujo dia é comemorado em 19 de março.¹³²³

Com a chegada de Dom Avelar, a preocupação com o trabalhador passou a ser gestada a partir da doutrina social da igreja, evidenciando-se de forma intensa uma série de medidas e obras destinadas aos trabalhadores pobres de Teresina e das pequenas cidades

¹³²² LIMA, Ana Cristina da Costa. Práticas de devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na Vila Operária, Teresina – PI. Dissertação de Mestrado, UFPI. Teresina, 2009; FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004.

¹³²³ Até hoje a catedral da Vila Operária atrai devotos de várias regiões da cidade e de outros estados, tendo a sua maior participação nas novenas dedicadas à Nossa Senhora. Idem, p. 38.

ligadas à Arquidiocese.¹³²⁴ Aliás, na condução de ações voltadas para esse segmento social, o prelado passou a ser representado como o grande “Operário de Cristo”¹³²⁵, como um trabalhador constante das obras cristãs e sociais. Segundo o cronista e intelectual Bugyja Brito, do jornal *O Dominical*, Dom Avelar era exemplo para todos os trabalhadores que viviam no Estado, pois era quem vivenciava e praticava de forma mais intensa os ideais do trabalho sob a perspectiva cristã. Pode-se afirmar que Dom Avelar pôs em evidência um projeto para os trabalhadores no Piauí, dirigindo formas de ordenação do espaço e de atuação daqueles obreiros. Os operários, geralmente considerados os trabalhadores das cidades como Teresina, Parnaíba e Floriano, eram aqueles que deveriam se organizar sob os sindicatos com lideranças cristãs.¹³²⁶ No que se refere a essa categoria de trabalhadores citadinos, a maior investida da Igreja Católica recaiu sobre os jovens trabalhadores.

Em 1957, a emergência de sindicatos autônomos na capital fez com que a Igreja assumisse ações mais concretas no que tange à liderança daqueles grupos. Sob a administração do jovem padre Francisco Carvalho, e os desígnios do arcebispo Dom Avelar, há a constituição de um momento chave para a compreensão da importância da Igreja Católica no *Contexto Cultural*. Naquela ocasião, houve uma mobilização dos trabalhadores para a construção do templo religioso no bairro operário, que havia sido elevado à categoria de paróquia. Segundo consta no documento de criação, a elevação se deu em razão de uma maior ação da Igreja Católica entre os trabalhadores visando torná-los resistentes às tentações, pois “Na época atual os pontos de resistência cristã devem ser fortalecidos porque as heresias campeiam por toda parte. Há perigos morais que rondam o indivíduo, a família e a sociedade. E a Paróquia, não há de [se] negar, na formação espiritual das comunidades[,] [a] exercer o seu papel de relevância”¹³²⁷. A Igreja católica, segundo a estudiosa Ana Cristina Lima, buscava proteger aqueles sujeitos que acreditava precisavam mais de perto da ajuda cristã: as crianças, a juventude e, naquele momento específico, os operários. Toda essa mobilização para o soerguimento do templo católico no bairro operário, *locus* privilegiado de concentração e organização dos trabalhadores na capital do Piauí, deveu-se aos supostos males que afetavam o declínio da fé cristã, notadamente o protestantismo, o espiritismo e, sobretudo, o

¹³²⁴ ENTREVISTA de Dom Avelar à Revista Fatos e Fotos (edição de 17.03.1962). In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014. p. 216-218, p. 218.

¹³²⁵ BRITO, Bugyja. Dom Avelar Brandão Vilela – um grande homem de bem. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 5 abr. 1958.

¹³²⁶ A questão de campo será mais bem abordada no próximo tópico.

¹³²⁷ ENTREVISTA de Dom Avelar à Revista Fatos e Fotos (edição de 17.03.1962). In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014. p. 216-218, p. 218.

comunismo.¹³²⁸ No jornal *O Dominical* encontra-se uma entrevista significativa do padre Carvalho na qual apontava a motivação da Igreja Católica para atuar junto aos trabalhadores naquele momento:

“[...] Sua missão é árdua, difícil, dura, incompreendida. Sobretudo difícil e incompreendida. Visa sempre à pessoa humana, ao homem, ao Filho de Deus”. [...] Padre Carvalho sentiu, então, que precisava dar assistência ao trabalhador, assistência cristã. Era hora de lutar mais ainda por eles. Havia o perigo de o trabalhador ser, também presa fácil na mão dos comunistas. Precisava lutar contra isto. Orientá-los. Estar no meio da luta, como mensageiro da verdade e do amor. Não poderia omitir-se. Seria um crime fazê-lo.¹³²⁹

O padre Carvalho foi escolhido por Dom Avelar para tal missão, e, naquele momento, era considerado um dos mais importantes prelados piauienses, possuindo grande atuação junto aos cristãos-católicos. A partir de sua condição de pároco na Vila Operária em Teresina, passou a conviver com os trabalhadores, não apenas aqueles da capital, mas de todo o Estado. Dessa convivência nasceram relatos sobre a situação de pobreza em que se encontrava aquele segmento social. Em descrição importante sobre a situação dos operários da construção civil de Teresina, o padre Carvalho refletiu sobre as dificuldades para a edificação do templo cristão no ano de 1956, com o intuito de abrigar as atividades eclesiais destinadas aos trabalhadores, pois, diante da pobreza dos trabalhadores e operários engajados na causa, questionava-se sobre a relevância da destinação dos recursos àquela obra em detrimento de sua aplicação na melhoria das condições de vida da população operária do bairro:

Os trabalhos da construção continuavam sempre crescendo, se bem que mais lento. Tudo caro, tudo difícil. Só Deus sabe quanto trabalho vem dando a construção da matriz. Sentia no dia a dia que estava construindo uma igreja acima, muitíssimo superior a situação do bairro. Quantos trabalhos urgentes reclamavam a minha presença. Pelas inúmeras confissões de enfermos que fazia senti e vi que talvez 40 a 50% dos habitantes de minha paróquia tinham (têm) uma vida “ínfima humana”. Vivem não na pobreza, mas na miséria.¹³³⁰

Mesmo com a pobreza e as dificuldades, o prelado encontrava estratégias para conseguir meios materiais que possibilitassem uma maior participação dos trabalhadores em

¹³²⁸ ENTREVISTA de Dom Avelar à Revista Fatos e Fotos (edição de 17.03.1962). In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014. p. 216-218, p. 48.

¹³²⁹ PADRE CARVALHO concede-nos importante entrevista. **O Dominical**, Teresina, n. 25, p. 1, 3 e 5, 12 jul. 1964; Ibid., p. 56.

¹³³⁰ LIVRO de Tombo da Igreja São José Operário. Teresina, jun. 1958, p. 5 apud LIMA, Ana Cristina da Costa. **Práticas de devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na Vila Operária, Teresina – PI**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2009.

torno da Igreja Católica. Em 1959, foi realizada uma grande quermesse para angariar fundos para a aquisição de uma sede e a manutenção do ambulatório para os associados e as famílias da União Operária e Camponesa do Brasil, seção Piauí¹³³¹. Essa, muitas vezes, era a única maneira de se conseguir bens e benefícios para os trabalhadores ligados à Igreja Católica. Como já mencionado, apesar de todas as dificuldades, ao que consta no jornal católico *O Dominical*, havia forte participação popular tanto no recolhimento de recursos quanto na organização das festividades cristãs destinadas a obtê-los.

Foi a partir de 1959, justamente o ano da chegada de Chagas Rodrigues ao governo do Estado, que os discursos sobre o trabalho ganharam maior visibilidade no seio da Igreja Católica do Piauí. Enaltecia-se de forma apologética o “trabalho” e o “sujeito trabalhador” como grande obra de Deus, por isso deveria ser festejado publicamente. Conjuntamente com o governo do Estado, a Igreja passou a organizar as festividades do dia 1º de maio, tornando aquele evento cívico também uma festa religiosa. Em 1960, por orientação da Igreja, muitos operários se vestiram com as roupas que caracterizavam as suas profissões e, carregando os seus instrumentos de trabalho, marcharam no entorno da catedral como forma de apresentar a sua força social, alimentada pela proteção religiosa. É o que se observa no trecho a seguir:

A posição do clérigo de valorizar o trabalhador proporcionou momentos festivos envolvendo os moradores do bairro. A festa religiosa do padroeiro, celebrada na igreja, ganhava proporções cívicas, já que, em comemoração ao 1º de maio, dia de São José Operário e do Trabalho, eram feitas palestras voltadas a temas de interesse dos trabalhadores e desfiles homenageando os mesmos. Uma missa campal em frente à igreja matriz dava início às festividades; em seguida, era feita a marcha do trabalhador em volta da praça da igreja, e, à noite, acontecia a sessão solene no Centro Social Leão XIII, cuja programação constava de cânticos, palestras sobre a Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, 114 e o papel da Juventude Operária Católica. A palavra era dada aos representantes da JOC e dos sindicatos de Teresina. O desfile das profissões era um momento festivo para os moradores do bairro, os quais se caracterizavam de acordo com a profissão que exerciam e com os instrumentos de trabalho nas mãos, seguiam em procissão pelo entorno da igreja da Vila, sempre motivados por Padre Carvalho e saudados pelos que assistiam ao desfile. Tal prática funcionava como estímulo e valorização do trabalhador por parte da Igreja.”¹³³²

A Igreja atuava junto aos trabalhadores em várias frentes, entre as quais considerava das mais importantes a que se destinava à juventude. No Piauí destacaram-se nessa área as organizações Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica

¹³³¹ UNIÃO operária e camponesa no Brasil. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 2, 27 dez. 1959.

¹³³² 1º DE MAIO de 1960. **O Dominical**. Teresina, n. 17, p. 4, 24 abr. 1960; *Ibid.*, p. 56.

(JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).¹³³³ Padre Carvalho também, naquele momento, foi responsável pela organização da JOC, Juventude Operária Católica.¹³³⁴ Em decorrência da constante presença social e do poder aglutinador do padre Francisco Carvalho, a JOC alcançou grande visibilidade no Piauí, tendo, inclusive, alguns dos seus princípios publicizados na imprensa local como forma de esclarecer a atuação daqueles jovens militantes. Em 1960, em matéria publicada no jornal *Folha da Manhã*, representantes daquele movimento afirmavam que a JOC tinha como principal função lutar pela liberdade do movimento sindical, bem como formar líderes para a classe trabalhadora, para que realizassem sua missão como trabalhadores e cristãos. Contudo, tal função não implicava qualquer ligação com alguma “internacional”¹³³⁵, possivelmente em referência a organizações sociais que tinham o caráter comunista.

A aproximação da Igreja Católica no Piauí com os sindicatos se acentua ainda mais na década de 1960, entre tantas razões, em decorrência da atuação da CNBB no Nordeste. No comunicado mensal de fevereiro de 1960 daquele órgão, a cartilha destinada às paróquias, afirmava-se que a Celam havia constatado a falta de participação da Igreja no campo social, sendo necessário, para sanar essa ausência, que houvesse a formação de grupos parassindicais, inspirados pelo espírito do cristianismo, que tivessem como fim “unir, organizar, orientar e capacitar dirigentes e militantes cristãos dentro do sindicato”¹³³⁶. Tal atuação tinha como objetivo final levar os sindicatos e associações de trabalhadores até a doutrina Social da Igreja Católica, fomentando a construção de uma ação sindical cristã e evitando a atuação de ideologias tidas como exóticas. A forma de atuação, por seu turno, era muito parecida com a atuação dos comunistas à época, segundo a cartilha da CNBB: “os trabalhadores para exercerem uma ação sindical cristã, devem entrar nos sindicatos existentes, levando-lhes os princípios e a orientação da Doutrina Social”¹³³⁷. O manual também propunha a realização de vários cursos para a formação de líderes, fato que foi prontamente adotado no Piauí.

¹³³³ A JOC nasceu em 1958, atuando quase que exclusivamente em Teresina, onde seus membros se relacionavam com o movimento sindical na capital. O movimento possuía o programa “A Hora do Trabalhador” e tinha como assistente Padre Carvalho. A JAC inicia suas atividades em 1959, e de sua atuação saíram dirigentes do movimento rural em diversos municípios. A JEC atuou em Floriano e Teresina e a JUC atuou em diversos municípios; juntas agitaram o movimento estudantil local apoiando as reformas de base. Ver: MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 124.

¹³³⁴ *Ibid.*, p. 52.

¹³³⁵ A JOC luta pela liberdade sindical. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 14 maio 1960.

¹³³⁶ COMUNICADO mensal. Conferência nacional dos Bispos do Brasil, n. 89, p. 24, fev. 1960.

¹³³⁷ COMUNICADO mensal. Conferência nacional dos Bispos do Brasil, n. 89, p. 25, fev. 1960.

A JOC já vinha atuando conforme propunha a CNBB, partindo, desde 1959, para dois campos: convocar os líderes sindicais com o intuito de discutir os problemas que incidiam sobre aqueles movimentos¹³³⁸ e formar militantes para atuar junto aos sindicatos. Nessa segunda categoria pode-se observar a “formação” de um grupo de 11 jovens em junho de 1959. Em sessão solene presidida pelo Arcebispo metropolitano, a “juventude trabalhadora”, representada pela figura de sete rapazes e cinco moças, firmou o compromisso de militar pela família *jocista* e lutar pelos seus ideais “na família, no trabalho e no bairro, no noivado e na preparação para a vida futura”¹³³⁹, visando, sobretudo na militância católica, a recristianização do operariado piauiense. Rapidamente a JOC se expandiu para além de Teresina; foram abertos núcleos nas cidades de Floriano e Parnaíba e, naquele mesmo ano de 1959, os 11 *jocistas* de Teresina organizaram o primeiro Curso Intensivo de Legislação Sindical, que visava esclarecer os trabalhadores piauienses sobre os seus direitos e deveres no que tange à Legislação Trabalhista. O curso seguiu o seguinte roteiro:

I – Direitos e deveres do Trabalhador na Legislação Trabalhista. 20h – prof. Dr. Manoel Veloso.

II – Higiene de Trabalho. 10h – profa. Iracema dos Santos Rocha.

III – O Sindicato e seu papel na promoção do operário. 10h – prof. Deusdedith Ribeiro, Delegado Regional do Ministério do Trabalho.¹³⁴⁰

Os nomes dos três professores ministrantes do curso promovido pela JOC estarão posteriormente no IPM instalado pelo Exército, que visava investigar os comunistas no Piauí¹³⁴¹ no pós-1964. Dois desses nomes - Iracema dos Santos Rocha e Deusdedith Ribeiro - pertenceriam aos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro, que até aquele momento, 1959, mantinha convivência pacífica com o clero e nutria convergência sobre o ideal de Trabalho/trabalhador cristão, pois, como se deve lembrar, um dos aspectos que caracterizava o trabalhismo em seu fundamento teórico era justamente a sua conotação cristã.¹³⁴²

O grande momento de aproximação entre Igreja e Estado para reunir os trabalhadores urbanos ocorreu durante a organização do já mencionado 1º de maio de 1960,

¹³³⁸ JOC. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 22 fev. 1959.

¹³³⁹ INSTALA a sua primeira secção no Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 14 jun. 1959.

¹³⁴⁰ JOC em marcha. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 28 jun. 1959.

¹³⁴¹ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

¹³⁴² Segundo Pasqualini, o que poderia assegurar, em especial aos católicos, era que “não há um só ponto, um só item desse programa que não se possa considerar inspirado num sentimento ou mandamento cristão. Todas as reivindicações da consciência cristã estão no programa do Partido” (PASQUALINI, Alberto. **O Trabalhismo de Pasqualini**. Porto Alegre: Intermédio, 1986, p. 116).

que teve suas atividades coordenadas pela JOC e por representantes da Delegacia Regional do Trabalho. A programação daquele evento sugere o que seriam pontos de discussão para os trabalhadores cristãos. Segundo consta no roteiro do evento, publicado pelo noticioso *petebista Jornal do Comércio*:

JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA
1º DE MAIO DE 1950 (SIC)
DIA DO TRABALHADOR

- I – 7hs Missa Campal em frente à Igreja de S. José Operário na Vila Operária.
- II – Marcha do Trabalhador em volta da praça da Igreja matriz de S. José Operário.
- III – 9:30h Sessão solene no centro social Leão XIII.

Programa da sessão solene

- I. Palavras de abertura pelo assistente da Juventude Operária Católica;
- II. Canto: “Canção dos Ofícios”;
- III. A dignidade do trabalhador segundo a encíclica “Rerum Novarum” de Leão XIII pelo jocista José Ribamar.
- IV. Palestra do representante dos sindicatos de Teresina Sr. Deusdedith Sousa.
- V. Canto “ser ativo trabalhador”;
- VI. O papel da JOC, por Sônia Brito Veras.
- VII. Nascimento da JOC
- VIII. Palavra facultada
- IX. Desfile das profissões
- X. Hino internacional da JOC, Hino nacional brasileiro.¹³⁴³

Observou-se, mediante os jornais locais, em especial o jornal católico, que os trabalhadores sindicalizados e o movimento dos trabalhadores ligados à Igreja eram bastante atuantes na capital e no interior do Estado. Os círculos operários e as legiões operárias, por exemplo, organizavam festivais e comemoravam datas cristãs, como a festa da Páscoa para os trabalhadores.¹³⁴⁴ Os cursos sobre legislação e as festividades tinham como função, entre tantas outras, a de suscitar no trabalhador a concepção de que deveria compreender e reforçar seu lugar na sociedade. Nesse sentido, deve-se ressaltar que compreender seus direitos e reforçar seu lugar estava mais relacionado a um processo de apreensão da importância do trabalho para a sustentação da ordem social e do reforço de sua visibilidade por intermédio das leis trabalhistas e dos benefícios. Contudo, como se havia apontado anteriormente, um elemento importante do *trabalhismo cristão* refere-se justamente à contrariedade do conflito entre patrões e empregados. Nesse viés, as greves, ou qualquer movimento contestador, só

¹³⁴³ JUVENTUDE operária católica. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 24 abr. 1960.

¹³⁴⁴ PÁSCOA dos operários. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 20 maio 1960.

reforçariam a situação de agudeza entre as duas esferas, sendo, portanto, recurso não recomendado pela organização Cristã.¹³⁴⁵ Marchar, comemorar, dar visibilidade social ao trabalhador eram formas de, segundo a Igreja Católica, valorizar sua imagem perante o social, conseguindo, assim, atrair apoio para a melhoria de suas condições; por outro lado, o conflito, o confronto, a luta, e, sobretudo as greves, poderiam promover uma desordem social, gestando a falta de reconhecimento por parte da sociedade do papel fundamental do operário.

Esse discurso conciliador teve grande aceitação pelos movimentos jovens da Igreja, até a ocorrência de um redirecionamento para a ideia de “luta”, em especial no espaço rural, entre os anos de 1961 e 1962. Tais debates começavam, portanto, a despontar também no seio daquela instituição. No mês de março do ano de 1962, a JOC do Piauí, em parceria com a JOC do Maranhão, lançou um manifesto, elaborado durante a realização de um encontro entre as duas entendidas em Teresina. Segundo relatos do padre Isidoro Pires, os debates para a construção de um caminho melhor para os trabalhadores adentraram a madrugada e foram regados por discussões acaloradas entre os participantes.¹³⁴⁶ O resultado do evento pode ser analisado no documento lançado na imprensa local, no qual os *jocistas* apontavam que:

1. Não havia uma educação humana e profissional que preparasse os jovens trabalhadores para a vida;
2. Eram raras as instituições que preparavam o jovem para a constituição do namoro, do noivado e de um lar;
3. As condições de trabalho e salário desrespeitavam o jovem trabalhador;
4. Quase todos os trabalhadores moravam em residências indignas para a pessoa humana e filhos de Deus;
5. Havia falta de lazer digno;
6. Os bairros onde residiam os trabalhadores tinham precárias condições de higiene e saúde;
7. A miséria dificultava a vida dos trabalhadores¹³⁴⁷;

Toda essa relação de necessidades dos trabalhadores levantadas pelo manifesto levava em consideração a carestia do custo de vida vivenciada pelos trabalhadores, com o aumento do preço dos víveres, fazendo com que o fruto do seu trabalho, o salário, servisse restritivamente, apenas ao mais necessário, ou seja, à alimentação. Os *jocistas* piauienses e

¹³⁴⁵ OS PERIGOS da tolerância. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 26 jul. 1959.

¹³⁴⁶ PIRES, Pe. Isidoro. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 11 mar. 1962.

¹³⁴⁷ MANIFESTO do Mapi. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 11 mar. 1962.

maranhenses levantam questões em geral já mencionadas no início do século XX, como as condições mínimas para a dignidade do trabalhador. Artigos como moradia e alimentação digna, lazer e saúde ainda constituíam luxos aos quais a imensa maioria dos trabalhadores pobres piauienses não tinha acesso, e talvez, como tinha feito a JOC até aquele momento, apenas valorizar o trabalho e a importância do trabalhador não fosse mais o ideal caminho para aqueles que pretendiam falar em nome dos operários.

Uma questão levantada pela Igreja Católica que não passou pelo crivo das discussões políticas no Piauí dizia respeito ao papel da mulher no mundo do trabalho, que os religiosos piauienses consideravam responsável pela organização da economia doméstica (a esposa). No ano de 1958, a Ação Social Arquidiocesana (ASA) promoveu um curso de formação das famílias, no bairro São José, destinado exclusivamente a senhoras, moças e filhas de operários. Segundo consta no jornal *O Dominical* se inscreveram 283 mulheres, que tiveram aulas de produção artesanal feminina, visando ajudar na economia doméstica, pois segundo aponta o noticioso cristão, “com o alto custo de vida é preciso que as senhoras ajudem os esposos na manutenção da casa”¹³⁴⁸. O curso objetivava que as mulheres obtivessem recursos fazendo trabalhos manuais sem precisar sair de casa, complementando assim a renda doméstica, o que recebeu no jornal o nome de “indústria doméstica”. As aulas ministradas ajudavam na confecção de flores, coroas para defuntos, brincos, broches, jarros ornamentais, costura doméstica, aplicação de injeções e curativos. O curso, em razão de a construção da catedral do bairro *Vila Operária* ainda estar em andamento, foi realizado debaixo de um cajueiro em frente à matriz. Percebe-se que a Igreja Católica pautava de forma bem nítida o papel central do trabalho destinado ao homem, que deveria cumprir com sua missão de provedor do lar, contudo, em razão da crise e da carestia vivida naqueles anos, a Igreja acionava a mulher e sua força extra na complementação da renda doméstica.

A tentativa de ordenar os trabalhadores urbanos teve seu momento chave nos primeiros anos de atuação do governo de Chagas Rodrigues, quando os discursos entre *trabalhistas oficiais* e *cristãos* pareciam se alinhar: o trabalhador deveria se organizar em sindicatos, ter uma atuação cristã, buscar a sua valorização social. Os primeiros distanciamentos começaram a ocorrer no final de 1960, quando o aumento do custo de vida levou várias categorias a reivindicar aumento salarial entrando na justiça contra os patrões e ameaçando paralisar as atividades mediante o exercício do seu direito de greve. Nesse ponto, o *trabalhismo oficial* não se opunha a tais manifestações, pelo contrário, na grande maioria

¹³⁴⁸ASA encerra mais um curso de formação familiar. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 2 nov. 1958.

das vezes, a Delegacia do Trabalho apoiava a ação dos trabalhadores. Por outro lado, a Igreja condenava tais ações, que promoviam desordem social. Para os segmentos cristãos, a solução era buscar a negociação entre patrões e empregados, sem recorrer a tais contendas. O distanciamento, portanto, entre o trabalhismo *oficial* e o *cristão*, começava a se efetivar, o que irá se concretizar entre os anos de 1961 e 1962.

A luta cristã-católica para orientar os trabalhadores urbanos, em grande medida, tentava afastar o comunismo da esfera da organização dos trabalhadores, questão intensamente articulada em cidades como Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos. Dessa forma, deve-se ressaltar a emergência de mais círculos operários, das células *jocista* e do nascimento de lideranças sindicais cristãs. Contudo, tal tentativa de ordenar esse segmento acabou sendo associada, inclusive, com o próprio comunismo. No Inquérito de nº 189 do Exército, no ano de 1964, o nome da Igreja foi extremamente acionado, em especial representado pela figura de padre Carvalho. Esse prelado, escolhido pelos desígnios de Dom Avelar para liderar os trabalhadores, tornou-se um dos sujeitos mais citados pelos interrogadores. Em muitos dos depoimentos, o oficial responsável pelo inquérito, major Idalécio Diógenes, indagava os indiciados sobre a relação que possuía com o pe Carvalho, em quais eventos se encontravam, se possuíam alguma ligação com o comunismo. Pe Carvalho tornou-se *persona non grata* entre os meios militares locais.¹³⁴⁹ Assim como o próprio Dom Avelar, como se verá mais adiante.

7.4 Igreja e Estado: quando dois projetos trabalhistas se encontram

Houve forte aproximação entre os representantes do Estado e da Igreja Católica em vários momentos no Piauí, entre o período de 1959 a 1961. Era como se o Piauí possuísse dois governantes. Duas propostas *trabalhistas*, *uma oficial e uma cristã*, que dialogavam, que se comunicavam, e que pareciam tratar do progresso do Estado, dos mais pobres, sobretudo dos trabalhadores, como peça central para um nova ordem social. Se Chagas Rodrigues era o governante oficial, os jornais, muitas vezes, referiam-se a Dom Avelar exatamente como chefe de um “governo”, pois o exercício sacerdotal na Arquidiocese de Teresina era, em muitos momentos, entendido como um Governo Cristão.¹³⁵⁰ Essa expressão é bastante

¹³⁴⁹ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

¹³⁵⁰ TERCEIRO aniversário de governo de S. Exa. Revdma. Dom Avelar Brandão Vilela. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 maio 1959.

interessante pelo caráter político que possui, entretanto, sobre o arcebispo, havia também outras referências que assumiam conotação política e que podiam ser lidas com frequência nos mais variados jornais locais, como “ministro de Deus” e “príncipe da Igreja”¹³⁵¹.

Se a imprensa, que era ligada aos partidos políticos, tratava o prelado dessa maneira, no meio cristão-católico, simbolicamente, desde sua chegada, o prelado foi considerado, para além de um agente religioso, uma eminente figura política, tendo assim, como os políticos tradicionais, que participar de todos os eventos articulados pelo Poder Público. Nesse sentido, Dom Avelar possuía no Estado algumas condições especiais que eram dedicadas apenas aos segmentos políticos partidários, abrangendo desde audiências com presidentes da República, como representante do Piauí, até homenagens de caráter político, nas quais discursava, rodeado de várias autoridades, muitas vezes sobre projetos que buscava implementar no Estado.¹³⁵² Gozando de prerrogativas que cabiam aos políticos, por exemplo, Dom Avelar poderia, sem nenhum problema, utilizar os aviões de órgãos públicos, a exemplo do Dnocs, para fazer viagens de interesse da Igreja, como ocorreu em agosto de 1959, quando foi à cidade de Oeiras para se despedir da administração apostólica que assumira naquela região em razão da saída do bispo anterior. Sem qualquer constrangimento, o jornal *O Dominical* noticiava a concessão do avião pelo diretor do órgão federal para que Dom Avelar cumprisse seu compromisso.

Em muitos momentos, as ações da política partidária associavam-se às manifestações religiosas. Na comemoração do primeiro de maio de 1959, primeira festividade direcionada aos trabalhadores organizada pelo governo do Estado juntamente com a Igreja católica, no roteiro do evento a celebração eucarística era ponto indiscutível, sendo Dom Avelar responsável por celebrar a missa campal às sete da manhã para os trabalhadores.¹³⁵³ Padre Francisco das Chagas Carvalho, indicado pelo prelado em razão de sua atuação junto aos trabalhadores da capital, também esteve na organização daquele evento, que em grande parte foi realizado na Vila Operária. No ano seguinte, como já mencionado, o 1º de maio de 1960 não foi diferente, a Delegacia Regional do Trabalho, órgão que estava sob a administração do *petebista* Deusdedith Mendes Ribeiro, e a Juventude Operária Católica se uniram para a festa cívico-religiosa (Figuras 35 e 36) daquele ano.¹³⁵⁴

¹³⁵¹ POVO teresinense tributará hoje expressiva homenagem ao seu grande guia espiritual. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17 out. 1959.

¹³⁵² APONTAMENTOS sobre a sessão de ontem em homenagem a D. Avelar. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 17 jan. 1960.

¹³⁵³ COMEMORAÇÕES do primeiro de maio. Convite. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 26 abr. 1959.

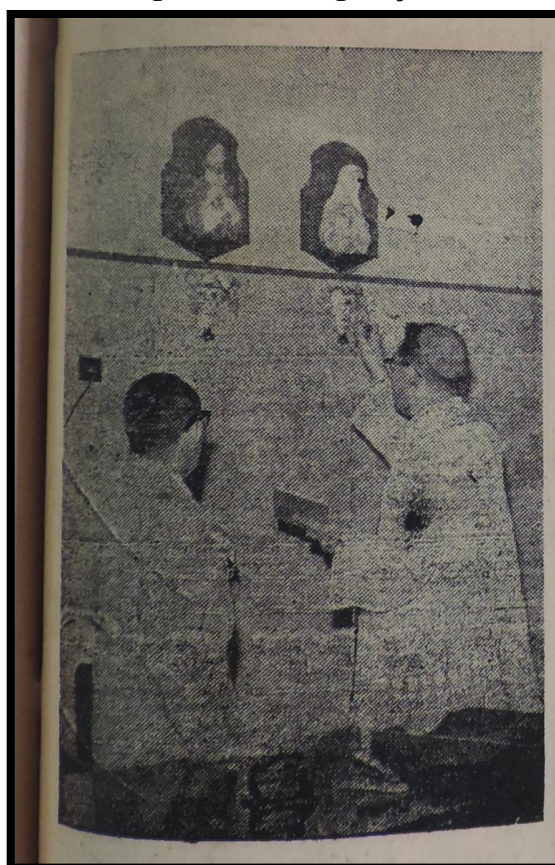
¹³⁵⁴ SOLENIDADES cívico-religiosas nas festas de 1º de maio. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 24 abr. 1960.

Figura 35 – Inauguração 1



Fonte: Clichê, 1960, p. 1¹³⁵⁵

Figura 36 – Inauguração 2



Fonte: Clichê, 1960, p. 1¹³⁵⁶

¹³⁵⁵ Inauguração do edifício de finanças do Estado, presentes D. Avelar e Chagas Rodrigues. CLICHÊ. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 26 jun. 1960.

¹³⁵⁶ Dom Avelar abençoa imagens religiosas durante inauguração do prédio da assistência social do Estado. CLICHÊ. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 7 jul. 1960.

Nas Figuras 35 e 36, publicadas no jornal apoiador do PTB *Estado do Piauí*, observa-se Dom Avelar participando de dois momentos festivos para o governo de Chagas Rodrigues. No primeiro, o arcebispo discursa e faz uma oração durante a inauguração do prédio de finanças do Estado; na segunda imagem, visualiza-se o momento exato em que imagens de santos católicos que estavam no prédio do Serse são abençoadas por Dom Avelar durante a sua inauguração. Em todos os momentos festivos e importantes, certamente a figura do prelado era presença confirmada.

Por fim, desde grandes eventos a situações simples da política local, buscava-se agregar aquele sujeito ao universo político. Por exemplo, quando retornava de alguma viagem de caráter público ou pessoal, o arcebispo sempre era recepcionado por representantes do governo do Estado. Essa recepção ocorreu por ocasião de seu regresso de viagem realizada à sua terra natal, Alagoas, em visita realizada aos seus pais. Na ocasião, foi recepcionado pelo cel. Antonio Diogo Lustosa, que estava representando o vice-governador Tibério Nunes.¹³⁵⁷ Por que todo esse ambiente “político” dedicado ao Prelado? Por que o arcebispo precisava, por exemplo, ser recepcionado por forças políticas partidárias estaduais quando viajava por questões pessoais? A resposta possivelmente está relacionada ao fato de que o sacerdote era realmente reconhecido como uma grande presença política, não partidária, mas uma tradicional força política religiosa no Piauí.

Segundo o historiador Fonseca Neto, Dom Avelar havia tomado para si a “tarefa que deveria ser do poder público”¹³⁵⁸, assumindo a empreitada de resolver problemas sociais e agrários como se fosse obrigação da Igreja Católica, sobretudo repensando e atuando na política e economia do estado do Piauí. Um episódio interessante que evidencia essa questão ocorreu em 1959, durante as reuniões dos governadores do Nordeste para a execução da Operação Nordeste (Open), que visava o desenvolvimento da região. Uma das propostas encabeçadas pelo governador trabalhista Chagas Rodrigues foi a da construção da Barragem do Médio Parnaíba, que visava fornecer energia elétrica ao Piauí, parte do Maranhão e Ceará. O decreto foi assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek no dia 10 de julho, dispondo sobre as medidas necessárias, como a criação de um grupo de trabalho, para planejar e executar a obra. No dia 19 de julho, o jornal *O Dominical* lançou nota esclarecendo o fato. Desconsiderando que a proposta foi lançada no congresso dos governadores pelo administrador do Estado, o noticioso tentava atrelar a conquista à figura de Dom Avelar e às

¹³⁵⁷ D. AVELAR Brandão Vilela. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 27 fev. 1959.

¹³⁵⁸ FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014, p. 30.

suas solicitações, publicizadas no Encontro dos Bispos realizado na cidade de Natal poucos dias antes. Como sugere o trecho:

Saindo do Piauí, rumo a Natal, sua Excia., não levava a idéia clara da barragem, porque lhe faltavam dados reais sobre o assunto, e, também, por julgar o plano grandioso demais para os objetivos do Encontro. Tratou, então, de lançar o projeto de *Educação e Saúde e produção Agrícola*, problemas de elevado sentido social e econômico para o Piauí, e ainda de garantir a situação do Núcleo do Gurguéia e do Posto de Imigração em Teresina.

Já no fim do encontro, recebeu Dom Avelar a informação segura de que o DNOCS estava aparelhado para assumir a responsabilidade pela execução do projeto, possuindo inclusive estudos e verbas para iniciar o trabalho.

Esperou que chegasse o dr. José Cândido Pessoa, Diretor do DNOCS, e lhe perguntou diretamente se confirmava a informação recebida por escrito.

Tendo recebido do dr. José Cândido resposta afirmativa, Dom Avelar procurou dr. Celso Furtado para saber sua opinião, uma vez que esperava que o problema fosse conduzido dentro do esquema da OPENO. Dr. Celso comunicou-lhes que só mais tarde a barragem seria executada, pois o plano imediato em vista se prendia ao Itapicuru, que também servia a Teresina.

O Sr. Arcebispo procurou a comissão de Técnicos do Encontro e lhe confiou o assunto Barragem, ficando mesmo para ser examinado no Rio.

Quando lá voltou S. Excia. posteriormente na relação de projetos foi incluído o da barragem do Parnaíba, que recebeu imediata aprovação.

Estava faltando o da Educação e Saúde por êle apresentado em Natal, e que foi restaurado e ampliado.

O de “Produção Agrícola” foi sensivelmente melhorado e alargado, depois de várias mêsas redondas que discutiram o assunto.

Eis aí, em resumo, a história verdadeira dos decretos.¹³⁵⁹

Apesar de se tratar de reportagem confusa, conseguiu-se apreender no texto que a Igreja queria ter voz ativa nas questões políticas que diziam respeito ao Estado. Mesmo que o arcebispo piauiense não tivesse levantado a proposta da barragem do Médio Parnaíba oficialmente ao Poder Público em primeiro momento, a reportagem pretendia apontar que as “conversas” daquele prelado com gestores e administradores em cargos de chefia teriam sido determinantes para o desfecho da questão. Mesmo sem sua atuação direta na reunião dos governadores, Dom Avelar tenta se imiscuir no andamento das propostas aprovadas naquele ambiente, e ainda associa a sua atuação na Conferência dos Bispos como parte dessa atuação política em favor do Piauí.

Por parte do governante *petebista* essa “intromissão” do arcebispo nos assuntos oficiais não era inconveniente, pelo menos esse aspecto não era visível nos jornais apoiadores do governo. Afinal, como se pôde perceber no caso anterior, Dom Avelar aliava mais força às propostas do governo. Havia, segundo se pode compreender, como uma espécie de aliança de

¹³⁵⁹ II ENCONTRO de Bispos do Nordeste. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 19 jul. 1959.

interesses entre as duas figuras nos momentos iniciais do governo *trabalhista oficial* no Piauí. A ideia que permeava o projeto *cristão* e o projeto *oficial* era a de desenvolver o Estado, trazer mais empregos e gerar mais renda e menos desigualdade.

Essa aproximação gerou uma troca simbólica, que pelo que se percebeu anteriormente, não ocorreu entre Dom Avelar e o governador anterior, general Gayoso e Almendra. Se nos eventos políticos Dom Avelar era figura de destaque como símbolo máximo da Igreja, o governador Chagas Rodrigues começou a frequentar os eventos religiosos, inclusive relativos aos acontecimentos mais “singulares” e de interesse unicamente da própria Igreja no Piauí, como o jantar oferecido pela Arquidiocese de Teresina ao Bispo de Parnaíba, encontro que dizia respeito apenas aos membros do clero, mas que contou com a presença do governador *petebista*¹³⁶⁰, símbolo maior da força política *trabalhista* no Estado. Não se pode deixar de evidenciar, como já mencionado, que essa relação de proximidade entre Igreja Católica e governos estaduais já existia bem antes de Chagas Rodrigues, contudo, as relações que o representante máximo da Igreja estabeleceu com o governo *petebista* passaram a ser muito mais estreitas.

Existia uma conexão interessante entre aqueles sujeitos, nos interesses sociais, nos discursos, e muitas vezes no *modus operandi*. Veja-se algumas práticas comuns a ambos. Assim como Chagas utilizou o rádio para a propagação de discursos políticos no Estado, Dom Avelar começou a utilizar aquela ferramenta para a propagação da política da Igreja e de vários programas unicamente católicos, além do importante *Oração por um dia feliz*, realizado pelo próprio Arcebispo¹³⁶¹. As transmissões radiofônicas passaram a receber desses senhores uma atenção especial, o que os levou a se envolver na implementação de emissoras de rádio, no caso de Chagas Rodrigues, a Rádio Clube, e no que se refere a Dom Avelar, a Rádio Pioneira. A questão da aproximação com a população também foi característica comum entre os dois sujeitos. Chagas Rodrigues recepcionava a população em audiências públicas aos sábados; Dom Avelar, por sua vez, quando se encontrava na capital piauiense, também abria as portas do palácio episcopal todas as manhãs para audiências populares. Tanto Dom Avelar quando Chagas Rodrigues passavam boa parte de sua gestão em busca de recursos fora do Estado, nesse sentido, as ausências no decorrer daquelas administrações eram uma constante.

Talvez a grande diferença nesse momento entre as duas figuras públicas que propunham projetos *trabalhistas* para o Piauí era a oposição que era conferida a um e não ao

¹³⁶⁰ DOM FELIPE Conduru. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 22 mar. 1959.

¹³⁶¹ Também houve a novidade da irradiação da missa aos domingos.

outro. D. Avelar era um personagem carismático e reconhecido pelos vários segmentos sociais, em especial por sua atuação na Arquidiocese de Teresina em favor dos mais pobres, da educação e das tentativas de desenvolver econômica e socialmente o Estado. Muitas vezes tomando as mesmas atitudes do governante *petebista* para conseguir seus objetivos pastorais e políticos, Dom Avelar era poupado das críticas paroquianas, como se pode observar no livro *Dom Avelar*, organizado pelo historiador Fonseca Neto. Em determinado momento o historiador traz à tona suas memórias sobre o arcebispo e aponta:

[...] ouvira muita gente sussurrando algo que acho que outros contemporâneos podem atestar [...]: comentava-se muito que o arcebispo viajava demais e pouco permanecia entre o rebanho de seu pastoreio. Mas ao mesmo tempo também se percebia, e era muito flagrante na cidade o quanto Teresina tinha orgulho de seu bispo, quase todo mundo dizia um dos mais preparados da América¹³⁶².

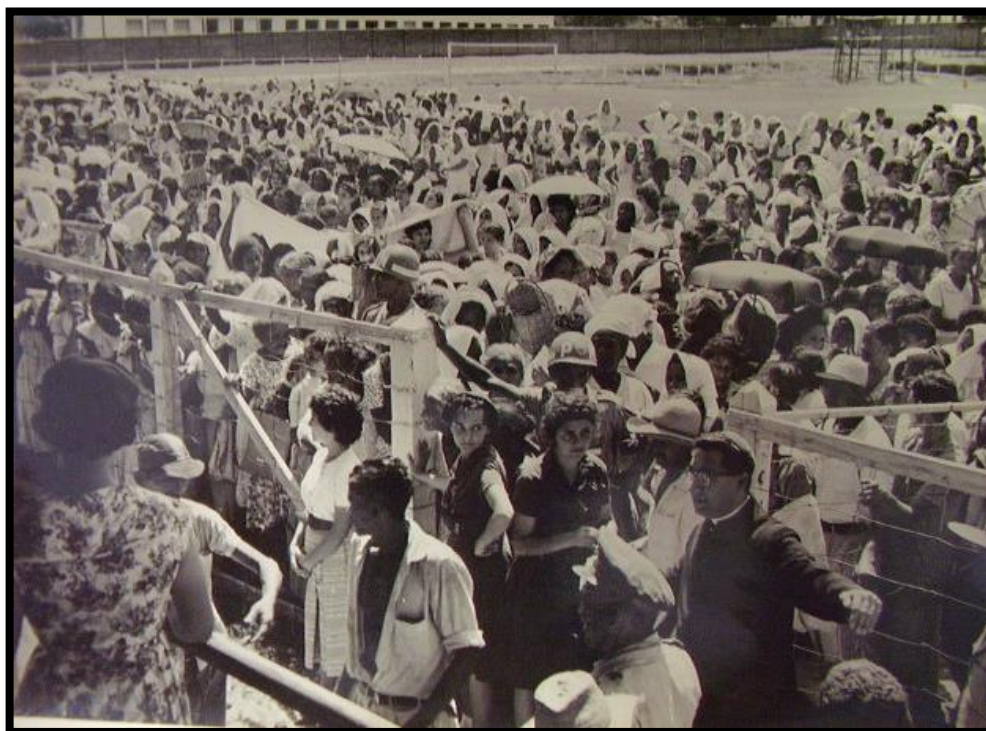
Dom Avelar poderia perfeitamente se ausentar por dois, três até quatro meses do Piauí, por motivos religiosos, políticos ou pessoais, e isso não gerava nenhuma crítica nos jornais locais, pelo contrário, os seus retornos eram profundamente festejados e esperados. Como já se mencionou anteriormente, muito diferente do que acontecia com as ausências do governador Chagas Rodrigues, mesmo que estivesse em busca de recursos para o Estado.

No cruzamento entre os dois poderes, Estado e Igreja Católica, no Piauí, um momento foi singular para a aproximação entre ambos: a enchente de 1960. Depois de uma seca devastadora que se prolongou por quase quatro anos, os últimos da década de 1950, o Piauí se viu sob o aspecto oposto, imerso nas águas. Milhares de famílias ficaram desabrigadas no Estado. Segundo reportagem do *petebista Jornal do Comércio*, o governador teria solicitado o apoio do arcebispo para ajudar com as vítimas, que prontamente reunira vários grupos católicos e sociais, como o Rotary Clube e a Colônia Síria piauiense, e fundara o “Banco da Providência”, que visava angariar remédios, roupas e alimentos para os que sofreram as consequências do alagamento no Estado. A situação era de calamidade pública, e a necessidade de solicitação de verbas federais e auxílio vindo de outros estados era latente. Nesse sentido, Dom Avelar (Figura 37) foi credenciado, segundo o *Jornal do Comércio*, pelo governador Chagas Rodrigues, na qualidade de membro da Comissão Central de Assistência às Vítimas das Enchentes, a tornar-se o embaixador piauiense, marcando encontro com o presidente Juscelino para relatar a situação dos que foram afetados pelo intenso volume de

¹³⁶² FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014, p. 28.

águas.¹³⁶³ De regresso ao Piauí, depois do cumprimento da missão em favor das vítimas, descreveu ao governador e aos membros da Comissão da Assistência às Enchentes o percurso trilhado entre políticos, governos e religiosos, angariando recursos para o Estado.¹³⁶⁴

Figura 37 – Dom Avelar na Multidão



Fonte: Dom Avelar..., [entre 1955 e 1965]¹³⁶⁵

Na Figura 37, observa-se Dom Avelar no meio da multidão tentando ordenar a entrega de víveres para as vítimas da enchente. No campo de futebol Lindolfo Monteiro, pessoas se avolumam sob o sol escaldante, debaixo de peças de tecidos ou guarda-chuvas, buscando o auxílio prometido pelo prelado. Em um único dia, o banco da providência, que ficou responsável pela distribuição dos donativos, atendeu sete mil famílias, contemplando não apenas os atingidos pela chuva, mas os pobres de forma geral, que tiveram direito a receber a contribuição de feijão, café, farinha de milho e agasalhos.¹³⁶⁶ Por sua vez, o governo do Estado ficou responsável por distribuir entre os trabalhadores pobres os instrumentos agrícolas conseguidos em São Paulo pelo arcebispo.

¹³⁶³ Ver: DOM AVELAR Brandão Vilela – Embaixador piauiense junto às autoridades federais. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 31 mar. 1960; PALÁCIO do Governo, nota oficial. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 31 mar. 1960; COMUNICADO Oficial da Comissão Central de Amparo às Vítimas das Inundações. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 7 abr. 1960.

¹³⁶⁴ DOM AVELAR obteve amplos recursos para socorro aos flagelados. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 5, 14 abr. 1960.

¹³⁶⁵ Dom Avelar em meio à multidão de necessitados da enchente. DOM AVELAR na multidão. [entre 1955 e 1965]. 1 fotografia (acervo pessoal do padre Tony Batista).

¹³⁶⁶ BANCO da Providência. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 5 jun. 1960.

Dom Avelar, na sua jornada em busca de conseguir recursos para o Estado, obteve o que os políticos da bancada federal piauiense não tinham conseguido até aquele momento com seus discursos inócuos no Congresso Nacional, chamar a atenção da mídia impressa e radiofônica para o caso do Piauí, pois naquele exato momento, todas as atenções em plano nacional estavam voltadas para Orós, no vizinho estado do Ceará, onde a enchente rompera um açude.¹³⁶⁷ Dom Avelar demonstrava ter mais força política e de mobilização social e midiática do que os representantes políticos locais.

Logo após as enchentes de 1960, a relação entre o Governo e os representantes da Igreja Católica no Piauí se estreitaram ainda mais. Assim como a Igreja Católica contribuía para o fortalecimento do Estado, apoiando os projetos políticos e sociais do governo *petebista*, o governo *trabalhista* também passou a apoiar, inclusive financeiramente, eventos da Igreja Católica. No Decreto-Lei nº 1.992, de 6 de setembro de 1960, foi autorizado pelo governo do Estado um auxílio financeiro para o I Congresso Eucarístico.¹³⁶⁸ Esse evento mobilizou grande parte da sociedade piauiense sob o signo da religião católica, e praticamente todos os jornais locais deram visibilidade ao acontecimento, que reuniu uma multidão. Como convidado de honra, Chagas Rodrigues proferiu discurso no encerramento discorrendo um pouco sobre essa aproximação entre sua administração e a do arcebispo de Teresina. Segue trecho da oração do governador:

Tem sido preocupação nossa desde que chegamos ao governo, melhorar e estreitar relações entre os poderes espiritual e temporal, entre as autoridades eclesiais e civis, prestigiando-lhes a missão sagrada, não apenas por ser êste o desejo do nosso povo, como também porque estamos certos de que somente os valores morais de que a Igreja encarna e exalta, valores de Amor, Justiça, Caridade e Paz, poderão hoje, mais do que nunca, salvar os homens e as nações, salvar a própria civilização.

[...]

Nunca as relações entre os dois Estados foram tão estreitas, os entendimentos entre nossas altas autoridades e a Igreja, tão cordiais, e o coração extremoso do Sucessor de São Pedro, tão sensível e generoso para com o Brasil, como nos dias que correm, o que devemos, principalmente, às peregrinas qualidades de diplomata, estadista e de católico, que exornam a personalidade marcante de Vossa Excelência.¹³⁶⁹

¹³⁶⁷ O DOMINICAL entrevista Dom Avelar. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 24 abr. 1960.

¹³⁶⁸ PIAUÍ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 1.992, de 6 de setembro de 1960**. Autoriza o poder executivo a conceder auxílio financeiro para a realização do I Congresso Eucarístico de Teresina, II Congresso Piauiense de Operários e Camponeses, III Congresso Estadual de estudantes secundários do Piauí. Diário Oficial de 14.9.1960, p. 1. Resumo do projeto encontrado nos Cadernos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1960b.

¹³⁶⁹ A SAUDAÇÃO do governador Chagas Rodrigues ao Núncio Apostólico... *Estado do Piauí*, Teresina, p. 1-8, 6 nov. 1960.

O congresso eucarístico (Figura 38) começou a ser organizado em julho de 1960, com o apoio de vários profissionais liberais e com a maciça divulgação da imprensa, sobretudo a governista. Dom Avelar, assim como Chagas Rodrigues, convocava a imprensa para seus pronunciamentos e para a divulgação do evento, e era prontamente atendido.¹³⁷⁰

Figura 38 – I Congresso Eucarístico



Fonte: I Congresso..., 1960¹³⁷¹

No ano de 1961, com o início do Concílio Vaticano II, a política instituída pela direção da Igreja Católica traçou uma série de diretrizes que deveriam ser adotadas no corpo daquela instituição. Mesmo não tendo como objetivo claro o poder político tradicional, ou seja, a dominação do Estado, a Igreja Católica começou a travar uma luta para tentar representar seus anseios e interesses, forjando, portanto, um poder político, em especial na América Latina, direcionando lutas sociais. É justamente nesse momento que começam os estranhamentos entre o *projeto trabalhista cristão* e o *projeto trabalhista oficial*. Se as duas esferas visavam, com graus bastante diferentes de sucesso, estabelecer discursos e ações que privilegiassem a educação, os mais pobres e, sobretudo, os trabalhadores, o ponto de afastamento e distanciamento foi justamente a proposta política voltada para o campo, que será vista de forma mais detalhada no próximo tópico.

¹³⁷⁰ I CONGRESSO Eucarístico de Teresina. Reuniões preparatórias. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 8, 10 jul. 1960.

¹³⁷¹ Da esquerda para a direita: Dona Maria do Carmo Rodrigues, Governador Chagas Rodrigues, Núncio Apostólico Brasileiro Dom Armando Lombardi e Dom Avelar Brandão Vilela, no I congresso Eucarístico. I CONGRESSO Eucarístico: reuniões preparatórias. 1960. 1 fotografia (acervo pessoal do padre Tony Batista).

O arcebispo de Teresina era conhecido como um mediador de contendas sociais, buscando o meio termo nas disputas, tentando aplacar ânimos e egos.¹³⁷² Contudo, pode-se antecipar que no ano de 1962, Dom Avelar abandonou a postura de mediador e se consentiu o direito de fazer duras críticas ao governo do Estado, que foram publicadas, ao longo daquele ano, no noticioso da Igreja Católica. O prelado foi categórico nas censuras que produziu contra o governo *petebista*, que, segundo a visão da Igreja, passou a promover desordem social, estando muito mais comprometido com o processo eleitoral do que com um *projeto trabalhista* de responsabilidade. Sem citar nomes, acusava a falta de personalidade ideológica dos políticos locais, que, incentivando movimentos e grupos, não se davam conta da gravidade do momento político, tudo em nome do processo eleitoral que estava por chegar.¹³⁷³ E foi exatamente nesse momento que Estado e Igreja tomaram caminhos opostos, tendo a imprensa local como fomentadora dessa disputa. Assim, o que antes eram apenas comparações entre as duas orientações políticas, acabou se tornando uma oposição de *projetos*.

No Piauí, quando Chagas Rodrigues assumiu, tornaram-se inevitáveis as comparações entre a atuação política-religiosa e a atuação político-partidária. Em carta direcionada ao jornal *O Dominical*, publicada em novembro de 1959, por Maurício Dias, jornalista da TV Tupi, que tinha família no estado do Piauí, encontrou-se o seguinte texto referente à atuação do arcebispo e do governador:

Em geral as pessoas possuem um dom. Em Teresina existe *Dom Avelar!*
[...] rezemos para que Dom Avelar não saia *Nunca* de nossa terra. *Never, Never, Never!!!* Assim não sendo filho da “*Cidade Verde*” já fez em “apenas” três anos – mais do que todos que passaram por essa terra tão quente.... *tão sem água e sem luz*. E mais ainda, *sem higiene!*
[...] Não quero falar do atual Govêrno, que não conheço. Sei que é moço. E isto é, pelo menos um bom sinal.¹³⁷⁴

Em especial nos vários jornais que faziam oposição ao governador Chagas Rodrigues, comparava-se a atuação da Igreja Católica no Piauí e a atuação do governador. Sobretudo no que se refere à questão da assistência social, como lembra o jornal *udenista Folha da Manhã*:

¹³⁷² Mas nem sempre as tentativas de conciliação logravam êxito, como ocorreu em 1963, no governo de Petrônio Portella, no Piauí. Dom Avelar, juntamente com o pe. Carvalho, diante da recusa peremptória do governador em negociar com os militares o aumento salarial, colocou a Igreja em posição de apoio aos rebelados que se aquartelavam. O prelado conseguiu mobilizar boa parte da sociedade para angariar recursos, de forma especial alimentos para os soldados que estavam cercados pelo Exército, o que criou uma grave crise entre ele e o governador *udenista*.

¹³⁷³ REFLEXÕES. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 3 jun. 1962.

¹³⁷⁴ DIAS, Maurício. Mens sana in corpore sano para Dom Avelar. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 1º nov. 1959.

Sem querermos subestimar o que o Serse tem feito, lembramos no entanto, ao Sr. Chagas Rodrigues, que obra de maior vulto vem realizando a Arquidiocese, em vários subúrbios da Capital. É certo que a imprensa dela não se ocupa, nem o Sr. Arcebispo Metropolitano faz publicações, tudo resolvendo em silêncio, como sempre age a Igreja, porque seu papel na terra é mais espiritual do que temporal. Entretanto, D. Avelar desempenha, desde que assumiu ao Governo Arquidiocesano, um trabalho meritório que, sem exagero, pode ser comparado ao de D. Helder no Estado da Guanabara. A assistência que dispensa à população pobre de Teresina é completa, encarada do ponto de vista material e religioso. Faz o que é possível, no sentido de que ao necessitado não faltem os recursos médicos e dentários, assim como a roupa e o alimento. É incansável o Sr. Arcebispo.¹³⁷⁵

O reformismo não era condenado por Dom Avelar, tampouco pelos membros da Igreja Católica do Piauí, como fica evidente nas reportagens de 1962 e 1963 do jornal *O Dominical*. Entretanto, a forma como essas reformas estavam sendo executadas incomodava o prelado e seus seguidores. A Igreja Católica avaliava que as necessárias reformas pelas quais o Brasil deveria passar não poderiam se guiar por conveniências ideológicas, inclusive rejeitando de forma veemente a atuação de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul como exemplo de “nordestificação” de um estado sulista¹³⁷⁷. O vírus da Brizolite, como chamou o jornal católico *O Dominical* a epidemia de seguidores daquele *petebista*, levaria o País a uma revolução esquerdista¹³⁷⁸, que geraria o caos social. Sem confronto, assim deveriam ser encaminhadas as reformas tão necessárias ao País. Certamente, nesse contexto, a reforma mais debatida era a Agrária.

O caminho percorrido por Chagas Rodrigues acumulou a derrota ao projeto *trabalhista oficial* no ano de 1962; o fracasso eleitoral nas urnas; as persistentes acusações de ser um “comunista”, que extrapolaram o ano eleitoral e seguiram até o golpe de 1964, sendo inclusive incluído no IPM contra os comunistas pelo Exército; e a cassação de seus direitos políticos em 1968. Chagas Rodrigues ainda sofreu um processo de apagamento da memória.¹³⁷⁹ Por outro lado, Dom Avelar foi consagrado como figura de adoração popular, recebendo em sua saída da Arquidiocese de Teresina, no ano de 1971, os mais calorosos cumprimentos, de chefes políticos, prefeitos de vários municípios, do então governador Alberto Silva, de grandes comerciantes locais e até mesmo de chefes de órgãos públicos (Cepisa, Telepisa)¹³⁸⁰ e de representantes da Fafi. Homenageado, celebrado, louvado e

¹³⁷⁵ ASSISTÊNCIA social. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 12 ago. 1961.

¹³⁷⁷ SANTIAGO E BRIZOLA. **O Dominical**, Teresina, p. 02, 22 jul. 1962.

¹³⁷⁸ BRIZZOLITE. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 29 jul. 1962.

¹³⁷⁹ AS REFORMAS. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 22 jul. 1962.

¹³⁸⁰ Ver o jornal que homenageia Dom Avelar que tem como reportagem de capa: DOM AVELAR, 15 anos no Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1-14, 5 maio 1971.

reverenciado, Dom Avelar, até os dias atuais, faz parte da memória coletiva dos piauienses como um dos maiores, se não o maior Arcebispo que atuou no Estado. A sua presença em forma de memória, como também já mencionado, rendeu ao prelado mais pesquisas históricas do que os estudos sobre os sujeitos políticos que lhe foram contemporâneos. Contudo, apesar da memória positiva que se estabeleceu sobre o prelado, nem todo o percurso daquele clérigo foi fácil no Piauí, alguns “esquecimentos”, voluntários ou não, ajudaram a compor essa história tão bem-sucedida. Houve momentos em que Dom Avelar também foi acusado de ser comunista, de fomentar a desordem social e de ter seu nome supostamente relacionado nas listas de *personas non gratas* pelo Exército Brasileiro, e tudo isso esteve ligado à sua atuação no campo, fator que distanciou definitivamente o projeto *trabalhista cristão* do projeto *trabalhista oficial*. E é sobre essa proposta para os trabalhadores do campo, partindo do seio da Igreja católica no Estado, que se discorre no último tópico.

7.5 Trabalhismo agrário cristão: a reforma agrária e a Igreja Católica no Piauí

“O problema social está aí. Quem poderá ignorá-lo? Damos-lhe uma solução humana e cristã, antes que algum aventureiro nos arrebate esta oportunidade.”¹³⁸¹

Como se sabe, o sindicalismo rural ganharia notoriedade na conjuntura brasileira entre as décadas de 1950 e 1960. Em vários setores sociais houve preocupação no que diz respeito à organização dos trabalhadores. Entre esses setores que encabeçaram uma reflexão sobre a situação agrária e se propuseram a liderar os camponeses está a Igreja Católica.¹³⁸² Desde o I Encontro dos Bispos do Nordeste (1956), a Igreja católica nessa região vinha se posicionando ao lado dos movimentos dos trabalhadores do campo.¹³⁸³ Para Leila Stein, na década seguinte, “Acatando as orientações papais contidas na encíclica *Mater et Magister*, do papa João XXIII – a qual apontava a necessidade de construção de justiça social e promoção humana – a CNBB conclamava suas entidades a assumirem a tarefa inadiável de promover a sindicalização dos trabalhadores rurais brasileiros”¹³⁸⁴. Portanto, fomentando ideias que

¹³⁸¹ P.L.S. NA ORDEM do dia. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 13 out. 1963.

¹³⁸² STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política**: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade), p. 21.

¹³⁸³ VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste no pré-64: Reforma e ideologia. **Proj. História**, São Paulo, v. 29, tomo 1, p. 53-86, dez. 2004, p. 54.

¹³⁸⁴ STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política**: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade), p. 95.

circulavam na época, a Igreja Católica direcionou propostas políticas para os trabalhadores rurais, aspecto que se tornou determinante para que o seu representante máximo no Piauí também se colocasse como instrumento para a resolução dos problemas que até aquele momento eram pertinentes unicamente ao campo político.

Em princípio da década de 1960, por parte da Igreja Católica, construiu-se uma nítida disputa com o Estado pelo encaminhamento dessas questões relativas ao projeto *trabalhista* destinado ao campo. Apesar de tentarem chegar aos mesmos pontos - fim da desigualdade social e melhoria das condições de vida dos trabalhadores -, os critérios que legitimavam o poder da atuação católica eram outros, que não contava com apoios partidários, mas com aparato moral e a fé piauiense. A variável que deve ser exposta é que, se o processo de desenvolvimento do Estado, que versava pelo combate à desigualdade social, e, sobretudo visava a melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, deveria ser prioridade na política tradicional, no Piauí, até o ano de 1959, tais questões não conseguiram promover nenhum debate sério no sentido de propor resolução a esses problemas. Por outro lado, apesar de somente no ano de 1961 as dificuldades no campo ganharem visibilidade necessária para o debate sobre a Reforma Agrária em âmbito local, muito anos antes a Igreja Católica já vinha se preocupando, pelo menos em níveis discursivos, com as disputas no espaço campesino. Em 1955, por exemplo, o jornal católico *O Dominical* apontava para os embates existentes no meio agrário, tentando alertar para a importância do estabelecimento de um princípio harmônico entre proprietários de terra e trabalhadores, chamando de forma especial a atenção do trabalhador para que não tumultuasse o processo. Como sugere o trecho:

Não se esqueçam porém, os agricultores, principalmente êstes que são verdadeiros operários rurais, que se lhes sorriem direitos, também lhe assistem responsabilidades e obrigações. [...] proprietários e agricultores não são absolutamente classes destinadas a uma luta perpétua, por isso mesmo, nem o patrão deve fazer o camponês alvo das paixões pessoais, nem deve o agricultor imitar o exemplo de greve, por vezes injusta, do operário da cidade.¹³⁸⁵

No jornal católico *O Dominical* facilmente se encontram reportagens como essa, que apontam os problemas no meio rural antes da chegada de Dom Avelar ao Piauí.¹³⁸⁶ Essa preocupação por parte da Igreja Católica se apresentava no sentido de abalizar a desordem que emergia a partir da condição de pobreza extrema daquele espaço, sem, contudo, revelar claramente o papel do proprietário de terra nessa situação social. Concretamente, aquela

¹³⁸⁵ PIRES, Pe. Isidoro. A Igreja e os problemas do campo. *O Dominical*, Teresina, p. 4, 27 nov. 1955.

¹³⁸⁶ TRISTE realidade. *O Dominical*, Teresina, p. 2, 15 jan. 1956; SEMANA rural. *O Dominical*, Teresina, p. 4, 15 jan. 1956; SERVIÇO Social Rural. *O Dominical*, Teresina, p. 1-4, 19 fev. 1956.

instituição, ainda na década de 1950, no Piauí, defendia discursivamente apenas o associativismo, por intermédio das cooperativas e das associações rurais, mas sem grande intromissão eclesiástica nessas zonas, no que se considera um apoio mais formal do que permeado de ações reais.

Diferentemente do que ocorria em Teresina, Dom Avelar, desde seu bispado em Petrolina, já investia em uma proposta de atuação concreta no espaço rural. Em 1953, conseguiu junto ao Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro um “Posto de Colonização” que ficou sob os cuidados da Diocese. “O Posto de Colonização” era uma iniciativa que ajudava os agricultores com as técnicas de irrigação às margens do Rio São Francisco. Em entrevista ao jornal *Voz do Paraná*, Dom Avelar narrou como foi aquele processo: “Nós conseguimos esses motores, demos o exemplo no terreno do próprio posto e instalamos com o jovem agrônomo alguns motores, a título de empréstimo, naqueles lotes pertencentes aos ribeirinhos”. E continuou: “Depois de seis meses, eles viam que em pleno verão era possível ter uma plantação e frutos, resultado daquele trabalho realizado”¹³⁸⁷.

Desde o primeiro momento em solo piauiense, Dom Avelar mostrou-se preocupado com as questões relativas ao espaço agrário como parte de seu projeto de atuação social, ou melhor, segundo o *projeto trabalhista cristão* que pretendia desenvolver. Muito antes de Chagas Rodrigues adotar um discurso mais contundente sobre a questão agrária no Estado, Dom Avelar já se articulava como liderança da Igreja Católica nessa área. O primeiro projeto social da Igreja voltado para o campo foi a construção do *Núcleo Colonial do Vale Gurguéia*, que tinha como um dos seus líderes o pe. José de Anchieta Cortez. O *Vale do Gurguéia* ficava localizado na região sul do Estado, portanto fora da Arquidiocese de Teresina. O núcleo, criado oficialmente pelo Decreto Presidencial nº 39.284, no ano de 1956, o mesmo da chegada do prelado ao Piauí, só conseguiu a sua efetivação, depois de muita insistência e viagens do prelado, no ano de 1959. Dom Avelar, para a realização daquele projeto, buscou apoio financeiro junto ao governo federal e conseguiu a perfuração de poços artesianos, construção de casas para os colonos, pondo em prática, nesse sentido, um eficiente programa de colonização.¹³⁸⁸ Segundo consta no jornal católico *O Dominical*, as famílias instaladas no *Vale do Gurguéia* contavam com assistência técnica, para que fossem

¹³⁸⁷ VILELA. A voz operária. Paraná, 1976 apud PORTELA, Pe. Adriano; SANTOS, Pe. Danilo Pinto dos. **Dom Avelar Brandão Vilela**: um Bispo do Brasil-Nordeste. Brasília: CNBB, 2013 (Coleção Testemunhos, v. 1), p. 48-49.

¹³⁸⁸ Ver: NÚCLEO Colonial do Gurguéia. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 7 nov. 1958; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004, p. 87.

abandonados o que o noticioso denominou de “métodos agrícolas primitivos”, visando a modernização dos métodos de plantio e o aumento da produção.¹³⁸⁹

Apesar do grande esforço para a concretude do *Vale do Gurguéia*, a situação no Piauí se mostrou um tanto quanto complexa, pois o latifúndio era a constituição máxima da posse da terra. Nesse sentido, ao invés de investir no camponês ou agregado, Dom Avelar passou a atuar junto aos proprietários de terra. Na verdade esse direcionamento ao campo foi publicizado desde o primeiro grande evento organizado pelo arcebispo no Estado. Em 1956, ano de sua chegada, foi realizado, entre 5 e 12 de agosto, ou seja, com apenas três meses de estadia do prelado no Piauí, a I Semana Ruralista, organizada pela Arquidiocese de Teresina, com o patrocínio do Ministério da Agricultura. Fica patente na proposta dos temas em discussão durante o evento que a semana estaria voltada para os grandes produtores rurais e o desenvolvimento de técnicas agrícolas, não havendo nenhuma discussão sobre a questão da pobreza, da situação do agregado ou mesmo da expansão dos direitos trabalhistas ao homem do campo. Vejam-se quais os temas debatidos durante a I Semana Ruralista no Piauí:

1. Mecanização da Lavoura;
2. Emprego e vantagens de sementes selecionadas;
3. Problemas básicos do Piauí: reflorestamento e queimadas;
4. Problemas sanitários no Piauí;
5. Conservação do solo e adubação;
6. Necessidade de estudo do solo piauiense;
7. Educação de base, fator de progresso social de um povo e de uma região;
8. Demonstração sobre sistema de irrigação;
9. Colheita, beneficiamento e fiscalização do algodão;
10. Carnaúba, babaçu, oiticica e tucum;
11. Valor econômico da fruticultura no Piauí;
12. Considerações sobre as doenças das plantas cítricas;
13. Criação extensiva no Piauí;
14. O gado Guernsey e suas vantagens – comportamento em nosso meio;
15. Doenças mais comuns nos animais domésticos do Piauí;
16. Incremento à caprinocultura; avinocultura e agricultura, necessidade que se impõe ao nosso meio.¹³⁹⁰

¹³⁸⁹ ARCEBISPO de Teresina anuncia o Primeiro Ensaio de Reforma Agrária. **O Dominical**, Teresina, p. 1-6, 19 jul. 1959.

¹³⁹⁰ PRIMEIRA Semana Ruralista no Estado do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 29 jul. 1956.

A imensa maioria das propostas, das discussões ou palestras eram concebidas para se pensar/refletir sobre a melhor eficiência da produção e das técnicas agrícolas. O homem, o trabalhador campesino, que gestaria essas técnicas, não fazia parte do universo de melhoramento no campo, a não ser no que tange a uma educação básica, que possivelmente lhe serviria para o manuseio do maquinário e a utilização das novas técnicas agrícolas. Até aquele momento não havia surgido ainda um projeto que comportasse mudanças efetivas para o *trabalhador* do campo e principalmente para fomentar a economia agrária.

A II Semana Ruralista, promovida em Campo Maior no ano seguinte (1957), teve menor divulgação, mas alcançou o feito de produzir um desdobramento na cidade de Teresina, pois foi acertado que na capital, como resultado dos encaminhamentos do evento, seriam realizadas várias palestras e cursos. Essas atividades foram fruto de uma parceria acordada entre o Ministério da Agricultura, a Arquidiocese de Teresina e a Secretaria de Educação do Estado, destinada à formação de dirigentes para a fundação de Clubes Agrícolas Escolares. Este curso era voltado exclusivamente aos professores que trabalhavam nas zonas rurais. As atividades ocorreram a partir de março de 1958 e contaram com a participação de 11 representantes de municípios piauienses, três do Maranhão e dois do Ceará. Com duração de quatro semanas, os ciclos de palestras abordaram as seguintes questões:

1. PRIMEIRA SEMANA: I – Atividades de produção = pomar, horta, jardim, pequena lavoura, defesa sanitária vegetal, criação de pequenos animais e indústrias rurais. II – Atividades Comerciais.
2. SEGUNDA SEMANA: III – Cooperativa escolar; IV – Atividades sociais.
3. TERCEIRA SEMANA: V – Atividades artesanais = recortes, carpintaria, flandaria, cerâmica, artefatos de fibra, chinelos etc. VI – Atividades assistenciais = pelotão da saúde, círculo de pais e mestres, caixa escolar, economia doméstica e clube de mães.
4. QUARTA SEMANA: VII – Atividades Culturais.¹³⁹¹

Percebeu-se que a proposta desse evento destinava-se ao processo de multiplicação de saberes sobre o campo, mas não apenas isso, destinava-se também ao fomento do aprendizado artesanal, comercial e assistencial. Elegendo o professor como sujeito replicador, essa iniciativa pode ser considerada, minimamente, um avanço com relação à semana ruralista anterior.

¹³⁹¹ CURSO de treinamento de dirigentes de Clubes Agrícolas. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 2 mar. 1958.

A III Semana Ruralista foi realizada na cidade de União em 1959, ano em que Chagas Rodrigues havia assumido o governo do Estado. Deve-se fazer um interregno e apresentar uma breve observação sobre os espaços de realização das Semanas Ruralistas, o primeiro em Teresina, o segundo em Campo Maior e o terceiro em União. Pela escolha dos espaços, começa-se a delinear que, apesar de os eventos acabarem se direcionando para os latifundiários, os encontros aconteciam em lugares onde havia denúncias sobre a precária situação dos trabalhadores rurais.¹³⁹² Em alguns meses que antecederam a III Semana Ruralista, Dom Avelar esteve em União, especialmente em Novo Nilo, local onde circulavam acusações sobre a situação precária das condições de vida dos camponeses/agregados, aspecto já mencionado no quarto capítulo desta tese. Nesse sentido, escolhendo grandes entrepostos ruralistas, como União, acredita-se que Dom Avelar esperava, em um primeiro momento, que a melhoria nas condições de produção impactasse positivamente na redução das condições de pobreza na região, mais uma vez confiando que a solução estaria no grande proprietário de terras e não no trabalhador ou agregado.

Ao final daquele evento foi publicado documento com as medidas que deveriam ser adotadas no campo. O texto é interessante porque revela, entre tantas questões, a existência de um ambiente de exploração rural na região, um processo intenso de desmatamento, problemas de erosão e falta de zelo com os recursos naturais e, por último, e mais grave, “o estado desalentador da população rural”¹³⁹³. Diante desse quadro, são sugeridas algumas recomendações, no que se refere aos problemas gerais: 1. Criação da Secretaria das Semanas Ruralistas com sede em Teresina e sob a presidência de Dom Avelar; 2. De uma comissão permanente da 3ª Semana Ruralista em União, composta por autoridades políticas e religiosas da cidade; 3. De uma coordenação entre a comissão e diversos órgãos públicos voltados para o campo; 4. Divulgação para que houvesse mais membros nas associações rurais; 5. Promoção de palestras educativas; 6. Levantamento, pela comissão, das principais pragas e doenças que atacavam os animais e vegetais; 7. Estímulo para a criação de clubes agrícolas; e 8. Divulgação da importância da utilização das máquinas agrícolas; entre outras propostas.

Dom Avelar, por meio da III Semana Ruralista, e de forma mais nítida nesse documento, mostrava preocupação com a situação de pobreza e desigualdade no campo, revelando a existência de graves problemas sociais, sobretudo a miséria. Contudo, naquele momento, ainda insistia na solução vinda de cima, não priorizando a organização própria dos

¹³⁹² SEMANA ruralista de união. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 8 nov. 1959.

¹³⁹³ RECOMENDAÇÕES da Terceira Semana Ruralista do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 20 mar. 1960.

trabalhadores em favor de suas lutas, mas a partir da efetiva atuação dos proprietários na modernização do espaço rural. Segundo o sociólogo Antônio José Medeiros, a preocupação em promover as semanas ruralistas partia da “preocupação com a miséria e a falta de assistência ao homem do campo. Há, em alguma medida, já uma consciência do ‘perigo social’ que isso podia representar diante da ação de agitadores”.¹³⁹⁴ Entretanto, o que o prelado afirmava era que os trabalhadores não seriam capazes de solucionar os seus problemas sem contar com a atuação efetiva dos latifundiários.

Em meio a essas ações empreendidas pela Igreja Católica quase que exclusivamente para o alto setor ruralista, surgiam nas páginas do noticioso católico *O Dominical*, em 1958, as primeiras notícias de agitações no campo, que até aquele momento eram verificadas apenas fora do Estado. Nas matérias, ressaltava-se sobretudo a importância da atuação de forças comunistas na arregimentação dos trabalhadores, como se pode visualizar na reportagem publicada no mês de setembro daquele ano, quando o cronista L.S [que se acredita seja o padre Luís Soares¹³⁹⁵, secretário de Dom Avelar] alertava que a agitação no campo não estava arregimentando a atenção política que o movimento merecia e que, possivelmente, isso traria consequências para a organização social como um todo:

Até pouco tempo a infiltração comunista se fazia nos meios trabalhistas das cidades, especialmente nos setores industriais. Como, porém, não conseguiu ampla repercussão em tais centros de atividade, já pela intervenção antecipada dos governos, oferecendo melhorias e assistência que anulam, de certo modo, a pregação bolchevista, já pela atitude de muitos industriais oferecendo aos operários muito mais do que conseguem os obreiros russos, procuram os propagandistas vermelhos um terreno fértil de plantar as suas idéias revolucionárias. E isso vêm conseguindo com relativa facilidade entre as populações rurais, que, como se sabe continuam abandonadas à própria sorte, esquecidas dos administradores e dos políticos.¹³⁹⁶

Em junho de 1959, em matéria de capa, com chamada em letras garrafais, o jornal *O Dominical* traz em título de alerta: “Ação Comunista Intensa em toda a Região Nordeste”¹³⁹⁷. A reportagem apontava a infiltração de comunistas no interior do nordeste brasileiro com a intenção de promover uma sublevação geral da população camponesa, e a

¹³⁹⁴ MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 189.

¹³⁹⁵ Monsenhor Luís Soares faleceu em 2012 em Teresina. Figura muito próxima a Dom Avelar, foi durante 46 anos pároco da catedral de Nossa Senhora de Lourdes, e foi professor de Filosofia da Universidade Federal do Piauí. Ver sobre o falecimento de Monsenhor Luís Soares: MONS. LUIZ Soares morre aos 86 anos e é velado em catedral. Cidade Verde, 1º dez. 2012. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/119426/mons-luiz-soares-morre-aos-86-anos-e-e-velado-em-catedral>>. Acesso em: 30 set. 2015.

¹³⁹⁶ L.S. TERRENO propício. *O Dominical*, Teresina, p. 4, 14 set. 1958.

¹³⁹⁷ AÇÃO comunista intensa em toda região nordestina. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 21 jun. 1959.

expressão “Reforma Agrária” estava no texto com o sentido de “divisão indiscriminada de terra e assalto à propriedade privada”¹³⁹⁸. O foco da matéria era Pernambuco e tinha caráter alarmante, procurando demonstrar o crescimento da subversão no campo. O editorial revelava que o “perigo comunista não era imaginário” e poderia estar muito próximo. Essa conexão entre movimento no campo e comunismo começava a se evidenciar, ainda não com muita nitidez, mas ganhava seus primeiros discursos na imprensa católica.

Naquele mesmo ano de 1959, momento em que Chagas Rodrigues assumiu o governo no Estado, já se evidenciava a expressão *Reforma Agrária* nos discursos católicos. O jornal *O Dominical* antecipava a discussão sobre as reformas, debate ainda não alimentado nos outros jornais de caráter puramente partidário. Em reportagem de março daquele ano, ou seja, apenas dois meses após a posse de Rodrigues no governo, o padre Adalberto de Paula Nunes apresentava o suposto quadro que o Brasil vivenciava naquele momento. Segundo o padre Nunes, a situação era de grave complexidade, pois os comunistas agitavam o mundo rural com suas promessas e os políticos tradicionais usavam a questão no campo apenas com caráter demagógico e eleitoreiro. Para aquele prelado, a Igreja já estava se encaminhando para resolver “o problema magno”¹³⁹⁹ que tanto a política protelava. Como se pode perceber, a Igreja tentava assumir o poder de ordenança pública, atribuindo a si, nas palavras de um dos seus representantes, a condução dos problemas sobre o espaço rural.

Desde o II Encontro dos Bispos do Nordeste, realizado em maio de 1959, em que foram colocadas as disposições da Igreja Católica com relação ao movimento campesino, encontrou-se em Dom Avelar uma posição pública favorável à atuação católica junto ao homem do campo, reforçando que a Igreja tinha como missão agir nos mesmos espaços onde os comunistas já estavam se articulando, ou seja, colocando de lado a estratégia de cativar os ruralistas para cederem direitos, e partindo para uma ação direta no cotidiano do trabalhador rural. Talvez, diante dessa posição, outras semanas ruralistas não ocorrem.

Percebeu-se que entre os anos de 1959 até meados de 1961, Estado e Igreja no Piauí passaram a caminhar juntos com relação às questões *trabalhistas* do campo. As ações da Igreja mostravam-se pontuais, como na região norte do Estado, na cidade de Esperantina, quando o padre Oséas Mesquista fundou a União Artística e Operária Esperantinense.¹⁴⁰⁰ No que tange à questão da assistência social ao trabalhador a Igreja já estava bem mais adiantada que as forças governamentais no Piauí. Em Oeiras, por exemplo, o pe. Baldoíno Barbosa já

¹³⁹⁸ AÇÃO comunista intensa em toda região nordestina. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 21 jun. 1959.

¹³⁹⁹ NUNES, Pe. Adalberto de Paula. Reforma agrária e libertação dos escravos. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 3 mar. 1959.

¹⁴⁰⁰ FUNDADA União Artística e Operária Esperantinense. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 12 abr. 1958.

havia fundado uma escola para os filhos dos operários, filiada à Campanha de Educadores Gratuitos.¹⁴⁰¹ Nesse momento, Estado e Igreja pareciam compartilhar do mesmo *projeto trabalhista agrário*, tanto que os adeptos do *trabalhismo oficial* se sentiam contemplados pelas ações da Igreja no Piauí e no Nordeste. No jornal *Estado do Piauí*, que apoiava o PTB, apontava-se de forma satisfatória a atuação católica no campo:

A Igreja, fôrça viva de todos os tempos, hodiernamente não só tem tratado dos problemas de ordem moral, mas, com especial carinho e dedicação, também as questões de caráter social. Ela tem chamado a si aquilo que, por direito e obrigação, caberia aos governantes e dirigentes do poder público. A reforma agrária é um dos assuntos em que todo o clero brasileiro se tem empenhado com afável devotamento, de alta e viva voz, a fim de que se torne em lei, em direito positivo, aquilo que a Moral nos tem ensinado através do Evangelho, através de Cristo.¹⁴⁰²

Até 1960, pouca coisa o governo do Estado havia feito para uma mudança efetiva da realidade no campo - existiam mais discursos do que ações de fato. Entretanto, a partir de 1960, o governador Chagas Rodrigues começou a tomar as primeiras medidas para resolver as questões agrárias, como o aumento do imposto territorial, que foi sumariamente rejeitado pela Farepi e pelas elites agrárias piauienses. Compreendendo a dificuldade que seria agir para que os latifundiários pensassem numa reorganização do espaço rural, o governo *trabalhista oficial* começou dando o exemplo. Em 1961, Chagas Rodrigues distribuiu terras e instrumentos agrícolas para os trabalhadores do campo, assim como encaminhou para votação o Projeto de Lei nº 1, de 17 de janeiro de 1961, “que dispõe sobre o loteamento de terras devolutas do Estado”, e, por último, apoiou e contribuiu para a organização do *I Congresso Sindical de Trabalhadores e Camponeses do Piauí*, medidas que fizeram com que Dom Avelar e seus adeptos olhassem de forma mais atenta o *projeto trabalhista oficial agrário*, em especial nesse último evento, em que a especulação sobre a participação dos comunistas associados aos *trabalhistas* fez com que a Igreja Católica, na figura do seu arcebispo, viesse a público apontar a sua posição frente à questão agrária no Estado.

A comissão Central da CNBB, naquele ano de 1961, fez uma declaração importante sobre a situação do mundo rural intitulada “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro”. Segundo Lucília de Almeida Neves e Mauro Passos, tendo como base a encíclica *Mater et Magistra*, aquela instituição elaborou um programa para a Ação Católica, orientando os padres para a “sindicalização dos lavradores, pois temia a expansão dos sindicatos criados

¹⁴⁰¹ REGRESSOU da Capital da República o padre Balduino Barbosa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17, fev. 1959.

¹⁴⁰² ALENCAR, Guedes. Reforma Agrária. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 3, 11 fev 1960.

pelos comunistas”¹⁴⁰³. Mediante as assertivas da Igreja e tentando compreender a situação que estava se delineando no Estado, Dom Avelar assumia as suas posições políticas, que, por si, eram consideradas moderadas, como o fez no dia 30 de abril de 1961. Em editoriais n’*O Dominical* intitulados *Hora de meditação, encruzilhadas da História*, aquele prelado apontava que a situação era grave no mundo, cabendo, portanto, a meditação, pois qualquer tentativa de tomada de posição brusca teria consequências imprevisíveis.¹⁴⁰⁴ Naquele mesmo ano da declaração da CNBB, em 1961, Dom Avelar, assim como Chagas Rodrigues, prestigiou o *I Congresso sindical de Trabalhadores e Camponeses do Piauí*. O padre Francisco Carvalho, presidente da JOC, segundo consta no jornal católico *O Dominical*, foi convidado pelos trabalhadores para organizar o evento, por essa razão estava na mesa oficial de abertura e foi o primeiro a discursar como membro da organização.¹⁴⁰⁵ Como a presença de padre Carvalho era de extrema relevância junto aos trabalhadores em razão de suas obras e ações sociais no bairro Vila Operária, o evento acabou ganhando uma dimensão cristã importante. Nesse sentido, o *petebista Jornal do Comércio*, em manchete de divulgação, destacava o apoio da Igreja, em especial da figura de Dom Avelar, para o bom funcionamento do evento (Figura 39).

Figura 39 – Operário Católico



Fonte: Operário..., 1960, p. 3¹⁴⁰⁶

Durante a organização do congresso surgiram rumores, em vários jornais locais, de que a organização do evento no Piauí ocorreria sob a influência das Ligas Camponesas de

¹⁴⁰³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-131, p. 119.

¹⁴⁰⁴ VILELA, D. Avelar Brandão Hora de meditação, encruzilhada histórica. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 30 abr. 1961.

¹⁴⁰⁵ I CONGRESSO Sindical dos Trabalhadores e Camponeses no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 28 mar. 1961. Ver também: II CONGRESSO Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Estado do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 29 mar. 1961.

¹⁴⁰⁶ OPERÁRIO católico. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 11 set. 1960.

Francisco Julião. Dom Avelar prontamente tomou os microfones da Rádio Difusora e tratou de apontar as razões do seu “apoio”, desvinculando-se da responsabilidade oficial pelo evento. Em suas palavras, reproduzidas pelo jornal católico *O Dominical*, o arcebispo diz:

Embora nenhuma responsabilidade tenha sôbre o congresso – sua preparação e execução – imagino seja êle uma oportunidade para que trabalhadores da cidade e do campo discutam seus problemas, dentro de uma orientação de seriedade e elevação dos sentimentos.

De outro modo, não se justificaria tanto esforço, nem a participação direta ou indireta de tantas pessoas de responsabilidade na constituição de seu programa.

Como tal, o Congresso tem plena justificativa, e merece o respeito e a colaboração de todos.

Se, porém, entre os congressistas há grupos interessados em fomentar o espírito de subversão e aproveitar essas reuniões para implantar o sistema de reivindicações, próprias das Ligas Camponesas de Pernambuco, com a exaltação pura e simples de Kruschew, Fidel Castro etc, então é preciso que se acompanhe mais de perto o grau dessas influências e a manobra dos bastidores que elas determinam.¹⁴⁰⁷

Durante a cerimônia de abertura discursaram Dom Avelar, o padre Francisco Carvalho, e o político Chagas Rodrigues, sendo que o último afirmou que havia naquele momento, no estado do Piauí, um clima de liberdade para o debate sobre os problemas no campo entre os mais diferentes grupos sociais, asseverando que existiam no congresso delegados de todas as tendências políticas e religiosas, mas que tinham plena convicção de sua capacidade de diálogo. Para finalizar, o governador disse que se sentia feliz por poder estar naquele evento, mas que juntamente com as outras autoridades iria se retirar para que os trabalhadores elegeassem seus próprios representantes sem qualquer presença que pudesse inibir a livre expressão das suas vontades.¹⁴⁰⁸ Chagas Rodrigues, de forma discreta, acaba por convidar Dom Avelar para se retirar do evento e deixar o caminho livre para que os trabalhadores escolhessem as organizações (sindicatos, associações, círculos) dos quais fariam parte, bem como seus líderes. A participação dos comunistas no evento, por sua vez, fez com que surgisse uma nova postura do prelado diante do governo do Estado.

Ao que consta, a realização do *I Congresso Sindical de Operários e Camponeses no Estado do Piauí* provocou reações contraditórias em parcelas da elite e dos fazendeiros, em decorrência da participação da Igreja Católica. Alguns acalentavam a esperança de que a participação da Igreja apaziguasse os ânimos e conduzisse o debate de forma que forças consideradas extremistas não tivessem maior visibilidade. Outros, por sua vez, criticavam o

¹⁴⁰⁷ HORA católica. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 30 abr. 1961.

¹⁴⁰⁸ MOTTA, Renato. No seu I Congresso sindical [...]. **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 6, 19 a 25 maio 1961.

fato de a Igreja atuar no evento, como se pode observar pela resposta de Dom Avelar a essas críticas publicada no jornal católico *O Dominical*.

[...] há quem estranhou a presença da Igreja no Congresso, uma vez que fôrças extremistas andaram pretendendo aproveitá-lo em benefício de sua causa. Desde o começo foi dito e ainda agora confirmo que a responsabilidade do Congresso não pertenceu à Igreja.

E confesso até que, desde os primeiros pregões, fiquei apreensivo acerca da orientação que viesse a tomar.

Posição, portanto de expectativa.

Depois, as fôrças sindicais de Teresina resolveram tomar conhecimento do problema, e, por sua conta própria, elegeram Pe. Carvalho presidente do Congresso.

Mesmo depois dessa designação, que aceitei, continuou o Congresso a seguir seu itinerário, apenas contando com a presença de um sacerdote que, certamente, precisou de outros auxílios para levar avante sua tarefa delicada de presidir as reuniões compostas de tantos elementos heterogêneos.

Não me arrependi de ter concedido essa permissão.¹⁴⁰⁹

Apesar de a Igreja Católica ter seus representantes na organização do evento com o apoio de Dom Avelar, o prelado ressalta que a instituição não teve responsabilidade no Congresso. Ora, se o presidente do evento era o padre Carvalho, prelado que estava à frente da Juventude Operária Católica com o aval do arcebispo, para orientar os participantes e executores do Congresso, por que Dom Avelar nega o envolvimento da Igreja? A quem Dom Avelar queria agradar? Naquele Congresso, o próprio arcebispo aponta que havia quatro correntes nítidas que debatiam sobre as questões agrárias: a *primeira* é a que o arcebispo denomina de forças politico-partidárias, certamente se referindo ao PTB e ao governador Chagas Rodrigues, que, sem ideologia, estavam “dispostos a receber os ventos de todos os lados”. A *segunda* corrente era dos extremistas, certamente os comunistas, que para Dom Avelar queriam conduzir o evento segundo seus ideais. A *terceira* corrente era a dos operários, “desejosos de fazer do congresso um instrumento de promoção da classe”. E, por último, a Igreja Católica, sendo naquele momento, segundo o prelado, a força de equilíbrio do evento.¹⁴¹⁰ Nessa classificação, pela primeira vez, desde que Chagas Rodrigues chegou ao governo, Dom Avelar lança crítica ao modo de fazer política do *petebista* piauiense. Começava, a partir desse momento, um distanciamento entre as duas esferas no Piauí.

Contudo, apesar dos esforços dos latifundiários locais, em especial os que se encontravam na Federação dos Ruralistas Piauienses, de publicizarem a sua contrariedade no que tange à Reforma Agrária, Dom Avelar, em carta publicada no noticioso carioca *Jornal do*

¹⁴⁰⁹ I CONGRESSO de Trabalhadores e camponeses do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1-6, 7 maio 1961.

¹⁴¹⁰ Ibid.

Brasil, afirmava categoricamente que a Igreja Católica desejava essa reforma, que deveria acontecer de forma progressista e sem abalos violentos, portanto, distante de movimentos como as Ligas Camponesas. A carta teria sido uma resposta de Dom Avelar à publicação de uma reportagem daquele jornal intitulada *Ligas do Piauí tem apôio do Govêrno e da Igreja*.¹⁴¹¹ A carta teve o seguinte teor:

Sr. Diretor do JORNAL DO BRASIL

Li a reportagem do JORNAL DO BRASIL sôbre *Ligas do Piauí tem apôio do Govêrno e da Igreja*, e desejaria, a respeito da mesma, fazer algumas retificações.

Pelo Govêrno do Estado, fale o Dr. Chagas Rodrigues.

Pela Igreja, devo falar eu, na qualidade de Arcebispo de Teresina. Se não tivéssemos numa hora tão crivada de equívocos, contradições e veladas intenções, quase nada teríamos a opor a reportagem.

Sente-se no Piauí, como no resto do Brasil, a imperiosa necessidade de que sejam resolvidos os graves problemas do homem do campo. Nesse sentido, a Igreja estêve e está sempre disposta a empreender e apoiar os movimentos capazes de estudar, equacionar e executar planos de ação. Aliás, êsse é o pensamento do episcopado nacional, que, faz pouco, firmou, através da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, um documento que espelha suas atuais preocupações e sua decisão de cooperar na solução dos problemas rurais de nossa pátria.

Aceitamos as bandeiras das justas reivindicações dos trabalhadores campesinos. Desejamos uma Reforma Agrária progressista e adequada, sem surtos de demagogia e sem abalos violentos. Aceitamos a mudança da atual estrutura agrária, dentro, porém, das normas que possam garantir o direito da propriedade privada e, ao mesmo tempo, o bem comum.

Por tudo isso, a Igreja não pode confundir seu trabalho com a linha de operação das chamadas Ligas Camponesas do Pernambuco, embora a grande maioria de seus componentes nada tenha a ver com a doutrina comunista. E êsse aspecto da questão ficou bem claro no Piauí, ao tempo da realização do I Congresso Sindical de Trabalhadores e Camponeses, focalizado pela reportagem.

Cerramos fileiras em tôrno do Congresso, embora a idéia não fôsse nossa. Se não houve intenção de aproveitá-lo para o lançamento de tais Ligas Camponesas do Piauí, tal não aconteceu. Surpreende-me, pois, a confusão que faz a reportagem entre o apoio da Igreja ao Congresso do Piauí e o seu apoio (que jamais existiu) às Ligas Camponesas de Pernambuco e às hipotéticas Ligas do Piauí.

A tese do representante de Miguel Alves – também focalizada na reportagem – foi aprovada no Congresso, como tantas outras que lá surgiram. Tudo isso, no entanto, foi realizado em nome do Congresso e não de Ligas Camponesas inexistentes, às quais mesmo existindo, a Igreja jamais poderia dar seu apôio, se fôsem, como faz crer a reportagem, uma extensão das Ligas Camponesas de Pernambuco.

Para estabelecer as linhas de separação e as fronteiras de trabalho e esclarecer a nossa posição, é que solicitamos a publicação destas explicações com o mesmo destaque e no mesmo local em que foi publicado a reportagem.

¹⁴¹¹ LIGAS do Piauí tem apôio do govêrno e da Igreja. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 18, 13 out. 1961.

Achamos que isso se faz necessário porque é indispensável uma vigilância metódica nesta hora, sob pena de sermos tragados pelas manobras de envolvimento do comunismo que, inteligentemente, procura tirar partido de tôdas as situações delicadas dêste delicadíssimo momento nacional. Essa vigilância é também em profundidade, a visão dos problemas nacionais, a coragem de enfrentá-los, e o bom senso na aplicação dos métodos a serem adotados. Achamos que os homens do Brasil devem tomar democracia social dispõe de uma decisão e provar que a [*sic*] elementos de defesa e de ação, em ordem do Bem comum, capazes de vencer a dificuldade que sobrepaíram nos horizontes de nossa pátria.

Com nossos agradecimentos pela atenção, queira aceitar, Sr. Diretor, os nossos – cordiais cumprimentos - + D. Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Teresina.¹⁴¹²

A partir dessa carta o jornal católico *O Dominical* também começa a apresentar as posições do arcebispado local com relação ao trabalhador do campo no Piauí. A Igreja passa a se sentir responsável por encontrar um caminho que resolva o problema da pobreza e da falta de terra, e diferentemente do que vinha ocorrendo nas Semanas Ruralistas, houve um despertar para que a atenção fosse diretamente voltada à organização do trabalhador rural. Em editorial de outubro de 1961, o jornal *O Dominical*, escrito pela sigla P.C. (Padre Carvalho?), alertava que o clero seria vital para o bom andamento das questões relativas ao campo no Estado, e para que as modificações no espaço rural se fizessem de forma pacífica, “sem violências demolidoras estéreis, fruto da influência de demagogos irresponsáveis ou de agentes do imperialismo comunista”¹⁴¹³. A tomada de posição no campo estava diretamente relacionada à condução do projeto *trabalhista oficial* proposta por Chagas Rodrigues, que naquele momento havia se radicalizado. A matéria mencionada, assim como já havia dito o próprio Dom Avelar em trecho citado anteriormente, pontua o lugar de atuação do governador *petebista*, não como parte de um projeto político, mas como forma de angariar votos, ou seja, uma atitude política que o beneficiaria no processo eleitoral. Nesse momento, Chagas Rodrigues passa apenas a ser percebido não mais como aliado, mas como mais um político oportunista.

É interessante como todo o caminho trilhado e traçado de forma harmônica entre as duas esferas rapidamente foi rompido. A aproximação da Igreja Católica com a proposta *trabalhista oficial* começa a ruir completamente naquele ano de 1961, em razão dos encaminhamentos governamentais sobre a reforma agrária. Como se pode perceber, a cultura anticomunista cristã foi essencial para esse rompimento, pois a partir do momento em que

¹⁴¹² Reproduzida em: DOM AVELAR diz que a Igreja quer Reforma Agrária, mas não apóia Ligas Camponesas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 8 nov. 1961. Matéria original. DOM AVELAR diz que a Igreja quer Reforma Agrária, mas não apóia Ligas Camponesas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 4 nov. 1961.

¹⁴¹³ P.C. PROBLEMA religioso no campo. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 15 out. 1961.

publicamente indivíduos que eram considerados comunistas, e o eram de fato, passaram a integrar o governo, ficaria inviável para o representante máximo da Igreja Católica no Piauí compactuar com o projeto *trabalhista oficial*. Era nítido o choque entre os projetos no que tange a esse aspecto. Por seu turno, sabe-se que o número de comunistas não era tão expressivo no Piauí, mas eles conseguiram grande visibilidade atuando no processo de arregimentação no campo; porém, muito maior que o número de comunistas era o número de anticomunistas cristãos. Nesse sentido, na medida em que o PTB se aproximou dos líderes do PCB local, a Igreja Católica buscou se desvincular de qualquer apoio que dera anteriormente ao governo. Essa ruptura obviamente se deu por parte de Dom Avelar, que não queria também ser associado às ações mais radicais atribuídas aos comunistas, como as invasões de terra, que foram aprovadas pelo governador no ano de 1961. Para o prelado piauiense, tais ações não deveriam ser parte de um projeto para o campo, cujo caminho mais seguro seria a sindicalização organizada com princípios cristãos. Portanto, a Igreja Católica lançou uma posição de disputa com o governo *petebista*, não apenas porque queria pleitear a atenção dos trabalhadores, mas por receio de que o apoio dos comunistas promovesse o conflito direto com os fazendeiros. Ela disputou no Piauí, então, além de um *projeto trabalhista*, o que Leila Stein denomina de *Trabalhismo Agrário*.

Finalmente, na intenção de pensar o sindicato na década de 1960, assumo por “trabalhismo agrário” aqueles movimentos e tendências políticas que, caudatários da herança getulista, de algum modo empenharam-se na afirmação institucional de canais de negociação para os conflitos de trabalho agrícola, em suas formas de relações de “moradores e colonos” e “assalariamentos temporários”, assim como para os conflitos sociais decorrentes da marginalização social e política dos pequenos produtores agrícolas de então. Tal trabalhismo tinha seu contraponto numa “questão social agrária”. Essa questão, que sem dúvida prolonga-se por toda a vida republicana, seria potencializada nas décadas de 1950 e 1960 pelas condições particulares da industrialização brasileira, assim como pelas pressões sociais por sobre o sistema de dominação e de poder.¹⁴¹⁴

O *Trabalhismo Agrário* era parte do projeto político de partidos como o PTB (e dentro desse o Grupo Compacto - ala mais radical do PTB, que reivindicava a reforma agrária)¹⁴¹⁶, o PCB, mas também de movimentos independentes, como o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e as Ligas Camponesas, e instituições tradicionais como a Igreja Católica. No caso específico da Igreja esse projeto ainda pode ser mais detalhado e,

¹⁴¹⁴ STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade), p. 45.

¹⁴¹⁶ *Ibid.*, p. 88.

diferentemente do PTB, que propunha um *trabalhismo agrário oficial*, em que o Estado deveria encaminhar as Reformas necessárias ao meio rural, a Igreja propunha um *trabalhismo agrário Cristão*, pautado por sua liderança e completamente embasado pela encíclica *Mater et Magistra*, em especial a partir do ano de 1961.

Como resposta a essas organizações, a Igreja Católica começou a atuar na construção de Centros Sociais Rurais, como ocorreu no ano de 1961 na cidade de Água Branca, localizada a 100 km de Teresina. Os trabalhadores desses centros atenderiam as cidades de Teresina, São Pedro, Angical e Regeneração, e tinham como principal função a criação da “Casa Rural”, que visava ajudar nas necessidades do trabalhador do campo.¹⁴¹⁷ Tratava-se de uma espécie de assistência rural, competindo com os *Comandos Rurais*, promovidos por meio do Serse, pelo governo do PTB. Mas apenas o plano de assistência social, com o intuito de apaziguar os enfrentamentos no campo, não estava funcionando, pois os trabalhadores estavam se organizando em busca de outras causas mais fundamentais, como a posse imediata da terra.

As ocupações a algumas fazendas, como ocorreu com as fazendas Ininga e Campestre, geraram ações de violência por parte dos proprietários de terra, e Dom Avelar foi convocado para agir mediando os conflitos, como se pode perceber no relato do líder rural Esperidião Fernandes. O líder recorda de um momento em que foi capturado por jagunços juntamente com alguns colegas, sendo amarrado em troncos de árvores a mando dos latifundiários:

Então lá amarraram nós, para matar, mas veja que Dom Avelar soube da história também e foi para lá também. Quando eles viram Dom Avelar eles esfriaram, me soltaram de novo, e caíram, fizeram aquele nervosismo. Tinha o General Gayoso, Anísio Maia e o Noé Fortes e uma capangada de uns 60 homens.¹⁴¹⁸

Acreditando que não adiantava adotar o radicalismo de um lado, *tampouco* do outro, Dom Avelar dizia preferir sempre o que denominava da “virtude do meio”. Distanciou-se do governo quando ele se aproximou dos comunistas, buscou atuar junto aos fazendeiros como mediador entre os conflitos agrários no Estado, mas diante das ações de violência por parte dos proprietários de terras, não teve outra opção, segundo os seus princípios “mediadores”, a não ser tomar a frente na questão agrária.

¹⁴¹⁷ FEDERAÇÃO das Associações Rurais do Piauí. Convite. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 19 mar. 1961.

¹⁴¹⁸ SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de Esperança**: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2015, p. 48.

Após a formação das Ligas Nacionalistas, promovidas pelo governo e com atuação importante dos comunistas, em março de 1962, Dom Avelar volta a utilizar mais uma vez os microfones da Rádio Difusora para falar sobre aquela situação no Piauí¹⁴¹⁹, em especial sobre a ocupação das duas fazendas pelas Ligas Camponesas “Nacionalistas” do estado do Piauí, as fazendas Campestre e Ininga. O discurso do prelado teve bastante repercussão na imprensa escrita¹⁴²⁰, pois afirmava que a Reforma Agrária era uma necessidade urgente para o País, contudo, a grande questão era o fato de que naquele ano de campanha eleitoral, uma proposta radical de reforma agrária estava sendo usada como forma de angariar votos e provocar desarmonia social. Segundo o prelado, uma reforma no campo deveria ser feita sem os atropelos da política convencional e sem os embates de uma proposta revolucionária.¹⁴²¹ O discurso do arcebispo repercutiu por vários dias nos noticiosos locais, servindo aos jornais oposicionistas, como o *udenista Folha da Manhã*, inclusive como uma espécie de afronta à proposta de apoio às Ligas Camponesas feita pelo governo do Estado naquele momento.

Naquele discurso, Dom Avelar traçou uma linha sobre a conduta da Igreja Católica no que se refere à luta pelo homem no campo, e chamou a atenção do governo *petebista* de Chagas Rodrigues pela sua ligação explícita com os comunistas no Estado:

Por tudo que eu pude observar nesses últimos dias, essas Ligas ou Associações Rurais não estão sendo conduzidas dentro do espírito democrático, embora venham fazendo apelo à justiça social. Em face disso, é claro, não poderia, de maneira nenhuma, como mais alto representante da Igreja em Teresina e no Piauí, dar apoio a um movimento se ele é conduzido por líderes nitidamente marcados pelo extremismo. Será que interessa aos democratas fazerem ação comum com os comunistas? [...] Eu sei que este ano de 62 é um ano eleitoral, mas eu sei também que o interesse nas eleições de outubro próximo não pode perturbar o funcionamento da consciência moral. Eu sei que esse interesse não pode ser tão explosivo e tão inconseqüente que coloque os homens dentro de uma fogueira, sem que eles não cheguem a pensar que se queimem também. Minha primeira atitude como Pastor de Almas é de apelo, é de advertência, é de mostrar o caminho certo, tal como nós o entendemos e como direito de tomar os nossos caminhos: os caminhos que nós entendemos serem os legítimos, os caminhos certos que devem palmilhar, como nós o concebemos dentro das linhas do Evangelho.¹⁴²²

¹⁴¹⁹ DOM AVELAR Brandão Vilela fará importante pronunciamento. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 23 mar. 1962.

¹⁴²⁰ ESCLARECENDO a verdade. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 8 abr. 1962.

¹⁴²¹ A PALAVRA da Igreja. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 27 mar. 1962.

¹⁴²² PALAVRAS de Dom Avelar Brandão Vilela sobre a Reforma Agrária e a fundação das Ligas Camponesas no Piauí. In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014, p. 212-213.

O nome do governador não é lançado de forma explícita no texto, mas o alerta acerca do apoio aos movimentos extremistas sendo resultado do ano eleitoral de 1962 deixa claro que a intenção de Dom Avelar era a de atingir as atitudes do governante *trabalhista*.

A elite ruralista local em polvorosa, preocupada com o andamento da questão agrária, em especial pela atuação do PTB, e de forma mais intensa pela autonomia do trabalhador do campo, clamava socialmente, em vários jornais da capital, ligados aos mais diferentes partidos políticos, que as reformas sociais, em especial a reforma agrária, fossem lideradas pela Igreja Católica no Piauí. Dom Avelar, em 1962, era publicamente considerado pelos setores conservadores e cristãos, não só no Piauí, como elemento seguramente capaz de organizar o movimento no campo, tanto que em fevereiro havia sido convidado a discursar na solenidade de abertura da sexta Conferência Rural realizada na Guanabara.¹⁴²³ Preocupado com o agravamento dos conflitos, o prelado solicitou naquele encontro a todos os setores sociais, que contribuíssem para que houvesse uma reforma agrária democrática e cristã.

Nesse momento, circulava no Piauí uma concepção de que a Reforma Agrária seria inevitável, assim, já que de fato ocorreria, que pelo menos fosse encabeçada por quem os fazendeiros pressupunham ter os elementos “morais” para realizá-la. Nesse sentido, Dom Avelar passou a ser cortejado pela oposição política partidária a Chagas Rodrigues, inclusive por elementos de dentro do seu próprio partido, e pelos latifundiários piauienses, em especial por esses últimos, que há muito tempo tinham laços estreitos com o prelado.¹⁴²⁴ O discurso do sacerdote compreendido como moderado e conciliatório foi abarcado pela elite agrária e política, pelo menos no primeiro momento, como forma possível de atenuar os conflitos existentes no campo e de não serem perdidos, de maneira abrupta, os privilégios sociais.

O certo é que políticos (como afirmado, até mesmo do PTB) e partidos de oposição passaram a escrever na imprensa sobre a importância da atuação cristã no campo. O deputado federal pela UDN, José Cândido Ferraz, por exemplo, lançou carta no jornal *Folha da Manhã* afirmando que “A Igreja Católica por seu devotamento ao evangelho, à causa dos pequenos e dos oprimidos, tem o dever de exercer um grande papel de promoção e de fiscalização em todos os planos da reforma agrária”¹⁴²⁵. Nesse sentido, apenas a Igreja Católica tinha o poder moral de combater as outras propostas de reforma. Até mesmo para o

¹⁴²³ ENTREVISTA com Dom Avelar. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 18 fev. 1962.

¹⁴²⁴ Em 1959, com a saída do Coronel Gaioso da presidência da Farepi, Dom Avelar é convocado a comandar a reunião daquele órgão no Estado. Ver: A FAREPI em solidariedade. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 6 jun. 1959.

¹⁴²⁵ O DEPUTADO José Cândido... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 8 abr. 1962.

cronista do jornal *O Dia*, que no ano de 1962 estava apoiando o governo *petebista* de Chagas Rodrigues, o privilégio de organizar os trabalhadores deveria ser dado à Igreja:

Os direitos dos camponeses são os mesmos dos operários urbanos, podem muito bem se associar, desde que não se desviem do caminho da legalidade e da ordem. O que há acêrca das “ligas” camponesas é muita incompreensão e exploração, e é por isso, que seria conveniente que os bispos e padres mais esclarecidos dêste país orientassem o movimento de organização, nos meios rurais, das chamadas “ligas” camponesas, já que se tornaram bicho-papão de proprietários de terra desalmados e afeitos aos mandonismos. Os bispos e padres têm mais fôrça moral e autoridade para vencer as resistências dos grandes proprietários de terra mais incompreendidos, e deles há até mesmo desumanos no modo de tratarem os seus agregados, os camponeses que trabalham para eles [...] Ou se faz, no Brasil, a reforma agrária que querem os bispos que já ventilaram sôbre o tema em tela reunidos até em congresso, ou os comunistas se aproveitarão da miséria reinante no país e farão a reforma agrária ao seu modo.¹⁴²⁶

Dom Avelar não foi cortejado apenas pelos ruralistas e pelos políticos ligados à *Cultura Política Partidária tradicional*; alguns trabalhadores, antes das invasões das fazendas ocorrerem, o procuraram buscando seu apoio para a organização do movimento dos trabalhadores no campo. Convidado pelo camponês Esperidião Fernandes, segundo o sociólogo Antônio José Medeiros, Dom Avelar teria dado a seguinte resposta:

Passaram-se os tempos. Inicia-se a fermentação social no Nordeste brasileiro. E, um dia, me aparece o Esperidião, a comunicar-me sua decisão de trabalhar pelo homem do campo, desejando a minha cooperação. Disse-lhe que o problema era por demais complexo. Desejava fazer algo pelo trabalhador rural, mas não seria naquele momento.¹⁴²⁷

Como se pôde observar no Capítulo 4, Esperidião Fernandes, sem o apoio da Igreja Católica, tornou-se um grande líder do movimento dos trabalhadores rurais no Piauí. Somente após consolidar seu nome como liderança rural, ingressou no Partido Comunista e conseguiu galgar posições de destaque *no trabalhismo oficial* proposto pelo governo. Primeiro buscou ajuda na Igreja; depois, não tendo sido contemplado em seu desejo, foi acolhido pelo PC e pelo *trabalhismo oficial* do Piauí.

Entretanto, no ano de 1962, e diante das solicitações dos ruralistas, a Igreja buscou assumir sua posição frente à situação no Campo, fazendo com que Dom Avelar decidisse oficialmente promover o trabalho de sindicalização no campo. O que antes era

¹⁴²⁶ CUNHA E SILVA. Reforma Agrária. *O Dia*, Teresina, p. 4, 8 abr. 1962.

¹⁴²⁷ MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994.

apenas apoio e orientação a algumas associações, passava a ser uma ação oficial da Igreja Católica no Piauí, em especial na Arquidiocese de Teresina. Naquele ano, com o processo de organização dos trabalhadores no campo, e preocupado com o surgimento e movimentação das chamadas “Ligas Nacionalistas”, D. Avelar se reuniu com alguns importantes proprietários de terra na capital piauiense e, presidindo a reunião, expôs a situação das fazendas ocupadas pelas “Ligas Camponesas” no Estado.¹⁴²⁸ Ao final do evento se dispôs, em nome da Igreja Católica, a atuar na organização dos camponeses, que, até o momento, não teriam recebido nenhum apoio dos proprietários presentes.¹⁴²⁹ Ele então publicou nota em todos os jornais da capital indicando que pretendia promover um movimento “social rural”:

Declaração

Declaramos que o movimento social rural que já estamos empreendendo coloca-se na esfera exclusiva da doutrina social da Igreja.

Apresenta-se ao público sem qualquer compromisso, não endossa conceitos alheios, não se confunde com interesses políticos-partidários.

Precisa da cooperação bem intencionada de todos e a todos lembra a necessidade de sensatez e de ação, em termos de verdade, de justiça, amor e paz.

Teresina, 30 de março de 1962.

Dom Avelar Brandão Vilela

Arcebispo Metropolitano.¹⁴³⁰

Após aquela reunião, em abril de 1962, a Federação das Associações Rurais do Piauí (Farepi) também lançou uma declaração de atitudes em razão dos últimos acontecimentos no campo. Entre os sete pontos destacados pela Federação, o que mais chama atenção está relacionado às “consequências” da ação comunista no meio rural piauiense. O comunismo, colado como fator relevante, qualificava ainda mais a Igreja Católica como condutora de qualquer ação no espaço rural.

A partir dessa posição da Igreja Católica de oposição à condução das políticas *trabalhistas agrárias* propostas pelo governo do Estado, Dom Avelar buscou de forma definitiva se distanciar da figura de Chagas Rodrigues. Na visita do Ministro do Trabalho, Franco Montoro, ao Estado, em maio de 1962, a primeira figura a ser visitada oficialmente pelo ministro foi o governador e a segunda o arcebispo.¹⁴³¹ Até como forma de reconhecer a importância da atuação da Igreja Católica no Piauí junto aos trabalhadores rurais, Dom Avelar levou alguns líderes rurais que estavam em processo de formação por intermédio da Igreja

¹⁴²⁸ NEM COVARDIA, nem inverdade. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 30 mar. 1962.

¹⁴²⁹ MAIS apoio ao deputado Constantino. **A cidade de Teresina**, p. 1, 1º abr. 1962.

¹⁴³⁰ DECLARAÇÃO. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 31 mar. 1962.

¹⁴³¹ RECEPÇÃO ao ministro do trabalho. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 3, 3 maio 1962.

Católica.¹⁴³² Anteriormente, esse encontro teria ocorrido com as duas forças políticas do Estado ao mesmo tempo.

A Igreja Católica no Piauí começa efetivamente a atuar no espaço agrário a partir de 1962, entre tantos aspectos, para concorrer e disputar os trabalhadores com os movimentos apoiados pelo governo do Estado e pelos comunistas. Naquele ano, a Secretaria de Planejamento da Arquidiocese de Teresina (Seplan) foi criada a partir do Decreto de março expedido por Dom Avelar, elegendo para o posto de Presidente e Secretário Executivo o jovem advogado e funcionário público Manuel Emílio Burlamarqui.¹⁴³³ No início, logo após tornar-se também presidente daquela instituição, Burlamarqui passou a atuar por meio de matérias no jornal Católico, e, posteriormente, na Rádio Pioneira de Teresina, divulgando as ações e finalidade daquele órgão criado pela Igreja. O foco da Seplan, segundo consta na reportagem de março de 1962, era atuar na justiça social e, para isso, estaria próximo aos problemas agrários do Estado – Reforma agrária, colonização, migração, sindicalismo rural, cooperativismo – e aos problemas urbanos – em especial a urbanização e a industrialização.¹⁴³⁴ Contudo, de forma mais latente, Manuel Emílio demonstrava uma preocupação maior com as questões agrárias, apontando que a Igreja agira de forma intensa na melhoria da condição de vida do camponês, que naquele momento poderia ser compreendido como servo do “latifúndio”¹⁴³⁵, e que se tal condição degradante não fosse contornada abriria espaço para a introdução de elementos que seguiam a doutrina marxista. Manoel Emílio foi o nome mais importante da Igreja Católica no Piauí, após Dom Avelar, que tratou dos problemas no campo, alertando constantemente as associações sobre a influência das doutrinas estranhas, que visavam apenas a agitação no meio rural. Os discursos de Manoel Emílio, ao que parece, pelos relatos dos seus contemporâneos nos jornais locais, eram bastante firmes e incisivos sobre a necessidade de mudança no mundo rural piauiense.

Os ataques ao comunismo, e as tentativas de enfraquecimento do *projeto trabalhista oficial* voltado para o campo, mesmo sendo fulcro da atuação da Igreja Católica, acabaram se voltando contra ela própria. Em depoimento concedido ao Exército, quando foi preso sob a acusação de propagar o comunismo e promover a desordem social e política, Manoel Emílio explicou os objetivos da atuação católica: “Os objetivos principais do Movimento eram orientação do homem do campo e tomar dos comunistas, digo, retirar dos comunistas a liderança do movimento camponês [...] que Dom Avelar aproveitou a

¹⁴³² A VISITA do ministro Montoro. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 1, 9 maio 1962.

¹⁴³³ PORTARIA. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

¹⁴³⁴ OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamarqui. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 1º abr. 1962.

¹⁴³⁵ Ibid.

experiência do depoente, que tinha tirado um curso junto ao clero de Natal – RN e tratou de fundar sindicatos orientados pela Igreja”¹⁴³⁶. No mesmo processo, observou-se nos depoimentos de membros do partido comunista que era evidente essa disputa pela organização dos trabalhadores do Campo, incorporada por duas siglas: Seplan, organização da Igreja, e Altate, organização apoiada por trabalhistas e comunistas.

Em abril de 1962, o presidente da Seplan publica um artigo no jornal católico *O Dominical* sobre a questão da Reforma Agrária no Estado. Veja-se o que diz o texto:

Fala-se de reforma agrária. É o assunto do momento. Todos querem dar a sua opinião.

Alguns pensam que a reforma é a simples distribuição de terra ao camponês; outros, ligam essa distribuição à distribuição de renda; uns, pretendem que, além da reforma, necessário se torna a assistência do poder público nos diversos setores da atividade humana [...]

Mas bem poucos compreendem que a reforma agrária é uma mudança, uma reforma de estrutura sócio-econômica de uma região ou país, no seu setor primário, exigida pelas condições do momento corrente, decorrente da miséria em que vivem as populações pobres, que só poderá ser extirpada pelo desenvolvimento das regiões, pela industrialização da cidade e do campo, a fim de que essas populações, sempre crescentes, possam sobreviver em condições normais de saúde, de alimentação, de trabalho e de educação etc. [...]

Reforma agrária não é distribuição de terras. Poderá ser a distribuição um dos seus requisitos. Nunca o essencial.

Reforma agrária não é colonização. [...]

Reforma agrária não é atividade assistencial do poder público. Mas existe [?] a participação do governo. [...]

Reforma agrária não é uma questão de consciência, pura e simplesmente. Pelo menos de consciência individual, perdoe-me a incoerência.

É uma questão de consciência coletiva, de consciência nacional, de reconhecimento dos problemas, do nosso momento atual, da hora em que vivemos. Deve ser realizada visando a realidade nacional, atendendo às exigências de uma região, de um país, que sem ela não passará de mais uma nação subdesenvolvida, acorrentada pelo imperialismo escravizante.¹⁴³⁷

O texto é elucidativo acerca da concepção da Igreja sobre a Reforma Agrária na proposta do *trabalhismo cristão*. Segundo Manuel Emílio, apesar de a Reforma Agrária ser um assunto em voga naquele momento, tal discussão não era compreendida da forma “correta” por muitos que proferiam sua opinião, contradizendo, portanto, a proposta da Igreja católica. O primeiro passo, na leitura do advogado e secretário executivo da Seplan, seria o desenvolvimento da região destinada à reforma, o que na prática não chegou a acontecer.

¹⁴³⁶ CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964, p. 1377. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

¹⁴³⁷ OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamarqui. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 15 abr. 1962.

Muito mais ambiciosa, a proposta do *trabalhismo cristão* para o campo tentava fazer com que a Igreja atuasse para além da questão da distribuição de terra. Aliás, o texto deixa bem evidente que a distribuição de terra era apenas um requisito de Reforma Agrária, não seu aspecto essencial! Enfim, criticando o assistencialismo do Poder Público, o mesmo que a Igreja praticava, o autor encerra a sua escrita apontando o papel da conscientização coletiva para que esse modelo de Reforma tivesse sucesso.

Passa-se, então, nas páginas do jornal católico, à propagação de uma campanha de valorização do Camponês¹⁴³⁸ baseada, de forma especial, na encíclica *Mater et Magistra*. Era necessário para o catolicismo promover esse sujeito, pois “É evidente o desprestígio, no cenário contemporâneo, do filho do sertão, do trabalhador rural”¹⁴³⁹. O processo de doutrinação deveria passar por todos os segmentos sociais. Assim, verifica-se uma série de artigos voltados para as *mulheres* explicando o que seria a Reforma Agrária. Acredita-se que esse direcionamento destinado ao público feminino possivelmente está relacionado ao fato de esse segmento ser o mais anticomunista no seio da instituição. Por esse turno, era necessário desfazer a ideia de que promover a Reforma era unicamente ação de comunistas.¹⁴⁴⁰

Contudo, naquele ano houve um momento de grande alvoroço em Teresina, quando chegou naquelas paragens um sacerdote tido como “revolucionário”, padre Melo. Os noticiosos locais avisavam aos leitores da chegada daquele prelado à cidade. Considerado por alguns o “defensor dos direitos dos camponeses”, o clérigo veio à capital com a intenção de ministrar curso sobre liderança a alguns jovens.¹⁴⁴¹ Crê-se que a figura do padre era um tanto controversa; visitou outros sindicatos que não contavam com o apoio da Igreja Católica e nenhum comentário foi feito sob sua presença no jornal católico *O Dominical*, apenas em outros noticiosos da capital, o que demonstra que a Igreja Católica tinha uma forma de atuação planejada que não se coadunava com a postura de membros mais radicais.

No mesmo momento em que foi criada a Seplan, Dom Avelar lançou um roteiro, publicado no jornal *O Dominical*, apresentando as posições da Arquidiocese com a relação à propriedade privada, ao trabalhador do campo e à Reforma Agrária.

ROTEIRO

1. O bem comum prevalece sobre os direitos individuais.

¹⁴³⁸ VALORIZAÇÃO do camponês. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 24 jun. 1962.

¹⁴³⁹ Ibid.

¹⁴⁴⁰ VOCÊ está atualizada? Reforma Agrária. **O Dominical**, Teresina, p. 3-4, 8 jul. 1962.

¹⁴⁴¹ O PADRE revolucionário chegará a Teresina no próximo dia 30. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 28 set. 1962.

2. Não cabe agora discutir o direito de propriedade. A Igreja o reconhece. Cumpre dizer, porém, que, historicamente, se tornou e se constituiu, muitas vezes, sem atender às exigências de Bem comum.
3. A propriedade é, antes de tudo, um servidor do bem comum.
4. Todo homem, enquanto homem, tem direito a um mínimo de decência de vida, no que se refere à alimentação, saúde, vestuário, habitação e educação, empregue suas atividades na cidade ou no campo.
5. O Trabalhador do Campo, desassistido mais do que qualquer outro, está, de um modo geral, reduzido à condição de servidão.
6. Urge reforma que atenda a indeclináveis reclamos de justiça, nas relações entre donos de terra e trabalhador do campo.
7. A reforma agrária que assim se impõe não é um dom gratuito que dispense a preparação daqueles a quem se destina.
8. Tal preparação, entretanto, não deve ser entendida como fase estanque que adie para o futuro remoto a reforma do sistema de relações entre o dono da terra e o trabalhador.
9. Isto porque urge atender à situação presente em que o trabalhador rural se concede o direito às condições exigidas pela dignidade de sua natureza humana e cristã.
10. Clamoroso é, por vezes, o que entre nós e no nordeste se vem patrocinando, abandonando o trabalhador à insensibilidade de muitos proprietários, quando não ao arbítrio de prepostos.
11. Não é possível conciliar a consciência cristã com um regime de espoliação por exemplo no pagamento do salário ao trabalhador rural.
12. Urge criar, entre nós, condições de vida, no campo, que dispensem soluções pela violência de que sentimos ameaça na hora presente.
13. O recurso à força nada resolve, exacerba os ânimos, separando de vez proprietários e trabalhadores numa desumana luta de classes.
14. Por outro lado, organizações de caráter extremista significariam terrível ameaça à liberdade e criariam outros problemas de indeclinável gravidade.
15. A promoção do homem até hoje abandonado à própria sorte é caminho seguro para o desenvolvimento do Nordeste.
16. Como está, entre nós, sem proteção à própria pessoa, à da mulher e dos filhos, o homem do campo trabalha e trabalhará mal, porque vê escoar-se sem a devida compensação o produto do seu trabalho.
17. Dêle se tira o máximo, e, por vezes, surge o intermediário que lhe suga o melhor fruto do seu trabalho.

18. Não se deve defender o sistema vigente entre nós alegando preguiça e vícios do trabalhador, quando se considera que tais males resultam quase sempre das condições de vida a que é jungido.

19. Não é solução positiva o atendimento ao necessitado, em casos isolados, sem e poderão ser usadas, antes de chegarem os cristãos, como bandeiras ideológicas materialistas, preconizadoras de violência e da luta de classe.

20. Urge viver cristã, monte em profundidade, afastando o comodismo egoísta que esconde o ateísmo prático, mui generalizado entre nós.

21. O homem do campo, o camponês portanto, desassistido, morando em choupanas, sem condições higiênicas, sem assistência médica, falta de roupa, comendo mal, sem escolas, é que há acima de tudo, olhando, mediante revisão da atual estrutura agrária do país.

22. É nosso dever clamar pela justiça e pelo amor, elementos que constituirão um mundo novo, um mundo melhor, autêntico e cristão.

23. É pois imperativo a organização destes propósitos em associações e sindicatos que levam à prática a doutrina social da Igreja limpidamente expressa em documentos vários e de que é exemplo a mater et magistra.

24. Não podemos esquecer os pequenos e médios proprietários de terra que tanto sofrem na árdua por vezes incerto trabalho agrícola, incapazes de atender às legítimas aspirações de sua vida.

25. Lançamos um apelo veemente aos proprietários de terra no sentido de que se proceda, com urgência, a revisão de um sistema de relação com os seus agregados para que se elimine o máximo as causas determinantes de litígios e de incompreensões.

26. Sabemos que a solução do problema não é apenas conceder direitos, mas elaborar e executar todo um processo global de elevação do homem, sob todos os aspectos, sem o que muito pouco se faria de proveitoso e de perene.

27. Vamos partir para a sindicalização rural. Poderá o processo ser tido por muitos como problemático nos seus efeitos e até perigoso. Mais vale a pena correr o risco, nessa hora tão arriscada que vivemos.

28. A introdução de um movimento sindical no meio do campo vai exigir providência: o funcionamento de cursos para a formação de líderes rurais, para que assim, os sindicatos sejam expressão da vitalidade de uma classe e instrumento de suas legítimas reivindicações dentro de um clima de compreensão, de justiça social e de verdade.

29. Aqui estão as linhas do pensamento e do roteiro de ação que devemos empreender, nesta hora, com espírito alto e coração aberto.

Teresina, 24 de março de 1962.

a) Dom Avelar Brandão Vilela¹⁴⁴².

¹⁴⁴² ROTEIRO. O **Dominical**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

Na semana seguinte, em razão do seu posicionamento, Dom Avelar foi chamado a dar entrevista na revista nacional *Fatos e Fotos*. Questionado sobre o papel da Igreja, apontou para a atuação dos comunistas no campo e a necessidade de disputar a orientação desses trabalhadores com aqueles indivíduos: “É nosso dever, porém, alertá-los contra infiltrações comunistas ou para-comunistas, frisando bem suas legítimas intenções. E dar-lhes oportunidades de defenderem seus direitos, e as graves consequências do método revolucionário”¹⁴⁴³. Dom Avelar revelou ainda que a Igreja no Piauí há algum tempo estava se preparando para o lançamento dos sindicatos rurais, quando eclodiu “o outro movimento”. Na mesma entrevista, volta a fazer referência subliminar ao governo de Chagas Rodrigues.

Quanto às autoridades, acho que, nesta hora, nem devem permanecer de braços cruzados nem apoiar qualquer ação pré-revolucionária em marcha. Devem, isto sim, tentar resolver os problemas com equidade e sensatez. Atualizar os órgãos que fazem agricultura no país, nos Estados e municípios. Implantar leis capazes de reformular o quadro presente sem os perigos da revolução.¹⁴⁴⁴

Dom Avelar, sempre visto pela historiografia como um homem que buscava “moderação”, que seguia a política aristotélica do “meio”, ou, como ele mesmo dizia, nem o “capitalismo liberal, nem o comunismo totalitário, a virtude estava no meio”, naquele momento se posicionou visivelmente contra o governo, considerado pelo arcebispo como apoiador de movimentos extremistas.

O projeto petebista passa a ser associado indiscriminadamente ao comunismo pelos membros da Igreja Católica, representação que já vinha sendo realizada de forma persistente pela oposição nos jornais. Esse é um aspecto muito importante para a leitura do *Contexto Cultural* do momento, quando se reflete sobre as razões pelas quais Chagas Rodrigues, com a derrota do projeto eleitoral do *trabalhismo oficial*, não conseguiu a adesão dos trabalhadores que estavam nos sindicatos autônomos, tampouco dos pobres camponeses que receberam a sua assistência. Essa recusa ao projeto *trabalhista oficial*, há que se refletir, talvez tenha parcela significativa da associação do *trabalhismo* com o comunismo, em especial do medo forjado pela Igreja Católica por longo tempo.

Para além dos discursos veiculados pelo jornal e pelo rádio do presidente da Seplan direcionados ao trabalhador rural, na arena prática a Igreja atuou em cada cidade, arregimentando os trabalhadores para a formação de sindicatos sob a sua tutela, atuando

¹⁴⁴³ ENTREVISTA de Dom Avelar à Revista Fatos e Fotos (edição de 17.03.1962). In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014. p. 216-218, p. 217. Ver: ENTREVISTA de Dom Avelar à Revista Fatos e Fotos. **O Dominical**, Teresina, p. 1-4, 1º abr. 1961.

¹⁴⁴⁴ Ibid.

rapidamente no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina.¹⁴⁴⁵ É perceptível que a Igreja Católica, sob a orientação de Dom Avelar, estava decidida a promover a organização dos trabalhadores no campo longe da alçada do Estado e daqueles que apoiavam Chagas Rodrigues, no caso, os comunistas. Nesse percurso, segundo aponta o sociólogo Antônio José Medeiros, iniciaram-se entre os dias 2 e 10 de maio de 1962 os primeiros cursos de líderes comunitários rurais, sob a orientação de Julieta Calazans, da Diocese de Natal.¹⁴⁴⁶ O processo de formação desses líderes se dava da seguinte maneira: os padres nos municípios do interior do Estado procuravam indivíduos com perfil para serem líderes e os enviava a Teresina para a capacitação junto aos membros da Igreja Católica, como Julieta e Manoel Emílio Burlamarqui. Depois de formados, a Igreja buscava lançá-los onde outras organizações estavam se estabelecendo. Segundo Luis Edwirges, uma das lideranças dos trabalhadores rurais de Campo Maior e membro da Altacam, em depoimento concedido em 1964, o pároco da sua cidade buscou dividir a luta dos trabalhadores, pois no momento em que ocorreu a fundação das Ligas Nacionalistas (organização ligada ao PTB e ao PCB), a Igreja Católica tentou fundar um sindicato com o intuito de disputar a liderança dos trabalhadores rurais.¹⁴⁴⁷

Cumpra também apontar a importância da Igreja Católica na organização da Frente Agrária Piauiense, movimento que tinha como objetivo promover a sindicalização do trabalhador rural em sindicatos autorizados pela própria Igreja Católica, ou como diz o comunicado da Arquidiocese, livrar os trabalhadores “do perigo das associações criadas sem uma orientação segura”¹⁴⁴⁸. Nesse sentido, a Igreja comunicava em nota oficial que os trabalhadores deveriam esperar o momento certo para aderir às propostas de melhoria no campo, avisando o tempo ideal para que isso ocorresse.

Se os jovens operários urbanos tinham a JOC, na qual atuava o padre Francisco Carvalho, aos jovens trabalhadores do campo foi destinada a JAC, sob a responsabilidade do padre Davi Mendes.¹⁴⁴⁹ Padre Davi Mendes teve grande responsabilidade na arregimentação de trabalhadores na região central do Estado, abrangendo os municípios de Amarante, Regeneração, São Pedro do Piauí, Água Branca, entre outros. Segundo relatos enviados ao

¹⁴⁴⁵ EDITAL de Convocação... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 8 abr. 1962.

¹⁴⁴⁶ MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 124.

¹⁴⁴⁷ Nessa disputa pelo trabalhador, até mesmo as palavras serviam como espaço de conflito. No campo linguístico, segundo Antonio José Medeiros, havia divisões de posições a partir das denominações empregadas: a grande maioria dos líderes sindicais rurais ligados à esquerda (PTB e PCB) usava ou assimilou a expressão Ligas Camponesas; já aqueles indivíduos ligados à Igreja Católica incorporaram, segundo o autor, o termo “trabalhador rural” (MEDEIROS, op. cit., p. 152).

¹⁴⁴⁸ NOTA oficial. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 8 abr. 1962.

¹⁴⁴⁹ I ENCONTRO do JAC do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 8 nov. 1959.

jornal *O Dominical* sobre suas tarefas no campo, os trabalhadores aderiam entusiasticamente às propostas de organização sindical, “como se muitos esperassem somente por essa oportunidade”. Segundo o clérigo, esse era o mesmo depoimento que colhia de outros párocos que estavam atuando no meio rural, pois a “Igreja vive sem restrições na confiança do nosso homem do campo”. Padre Davi estava satisfeito com a campanha eleitoral que tinha se findado no ano de 1962, uma vez que, segundo a sua percepção, a derrota do projeto *trabalhista oficial* garantiu que os “castristas” não falassem pelas ondas dos rádios com aqueles trabalhadores, não conseguindo alcançar seus objetivos políticos.¹⁴⁵⁰

Pelo que se percebeu nos relatos do padre Davi Mendes, a Igreja tinha uma facilidade de penetração maior para arregimentar os trabalhadores do campo. Certamente, a cultura religiosa predominantemente católica contribuiu para isso. Os padres eram autoridades indiscutíveis nas pequenas cidades interioranas.

Não se tem como medir os efeitos das disputas entre os dois, Chagas e Dom Avelar, no processo eleitoral, mas se tem certeza de que uma campanha sistemática da Igreja foi elaborada por Dom Avelar contra a figura do governador e seu projeto *trabalhista* voltado para o espaço rural e para a reforma agrária, que seria empreendida pelo governo com apoio dos comunistas. Dom Avelar, mesmo sutilmente, conseguia deixar o seu recado de aversão ao projeto *trabalhista oficial*, como se pôde perceber quando, no momento da propaganda obrigatória, em que a Católica Rádio Pioneira teve que abrir os microfones aos candidatos para publicidade eleitoral, Dom Avelar pedia antecipadamente que tomassem cuidado os cristãos católicos, pois naqueles microfones haveria candidatos de todos os matizes.¹⁴⁵¹

Em novembro de 1962, passado todo o processo eleitoral, e derrotado nas urnas e no apoio popular o *projeto trabalhista oficial*, Dom Avelar convocou uma reunião episcopal para a discussão de dois assuntos, que segundo consta na nota oficial da Igreja Católica, eram de grande importância para o seio da instituição naquele momento: a reforma agrária e a educação de base.¹⁴⁵² Esse seria um passo importante para os acontecimentos do ano seguinte.

No ano de 1963, a Igreja acreditava que estava livre para liderar os camponeses no Piauí, contudo, não esperava que posteriormente sofreria, por parte da elite e da *cultura política partidária* local, forte resistência. Naquele ano, Dom Avelar organizou o *I Encontro de Sindicatos e Trabalhadores Rurais do Piauí*, reunindo os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teresina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União, Sindicato

¹⁴⁵⁰ MENDES, Padre Davi. Bilhete de Amarante. *O Dominical*, Teresina, p. 4-2, 25 nov. 1962.

¹⁴⁵¹ DOM AVELAR. Governo Arquidiocesano. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 23 set. 1962.

¹⁴⁵² REUNIÃO Episcopal da Província. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 26 nov. 1962.

dos Trabalhadores Rurais de Regeneração, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Angical, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Amarante e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Maior e lançando um manifesto sobre as normas de Ação Sindical com 23 itens. Algumas das normas tratavam de questões como a dignidade do trabalhador rural, que deveria ser considerado pelo proprietário como ser humano; o fim do cambão¹⁴⁵³; entre outras. Entretanto, em sua grande maioria, dispunham sobre a importância dos sindicatos rurais na dinâmica rural, como por exemplo:

1. Os sindicatos teriam autonomia para observar os acordos e atuar em razão da justiça;
2. Os sindicatos fiscalizariam a diária do trabalhador, que deveria ser estabelecida com base no salário mínimo;
3. Os sindicatos deveriam exigir na justiça remuneração das quebradeiras de coco (segundo consta na nota, uma das mais injustiçadas no meio rural);
4. Os sindicatos deveriam também atuar na extensão das leis trabalhistas para o campo;
5. Caberia aos sindicatos fiscalizar para que a expulsão da terra ocorresse mediante mandato judicial e que os proprietários que possuíssem gado indenizassem os trabalhadores quando esses animais destruíssem o roçado;
6. Os sindicatos também exigiriam que o governo e a polícia só atuassem no sentido de mediar as contendas entre trabalhadores e patrões;
7. Lutariam para que cada trabalhador possuísse sua terra própria, sendo direito do trabalhador a preferência pela terra em que vive, quando o proprietário quiser vendê-la;
8. A luta também se estenderia para a criação de cooperativas mistas;
9. E que as escolas radiofônicas deveriam consultar os sindicatos para a sua atuação nos municípios;
10. Os sindicatos deveriam reivindicar a abertura de uma escola Agrotécnica em Teresina e que a preferência das matrículas fosse dada aos trabalhadores rurais;
11. Os sindicatos deveriam reivindicar participação no conselho econômico do Estado;
12. Em estabelecimentos como os bancos, os sindicatos deveriam ser chamados para opinar sobre os empréstimos aos agricultores;

¹⁴⁵³ Cambão é o dia de trabalho com o qual o agricultor paga o arrendamento da terra trabalhando para o proprietário de graça.

E, por fim, os dois últimos itens apresentados serão reproduzidos na íntegra, pois traziam questões puramente políticas, quais sejam:

XXII – O lavrador, na sua ingenuidade, tem sido vítima dos falsos líderes políticos do Estado, que fazem barganha com o seus votos, obtidos por amizade ou por coação. Os sindicatos lutarão, com tôdas as suas forças, para acabar com a exploração política no meio rural, representado pelo infame “voto de cabestro”.

XXIII – Os sindicatos rurais do Estado estarão atentos às administrações públicas para denunciar dos administradores que não se conduzirem na observância do bem comum.¹⁴⁵⁴

A Igreja definia politicamente os interesses dos sindicatos ligados à sua tutela. Leila Stein aponta que em 1963 foi fundada a Federação dos Produtores Autônomos (FPA) e a Federação dos Pequenos Proprietários (FPP) – Piauí, pelo arcebispo de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela.¹⁴⁵⁵ Trata-se da única organização sindical rural reconhecida pelo Ministério do Trabalho naquele ano no Piauí, e que precisou do intermédio da Igreja Católica.

E foi justamente no ano de 1963, depois da derrota do *trabalhismo oficial* proposto pelo PTB, que os apoios políticos e ruralistas a Dom Avelar começaram a fenecer. Os partidos políticos, como UDN e PSD, que tanto “apoiaram” uma reforma agrária conduzida pela Igreja Católica, bem como um processo de sindicalização no campo, liderados pelos clérigos, passaram então a questionar as ações do prelado e seus seguidores. Os responsáveis católicos pela condução dos projetos voltados ao campo passaram a ser avaliados da mesma forma minuciosa como o foi o *projeto trabalhista oficial*. Críticas e reclamações começavam a se avolumar contra o arcebispo que, diante de algumas solicitações para que observasse os comportamentos e ações de seus subordinados, reagiu por intermédio da imprensa partidária e da imprensa católica. As críticas começaram a se estabelecer nos jornais locais, tendo como foco a Reforma Agrária – que antes era aceita, desde que liderada pela Igreja, e em menos de um ano passou a ser condenada mediante qualquer forma de atuação. Os partidos voltaram sua atenção à figura de destaque da Igreja, Manoel Emilio Burlamarqui. Em 23 de julho de 1963, Dom Avelar lançou declaração no jornal *O Dominical* isentando-se pelos discursos e a atuação de membros da Igreja ou das equipes de grupos religiosos junto à população em algumas pregações na católica Rádio Pioneira, em especial pelos discursos de Manoel Emílio Burlamarqui no programa *Desperta Camponês*, do qual é

¹⁴⁵⁴ I ENCONTRO de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1-4, 27 jan. 1963.

¹⁴⁵⁵ STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política**: a construção do Sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade), p. 198.

apresentador, que é direcionado aos trabalhadores rurais. Mas no final do escrito, o prelado evidencia que apoiava tais movimentos sociais e que os “excessos” cometidos por alguns não justificavam o fim da atuação da Igreja naquele setor. Segue a nota:

-DECLARAÇÃO-

Sabedor de que está existindo uma série de equívocos entre os programas da Rádio Pioneira e a pessoa do Arcebispo, desejo declarar que esse modo de estender as relações do possuidor com a coisa possuída está inexato e, por isso mesmo, capaz de provocar as mais lamentáveis confusões.

O Arcebispo quer o Movimento de Educação de Base, mas não pode se responsabilizar por tôdas as palavras e cálculos que o programa do MEB possa levar aos receptores das escolas.

O Arcebispo quer o movimento de Sindicalismo Rural, mas não pode saber quais tenham sido tôdas as atitudes por memorizadas que em tórno do movimento seus responsáveis possam assumir.

O Arcebispo quer a recreação sadia, mas será possível que esteja a par de todos os discos e programas especializados que a Rádio divulgue com o fim de divertir seus inúmeros ouvintes?

O Arcebispo quer programas de orientação familiar, juvenil, infantil, etc. mas será que está acompanhando passo a passo todos esses programas?

O Arcebispo declara que em princípio são responsáveis pelos programas exatamente aqueles que os elaboraram e os transmitem ao público.

Declara mais que assim que dizendo não quer transferir para os outros a parte que realmente lhe cabe no conjunto da operação, isto é, encontrar-se pronto e sempre disposto a ouvir juntas reclamações, sugestões razoáveis e colaboração construtiva.

Mas que essa reclamação, sugestão ou colaboração não podem ser feitas de maneira arbitrária ou passional, e sim dentro de certas normas ditadas pela razão e pelo bom senso.

Não há de ser porque a professora de alfabetização errou uma vez, seja qual fôr o motivo, não há de ser porque o responsável pelo programa rural se excedeu num momento de mau humor, na maneira de apresentar os fatos, que devemos acabar as escolas e suprimir a nossa cota de responsabilidade moral junto ao movimento de sindicalismo, ora em marcha no Piauí, como também não dá de ser porque um proprietário de terra tenha cometido uma injustiça que deixa de ser válido o direito de propriedade.

[...] Não é uma bôa tática a atitude daqueles que, a pretexto de não combinarem com êste ou com aquêle programa, investem desabridamente contra a Autoridade Eclesiástica, criando um clima de desconfiança e confusão, que só podem favorecer os verdadeiros inimigos de Deus e da Igreja.

Teresina, 23 de julho de 1963.

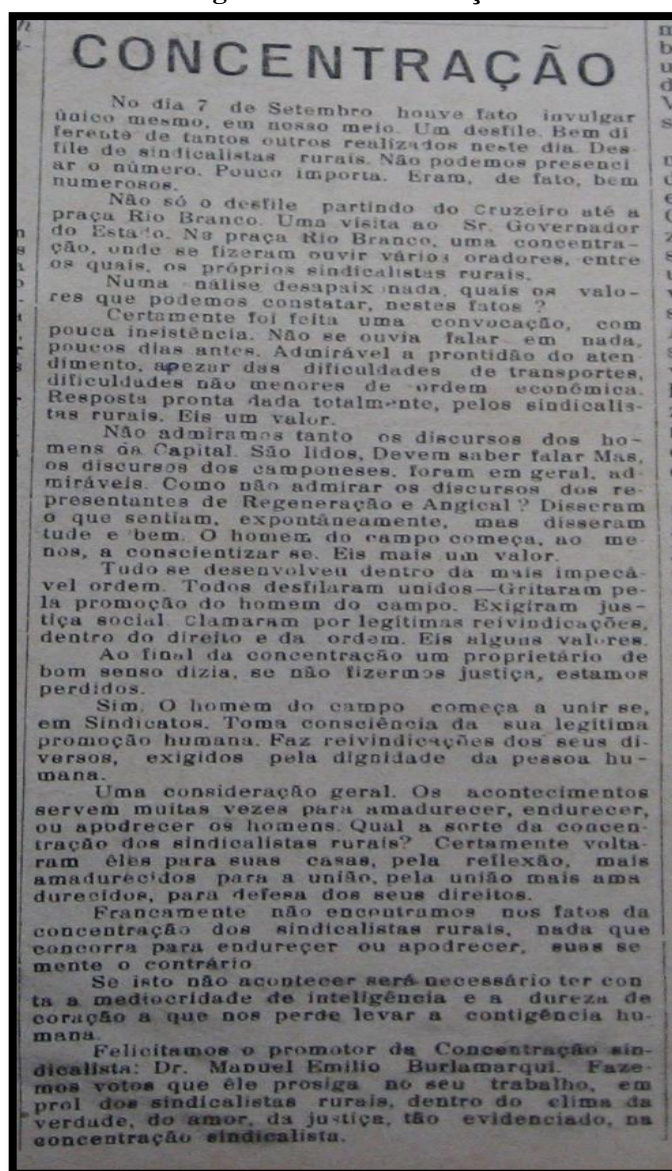
Dom Avelar Brandão Vilela.¹⁴⁵⁶

Se o processo de sindicalização promovido pela Igreja Católica naquele ano passou a motivar críticas contundentes ao Arcebispo Metropolitano e ao seu clero, outro acontecimento provocou um sinal de alerta para os latifundiários sobre como a Igreja Católica estava conduzindo os trabalhadores em prol da Reforma Agrária. Houve uma mobilização da

¹⁴⁵⁶ DOM AVELAR. Declaração. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 28 jul. 1963. Ver também: DECLARAÇÃO. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 1, 28 jul. 1963.

Igreja junto aos trabalhadores do campo no Piauí para a passeata de 7 de setembro de 1963 (Figura 40). Segundo o sociólogo Antônio José Medeiros, “estima-se que 10.000 associados participaram, estes, possivelmente, fizessem parte dos sete sindicatos organizados pela orientação da Igreja Católica”¹⁴⁵⁷. Muitos trabalhadores com instrumentos de trabalho percorreram a capital piauiense, mostrando a sua organização e força, com o total apoio da Igreja.

Figura 40 – Concentração



Fonte: Concentração..., 1963, p. 1¹⁴⁵⁸

¹⁴⁵⁷ MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 124.

¹⁴⁵⁸ Reportagem do jornal católico *O Dominical* sobre a concentração de trabalhadores no dia 7 de setembro. **CONCENTRAÇÃO. O Dominical**, Teresina, p. 1, 15 set. 1963.

O que fez com que tantos trabalhadores se sentissem à vontade para participarem do evento organizado pela Igreja, diferente, por exemplo, dos eventos que eram promovidos pelo Estado? Assim como já apontada a importância desse aspecto no segundo capítulo, no que tange à existência de uma sensibilidade coletiva, nesse caso o sentimento de pertencimento a uma fé, acredita-se, acabava por promover adesões em razão da cultura religiosa. Nesse sentido, participar de um dos sindicatos incentivados pelo padre, mesmo com todo o esforço e as ameaças dos proprietários de terra para que isso não ocorresse, talvez fosse considerado pelos trabalhadores um ato de apoio à fé cristã.

Depois de aquele movimento ter recebido grande adesão por parte dos trabalhadores rurais, as reações não tardaram a aparecer. Um dos principais nomes que defendiam os proprietários de terra e que, antes da saída de Chagas Rodrigues, apoiava a Igreja para liderar os trabalhadores frente às ações do PTB, foi Simplício de Sousa Mendes. Logo após a saída do governador *petebista*, aquele grande proprietário de terra e ex-desembargador lançou sua atenção para as ações da Igreja, prontamente reprovando as obras e discursos de Dom Avelar. Além do próprio arcebispo, o alvo preferido de Simplício Mendes era o padre Francisco Carvalho. Em matéria do jornal *O Dia*, Simplício lançou toda a sua fúria contra aquele prelado e os líderes sindicais que eram apoiados pela Igreja. Tal matéria teve como reação imediata uma nota publicada no jornal *O Dominical*, que saía em defesa do padre Carvalho e dos trabalhadores rurais. Segundo consta no texto, os líderes camponeses garantiam que padre Carvalho nunca havia pregado para os camponeses a “luta de classes”, mesmo sendo “caboclos ignorantes”, como haviam sido chamados pelo desembargador, os camponeses nunca pretenderam ir contra os direitos alheios.¹⁴⁵⁹ No final da nota os trabalhadores pediam ainda o auxílio dos proprietários de terra para que os apoiassem na luta contra a injustiça social.¹⁴⁶⁰

Dom Avelar acabou provando do que ajudou a promover contra o *projeto trabalhista oficial*. O *projeto trabalhista cristão*, em especial o agrário, durante determinado tempo logrou êxito, mesmo com as críticas dos políticos e dos latifundiários. Acredita-se que, em parte, segurou-se firme na campanha de sindicalização porque, diferente do caráter político tradicional, a Igreja Católica mantinha a sua condição de elemento cultural respeitável para a sociedade piauiense. Se no Brasil, e em especial no Piauí, a *Cultura Política Partidária* estabelecia um certo distanciamento entre políticos e eleitores, aspecto que tentava ser rompido no governo *trabalhista* de Chagas Rodrigues, a Igreja Católica era parte do cotidiano

¹⁴⁵⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DO PIAUÍ. *O Dominical*, Teresina, p. 1, 1º set. 1963.

¹⁴⁶⁰ *Ibid.*

da população. A atuação da Igreja, entre as décadas de 1950 e 1960, por sua vez, tentava traduzir esses valores culturais religiosos em objeto de atuação política. Por tudo isso, apesar de ser contrário às pregações e à interferência dos comunistas no cotidiano do homem do campo, Dom Avelar, assim como muitos outros membros da Igreja Católica no Piauí - e assim como tinha sido anteriormente Chagas Rodrigues - foi acusado de ser comunista.

Depois do golpe civil-militar de 1964, a Arquidiocese suspendeu todas as atividades ligadas ao sindicalismo rural¹⁴⁶¹. Anos mais tarde, quando ainda teve que se defender das acusações de disseminar a subversão no campo, Dom Avelar mais uma vez apontou a sua posição frente ao avanço do comunismo e ao oportunismo eleitoral por parte do chefe do Executivo no Estado à época. Contudo, dessa vez, não poupou críticas à *Cultura Política Partidária*, como segue:

Se criasse um movimento independente, sem vinculação política partidária e sem cobertura dos proprietários, teríamos, contra nós, além dos comunistas com os quais iríamos disputar o predomínio sobre o campo, a desconfiança dos políticos profissionais e dos proprietários.

Dos primeiros, porque imaginariam que os sindicatos poderiam com a politização de seus membros, afetar-lhes o prestígio eleitoral que, no Brasil sobretudo no interior, é exercido à base do coronelismo e tido por muitos como instrumento de comercialização do direito do voto.

Dos segundos (que às vezes se confundiam com os primeiros) porque nascidos e criados dentro da atual estrutura agrária de estilo feudal, não teriam mentalidade para entender o diálogo com o trabalhador mais tratado por coisa do que por homem. E também deveria contar com a ignorância e atitudes abusivas dos trabalhadores que exorbitaram na procura dos seus direitos, esquecendo-se dos deveres e até desprezando-os.

Mesmo assim, resolvi patrocinar o sindicalismo, não porque o julgasse solução ideal para o campo, mas porque sentia que se a Igreja não apoiasse, os comunistas e oportunistas o tomariam nas mãos. Escolhi a terceira via.¹⁴⁶²

Segundo Antônio José Medeiros, Dom Avelar, logo após o golpe de 1964, trocou correspondências com o Comandante da Guarnição Federal no Piauí, coronel Mascarenhas, justificando também as ações do padre Carvalho e de Manoel Emílio Burlamarqui. Quanto à Rádio Pioneira, o prelado apontava a sua imparcialidade, bem como fez reclamações quanto à interferência do Exército na programação.¹⁴⁶³ Apesar das justificativas, várias ações e membros da Igreja sofreram perseguição, o que, em certo sentido, pode ser considerado um

¹⁴⁶¹ DOM AVELAR. CARTA ABERTA. *O Dominical*, Teresina, p. 1-3-4, 10 maio 1964.

¹⁴⁶² Um ano depois – um testamento político. In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014. p. 216-218, p. 232.

¹⁴⁶³ ENTREVISTA de Dom Avelar à Revista Fatos e Fotos (edição de 17.03.1962). In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014. p. 216-218, p. 221.

enfraquecimento político de Dom Avelar. Talvez o prelado não tenha sido preso, porque ainda contava com o respaldo que a fé católica lograva.

Certamente, Dom Avelar fez muito e em menos tempo do que a categoria política do Piauí. De escolas à faculdade, assistência social, atuando junto ao homem do campo, dentre tantas outras questões. Entretanto, Dom Avelar contou com duas questões importantes para tais realizações. A primeira delas é o fato de ser um religioso ligado à fé católica, aspecto que movia e ajudava o arcebispo em seu fácil e respeitoso trânsito em todas as esferas e segmentos sociais. Nesse sentido, a população o apoiava, os políticos o apoiavam, os membros de outra religião o respeitavam e a própria Igreja o reverenciava, apoiava e respeitava. O segundo ponto é que, não sendo ligado a nenhum partido, tinha a liberdade de conseguir verbas federais, auxílios privados e doações coletivas para os interesses da Igreja, porque, segundo a lógica popular, não era política o que estava sendo feito, mas sim caridade cristã. Nesse sentido, diferente do espaço da política tradicional, Dom Avelar não precisava lutar contra uma oposição raivosa e vingativa contra seus projetos.

As disputas e o fracasso das propostas *trabalhistas, oficial e cristã*, foram encerradas exatamente com o golpe de 1964. Naqueles dias, em meio às disputas de *projetos*, quando se imaginava que um desses seria vitorioso, na verdade, surgiram dois derrotados. Nesse turno, prevaleceu firmemente a *cultura política partidária local, as injustiças sociais, e, por um longo período, o estigma do atraso e pobreza para o Piauí e seus trabalhadores*.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O nosso agricultor é um revoltado. Já entendeu, mais ou menos, a injustiça que suporta. Vai se deixando ficar como está. Porque não alcança ainda que tais condições possam mudar-se. Contenta-se em ferir os políticos com suas anedotas grosseiras (não tanto quanto o fator que os apontam) e arrancar-lhes o mais que possam de compensação nestes tempos de eleições. Depois de tudo passa, sabem eles. E suba ou desça quem quiser, eles ficarão na mesma, ou pior, o que será o mesmo. Para nosso povo, na situação em que se encontram desgraça pouco é tiquioso [?]. Mas eu tenho medo destes homens rudes, quando ao falar-lhes sinto acendem os olhos em uma chispa brilhante que não sei se é de esperança pelo que possam ser ainda na vida, ou de ódio, pelo esbulho que sofreram até hoje.”¹⁴⁶⁴

É possível observar que no Brasil, entre as décadas de 1950 e 1960, existiram vários projetos políticos de “nação” comprometidos com o desenvolvimento social.¹⁴⁶⁵ Esses podiam ser encontrados tanto em partidos políticos, organizações estudantis, sindicais e movimentos sociais quanto em instituições tradicionais, como a Igreja Católica. Entre os partidos políticos que construíram um plano político e social para o Brasil, destacou-se o PTB, com o seu projeto *trabalhista*. Para Lucília de Almeida Neves Delgado, “O trabalhismo adquiriu importância real naqueles anos, pois suas proposições programáticas encontraram ressonância não só no Partido Trabalhista Brasileiro, como também em diferentes entidades do movimento social organizado”¹⁴⁶⁶. Resolveu-se denominar esse *trabalhismo* como Lucília Delgado o cognominou, *trabalhismo oficial*, uma vez que almejava implementar seu programa a partir do espaço tradicional da política partidária. Naquele mesmo momento, no campo religioso, de acordo com Lucília Delgado e Mauro Passos, a Igreja Católica também efetuou uma aproximação com as massas populares, lançando projetos sociais aos despossuídos em nome de uma justiça social, evidenciando-se, nesse percurso, a preocupação com o trabalhador do campo.¹⁴⁶⁷ Nesse caso, entende-se que a atenção destinada aos

¹⁴⁶⁴ MENDES, Padre Davi. Bilhete de Amarante. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 16 set. 1962.

¹⁴⁶⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203, p. 173.

¹⁴⁶⁶ Ibid.

¹⁴⁶⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-131.

trabalhadores e ao trabalho por parte daquela instituição também pode ser compreendida enquanto um projeto *trabalhista*, como um *projeto trabalhista cristão*.

O interesse central da construção desse estudo era o de investigar a emergência desses projetos *trabalhistas* no Piauí, todavia, analisando-se o *Contexto Cultural* piauiense foi inevitável perceber que ao se aprofundar uma reflexão sobre aquelas proposições, não se poderia deixar de lançar luz sobre a importância das *Culturas Políticas, partidária e popular*, para a aceitação ou rejeição daquelas propostas. Portanto, dividiu-se este estudo em dois momentos: na primeira parte abordou-se a *cultura política partidária* e a *cultura política popular* como parte essencial da trama que compõe o *Contexto Cultural piauiense*; e no segundo momento refletiu-se sobre os projetos *trabalhistas* concorrentes que tentaram ser implementados no Piauí.

Como se afirmou na primeira seção deste estudo, primou-se pela análise das *culturas políticas*, de forma singular da *Cultura Política Partidária*, verificando-se que esteve permeada por algumas características particulares, como a intensa rivalidade e violência entre as duas principais siglas que se estabeleceram no cenário piauiense após o fim do *Estado-Novo*, PSD e UDN. Pode-se também considerar elemento importante da política partidária piauiense a relevância dos interesses particulares sobre os interesses coletivos, perpetrando-se as negociatas, o fisiologismo e o empreguismo como base para a atuação dos sujeitos políticos. Diante do quadro traçado sobre o universo dos partidos políticos, chegou-se a uma nítida percepção da latente separação entre o exercício da política e o cotidiano popular, o que levou a que se refletisse sobre o apartamento da *cultura política partidária* da *cultura política popular*, tendo como um dos pontos de aproximação entre essas duas esferas o processo eleitoral. E foi a partir de um processo eleitoral, mais precisamente do ano de 1958, que se observaram as características dessas *culturas políticas*, e se percebeu como o *trabalhismo oficial* surgiu em terras piauienses.

Nesse Estado, as ideias de desenvolvimento social, de fenecimento das desigualdades, de preocupação com a questão agrária e com os trabalhadores do campo e da cidade ganharam visibilidade entre as décadas de 1950 e 1960 a partir de um fato singular: o acidente que ocasionou a morte dos candidatos da coligação PTB-UDN, Demerval Lobão e Marcos Parente. Daquela tragédia adveio a ascensão de um governo *trabalhista* e, junto com ele, a proposta de implantação de um *trabalhismo oficial*. Entretanto, durante o momento decisório da disputa eleitoral naquele ano de 1958 não houve qualquer manifestação de interesse em se propagandear um projeto político *trabalhista*; por outro lado, aquela campanha, que utilizou o desastre como estratégia política, acabou ganhando a adesão

sentimental dos populares, conferindo, os votantes, a vitória aos vivos como uma espécie de compensação aos candidatos que haviam falecido. Tal adesão pode e deve ser analisada como reação popular pautada pela confiança na existência de vida pós-morte, em grande medida gestada em âmbito local por força da Igreja Católica. Essa condição cultural ajudou a compreender a maneira como os populares lidavam com questões políticas.

Por outro lado, mesmo sem a propagação de um projeto *trabalhista oficial* durante a campanha eleitoral, desde o início da administração do *petebista* Chagas Rodrigues, o *trabalhismo* foi apresentando à política local como representante máximo do *trabalhador piauiense*, vislumbrando e promovendo uma aproximação com as massas populares. Essa atuação foi uma novidade e ao mesmo tempo surpresa para os membros das outras siglas estaduais, já que desde o nascimento do Partido Trabalhista Brasileiro em âmbito local - que deveria ser um experimento voltado para atender as necessidades dos trabalhadores -, vinha agindo conforme a *cultura política partidária* vigente. Com Chagas Rodrigues, o *trabalhismo oficial* adotou muito do seu caráter nacional, ou melhor, das perspectivas teóricas das correntes nacionais, estando permeado tanto pelas ideias da ala radical quanto pelos projetos da ala reformista, associando-se a figuras marcantes da política brasileira, como Brizola e Jango.

Naquele momento, as organizações do campo já despontavam em outros estados brasileiros, como em Pernambuco; no Piauí, entretanto, essa atuação ainda não era visível. Foi somente com a emergência daquele discurso trabalhista e as obras de Chagas Rodrigues que os trabalhadores conseguiram visualizar caminhos para a sua própria organização. Nesse sentido, o que se deve observar sobre a presença de um projeto *trabalhista oficial* é que ele contribuiu de forma decisiva para o fomento das ações dos trabalhadores no campo, sem, contudo, conseguir a sua liderança.

Essa proposição *trabalhista oficial* que tentou se instalar buscou em vários momentos, e em muitos deles sem sucesso, romper com a forma como a política partidária era conduzida no Piauí. Nesse sentido, o assistencialismo, o suporte material e simbólico direcionado aos estudantes locais e nacionais, os discursos voltados aos trabalhadores e sindicatos, e o apoio aos movimentos do campo, em especial às Ligas Camponesas, ou como passaram a ser denominadas no Piauí, Ligas Nacionalistas¹⁴⁶⁸, fomentaram as forças políticas tradicionais contra o projeto *trabalhista* do PTB piauiense.

¹⁴⁶⁸ SOMENTE a verdade. **O Dia**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

No plano da *cultura política partidária*, por meio dos noticiosos observou-se que a proposta trabalhista foi quase totalmente inviabilizada pelos segmentos políticos, que isolaram a figura do governador. Restou analisar as razões que levaram ao fracasso do apoio popular, ou seja, por que os trabalhadores não apoiaram o governo *petebista*? Encontrou-se um texto bastante significativo do padre Davi Mendes, articulador dos sindicatos rurais liderados pela Igreja, no jornal *O Dominical*, que aponta para a relação dos trabalhadores com a política partidária. Este foi um dos vários artigos que ajudaram a refletir sobre o comportamento popular naquele momento:

O nosso agricultor é um revoltado. Já entendeu, mais ou menos, a injustiça que suporta. Vai se deixando ficar como está. Porque não alcança ainda que tais condições possam mudar-se. Contenta-se em ferir os políticos com suas anedotas grosseiras (não tanto quanto o fator que os apontam) e arrancar-lhes o mais que possam de compensação nestes tempos de eleições. Depois de tudo passa, sabem eles. E suba ou desça quem quiser, eles ficarão na mesma, ou pior, o que será o mesmo. Para nosso povo, na situação em que se encontram desgraça pouco é tiquioso [?]. Mas eu tenho medo destes homens rudes, quando ao falar-lhes sinto acendem os olhos em uma chispa brilhante que não sei se é de esperança pelo que possam ser ainda na vida, ou de ódio, pelo esbulho que sofreram até hoje.¹⁴⁶⁹

Segundo Angela de Castro Gomes, no “pacto trabalhista”, ganhos materiais e simbólicos estariam presentes.¹⁴⁷⁰ Os *trabalhadores e os representantes do projeto trabalhista oficial no Estado* não chegaram a estabelecer esse acordo, pois no plano simbólico e político, os trabalhadores ainda não se sentiam representados na política partidária, não confiavam nos políticos, tampouco em seus discursos e promessas, e no plano material, por sua vez, não houve mudança efetiva no cotidiano daqueles sujeitos, em razão da emergência de um projeto *trabalhista*. Nesse sentido, aquele projeto *trabalhista oficial* proposto por Chagas Rodrigues foi recusado em nível eleitoral, no âmbito da política partidária e nas esferas populares.

Por seu turno, o projeto *trabalhista cristão*, proposto pela Igreja Católica, começou a interferir nas contendas políticas e sociais, recebendo aceitação singular naquele momento. Em um Estado que tinha a pior renda *per capita* do País, que estava sofrendo com as secas e a falta de empregos nas cidades – esses dois aspectos gestando o aumento da mendicância -, com a pobreza no campo e a histórica concentração de terras nas mãos de poucos, todos esses fatores somados ofereciam uma existência profundamente difícil para os

¹⁴⁶⁹ MENDES, Padre Davi. Bilhete de Amarante. *O Dominical*, Teresina, p. 4, 16 set. 1962.

¹⁴⁷⁰ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 195.

trabalhadores no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960, que apenas tinham como consolo, e liga que unia muitos daqueles sujeitos, a fé cristã.

Na busca incessante por compreender esse *Contexto Cultural* em que emergiu o *trabalhismo oficial*, partiu-se do *político partidário* para o *religioso*, mesmo refutando-se inicialmente tal conexão. Deixou-se conduzir pelas fontes hemerográficas, as memórias e os documentos pesquisados, de forma geral, que indicaram o caminho pelo qual enveredava a trama política. O elemento religioso católico-cristão, mesmo que apenas em nível discursivo, não se desvinculava da política tradicional, assim como a prática religiosa assemelhava-se, muitas vezes, ao exercício de cargo público, requerendo, inclusive, reconhecimento oficial. Só se chegou a essa percepção mediante o método de compreensão do passado, no qual a

[...] inscrição (“descrição densa”) e especificação (diagnose) – [é uma forma] entre anotar o significado que as ações sociais particulares têm para os atores cujas ações elas são e afirmar, tão explicitamente quanto nos for possível, o que o conhecimento assim atingido demonstra da sociedade na qual é encontrado e, além disso, sobre a vida social como tal.¹⁴⁷¹

Nesse sentido, Geertz ajudou a encontrar, em forma de descrição densa, os significados que os atores sociais atribuíam ao seu *Contexto Cultural*, no qual a religião se fez essencial.

Deve-se asseverar que esses dois projetos, *trabalhismo oficial* e *trabalhismo cristão*, por um determinado período caminharam juntos. Os dois representantes máximos, da Igreja e do Estado, apoiaram-se em algumas empreitadas, ampararam-se nas promoções assistencialistas e na propagação da valorização do trabalhador. O distanciamento se delineia quando os *trabalhistas* deram mostras públicas da união com comunistas, organizando eventos, possibilitando, inclusive, muitas candidaturas de membros daquele partido po meio da sigla *petebista* e principalmente atuando junto ao homem do campo. O *trabalhismo oficial* buscava o apoio dos comunistas na arregimentação daqueles camponeses. Nesse sentido, ao tempo em que estavam atuando conforme uma perspectiva nacional, tentavam capturar apoios políticos para além das siglas oficiais e elegíveis. Os comunistas existiam em pouquíssimo número, pois, de acordo com o sociólogo Antônio José Medeiros, “o PC era inexpressivo”¹⁴⁷² no Piauí. Todavia, a despeito de serem poucos, formam um grupo político coeso e atuante entre os universitários e na organização dos sindicatos locais, fomentando, sobretudo, um

¹⁴⁷¹ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a, p. 19.

¹⁴⁷² MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994, p. 358.

imaginário social sobre o “ser comunista”. O PTB e o governador Chagas Rodrigues procuraram manter essa relação, de forma especial para promoverem a organização dos trabalhadores no campo. Essa aproximação gerou uma onda de rejeição ao *projeto trabalhista oficial*, pois se o número de comunistas era inexpressivo no Estado, o que não era inexpressivo era o anticomunismo, alimentado especialmente pela Igreja Católica. A disputa que se firmou para a liderança dos trabalhadores, centrada entre os trabalhistas e a Igreja, foi fomentada pelo medo de que o comunismo fosse o destino daquelas organizações que o Estado estava apoiando. Nesse ponto, não se pode deixar de mencionar a importância que os jornais locais tiveram na propagação de uma imagem de Chagas Rodrigues relacionada negativamente ao comunismo. Por mais que os noticiosos governistas tentassem desconsiderar e ridicularizar os discursos sensacionalistas¹⁴⁷³ da oposição, como por exemplo, quando o jornal *udenista Folha da Manhã* estampou em letras garrafais: “CHAGAS É COMUNISTA!”, não foi possível distanciar a imagem do governo de tal representação.

Contudo, a associação do governo Chagas Rodrigues com os comunistas só ganhou notoriedade devido ao apoio que deu à organização dos trabalhadores do campo, em associação com aqueles sujeitos. A Reforma Agrária era parte importante das reformas propostas pelo *projeto trabalhista nacional*, que foi fomentada também pelo *trabalhismo oficial* no Piauí. A reação dos fazendeiros e das elites agrárias foi inicialmente a de contestar o projeto estatal, utilizando-se dos discursos políticos partidários e da violência física para expulsar e amedrontar os trabalhadores organizados.

Tentando afastar o *projeto trabalhista oficial*, a elite e a classe média piauiense agiram com permissividade com relação à organização do movimento rural por parte da Igreja Católica, e algumas das razões importantes para isso eram o medo do confronto, da perda de privilégios simbólicos e materiais e da desordem social supostamente causada pelo comunismo, que estava sendo apoiado pelo governo. Pode-se observar tal reação no próprio jornal que apoiava o PTB e o governador Chagas Rodrigues no ano de 1962. O professor Benedito de Castro Lima, que durante um ano escreveu seus artigos defendendo a figura de Chagas Rodrigues e todos os seus atos, sobre a questão da Reforma Agrária tomou posição favorável à Igreja Católica, como se pode observar no seguinte trecho:

¹⁴⁷³ Ver: CARNAÚBA, Zé. O jornal do Joaquim. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 14 jan. 1962.

Dom Avelar, experimentado e especializado de maneira integral em todos os problemas da sociedade, apontou o verdadeiro caminho para a solução do debatido assunto, que vem causando angustiosa e aflitiva preocupação em todo território nacional.

É inegável que a única solução condigna, patriótica, democrática, humana, honesta, cristã e equilibrada que poderá no momento amenizar o martirizante e espoliado ambiente em que vivem milhares de lavradores, sem tecto, sem roupa, sem escola e sem alimentação.

Por outro lado, vem evitar o andamento do movimento que se avoluma e se multiplica contra os proprietários, às vezes chegando à guerrilha e desentendimento por causa da infiltração dos que se aproveitam nestas horas com idéias violentas.

Devemos todos nós, diante da purificada exposição que fez Dom Avelar, colaboramos de alma e coração, dando um pouco de nossa parcela e de nosso sacrifício, em favor de nossa estremecida pátria, para felicidade dos nossos filhos e bem-estar dos nossos lares.

Precisamos evitar o derramamento do precioso sangue de nossos irmãos, para que não venha acontecer como em outros países que se atrofiam devido às anarquias e violências¹⁴⁷⁴.

Foram várias as dificuldades que puseram por terra o sucesso do projeto *trabalhista oficial*. Financeiramente o Estado estava falido, no ano de 1961 houve uma queda brusca da arrecadação fiscal, em razão da baixa exportação da Cera da Carnaúba, o que fez com que Chagas Rodrigues passasse a fiscalizar constantemente a atuação dos fiscais nos postos da fazenda espalhados pelo Estado, inviabilizando o repasse de recursos para as áreas sociais do projeto *trabalhista*. Esse desgaste financeiro a Igreja não passava, pois o que fosse assumido como compromisso social não constituía obrigação, como no caso do Estado, mas era visto como bondade dos membros daquela instituição.

Com a derrota eleitoral o *trabalhismo oficial* saiu de cena. A Igreja, acreditando que continuaria com o apoio das elites política e agrária, intensificou a atuação na articulação dos trabalhadores do campo no Estado. Entretanto, os mesmos sujeitos que haviam se voltado contra Chagas Rodrigues e o *projeto trabalhista oficial*, começaram a questionar as intenções dos clérigos e de Dom Avelar na condução de uma reforma agrária.

Depois de percorrido o *Contexto Cultural* piauiense entre as décadas de 1940 e 1950 e 1960, pode-se avaliar que os projetos *trabalhistas, oficial e cristão*, que concorreram entre si para liderar os trabalhadores falharam em sua missão, pois ao invés de caminharem juntos em busca de soluções, acabaram se confrontando e sofrendo profunda resistência da *cultura política partidária*.

Para finalizar, pode-se afirmar que, na política, é-se resultado da *cultura política nacional e local*, como, por exemplo, é o caso do Piauí, pois quando se olha para o passado,

¹⁴⁷⁴ LIMA, Benedito Castro. Esclarecendo a verdade. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 1º abr. 1962.

vê-se claramente os traços que resistem nas práticas e nos discursos políticos. Sobrevivem os sobrenomes, permanecem as ideias de pobreza e atraso como esteio político, mas, sobretudo, persiste o apartamento entre *as culturas políticas, partidária e popular*. Procurou-se compreender o momento em que aparentemente haveria uma nítida ruptura dessa condição, quando o *trabalhismo*, compreendido como conjunto de ideias e práticas que circulavam no social sobre o trabalho e o trabalhador, emergiu de forma mais intensa no Piauí com a eleição do governador Chagas Rodrigues. O que se queria, ao se verter análise sobre essa questão, era assinalar que também naquele momento, para além da proposta *petebista*, outros projetos trabalhistas circulavam socialmente, construídos sobre outras bases de apoio que não a política partidária. Nesse sentido, observou-se que o PTB e a Igreja Católica passaram a disputar a liderança dos trabalhadores, instituindo-se, como diz Bronislaw Bazcko, como os “guardiões” do sistema, cada um com suas técnicas de manejo e representações simbólicas.¹⁴⁷⁵ O que ficou bastante claro por meio das fontes pesquisadas, é que tanto o projeto *trabalhista oficial*, evidenciado pelo PTB, quanto o projeto *trabalhista cristão*, que ganhou visibilidade com a Igreja Católica, lutavam para liderar aqueles sujeitos que já vinham tentando se organizar por conta própria e, nesse percurso, o PTB, em associação com o PCB, cooptava-os para atuarem mediante uma ação direta e a Igreja Católica, por sua vez, por meio de um caráter conciliatório. Os dois projetos acabaram por se colocar contra a *cultura política partidária* tradicional existente e tiveram forte resistência para a sua execução, fracassando, assim, as duas propostas *trabalhistas*. Um pela não ressonância social, no caso da oficial, a outra, apesar de articular um número de trabalhadores em razão da importância cultural da fé católica, não resistiu ao estado de exceção que se impôs ao País a partir de 1964.

¹⁴⁷⁵BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332, p. 299.

REFERÊNCIAS

1 Bibliografia

1.1 Livros

ABREU, Berenice. **Jangadeiros**: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. **Sindicatos, carisma e poder**: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **O que é política?** Fragmentos das obras póstumas compiladas por Ursula Ludz. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a.

_____. **A promessa da política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2012b.

_____. **Sobre a violência**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. V. 1. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O PTB e o Trabalhismo**: partido e sindicato em São Paulo: 1945-1964. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **UDN e udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significações de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retratos da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985**: camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **O bispo de todos os tempos**: uma biografia de Dom Avelar Brandão Vilela. Teresina: EDUFPI, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. reimp. da 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; São Paulo: Bertrand Brasil, 1990.

DARNTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: o grande massacre de gatos na Rua Saint-Severin. In: DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução: Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986a. p.103-140.

_____. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução: Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986b.

_____. **Os dentes falsos de George Washington**: um guia não convencional para o Século XVIII. Tradução: José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Poesia e Polícia**: redes de comunicação na Paris do século XVIII. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964). 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

DELUMEAU, Jean. **A história do medo no Ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOMINGOS NETO, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contaram**: o domínio oligárquico no vale do Parnaíba. São Paulo: Annablume, 2010.

DUTRA, Milton (Org.). **O trabalhismo de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Intermédio, 1986.

FACULDADE Católica de Filosofia. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 30 mar. 1958

FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: _____ (Org.). **Imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. p. 163-210.

_____. Quando os trabalhadores “QUEREM”: política e cidadania na transição democrática de 1945. In.: _____ (Org.). **Imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-194. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005c. p. 19-96.

_____. (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

_____; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FONSECA NETO, Antônio (Org.). **Dom Avelar Brandão Vilela**. Teresina: Nova Aliança, 2014.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e a análise do eu**. Porto Alegre, RS: L&P, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012a.

_____. **Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas, um antropólogo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012b.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

_____; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Grande dicionário histórico-biográfico piauiense 1549-1997**. Teresina: [s.n.], 1997.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2012.

KRUEL, Kenard. **Djalma Veloso: o político e a sua época**. Teresina: Zodíaco, 2006.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (Comp.). **Populismo y neopopulismo en América Latina: el problema de la Cenicienta**. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2. ed. Teresina: Fundação Cepro, 2002.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos Sociais e participação política**. Teresina (PI): Cepac, 1996.

MENDES, Felipe. **Economia e Desenvolvimento do Piauí**: Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o Fogo**: modernização e violência policial (1937-1945). Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

_____. **História e Memória da Rádio Pioneira de Teresina**. Teresina: Alínea Publicações, 2004.

PASQUALINI, Alberto. **Bases e sugestões para uma política social**. Santa Maria: Ipremec, 1994. (Obras Completas, v. 1)

_____. Governo e Partidos. In: DUTRA, Milton (Org.). **O trabalhismo de Alberto Pasqualini**. Porto Alegre: Intermédio, 1986. p. 40-42.

_____. Entrevista sobre trabalhismo. In: SIMON, Pedro. (Org.) **Atualidade de Alberto Pasqualini**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010. p. 243-253.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Org.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PINHEIRO, Aurea da Paz. **As ciladas do inimigo**: as tensões entre clericais e anticlericais no Piauí nas duas primeiras décadas do século XX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

PORTELA, Pe. Adriano; SANTOS, Pe. Danilo Pinto dos. **Dom Avelar Brandão Vilela**: um Bispo do Brasil-Nordeste. Brasília: CNBB, 2013 (Coleção Testemunhos, v. 1)

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 95. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCOTT, James C. **Los Dominados Y el arte de la resistência**: discursos ocultos. México: Ediciones Era, 2000.

SEIXAS, A. Jacy; BRESCIANNI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Org.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

SIMON, Pedro (Org.). **Atualidade de Alberto Pasqualini**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEIN, Leila Menezes. **Trabalhismo, círculo operário e política**: a construção do sindicato de Trabalhadores Agrícolas no Brasil (1954-1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008. (Coleção Trabalho e contemporaneidade)

TAVARES, Zózimo. **100 fatos do Piauí no século 20**. Teresina: Halley, 2000.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TITO FILHO, Arimatea. **O Piauí no Congresso Nacional**. Teresina: Comepi, 1980.

VASCONCELOS FILHO, Marcos. **Dom Avelar Brandão Vilela**: Cardeal primaz do Brasil. Maceió: Viva, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

1.2 Artigos

AGUIAR JR., José de Arimatéa Freitas; NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Getulização do Estado Novo no Piauí: comemorações cívicas, solenidades e inaugurações. In: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de; SOUSA, Ítalo Cristiano Silva e. **Olhares de Clio**: cenários, sujeitos e experiências históricas. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 141-152.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Proj. História**, São Paulo, n. 15, p. 145-155, abr. 1997.

ANDRADE, Luís Aureliano Gama de; SANTOS, Manoel Leonardo. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, Enxada e Voto. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio

(Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 157-173.

ARAÚJO, Reginaldo Alves de; MELO, Ana Amélia M. C. de. Uma ilustração à moda sertaneja: imprensa e linguagem política no sertão do Ceará (1824-1856). In: MELO, Ana Amélia M. C. de; OLIVEIRA, Irenísia Torres de (Org.). **Aproximações cultura e política**. Fortaleza: Expressão Gráfica e editora, 2013. p. 203-226.

ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Rocha Furtado: uma administração conturbada. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). **Governos e políticas públicas**: a experiência do Piauí. Rio de Janeiro: Booklink, 2009. p. 37-79.

AVELAR, Alessandro de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan./jun. 2011.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BAPTISTA, João Gabriel. Aspectos econômicos da produção agrícola do Piauí. **Revista Econômica Piauiense**, Teresina, v. 1, n. 2, p. 91-100, 1957.

BERCÉ, Yves-Marie. Rumores dos séculos modernos. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 173-181.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-366.

BOBBIO, Norberto. Oligarquia. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 836-838. (Volume II).

_____. Política. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 954-960.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-193.

BRASIL, Klésio Vieira; ASSUNÇÃO, Rosângela. Governo Jacob Gayoso: o desenvolvimento do Piauí como desafio. In: LIMA, Solimar Oliveira; ASSUNÇÃO, Rosângela (Org.). **Governos e políticas públicas**: a experiência do Piauí. Rio de Janeiro: Booklink, 2009. p. 80-111.

BURKE, Peter. O Jornalismo na História. In: MATTOS, Geísa; JAGUARIBE, Elisabete; QUEZADO, Ana (Org.). **Nordeste, Memórias e Narrativas da Mídia**. Fortaleza: Edição Iris/Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 16-30.

CALLIA, Marcos H. P. Apresentando a morte. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. (Org.). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 7- 16.

CARVALHO, José Murilo de. As proclamações da República. In.: _____ (Org.). **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 35-54.

_____. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 ago. 2014.

CASTRO, Mônica Mata Machado. O eleitorado popular brasileiro: composição e comportamento. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 289-299.

CESAREO, Vicenzo. Associacionismo Voluntário. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 64-66. (Volume 1).

CHARTIER, Roger. Normas e condutas: as artes de morrer. In: _____ (Org.). **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: Unesp, 2004. p. 131-172.

DABAT, Christine Rufino. Linhagens literárias na representação negativa do campesinato. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **História, Cultura e Trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p. 153-175.

DARNTON, Robert. Uma Entrevista com Robert Darnton. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 232-243, 1989.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, p. 61-71, 1994.

_____. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203.

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 127-154.

_____; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-131.

DULCI, Otavio Soares. As elites políticas. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 225- 235.

FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. As transformações na educação piauiense na Era Vargas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. **Anais...** Natal, RN, 2013. Disponível em: <http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364667310_ARQUIVO_EDUCACAONOPIAUI-ANPUH2.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2014.

FERREIRA, Afonso Henriques Borges. A distribuição interestadual de renda no Brasil, 1950-85. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 469-485, out./dez. 1996. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/679/8039>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-46.

_____. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 181-212, 2004.

_____. Carlos Lacerda governador da Guanabara: a crítica das esquerdas (1963-1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 154-173.

GARCIA, Sanny Maria dos Milagres Lopes; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Indicadores socioeconômicos da indústria de cera de carnaúba. In: GOMES, Jaíra Maria Alcobaça; SANTOS, Karla Brito dos; SILVA, Marcos Soares da (Org.). **Cadeia produtiva da cera de carnaúba: diagnóstico e cenários**. Teresina: EDUFPI, 2006. p. 99-118.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____ (Org.). **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GOMES, Angela de Castro. História, Historiografia e Cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel et al. (Org.). **Cultura política: ensaios de história cultural, cultura política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Maud, 2005. p. 21-41.

_____. Política: História, Ciência e Cultura etc. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

GORENDER, Jacob. O ciclo do PCB: 1922-1980. In: FORTES, Alexandre. (Org.). **Histórias e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 163-172.

GUILHON, Maria Virginia Moreira. **Sarneísmo no Maranhão: os primórdios de uma oligarquia**. 1996. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/160/3/SARNEISMO.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2014.

GULLAR, Ferreira. **Dentro da noite veloz**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LAMOUNIER, Bolívar. O que é que se constrói quando se constrói a democracia. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p.19-20.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-154.

MAGALHÃES, Francisco Laerte Juvêncio. A Carnavalização nos ritos culturais populares do Piauí. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006. **Anais...** Brasília, DF:UNB, 6 a 9 de setembro de 2006.

MARTINS, José de Souza. Anotações do meu caderno de campo sobre a cultura funerária no Brasil. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. (Org.) **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 73-92.

MENDES, Raimundo. O comércio piauiense. **Econômica Piauiense**, Teresina, v. 1, n. 2, p. 73, 1957.

MENDES, Simplício de Sousa. O processo eleitoral de 07 de outubro de 1962 no Piauí. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (número especial sobre as eleições de 1962), p. 55-79, jan. 1964.

MENDONÇA, Marina Gusmão. Imprensa e política no Brasil: Carlos Lacerda e a tentativa de destruição da *Última hora*. **Revista Histórica**, n. 31, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e comunicação política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 359-372.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Agitação política e direito trabalhista nos idos de 1964. In: _____; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera Lúcia Costa (Org.). **História, Cultura e Trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Editora da UFPE, 2011. p. 31-51.

_____. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 253-254.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-38.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Wall Ferraz: pequeno roteiro biográfico. In: _____ et al. (Org.). **Wall Ferraz: o homem e o estadista**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves - PMT, 1995. p. 9-54.

_____. Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e de Teresina através de jornais diários na década de 1970. **Clio**, Revista de Pesquisa Histórica, v. 28, n. 1, [2010]. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/99/70>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

NASCIMENTO, Osvaldo Soares. Esbôço de um projeto de desenvolvimento para o Piauí. **Econômica Piauiense**, Teresina, v. 1, n. 2, 1957.

NERI, Marcelo Côrtes (Coord.). **O novo mapa das religiões no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 2011. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/bd/rel3/REN_texto_FGV_CPS_Neri.pdf>. Acesso em: 2 out. 2013.

NEVES, Frederico Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-119, 2001.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. p. 7-28, 1993.

NOSSA razão de ser. **Revista Econômica Piauiense**. Teresina, v. 1, n. 2, p. 54, 1957.

PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos e mediação: a atuação da Igreja Católica, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Estado na questão agrária, no sul do Pará. In: CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovani (Org.). **A História e suas Práticas de Escrita**: relatos de pesquisa. Recife: Editora da UFPE, 2013. p. 97-135.

PEREIRA, Luciana de Lima. Bispado de Dom Severino Vieira de Melo: consolidação processo de romanização da diocese piauiense. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. **Anais...** Natal, RN, 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371321834_ARQUIVO_Bispado_de_Dom_Severino_Vieira_de_Melo.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (Org.). **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. V. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 9-21.

RABELO, Elson de Assis. Rumores da miséria, ecos da História: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos de 1950 e 1960. **Fênix, Revista de História e Estudos Culturais**, v. 6, ano VI, n. 1, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF18/ARTIGO_8_SECAO_LIVRE_ELSON_DE_ASSIS_RABELO_FENIX_JAN_FEV_MAR_2009.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.

REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Chapecó: Editora Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 173- 182.

REIS, Maria Cecília L. Gomes dos. A morte e o sentido da vida em certos mitos gregos. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury; CALLIA, Marcos H. P. (Org.) **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 17-54.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e a cultura da memória. In: MATTOS, Geísa; JAGUARIBE, Elisabete; QUEZADO, Ana (Org.). **Nordeste, Memórias e Narrativas da Mídia**. Fortaleza: Edição Iris/Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 32-45.

RIGINI, Marino. Sindicalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. p. 1150-1157. (Volume 2).

ROCHA, Jonas. A pequena produção rural no Estado do Piauí. **Carta Cepro**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 33-34, jan./jun. 1988.

RODRIGUES, Cláudia; FRANCO, Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Márcia (Org.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p. 157-184.

SANTOS, José Maurício Moreira dos; LIMA, Solimar Oliveira. Mutualismo no Piauí na Primeira República: uma análise da associação operária “União Progressista dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Parnahyba” através do jornal O Artista (1919-1922). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MUNDOS DO TRABALHO, 3., JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO, 7., 2014. **Anais...** Salvador, BA, 2014.

SILVA, Mairton Celestino. Burlar as normas, zombar da ordem: polícia, escravos e subversão urbana na província do Piauí, 1870-1888. **Fênix, Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, ano 5, n. 3, jul./ago./set. 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_11_MAIRTON_CELESTINO_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. História e Ficção em Palha de Arroz. In: FONTES, Ibiapina (Org.). **Palha de Arroz**. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002. p. 215-224. (Volume 1).

_____. A cidade incendiada: uma visão histórica e literária dos incêndios de Teresina. **Scientia et spes**: revista do Instituto Camillo Filho, Teresina, v. 1, n. 2, p. 315-342, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Elogio da complexidade. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 409-419.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes; SANTOS, José Maurício Moreira dos. **Velhos Camaradas**: contribuição inicial à história do Partido Comunista Brasileiro no Piauí (1932-1964). 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1397104178_ARQUIVO_ArtigoPCB-CongressodeHist.Oral.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2015.

TAVARES, Zózimo. Sangue e morte. In.: _____ (Org.). **100 fatos do Piauí no século 20**. Teresina: Halley, 2000. p. 57-58.

TEIXEIRA, Fernando. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). In: FORTES, Alexandre. (Org.). **Histórias e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapécó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 173-182.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste no pré-64: Reforma e ideologia. **Proj. História**, São Paulo, v. 29, tomo 1, p. 53-86, dez. 2004.

1.3 Monografias, Dissertações e Teses

ALMEIDA, Francisco Robério Batista. **A consolidação política do golpe no Piauí (1964-1966)**. 2001. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Piauí, Curso de História, Teresina, 2001.

ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto: trajetória e representação do Arcebispo do Piauí**. 2008. 211 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2008.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. **Oligarquias e elite política no Piauí: 1982-1995**. 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2000.

ASSUNÇÃO, Rosângela. **Política no Piauí: relações entre os poderes constituídos 1947-1951**. 2000. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000.

_____. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão: fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre a Igreja Católica e o regime militar em Teresina**. 2006. 229 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Ciências Humanas de Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2006.

DIAS, Aelson Barros. **Em nome do poder, da força e da honra: banditismo e violência nos confins do sertão sul piauiense**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

DIAS, Laécio Barros. **O sertão piauiense em pé de guerra: o conflito armado entre José Honório Granja e a família Lustosa Nogueira (1922-1926)**. 2012. 121 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

LIMA, Ana Cristina da Costa. **Práticas de devoção a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na Vila Operária, Teresina – PI**. 2009. 220 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2009.

LIMA, Flávia de Sousa. **Imprensa e discurso político: as disputas pelo poder no Governo de Chagas Rodrigues (Piauí, 1959-1962)**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em História do Norte e do Nordeste do Brasil) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife, PE, 2011.

MEDEIROS, Antônio José. **Sindicalização rural e mobilização camponesa na crise do populismo (o caso do Piauí: 1958-1964)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1994.

MORAIS, Erasmo Carlos Amorim. **Memória do Cais: Parnaíba, a cidade, o rio e a prostituição (1940-1960)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2012.

NOGUEIRA, Merlong Solano. **Pequenos produtores rurais: movimentos e interações com a Reforma Agrária: Brasil e Piauí (1970-1990)**. 1997. 192 p. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, SP, 1997.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960**. 2008. 274 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

PEREIRA, Luciana de Lima. **A Igreja em “tempos mundanos”**: a luta pela construção de uma neocristandade em Teresina (1948-1960). 2008. 244 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2008.

RABELO, Elson de Assis. **A História entre tempos e contratempos: Fontes Ibiapina e a obscura invenção do Piauí**. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

SILVA JÚNIOR, Leôndidas Freire. **Os operários e os jornais: as relações entre a imprensa operária e os trabalhadores(as) do Piauí na Primeira República**. 2013. 97 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2013.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. **Tempo de Esperança: camponeses e comunistas na constituição das Ligas Camponesas no Piauí entre as décadas de 1950 e 1960**. 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2015.

1.4 Livros e artigos consultados

ADUM, Hamil; FUGANTI, Mário. **Reforma Agrária: questão social e econômica**. [S.l.]: [s.n.], 1962.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. Os sete (e outros) pecados capitais do mau historiador. In: _____. (Org.). **Antimanual do mau historiador ou como se fazer uma boa história crítica?** Londrina: EDUEL, 2007. p. 19-33.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos)

- ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. II.
- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Otávio (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. **Reforma Agrária no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro, 1952. (Série Estudos e Ensaios nº 4)
- _____. Presidência da República. Secretaria de Imprensa. **Sem justiça não há paz**: as grandes definições de Jango. Brasília, DF, 1963 (Boletim Informativo, Suplemento 1)
- BRAZ, J. Smith. **A Reforma Agrária na China**: apontamentos de viagem. Rio de Janeiro, 1964.
- CARRANZA, Carlos P. **Reforma Agraria en America**. Argentina: [s.n.], 1961.
- CASTRO, Nils. As esquerdas latino-americanas: observações acerca de uma trajetória. In: FORTES, Alexandre. (Org.). **Histórias e perspectivas da esquerda**. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005. p. 69-112.
- COSTA, João Ribas. **Educação Fundamental pelo rádio**: alfabetização de adultos e cultura popular por meio de sistemas radiofônicos com recepção organizada. São Paulo: [s.n.], 1956.
- DISCURSO de posse do senhor Santiago Dantas como ministro das relações exteriores. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Imprensa Nacional, 1961.
- DISCURSO do deputado Fernando Ferrari na Sessão Solene de encerramento da Convenção Nacional do PTB. [1957]. (Discurso datilografado a partir de apinhado taquigráfico)
- FERRARI, Fernando. **Trabalhismo, nova armadura para novos rumos**. Discurso parlamentar e documentos políticos. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957.
- FOLHETO 1º de maio de 1953. **Getúlio Vargas e o trabalhismo**. Publicação do Partido Trabalhista Brasileiro, 1953. (Coleção Construindo para o Futuro)
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, jul./dez. 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945**: latência como origem do presente. Tradução: Ana Isabel Soares. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LA BOÉTIE, Étienne de. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Tradução: J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. (RT - Textos Fundamentais, v. 8)

- LAGREÉ, Michel. História religiosa e história cultural. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma nova história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 365-384.
- LASKI, Harold J. **Los Sindicatos**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1957.
- LENIN, V. I. **La cuestion agraria, em pensamento marxista**. [S.l.]: Lantauro, 1957.
- LIMA, Adamastor. **Da política personalista à política partidária**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955.
- LIMA, Archimedes Pereira. **Goiás a um passo da Reforma Agrária**. [S.l.]:[s.n.], 1961.
- LUCA, Tânia Regina. Anuário da Imprensa Brasileira (1942): uma leitura e muitos desafios. In: MATTOS, Geísa; JAGUARIBE, Elisabete; QUEZADO, Ana (Org.). **Nordeste, Memórias e Narrativas da Mídia**. Fortaleza: Edição Iris/Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 96-113.
- MAGANO, Virgílio dos Santos. **Reforma Agrária**. São Paulo: [s.n.], 1953.
- MARQUES, J Sousa. **O trabalhismo: sua gênese histórica – sua situação centrista**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1962. (Série Discursos Parlamentares)
- MENEGHETTI, Mario. **Idéias e sugestões sôbre a reforma agrária**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1959.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. O Fogão da Societé Anonyme Du Gaz, sugestões para uma leitura histórica da imagem publicitária. **Proj. História**, São Paulo, n. 21, p. 105-119, nov. 2000.
- _____. Fontes visuais, cultura visual e História visual. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O Trabalho na História do pensamento ocidental**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- MONTEIRO FILHO, Armando. **Anteprojeto de Reforma Agrária**. Aumento da produtividade, humanização do homem do campo. Rio de Janeiro/Brasília: Ministério da Agricultura: Edições SAI, 1962. (Série documentário n. 18)
- ODALIA, Nilo. **O que é Violência**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos)
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Reforma Agrária, defeitos da estrutura agrária que dependem do desenvolvimento econômico**. New York, [entre 1952 e 1962].
- PACHECO, José Aranha de Assis. **Dissídios trabalhistas e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Agir, 1947.

PINHO, Péricles Madureira de. **Notas à margem do problema agrário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Serviço de Documentação, 1954. (Cadernos de Cultura) PLANO de colonização da bacia Amazônica. **Reforma Agrária**: colonizando para reformar organizando (Reforma agrária sem desapropriação). [S.l.]: [s.n.], 1963.

PORFÍRIO. Pablo F. de A. **Medo, comunismo e revolução**: Pernambuco (1959-1964). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o governo Arraes**: nacionalismo em crise 1955-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUSA, Manoel Rodrigues de. **Por que Getúlio Vargas suspendeu o funcionamento do congresso em 1937?** Rio de Janeiro: [s.n.], 1957.

2 Fontes

2.1 Hemerográficas

2.1.1 Jornais

I CONGRESSO de Trabalhadores e camponeses do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1-6, 7 maio 1961.

I CONGRESSO Eucarístico de Teresina. Reuniões preparatórias. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 8, 10 jul. 1960.

I CONGRESSO Eucarístico de Teresina. Reuniões preparatórias. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 8, 10 jul. 1960.

I CONGRESSO Sindical dos Trabalhadores e Camponeses no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 16 abr. 1961.

I CONGRESSO Sindical dos Trabalhadores e Camponeses no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 28 mar. 1961.

I ENCONTRO de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1-4, 27 jan. 1963.

I ENCONTRO do JAC do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 8 nov. 1959.

10 MILHÕES para ação social arquidiocesana. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14 jun. 1959.

1º CONGRESSO Eucarístico de Teresina. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 13 nov. 1960.

1º DE MAIO de 1960. **O Dominical**. Teresina, n. 17, p. 4, 24 abr. 1960.

II ENCONTRO de Bispos do Nordeste. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 19 jul. 1959.

2 CONGRESSO Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Estado do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 29 mar. 1961.

3º ANO do Govêrno Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 4, 31 jan. 1962.

7 DE SETEMBRO. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

A ALMA piauiense abriu-se em emoção para homenagear Joaquim Parente. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 17 set. 1958.

A ARMA do povo. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 21 set. 1958.

A BATALHA judiciária na UDN. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 13 jan. 1953.

A BONDADE vermelha. **Jornal do Piauí**, Teresina, ano XI, n. 991, p. 4, 18 jan. 1962.

A CÂMARA Federal homenageará amanhã a memória de Marcos Parente e Demerval Lobão. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

A CANDIDATURA de Eduardo Gomes no Piauí. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 1º jun. 1945.

A CANDIDATURA democrática do Piauí. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 26 abr. 1945.

A CONVENÇÃO do PTB. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 10 jul. 1952.

A ENCÍCLICA Mater et Magistra e a Reforma Agrária. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 22 abr. 1962.

A FALA de Agenor. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 13 set. 1958.

A FAREPI em solidariedade. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 6 jun. 1959.

A HORRÍVEL catástrofe da Cruz do Cassaco. **O Dia**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

A IMPRENSA carioca e a catástrofe do dia 04. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

A JOC luta pela liberdade sindical. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 14 maio 1960.

A OPOSIÇÃO em marcha ré. **O Dia**, Teresina, p. 2, 27 maio 1962.

A PALAVRA da Igreja. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 27 mar. 1962.

A POLÍCIA estudantil presta homenagem aos mártires piauienses. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 set. 1958.

[A PORCA fantasma]. **Folha do Nordeste**, n. 245, p. 3, 18 nov. 1962.

A PRIMEIRA oração do candidato opositor. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1-4, 6 abr. 1958.

A RAZÃO do movimento pró-Matias Olimpio. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

A RENDIÇÃO udenista. **O Dia**. Teresina, p. 6, 19 jan. 1958.

A REPRESENTAÇÃO federal. **A cidade**, Teresina, p. 1, 21 ago. 1951.

A SAUDAÇÃO do governador Chagas Rodrigues ao Núncio Apostólico... **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1-8, 6 nov. 1960.

A SEGUNDA independência. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 9 set. 1962.

A TODOS que foram tragados pela impressionante tragédia.... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 set. 1961.

A TRÁGICA morte de Demerval Lobão, Marcos Parente e outras vítimas no desastre do dia 04. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

A USPFAP lidera o movimento contra o alto custo de vida. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 11 jan. 1959.

A VISITA do ministro Montoro. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 1, 9 maio 1962.

A VOZ da juventude. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 3, 8 ago. 1962.

ABANDONADO pelos udeno-trabalhistas os despojos de Marcos Parente. **O Dia**, Teresina, p. 6, 14 set. 1958.

ABATIDO a tiros. **Diário de Notícias**, p. 3, 2 out. 1945.

ACADEMIA Piauiense de Letras. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 1, 3 maio 1962.

AÇÃO comunista intensa em toda região nordestina. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 21 jun. 1959.

ACERTO na posição tomada. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 23 jun. 1960.

ACONTECEU no Parlamento. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 31, 13 out. 1946.

ADVERTÊNCIAS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 26 jun. 1945.

AGENOR versus o povo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 11 set. 1958.

AGENOR, o desrespeitoso. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

AGENTES subversivos do latifúndio incendiam associação camponesa. **Terra Livre**, São Paulo, p. 7, jan. 1964.

AGITACAO nas ruas de Teresina. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 28, 27 out. 1946.

AGUIAR, Chrysippo de. Cortina de Fumaça. **O Dia**, Teresina, p. 5, 11 abr. 1954.

AGUIAR, E. Queixas e ameaças. **O Dia**, Teresina, p. 1, 28 dez. 1952.

AINDA a medicância. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 24 jan. 1962.

AINDA há homens que dormem, mas estão para acordar. **Terra Livre**, São Paulo, p. 2, 2. quinzena de dezembro, 1954.

AINDA o caso de Parnaíba. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 3 ago. 1958.

AJUDA às vítimas da inundação no Piauí. **O Semanário**, Rio de Janeiro, p. 7, 9 a 15 abr. 1960. Reproduzido em **O Dominical**, Teresina, p. 6, 10 abr. 1960.

AL NETO. O comunismo e a febre aftosa. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 27 mar. 1955.

_____. Política. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 27 fev. 1953.

ALENCAR, Guedes. Reforma Agrária. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 03, 11 fev 1960.

ALMEIDA, Pe. Arêa. Capela da Vila Operária. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 14 jun. 1953.

AMPLA repercussão política alcançou a convenção do PTB. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1, 15 jan. 1958.

AO POVO do Piauí. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 1, 29 out. 1946.

AO POVO piauiense. **O Dia**, Teresina, p. 1, 24 maio 1962.

AO PÚBLICO, aos chefes das oposições coligadas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 21 set. 1958.

AO REVMO. clero e fiéis da diocese de Parnaíba. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 22 mar. 1959.

AOS OPERÁRIOS católicos de Teresina. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 13 mar.1949.

APELO ao governador contra os americanos. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 dez. 1962.

APONTAMENTOS sobre a sessão de ontem em homenagem a D. Avelar. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 17 jan. 1960.

APOSIÇÃO dos retratos. **O Dia**, Teresina, p. 1, 4 fev. 1962.

APROXIMA-SE a batalha. Cunha e Silva é o autor. **O Dia**, Teresina, p. 5, 24 jan. 1954.

ARAÚJO, José Jairo Silva. O Trabalho. **Colégio**, Parnaíba, p. 1, 3 maio 1960.

ARAÚJO, Simplício. Salário Mínimo. Da Coluna: duas Colunas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 11 jan.

ARCEBISPO de Teresina anuncia o Primeiro Ensaio de Reforma Agrária. **O Dominical**, Teresina, p. 1-6, 19 jul. 1959.

ARCEBISPO. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 3 nov. 1961.

ARRUDA, Pe. José. Qual Candidato? **O Dominical**, Teresina, p. 1-4, 18 abr. 1954.

AS CLASSES trabalhadoras fazem reivindicações. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 5, 9 mar. 1958.

AS REFORMAS. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 22 jul. 1962.

ASA encerra mais um curso de formação familiar. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 2 nov. 1958.

ASPECTOS da constituinte. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 13 mar. 1946.

ASSASSINOS. **O Piauí**, Teresina, p. 1, 10 nov. 1946.

ASSEMBLEIA Legislativa prestará homenagem. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 set. 1961.

ASSEMBLEIA votou contra os humildes. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 jan. 1963.

ASSISTÊNCIA social. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 12 ago. 1961.

[ASSOCIAÇÃO]. **Terra Livre**, São Paulo, p. 8, abr. 1963.

ASSUNTOS. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 14 jan. 1962.

ATENÇÃO teresinense. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 18 fev. 1961.

ATIVIDADE da Suprano Piauí. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 8 ago. 1963.

ATUAÇÃO do IBAD no Piauí. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 5, 26 nov. 1962.

BANCO da Providência. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 5 jun. 1960.

BARROMELI, Carlos. Um e quatro. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 11 set. 1958.

BENÉFICA atuação do deputado José Cândido Ferraz. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 18 ago. 1948.

BRITO, Bugyja. Dom Avelar Brandão Vilela – um grande homem de bem. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 5 abr. 1958.

BRIZZOLITE. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 29 jul. 1962.

CABRAL, Pe. J. A conversão na Rússia. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 19 jun. 1949.

CABRAL, Pe. J. Lição de Budapeste. **O Dominical**, p. 3, 24 abr. 1949.

CAFÃO. Piauí - a Marcha do Trabalhismo. **O Dia**, p. 1, 3 maio 1962.

CÂMARA Federal. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 3 jun. 1956.

CAMPANHA de insultos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 25 nov. 1945.

CAMPANHA de Marcos Parente. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 10 ago. 1958.

CAMPELO, Murilo. Estado do Piauí marcha para o sul. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 6-7 nov. 1959.

CANDIDATO morre em desastre. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 1-2, 5 set. 1958.

CANDIDATOS ao governo e ao Senado. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 13, 7 set. 1958.

CANDIDATOS aprovados. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 12 set. 1954.

CANDIDATOS. **O Dia**, Teresina, p. 1-4, 10 abr. 1958.

CAPA. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 3 out. 1958.

CARNAÚBA, José. Vá às favas, Velhinho! **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 29 out. 1961.

CARNAÚBA, Zé. O jornal do Joaquim. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 14 jan. 1962.

CARTA aberta ao desembargador Simplício Mendes. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 2 jul. 1961.

CARTA aberta ao professor Simplício de Sousa Mendes. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 21 mar. 1959.

CARTA aberta de um operário do Piauí a Janio Quadros. **Terra Livre**, São Paulo, p. 3, maio 1961.

CARTA de Parnaíba. **O Dia**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1951.

CARTAS do Rio. **O Dia**, Teresina, p. 6, 1º fev. 1954.

CARTAS dos leitores. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 21 jan. 1962.

CARVALHO, Arimatéia. Vida e Morte de Zezé Leão. **Meio Norte**, Teresina, p. 1, 9 ago. 1998.

CASCUDO, Luis da Câmara. Nas terras do Piauí. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 6 dez. 1952.

CASO do Piauí. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 15 fev. 1959.

CAVALCANTI, Tenório. Desventuradas populações. **A Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 3, 2 mar. 1957.

CENTENAS DE camponêses no município de Teresina ameaçados de não fazerem roça este ano. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 12 ago. 1962.

CENTRO Artístico homenageia Chagas Rodrigues e senhora. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 3, 20 ago. 1961.

CÉREBRO de tatu. **O Dia**, Teresina, p. 4, 2 out. 1958.

[CHAGAS Rodrigues, governador recém-empossado, no ano de 1959]. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 25 jan. 1959.

CHAGAS concede importante entrevista. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 20 maio 1962.

CHAGAS Rodrigues em Brasília. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 16 mar. 1962.

CHAGAS Rodrigues presta contas ao povo. **O Dia**, Teresina, p. 2, 4 fev. 1962.

CHAGAS Rodrigues renuncia. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 8 jul. 1962.

CHAGAS, na imprensa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 jul. 1961.

CHEGARÃO hoje. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 16 set. 1958.

CINCO pontos básicos de desenvolvimento. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1, 22 fev. 1959.

CIRCULA no Piauí um jornal da oposição. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 25 set. 1945.

CLARIM vermelho. **Jornal do Piauí**, Teresina, ano XI, n. 1008, p. 1, 22 mar. 1962.

CLAUDIUS. A rendição udenista. **O Dia**, Teresina, p. 6, 19 jan. 1958.

CLAUDIUS. Eis o homem! **O Dia**, Teresina, p. 1, 26 jan. 1958.

CLICHÊ. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 26 jun. 1960.

CLICHÊ. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 7 jul. 1960.

CLICHÊ. **O Dia**, Teresina, p. 4, 22 maio 1962.

CLICHÊ. **Terra Livre**, São Paulo, p. 3, fev. 1963.

CLICHÊ. **Terra Livre**, São Paulo, p. 8, set. 1962

CLIDENOR diz... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 5 abr. 1962.

CLUBE dos Advogados. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 8, 7 set. 1958.

COISAS da política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6. 24 abr. 1945.

COISAS de política, Fortaleza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 17 jul. 1945.

COISAS de política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 3 out. 1945.

COISAS de política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 8 ago.1945.

COLUNA epistolar. De irmão para irmão. **O Dia**, Teresina, p. 4, 15 maio 1962.

COLUNA: sindicatos trabalhistas. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 10-11 mar. 1960.

COMEMORAÇÃO ao trabalho. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 24 abr. 1960.

COMEMORAÇÕES do primeiro de maio. Convite. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 26 abr. 1959.

COMENTÁRIOS. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 17 out. 1962.

COMICIO atômico. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 12 ago. 1945.

COMITÊ Nacionalista Pró-Lott. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 7/8 fev. 1960.

COMO encara a Rádio Difusora de Teresina a reviravolta política piauiense. **O Dia**, Teresina, p. 8, 7 dez. 1952.

COMOVENTE homenagem da Câmara Federal à Marcos Parente. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2-3, 18 set. 1958.

COMUNICADO da Secretaria de Imprensa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 abr. 1959.

COMUNICADO mensal. Conferência nacional dos Bispos do Brasil, n. 89, p. 24, fev. 1960.

COMUNICADO mensal. Conferência nacional dos Bispos do Brasil, n. 89, p. 25, fev. 1960.

COMUNICADO Oficial da Comissão Central de Amparo às Vítimas das Inundações. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 7 abr. 1960.

COMUNISTAS. **Folha da Manhã**. Teresina, n. 1353, p. 2, 20 set. 1962.

CONCENTRAÇÃO. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 15 set. 1963.

CONCENTRAÇÃO petebista em homenagem à memória de Getúlio Vargas. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1, 20 abr. 1958.

CONCENTRAÇÃO popular. **O Piauí**. Teresina, p. 1, 2 set. 1954.

CONFIRMADO: Chagas é comunista! **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 11 jan. 1962.

CONSCIÊNCIA entorpecida. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

CONSCIÊNCIAS mortas. **O Dia**, Teresina, p. 1-6, 23 nov. 1952.

CONSIDERAÇÕES sobre a política do governador. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 25 set. 1960.

CONSIDERAÇÕES sobre a política do governo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 25 set. 1960.

CONTRASTE. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 24 set. 1958.

COOPERE na Campanha do Trôco... **O Dominical**, Teresina, p. 2, 25 dez. 1959.

COSTA NETO, Olympio Vaz. Política da desmoralização. **O Dia**, Teresina, p. 1, 29 mar. 1962.

COSTA, Olympio. Estado do Piauí – desordem e subversão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

COSTA, Paulo Dias. A Encíclica Mater et Magistra: o valor humano do trabalho. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 10 fev. 1963.

COSTAS, Ruth. Cinco razões que explicam a queda de Marina. **BBC Brasil**, São Paulo, 5 out. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141003_marina_queda_ru>. Acesso em: 7 jul. 2015.

CRESCER no Piauí o Movimento Camponês. **Terra Livre**, São Paulo, p. 3, ago. 1962.

CRESCER o PTB. **Jornal do Piauí**. Teresina, p. 2, 1º jan. 1954.

CRUZ, Mons. Arias. Cuidado, Eleitor! **O Dominical**, Teresina, p. 6, 21 set. 1958.

CUNHA E SILVA. Acôrdo. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 10 set. 1953.

_____. Confronto. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 3 fev. 1952.

_____. Cruzada Cristã. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 3 abr. 1952.

_____. Mentalidade primária. **O Dia**, Teresina, p. 4, 1º maio 1962.

_____. Política Partidária. **O Dia**, Teresina, p. 4, 8 fev. 1962.

_____. Política sucessória. **O Dia**, Teresina, p. 6, 11 mar. 1962.

_____. Reforma Agrária. **O Dia**, Teresina, p. 4, 8 abr. 1962.

CÚPULAS e fôrças populares. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 19 ago. 1962.

CÚRIA metropolitana. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 27 jul. 1958.

CURSO de treinamento de dirigentes de Clubes Agrícolas. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 2 mar. 1958.

CURY, Kamal. Opinião pública consagra Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 6, 18 fev. 1962.

D. AVELAR ajuda o Piauí a vencer o Subdesenvolvimento. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 16 ago. 1959.

D. AVELAR Brandão Vilela. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 27 fev. 1959.

D. AVELAR completa hoje 15 anos na Arquidiocese de Teresina. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 5 maio 1971.

D. AVELAR e seu plano de ação. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 26 fev. 1956.

D. AVELAR regressa do Rio de Janeiro. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 5 ago. 1956.

DANTAS, Deoclécio. Em defesa do SERSE. **O Dia**, Teresina, p. 6, 21 jan. 1961.

DATAFOLHA mostra Marina Silva com chances de Vitória. **CartaCapital**, 18 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/carta-nas-eleicoes/data-folha-mostra-marina-silva-com-chances-de-vitoria-4186.html>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

DE LUTO o Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.

DE MONÇÃO. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 7 fev. 1962.

DECLARAÇÃO. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 31 mar. 1962.

DECLARAÇÃO. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 1, 28 jul. 1963.

DECLARAÇÕES contraditórias. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 10 jul. 1952.

DEFENSOR dos pobres. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 28 jan. 1962.

DEFINE-SE Leônidas Melo, apoiando candidatura Demerval Lobão Vêras. **Folha da Manhã**, Teresina p. 1, 2 ago. 1958.

DEMAGOGIA semanal. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 22 nov. 1961.

- DEMerval Lobão. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 20 abr. 1958.
- DEMerval Lobão: o grande líder. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.
- DENÚNCIA de violência. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 30 nov. 1961.
- DEP. CHAGAS Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 1, 21 set. 1958.
- DEPARTAMENTO de Estradas de Rodagem – administração e progresso. **O Dia**, Teresina, p. 1-2, 17 dez. 1961.
- DEPUTADO e candidato ao governo morrem num desastre de jipe no Piauí. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 4, 5 set. 1958.
- DEPUTADOS Federais do PTB. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 21/22 jan. 1960.
- DEPUTADOS petebistas reprovam as ligas camponesas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 29 mar. 1962.
- DESARMONIA entre os Poderes. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 29 nov. 1961.
- DESASTRE (10 mortos) no Piauí faleceram os dois candidatos da coligação PTB-UDN. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 2, 5 set. 1958.
- DESASTRE cobriu de luto o Piauí. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 14, 5 set. 1958.
- DESASTRE da Cruz do Cassaco. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.
- DESBARATADOS. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 4 fev. 1963.
- DESLUMBRANTE apoteose cívica. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 19 set. 1958.
- DESRESPEITO aos mortos e aos sentimentos do Povo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 10 set. 1958.
- DIAS, Maurício. Mens sana in corpore sano para Dom Avelar. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 1º nov. 1959.
- DIRETORIO Academico da Faculdade de Direito. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14/15 set. 1958.
- DIRETRIZES e bases doutrinárias do Partido Trabalhista Brasileiro. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 15 maio 1959.
- DISCURSO pronunciado na Câmara Federal, pelo deputado Chagas Rodrigues na Sessão de 03/07/51. **O Dia**, Teresina, p. 2, 9 ago. 1951.
- DISSOLVIDO por um grupo de padres um comício comunista em Parnaíba. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 4, 25 jun. 1945.

DOM AVELAR Brandão Vilela – Embaixador piauiense junto às autoridades federais. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 31 mar. 1960.

DOM AVELAR Brandão Vilela fará importante pronunciamento. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 23 mar. 1962.

DOM AVELAR Brandão Vilela. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 dez. 1960.

DOM AVELAR diz que a Igreja quer Reforma Agrária, mas não apóia Ligas Camponesas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 8 nov. 1961.

DOM AVELAR diz que a Igreja quer Reforma Agrária, mas não apóia Ligas Camponesas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 4 nov. 1961.

DOM AVELAR obteve amplos recursos para socorro aos flagelados. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 5, 14 abr. 1960.

DOM AVELAR, 15 anos no Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1-14, 5 maio 1971.

DOM AVELAR. Declaração. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 28 jul. 1963.

DOM AVELAR. Governo Arquidiocesano. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 23 set. 1962.

DOM FELIPE Conduru. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 22 mar. 1959.

DOM SEVERINO Viera de Melo. **O Dominical**, Teresina, p. 1-2, 20 jun. 1955.

DOS OPERÁRIOS ao prefeito. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 1º jan. 1961.

DR. DERMERVAL Lobão. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 14 fev. 1960.

DRUMOND JR., A. Canto de página. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 27 mar. 1962.

DRUMOND JR., A. Canto de página. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 28 mar. 1962.

DRUMOND JR., A. Canto de página. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 4 abr. 1962.

DUAS correntes iguais. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 8 fev. 1962.

DUAS ou três centenas de professores comparecem ao Karnak. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 7-8 fev. 1960.

E O PROBLEMA da carne verde continua. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 jan. 1959.

EDITAL de Convocação... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 8 abr. 1962.

EDITORIAL. **O Dia**, Teresina, p. 1, 5 fev. 1961.

EIS o homem. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 5, 2 fev. 1958.

ÊLE, sempre êle. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 jul. 1961.

EM TÔRNO da sucessão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 11 set. 1958.

EM TÔRNO da sucessão. **O Dia**, Teresina, p. 1-4, 14 set. 1958.

ENSINO rural. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 21 maio 1952.

ENTREVISTA com Dom Avelar. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 18 fev. 1962.

ENTREVISTA de Dom Avelar à Revista Fatos e Fotos. **O Dominical**, Teresina, p. 1-4, 1º abr. 1961.

ERRO na escolha, sim. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 abr. 1961.

ESCARPELANDO. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 8, 31 ago. 1958.

ESCLARECENDO a verdade. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 8 abr. 1962.

ESCONDEM ou negam apoio a Goulart? **Estado do Piauí**, Teresina, p. 3, 16 jun. 1960.

ESCOLHA de outro nome para Avenida Getulio Vargas. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 29 out. 1946.

ESCOLHA de portas fechadas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 fev. 1958.

ESPANCAMENTOS. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 25 jun. 1961.

ESPETACULAR demonstração de força a recepção líderes Oposicionistas Joaquim Parente - Leonidas - Vitorino Côrrea. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 18 set. 1958.

ÊSSE Chagas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 1º dez. 1961.

ESTACA zero. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 12, 5 set. 1958.

ESTARRECEDOR a confissão. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 18 set. 1958.

ESTATUTO da Associação Rural de São Raimundo Nonato. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 11 jan. 1959.

ESTIMULO à mendicância. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 3, 8 jun. 1962.

EX-ALUNOS da Escola Superior de Guerra visitam o Piauí. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 5, 8 maio 1962.

EXCOMUNGADOS. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 30 jan. 1949.

EXPEDIENTE vergonhoso. **A Cidade**, Teresina, p. 6, 10 jun. 1962.

FALANDO com o povo. **O Tempo**, Parnaíba, 19 ago. 1960.

“FALANDO com o povo”. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 nov. 1961.

FALANDO francamente. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 25 fev. 1962.

FALSO conceito. **O Dia**, Teresina, p. 1, 21 set. 1958.

FATÍDICA e sinistra UDN. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 set. 1958.

FATOS em foco. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 5 nov. 1961.

FATOS inéditos no Piauí. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 30 jul. 1959.

FATOS políticos. **O Dia**, Teresina, p. 5, 9 maio 1954.

FEDERAÇÃO das Associações Rurais do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 jul. 1960.

FEDERAÇÃO das Associações Rurais do Piauí. Convite. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 19 mar. 1961.

FERRAZ, José Cândido. Arrancando o Capus. **O Dia**, Teresina, p. 8, 21 dez. 1952.

FERREIRA, Alvaro. Mendicância. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 6 mar. 1958.

FESTIVIDADES e homenagens ao governador do Estado em São Raimundo Nonato. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 1º jul. 1962.

FICARAM os que mais trabalharam pelo povo. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1-4, 28 nov. 1962.

FINANCIAMENTO da cêra de carnaúba. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 4, 30 mar. 1952.

FOLHA da Manhã. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 10 set. 1961.

FOME. **O Dia**, Teresina, p. 6, 4 nov. 1951.

FORMAÇÃO religiosa e social. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 16 mar. 1958.

FORTALECIMENTO do Partido Trabalhista Brasileiro. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 5 nov. 1961.

FORTALECIMENTO do PTB no Piauí. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4-2, 22 out. 1961.

FRANCO, J. Patrício. Outros assuntos. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 4, 8 maio 1962.

FREITAS Santos comenta Operação Nordeste. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 1º mar. 1959.

FUGIU à rotina. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 abr. 1959.

FUNDADA A União Democrática Piauiense. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 maio 1945.

FUNDADA União Artística e Operária Esperantinense. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 12 abr. 1958.

GAYOSO FREITAS, J. O caso do PTB. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 7 mar. 1954.

GENERAL Ademar Rocha. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 jan. 1958.

GESTO nobilitante. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 6, 7 abr. 1960.

GOMES, Pimentel. Os chapadões do Meio Norte. **O Dia**, Teresina, p. 4, 30 nov. 1958.

GOVERNADOR Chagas Rodrigues fala ao povo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 15 out. 1961.

GOVERNADOR Chagas Rodrigues telegrafa ao Presidente do Supremo... **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 8, 23 out. 1960.

GOVERNADOR Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 1, 31 jan. 1962.

GOVERNADOR distribui terras aos lavradores. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 29 out. 1961.

GOVERNADOR em ação. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 3, 1º maio 1959.

GOVERNADOR focaliza problemas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 24 maio 1959.

GOVERNADOR homenageado. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 14 jan. 1962.

GOVERNADOR Rodrigues inaugurará a “Ponte dos Trabalhadores”. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 30 abr. 1961.

GOVERNADOR rompeu com a UDN. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 jun. 1961.

GOVERNADOR visita o Tribunal de Justiça. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1-6, 13 maio 1959.

GOVERNADOR X COAP. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 19 fev. 1961.

GOVERNADORES com Jango em S. Borja. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 1, 29 jan. 1959.

GOVÊRNO de realizações. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 7 nov. 1961.

GÔVERNO diocesano. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 19 mar. 1964.

GOVERNO do Estado ampara a laboriosa classe operária de Teresina. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 4, 12 jun. 1960.

GOVERNOS populistas. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 6, 4 maio 1962.

GRANDES homenagens recebeu Dom Avelar na data de ontem. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 29-30 out. 1959.

GRATUITO: Colégio Estadual Lima Rabelo. **Gazeta do Piauí**, Parnaíba, p. 1, 4 jul. 1959.

GUERRA, S. D. Parabéns, Governador! **O Dia**, Teresina, p. 6, 21 jan. 1961.

GUERRA, S.D. Levianos. **O Dia**, Teresina, p. 1, 18 fev. 1962.

HIENAS da política. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 16 set. 1958.

HOJE missa pelas vítimas da catástrofe. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.

HOMENAGEADO o dep. Frota Moreira. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 18 jan. 1953.

HOMENAGEM ao Arcebispo. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 27 out. 1961.

HOMENAGEM da Assembléia Legislativa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4-3, 5 set. 1958.

HOMENAGEM da Câmara Federal. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 26/27 set. 1959.

HOMOLOGADA a convenção da UDN. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1. 1º abr. 1953.

HORA católica. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 30 abr. 1961.

IDEALIZAÇÃO política. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 21 ago. 1960.

IMPERIOSA explicação Chagas deve ao povo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 3 fev. 1962.

IMPORTANTES conclusões. **O Dominical**, Teresina, p. 1-4, 22 ago. 1954.

INIMIGO fidagal da Igreja. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 27 jun. 1948.

INSTALA a sua primeira secção no Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 14 jun. 1959.

INTRANQUILIDADE no Piauí. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 19 set. 1945.

INTRODUÇÃO indébita. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 set. 1961.

IRRESPONSÁVEIS. **O Dia**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

J. GOULART credencia Chagas Rodrigues como observador. **A Cidade**, Teresina, 10 jun. 1962.

JARDIM, Lauro. Pesquisa mostra Marina Silva em primeiro [lugar] em SP; no estado, venceria no primeiro turno, indica Jardim. **Folha Política**, 25 ago. 2014. Disponível em:

<<http://www.folhapolitica.org/2014/08/pesquisa-mostra-marina-silva-em.html>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

JK ANUNCIA no Catete. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 5, 17 fev. 1959.
JOC em marcha. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 28 jun. 1959.

JOC. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 22 fev. 1959.

JORNALISTA Nerina Castelo Branco endereça carta a Dom Avelar. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 23 out. 1960.

JUVENTUDE operária católica. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 24 abr. 1960.

L.S. TERRENO propício. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 14 set. 1958.

LAÇOS culturais ligando o govêrno ao estudante piauiense. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 2, 3 jun. 1962.

LATIFUNDIÁRIOS querem expulsar campôneses de suas terras. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 28 jan. 1962.

LEGISLATIVO pitorêsko. **O Dia**, Teresina, p. 1-3, 3 dez. 1961.

LEITE, Cristina. Dr. Marcos. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 11 set. 1958.

LEMOS, Andocides. Crônica da Cidade. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 fev. 1960.

LÍDERES sindicais visitam o presidente do Legislativo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17 abr. 1958.

LIGA feminina trabalhista cria núcleos. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 6 maio 1962.

LIGA Nacionalista do Piauí. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 28 maio 1959.

[LIGAS Camponesas]. **Jornal do Piauí**, Teresina, ano XII, n. 1061, p. 4, 25 dez. 1962.

LIGAS do Piauí tem apôio do govêrno e da Igreja. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 18, 13 out. 1961.

LIMA, Benedito Castro. Esclarecendo a verdade. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 1º abr. 1962.

_____. A verdade. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 16 fev. 1962.

_____. Sublime virtude. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 12 jan. 1962.

LOJA Maçônica Cruzeiro do Sul 5ª. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 13 set. 1958.

LUTA pela sobrevivência. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 16 fev. 1961.

- LYRA, Severino. Uns e outros. **O Dia**, Teresina, p. 4, 12 set. 1954.
- MAC sem máscara: Lacerda é o culpado. **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 3, 12-18 jan. 1962.
- MACHADO, Germano. Dimensões da caridade. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 27 nov. 1960.
- MAGNÍFICA recepção a Dom Avelar. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 14 jul. 1963.
- MAIS apoio ao deputado Constantino. **A cidade de Teresina**, p. 1, 1º abr. 1962.
- MANDADO DE segurança para um farmaceutico. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 3, 22 jun. 1945.
- MANIFESTO do Mapi. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 11 mar. 1962.
- MARIA do Carmo Rodrigues. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 15 jul. 1962.
- MENDES, Anchieta. Missão social da Igreja. **O Dominical**, Teresina, p. 22, jan. 1956.
- MENDES, Padre Davi. Bilhete de Amarante. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 16 set. 1962.
- _____. Bilhete de Amarante. **O Dominical**, Teresina, p. 4-2, 25 nov. 1962.
- MENDES, Simplício de Sousa. A paranóia evolui. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 23 mar. 1962.
- _____. A tragédia do dia quatro. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.
- _____. Ainda no setor interno. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 29 abr. 1961.
- _____. Anonimato. **Folha da Manhã**, Teresina, n. 1106, p. 6, 31 out. 1961.
- _____. Apresentava-se a Revolução. **O Dia**, n. 1220, p. 3, 19 abr. 1964.
- _____. Azeite na fogueira. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 nov. 1961.
- _____. Bem amado, Catavento. **Folha da Manhã**, Teresina, n. 1126, p. 6, 26 nov. 1961.
- _____. Bem Amado, o artista. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 18 nov. 1961.
- _____. Congresso de Operários e Camponeses. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 30 abr. 1961.
- _____. Êle próprio festeja... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 9, 27 jan. 1962.
- _____. Este lugar não me cabe, mas, sim, a um irmão do grande Marcos. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.
- _____. Fernando Ferrari. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 11 jun. 1960.

- _____. Funda de Davi. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 30 maio 1961.
- _____. Imposto territorial II. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 14 jun. 1960.
- _____. Ligas camponesas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 17 ago. 1960.
- _____. O Bem amado, socialista. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 31 dez. 1961.
- _____. Propriedade territorial e homem ruralista. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 23 jun. 1960.
- _____. Salário Mínimo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 6 mar. 1959.
- _____. Sem ética e sem decência. **Folha da Manhã**, Teresina, n. 1103, p. 6, 27 out. 1961.
- _____. Terceira Fôrça. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 1º nov 1961.
- _____. De Termópilas à Maratona. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 31 maio 1961.
- MENDICÂNCIA em Teresina. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 7 fev. 1960.
- MENDICÂNCIA. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 3 mar. 1961.
- MENDICIDADE. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 12 maio 1959.
- MENSAGEM de pesar do Centro Artístico Operário. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14/15 set. 1958.
- MENSAGEM do govêrno do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 25 dez. 1960.
- MENSAGEM do Govêrno do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 37, 1962.
- MENSAGEM do vice-presidente João Goulart. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.
- MENSAGEM telegráfica aos presidentes da UDN E PTB. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 8, 7 set. 1958.
- MINISTÉRIO do Trabalho, Indústria e Comércio. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 11 jan. 1959.
- MORADORES do Poti Velho homenagem o governador. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 4 fev. 1962.
- MORREM em desastre no Piauí dois candidatos a governador e senador. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 5 set. 1958.
- MOTA, Paulo. Serviço social do estado, setor de organização da comunidade. **Estado do Piauí**, p. 6, 25 set. 1960.

- MOTTA, Renato. No seu I Congresso sindical [...]. **Jornal Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 6, 19 a 25 maio 1961.
- MOXINITADO administrativo. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 20 ago. 1959.
- NÃO é o maior. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 24 out. 1961.
- NÃO existe Dutrismo político. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 2, 24 jul. 1952.
- NÃO há crise política no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 24 fev. 1959.
- NÃO negamos ao Sr. Chagas Rodrigues... **Jornal do Piauí**, Teresina, n. 1011, p. 1, 1º abr. 1962.
- NEM COVARDIA, nem inverdade. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 30 mar. 1962.
- NEM que seja um anjo. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 30 out. 1946.
- NO PIAUÍ govêrno não tem oposição. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 mar. 1959.
- NOMEADA a sra. Chagas Rodrigues para LBA. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 26 abr. 1959.
- NOSSO Governador!... **O Dia**, Teresina, p. 4, 28 jan. 1962.
- NOTA do governador Chagas Rodrigues ao povo piauiense. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 19. out. 1961.
- NOTA oficial. Associação dos Magistrados Piauienses. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 18 mar. 1961.
- NOTA oficial. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.
- NOTA oficial. **O Dia**, Teresina, p. 3, 6 ago. 1958.
- NOTAS e política. Benicio não durou 72 horas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 5 fev. 1959.
- NOTAS e política. Vetado o nome de Tobias. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 18 jan. 1959.
- NOTAS e políticas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 jan. 1959.
- NOTICIÁRIO do Tribunal de Justiça do Estado. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 17 mar. 1961.
- NOTÍCIAS do Piauí. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 17 mar. 1945.
- NOVA Organização Assistencial em Teresina. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 24 nov. 1960.
- NOVAMENTE com o presidente. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 15 out. 1961.

NOVAS diretrizes no sistema de matrícula nos educandários do governo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 22 out. 1961.

NÚCLEO Colonial do Gurguéia. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 7 nov. 1958.

NÚCLEO Nacionalista do Piauí. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 21 maio 1959.

NUNES, Padre Alberto de Barros. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 29 nov. 1959.

NUNES, Pe. Adalberto de Paula. Reforma agrária e libertação dos escravos. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 3 mar. 1959.

O AMIGO que a morte levou. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

O CIFRÃO e a cifra. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 9 fev. 1962.

O CRUZEIRO e a situação política do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 30 mar. 1962.

O DEPUTADO Constantino Pereira recebe solidariedade dos Padres de São João do Piauí. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 1º abr. 1962.

O DEPUTADO José Cândido... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 8 abr. 1962.

O DOMINICAL entrevista Dom Avelar. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 24 abr. 1960.

O GOVERNADOR Chagas Rodrigues concede auxílio aos estudantes piauienses. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 16 jun. 1960.

O GOVERNADOR Chagas Rodrigues consegue câmbio livre para a cêra da carnaúba. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 2 ago. 1959.

O MEDO da sombra. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 14 out. 1962.

O MÔÇO Chagas Rodrigues. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 24 set. 1958.

O MUJIQUE de Jerumenha. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 6 ago. 1959.

O NOSSO adeus! **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.

O NOVO aumento e os professores primários e secundários. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 6, 18 dez. 1960.

O PACTO dos camundongos. **Folha da Manhã**, Teresina, p.1-5, 2 fev. 1958.

O PADRE revolucionário chegará a Teresina no próximo dia 30. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 28 set. 1962.

O PARTIDO comunista e uma força no Piauí. **Tribuna popular**, Teresina, p. 5, 5 out. 1945.

O PIAUÍ na reunião com o presidente JQ. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 16 jul. 1960.

- O PREÇO do leite. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 18 fev. 1961.
- O PTB e os Trabalhadores. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 20 abr. 1958.
- O QUE é a LEC? **O Dominical**, Teresina, p. 1, 4 jul. 1954.
- O QUE se ouve. **O Dia**, Teresina, p. 4, 10 jun. 1962.
- O REGIME de curral. **O Dia**, Teresina, p. 4, 15 maio 1962.
- O SENHOR Chagas Rodrigues foi eleito pela UDN e PTB. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 25 abr. 1959.
- O SEPULTAMENTO do dr. Demerval Lobão Veras. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 set. 1958.
- O “SHOW” dos hipócritas. **O Dia**, Teresina, p. 3, 5 set. 1954.
- O TERRÍVEL paradoxo. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 24 set. 1958.
- O VELHO lavrador se enforcou depois que o taturia lhe tomou a terra. **Terra livre**, São Paulo, p. 2, 2. quinzena de março de 1955.
- OLIVEIRA, Manoel Emílio Burlamarqui. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 1º abr. 1962.
- OPOSIÇÃO. **O Dia**, Teresina, p. 1-3, 26 nov. 1961.
- ORAÇÃO do trabalho. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 10 jul. 1960.
- OS COLÉGIOS cancelam participação no desfile do 07 de setembro. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14-15 set. 1958.
- OS DESASTROSOS efeitos da ida do sr. Juraci Magalhaes ao Piauí. **A manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 22 ago. 1945.
- OS DOIS Mártires do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 10 set. 1958.
- OS HORRORES da sêca no sul do estado. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 15 mar. 1953.
- OS MENDIGOS. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 23 jan. 1958.
- OS PERIGOS da tolerância. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 26 jul. 1959.
- OU REFORMA agrária ou o país caminhará para o caos. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 2, 10 dez. 1962.
- OUVIMOS o governador. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 nov. 1961.
- O AMIGO que a morte levou. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

- [O COMUNISMO]. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 18 dez. 1949.
- O MÔÇO Chagas Rodrigues. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 24 set. 1958.
- O NOSSO adeus! **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 set. 1958.
- O PARTIDO comunista e uma força no Piauí. **Tribuna popular**, Teresina, p. 5, 5 out. 1945.
- O POVO está com Chagas. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, fev. 1962.
- O PTB e os Trabalhadores. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 20 abr. 1958.
- O SEPULTAMENTO do dr. Demerval Lobão Veras. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 set. 1958.
- O TERRÍVEL paradoxo. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 24 set. 1958.
- OPERÁRIO católico. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 11 set. 1960.
- OS COLÉGIOS cancelam participação no desfile do 07 de setembro. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 14/15 set. 1958.
- OS DESASTROSOS efeitos da ida do sr. Juraci Magalhaes ao Piauí. **A manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 22 ago. 1945.
- OS DOIS Mártires do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 10 set. 1958.
- P.C. PROBLEMA religioso no campo. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 15 out. 1961.
- P.L.S. JUSTIÇA e não força. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 1º mar. 1959.
- P.L.S. NA ORDEM do dia. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 13 out. 1963.
- PADRE CARVALHO concede-nos importante entrevista. **O Dominical**, Teresina, n. 25, p. 1, 3 e 5, 12 jul. 1964.
- PAGAMENTO e atraso. **O Dia**, Teresina, p. 1, 24 dez. 1961.
- PALÁCIO do Governo, nota oficial. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 31 mar. 1960.
- PALÁCIO do Governo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 20 ago. 1961.
- PALÁCIO do Governo. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 16 jul. 1959.
- PALÁCIO do Governo. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 1º maio 1960.
- PALÁCIO do Governo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 abr. 1959.
- PALÁCIO do Governo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 6 fev. 1959.

PALÁCIO do Governo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 23 maio 1961.

PALÁCIO do Governo. Nota Oficial. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 19 fev. 1961.

PALÁCIO do Governo. **O Dia**, Teresina, p. 4, 8 abr. 1962.

PARA que todos saibam a função do padre no círculo operário. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 3 abr. 1949.

PÁSCOA dos operários. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 20 maio 1960.

PASSEATA operária-camponesa causou sensação em Teresina. **Terra Livre**, São Paulo, p. 2, jul. 1963.

PAULA, Alves de. Candidatos. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 22 ago. 1954.

_____. O estranho visitante. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 30 mar. 1958.

_____. Política. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 7 set. 1958.

_____. Porque votar. **O Dominical**, Teresina, p. 3, 25 jul. 1954.

PCB e as candidaturas aos governos do Mato Grosso e Piauí. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 2, 17 jan. 1947.

PELA primeira vez... **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 15 fev. 1962.

PERFEITA solidariedade de classe. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 8, 7 maio 1960.

PIAUI (na ABM) vai reivindicar da Openo. **Diário Carioca**, p. 5, 25 fev. 1959.

PIAUI é o estado mendigo da federação. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 14 jan. 1959.

PIAUI: Chagas em dificuldades. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 fev. 1959.

PIAUI: Conselho. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, p. 4, 5 jul. 1959.

PIAUI: crime político em Parnaíba. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 out. 1959.

PIAUI: discursos contra o governador. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 13 maio 1959.

PIAUI: governador irritado. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 6 fev. 1959.

PIAUI: morte reabre problema sucessório. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

PIAUI: orçamento deficitário. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 6 jan. 1959.

PIAUI: PSD apoiará governo. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3. 21 maio 1959.

PIAUÍ: tesouro vazio. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 4, 8 fev. 1959.

PIRES, Padre Isidoro. I Capacitação de monitores para escolas radiofônicas. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 2 set. 1962.

PIRES, Pe. Isidoro. A Igreja e os problemas do campo. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 27 nov. 1955.

PIRES, Pe. Isidoro. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 11 mar. 1962.

PLANO de desestruturação do Serse arquitetado pela oposição. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 14 jan. 1962.

PLINIUS. Ambição. **O Dia**, Teresina, p. 1, 12 abr. 1962.

PODER Legislativo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 18 jun. 1959.

PODER Legislativo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 2 jun. 1959.

POLÍTICA de transformação. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 19 out. 1961.

POLÍTICA em terceira dimensão. **O Dia**, Teresina, p. 1, 8 maio 1962.

POLÍTICA estadual. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 9 mar. 1952.

POLÍTICA nacional. **A Luta Democrática**, Rio de Janeiro, p. 3, 17 jan. 1959.

POLÍTICA social do governo do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 11 dez. 1960.

PONTA de calçada. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 1º jul. 1958.

PONTE dos Trabalhadores Clichê. **O Dia**, Teresina, p. 4, 22 maio 1962.

PORTARIA. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

POSSIBILIDADES de acôrdo. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 5, 4 fev. 1962.

POSTULADOS – Liga Eleitoral Católica. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 15 ago. 1954.

POVO teresinense tributará hoje expressiva homenagem ao seu grande guia espiritual. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17 out. 1959.

PRÉDIO Departamento de Estradas e Rodagem Clichê. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 6, 4 fev. 1962.

PREGAÇÃO. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 28 mar. 1962.

PRESIDENTE do BNDE, dr. Leocádio Antunes, recebe em audiência o governador. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 15 out. 1961.

- PRIMEIRA Semana Ruralista no Estado do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 29 jul. 1956.
- PROCLAMAÇÃO ao povo piauiense. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 14 set. 1958.
- PROGRAMA de recepção e posse do novo Arcebispo, D. Avelar B. Vilela. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 1º maio 1956.
- PROGRESSO com agricultura. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1 17 jun. 1962.
- PROPAGANDA da LEC. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 27 jun. 1954.
- PROPAGANDA eleitoral. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 17 set. 1950.
- PROPRIETÁRIO rural. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 19 jun. 1960.
- PROPRIETÁRIOS e camponeses. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 3 nov. 1963.
- PRORROGAÇÃO do mandato. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 5 mar. 1953.
- PROTESTA o deputado Chagas Rodrigues. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 13 jul. 1952.
- PTB, Getulio Vargas – Zerozero, no PiauíPiauí. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 16, 27 dez. 1945.
- PTB: um aliado difícil. **A cidade de Teresina**, p. 1-2, 1º nov. 1959.
- QUATRO de setembro. **O Dia**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.
- QUEREMOS reforma agrária. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 21 nov. 1961.
- QUINTA coluna. **A Cidade**, Teresina, p. 1, 3 dez. 1954.
- RAJÁ-MI. Grito de Protesto. **O Dia**, Teresina, p. 1, 20 jun. 1954.
- REALIZAÇÕES que serão perpetuadas na história. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 4 fev. 1962.
- RECEBIDO no Planalto pelo Presidente. **A cidade de Teresina**, p. 1, 15 out. 1961.
- RECEPÇÃO ao ministro do trabalho. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 3, 3 maio 1962.
- RECOMENDAÇÕES da Terceira Semana Ruralista do Piauí. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 20 mar. 1960.
- REFLEXÕES. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 3 jun. 1962.
- REFORMAS trabalhistas. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 21 ago. 1960.
- RÊGO, J. Fernandes. Amarga desilusão. **O Dia**, p. 6, 26 set. 1954.

REGRESSARAM os estagiários da Escola Superior de Guerra. **Folha do Nordeste**, 9 maio 1962.

REGRESSOU da Capital da República o padre Balduino Barbosa. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17, fev. 1959.

REGRESSOU Dom Avelar. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 23 out. 1960.

RESTABELECENDO a verdade. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 14 jun. 1960.

REUNIÃO Episcopal da Província. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 26 nov. 1962.

REVOLTANTE. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 2 fev. 1962.

RIBEIRO, Osmam. Comentando. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 7 set. 1958.

ROTEIRO. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

RUMOS novos no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 18 dez. 1958.

"SAÚDO, na bravura do povo piauiense, a vitória de Chagas Rodrigues e Joaquim Parente". **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 14 set. 1958.

SALVE leitor. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 13 jan. 1962.

SANGRENTOS acontecimentos em Parnaíba. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 15/16 out. 1959.

SANTIAGO E BRIZOLA. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 22 jul. 1962.

SEMANA rural. **O Dominical**, Teresina, p. 4, 15 jan. 1956.

SEMANA ruralista de união. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 8 nov. 1959.

SENADO reverencia memória de Marcos Parente e Demerval Lobão. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 set. 1958.

SENSACIONAIS declarações do dep. Inácio Soares. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 1, 13 jul. 1952.

SEPULTADOS anteontem no Rio Marcos Parente e Rubens Perlingeiro. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 7 set. 1958.

SERÃO solênes as festas do 1º de maio. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 4, 1º maio 1959.

SERSE. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 19 jan. 1961.

SERVIÇO de Assistência ao Mendigo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 21 abr. 1959.

SERVIÇO de assistência aos mendigos. **A Cidade**, Teresina, p. 4, 20 dez. 1952.

SERVIÇO Social do Estado. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 4, 8 set. 1960.

SERVIÇO Social e a festa de natal. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 6. 19 nov. 1961.

SERVIÇO Social Rural. **O Dominical**, Teresina, p. 1-4, 19 fev. 1956.

SERVIÇOS públicos. **Estado do Piauí**, Teresina, p. 1, 30 jul. 1959.

SESSÃO suspensa morte do dep. Marcos Parente. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, p. 6, 5 set. 1958.

SESSÃO suspensa pela morte do deputado. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 3, 5 set. 1958.

SEU Dé e Seu Dedé. **O Dia**, Teresina, p. 3, 17 abr. 1958.

SHORT e boina. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 6, 6 jul. 1958.

SILVA, Iracema Santos Rocha da. O irremediável. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 5, 10 set. 1958.

SINDICATO dos Carregadores e Transportadores de Volumes e Bagagens. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 3, 31 maio 1950.

SINDICATO dos Empregadores e Associação Comercial do Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 8 jul. 1961.

SINDICATO dos Empregados no Comércio de Teresina. **Folha da Manhã**, p. 4, 2 jun. 1959.

SINDICATO dos Empregados no Comércio em Teresina. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 12 set. 1961.

SINDICATOS piauienses atendidos. **Jornal do Comércio**. Teresina, p. 1, 8 jan. 1959.

SITUAÇÃO política. **O Dia**. Teresina, 21 fev. 1954.

SOARES, Deusdedit. Reforma agrária – realização que se impõe. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 2, 5 nov. 1961.

SOARES, Virmar Ribeiro. Parabens governador Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 5, 4 fev. 1962.

SOBRE a candidatura de Demerval Lobão. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 23 jan. 1958.

SOBRINHO, Otávio. Administração Chagas Rodrigues. XVII. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 18 mar. 1962.

SOBRINHO, Otávio. Administração Chagas Rodrigues. XVIII. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 4, 21 mar. 1962.

SOBRINHO, Otávio. Administração do governador Chagas Rodrigues. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 28 fev. 1962

SOCIALISMO do governador. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 19 jan. 1962.

SOLENIDADES cívico-religiosas nas festas de 1º de maio. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 6, 24 abr. 1960.

SOMENTE a verdade. **O Dia**, Teresina, p. 1, 1º abr. 1962.

SOUSA, Teixeira. A mendicância em Teresina. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 3, 18 dez. 1960.

SURSUM Corda. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 31 jan. 1959.

TÉCNICA antes de tudo. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 20 jul. 1961.

TELEFONES para Teresina. **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, p. 16, 22 mar. 1959.

TELEGRAMAS. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 2, 13 set. 1961.

TEMAS variados. **O Dia**, Teresina, p. 4, 17 maio 1962.

TERCEIRO aniversário de governo de S. Exa. Revdma. Dom Avelar Brandão Vilela. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 5 maio 1959.

TERCEIRO ano do governo Chagas Rodrigues. **O Dia**, Teresina, p. 2-3, 31 jan. 1962.

TODA Teresina, piedosa e respeitosamente, reverenciou a memória das vítimas do acidente. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 11 set. 1958.

TOMBARAM dois líderes. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 3, 5 set. 1958.

TÓPICOS. Ligas Camponesas. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 14 abr. 1962.

TRABALHADOR do Piauí – sua angústia. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 4, 24 set. 1961.

TRABALHADORES do campo recebem o governador e sua expressiva comitiva. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 1, 12 nov. 1961.

TRABALHADORES rurais do Norte. **Tribuna popular**, Rio de Janeiro, p. 1, 9 abr. 1946.

TRABALHISMO desvirtuado. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 06 abr. 1961.

TRABALHISMO versus Democracia. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 2, 23 jan. 1962.

TRABALHISMO. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 18 abr. 1961.

TRABALHISTAS e matiistas. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 8, 31 jan. 1954.

TRIBUNAL de Justiça do Estado. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 7 set. 1958.

TRIBUTO de saudade. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 5 set. 1958.

TRISTE realidade. **O Dominical**, Teresina, p. 2, 15 jan. 1956.

UDN-PTB no Rio rearticularam a chapa para governo e senatoria no Piauí. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 1, 9 set. 1958.

UM HOMEM como eu não se vende, “seu” Major. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 30 out. 1946.

UM SENADOR, sete deputados e 100 prefeitos à procura de um partido. **Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 3, 15 dez. 1953.

UM TELEGRAMA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 1, 24 ago. 1945.

UNIÃO Artística e Operária Teresinense. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 4, 30 abr. 1961.

UNIÃO dos Estudantes e Diretórios Acadêmicos desagravam o governador. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 12 jan. 1962.

UNIÃO operária e camponesa no Brasil. **A cidade de Teresina**, Teresina, p. 2, 27 dez. 1959.

[VELÓRIO de Miguel Pedro]. **Libertação**, Rio de Janeiro, p. 8, 30 out. 1946.

VÁ PRA China, governador! **Estado do Piauí**, Teresina, n. 379, p. 1, 1º out. 1961.

VAI aderir ao PSP o deputado Chagas Rodrigues. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 3, 8 jun. 1952.

VALORIZAÇÃO do camponês. **O Dominical**, Teresina, p. 6, 24 jun. 1962.

VERDADEIRA consagração popular. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 17 set. 1958.

VILELA, D. Avelar Brandão Hora de meditação, encruzilhada histórica. **O Dominical**, Teresina, p. 1, 30 abr. 1961.

VISITARAM-NOS os candidatos a presidência. **Jornal do Comércio**, Teresina, p. 1, 10 set. 1950.

VIÚVAS radiofônicas. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 3, 13 jul. 1962.

VOCÊ está atualizada? Reforma Agrária. **O Dominical**, Teresina, p. 3-4, 8 jul. 1962.

VOCÊ trabalha? **O Dominical**, Teresina, p. 6, 26 jul. 1959.

VOLTA ao debate “Caso Amarante”. **Folha da Manhã**, Teresina, p. 6, 12 maio 1959.

VOU mudar o Piauí. **O Dia**, Teresina, p. 8, 7 dez. 1958.

YGARA E CCI. **Folha do Nordeste**, Teresina, p. 3, 10 fev. 1963.

ZOMBANDO dos piauienses. **Jornal do Piauí**, Teresina, p. 6, 24 set. 1958.

2.1.2 Revistas

CHAGAS Rodrigues: ordem e progresso no Piauí. **Revista Caravana**, ano XII, n. 166, dez. 1958/jan. 1959, p. 1.

FIRME apoio a Jango e à orientação de Juscelino Kubitschek. **Revista Trabalhista**, [1959], p. 39.

JÁ COMEÇA perseguindo. **Almanaque da Parnaíba**, ano 1958, p. 71.

O HISTÓRICO discurso do líder Chagas Rodrigues proferido da tribuna da Câmara em março de 1957. **Revista Caravana**, ano XII, set. 1958, p. 5-6.

O DR. DEUDES DIT Mendes Ribeiro. **Revista Caravana**, ano XIII, mar. 1960 (Edição de homenagem ao governador Chagas Rodrigues).

[PROPAGANDA...]. **Revista Econômica Piauiense**. Teresina, v. 1, n. 2, p. 57, 1957.

PROTOCOLO de São Borja. **Revista Trabalhista**, [1959], p. 40.

REVISTA CARAVANA, ano XII, set. 1958.

REVISTA CARAVANA, ano XII, n. 166, dez. 1958/jan. 1959.

REVISTA CARAVANA, ano XIII, ago. 1960.

REVISTA CARAVANA, ano XVIII, mar. 1960.

REVISTA CARAVANA, ano XIV, abr. 1961.

REVISTA CARAVANA, jul. 1965.

SENADOR Mathyas Olympio de Mello, um político acima de sua época. **Revista Caravana**, ano XIII, ago. 1960, p. 5.

SENTIDO humano. **Revista Caravana**, ano XIII, mar. 1960 (Edição de homenagem ao governador Chagas Rodrigues).

2.2 Livros de memória

BARROS, Jesualdo Cavalcanti. **Tempo de contar**: o que vi e sofri nos idos de 1964. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

BRANDÃO, Wilson Nunes. **Mitos e lendas da política piauiense**. Teresina: Gráfica do Povo, 2006.

CARVALHO, Afonso Ligório Pires. **Tempos de Leônidas**. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2007.

CHAVES, Paulo. **O homem e o jornalista**: José Jornal Vieira do Piauí Chaves. Teresina, 2013.

DANTAS, Deoclécio. **Marcas da ditadura no Piauí**. Teresina: [s.n.], 2008.

DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos cinquenta. 2. ed. rev. e ampl. Recife: Gráfica Nordeste, 1995.

ENTREVISTA de Dom Avelar à Revista Fatos e Fotos (edição de 17.03.1962). In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera /Instituto Presente, 2014. p. 216-218.

FREITAS, Clidenor. **Ideologia e Circunstâncias**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1988.

FREITAS, José Gayoso. **O Piauí e seus caminhos**. Teresina: [s.n.], 1999.

FURTADO, José da Rocha. **Memórias e depoimentos**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1990.

KRUEL, Kenard (Org.). **Eurípedes de Aguiar**: escritos insurgentes. Teresina: Zodíaco, 2011.

LOBÃO, Demerval. **Discursos**. Teresina: [s.n.], 1959.

MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014.

MELLO, Leônidas de Castro. **Trechos do Meu Caminho**. Teresina: Comepi, 1976.

PALAVRAS de Dom Avelar Brandão Vilela sobre a Reforma Agrária e a fundação das Ligas Camponesas no Piauí. In: MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera; Instituto Presente, 2014, p. 212-213.

PARENTE, Ana Maria de Carvalho Nunes; DANTAS, Deoclécio; NUNES, Teresina Cristina Moura A. (Org.). **Tibério Nunes**: Trajetória e depoimentos. Teresina: [s.n.], 2006.

PEREIRA, José Eduardo. **O monumento da Cruz do Cassaco**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

PIRES, José Nelson de Carvalho. **Por que Parnaíba, cidade universitária?** Parnaíba: Sieart, 2009.

SANTOS, José Lopes dos. **Política e outros temas**. Teresina: Gráfica Mendes, 1991.

SILVEIRA FILHO, José Camilo da. **Eleições de 1962**: estudo e tentativa de interpretação. Teresina: [s.n.], 1963.

_____. **Matias Olímpio**. Teresina: [s.n.], 2000.

SOUSA, Constantino Pereira de. **Lembranças e histórias de uma vida**. Teresina: Gráfica do Povo, 2001.

2.3 Depoimentos

IGREJA, Marcos de Paiva. **Entrevista concedida a Francisco Alcides do Nascimento e Marylu Alves de Oliveira**. Teresina: NHOIDB, 2005.

MONTE, Regianny Lima. Entre memória e (res)sentimento: a trajetória de migrantes em Teresina na década de 1970. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; MONTE, Regianny Lima (Org.). **Cidade e Memória**. Teresina (PI): EDUFPI; Imperatriz (MA): Ética, 2009. p. 217-242.

RODRIGUES, Francisco das Chagas Caldas. **Entrevista concedida a João Cláudio Moreno**. Programa Entre Nomes, produzido pela TV cidade Verde. Novembro, 2003. 40 min.

2.4 Obras literárias

BRASIL, Assis. **A filha do meio quilo**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966.

_____. **O salto do cavalo cobridor**. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1968.

_____. **Pacamão**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969.

_____. **Beira Rio, Beira Vida**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

_____. Tetralogia Piauiense. In: _____ (Org.). **Pacamão**. Rio de Janeiro: Bloch, 1969. p. 11-15.

CARVALHO, José Cândido. Prefácio. In: BRASIL, Assis. **Beira Rio, Beira Vida**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. p. 3-5.

IBIAPINA, Fontes. **Palha de Arroz**. 3. ed. Teresina: Corisco, 2002.

2.4 Documentos oficiais

APELA para que a Administração do Plano Salte apresse... **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, ano VII, n. 172, 16 set. 1952.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. **PL nº 391, de 16 de maio de 1951**. Autor: Chagas Rodrigues. Dispõe sobre o aumento de cinquenta por cento do salário mínimo, em vigor a primeiro de maio de 1951 e da outras providencias. 1951a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=176166>>. Acesso em: 16 set. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. **PL nº 1175, de 29 de setembro de 1951**. Autor: Chagas Rodrigues. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministerio da Educação e Saude, o credito especial de cr 10.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do primeiro centenario da fundação da cidade de Teresina, capital do estado do Piauí. 1951b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=188509>>. Acesso em: 16 set. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. **Sessão de Discursos e notas Taquigráficas**. 1950-1954. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. **PL nº 656, de 19 de setembro de 1955**. Autor: Chagas Rodrigues. Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, bem como de imposto de consumo, exceto a taxa de previdência social, para material doado ao convento dos franciscanos de pipiripi e destinado a igreja matriz de nossa senhora dos remedios da mesma cidade. 1955a. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=180372>>. Acesso em: 16 set. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. Projetos de Lei e outras proposições. **PL nº 715, de 14 de outubro de 1955**. Autor: Chagas Rodrigues. Autoriza o governo federal a auxiliar com a importancia de cinco milhões de cruzeiros a associação mantenedora da casa de nossa senhora da piedade, e da outras providencias. 1955b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=181298>>. Acesso em: 16 set. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. **Sessão de Discursos e notas Taquigráficas**, seção 1, p. 8762, 1955. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29NOV1955.pdf#page=40>>. Acesso em: 29 jul. 2014, p. 40.

_____. Senado Federal. **Pronunciamentos de Mathias Olympio em 1962**. 1962. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/parlamentar/2115/1962>>. Acesso em: 27 out. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. Sessão de Discursos e Notas Taquigráficas. **Necrológio do ex-Parlamentar e ex-Governador do Estado do Piauí Chagas Rodrigues**. 9 fev. 2009. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <

_____. Senado Federal. Publicação e Documentação. Congresso Nacional responde as críticas feitas pelo deputado Chagas Rodrigues. **Anais da República**, mar. 1956, p. 156. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/328165>>. Acesso em: 9 set. 2014.

CHAGAS lê o artigo publicado no “Correio da Manhã” de 18 do corrente e intitulado “Pregação do Golpe”. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 1175, 21 fev. 1956.

COMISSÃO Parlamentar de Inquérito destinada a apurar fatos ocorridos no engenho pedra no município de Água Prêta, Pernambuco. **Diário do Congresso Nacional**, p. 63, 31 jan. 1963.

DISCURSO de despedida do deputado Chagas Rodrigues ano XIV, n. 19. **Diário do Congresso Nacional**, Capital Federal, quinta-feira, 29 jan. 1959, p. 765.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Tendências demográficas**: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 2 out. 2013.

LENDO telegramas do município de Buriti dos Lopes e Marvão sobre violência contra correligionários. **Diário do Congresso**, 26 jun. 1951, publicado em 27 jun. 1951, p. 4453.

O SR. Chagas Rodrigues. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 766, 29 jan. 1959.

PIAUI. Arquivo Público. **Documento nº 70/47**: Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Polícia. Data: 18 jun. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947a.

_____. Arquivo Público. **Documento nº 97/47**: Requerimento ao Excelentíssimo Senhor Chefe da Polícia. Data: 18 jun. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947b.

_____. Arquivo Público. **Documento nº 113/47**: Requerimento ao Ilmo. Sr. Comandante da Força Policial no Estado. Data: 14 jul. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947c.

_____. Arquivo Público. **Documento nº 118/47**: Requerimento ao Ilmo. Sr. Comandante Geral da Força Policial. Data: 16 jul. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947d.

_____. Arquivo Público. **Telegrama Senador Vitorino Correia de Elias de Carvalho Magalhães**. Data: 22 set. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947e.

_____. Arquivo Público. **Telegrama Deputado Mauro Renault**. Data: 10 jun. 1947. Caixa nº 163. Teresina, 1947f.

_____. Assembleia Legislativa. **Lei nº 1.900, de 26 de novembro de 1959**. Abertura de crédito para custeio de três (03) viagens realizadas pelo governador do Estado, fora do território piauiense. Publicada no jornal Folha da Manhã de 5 dez. 1959 [...] Resumo do projeto encontrado nos Cadernos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1959.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1960**. Teresina, 1960a.

_____. Assembleia Legislativa. **Lei nº 1.992, de 6 de setembro de 1960.** Autoriza o poder executivo a conceder auxílio financeiro para a realização do I Congresso Eucarístico de Teresina, II Congresso Piauiense de Operários e Camponeses, III Congresso Estadual de estudantes secundários do Piauí. Diário Oficial de 14.9.1960, p. 1. Resumo do projeto encontrado nos Cadernos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1960b.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1961.** Teresina, 1961.

_____. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues em 1962.** Teresina, 1962a.

_____. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.268, de 6 de fevereiro de 1962.** Fixa ajuda de custo para viagens feitas pelo Sr. Governador do Estado a outros estados da federação ou capital da república para tratar de assuntos de interesses da administração e abre crédito especial para este fim. (D.O 22.02.62), p. 2. [...] Resumo do projeto encontrado nos Cadernos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1962b.

_____. Assembleia Legislativa. **Lei nº 2.268, de 6 de fevereiro de 1962.** Fixa ajuda de custo para viagens feitas pelo Sr. Governador do Estado a outros estados da federação ou capital da República para tratar de assuntos de interesses da administração e abre crédito especial para este fim (D.O. 22.02.62), p. 2. [...] Resumo do projeto encontrado nos Cadernos de Lei da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1962b.

_____. Tribunal Regional Eleitoral. **[PTB no Legislativo Estadual]** [1947-1962]. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Tribunal Regional Eleitoral. **[PTB piauiense no Legislativo Federal]** [1954-1962]. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

REPTO ao Senador Mendonça Clark para que repita em público as acusações feitas ao orador em sessão secreta do Senado. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 11802, 25 nov. 1956.

REQUERIMENTO de informação ao ministro das Relações Exteriores sobre o reconhecimento do governo de Cuba. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 3997, 17 maio 1952.

RESPONDE às acusações formuladas contra sua pessoa pelo Senador Mendonça Clark. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 2005, 6 abr. 1956.

RESPONDE críticas que lhe foram feitas da tribuna do Senado pelo Senador Mendonça Clark. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 1608, 19 mar. 1956.

TECE considerações em torno da eleição do Senador José Mendonça Clark. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 6170, 27 jul. 19.

TECE considerações em torno da política no Piauí com relação ao Sr. Mendonça Clark, suplente de senador por aquele estado. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 1236, 23 fev. 1956.

TECE considerações em torno das novas acusações que lhe foram feitas pelo Senador Mendonça Clark. **Diário do Congresso Nacional**, seção 1, p. 1722, 21 mar. 1956.
 VIOLÊNCIAS policiais no Piauí. **Diário do Congresso**, 25 set. 1951, publicado em 26.04.1951, p. 8646.

2.5 Fontes imagéticas

I CONGRESSO Eucarístico: reuniões preparatórias. 1960. 1 fotografia (acervo pessoal do padre Tony Batista).

DOM AVELAR na multidão. [entre 1955 e 1965]. 1 fotografia (acervo pessoal do padre Tony Batista).

FOTOGRAFIA de Dom Avelar Brandão Vilela. [entre 1955 e 1965]. 1 fotografia (acervo pessoal do padre Tony Batista)

PIAUI. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 1**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

_____. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 2**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

_____. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 3**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

_____. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 4**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

_____. Assembleia Legislativa. **Fotografia do acidente tirada por Totó Barbosa 5**. 1958. 1 fotografia. (Cedida pela direção do Arquivo da Assembleia Legislativa do Piauí).

_____. Assembleia Legislativa. **Fotografia de Tiago José da Silva**. Arquivos: pasta Assentamento individual dos Senhores deputados - ano 1959. Teresina, 1959. 1 fotografia.

SALA de aula do Centro Social Nossa Senhora de Fátima. [entre 1955 e 1965]. 1 fotografia (acervo pessoal do padre Tony Batista).

2.6 Sites consultados

Acervo Digital Arimateia Tito Filho: <http://acervoatitofilho6.blogspot.com.br>

Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

Brasil Nunca Mais Digital: <http://bnmdigital.mpf.mp.br>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da

Fundação Getúlio Vargas: <http://cpdoc.fgv.br>

Congresso Nacional: <http://congressonacional.leg.br>

Câmara dos deputados: <http://camara.leg.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e estatística: <http://www.ibge.gov.br>

Senado Federal: <http://senado.gov.br>

Tribunal Superior Eleitoral: <http://tse.jus.br>

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí: <http://tre-pi.jus.br>

PIAUÍ. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945**: resultado geral por cargo. 1945. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1945>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

_____. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1945 a 1994**. 2013. Disponível em: <<http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1945-a-1992>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

_____. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1947**: resultado geral por cargo. 1947. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1947-v2>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

_____. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1950**: resultado geral por cargo. 2015. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-1950>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado da eleição geral para Deputado Estadual - Deputado Federal - Governador - Vice-Governador - Senador e Suplente de Senador de 1958**. 1958. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-geral-para-deputado-estadual-deputado-federal-governador-vice-governador-senador-suplente-de-senador-1958/view>>. Acesso em: 6 set. 2013.

_____. Tribunal Regional Eleitoral. **Eleições 1962 - Resultado para Governador, Senador, Suplente de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual**. 1962. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-resultado-eleicao-para-governador-vice-governador-senador-suplente-senador-deputado-federal-deputado-estadual-1962>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa e Coordenação de Arquivo. **Senadores: João Mendes (Fora de Exercício)**. [1963]. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2792>>. Acesso em: 30 set. 2013.

TITO FILHO, Arimateia. Lembranças. O Dia, Teresina, 15 out. 1989. **Acervo A. Tito Filho (6)**, 2011. Disponível em: <http://acervoatitofilho6.blogspot.com.br/2011/08/lembrancas_28.html>. Acesso em: 6 nov. 2013.

2.7 Acervos privados

Acervo imagético referente a Dom Avelar encontrado com o padre Tony Batista.

Acervo de jornais e escritos pessoais de Dom Avelar pesquisados na sala de leitura do padre Raimundo José Ayremorais.

2.8 Inquéritos Policiais Militares (IPM) pesquisados no site Brasil Nunca Mais Digital

CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CLXXV**. V. 3. Organização PCB. Fortaleza, CE, 1964. Projeto BNM nº 185. 1964. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/BIB_02/116922>. Acesso em: 18 mar. 2015.

CEARÁ. Ministério Público. **Inquérito Penal Militar nº CCCXLIV**. V. 3. Organização Movimento Sindical. Fortaleza, CE, 1965. Projeto BNM nº 349. 1965. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_04&pagfis=33830>. Acesso em: 18 mar. 2015.

2.9 Documentos pesquisados no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro

ANOTAÇÕES sobre nomeações para cargos públicos em favor de elementos da UDN, obtidas por José Cândido Ferraz do Piauí. 3 f. 12 maio 1951. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1951.05.12. 1951.

BAUMANN, Raimundo Ney. [Carta] 20 dez. 1945, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. Felicitando pelo resultado das eleições e pedindo orientação para formação do PTB no Piauí. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GVC 1945-12.20/02. 1945.

DIRETÓRIO Estadual PTB. [Telegrama] 11 dez. 1946, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1946.12.11/03. 1946.

FERREIRA, José Ribamar. [Telegrama] 17 jan. 1947, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 3 f. Comunica que a recomendação de Paulo Baeta Neves aos trabalhistas do Piauí para que votassem na UDN não está sendo bem aceita por eles e solicitando, sob pena de graves prejuízos, que seja retirada esta ordem. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1947.01.17/02. 1947.

GABINETE do Presidente da República [Nota] 12 maio 1951, Rio de Janeiro, DF. 2 f. Informa do pedido de Matias Olimpio de recomendar ao Diretor Geral do DCT e Presidente da COFAP, INIC e BNB, com quais pretende tratar de assunto ligado ao Piauí. Solicita ainda a atenção do presidente para o caso do PTB do Piauí no STE. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1951.05.12. 1951.

INFORMAÇÕES sobre a situação do PTB no Piauí, a atuação do deputado udenista José Cândido Ferraz e sua aproximação com o Presidente do PTB local. 5 f. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1951.03.00/01. 1951.

NAPOLEÃO, Hugo. [Telegrama] 1947, Teresina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. Informa sobre sua viagem ao Piauí, a disputa eleitoral e os problemas partidários neste estado e informa que o PTB piauiense só participará das eleições estaduais. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Manuscrito. 1947a.

NAPOLEÃO, Hugo [Carta] 6 jan. 1947, Rio de Janeiro [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 1 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1947.01.06/05. 1947b.

PIAUI. Partido Trabalhista Brasileiro. Primeira Ata, 24 ago. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

_____. Partido Trabalhista Brasileiro. Segunda Ata, 26 nov. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

_____. Partido Trabalhista Brasileiro. Terceira Ata, 1º dez. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

_____. Partido Trabalhista Brasileiro. Quarta Ata, 28 dez. 1946. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

_____. Partido Trabalhista Brasileiro. Sexta Ata, 5 jun. 1947. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

_____. Partido Trabalhista Brasileiro. Sétima Ata, 8 jun. 1947. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

_____. Partido Trabalhista Brasileiro. Vigésima Quinta Ata, 29 jan. 1954. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas. (Documento cedido com autorização da instituição).

RODRIGUES, Matias Olimpio Chagas. [Telegrama] 1º abr. 1954, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 2 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1954.04.01/02. 1954.

_____ et alii. [Telegrama] 27 fev. 1954, Terezina [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 2 f. [Razão da comunicação ignorada]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1954.02.27/03. 1954.

VIANA, Segadas. [Ofício] 5 dez. 1951, Rio de Janeiro, DF [para] VARGAS, Getúlio, Rio de Janeiro, DF. 2 f. Presta informações sobre o protesto formulado pelo PSD [...]. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **CPDOC**. Arquivo Getúlio Vargas, Classificação: GV c 1951.12.05/01. 19514.

2.10 Outros documentos

CHAGAS Rodrigues, antes de morrer, doa acervo de 5 mil livros a Parnaíba. **Cidade Verde**, 9 fev. 2009. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/32472/chagas-rodrigues-antes-de-morrer-doa-acervo-de-5-mil-livros-a-parnaiba>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

LEGIÃO OPERÁRIA PIAUIENSE. Estatutos. **Imprensa oficial**. Teresina, 1949.

MONS. LUIZ Soares morre aos 86 anos e é velado em Catedral. **Cidade Verde**, 1º dez. 2012. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/119426/mons-luiz-soares-morre-aos-86-anos-e-e-velado-em-catedral>>. Acesso em: 30 set. 2015.

MORRE aos 90 anos Totó Barbosa ex-vereador e fotógrafo de Teresina. **Cidade Verde**, 16 mar. 2010. 1 vídeo. Disponível em: <<http://cidadeverde.com/noticias/54871/morre-aos-90-anos-toto-barbosa-ex-vereador-e-fotografo-de-teresina>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

NOVAS Diretrizes Programáticas do Trabalhismo. **Folheto do Partido Trabalhista Brasileiro**. Contribuição da Comissão Executiva Regional do Paraná, maio de 1959.

PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. **Folheto litúrgico**, ano A, p. 2, cor litúrgica Verde, no VII, ed. 379, 3 ago. 2014.

UNIÃO ARTÍSTICA E OPERÁRIA, SOCIEDADE BENEFICENTE E EDUCADORA. **Estatuto**. Teresina, Piauí, 1958.

ANEXOS

ANEXO A – Imagem do Monumento da Cruz do Cassaco

Imagem do Monumento da Cruz do Cassaco



Fonte: Pereira, 1991¹⁴⁷⁶

¹⁴⁷⁶ PEREIRA, José Eduardo. **O monumento da Cruz do Cassaco**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1991.

**ANEXO B - Discursos e intervenções do Deputado Federal Chagas Rodrigues UDN-PI
(1951-1955)**

Discursos e intervenções do Deputado Federal Chagas Rodrigues UDN-PI (1951-1955)

Data	Assunto	Partido	Publicação
08.07.1951	Problemas das Secas	UDN-PI	DCD/10.07.1951 Pág. 5.017
09.11.1951	Problemas dos transportes no Brasil	UDN-PI	DCD/30.11.1951 Pág. 12.240
12.11.1951	Prossegue considerações problemas transporte.	UDN-PI	DCD 30.11.1951 Pág. 12.242.
25.01.1952	Denuncia irregularidades que se vem verificando no abastecimento do Piauí	UDN-PI	DCD 26.01.1952 Pág. 451
22.02.1952	Política adotada pela Carteira de Exportação e Importação que vem sendo adotada do Banco do Brasil	UDN-PI	CDC 23.02.1952 Pág. 1597
09.05.1952	Cera da Carnaúba	UDN-PI	CDC 10.05.1952 Pág. 3692
16.05.1952	Requerimento de informações ao Ministro das Relações Exteriores sobre o reconhecimento do governo de Cuba.	UDN-PI	CDC 17.05.1952 Pág. 3997
13.06.1952	Situação da Cera da Carnaúba	UDN-PI	CDC 14.06.1952 Pág.5233
20.06.1952	Sobre o crédito destinado às comemorações do centenário da fundação da capital do Piauí.	UDN-PI	CDC/ 21.06.1952 Pág. 5.582
03.07.1952	Conclusão do projeto de melhoramento do porto de Luis Correa.	UDN-PI	CDC/04.07.1952 Pág. 6.187
08.07.1952	Exiguidade dotações orçamentárias do Plano de defesa dos efeitos da seca.	UDN-PI	CDC/ 09.07.1952 pág. 6.347
21.07.1952	Considerações sobre o financiamento da Cêra de Carnaúba.	UDN-PI	CDC/ 25.07.1952 Pág. 7.133
01.08.1952	Congratula-se com o Diretor do Departamento dos Portos, Rios e Canais pelo projeto de construção do Porto de Luiz Correa no Piauí	UDN-PI	CDC/ 02.08.1952 Pág. 7.540
18.08.1952	Congratula-se com o povo do Piauí pelo transcurso do 1º centenário de Teresina	UDN-PI	CDC/ 19.08.1952 Pág 8200
02.09.1952	Comunica ter recebido telegramas informando terem sido iniciados para a construção de açudes.	UDN-PI	DCD/03.09.1952 Pág.8906
09.09.1952	Encaminhamento de votação de recurso de plenário do requerimento de destaque para emenda 1267 ao Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, que visa consignar verba de 4 milhões de cruzeiros para a construção e equipamento de leprosário Colônia na região central do Piauí.	UDN-PI	CDC/ 10.09.1952 Pág. 9301
11.09.1952	Apela para as autoridades no sentido de ser o Piauí incluído no Plano de Assistência Social e financeira dos Pescadores do Nordeste.	UDN-PI	CDC/12.09.1952 Pág. 9431
15.09.1952	Apela para que a administração do plano Salte apresse a restrição do processo referente a construção do Porto de Luiz Correia no Piauí para que o Ministério da avião e Obra de concorrência pública e seja iniciada a obra.	UDN-PI	CDC/16.09.1952 Pág. 9518
19.09.1952	Considerações sobre o Leprosário Colônia do Piauí. Comenta discurso do deputado Mirocles Veras sobre o assunto.	UDN-PI	CDC/ 20.09.1952 Pág. 9768

23.09.1952	Solicita aprovação da tabela de extranumerários mensalistas da Estrada de Ferro Central do Piauí.	UDN-PI	CDC/ 24.09.1952 Pág. 9901
29.09.1952	Necessidade de construção do Porto de Luiz Correa no Piauí.	UDN-PI	CDC/ 05.05. 1954 Pág. 2203
30.09.1952	Necessidade de construção do Porto de Luiz Correa no Piauí.	UDN-PI	CDC/ 01.10.1952 Sem paginação.
07.10.1952	Solicita providência do Ministério da Aeronáutica e do DAC no sentido de reaparelhamento do aeroclube de Parnaíba.	UDN-PI	CDC/08.10.1952 Pág. 10576
08.10.1952	Comunica ter recebido do governador do Piauí ofício comunicando e pedindo apoio da bancada para iniciativa do Ministro da Agricultura instale em Teresina uma inspetoria Regional de Defesa sanitária animal.	UDN-PI	CDC/09.10.1952 Pág. 10631
20.10.1952	130º aniversário de independência do Piauí. Problemas do Estado.	UDN-PI	CDC/21.10.1952 Pág. 11309
20.10.1952	Apela para o Ministro da Aviação e o Presidente da República no sentido de ser baixado decreto determinando as obras do Porto de Luiz Correia.	UDN-PI	CDC/21.10.1952 Pág. 11300
24.10.1952	Apela para as autoridades governamentais atendam na ordem de absoluta necessidade as facilidades financeiras preconizadas pelo presidente Vargas no congresso de São Vicente, destinadas ao serviço de água e esgoto dos municípios.	UDN-PI	CDC/25.10.1952 Pág. 11785
05.11.1952	Comunica estar recebendo telegramas reclamando contra injustiças na mensagem do abono.	UDN-PI	CDC/06.11.1952 Pág. 12308
05.11.1952	Planos para o desenvolvimento econômico do nordeste. Olivicultores, assistência aos pescadores e combate a esquistossomose. Pleiteia a aplicação dos mesmos no Piauí.	UDN-PI	CDC/06.11.1952 Pág. 12338
11.11.1952	Congratula-se pela aprovação do plano de construção do Porto de Luiz Correa.	UDN-PI	CDC/12.11.1952 Pág. 12624
02.12.1952	Transmite ao presidente do IAPC apelo que recebeu da câmara municipal de Parnaíba para que seja instalado um ambulatório daquele instituto naquela cidade.	UDN-PI	CDC/03.12.1952 Pág.14084
10.12.1952	Retira requerimento de destaque ao Projeto de Abono.	UDN-PI	CDC/ 11.12.1952 Pág 14507
15.12.1952	Lê telegrama do diretor do DNPRC comunicando ter mandado abrir concorrência para a construção do porto de Amarração no Piauí.	UDN-PI	CDC/16.12.1952 Pág.14845
20.02.1953	Leitura de telegrama relatando as secas no Piauí.	UDN-PI	CDC/21.02.1953 Pág.1029
25.02.1953	Comentários em torno da aprovação pelo conselho de Superintendência da moeda e crédito da lista de produtos granosos que poderão parcialmente ser negociados no câmbio livre.	UDN-PI	CDC/26.02.1953 Pág.1200
03.03.1953	Apelo ao ministro da Educação e da Aeronáutica para que apliquem as verbas destinadas ao Piauí.	UDN-PI	CDC/04.03.1953 Pág. 1402
09.03.1953	Apela ao presidente da República para que faça cumprir o decreto que estendeu à Cera de Carnaúba de produção nacional os preços mínimos.	UDN-PI	CDC/10.03.1953 Pág. 1621
18.03.1953	Considerações em torno da construção do Porto de Luiz Correa, no Piauí.	UDN-PI	CDC/19.03.1953 Pág. 1964
24.03.1953	Apela para que seja reiniciado o financiamento da Cera de Carnaúba e do agave.	UDN-PI	CDC/25.03.1953 Pág. 2110

06.04.1953	Comunicação de que desligou dos quadros da UDN.	UDN-PI	CDC/23.04.1953 Pág.3014
24.04.1953	Leitura do telegrama do governador do Piauí sobre a invasão do Estado por flagelados.	UDN-PI	CDC/25.04.1953 Pág.3134
08.05.1953	Necrológio do industrial Alberto de Moraes Correa.	UDN-PI	CDC/09.05.1953 Pág. 3723
11.05.1953	Tece considerações sobre a necessidade da criação de um distrito do DNOCS no Piauí.	UDN-PI	CDC/12.05.1953 Pág. 3796
26.05.1953	Considerações e leitura de telegrama relativo à demolição dos baixios do rio Parnaíba, que vem dificultando a navegação.	UDN-PI	CDC/27.05.1953 Pág. 4573
10.06.1953	Comentário sobre a agência do DCT no Piauí	UDN-PI	CDC/11.06.1953 Pág. 5262
18.06.1953	Congratula-se com o Piauí pelo prosseguimento das obras do açude de Cocal.	UDN-PI	CDC/19.06.1953 Pág. 5683
30.06.1953	Congratula-se com as autoridades governamentais pelo registro no tribunal de Contas do contrato para obras no Porto de Amarração, no Piauí.	UDN-PI	CDC/01.07.1953 Pág. 6056
07.07.1953	Considerações sobre a exigüidade das verbas orçamentárias concedidas ao Piauí	UDN-PI	CDC/ 08.07.1953 Pág. 6275
08.07.1953	Considerações sobre a exigüidade das verbas orçamentárias concedidas ao Piauí	UDN-PI	CDC/ 09.07.1953 Pág. 6337
10.07.1953	Transmite apelo ao Diretor de Aeronautica Civil, no sentido de ser doado um avião de treinamento ao Aeroclube de Teresina.	UDN-PI	CDC/11.07.1953 Pág.6409
14.07.1953	Congratulações com as autoridades governamentais pela assinatura da portaria nº521 de 11/03/1953, que consigna verba para a construção do trecho ferroviário Luiz Correia-Atalaia, da estrada de ferro da central do Piauí.	UDN-PI	CDC/15.07.1953 Pág.6500
23.07.1953	Faz apelo no sentido de ser instalada uma agência do Banco do Nordeste na cidade de Parnaíba, Piauí.	UDN-PI	CDC/24.07.1953 Pág. 6948
29.07.1953	Formula apelo ao Ministro da Viação no sentido interceder junto ao Presidente da República para a instalação de um distrito do DNOCS no Piauí.	UDN-PI	CDC/30.07.1953 Pág.7184
30.07.1953	Encaminhamento de cotação do recurso para o plenário da decisão da Mesa ao negar destaque para a emenda 23 ao Projeto 3.180-B/53, orçamento anexo 22, Ministério da Marinha.	UDN-PI	CDC/31.07.1953 Pág. 7236
30.07.1953	Transmite apelo recebido do Piauí, no sentido de rápida tramitação do projeto que cria o instituto do Babaçu.	UDN-PI	CDC/31.07.1953 Pág. 7231
12.08.1953	Transmite apelo ao Ministro da Aeronáutica no sentido de ser desinterditada a pista do aeroporto de Parnaíba.	UDN-PI	CDC/13.08.1953 Pág. 377
18.09.1953	Encaminhamento de votação do requerimento de preferência para votação do substitutivo da Comissão de Legislação Social ao Projeto 1.311-A/51, que cria na justiça do Trabalho os 3º e 4º juntas de Conciliação e julgamento com sede em Recife.	UDN-PI	CDC/19.09.1953 Pág. 1853
07.12.1953	Congratula-se com o povo de Cocal no Piauí pela aprovação do projeto e orçamento do açude público daquela cidade.	UDN-PI	CDC/08.12.1953 Pág. 5417
15.02.1954	Leitura de telegrama da associação comercial da cidade de Parnaíba, solicitando financiamento para a Cera de carnaúba.	UDN-PI	CDC/16.02.1954 Pág. 675
22.03.1954	Apela ao governo no sentido de que restabeleça o	UDN-PI	CDC/23.03.1954

	financiamento da Cera de Carnaúba.		Pág. 1239
29.03.1954	Apelo ao Ministro da Aeronáutica no sentido de pavimentação das pistas dos aeroportos de Teresina e de Parnaíba, no Piauí.	UDN-PI	CDC/30.03.1954 Pág. 1413.
05.04.1954	Tece considerações em torno do andamento das obras do açude público de Cocal, no Piauí.	UDN-PI	CDC/06.04.1954 Pág.1579
12.11.1954	Considerações sobre a suspensão do internamento de doentes do IAPC, em hospital de Belo Horizonte, sob o pretexto de compressão de despesas.	UDN-PI	CDC/13.11.1954 Pág. 7575
25.11.1954	Encaminhamento de votação da emenda de nº 2 no senado ao projeto 4.450-C/54, anexo 25 – Ministério da Viação e Obras Públicas.	UDN-PI	CDC/26.11.1954 Pág.7922
25.11.1954	Discussão do Projeto 4.908-B/54, que altera a legislação do imposto de consumo.	UDN-PI	CDC/26.11.1954 Pág.7909
13.01.1955	Considerações em torno da nova seca anunciada no Piauí.	UDN-PI	CDC/14.01.1955 Pág. 208.
25.01.1955	Encaminhamento de votação da emenda 25 ao projeto 326-F/49, que aprova Plano de Aviação Nacional	UDN-PI	CDC/26.01.1955 Pág. 514

Fonte: Brasil, 1951-1955¹⁴⁷⁷

¹⁴⁷⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Sessão de Discursos e notas Taquigráficas**. 1955-1959. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

**ANEXO C - Discursos e intervenções do Deputado Federal Chagas Rodrigues PTB-PI
(1955-1959)**

Discursos e intervenções do Deputado Federal Chagas Rodrigues PTB-PI (1955-1959)

Data	Assunto	Partido	Publicação
08.02.1955	Necrologio do Coronel Cassiano Coelho	PTB-PI	DCD/09.02.1955 Pág.857
25.04.1955	Apresenta requerimento de informação ao Ministro da viação sobre a construção do Porto em Luiz Correa, no Piauí.	PTB-PI	DCD/26.04.1954 Pág.1940
01.07.1955	Questão de ordem em que informa estar disposto o deputado Antônio Carlos a ceder a palavra ao deputado Leonel Brizola.	PTB-PI	CDC/02.07.1955 Pág. 3792
19.08.1955	Endossa o apelo dos ferroviários aposentados do Piauí no sentido de que lhes seja pago o salário família a que têm direito por lei.	PTB-PI	CDC/20.08.1955 Pág.5172
24.08.1955	Discussão do projeto 564/55, que institui a cédula única de votação.	PTB-PI	CDC/25.08.1955 Pág. 06
26.08.1955	Questão de ordem sobre a votação do requerimento de preferência do deputado Luiz Viana, para a votação do projeto 525/55, do senado, que dispõe sobre a cédula oficial.	PTB-PI	CDC/27.08.1955 Pág.11
29.08.1955	Apela ao Ministro da Fazenda no sentido de atender à solicitação da Empresa de navegação do Rio Parnaíba S.A., a fim de liquidar seus débitos.	PTB-PI	CDC/30.08.1955 Pág. 5523
09.09.1955	Tece considerações em torno da paralisação dos serviços da Companhia de navegação do Rio Parnaíba S.A.	PTB-PI	CDC/10.09.1955 Pág. 5787
22.09.1955	Protesta contra as violências policiais no Distrito Federal	PTB-PI	CDC/23.09.1955 Pág. 7174
23.09.1955	Comenta a inauguração dos ambulatórios para pescadores no município de Luiz Correia e Buriti dos Lages, no Piauí.	PTB-PI	CDC/24.09.1955 Pág. 7200
07.10.1955	Tece considerações em torno da realização do pleito de 03 de outubro no Piauí.	PTB-PI	CDC/08.10.1955 Pág.7388
17.10.1955	Discussão do Projeto 350-A/55 (orçamento) – Anexo 04 – MVOP	PTB-PI	CDC/18.10.1955 Pág. 7595
19.10.1955	Solicita à direção de Western Telegraph Company a instalação de uma agência na cidade de Parnaíba, no Piauí.	PTB-PI	CDC/20.10.1955 Pág. 7691
04.11.1955	Questão de ordem sobre as emendas 04 e 11 ao projeto 83-B/55, que prorroga a vigência da lei do inquilinato.	PTB-PI	CDC/05.11.1955 Pág. 10
08.11.1955	Lê artigo publicado no “Correio da Manhã”, sob o título “O General Lott e a garantia da legalidade”.	PTB-PI	CDC/09.11.1955 Pág. 8223
16.11.1955	Presta esclarecimento a parte anterior, do deputado Rafael Correia de Oliveira. Tece críticas ao editorial do “Diário de Notícias” e ao manifesto da UDN pró-legalidade.	PTB-PI	CDC/23.11.1955 Pág.8616
28.11.1955	Rejubila-se com a indicação de Dom Avelar Brandão Vilela para o Arcebispado de Teresina.	PTB-PI	CDC/29.11.1955 Pág. 8762
19.01.1956	Necrológio do deputado Euvaldo Lodi.	PTB-PI	CDC/20.01.1956 Pág. 571
20.02.1956	Lê artigo publicado no “Correio da Manhã” de 18 do corrente e intitulado “Pregação do Golpe”	PTB-PI	CDC/21.02.1956 Pág. 1175

22.02.1956	Tece considerações em torno da política no Piauí com relação ao Sr. Mendonça Clark, suplente de senador por aquele estado.	PTB-PI	CDC/23.02.1956 Pág. 1236
24.02.1956	Tece considerações em torno das comunicações que está recebendo de Parnaíba, sob a extinção da agência do IPASE daquela cidade.	PTB-PI	CDC/29.02.1956 Pág. 1340
19.03.1956	Responde críticas que lhe foram feitas da Tribuna do Senado pelo Senador Mendonça Clark.	PTB-PI	CDC/20.03.1956 Pág. 1608
21.03.1956	Tece considerações em torno das novas acusações que lhe foram feitas pelo Senador Mendonça Clark.	PTB-PI	CDC/22.03.1956 Pág. 1722
06.04.1956	Responde às acusações formuladas contra a sua pessoa pelo Senador Mendonça Clark.	PTB-PI	CDC/07.04.1956 Pág. 2005
13.06.1956	Congratula-se com o presidente da República pelas providências determinadas no sentido do prosseguimento das obras de prolongamento das linhas de Estrada de Ferro Central do Piauí, bem como das obras de instalação do núcleo colonial do vale do Parnaíba.	PTB-PI	CDC/14.06.1956 Pág. 4381
23.07.1956	Apelo ao Ministro da Aeronáutica no sentido de providenciar a pavimentação das pistas de pouso das cidades de Teresina e Parnaíba, para o que já existe verba orçamentária.	PTB-PI	CDC/24.07.1956 Pág. 5990
26.07.1956	Tece considerações em torno da eleição do Senador Mendonça Clark.	PTB-PI	CDC/27.07.1956 Pág. 6170
09.08.1956	Apela ao ministro da viação no sentido de autorizar a municipalidade de Teresina a realizar a construção de uma galeria de alvenaria para escoamento das águas pluviais, de vez que nenhuma firma atendeu ao chamado da concorrência.	PTB-PI	CDC/17.08.1956 Pág. 6997
13.08.1956	Congratula-se com o diretor do DNER pela abertura de concorrência para a construção de um trecho da BR-23 entre as cidade de Piracuruca e Piripiri, no Piauí.	PTB-PI	CDC/14.08.1956 Pág. 6868
05.10.1956	Tece considerações em torno da repercussão que teve em todo território nacional a política imprimida pelo Governo Federal, no sentido de facilitar o crédito a pequenos agricultores.	PTB-PI	CDC/06.10.1956 Pág 9143
22.10.1956	Tece considerações sobre a mecanização da lavoura e a respeito da reivindicação dos agricultores.	PTB-PI	CDC/23.10.1956 Pág. 9919
24.10.1956	Considerações em torno das realizações do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem do Piauí.	PTB-PI	CDC/25.10.1956 Pág. 10019
26.10.1956	Leitura de Ofício dirigido ao Ministro da Fazenda pelo Sr. Tancredo Neves, Presidente em exercício do Banco do Brasil, sobre transações entre o Sr. João Goulart e aquele estabelecimento.	PTB-PI	CDC/27.10.1956 Pág. 10196
29.10.1956	Encaminhamento da votação da emenda 21, item 1, ao projeto 1.360-A/56 – Orçamento anexo 04 – Ministério da Viação.	PTB-PI	CDC/31.10.1956 Pág. 10437
30.10.1956	Congratulação com o povo piauiense pela instalação de agências do Banco da Lavoura de Minas Gerais naquele Estado.	PTB-PI	CDC/31.10.1956 Pág. 10424
09.11.1956	Saudação aos sindicatos dos trabalhadores em transportes fluviais do Piauí, pelo reconhecimento pelo Ministério do Trabalho e Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais no Piauí, entidade recentemente constituída.	PTB-PI	CDC/10.11.1956 Pág. 10956

21.11.1956	Encaminhamento de votação do requerimento do líder da Maioria Deputado Vieira de Melo, no sentido de que os recursos interpostos à decisão da Mesa relativamente aos requerimentos de destaque das emendas do Senado ao Projeto 1.360-C/56 – Orçamento – Anexo da Presidência da República, sejam votados em globo.	PTB-PI	CDC/22.11.1956 Pág. 18
24.11.1956	Repto ao Senador Mendonça Clark para que repita em público as acusações feitas ao orador em sessão secreta do Senado.	PTB-PI	CDC/25.11.1956 Pág. 11802
11.12.1956	Leitura do telegrama procedente de Georgetown e publicado no correio da Manhã, anunciando estarem o Brasil e a Venezuela interessados na anexação das Guianas e seus territórios.	PTB-PI	CDC/12.12.1956 Pág. 12455
15.12.1956	Congratulações com a Marinha Brasileira pela aquisição do seu primeiro navio Porta aviões.	PTB-PI	CDC/19.12.1956 Pág. 12872
06.02.1957	Congratula-se com o Ministro da Viação e com o prof. Gilberto Canedo de Magalhães, Diretor do DNPRC, pelo andamento das obras do departamento em Teresina, Parnaíba e Floriano e comenta morosidade das obras do porto de Luíz Correia.	PTB-PI	CDC/07.02.1957 Pág. 324
15.02.1957	Tece considerações em torno das obras federais em andamento no Estado do Piauí.	PTB-PI	CDC/16.02.1957 Pág.664
20.02.1957	Apela ao Presidente do Banco do Brasil no sentido de instalar uma agência no Sul do Estado do Piauí.	PTB-PI	CDC/21.02.1957 Pág.797
28.02.1957	Tece considerações em torno da situação econômica-financeira do País, apelando para o Executivo no sentido de não incluir as verbas estaduais no Plano de Economia.	PTB-PI	CDC/01.03.1957 Pág. 1016.
18.03.1957	Congratula-se com o Presidente da República pela criação do Grupo do estudo do Babaçu.	PTB-PI	CDC/19.03.1957 Pág. 1209
01.04.1957	Tece considerações em torno da assinatura do contrato entre o DNOCS e a empresa Aerotopográficos Cruzeiro do Sul para o levantamento da bacia hidrográfica do Vale do Parnaíba, destinado ao aproveitamento do rio.	PTB-PI	CDC/02.04.1957 Pág. 1604
25.04.1957	Faz o necrológio do Embaixador Oswaldo de Moraes Correa.	PTB-PI	CDC/26.04.1957 Pág. 2234
03.05.1957	Comenta as enchentes no Piauí. Refere-se às providências do Ministro da Fazenda para a abertura de crédito destinado a atender as populações inundadas. Apela aos Ministros da Viação e da Saúde no sentido de que continuem a ajudar o povo piauiense.	PTB-PI	CDC/04.05.1957 Pág. 2558
28.05.1957	Discussão do Projeto 960/57, que federaliza a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.	PTB-PI	CDC/29.05.1957 Pág. 3387
29.05.1957	Encaminha votação do projeto 2120/56, que revoga artigos da lei n. 2.237/57 que criou a Carteira de Colonização junto ao Banco do Brasil.	PTB-PI	CDC/30.05.1957 Pág. 3437
31.05.1957	Comenta notícia de “O jornal” a respeito da audiência concedida pelo Presidente da República a líderes rurais de São Paulo para tratarem de problemas relacionados com a lavoura, principalmente a do café. Refere-se à nota do jornal “Última hora” sobre a entrega de protocolo ao ministro da Agricultura e ao Presidente da comissão de Máquinas Agrícolas, regulando os interesses dos agricultores e dos distribuidores de máquinas e implementos agrícolas.	PTB-PI	CDC/01.06.1957 Pág.3481

14.06.1957	Discussão do projeto 2.174/56, que abre crédito para o pagamento de gratificação adicional aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral, no Espírito Santo.	PTB-PI	CDC/15.06.1957 Pág.3891
18.06.1957	Congratula-se com o Governo pela abertura da concorrência para a construção do Porto de Luís Correia, no Piauí.	PTB-PI	CDC/19.06.1957 Pág.3958
18.06.1957	Encaminha votação do requerimento normativo da votação do Projeto 1.938/56, que estabelece o regime jurídico das relações de trabalho rural.	PTB-PI	CDC/19.06.1957 Pág. 3969
26.06.1957	Encaminhamento de votação do Projeto 1.938-B/56, que estende a legislação trabalhista no meio rural.	PTB-PI	CDC/27.06.1957 Pág.4244
28.06.1957	Transmissão de apelo da Associação Rural de Parnaíba e da Associação Rural de Buriti dos Lopes no sentido de que o Ministério da Agricultura encontre meios para debelar a doença que vem dizimando rebanhos do norte do Piauí.	PTB-PI	CDC/29.06.1957 Pág.4328
08.07.1957	Discussão do projeto n. 2256/57, que autoriza abertura de crédito para atender às despesas com a instalação e funcionamento da Comissão de Energia Nuclear.	PTB-PI	CDC/09.07.1957 Pág. 4624
16.07.1957	Questão de ordem sobre o Projeto 250-A/55, que autoriza o poder Executivo a doar à Associação dos Ex-combatentes do Brasil.	PTB-PI	CDC/17.07.1957 Pág.5021
30.07.1957	Movimento no sentido de modificar a Constituição do Estado do Piauí, com o fito de prorrogar os mandatos do governador e dos prefeitos. Analfabetismo em face da legislação eleitoral.	PTB-PI	CDC/31.07.1957 Pág.5451
30.07.1957	Declaração de voto ao projeto n. 2.150/52 vetado pelo Presidente da República que dispõe sobre a contagem de tempo dos desembargadores para a composição do quinto dos lugares do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.	PTB-PI	CDC/31.07.1957 Pág.293
05.08.1957	Necrológio do ex-Presidente Washington Luís Pereira de Sousa.	PTB-PI	CDC/06.08.1957 Pág.5669
09.08.1957	Encaminhamento de votação da emenda n. 10 do senado ao projeto n. 883-D/55, que dispõe sobre a reforma da Tarifa das Alfândegas.	PTB-PI	CDC/10.08.1957 Pág.5874
14.08.1957	Editoriais dos Jornais “Diário Carioca” e “Correio da Manhã”, manifestando-se sobre a extensão dos direitos políticos aos analfabetos.	PTB-PI	CDC/15.08.1957 Pág.6176
28.08.1957	Considerações sobre a emenda constitucional que assegura o direito do voto ao analfabeto.	PTB-PI	CDC/29.08.1957 Pág. 6618
03.09.1957	Considerações sobre entrevista do Presidente à imprensa na cidade de Presidente Epitácio, em São Paulo, relativamente ao direito do voto aos analfabetos.	PTB-PI	CDC/04.09.1957 Pág.6805
25.09.1957	Apelo no sentido de que sejam aplicadas a verba orçamentária destinada ao prosseguimento das obras do aeroporto de Parnaíba. Conclusão de obras preliminares do mesmo aeroporto.	PTB-PI	CDC/26.09.1957 Pág.7660
14.10.1957	Inauguração da Ponte sobre o rio Portinho, em Parnaíba.	PTB-PI	CDC/15.10.1957 Pág. 8323
06.11.1957	Questão de ordem sobre o pedido de adiamento da discussão do projeto de Resolução que determina o arquivamento do inquérito do pinho.	PTB-PI	CDC/07.11.1957 Pág. 9287
06.11.1957	Questão de ordem para concordar em face dos novos esclarecimentos, com o adiamento da	PTB-PI	CDC/07.11.1957 Pág. 9288

	discussão do projeto de resolução sobre o inquérito do Pinho.		
13.11.1957	Discussão do Projeto de Resolução 133/57 que determina o arquivamento do inquérito realizado pela Comissão criada pela Resolução n. 73 de 1956 (Pinho).	PTB-PI	CDC/14.11.1957 Pág. 06
27.11.1957	Pavimentação para o Aeroporto de Parnaíba, no Piauí.	PTB-PI	CDC/28.11.1957 Pág.10125
06.12.1957	Congratulações com o Ministro da Aeronáutica pelas providências determinadas no sentido da abertura da concorrência para a construção das obras do aeroporto de Parnaíba.	PTB-PI	CDC/07.12.1957 Pág. 10591.
28.03.1958	Considerações em torno das secas do nordeste. Considerações em torno da concorrência para o asfaltamento da rodovia BR-22, trecho Teresina campo Maior. Necrológio de D. Inocêncio Lopes, Bispo da Prelazia de Bom Jesus de Gurgueia.	PTB-PI	CDC/29.03.1958 Pág.110
08.04.1958	Leitura do telegrama recebido do presidente da Câmara Municipal de Parnaíba, sobre a situação reinante no norte em face da longa estiagem.	PTB-PI	CDC/09.04.1958 Pág. 1222
16.04.1958	Encaminhamento de votação do projeto 962/56, que cria no DNOCS o 6º e 7º Distritos, com sede em Teresina, Piauí, e Montes Claros, Minas Gerais, respectivamente. Providências do governo para liberação de verbas orçamentárias destinadas ao combate às secas no Piauí.	PTB-PI	CDC/17.04.1958 Pág.1477
22.04.1958	Entrevista sobre a situação do Nordeste, concedida em Belo Horizonte pelo Presidente da República e publicada no Diário Carioca. Reafirmação da declaração de que a verba do DNOCS destinada ao Piauí tinha sido posta à disposição daquele Estado para atender ao flagelo das secas que atinge a região.	PTB-PI	CDC/23.04.1958 Pág. 1619
06.05.1958	Apelo no sentido de ter mais rápido andamento o projeto oriundo de mensagem do Superior Tribunal Eleitoral do Piauí reestruturando a sua Secretaria. Apelo ao Ministro da Aeronáutica no sentido de ultimar as providências para pavimentação do campo de pouso da cidade de Parnaíba.	PTB-PI	CDC/07.05.1958 Pág. 2075
29.05.1958	Leitura do artigo do Jornal Última Hora, a respeito da política econômica e financeira do Brasil com os Estados Unidos.	PTB-PI	CDC/20.05.1958 Pág.3072
08.09.1958	Necrológio do deputado Marcos Parente e do ex-deputado Demerval Lobão.	PTB-PI	CDC/09.09.1958 Pág.5402
29.11.1958	Encaminhamento de votação da emenda n. 36 do Senado ao orçamento do Ministério da Viação.	PTB-PI	CDC/30.11.1958 Pág.7713
28.01.1959	Despedida da Câmara para tomar posse no Governo do Piauí. Apelo ao Ministro da Fazenda no sentido de que seja garantido o preço da Cera da Carnaúba. Apelo ao Ministro do Trabalho para que seja feita a revisão do salário mínimo no Piauí.	PTB-PI	CDC/29.01.1959 Pág. 765

Fonte: Brasil, 1955-1959¹⁴⁷⁸

¹⁴⁷⁸ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Sessão de Discursos e notas Taquigráficas**. 1955-1959. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.